

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANA PAULA BARCELOS RIBEIRO DA SILVA

DIÁLOGOS SOBRE A ESCRITA DA HISTÓRIA

Ibero-americanismo, catolicismo, (des)qualificação e alteridade no Brasil e na Argentina
(1910-1940)

Niterói

2011

ANA PAULA BARCELOS RIBEIRO DA SILVA

DIÁLOGOS SOBRE A ESCRITA DA HISTÓRIA

Ibero-americanismo, catolicismo, (des)qualificação e alteridade no Brasil e na Argentina
(1910-1940)

Tese apresentada ao Curso
de Pós-Graduação em
História da Universidade
Federal Fluminense, como
requisito para obtenção do
Grau de Doutor.

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a GIZLENE NEDER

Niterói

2011

S586 Silva, Ana Paula Barcelos Ribeiro da.

Diálogos sobre a escrita da história: ibero-americanismo, catolicismo, (des)qualificação e alteridade no Brasil e na Argentina (1910-1940) / Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva. – 2011.

399 f.

Orientador: Gizlene Neder.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2010.

Bibliografia: f. 389-399.

1. Historiografia. 2. Diálogo. 3. Intelectual – América Latina. 4. Integração – América Latina. 5. Legitimidade. I. Neder, Gizlene. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 980.033

ANA PAULA BARCELOS RIBEIRO DA SILVA

DIÁLOGOS SOBRE A ESCRITA DA HISTÓRIA

Ibero-americanismo, catolicismo, (des)qualificação e alteridade no Brasil e na Argentina
(1910-1940)

**Tese apresentada ao Curso
de Pós-Graduação em
História da Universidade
Federal Fluminense, como
requisito para obtenção do
Grau de Doutor.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Charles Monteiro

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho

Universidade Federal Fluminense

Prof^ª Dr^ª Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro

Universidade Federal Fluminense

Prof^ª Dr^ª Lúcia Maria Paschoal Guimarães

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Niterói

2011

A todos nós, latino-americanos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Francisco e Elza, agradeço o carinho, o estímulo, o compromisso e a parceria.

À minha família e amigos, pela torcida.

À minha orientadora, Professora Doutora Gizlene Neder, por quase uma década de aprendizado e trabalho em conjunto.

Ao Professor Doutor Gisálio Cerqueira Filho, por ter sempre me instigado com novas reflexões e desafios.

Aos Professores Doutores Gisálio Cerqueira Filho, Guilherme Pereira das Neves e Manoel Luiz Salgado Guimarães (*in memoriam*), pelas contribuições oferecidas durante o Exame de Qualificação.

Aos colegas do Laboratório Cidade e Poder, muitas das ideias aqui presentes surgiram do diálogo entre nós.

A CAPES, pelo financiamento da pesquisa.

RESUMO

A tese analisa o processo de releitura da história desenvolvido no Brasil e na Argentina nas primeiras décadas do século XX. Neste processo, o passado colonial e a atuação das ex-metrópoles católicas, Portugal e Espanha, adquirem contornos mais positivos. Ao mesmo tempo, são retomadas as relações entre antigas colônias e metrópoles como forma de ruptura com os conflitos que caracterizaram o século XIX, após a independência dos países ibero-americanos. A reaproximação era um caminho possível para a conquista de reconhecimento e legitimidade no período de construção da modernidade. A reflexão sobre a escrita da história incluiu a elaboração de intercâmbios intelectuais entre Brasil e Argentina, e deles com Portugal e Espanha, que foi expandido para outros países da Ibero-América. Estes diálogos favoreceram a integração regional baseada na cordialidade, na solidariedade e no conhecimento mútuo entre os países, sobretudo nos períodos de guerras europeias. Para esta análise, partimos do pensamento histórico e dos diálogos entre historiadores brasileiros, argentinos, portugueses e espanhóis, representantes de importantes instituições históricas em seus países: Max Fleiuss, Ricardo Levene, Fidelino de Figueiredo e Rafael Altamira. Como fontes, utilizamos materiais diplomáticos, correspondências, artigos de periódicos, acordos internacionais, atas de congressos de história, anotações de aulas e obras destes autores que se dedicaram à produção do conhecimento histórico e ao desenvolvimento da integração regional e do ibero-americanismo.

Palavras-chave: Escrita da História; Diálogos Intelectuais; Integração; Ibero-americanismo; Reconhecimento e Legitimidade.

RESUMEN

La tesis analiza el proceso de relectura de la historia desarrollado en Brasil y Argentina en las primeras décadas del siglo XX. En este proceso, el pasado colonial y la actuación de las ex-metrópolis católicas, Portugal y España, adquieren contornos más positivos. Al mismo tiempo, las relaciones entre antiguas colonias y metrópolis son retomadas como forma de ruptura con los conflictos que caracterizan el siglo XIX, tras la independencia de los países iberoamericanos. La reaproximación era un camino posible para la conquista de reconocimiento y legitimidad en el período de construcción de la modernidad. La reflexión sobre la escritura de la historia incluyó la elaboración de intercambios intelectuales entre Brasil y Argentina, y de ellos con Portugal y España, que fue expandido para otros países de Iberoamérica. Estos diálogos favorecieron la integración regional fundamentada en la cordialidad, en la solidaridad y en el conocimiento mutuo entre los países, sobre todo en los períodos de las guerras europeas. Para este análisis, partimos del pensamiento histórico y de los diálogos entre historiadores brasileños, argentinos, portugueses y españoles, representantes de importantes instituciones históricas en sus países: Max Fleiuss, Ricardo Levene, Fidelino de Figueiredo y Rafael Altamira. Como fuentes, utilizamos materiales diplomáticos, correspondencias, artículos de periódicos, acuerdos internacionales, actas de congresos de historia, apuntes de clases y obras de estos autores que se dedicaron a la producción del conocimiento histórico y al desarrollo de la integración regional y del iberoamericanismo.

Palabras-clave: Escritura de la Historia; Diálogos Intelectuales; Integración; Iberoamericanismo; Reconocimiento y Legitimidad.

ABSTRACT

This thesis analyzes the rereading process of history, developed in Brazil and Argentina in the first decades of the 20th century. In this process, the colonial past and the action of the old Catholic metropolises, Portugal and Spain, get more positive outlines. At the same time, the relations between old colonies and metropolises are retrieved as a way of rupture with conflicts that characterized the 19th century, after the independence of the Ibero-American countries. The re-approximation was a possible way of conquering recognition and legitimacy in the period in which modernity was being built. The reflection of the writing of history has included the development of intellectual intercourses between Brazil and Argentina, and between them and Portugal and Spain, which was expanded to other Ibero-American countries. These dialogues have favored regional integration based on cordiality, solidarity, and mutual familiarity between countries, mainly in European war periods. For this analysis, we start with the historical thought and the dialogues between Brazilian, Argentine, Portuguese and Spanish historians, representatives of important historical institutions in their countries: Max Fleiuss, Ricardo Levene, Fidelino de Figueiredo and Rafael Altamira. As sources for this research, we used diplomatic materials, correspondences, published journal articles, international agreements, history congress proceedings, class notes, and titles of these authors, who have dedicated themselves to the production of historical knowledge as well as to the development of regional integration and Ibero-Americanism.

Keywords: Writing of History; Intellectual Dialogues; Integration; Ibero-Americanism; Recognition and Legitimacy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Reflexões sobre integração, (des)qualificação e legitimidade na América Ibérica	1
CAPÍTULO I: Modernidade e circulação cultural e de ideias: integração e escrita da história no Brasil e na Argentina	22
Integração, tempo histórico e modernidade	22
<i>A Junta de Historia y Numismática Americana</i> e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: diálogos intelectuais e construção do ibero-americanismo	45
Intercâmbio cultural e cooperação intelectual: o Itamaraty, os livros e as instituições estrangeiras	81
CAPÍTULO II: Entre tradição e modernidade: práticas historiográficas, formas tradicionais e conteúdos modernos	115
Modernidade e tradição: liberalismo e catolicismo	115
Positivismo X Neotomismo: um olhar sobre as práticas historiográficas no Brasil e na Argentina	126
Unidade na multiplicidade: história nacional, história da América e história universal	164
CAPÍTULO III: Tempo histórico, (des)qualificação e subjetividade: a história que ensina e constrói	197
Empreendimentos conjuntos	197
Distância e isolamento: integração e releitura da história	202
A história que ensina e constrói: entre revisões e traduções	213
Passado colonial e miscigenação: Gilberto Freyre e <i>a Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana</i>	243
CAPÍTULO IV: Da Ibero-América para a Península Ibérica: guerras, radicalização, ressentimento e angústia	272
Rafael Altamira e Fidelino de Figueiredo: afinidades intelectuais e aproximação com a Ibero-América	272

Repensando a história: novos olhares sobre antigas colônias	281
Exílio e ressentimento: não ser e não pertencer	318
CONSIDERAÇÕES FINAIS: “Conhecimento recíproco brasileiro-argentino”: passado e presente nas relações ibero-americanas	349
FONTES E BIBLIOGRAFIA	363
ANEXOS	400
Anexo 1: Quadro de obras enviadas pelo Itamaraty a instituições argentinas e portuguesas	401
Anexo 2: Quadro de autores brasileiros e espanhóis presentes na Biblioteca Pessoal de Ricardo Levene	431
Anexo 3: Quadro de remetentes espanhóis, brasileiros e argentinos presentes na correspondência passiva de Fidelino de Figueiredo	446

INTRODUÇÃO

REFLEXÕES SOBRE INTEGRAÇÃO, (DES)QUALIFICAÇÃO E LEGITIMIDADE NA AMÉRICA IBÉRICA

[...] Poetas y mendigos, músicos y profetas, guerreros y malandrines, todas las criaturas de aquella realidad desaforada hemos tenido que pedirle muy poco a la imaginación, porque el desafío mayor para nosotros ha sido la insuficiencia de los recursos convencionales para hacer creíble nuestra vida. Este es, amigos, el nudo de nuestra soledad.

Pues si estas dificultades nos entorpecen a nosotros, que somos de su esencia, no es difícil entender que los talentos racionales de este lado del mundo, extasiados en la contemplación de sus propias culturas, se hayan quedado sin un método válido para interpretarnos. Es comprensible que insistan en medirnos con la misma vara con que se miden a sí mismos, sin recordar que los estragos de la vida no son iguales para todos, y que la búsqueda de la identidad propia es tan ardua y sangrienta para nosotros como lo fue para ellos. La interpretación de nuestra realidad con esquemas ajenos sólo contribuye a hacernos cada vez más desconocidos, cada vez menos libres, cada vez más solitarios.¹

Ao receber o Prêmio Nobel de Literatura em 1982, Gabriel García Márquez discursou sobre a solidão da América Latina. Uma solidão que nos acompanha há séculos e exige de literatos e historiadores mais do que explicações racionais para representá-la e analisá-la. García Márquez não falava de um isolamento cultural e de ideias, mas de uma dificuldade de compreensão de sua multiplicidade étnica, sua formação histórica e social singular e das características que a particularizam, além de desafiarem e afrontarem o pensamento e a visão de mundo europeus. Características que são para os próprios ibero-americanos um desafio e, muitas vezes, um obstáculo, contribuindo para um sentimento de inferioridade e impotência diante de padrões tidos como civilizados. Impotência que favorece a intolerância, o autoritarismo, as ditaduras, as mortes, o sangue derramado que formam parte da construção da identidade latino-americana, como o escritor ressaltou em boa parte do seu discurso. Vive-se, portanto, sob uma espécie de estigma que atrela a imagem da América Latina a uma visão redutora de povos miscigenados, misturados, heterogêneos e ainda vinculados a um passado de escravidão e colonialismo. Como se mistura e heterogeneidade fossem sinais de inferioridade, incapacidade e ausência de inteligência racional. Os latino-americanos fogem a cálculos perfeitos e invariáveis, o que gera problemas, dúvidas e incertezas. Problema que gera o medo do Outro em relação ao Nós

¹ MÁRQUEZ, Gabriel García. *La soledad de América Latina*. Discurso de aceitação do Prêmio Nobel de Literatura, 1982.

e a frustração do Nós em relação à autoimagem idealizada que se pretende construir. Assim, referindo-nos ao que disse García Márquez, experimenta-se na América Latina uma construção identitária árdua, sangrenta e marcada pela violência, pela desigualdade e pela exclusão. Problemas que formam o “*el nudo de nuestra soledad*”.

Em nome de uma autoimagem idealizada, boa parte da população latino-americana, composta por indígenas, afrodescendentes e imigrantes, que trazem marcas da origem, da classe social e da cor, acaba propositalmente esquecida. Assim, muitos são excluídos e discriminados por uma leitura da realidade social condizente com os interesses das classes dominantes. Leitura que envolve a história e a forma como é escrita e transmitida às gerações seguintes. É construída uma imagem fantasiosa, mas que produz efeitos políticos e ideológicos concretos e, muitas vezes, bastante cruéis. Efeitos que, não raramente, são tão difíceis de crer e suportar que não nos parecem reais. Não é à toa que Gabriel García Márquez, e boa parte da literatura produzida no continente, nos envolve numa teia que mescla o real e o fantástico. Por isto, o uso da imaginação. Imaginação que, segundo ele, não é tão difícil de se encontrar na América Latina em meio a uma realidade na qual ela é exigida a todo o momento. O difícil seria tornar nossa vida crível por meio de recursos convencionais. Não podemos, portanto, ser compreendidos através de esquemas europeus, de métodos racionais, do empirismo por si mesmo. É preciso criatividade, imaginação, emoção e liberdade de pensamento para a construção de alternativas próprias e mais flexíveis e tolerantes. Afinal, quando somos analisados pelos métodos dos Outros nos tornamos “*cada vez más desconocidos, cada vez menos libres, cada vez más solitarios*”.

O tema da (des)qualificação moral e ideológica torna-se, neste contexto, fundamental para a reflexão dos dilemas sociais e políticos da América Latina. Isto porque aqui observamos uma constante tensão, muitas vezes velada, entre a tentativa de autoqualificação diante do Outro que nos avalia (até o início do século XX prioritariamente a Europa e após a Segunda Guerra os Estados Unidos) e a desqualificação em razão da miscigenação e do passado colonial. Ora, a formação social latino-americana é marcada desde a colonização por outros que invadem, dominam ou apenas chegam em busca de uma alternativa às crises econômicas e políticas europeias, assim como às perseguições religiosas e guerras que assolaram o chamado velho continente ao longo destes séculos. Todavia, não há a plena aceitação pelo Outro que vê em Nós características de diversos povos que nos tornariam fracos, confusos, instáveis, pouco inteligentes, preguiçosos, supersticiosos, dentre outros tantos adjetivos desqualificadores.

Adjetivação derivada da hegemonia do paradigma racista, positivista e evolucionista, que superado enquanto paradigma científico, produziu efeitos políticos e ideológicos. Deste modo, a questão da alteridade se faz central para os latino-americanos formados, desenvolvidos e sucessivamente resignificados pelo contato com o Outro. Algumas vezes desejado, outras nem tanto, este Outro exerce papel central de interlocução e, conseqüentemente, validação e legitimação da imagem da América Latina, assim como de seus intelectuais e ideias. Daí, a tensão dialética ao falarmos do par qualificação e desqualificação referido à América Latina. Afinal, busca-se a autoqualificação, mas o Outro, e nós mesmos, acabamos nos desqualificando com exigências de perfeição imaginárias e inalcançáveis. Enfim, padrões idealizados de modo a apagarem conflitos e a eliminarem ou atenuarem a presença daqueles que lembram a mistura de índios, africanos, portugueses, espanhóis, italianos, alemães, árabes, orientais, etc. Daqueles que lembram, ao mesmo tempo, a desigualdade, a exclusão e a intolerância que marcam a formação social latino-americana. Daí a grande dificuldade da América Latina se reconhecer em si mesma e a tentativa de, em diferentes momentos da história, construir um olhar sobre si que amenize sua desqualificação a fim de projetar uma imagem melhor aceita pelo Outro e por si mesma.

Todos estes problemas compõem a temática condutora desta tese: a busca por reconhecimento e legitimidade daqueles que são ou se sentem de alguma maneira desqualificados. O desejo de ser reconhecido é parte constitutiva do ser humano e norteia muitas de suas ações e ideias. Isto porque, segundo Tzvetan Todorov², autor que pautará a maior parte de nossa discussão sobre o tema, é o reconhecimento que garante, do ponto de vista subjetivo, a existência humana. O indivíduo ao nascer é inserido numa rede de relações sociais que deverá reconhecê-lo e ele, por sua vez, irá buscar durante sua trajetória construir uma imagem de si mesmo que seja reconhecida e legitimada por esta rede. Ao não ser reconhecido, o indivíduo desenvolve, em contrapartida, um sentimento de rejeição. A partir daí poderá buscar outro caminho, uma alternativa na obtenção de características que o tornem reconhecido ou poderá ter sua própria identidade enfraquecida, reduzindo sua capacidade de resistência à desqualificação. Este dilema pode ser transplantado do âmbito individual para a América Ibérica como um todo, marcada por uma forma de reconhecimento em sentido negativo, através do qual ocupou ao longo de sua história papel de colônia produtora de riquezas para a metrópole. Aqui estaria o produto da riqueza, mas a “civilização” e a inteligência estariam na Europa. Ao Nós caberia olhar para Eles

² TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: Ensaio de antropologia geral*. Campinas: Papirus, 1996.

com admiração e, em última instância, querer ser como Eles. Afinal, por mais que se trabalhasse em prol de atingir as supostas características de qualificação exigidas nunca se chegaria a ser como Eles e, desta forma, o reconhecimento é mais dificilmente alcançado. Isto traz implicações subjetivas, dificuldades na construção da própria identidade latino-americana e o enfraquecimento da capacidade de ação e do potencial de mudança. Por isto, estamos de acordo com Gabriel García Márquez quanto à impossibilidade de se pensar a América Latina apenas pela via da razão, esquecendo o muito de sofrimento e emoção que permeia suas relações históricas e sociais há séculos. É preciso emoção e subjetividade para compreender o drama latino-americano. Drama subjetivo, mas com consequências reais, concretas, políticas e ideológicas.

A desqualificação, e também a autodesqualificação, da América Latina que transpassa e dificulta a obtenção de reconhecimento e legitimidade foi em grande parte responsável pelo desconhecimento que a atinge. Falamos de um desconhecimento que leva muitos latino-americanos a olharem e a conhecerem mais a Europa e os Estados Unidos do que seus próprios vizinhos da região. Os leva a desconhecer sua cultura e história e a desejar e copiar um Outro tão diferente e, muitas vezes, tão indiferente ao Nós. Isto gera entraves a um processo de integração que alguns chegaram a idealizar desde o século XIX, mas que compõe uma discussão ainda muito atual para a região. Frequentemente busca-se a inserção em um mundo dito civilizado europeu e norte-americano e afasta-se cada vez mais das múltiplas características latino-americanas. Desenvolve-se todo um processo de circulação cultural e de ideias³, outra abordagem chave para a reflexão que propomos, com países estrangeiros, mas fecha-se não raramente a um diálogo latino-americano que possa se desenhar em diferentes âmbitos. Assim, nos isolamos e nos tornamos solitários como as “estirpes condenadas a cem anos de solidão”⁴ de Gabriel García Márquez.

Como dissemos, este debate nos é contemporâneo em diferentes esferas, sobretudo a partir do desenvolvimento da integração regional proposto pelo Mercosul desde 1991. Porém, se direcionamos nosso olhar à história latino-americana, ou melhor, à escrita da sua história, veremos que este problema alertou políticos e intelectuais em geral para a necessidade estratégica de integração da região. Isto em vista do seu fortalecimento político e econômico. Em áreas diferenciadas e vinculadas a orientações ideológicas distintas, estas propostas evidenciam, no

³ Cf. GINZBURG, Carlo. História da Arte Italiana. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E. e PONI, C. (org). *A Micro-história e outros ensaios*. SP: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989. p. 5-93.

⁴ MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem anos de solidão*. RJ: O Globo; SP: Folha de São Paulo, 2003. p. 383.

entanto, o quanto o isolamento e a solidão nos são problemáticos e o peso de um debate sobre integração que com frequência volta a atrair os olhares mais atentos. Nesta tese, apresentaremos uma destas propostas, relacionada aos interesses das classes dominantes, desenvolvida no campo da escrita da história e promotora da releitura do passado ibero-americano. Veremos se desenhar, inspirados em Reinhart Koselleck⁵, uma concepção de história que põe em relação de reciprocidade necessidades presentes e objetivos futuros na resignificação da história ibero-americana. Pensar a teoria da história aparece aqui não apenas como uma atividade intelectual fechada em seu próprio campo, mas sim um processo amplo de produção do conhecimento histórico que traz em seu bojo propostas de integração vinculadas a ideias e preocupações presentes no contexto das primeiras décadas do século XX. Assim, veremos a história como escolhas feitas a partir de diferentes perspectivas, mas que levaram a caminhos mais ou menos autoritários, injustos ou intolerantes.

Evidentemente, trabalhamos com um recorte cronológico e temático particular em meio a este contexto amplo, heterogêneo e complexo. Selecionamos dois países que nos permitiram olhar para esta questão de forma mais acentuada. Trabalhamos com os diálogos intelectuais desenvolvidos entre o Brasil e a Argentina nas primeiras décadas do século XX, especificamente no campo da história (história do Brasil, da Argentina e da América). Falamos, inclusive, de empreendimentos em particular que tiveram a escrita da história como objeto principal, mas defendiam uma proposta de integração entre ambos os países que deveria ser aos poucos expandida para o restante da Ibero-América. A base principal desta integração seria a propagação da união e do pacifismo para as gerações futuras. Afinal, esta união seria necessária para o fortalecimento do conhecimento aqui produzido, favoreceria o processo de obtenção de reconhecimento e legitimidade pelos países ibero-americanos⁶ e construiria uma alternativa pacífica diante das guerras europeias.

⁵ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

⁶ Para um paralelo entre países ibero-americanos que envolve a discussão da alteridade, cf: SANTIAGO, Silviano. *As raízes e o labirinto da América Latina*. RJ: Rocco, 2006. No livro, Silviano Santiago relaciona as obras *Raízes do Brasil* de Sergio Buarque de Holanda e *El laberinto de la soledad* do escritor e diplomata mexicano Octavio Paz como forma de trabalhar a construção de identidades latino-americanas e suas relações com o Outro, representado pela Europa e pelos Estados Unidos. A obra de Sergio datada da década de 1930 e a de Paz da década de 1950 trazem no intervalo de suas publicações a ocorrência de Segunda Guerra e a modificação das relações de alteridade que envolvem a América Latina. Reafirma-se para a região a problemática relação com o Outro e as dificuldades de obtenção de reconhecimento e legitimidade.

Outro aspecto encontrado na visão de história defendida por estes países acabou remetendo-nos à nossa hipótese principal: a de que, em meio a este processo, a releitura da história trouxe a preocupação com a retomada de um diálogo intelectual também com as antigas metrópoles, Portugal e Espanha. Assim, se Brasil e Argentina juntos propunham a releitura de suas histórias e o desenvolvimento da história da América, esta releitura em si deveria conter um discurso positivo em relação às ex-metrópoles que atenuasse o significado negativo do colonialismo. Por um lado, este exercício interpretativo garantiria o reconhecimento daqueles que seriam fundamentais para suas existências. Através de um olhar psicanalítico, seria como se os filhos estivessem em busca do reconhecimento dos pais. Por outro lado, ele reaproximaria as matrizes europeias de modo a minorar, ao menos em parte, suas características desqualificadoras. Afinal, os ibero-americanos seriam também europeus, ou melhor, filhos de europeus, mesmo que misturados com indígenas, africanos, etc. A matriz principal seria europeia e católica, por isto o colonialismo não poderia mais ser visto exclusivamente como negativo ou predatório. Leitura que afasta do olhar sobre o passado a perspectiva do conflito, da violência e da exploração. Mesmo não sendo hegemônica, ela exerceu importante papel entre historiadores que tinham como tarefa a elaboração de uma história oficial que fosse condizente com as necessidades do contexto das primeiras décadas do século XX. A ênfase no catolicismo seria parte constitutiva desta identidade ibero-americana e serviria como forma de promover a unidade e combater a expansão do protestantismo norte-americano na região. Visão que interessou tanto aos mais conservadores quanto aos mais liberais.

Deste modo, enquanto ao longo de boa parte do século XIX, principalmente no período posterior à independência, os conflitos entre as ex-colônias e as ex-metrópoles foram muitos diante dos riscos de recolonização e da necessidade de valorização dos aspectos constitutivos das novas nações, no início do século XX, o olhar sobre Portugal e Espanha foi sendo gradativamente transformado. Com a independência já consolidada, caberia legitimar as novas nações diante do Outro que será seu interlocutor e, conforme dissemos, é fundamental para sua própria existência subjetiva. Afinal, se o reconhecimento formal da independência já havia sido obtido, era preciso mais do que isto para se impor e ser aceito na esfera internacional. Era preciso validar o que aos olhos do Outro haveria de positivo e, ao mesmo tempo, apagar ou amenizar as características mais constrangedoras, dentre elas a miscigenação, já que o contexto teórico do período era de hegemonia do paradigma biologista. Aqui caberia retomar as matrizes europeias como forma de

autoqualificação e de dizer que somos também europeus, parte deste conjunto, filhos da “civilização” europeia. Como se o pai, que antes reprimiu e o qual por décadas se empenha em renegar, neste momento fosse necessário para o processo de conquista de reconhecimento e legitimidade. Sem ele para ratificar a própria existência seria como se não se existesse ou fosse inferior. Aproximação que, evidentemente, não representa uma ruptura com as relações de poder que envolvem antigas colônias e metrópoles.

Gisálio Cerqueira Filho⁷, ao analisar a peça *O Pai* do dramaturgo sueco August Strindberg, ressalta a exigência de obediência e submissão do Capitão Adolf em relação a sua mulher Laura e a sua filha Bertha. Desejo expresso a partir do conflito de Adolf quanto à dúvida em relação à paternidade de Bertha. Em sua análise, Gisálio Cerqueira capta o absolutismo afetivo presente nas relações familiares, e refletido nas relações sociais, que não necessariamente se apresenta de forma abrupta ou violenta, mas sim por meio de um afeto do qual é revestido o pai, ou o poder. Inspirado em Pierre Legendre⁸, o autor mostra que esta figura autoritária vem muitas vezes revestida de um amor e uma suavidade que a fazem se tornar desejável. Ademais, demonstra que o excesso desta figura paterna autoritária pode trazer os mesmos resultados que sua ausência. Deste excesso, tanto de presença quanto de ausência, surgem problemas referidos à formação da identidade e à afirmação da própria existência. Esta ideia nos permite refletir sobre nossa hipótese. Não se deseja mais o domínio e o poder das antigas metrópoles, mas sua ausência absoluta se constituiria num excesso que afetaria a inserção dos países ibero-americanos na esfera internacional. A releitura da história e a ênfase nos papéis de Portugal e Espanha seriam aspectos nevrálgicos para a ratificação de suas existências. Fortaleceriam os países ibero-americanos na mesma proporção que sua integração em si. Os diálogos intelectuais em ambas as direções funcionariam como fuga à solidão e ao desconhecimento, como constitutivos da própria identidade.

Isto se dá, cabe ressaltar, em meio a um olhar elitista, excludente ou excessivamente apaziguador que interessava às classes dominantes brasileira e argentina. Assim, vemos propostas integracionistas que podem em alguns momentos soar progressistas, mas estão, na verdade,

⁷ Cf. CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Estridente Strindberg*. RJ: NPL, 2008. Apresento o livro mais detalhadamente em resenha para a *Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology*. Cf. BARCELOS, Ana Paula. Poder, obediência e submissão em August Strindberg. *Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology*. SP, v. 5, n. 2, novembro de 2008. p. 282-297.

⁸ Cf. LEGENDRE, Pierre. *O amor do censor: ensaio sobre a ordem dogmática*. RJ: Forense Universitária/Colégio Freudiano, 1983.

pautadas em princípios bastante conservadores. São propostas relacionadas, no início do século XX, a uma ideologia dominante que visava apagar ou atenuar o passado colonial, a miscigenação, os afrodescendentes, índios e inúmeros imigrantes que compõem a formação social da Ibero-América. Propostas que visaram integrá-los, mas também excluí-los; enquadrá-los em padrões civilizacionais brancos e europeus; e que aplicaram aqui o olhar reprovador e homogeneizador europeu, o que teria ampliado o desconhecimento e a solidão. De certo modo, apontamos para uma forma de integração por cima que frequentemente oprime mais do que liberta e aumenta a desqualificação, já que, muitas vezes, se recusa a reconhecer as características mais pulsantes e os conflitos políticos, culturais e identitários da região. Consideramos a história, e os objetivos de elaboração de uma história oficial, como local privilegiado no qual estas perspectivas aparecem. Afinal, a partir dela apresentam-se leituras do passado condizentes com preocupações presentes e projetos de um futuro pacífico entre os países da América Ibérica em si e deles com suas ex-metrópoles. Como veremos, esta releitura da história possuía também a função de responder aos que os desqualificavam ou inverter o significado de suas características de desqualificação. Deste modo, ela auxilia na conquista de reconhecimento e legitimidade pelos países ibero-americanos. Pensar a teoria da história no contexto da América Ibérica significa, portanto, mais do que uma análise de conceitos e métodos de pesquisa histórica. Significa compreender os problemas concretos e subjetivos que a análise histórica representava para indivíduos oriundos de uma formação social miscigenada e marcada pelo passado colonial.

Para efeitos de introdução, é necessário problematizar um conceito central para a tese. Trata-se do conceito de América Latina, até aqui mesclado com o de América Ibérica ou Ibero-América, como é por nós adotado sob inspiração de Richard Morse, a fim de “realçar a herança ideológica e institucional que o Novo Mundo recebeu das nações que lhe deram origem”⁹. Cuidamos ao longo da tese como um todo para que a utilização da expressão América Latina fosse limitada basicamente ao contexto histórico atual quando nos referimos às permanências de longa duração que a tensão dialética presente na (des)qualificação e a exclusão apresentam ainda hoje para os países latino-americanos. Quando nos referimos ao período com o qual trabalhamos utilizamos as expressões América Ibérica e Ibero-América representando as Américas que experimentaram o colonialismo português e espanhol. As exceções serão ao tratarmos de Giberto

⁹ MORSE, Richard M. *O Espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. SP: Companhia das Letras, 1988. p. 14.

Freyre e sua projeção para os demais países ibero-americanos ao final do capítulo III, já que não só ele mesmo utilizava a expressão como também atuava em seu processo de legitimação; e ao nos referirmos ao pensamento de Manoel Bomfim sobre a América Latina, expressão por ele mesmo utilizada em sentido bastante diferente do uso feito por Freyre décadas depois. Assim, destacamos que o próprio conceito de América Latina possui uma história de modo a sofrer releituras, adaptações e deslizamentos.

Reinhart Koselleck aponta para a importância da relação entre palavra, conceito e contexto. Daí a necessidade de se pensar os conceitos inseridos nos contextos históricos que lhe são próprios de forma a serem historicizados e situados no ambiente intelectual, social e linguístico analisado. Nas palavras de Koselleck, um risco inerente aos historiadores está na utilização dos “conceitos de forma ingênua, a partir de uma semântica que temos em nossas cabeças como um *a priori*”¹⁰. Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho lembram os deslizamentos semânticos relativos ao conceito de América Latina. Este teria surgido ainda no século XIX na Filadélfia, em meio a uma articulação com a maçonaria, como referência à América católica em oposição à América protestante. Segundo João Feres Jr.¹¹, o desenvolvimento do conceito se dava num contexto de afirmação do imperialismo norte-americano. Deste modo, nesta concepção, América Latina significava atraso, catolicismo e conservadorismo clerical. No final do século XIX, o conceito se tornará hegemônico de forma a substituir as referências geográficas América do Norte, do Sul e Central, as quais poderemos observar em algumas das fontes aqui utilizadas. Contudo, se hoje o conceito de América Latina nos remete frequentemente à esquerda política, a propostas integracionistas e às discussões sobre autonomia da região, é porque ao longo do século XX sofreu um deslizamento empreendido, em especial, pelo campo literário, como o fez Gabriel García Márquez cuja citação utilizamos como epígrafe e inspiração para esta introdução. Nas palavras de Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho:

Se, nas apropriações da interpretação comparativa no pensamento social e político no Brasil (com Tavares Bastos e outros) a idéia de América Latina estava referida a catolicidade da latinidade dos americanos (do sul e central); e se, nos processos sucessivos de apropriação cultural e atualização histórica, a latinidade, nas primeiras décadas do século XX, foi interpretada pela falta (aquele menos de progresso e modernidade), ela sofreu um deslizamento semântico, desde o segundo pós-guerra

¹⁰ KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992. p. 145. Do mesmo autor, cf. *The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*. Stanford: Stanford Press, 2002 e ainda *Crítica e Crise: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. RJ: EDUERJ; Contraponto, 1999.

¹¹ FERES JR., João. *A história do conceito de 'Latin America' nos Estados Unidos*. Bauru/SP: EDUSC, 2005.

(século XX). Este deslizamento semântico deve ser atribuído à militância política de esquerda, especialmente aquela empreendida pelo campo literário latino-americano, que romantizou e re-significou a idéia de América Latina.¹²

Teórica e metodologicamente inspirado nos “pares de contraconceitos assimétricos” apontados por Koselleck, João Feres Jr. defende a tese de que o conceito de *Latin America* traz, desde o século XIX até os dias atuais, um sentido de oposição à imagem idealizada e bem-sucedida de *America*. Na língua inglesa, ainda hoje o termo *Latin* ganha um significado altamente negativo e carregado de desqualificação ou “desrespeito” (utilizando a expressão de Feres). No *Oxford English Dictionary*, *Latin* é definido por expressões racistas, características relacionadas ao comportamento, à irracionalidade, à extravagância... Enfim, a uma série de adjetivos que desqualificam e inferiorizam o *Latin American*. Mais ainda, para o autor, a oposição entre *America* e *Latin America* traz o peso do “contraste radical entre a glorificação das virtudes do protestantismo e a demonização do catolicismo latino”¹³. Tanto na linguagem comum quanto em textos especializados, o catolicismo aparece como um mal que prejudica a *Latin America*, enquanto o protestantismo da *America* seria a representação do êxito, do desenvolvimento e da modernização. Portanto, o par *America/Latin America* se encaixaria muito bem na análise dos “contraconceitos assimétricos” de Koselleck. Vejamos nas palavras de Feres, ao explicar o conceito de Koselleck, o significado de desqualificação que esta oposição apresenta para o *Latin American*:

Cada par é composto por um conceito positivo, assumido como identidade do grupo que nomeia, e um negativo que corresponde à mera inversão semântica do elemento positivo. O adjetivo ‘assimétrico’ provém do fato de a relação de definição não ser mútua: enquanto o Eu define o Outro como pura negação de sua auto-imagem, o Outro não se reconhece naquela definição. Aí reside um problema capital de reconhecimento, pois o Outro experimenta a definição que lhe é impingida como ofensa, insulto e/ou privação.¹⁴

A partir desta ideia, João Feres aponta três formas do que chama de “oposição assimétrica” captadas nos discursos sobre a *Latin America* desde o final do século XIX, quando o conceito começa a ser utilizado em inglês: a oposição assimétrica cultural (quando o Outro é

¹² NEDER, Gizlene e CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Jogo de Espelhos e Gramática dos Sentimentos: Teoria crítica na América Latina*. No prelo, 2008. Uma adaptação do texto foi publicada na Revista Pilquen por ocasião das comemorações do bicentenário da independência argentina: NEDER, Gizlene e CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Sobre o conceito de América Latina: Uma proposta para repercutir nos festejos do bicentenário. *Pilquen*. Sección Ciencias Sociales, Dossier Bicentenario, Año XII, n. 12, 2010. p. 1-7.

¹³ FERES JR., J. *A história do conceito...*, op. cit., p. 21.

¹⁴ *Ibidem*, p. 38.

definido pela ausência de costumes e práticas atribuídos ao Eu); a temporal (referida ao suposto atraso, à falta de desenvolvimento e modernização do Outro); e a racial (relacionada a aspectos físicos e psicológicos; oposição tão forte que deixa de ter “solução” a não ser pelo controle absoluto do corpo do Outro). Estas formas de oposição entre o Eu e o Outro, o *American* e o *Latin American*, envolvem de significado negativo o conceito de *Latin America* em sua origem e, nos EUA, durante todo o século XX. Oposição e significado herdados já do conceito de *Spanish America* utilizado no início do século XIX quando a cada característica negativa a ele referida opunha-se outra positiva dos Estados Unidos. Assim, o *Spanish American*, católico, seria ignorante, supersticioso, incapaz e irracional. Em oposição, o *American*, protestante, seria trabalhador, educado e racional. Para os políticos americanos de então, a *Spanish America* jamais experimentaria um governo livre enquanto permanecesse católica. As oposições assimétricas trabalhadas por Feres, em especial a racial, trariam como expectativas para a *Spanish America* o atraso e o fracasso, sendo elas reapropriadas para o conceito de *Latin America* a partir do final do século XIX. Para o autor, a teoria da modernização, desenvolvida durante a Guerra Fria, os *Latin American Studies* e os projetos da *America* para a *Latin America* ao longo de todo o século XX vieram marcados por estas relações de desigualdade, desrespeito e assimetria.

Diante deste problema utilizaremos o conceito de América Latina para a referência ao contexto histórico posterior à segunda metade do século XX. Até então tratamos da Ibero-América ou América Ibérica para analisar as relações entre países de colonialismo ibérico e suas antigas metrópoles. Até porque no início do século XX não apenas o conceito de América Latina trazia em si um significado distinto do que adotamos ao citar García Márquez no início do século XXI, como ainda encontrava-se em processo de legitimação e inseria-se num campo de conflito. Assim, se hoje, na América Latina, utilizamos o conceito num sentido de integração e autonomia da região, é fundamental lembrar o quanto de atraso, catolicismo, conservadorismo e desqualificação estiveram presentes no termo em seus usos iniciais. Hoje o interpretamos de outra forma, porque, como dissemos, sofreu sucessivos processos de resignificação e apropriação ao longo do tempo. Portanto, procuramos cuidar para que a expressão aparecesse na tese apenas em contextos históricos específicos. Em geral, neste trabalho tratamos da Ibero-América ou América Ibérica, o que condiz com nossa ideia central de retomada dos diálogos intelectuais entre antigas metrópoles e colônias nas primeiras décadas do século XX no Brasil e na Argentina. Além disto, quando falamos em Ibero-América chamamos a atenção para a formação católica

destes países, vista de forma bastante qualificada (em oposição ao olhar protestante norte-americano) pelos historiadores que trabalhamos, a partir de um aspecto constitutivo de sua cultura política.

Quanto à ideologia dominante presente na concepção de história que apresentamos, ela é evidenciada pelo próprio perfil e pela vinculação institucional dos historiadores abordados. Evidentemente, para desenvolver uma análise baseada em diálogos intelectuais, este recorte foi necessário para a delimitação do objeto da pesquisa. Selecionamos especificamente quatro historiadores que, por meio do contato pessoal e/ou da troca de publicações e correspondências, promoveram um importante diálogo que teve como mote principal a escrita e o ensino da história no contexto em que viviam. Historiadores que representam a aproximação entre Brasil e Argentina e destes países com as antigas metrópoles e nos auxiliam a pensar questões que para eles eram caras: como estudar o passado colonial e seus aspectos positivos e negativos; como construir alternativas em vista da superação deste mesmo passado de dominação; como escrever uma história que supostamente se aproximasse da verdade com ênfase na pesquisa em arquivos; como valorizar a história nacional sem romper por completo com as antigas metrópoles; como elaborar uma interpretação da história que trouxesse à tona uma cultura própria com ideias próprias, sem invalidar o passado colonial. Enfim, como equilibrar autonomia e busca de reconhecimento, rupturas e continuidades, mudanças e permanências.

Tentando debater estes problemas, focalizamos especialmente os diálogos promovidos entre o historiador brasileiro Max Fleiuss, representando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (instituição da qual era secretário perpétuo), e o historiador argentino Ricardo Levene, presidente da *Junta de Historia y Numismática Americana/Academia Nacional de la Historia Argentina*. Ao mesmo tempo, abordamos o contato de Fleiuss com o crítico literário e historiador português Fidelino de Figueiredo e de Levene com o historiador do direito espanhol Rafael Altamira. Todos figuras representativas na defesa da retomada dos diálogos intelectuais entre antigas colônias e metrópoles; representativos de um movimento de circulação cultural e de ideias que se dava entre dois lados do Atlântico. Levene e Fleiuss, membros notáveis das instituições históricas mais importantes de seus países, ainda estiveram à frente de empreendimentos e eventos que objetivavam pôr a intelectualidade ibero-americana em diálogo. Empenharam-se em colocar em evidência as ideias de Bartolomé Mitre que, na segunda metade

do século XIX, já falava da necessidade de integração entre Brasil e Argentina. Necessidade ainda muito atual visto que dela dependem os rumos do Mercosul.

Cabe acrescentar que, inspirados em trabalho de Ângela de Castro Gomes¹⁵, consideramos historiadores aqueles que produziam conhecimento histórico, diferenciando-o da literatura e da filosofia. Isto num período em que o campo ainda não se encontrava estruturado profissional e institucionalmente. Como não havia uma nítida separação entre as áreas, estes historiadores podiam ser, ao mesmo tempo, escritores, romancistas, poetas, juristas ou jornalistas, caso dos quatro historiadores aqui trabalhados. Fleiuss, Levene e Altamira eram diplomados em direito; Fidelino e Altamira eram escritores e críticos literários. Lembramos, além disto, que textos históricos eram, em geral, narrativas produzidas a partir da pesquisa documental, aspecto que, ao longo das décadas de 1920 e 1930, se torna definidor para a prática historiográfica. Portanto, quando tratamos de história, historiadores e escrita da história no Brasil e na Argentina, falamos em categorias ainda não definidas e, naquele momento, inseridas num campo de disputas que envolvem a busca de legitimidade e cientificidade. Quando nos referimos a autores, políticos e/ou diplomatas produtores de conhecimento em diferentes áreas, inseridos ou não na esfera política, utilizamos o conceito de intelectual. Este conceito não será teorizado na tese, já que nela nosso objeto é outro. Aqui trabalhamos uma rede de sociabilidade intelectual e política composta por Fleiuss, Levene, Fidelino e Altamira (além de alguns de seus pares intelectuais que aparecem em determinados momentos). Para isto, coube a inspiração na ideia de campo de Pierre Bourdieu¹⁶. Neste caso, o campo dos estudos históricos no qual estes indivíduos atuavam como representantes da classe dominante, produtores de bens simbólicos e inseridos num *habitus* específico. É a estes produtores de conhecimento histórico que nos referimos na tese.

É necessário esclarecer, no entanto, que o conceito de intelectual foi por mim analisado na dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFF em março de 2007¹⁷. Na ocasião, trabalhei a trajetória de Evaristo de Moraes (1871-1939) como janela de reflexão para o discurso jurídico em torno das classes subalternas. Rábula, advogado, professor e

¹⁵ Cf. GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. RJ: FGV, 1996.

¹⁶ Cf. BOURDIEU, Pierre. O Campo Intelectual: um mundo à parte. In: *Coisas Ditas*. SP: Brasiliense, 1990. p. 169-180. Sobre o conceito de *habitus*, do mesmo autor, cf. *A Economia das Trocas Simbólicas*. SP: Ed. Perspectiva, s/d. p. 183-202.

¹⁷ Cf. BARCELOS, Ana Paula. *Discurso Jurídico e (des)qualificação moral e ideológica das classes subalternas na passagem à modernidade: Evaristo de Moraes (1871-1939)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Orientadora: Professora Doutora Gizlene Neder.

jornalista, Evaristo foi também analisado como intelectual, produtor de conhecimento político e social. Em razão da sua capacidade de movimentação por diferentes esferas sociais, do seu diálogo com as ideias circulantes em seu tempo e dos múltiplos papéis que exerceu em sua trajetória, optei por denominá-lo intelectual circulante. Conceito este que acredito não caber a nenhum dos intelectuais/historiadores trabalhados nesta tese devido a seus vínculos muito mais sólidos com os interesses dominantes. Por mais que produzam conhecimento histórico a partir de diálogos e intercâmbios intelectuais, estes indivíduos compunham uma rede de sociabilidade com vínculos políticos e ideológicos bem menos flexíveis que os do mulato Evaristo de Moraes. Daí não encaixá-los num conceito previamente determinado.

Procuramos apresentar um processo de circulação cultural e de ideias, trabalhado por Carlo Ginzburg, elaborado entre duas margens do Atlântico e na própria América Ibérica. Influenciando-se mutuamente, antigas colônias e antigas metrópoles teciam um diálogo intelectual que as auxiliava a responder em conjunto às problemáticas surgentes. Aqui as ideias são por nós percebidas como em constante movimento em meio à circulação de correspondências, livros e publicações em geral. Esta perspectiva de movimentação complexifica o estudo da história das ideias e rompe com concepções de pureza, originalidade ou atraso em torno do que se escreve e publica. Isto porque este processo se encontra mergulhado numa teia de influências teóricas, trocas intelectuais e relações profissionais e pessoais. As ideias, deste modo, se misturam, são apropriadas e relidas em diferentes contextos históricos e sociais, resultam da aproximação de concepções teóricas, políticas e ideológicas muitas vezes destoantes entre si e podem sofrer adaptações progressistas ou, ao contrário, conservadoras. Percebemos como é em meio a esta circulação de ideias e à produção dialógica do conhecimento que os historiadores ibéricos e ibero-americanos escreveram sobre seu próprio passado. Rafael Altamira, por exemplo, escreveu em abril de 1900 sobre a necessidade de aproximação da Espanha com as antigas colônias em razão dos interesses e características semelhantes:

[...] ponen [...] a la orden del día la cuestión de las relaciones entre España y sus antiguas colonias, convertidas hoy en pueblos de admirable vitalidad sustantiva, en naciones y Estados de luminoso porvenir en el camino de la civilización. Todo el mundo está convencido de la necesidad de estrechar estas relaciones, cuya razón se funda en la existencia de algo verdaderamente esencial, común a españoles y americanos, en quienes – por muy diferente que parezca ser la dirección de ciertos órdenes de vida – alienta un mismo espíritu, generador de análogas cualidades útiles

que desarrollar, defectos semejantes que corregir e intereses idénticos que salvar de extrañas absorciones.¹⁸

Para Altamira, os “*pueblos*” ibero-americanos teriam ainda um “*luminoso porvenir en el camino de la civilización*”. Seriam vistos por um prisma europeu que os (des)qualifica, ou seja, experimentam mais uma vez a tensão dialética a qual nos referimos anteriormente. Seriam qualificados como povos com vitalidade e um luminoso futuro, mas ainda estariam a caminho da civilização. Este trecho serve de exemplo para o que procuramos trabalhar na tese e reflete a problemática de ser ibero-americano (ou, atualizando o conceito, latino-americano). Por outro lado, exemplifica a força da proposta de retomada das relações entre ex-colônias e ex-metrópoles e sugere ainda que este interesse era inteiramente correspondido. Aqui a fala de Altamira apenas ilustra o que procuraremos demonstrar a partir dele mesmo, de Levene, Fleiuss e Fidelino ao longo da tese. Tema que nos remete a várias reflexões sobre identidade e alteridade na América Latina que ainda hoje busca reconhecimento e legitimidade.

Quanto ao recorte cronológico, optamos por trabalhar as décadas de 1910 a 1940, período de início do século XX no qual percebemos uma discussão sobre modernidade que envolvia historiadores e, conseqüentemente, a escrita da história. Marcados pela crise dos ideais liberais, pela ascensão de regimes autoritários, por duas grandes guerras na Europa (1914-1918 e 1939-1945), pela Guerra Civil Espanhola (1936-1939), estes anos na Península e na América Ibérica trouxeram novos desafios aos intelectuais representativos dos interesses dominantes. Em sociedades marcadas pelo catolicismo antiliberal, eles viam-se diante da necessidade de conjugar ideias modernas e/ou secularizadas¹⁹ àquelas tradicionais católicas que marcavam em grande medida o pensamento em Portugal, na Espanha, no Brasil e na Argentina. Conjugando tradição e modernidade, eles procuraram no estudo da história respostas e soluções para as tensões que caracterizavam sua época. Daí a importância conferida aos historiadores e sua relação com governos e diplomacia nestas décadas. Veremos que a história se tornou um meio de conquista de legitimidade tanto para as nações americanas ainda em formação quanto para as ibéricas em

¹⁸ ALTAMIRA, Rafael. Cuestiones nacionales – América y España. *El Liberal*, Madrid, 18 de abril de 1900. Material das Missões Diplomáticas do Brasil na Espanha. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹⁹ Giacomo Marramao utiliza o termo *secularização* referido à modernização conservadora realizada no âmbito da Igreja, em oposição à *laicização* relacionada à libertação das crenças religiosas. As sociedades ibéricas seriam caracterizadas por um processo de secularização, já que marcadas por estas crenças em diferentes sentidos. A perspectiva de modernização conservadora apresentada ao longo de toda a tese se encontra referida a esta percepção das sociedades brasileira e argentina como largamente envolvidas por estas influências católicas. Acreditamos que a escrita da história não fuja a esta herança religiosa. Cf. MARRAMAIO, Giacomo. *Poder e Secularização: As categorias do tempo*. SP: Unesp, 1995.

busca de retomada do prestígio dos séculos XV e XVI. Mais ainda, a história, nos países ibero-americanos, acabou se tornando caminho para a construção de alternativas pacíficas diante dos conflitos internacionais, o que gerou diferentes propostas de integração regional iniciadas pelo Brasil e pela Argentina. Propostas postas em prática sobretudo entre as décadas de 1930 e 1940.

A pesquisa se estende mais especificamente até o ano de 1946 quando Juan Domingo Perón assume o poder na Argentina e, com a censura, os diálogos intelectuais com países estrangeiros são bastante reduzidos. No Brasil, o fim do período Vargas também restringe os empreendimentos intelectuais com os países vizinhos. Destacamos ainda que, no Brasil e em Portugal, o início de um governo republicano, respectivamente em 1889 e 1910, transforma as estruturas políticas e traz mudanças na forma de se analisar o próprio passado. Na Espanha as agitações operárias e as crises políticas de 1909 e 1917 produzem efeitos semelhantes, assim como a crise econômica o fez na Argentina. Mais do que nunca, nos parece que à história e aos historiadores foi conferida a tarefa de elaborar projetos de um futuro supostamente unido e pacificado. Olhar para o passado tornava-se um exercício necessário para a construção de alternativas futuras diante do presente conflituado. Exercício que deveria ser feito em conjunto como forma de promover e expandir a paz por meio do conhecimento mútuo entre os países. Os diálogos sobre a escrita da história se constituíram em futuros passados elaborados em contextos incertos e indefinidos.

A problemática da (des)qualificação moral e ideológica é por mim desenvolvida desde a monografia de final do curso de graduação em História na UFF e da já referida dissertação de mestrado sobre Evaristo de Moraes. Nela trabalhamos o discurso jurídico de (des)qualificação das classes subalternas a partir da trajetória de Evaristo, marcado ele mesmo por características de exclusão, como a cor, a origem social e o abandono do pai²⁰. A tensão dialética presente na própria expressão em si e a força do seu significado em sociedades miscigenadas e oriundas da experiência do colonialismo a tornam nevrálgica não apenas para um indivíduo, mas para o Brasil e a América Latina. Afinal, falamos de um enorme conjunto de pessoas que são frequentemente subtraídas de seus direitos ou relegadas ao esquecimento e à exclusão em razão de características consideradas negativas ou inferiores. Sendo Evaristo também um professor de história que teve como tema principal de seus livros históricos a escravidão, é cabível pensar as consequências que a desqualificação pode trazer para a leitura de história desenvolvida por indivíduos ou países que

²⁰ Cf. BARCELOS, A. P. *Discurso Jurídico...*, op. cit.

experimentam estas características. A leitura de Evaristo era progressista, mas sabemos que outras conservadoras podem ser elaboradas a partir destas experiências. Leituras que podem, inclusive, trazer resultados intolerantes, desqualificadores e ressentidos para o olhar que direcionamos sobre a história da América Latina. Tão marcada, como dissemos, pela cor, pela pobreza, pela intolerância, pela violência, tão rotulada como incapaz e instável a realidade latino-americana nos pareceu uma janela de reflexão instigante para a ampliação do debate sobre (des)qualificação. Interessamos-nos, em especial, em pensar como intelectuais ligados a um discurso dominante poderiam alcançar reconhecimento e legitimidade para a produção do conhecimento mesmo sendo parte desta realidade. Como ficariam suas condições quando colocados diante da esfera internacional europeia, excludente e exigente quanto a supostos padrões de perfeição? E mais: como isto se daria não apenas na esfera intelectual brasileira, mas em outro país latino-americano que também funcionasse como polo de recepção de ideias estrangeiras na região? A Argentina, com suas políticas de branqueamento populacional do final do século XIX e seu confronto com a questão racial, nos pareceu formar com o Brasil uma instigante janela de reflexão para o tema.

A partir destas questões, a princípio bastante dispersas, surgiu a pesquisa que dá origem à tese. O levantamento de fontes foi iniciado em 2006 no momento de preparação do projeto. Desde então, consultamos diferentes arquivos no Brasil e na Argentina que nos forneceram subsídios para o desenvolvimento da temática proposta. Em Buenos Aires, percorremos quatro arquivos principais: a *Biblioteca Nacional*, a *Academia Nacional de la Historia*, o *Instituto de Historia del Derecho*, estes últimos importantes por terem contado com a participação ativa de Ricardo Levene em sua fundação e organização, e a *Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene*, arquivo pessoal com correspondências, manuscritos e uma série de outros materiais produzidos pelo próprio Levene. A *Academia Nacional de la Historia* contava ainda com Max Fleiuss, Fidelino de Figueiredo e Rafael Altamira como membros correspondentes. O *Instituto de Historia del Derecho*, por sua vez, foi fundado por Levene com inspiração nos estudos de história do direito desenvolvidos por Rafael Altamira na Espanha. São instituições, portanto, que representam os diálogos que propomos analisar e possuem grande representatividade no desenvolvimento das práticas historiográficas no país. Neles encontramos obras, artigos impressos e manuscritos, correspondências, atas do Segundo Congresso de História da América, realizado em Buenos Aires em 1937, e recortes de periódicos que serviram de fontes para a tese.

No Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o Arquivo Histórico e a Biblioteca do Itamaraty e a Biblioteca Florestan Fernandes na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP foram os arquivos consultados. Neles foi levantado um amplo conjunto de fontes que inclui correspondências ativas e passivas, periódicos, atas de congressos de história, artigos manuscritos e impressos e materiais de missões diplomáticas do Brasil no exterior e das Comissões de Cooperação Intelectual que atuavam no Itamaraty na realização de acordos e convênios culturais com países estrangeiros. Focalizamos, claro, aquelas fontes referentes de alguma forma aos historiadores com os quais trabalhamos e às relações entre Brasil, Argentina, Portugal e Espanha.

É necessário admitir com clareza as possíveis lacunas encontradas na tese em vista das diferentes e múltiplas realidades com as quais trabalhamos. Em alguns momentos, nos faltaram dados mais precisos que buscamos suprir por meio de informações adicionais ou da dedução a partir de indícios fornecidos pelas fontes. Aqui utilizamos como embasamento metodológico o método indiciário nomeado por Carlo Ginzburg²¹ no qual o olhar do historiador volta-se para vestígios, indícios e sinais muitas vezes esquecidos, mas que oferecem uma visão mais rica, detalhada e instigante do objeto analisado. Admitimos, ao mesmo tempo, que a tese pode apresentar eventuais desequilíbrios, já que em alguns pontos específicos possuíamos ora mais informações sobre a Argentina e menos sobre o Brasil ou vice-versa, ora mais informações sobre Portugal e menos sobre a Espanha, ocorrendo o mesmo no sentido contrário. Enfim, nos empenhamos ao máximo em equilibrar as informações fornecidas para que pudéssemos melhor embasar a comprovação da hipótese. Porém, sabemos que eventualmente este esforço pode ter sido insuficiente. Mesmo diante destes possíveis problemas, acreditamos que a tese em geral abra margem à reflexão.

As fontes também direcionaram nosso olhar mais para as relações entre Brasil e Argentina e suas preocupações com o diálogo com as ex-metrópoles. Por trabalharmos com acervos brasileiros e argentinos os diálogos em sentido inverso são abordados na maioria das vezes indiretamente. As principais exceções que abrem margem para o olhar de um intelectual português e um espanhol sobre a Ibero-América são a correspondência passiva de Fidelino de Figueiredo, depositada na Biblioteca Florestan Fernandes na FFLCH/USP, e as cartas e artigos de

²¹ Cf. GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas, Sinais – Morfologia e História*. SP: Companhia das Letras, 2003. p. 143-179.

Rafael Altamira encontrados na *Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene* em Buenos Aires. Através delas e das experiências vividas por Fidelino e Altamira, produzimos uma análise sobre afastamento, decepção, reconhecimento e ressentimento e as implicações em suas concepções de história. Vimos através de suas trajetórias e atuações profissionais o desenvolvimento de uma forte relação entre si e com a Ibero-América. Este é o capítulo (IV) em que mais desenvolvemos o contexto português e espanhol no período trabalhado, já que nos demais nossos focos são prioritariamente o Brasil e a Argentina. Falamos com frequência destes países, de seus processos de integração entre si e de seus olhares voltados para a retomada dos diálogos com as antigas metrópoles. Falamos prioritariamente de uma relação que parte da América Ibérica, mas encontra reciprocidade e incentivo em seus pares intelectuais do outro lado do Atlântico. Em suma, muitas vezes Portugal e Espanha aparecem mais como interlocutores de uma preocupação ibero-americana com a conquista de reconhecimento e legitimidade. Embora este interesse fosse correspondido desde a década de 1890 até os governos de Francisco Franco (1939-1975) e António Salazar (1932-1968) quando a revalorização do passado como impérios ultramarinos serviria a demandas autoritárias e ditatoriais.

A estrutura do texto reflete este foco de análise. No capítulo I pensamos a perspectiva de modernidade, marcada por aspectos tradicionais e conservadores, que envolvia os olhares de historiadores ligados ao IHGB e à Junta/Academia. Vemos, ao mesmo tempo, como estas instituições em conjunto buscaram a integração entre Brasil e Argentina e, partir dela, a construção de um ibero-americanismo que reafirmava as matrizes ibéricas católicas da região. Por fim, percebemos o papel do Itamaraty nestas propostas integracionistas e analisamos as obras por ele enviadas a instituições argentinas e portuguesas, bem como a imagem de Brasil que elas auxiliavam a construir. O capítulo II traz um conflito entre tradição e modernidade e entre fé e razão que teria caracterizado as primeiras décadas do século XX. Aqui retornamos, na verdade, a um período anterior para datarmos as práticas historiográficas entre as décadas de 1870 e 1940 e percebermos mais claramente as tensões que as envolveram em sociedades de formação católica. Com isto, pensamos como uma perspectiva neotomista, conjugada à releitura de autores iluministas, pode ter influenciado a escrita da história entre as décadas de 1920 e 1940 como alternativa ao positivismo predominante nas décadas anteriores. Positivismo que, linear e cientificista, reforçava a desqualificação ibero-americana em razão da miscigenação e do passado colonial.

O terceiro capítulo traz para a prática, para experiências concretas, a perspectiva de diálogos intelectuais, de circulação cultural e de ideias e de integração ibero-americana. Nele apresentamos dois empreendimentos que objetivaram promover esta integração e tinham como núcleo a revisão e valorização do conhecimento histórico na região. A *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* e as *Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana* e de *Autores Argentinos traduzidos ao Português* representam a tentativa de historiadores de porem em prática as concepções de história integracionistas e pacifistas que propunham. A partir deles as interpretações históricas foram revistas, no contexto entre-guerras e durante a Segunda Guerra, como forma de promoverem a paz e a cordialidade para “futuras gerações”. Partindo do Brasil e da Argentina estes empreendimentos foram expandidos para diferentes países ibero-americanos, defendendo a integração entre eles e as heranças ibéricas em suas formações históricas e sociais.

O quarto e último capítulo se constitui na análise das relações e afinidades intelectuais entre Fidelino de Figueiredo e Rafael Altamira, a partir das quais podemos refletir acerca das guerras e da radicalização política que marcaram Portugal e Espanha no período trabalhado. Pensamos seus efeitos entre intelectuais ibéricos e a forma como os levaram a olharem para a Ibero-América em busca do acolhimento que não encontravam diante dos rumos autoritários de seus países. Vivendo no Brasil e no México por mais de uma década, Fidelino e Altamira ilustram como a América desqualificada pelo colonialismo e pela miscigenação acabou se tornando uma alternativa para intelectuais (historiadores ou não) portugueses e espanhóis insatisfeitos, inadaptados e/ou exilados. Analisamos, ao mesmo tempo, a forma como, neste contexto, eles propuseram uma revisão historiográfica em seus países que incluía a elaboração de novos olhares sobre as antigas colônias. Enfim, se nos três primeiros capítulos pensamos a percepção do Brasil e da Argentina em torno de si mesmos e de suas ex-metrópoles, neste último apresentamos a reciprocidade deste olhar a partir das afinidades, trajetórias e pensamentos históricos de Fidelino e Altamira – dois dos principais interlocutores portugueses e espanhóis dos historiadores e literatos brasileiros e argentinos na primeira metade do século XX.

Este será, portanto, o caminho na conjugação entre escrita da história, ibero-americanismo, catolicismo, (des)qualificação e relações de alteridade no Brasil e na Argentina. Será, ao menos, o caminho pelo qual optamos diante das possibilidades surgidas a partir da pesquisa em arquivos brasileiros e argentinos. Quiçá através deste texto seja possível perceber o

quanto a história reflete o conflito ibero-americano (e latino-americano) contra a desqualificação e em busca de reconhecimento e legitimidade. Em última instância, o conflito contra o “*el nudo de nuestra soledad*” referido por Gabriel García Márquez.

CAPÍTULO I

MODERNIDADE E CIRCULAÇÃO CULTURAL E DE IDEIAS: INTEGRAÇÃO E ESCRITA DA HISTÓRIA NO BRASIL E NA ARGENTINA

INTEGRAÇÃO, TEMPO HISTÓRICO E MODERNIDADE

O momento actual deve principalmente cogitar das energias intellectuaes, selecção de valores, visando a cordialidade cultural pela approximação internacional, pelo pensamento, pela palavra, pela actividade mental em todas as manifestações - livro, tribuna, radio ou jornal.

A nós, americanos, nos preocupam, mais que nunca, o conceito e a critica scientifica da Historia da América, - os destinos culturaes do Novo-Mundo.

[...]

A Historia, bem nos cumpre saber, é um organismo vivo, como a linguagem humana, por exemplo; e é, portanto, uma sciencia objectiva e experimental [...].

[...]

Deve collimar uma finalidade muito mais elevada e productiva que a de simples polimento intellectual, antes de poderoso factor de attracção, afinidade e cohesão dos povos da America, que Bolivar fez unida e livre, de organização e intercambio intellectual das raças, de estimulo á consolidação da paz intercontinental.

[...]

[...] A Historia deve ser a melhor cooperadora da Paz.

[...] As paixões partidarias ou sectaristas, os preconceitos morbidos do misoneismo e da xenophobia, são incompativeis com a verdadeira sciencia dos factos humanos, infringem os cânones mais elementares da pedagogia da Historia.

[...]

Para o metaphysico HEGEL, a Historia é a corporificação de uma idéa. Para MICHELET deve ser uma perfeita *resureição* [grifo no original] dos homens e dos factos celebres do cyclo da humanidade, e influe directamente na obra da educação e do character nacional.

[...]

A' bibliographia historica americana podem perfeitamente applicar-se as normas recommendadas pela Commissão de Bibliographia do Comité Internacional das Sciencias Historicas. Deve ella limitar-se aos dados essenciaes, não comportando longas apreciações ou commentarios, e sendo adoptado o systema uniforme, o decimal, por exemplo.

Quanto aos archivos, os dados do fichario devem reportar-se ao nome do autor, ao assumpto de que se trata e mais precisas remissões aos documentos congêneres, de modo a permittir a consulta rápida, sendo igualmente de aconselhar o systema decimal.²²

²² FLEIUSS, Max. *Conceito e Interpretação da História da América e Técnica da Bibliografia e dos Arquivos*. s/n, 1937. O artigo se encontra impresso e depositado no Arquivo Pessoal de Max Fleiuss no IHGB. Nele não há referências do local de publicação, mas, posteriormente, o encontramos publicado nas atas do Segundo Congresso de História da América realizado em Buenos Aires em 1937. A tradução para o castelhano é de Benjamin de Garay.

Em 1937, às vésperas da Segunda Guerra e já deflagrada a Guerra Civil Espanhola, com a leitura de Charles Richet e, como vimos no trecho acima, Michelet e Hegel como suporte teórico, Max Fleiuss fala sobre a escrita e o ensino da história da América. Em artigo preparado para o Segundo Congresso de História da América de 1937, o historiador, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, demonstra em meio a um discurso de enaltecimento das relações entre Brasil e Argentina, a importância da revisão da história escrita e ensinada na América. Diz que a criação do Instituto Cultural Argentino Brasileiro em Buenos Aires, sob a presidência de Rodolfo Rivarola, e do Instituto Cultural Brasileiro Argentino no Rio de Janeiro, sob a presidência do ministro Rodrigo Octavio, vinha contribuindo amplamente para o aprofundamento destas relações e para a atualização da visão de história que se desenvolvia nos dois países. Para Fleiuss, a história seria uma “ciência redentora”²³ e, como tal, precisava ser valorizada e constantemente revista de modo a propagar a solidariedade e o conhecimento mútuo entre os países americanos.

Fixemo-nos nos trechos acima selecionados do artigo de Fleiuss. Neles encontramos uma apresentação resumida, mas profunda acerca do significado da história e da importância do seu estudo na década de 1930. Neste momento do primeiro pós-guerra, quando os conflitos internacionais acirravam-se apontando para um novo conflito, o autor ressalta a necessidade de que os intelectuais atuassem em conjunto, por meio de suas ideias, na promoção da aproximação e da cordialidade pela via cultural. Para ele, fazia-se ainda mais necessário repensar o conceito e a interpretação da história da América a fim de promover a união e a paz no presente e projetar os “destinos culturais” futuros do “Novo Mundo”. Afinal, a história “deve ser a melhor cooperadora da paz”. Isto porque ela seria um “organismo vivo, como a linguagem humana”, ou seja, seria passível de mudanças, apropriações e interpretações. Assim, seria uma “sciencia objetiva e experimental”. Confere, portanto, valor científico ao trabalho do historiador, num momento peculiar de constituição do campo no Brasil, e enfatiza seu papel de experiência vivida que auxilia na orientação das ações presentes e futuras. Esta “sciencia dos factos humanos” não poderia condizer com a xenofobia e os preconceitos que assolavam o mundo em seu contexto histórico, pois seus “cânones” e sua “pedagogia” não permitiriam ideias pautadas nestas expressões de intolerância. Atenção aqui à utilização do termo religioso “cânone” e do educacional “pedagogia” para se referir a uma história que teria a função de orientar, direcionar,

²³ Ibidem.

mostrar o que seria certo ou errado, ensinar aos homens como viver, pensar e agir. Assim, ela seria a conjugação da metafísica abstrata de Hegel²⁴ com a concepção concreta de Michelet que lhe confere função nevrálgica na formação das nacionalidades e na orientação prática das ações humanas.

A referência a Michelet não é gratuita. No século XIX na França, contexto do romantismo e após a Revolução Francesa, ele desenvolve o conceito de “Renascença”. Através dele, responderá às exigências que sua época lhe impunha. Herdeiro dos princípios da Revolução²⁵, criou esta noção histórica, segundo Lucien Febvre, “porque ela correspondia às exigências de sua história, a história humana e viva que ele estava, já havia anos, em vias de realizar”²⁶. Mais ainda: foi Michelet, de acordo com o mesmo autor, o responsável pela introdução dos arquivos no estudo da história, “foi ele quem fez com que os arquivos reentrassem na vida; quem, primeiro, de papéis mortos, extraiu sangue quente e vivo”²⁷. Em sua metodologia, ele inseria os homens em seu tempo e se empenhava em trazer à tona suas experiências através dos vestígios históricos por eles deixados, ou seja, através das fontes, do material documental. Exerceu, assim, papel fundamental no desenvolvimento do campo dos estudos históricos em sua época; “[...] envolveu todos os homens do seu tempo, fê-los participar da sua criação, e tornou o conceito, ao mesmo tempo, forte, vivaz e fecundo”²⁸. Quanto à sua metodologia, pode-se dizer que não se encontra engessada, imóvel:

É o resultado de um equilíbrio entre tendências muito definitivas e influências muito diversas. E eis precisamente por que Michelet é sempre tão apaixonante para o historiador. Michelet é um deus da história e é um homem de seu tempo.²⁹

Lembremos que, nascido em 1798, Michelet não optou pelo estudo da história, simplesmente porque o que hoje conhecemos como história, ou mesmo a maneira como Fleiuss a compreendia, sequer existiam. Sua importância está em justamente desenvolver a noção de história a partir de seus estudos sobre a Renascença e a Revolução Francesa³⁰. Deste modo, torna-se evidente a importância da referência de Max Fleiuss a Michelet ao tratar da história. Ora, o

²⁴ Cf. HEGEL, G. W. Friedrich. *Lições sobre a filosofia da história*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1967.

²⁵ Quanto à capacidade de Michelet em conjugar os princípios universalizantes da Revolução Francesa e os ideais de nação e nacionalismo, cf. TODOROV, Tzvetan. Michelet. In: *Nous et les autres. La réflexion française sur la diversité humaine*. Paris : Éditions du Seuil, 1989. p. 235-246.

²⁶ FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. SP: Scritta, 1994. p. 46.

²⁷ *Ibidem*, p. 62.

²⁸ *Ibidem*, p. 120.

²⁹ *Ibidem*, p. 121.

³⁰ Cf. MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. SP: Companhia das Letras, 1989. 7 volumes.

historiador brasileiro vivia justamente um momento de tentativa de afirmação do campo em seu país e buscava na história a orientação para o presente que Michelet encontrou na temporalidade e formação histórica na qual se inseria. Buscava o sentido de um caráter nacional e americano. Valorizava ainda como aspecto central do trabalho do historiador a ida em arquivos como forma de tornar a história viva e mais próxima da realidade. Não é por acaso que, ao final do trecho do artigo de Fleiuss com o qual iniciamos esta discussão, encontramos a preocupação com a inserção da bibliografia americana nas normas internacionais, em meio à busca de reconhecimento e legitimidade para a produção intelectual e, mais ainda, a notável intenção de que os arquivos sejam bem organizados de modo a viabilizarem o acesso do historiador. Seria este trabalho de pesquisa documental que conferiria legitimidade ao trabalho histórico e, portanto, os investimentos neste sentido deveriam ser intensos. É evidente que Fleiuss não pensava esta questão isoladamente. Em outros países ibero-americanos desenvolveu-se no início do século XX a preocupação com a pesquisa em arquivos. Isto era algo que o historiador argentino Ricardo Levene também defendia ao afirmar ser necessário que o historiador se empenhasse “*en el estudio de las fuentes*”³¹. Pressuposto que já se encontrava, inclusive, na organização da *Academia Americana de Historia* fundada em Buenos Aires em 1919.

Alejandro Eujanian analisa o processo, iniciado entre as décadas de 1910 e 1920, pelo qual o estudo da história foi sendo profissionalizado e institucionalizado na Argentina. De acordo com o autor, neste período começa a ser construída a imagem do historiador profissional, principalmente a partir da atuação dos membros da Nova Escola Histórica, como o próprio Ricardo Levene – um de seus líderes. Nela a relação com a pesquisa documental seria a base fundamental para a reconstrução do passado. Isto diferenciaria a história da literatura e lhe conferiria caráter científico “*afirmando, de este modo, el status social y académico de la historiografía como disciplina profesional*”³². Segundo ele, o uso de documentos permitiria a objetividade necessária à profissionalização do trabalho do historiador. Alejandro Cattaruzza lembra que, para os historiadores desta geração, sobretudo – mas não apenas – para a Nova Escola Histórica, a profissionalização, a objetividade e a especialização seriam as bases de uma produção histórica que relacionava-se aos interesses estatais, em especial na década de 1930, e

³¹ LEVENE, Ricardo. *Investigación, enseñanza universitaria y cultura general*. La Plata: Extensión Universitaria (Conferencias), Imprensa H. E. Benevides, n. 13, abril de 1933. p. 11.

³² EUJANIAN, Alejandro. Método, objetividad y estilo en el proceso de institucionalización, 1910-1920. In: CATTARUZZA, Alejandro e EUJANIAN, Alejandro. *Políticas de la historia. Argentina 1860-1960*. Buenos Aires: Alianza, 2003. p. 72.

favoreceriam o conhecimento da nação e o sentimento de pertencimento a ela. Deste modo, a história possuía um amplo espaço de atuação que produzia efeitos diretos na sociedade. Para Cattaruzza, estes foram pontos importantes para as diferentes vertentes que pensaram a história na Argentina nas primeiras décadas do século XX, pois eram critérios que diferenciavam a disciplina de outras áreas. Citando o autor:

[...] la historia profesional se daba una obligación que iba más allá de sus propias instituciones y consistía en contribuir al conocimiento del ‘alma de la nación’ y a la extensión del sentimiento de pertenencia a ella en la sociedad, impulsado con ahínco por el Estado. En el corazón del proyecto de profesionalización tal como fue planteado hacia fines del siglo XIX se hallaba, entonces, la idea de que la historia tenía un espacio de intervención externo a ella.³³

Cattaruzza diz ainda que este processo foi iniciado com força na década de 1910, por ocasião das comemorações do centenário da independência argentina. A profissionalização dos estudos históricos era então necessária para levar patriotismo aos filhos de imigrantes através do desenvolvimento do sentimento nacional ao qual nos referimos, o que se daria a partir da pesquisa documental e do ensino da história. Uma ferramenta de grande importância neste projeto seria “*la divulgación de una versión del pasado, no sólo a través de las clases formales de la escuela, sino también de un complejo de rituales patrióticos*”³⁴. Em outro de seus trabalhos, Cattaruzza afirma que, herdada dos historiadores europeus no final do século XIX, esta mínima preocupação metodológica com a análise de documentos escritos, “*garantizaría la objetividad de los productos del trabajo del historiador*”³⁵. Além disto, sobretudo no momento do centenário, o ensino da história deveria “*contribuir para fortalecer la nacionalidad*”³⁶.

No Brasil, Manoel Salgado Guimarães estudou as heranças de uma tradição antiquária na forma como se desenhou a escrita da história no século XIX; além de sua presença em instituições como o próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Segundo ele, a partir do século XVIII a atividade dos antiquários passou a ser vista como amadora e inútil. Afinal, com o iluminismo busca-se um sentido de utilidade no estudo do passado de modo a viabilizar ações sobre o presente e o futuro. Assim, o esforço colecionista dos antiquários seria, de acordo com este olhar renovado sobre a história, atividade diletante sem significado pragmático para o

³³ CATTARUZZA, Alejandro. Por una historia de la historia. In: *Ibidem*, p. 203-204.

³⁴ *Ibidem*, p. 209.

³⁵ *Idem*. *Los usos del pasado. La historia y la política argentinas en discusión, 1910-1945*. Buenos Aires: Sudamericana, 2007. p. 157.

³⁶ *Ibidem*.

presente. Colectonar objetos e documentos do passado não teria um objetivo em si. Era preciso que este material se tornasse objeto de reflexão para a história. Neste sentido, a crítica iluminista não se direcionava à prática dos antiquários, mas sim à sua adoração por objetos passados sem que dela fossem retirados ensinamentos para o presente e o futuro. Era preciso transformar estes objetos em fontes que, com método e esforço reflexivo, ofereceriam dados para o conhecimento do passado. O projeto iluminista, para o autor, seria “aproximar os homens do passado do presente pela via da história e da sua visualização [...]”³⁷. Este projeto teria deixado marcas evidentes nas concepções de história dos séculos XIX e XX. Mais ainda, viabilizou a criação de instituições que poriam em prática uma ideia de história que conjugava a pesquisa erudita com métodos de uma cultura histórica transformada a partir do século XVIII. De acordo com Manoel Salgado, o IHGB seria representativo destes interesses. Podemos dizer que o mesmo ocorria com a própria *Academia Americana de Historia* a qual nos referimos, mesmo que sua fundação date de 1919, quase cem anos depois da criação do IHGB. A prática antiquária, agora fornecedora de fontes para a análise histórica, reapropriada e relida por uma nova visão do tempo, ofereceria elementos para a escrita da história nacional, preocupação central para países como o Brasil e a Argentina ao longo do século XIX (e, acrescentamos, nas primeiras décadas do século XX). A importância da organização de arquivos e da viabilização da consulta aos historiadores como forma de conferir caráter de verdade ao que é dito sobre o passado torna-se aqui evidente. Podemos dizer que os resquícios desta prática antiquária mesclados a uma perspectiva empirista-positivista de meados do século XIX contribuem para a pesquisa histórica e para a organização de instituições históricas até as primeiras décadas do século XX.

Em correspondência com Max Fleiuss, Nicanor Sarmiento, segundo presidente da *Academia Americana de Historia*, lhe envia um recorte de periódico no qual constavam as bases da Academia. Nelas destacamos, a princípio, o primeiro e o quarto parágrafos do artigo I sobre as finalidades da instituição:

1º Buscar la uniformidad para los estudios y conocimiento de la Historia de América, basado en métodos científicos y en la compulsión de los documentos que guardan los archivos oficiales y particulares, instando ante quienes corresponda para la publicación de índices de dichos documentos.

³⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Reinventando a tradição: sobre o antiquariado e a escrita da história. In: RIOS, Kênia Souza e FURTADO FILHO, João Ernani (org.). *Em Tempo: história, memória e educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p. 57.

4º Investigar la existencia de fuentes informativas, establecer su veracidad, autenticidad y valor histórico, haciéndolas conocer en publicaciones periódicas.³⁸

Aqui vemos claramente o incentivo da instituição à pesquisa documental em arquivos públicos ou particulares e a preocupação em que esta fosse viabilizada para o historiador e o público em geral. Porém, destacamos outro aspecto presente nas bases da mesma instituição. Aspecto diretamente relacionado à visão de história que direcionava seu trabalho e que pode ser também percebida nas falas de intelectuais pertencentes a outras associações envolvidas na escrita e no ensino da história. Vejamos outros artigos que versavam sobre as finalidades da Academia:

2º Asociar para cooperar a estos fines, a las academias, institutos y sociedades históricas, geográficas y culturales del continente americano y de España.

[...]

13º Recopilar y publicar las tradiciones y leyendas que se hayan recogido de los pueblos aborígenes de América.

14º Publicar una Historia General de América, con la cooperación de los historiadores adherentes a la Academia.

15º Difundir el conocimiento de la historia por medio de conferencias y publicaciones, explicando la causa de los hechos y su influencia en las costumbres, carácter y organización de los pueblos.

16º Celebrar certámenes o congresos históricos.

17º Establecer una metodología científica para el conocimiento y enseñanza de la Historia de América, y proponerla a los institutos educacionales.

18º Publicar un Diccionario Biográfico Histórico Americano que comprenda la vida de los hombres de estado y de ciencia, escritores, artistas, etc. cuyas obras hayan influido en el progreso de América.³⁹

Desenham-se neste trecho as diretrizes que identificamos na produção da História da América durante as primeiras décadas do século XX. Em especial no que tange à preocupação com o diálogo entre ex-colônias e ex-metrópoles (neste caso a Espanha) e, ao mesmo tempo, o olhar acentuado para o estudo do passado, buscando características próprias (como o passado indígena) de modo a valorizar a cultura americana e construir autonomia. Ao mesmo tempo, se apresenta aqui uma visão de que o passado do continente deveria ser divulgado entre os jovens e o público em geral, por meio das instituições educacionais, de conferências, palestras e congressos históricos, de modo a orientá-los no progresso futuro. Ilustramos ainda este argumento com alguns trechos das normas aprovadas pela comissão brasileira acerca da *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia*, assinada entre Brasil e Argentina no dia 10 de

³⁸ Bases da fundação da Academia Americana de História em Buenos Aires no ano de 1919. Carta de Nicanor Sarmiento a Max Fleiuss. Buenos Aires, 15 de outubro de 1919. Arquivo Pessoal de Max Fleiuss. Acervo: IHGB.

³⁹ Ibidem.

outubro de 1933⁴⁰. Estas normas foram revistas em reuniões da comissão e defendem, quanto ao ensino da história, os princípios da generalidade, referido ao estudo de todos os âmbitos do passado nacional; da cordialidade e da solidariedade entre os países ibero-americanos; do idealismo quanto ao desenvolvimento de um sentido de coesão entre as diferentes nacionalidades americanas; da americanidade, no sentido de construção de uma consciência americanista que geraria a pacificação na região; e de veracidade, no que tange à busca de comprovação para a pesquisa histórica que deveria se basear principalmente em acontecimentos eventuais. Reproduzimos aqui os trechos referentes aos princípios de generalidade, idealismo, americanidade e veracidade:

Generalidade

A Historia da Civilização brasileira deve ser elaborada de modo a interessar a juventude na avaliação de todos os aspectos do passado nacional. Manterão os compendios as proporções convenientes, entre as diferentes secções em que se divide a historia, a fim de que a visão parcial dos factos não prejudique a noção global de meio physico, povo, evolução e unidade do Brasil.

[...]

Idealismo

Os compendios de historia patria salientarão as tradições de desinteresse e idealismo da nossa política exterior, e a coherencia dos seus sentimentos de conciliação e cordialidade.

Americanidade

Sendo a veracidade um objectivo commum da historia, ella exige que a respeito das mesmas relações inter-americanas destaquem attitudes, iniciativas e factos, que formam a consciência americanista da nossa civilização e constituem uma segurança dos destinos pacificos do novo mundo.

Veracidade

Considerando que os textos historicos, utilizados no ensino primario e secundario, devem ministrar á juventude o maximo de noções exactas sobre o passado do seu paiz, as suas syntheses excluirão systematicamente dos themes controversos comentarios e divagações, limitando-se á indicação dos factos. Tratando-se de assumptos internacionaes, evitarão as qualificações offensivas e os conceitos que atinjam a dignidade dos Estados e os seus melindres nacionaes.⁴¹

Temos, assim, uma pauta do estudo da história que pretende voltar ao passado nacional em busca de um olhar global sobre diferentes aspectos que possam ser transmitidos à juventude; que valoriza o idealismo da política exterior; que se preocupa com a veracidade dos “fatos” ensinados em vista da construção da paz e com o respeito às diferentes nacionalidades. Isto em

⁴⁰ Neste momento, não aprofundaremos na *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia*, porque ela, assim como a tradução de livros entre Brasil e Argentina, é tema central do capítulo III desta tese. Portanto, ela será devidamente problematizada mais adiante.

⁴¹ *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geographia*. Ministério das Relações Exteriores. RJ: Imprensa Nacional, 1936. Convênio Brasil – Argentina para a revisão dos textos de ensino de história e geografia. (1933-1937). Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

vista do desenvolvimento de uma consciência americanista que pusesse os países americanos em conjunto num contexto de busca da pacificação das relações internacionais. A história serviria de inspiração e orientação na obtenção destes ideais. Traria em seu cerne a problemática de sermos americanos, ou ibero-americanos, considerando-se ser somente após a Segunda Guerra que os Estados Unidos se tornam hegemônicos. Neste sentido, destacamos ainda a visão de história demonstrada por Ricardo Levene em sua obra *La cultura histórica y el sentimiento de nacionalidad* datada de 1946:

La Historia no es un saber teórico, un modo de evadir el presente, subtrayéndonos a la acción, para admirar en actitud contemplativa un paisaje luminoso del pasado, épocas, hechos, hombres más gratos a nuestro espíritu. El pasado y su precipitación histórica forman parte de la realidad social y del drama del presente, pero no la historia sin hombres o en abstracto, sino lo acaecido y lo que acaece en constante sucesión y superación, ayudándonos a una interpretación de nuestra propia existencia y considerando lo histórico como una dimensión fundamental de la vida humana.⁴²

Na página seguinte, Levene complementa:

La Historia es expresión palpitante de la vida de un pueblo, de su unidad en el espacio y de su continuidad en el tiempo.⁴³

Ainda neste trabalho, aponta para o papel da história como formadora de uma “*política internacional americana*” de solidariedade e de promoção do conhecimento mútuo entre Brasil e Argentina:

En la vinculación de los pueblos del Brasil y la Argentina, las instituciones culturales han desempeñado una función trascendental, pero sobre todo los estudios históricos y geográficos se han elevado a la categoría de una política internacional americana, conocimiento de la verdad y de la naturaleza que fundamenta el respeto hacia el carácter de las naciones y la comprensión de los intereses e ideales colectivos.⁴⁴

Em outro texto, afirma também enfaticamente:

Pueblo que no sabe su historia no sabe dónde va porque ignora de dónde viene.⁴⁵

A ideia de um povo que necessita conhecer a história sobressai nas falas de Levene. O estudo da história atuaria como meio de garantir coesão a uma população marcada por diferenças

⁴² LEVENE, Ricardo. *La cultura histórica y el sentimiento de nacionalidad*. Buenos Aires/México: Espasa-Calpe Argentina, 1946. p. 18.

⁴³ Ibidem, p. 19.

⁴⁴ Ibidem, p. 45.

⁴⁵ Idem. *Política cultural argentina y americana*. Buenos Aires: M. Gleizer, 1937. p. 234.

étnicas e culturais e pelo incremento da imigração na segunda metade do século XIX. Aspecto que atingiu não apenas a Argentina, mas também o Brasil ao receber levadas de imigrantes europeus no mesmo período. Desde o início do século XX, seria preciso desenvolver, então, uma história pátria que correspondesse a esta nova realidade social. Falar de um povo, brasileiro ou argentino, exigia um exercício interpretativo que apagasse ou unisse as diferenças de modo a forjar uma identidade nacional. Afinal, a imagem de povo almejada pela classe dominante em muito se distinguia da realidade social miscigenada ibero-americana. Para muitos intelectuais, este era um problema. Um problema que buscava na história uma solução possível. Problema do qual Darcy Ribeiro tratou, tanto no âmbito brasileiro quanto latino-americano, num contexto histórico mais recente. Com matrizes e tradições culturais distintas teria se formado aqui um povo novo, já que culturalmente diferente das matrizes que o formaram, marcado pela mestiçagem e com traços culturais redefinidos. Um povo perpassado por problemas sociais e étnicos que dificultam sua visão de unidade e coesão⁴⁶. Na Argentina, Darcy Ribeiro lembra que a onda imigratória a qual nos referimos trouxe ao país italianos, espanhóis, alemães, poloneses e outros que transformaram por completo a composição populacional argentina e passaram a “imprimir suas próprias características à fisionomia da nação”⁴⁷. A problemática do povo, portanto, incidia sobre a história, ou melhor, sobre a concepção de história que historiadores e instituições históricas, ligados aos interesses das classes dominantes, pretendiam então desenvolver.

Os trechos das diferentes fontes apresentadas demonstram esta visão específica de história. Visão esta que nada tem de abstrata ou neutra, mas sim uma história a partir da qual se confere significado às ações humanas e que serve, em larga medida, como espaço de ação sobre o presente. Afinal, não é por acaso que na revisão conjunta dos textos de história e geografia entre Brasil e Argentina se enfatiza a importância da solidariedade internacional, da construção de uma esfera de paz nas relações internacionais pela via do diálogo intelectual. Não é também à toa que Ricardo Levene a entende como vinculada ao presente e inspiradora de ações que incidem diretamente sobre ele. A história seria, portanto, “uma dimensão fundamental da vida humana”;

⁴⁶ Cf. RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. Círculo do Livro, 1995. Em especial, p. 19. O problema da constituição do povo brasileiro afetou políticos e intelectuais desde o contexto imediatamente posterior à independência, como foi o caso de José Bonifácio de Andrada e Silva. Segundo Afonso Carlos Marques dos Santos, tratava-se neste momento de inventar não apenas um Brasil geopolítico, mas também simbólico e identitário. O povo era então uma questão central e dramática para os intérpretes do novo país. Cf. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil – Ensaios de história e cultura*. RJ: Ed. UFRJ, 2007.

⁴⁷ RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização: Estudos de antropologia da civilização*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 485.

seria o elemento que garantiria unidade e continuidade; funcionaria como uma “política internacional americana” em vista da realização de interesses coletivos; seria fundamental para que se saiba para onde ir, que caminho seguir dentre as diferentes possibilidades. Portanto, com inúmeras finalidades, a história, em nenhum momento estaria distanciada do presente. É fundamentalmente em resposta às exigências de sua época que Levene fala ou que as normas da *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* são produzidas. É do “momento atual” que Fleiuss parte a fim de demonstrar a importância dos intelectuais se reunirem em prol da promoção da integração cultural e conseqüentemente da paz entre os países ibero-americanos em 1937. É do presente que se parte para falar da história e da necessidade do seu conhecimento. O presente instiga o olhar que será direcionado ao passado. Assim, a concepção de história que estes historiadores desenvolviam no início do século XX e as problemáticas a eles trazidas pela modernidade não podem ser pensadas separadamente de uma discussão sobre o tempo histórico e as concepções de presente e dos diferentes passados com os quais lida o historiador.

Consideramos ser com o olhar condicionado pelo presente que nos voltamos para o passado. Não se trata de aplicar ao estudo do passado categorias teóricas e conceituais do presente. Porém, quando nos voltamos a ele, estamos envolvidos pelas problemáticas que atualmente experimentamos. Esta relação intrínseca entre passado e presente torna-se uma via de mão-dupla. O passado orienta o presente e este, por sua vez, nos instiga na busca pelo passado. Carl Schorske nos ensina a pensar com a história, o que se distinguiria por completo do pensar a história. Isto porque pensar com a história implica vê-la como processo, como dinâmica, em constante movimento de acordo com o presente no qual ela é retomada. “Pensar *com* [grifo no original] a história implica o emprego dos materiais do passado e das configurações em que os organizamos e compreendemos para nos orientar no presente”⁴⁸. Pensar com a história implica ainda ver a nós mesmos como profundamente marcados, em nossa vida mental, pessoal e coletiva, pelo presente histórico que vivemos e que se define a partir do passado ou contrário a ele. Assim, por um lado, implica a “utilização de elementos do passado na construção cultural do presente e do futuro”⁴⁹ e, por outro, “torna relativo o sujeito, seja pessoal, seja coletivo, de um modo auto-reflexivo, ao fluxo do tempo social”⁵⁰. É, portanto, em meio a este movimento de

⁴⁸ SCHORSKE, Carl. *Pensando com a história: Indagações na passagem para o modernismo*. SP: Companhia das Letras, 2000. p. 13.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 14.

busca de sentido para os rumos da intelectualidade e da política no início do século XX que historiadores como Fleiuss e Levene e instituições como a *Academia Americana de Historia* e a *Junta de Historia y Numismática Americana* voltarão seus olhares para o passado e para as maneiras de estudá-lo e escrevê-lo. Para estes historiadores, era preciso conhecer a história a fim de conferir sentido ao presente e ao futuro. Neste caso, a um presente e um futuro de solidariedade e cordialidade entre os países da Ibero-América e, conseqüentemente, aos empreendimentos desenvolvidos neste sentido, em especial no que tange às relações entre Brasil e Argentina.

Ao analisar a produção intelectual e artística do poeta Samuel Coleridge, do arquiteto Augustus Pugin e do romancista e político Benjamin Disraeli, na Inglaterra do século XIX, Schorske demonstra a possibilidade de revivificar o passado em meio à tentativa de responder às problemáticas do presente. Nestes casos, eles revivificaram o passado medieval, conferindo-lhe novo significado de modo a discutirem as próprias questões de sua época. Eles eram arcaístas e rejeitavam o presente. Porém, foram envolvidos por ele na produção do conhecimento. Assim, nas palavras do autor:

Os nossos três personagens tinham objetivos modernos enquanto pensavam com a história medieval para redimir a Inglaterra: Coleridge como teórico de um novo papel autônomo para a classe intelectual, Pugin como um designer espacial funcional, Disraeli como um ideólogo pioneiro da democracia tóri.⁵¹

Neste sentido, não apenas o passado é apropriado pelo presente como, ao mesmo tempo, é visto por diferentes ângulos de acordo com os instrumentos ideológicos, teóricos e metodológicos com os quais quem o estuda trabalha. Para Marc Bloch, “o passado é por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”⁵². Esta perspectiva nos faz perceber, mais uma vez, a história e o estudo do passado como dinâmicos, em constante movimento a partir das diversas tendências e ambiguidades apresentadas pelo presente. Olhar para o passado é, em última instância, pensar o presente. É atuar em busca de respostas para questões e conflitos contemporâneos. Não esqueçamos que Fleiuss se refere ao “momento atual” para justificar sua busca pelo passado e que Levene fala da história como formando “parte da realidade social e do drama do presente”.

⁵¹ Ibidem, p. 107.

⁵² BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 75.

Aqui se torna necessária uma discussão sobre a relação entre escrita da história e tempo histórico na passagem à modernidade. Reinhart Koselleck trabalha a problemática do tempo histórico. O autor é especialmente relevante para se pensar a teoria da história e suas relações com o sentido do tempo. É relevante ainda para a compreensão de como as esferas do presente, do passado e do futuro se encontram e influenciam em contextos históricos determinados. Koselleck defende a ideia de que toda visão de singularidade do tempo deve ser posta em dúvida e mostra que, no que tange ao olhar para o futuro, há um entrelaçamento de diferentes perspectivas. Estas seriam variantes de acordo com os interesses e as expectativas que cada um possui diante do seu tempo e do grupo ao qual pertence. Segundo o autor, seria impossível universalizar a ideia de tempo natural para o conceito de tempo histórico, pois “a própria singularidade de um tempo histórico único, distinto de um tempo natural e mensurável, pode ser colocada em dúvida”⁵³.

Pensando o sentido da história, Karl Löwith analisa as diferentes perspectivas de tempo para a Antiguidade, o judaísmo e o cristianismo. Demonstra, assim, como um futuro de certo modo previsível ou revelado por Deus foi se transformando historicamente “em expectativa devido à sua incalculabilidade teórica”⁵⁴. Neste sentido, o que mais nos separaria dos antigos seria sua crença no conhecimento prévio do futuro, por interferência racional no tempo ou pela consulta aos oráculos, enquanto para nós o futuro é um conjunto de expectativas, muitas vezes prognosticáveis, mas não calculáveis. Para exemplificar esta mudança na concepção do tempo, o autor lembra que Políbio, ao estudar a história de Roma, se perguntava como os acontecimentos passados levaram à conjuntura romana por ele vivenciava. Os historiadores modernos, ao contrário, ao estudarem a história da Europa preocupam-se com seu futuro e não necessariamente com o passado. Estes se questionam sobre como prosseguir, como seguir adiante. Isto se dá porque a fé hebraica e a cristã teriam “deturpado o significado clássico de *historien* e, simultaneamente, invalidado a perspectiva clássica do futuro como algo que pode ser investigado e conhecido como um facto”⁵⁵. Segundo Löwith, os historiadores atuais seriam herdeiros de ambas as tradições: antiga e judaico-cristã. Isto porque seriam ainda judeus e cristãos ao buscarem um futuro melhor através da história. Concomitantemente, trariam aspectos da visão antiga de história ao explorarem-na, assim como a natureza, “em nome de um conhecimento

⁵³ KOSELLECK, R. *Futuro Passado...*, op. cit, p. 14.

⁵⁴ LÖWITH, Karl. *O sentido da história*. Lisboa: Edições 70, 1991. p. 22.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 30.

desinteressado que se mantém incólume a qualquer interesse na redenção”⁵⁶. Portanto, “não somos nem antigos antigos nem antigos cristãos, mas modernos – ou seja, uma mistura mais ou menos inconsciente de ambas as tradições”⁵⁷.

A problemática das expectativas construídas a partir da história nos remete a outra também importante: quando se faz prognósticos para o futuro, se age politicamente sobre o presente e sobre o próprio futuro. Isto porque o que se disse que iria acontecer pode acabar de fato acontecendo, já que as ações políticas são encaminhadas neste sentido. Por esta via, é de grande importância pensar como o indivíduo experimentou ou experimenta seu presente e produz prognósticos sobre ele, já que esta dinâmica traz resultados notáveis para a ação política. Reinhart Koselleck demonstra como em meio a expectativas e prognósticos de futuro é possível que passado, presente e futuro se encontrem. Seguindo esta linha, pretendeu, então, “investigar a forma pela qual, em um determinado tempo presente, a dimensão temporal do passado entra em relação de reciprocidade com a dimensão temporal do futuro”⁵⁸. Assim, diante da tentativa de distinção entre passado e futuro teria se constituído um “tempo histórico” que se altera constantemente, sofre apropriações e está intrinsecamente ligado às condições de permanências e continuidades da longa duração na história.

Koselleck diz ainda ser a partir do Iluminismo no século XVIII que a ideia de história passa por um processo de singularização. Se até então se pensava em uma história no plural para fazer referência a histórias particulares e sem um nexos que as agregasse entre si, a partir deste período torna-se cada vez mais comum o uso da história no singular referindo-se a todas elas num único processo e tornando-a objeto de estudo em vista de captar o presente, o passado e o futuro como uma totalidade. Deste modo, ele analisa como uma transformação semântica pode trazer em seu cerne uma nova concepção filosófica de história. Em suas palavras:

No âmbito da língua alemã, portanto, ‘*die Geschichte*’ e ‘*die Geschichten*’ – derivadas das formas singulares ‘*das Geschichte*’ e ‘*die Geschicht*’ – eram formas plurais, capazes de aludir a um número correspondente de exemplos individuais. É interessante acompanhar o processo pelo qual a forma plural ‘*die Geschichte*’, de maneira imperceptível e inconsciente, e por fim com a ajuda de diferentes reflexões teóricas, condensou-se no coletivo singular.⁵⁹

⁵⁶ Ibidem, p. 31.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ KOSELLECK, R. *Futuro Passado...*, op. cit, p. 15.

⁵⁹ Ibidem, p. 50.

Em meio a este processo de transformação, diferentes tempos ocupam o lugar do passado visto como exemplo para o presente. A história não deveria mais esperar conselhos deste passado, mas sim de um futuro a ser construído. Assim, a visão de uma história mestra da vida ou exemplo a ser repetido perderia lugar para a ênfase em sua capacidade de construção e progressão para o futuro. A Revolução Francesa, como ressalta o autor, exerceu aqui importante papel. Ela serviu como uma experiência que resignificou todas as concepções anteriores acerca das mudanças e transformações históricas. Até então a ideia de tempo era lenta e ligada à religião. A partir da segunda metade do século XVIII a aceleração do tempo passa a denotar esperança para o futuro e a Revolução Francesa torna esta aceleração parte da realidade. O próprio conceito de revolução ganha significado de transformações e mudanças rápidas a partir desta experiência histórica que irá romper com a ideia de que o tempo histórico seria cíclico, passível de repetição. Esta nova visão de tempo e de futuro, portanto, relaciona-se diretamente a uma nova visão de história. Ainda citando Koselleck:

Sob tudo o que se disse até então, sob a singularização da história [*Geschichte*], sob seu processo de temporalização, sob sua inevitável supremacia e sob sua capacidade de produção anuncia-se uma transformação da experiência que domina a época moderna. A *Historie* foi destituída de seu objetivo de atuar imediatamente sobre a realidade. Desde então, a experiência parece ensinar justamente o contrário. [...]

[...]

[...] temos uma guinada dramática e completa no que se refere à capacidade de expressão de nosso *topos* – *historia magistra vitae*. Não se pode mais esperar conselhos a partir do passado, mas sim apenas de um futuro que está por se constituir.⁶⁰

O debate acerca da pluralidade de concepções de tempo e de sua importância para a história encontra-se amplamente presente na modernidade. Giacomo Marramao⁶¹ chama a atenção justamente para o recrudescimento da importância do fator tempo na modernidade e de sua relação com as concepções de poder então desenvolvidas. Com uma discussão bastante próxima de Koselleck, mas focalizada no século XVII, o autor demonstra como o futuro é, na verdade, consequência das vontades políticas que se manifestam no presente e projetado de acordo com os interesses plurais nele contidos. Existem múltiplas possibilidades de futuro que muitas vezes, por interesses políticos e ideológicos, são apresentadas como uma só, frequentemente mais pessimista e autoritária. Assim, relativizar o tempo histórico e demonstrar os entrelaçamentos entre presente, passado e futuro é um exercício fundamental na elaboração de

⁶⁰ Ibidem, p. 58.

⁶¹ Cf. MARRAMAIO, G. *Poder e Secularização...*, op. cit.

um debate sobre a escrita da história na passagem à modernidade. Isto porque modernizar é olhar para o presente para perceber suas demandas e olhar para o futuro a fim de construir prognósticos e perceber possibilidades que podem ou não virem a se concretizar. Estas esferas, portanto, se encontram numa perspectiva de tempo histórico que envolve os historiadores os quais nos propomos a estudar. Eles pretendiam estudar e escrever a história; reuniam-se em associações e academias com esta finalidade; correspondiam-se entre si utilizando-a, dentre outros assuntos, como temática; propunham-se a pensar novas bases para a pesquisa histórica com ênfase no trabalho em arquivos; e, em especial, pretendiam que ela servisse de laço de solidariedade entre os países ibero-americanos, com ênfase na relação entre Brasil e Argentina, como vimos na fala de Ricardo Levene. Ao fazerem isto, eles olhavam para o passado, mas seus objetivos, na verdade, situavam-se no presente e no futuro.

A história ajudaria a projetar o porvir. Portanto, identificamos nesta releitura da história desenvolvida em conjunto por estes países uma tensão entre a história pós-iluminista, voltada para a construção do progresso, para a qual ser moderno significava transformar e não aprender com o passado, e outra ainda marcada pelo aprendizado que poderia trazer para o presente e o futuro. Ou seja, no contexto ibero-americano, ao menos no Brasil e na Argentina, muitos historiadores ainda viviam a história mestra da vida, a qual Koselleck afirma ter sido enfraquecida pelo iluminismo. Porém, ela mesma era utilizada como forma de produzir inovações políticas, ou apenas acomodações e adaptações, diante do contexto da modernidade. Para estes historiadores, ligados à produção de uma história pretendidamente oficial, moderno era conjugar tradição e modernidade; história que ensina através de exemplos, mas que também deve ser esquecida em alguns pontos e reinterpretada em outros. História que, mesmo trazendo em seu bojo muito de uma concepção de mestra da vida, precisa de objetividade, documentos e crítica das fontes neste período de profissionalização e busca de cientificidade. Serve, assim, à unidade e à coesão social. Afinal, estas tensões historiográficas são inerentes a um contexto conflituado e marcado pela imigração, pelo encontro de diferentes valores sociais, e, nas décadas de 1920 e 1930 em ambos os países, por governos autoritários e pela recuperação das relações entre Igreja e Estado que, como analisaremos no próximo capítulo, contrapôs tradição e modernidade, fé e razão.

Diferenciando a noção de tempo das sociedades religiosas e das históricas, Marcel Gauchet observa que as religiosas, marcadas por uma ideia de passado fundador, percebem uma

identificação direta entre presente, passado e futuro. As históricas, ao contrário, separam estas dimensões como garantia do progresso, do desenvolvimento futuro, da não permanência de um passado concluído. Para Gauchet, o mundo religioso, pré-Revolução Francesa, é substituído na segunda metade do século XVIII pelo mundo da história, tendo como base a ideia de progresso. A história, portanto, é construída a partir de uma lógica religiosa. De acordo com o autor, no caso da Alemanha de Hegel, “a ideia de história vai se definir a partir de esquemas religiosos”⁶². Lá, ela teria encontrado seu apoio inicial em reflexões teológicas. Gauchet defende que, ao reunir progresso e religião, a história permite conjugar “[...] a continuidade e a novidade, o avanço e a conservação. Ela abre caminho às conquistas da razão e das Luzes, mas integrando-as ao quadro em que são desenvolvidas”⁶³. Assim, ela seria capaz de unir a sabedoria da tradição aos princípios racionais do progresso. Na Alemanha, Gauchet acredita que foi alcançada, por Hegel, a aliança entre a religião e a razão, tarefa na qual os franceses teriam falhado. Por isto, “é do casamento filosófico da tradição e do progresso que nasce a ideia de história em sua acepção contemporânea”⁶⁴.

Os historiadores que veremos neste trabalho promoverem a integração entre Brasil, Argentina e suas antigas metrópoles, estão ainda muito vinculados à identificação direta entre presente, passado e futuro, ou seja, a uma visão de tempo religiosa. Veremos que, para eles, a história ensina e, mesmo que não possa ser repetida, deve fornecer subsídios para o presente e o futuro das nações ibero-americanas em formação. Daí que, para estes indivíduos oriundos de sociedades ibéricas, a história permaneça em grande medida a mestra da vida. Nestas sociedades, ainda marcadamente religiosas, os vínculos entre história e religião são muitos. A busca de um passado fundador ibérico que gere união entre ex-colônias e ex-metrópoles, base da ideia de ibero-americanismo, encontra raízes numa noção de tempo religiosa que disputa espaço com uma ideia de história como progresso. Este conflito se torna evidente no início do século XX quando a inserção destes países na modernidade, contrapõe, política e ideologicamente, visões mais progressistas e outras mais tradicionais e conservadoras. O processo de integração que analisamos, ao defender uma história que ensine e forme as futuras gerações, que construa a paz e

⁶² GAUCHET, Marcel. *La condition historique. Entretiens avec François Azouvi et Sylvain Piron*. Paris: Gallimard, 2008. p. 310. No original: “[...] l’idée d’histoire va se définir à partir de schèmes religieux”.

⁶³ Ibidem, p. 313. No original: “L’idée d’histoire fournit précisément la formule synthétique qui permet de tenir ensemble la continuité et la nouveauté, l’avancement et la conservation. Elle donne le moyen de faire place aux conquêtes de la raison et des Lumières, mais en les intégrant dans le cadre où elles se sont développées”.

⁶⁴ Ibidem, p. 315-316. No original: “C’est de ce mariage philosophique de la tradition et du progrès que naît l’idée d’histoire dans son acception contemporaine”.

a unidade regional, que conjugue tradição e modernidade está vinculado a uma visão de tempo religiosa.

As referências de Max Fleiuss a Michelet e a Hegel ao tratar da história da América em 1937 ilustram nossa argumentação. Michelet, além da preocupação com a pesquisa em arquivos, desenvolveu os estudos históricos na França a partir da filosofia de Vitor Cousin – autor que serviu de referência para muitos jovens no início do século XIX que se opunham aos excessos racionalistas da filosofia iluminista do século XVIII. Hegel, por sua vez, como afirma Gauchet, foi capaz de reunir a religião e a razão, a tradição e o progresso. Acreditamos que este tenha sido um dos objetivos dos historiadores que analisamos em suas propostas de integração ibero-americana. Deste modo, podemos ainda considerar que também no Brasil e na Argentina o desenvolvimento conjunto da história nacional e da história da América pela *Junta de Historia y Numismática Americana/Academia Nacional de la Historia* e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro encontra suas origens numa perspectiva religiosa de tempo e sociedade que está na formação da própria história por Hegel, na Alemanha, e Michelet, na França.

Cabe destacar que o olhar dos historiadores sobre a modernidade no Brasil e na Argentina, evidentemente, não é único. Tratamos aqui de historiadores relacionados a importantes instituições históricas, ligados aos interesses dominantes, liberais conservadores que conjugavam valores tradicionais e modernos, católicos ou ligados a uma rede de sociabilidade católica... Enfim, vinculados a uma visão de modernidade que consideramos conservadora ao pôr em destaque, pragmaticamente ou não, as marcas da formação histórica ibérica e católica nas sociedades ibero-americanas. Daí o retorno ao passado colonial e sua releitura qualificada no início do século XX. Porém, esta é uma visão dentre muitas outras que expressaram os conflitos e incertezas de uma geração de intelectuais que se inseria num contexto de transformações políticas e sociais. Algumas mais progressistas, outras mais conservadoras, outras conjugando estes dois aspectos, o fato é que foram muitas as propostas de leitura do passado tanto no Brasil quanto na Argentina. Privilegiamos uma delas a fim de mostrar as tensões entre tradição e modernidade, entre liberalismo e conservadorismo e entre fé e razão em sociedades de formação ibérica que buscavam se inserir na modernidade e obter reconhecimento e legitimidade no período em questão. Mas, vale aqui uma visão geral de outras direções pelas quais seguiu este debate. Nestas direções, passado, presente e futuro se encontram, mas muito mais em busca de transformação do que de legitimação. Olhar para o passado, nestes sentidos de modernidade, não poderia significar

a busca de aprendizado para o presente. O futuro é que traria respostas e, então, muitas vezes seria preciso negar este passado colonial para aí sim construir autonomia.

No Brasil, a geração de modernistas da década de 1920 bem ilustra estas pretensões. Longe de uma visão favorável às antigas metrópoles, o modernismo formulou a crítica ao colonialismo na sociedade brasileira. Colonialismo que era visto como exploração e uma forma de descaracterização daqueles que seriam os verdadeiros valores do Brasil. Para estes, o passado, ao invés de reconhecimento, trazia decepção e frustração em razão do seu potencial negativo marcado pela atuação de Portugal. Assim, criticaram a língua portuguesa em sua versão lusa, a literatura tradicional portuguesa e negaram as supostas contribuições da metrópole à colônia. Paulo Prado, ao olhar para o passado, demonstrava sua tristeza em ser brasileiro, ao olhar para o futuro, pensava uma revolução cultural que pudesse transformar os parâmetros estéticos do país. Daí seu posicionamento ao lado dos modernistas. Segundo Carlos Augusto Calil, Prado “não via esperança no tempo presente”⁶⁵, tornando-se na década de 1930 um “historiador do futuro”⁶⁶. Por isto, foi financiador e incentivador da Semana de Arte Moderna de 1922. Sua visão dos colonizadores é triste e decepcionada. O subtítulo do seu livro *Retrato do Brasil* demonstra claramente esta perspectiva: *Ensaio sobre a tristeza brasileira*. A “tristeza brasileira”, devida aos colonizadores, também é apontada por Prado na primeira frase do livro: “Numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram”⁶⁷.

Mário de Andrade é um dos representantes modernistas avessos a Portugal e ao colonialismo em si. Nesta linha, Mário negou qualquer forma de gratidão com a antiga metrópole que teria apenas explorado o Brasil para proveito próprio. Esta oposição fica clara, inclusive na correspondência por ele trocada com seu “tio” Pio Lourenço Corrêa entre as décadas de 1910 e 1940. Pio era casado com Zulmira de Moraes Rocha, prima de Mário de Andrade. Este se referia a Pio como “tio” devido à convivência com um primo que era realmente seu sobrinho. Pio era autoritário, conservador, elitista, hierárquico e muito ligado a valores tradicionais. Era, portanto, política e ideologicamente oposto a Mário. No entanto, representou um dos principais interlocutores do modernista. Seus embates por correspondência ilustram de forma significativa o

⁶⁵ CALIL, Carlos Augusto. Paulo Prado, Entre Tradição e Modernismo. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia M. (org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. SP: Companhia das Letras, 2009. p. 141.

⁶⁶ *Ibidem*.

⁶⁷ PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. SP: Oficinas Gráficas Duprat-Mayença, 1928. Versão para e-book, digitalizada em 2006 a partir desta 1ª edição de 1928.

conflito entre tradição e modernidade e entre modernismo e conservadorismo no Brasil das primeiras décadas do século XX. Em diferentes momentos da vida de Mário, principalmente naqueles de maiores conflitos ou decepções pessoais e profissionais, era na fazenda de Pio no interior de São Paulo que ele se abrigava, aproveitando, inclusive, para escrever ou revisar alguns de seus trabalhos – um dos mais importantes deles, *Macunaíma*, é um exemplo. Nas cartas trocadas entre eles, organizadas em publicação recente com introdução de Gilda de Mello e Souza, Pio reafirma as hierarquias sociais, o domínio dos fortes sobre os fracos, as normas tradicionais do que seria a verdadeira língua portuguesa, a religiosidade, a família... Enfim, uma série de princípios com os quais Mário se chocava e tentava combater. Embora, nas cartas com o “tio”, de forma muito afetiva e carinhosa. De todo modo, fica evidente a tensão entre os valores conservadores de Pio e a modernidade de Mário. Tensão que refletia a própria sociedade do período.

Contudo, o que mais nos interessa aqui é a oposição entre Mário e Pio no que concerne ao colonialismo português. Nas cartas, Mário afirma sua simpatia pelo país, mas nega qualquer afinidade com o colonizador. Assim, num contraponto com aqueles que viam na modernidade uma possibilidade de reaproximação com as ex-metrópoles, como aqueles historiadores que estudamos nesta tese, diz se sentir mais próximo de um russo ou um guatemalteco do que dos portugueses. Com a ironia comum a todas as suas cartas, escreve a Pio de forma a provocá-lo:

Pessoalmente, a minha convicção é que nós não temos nenhuma dívida pra com Portugal. Tudo o que ele fez aqui foi obrigado pelas circunstâncias naturais de colonizador, como todos os colonizadores, necessariamente ganancioso, e pelas angústias inda mais naturais do crescimento da Colônia. Nunca senti gratidão nenhuma pra com Portugal, nem com um português. Apesar das tradições que, o Sr. sabe, não recuso nem renego. Mas gosto muito de português, acho-os vitalmente inteligentes, e se a nossa camaradagem me permite uma pequena ida a alcova, estou convencidíssimo que amor de portuguesa é mesmo incomparável e preferível aos demais.⁶⁸

Pio, ao contrário, conservador e tradicionalista, se opõe à visão de modernidade de Mário. Para ele, não seria possível deixar de lado as supostas dívidas com Portugal. Mário estaria sendo, em sua opinião, injusto com a ex-metrópole. Para Pio, comparando-se com os demais países que tentaram colonizar o Brasil, como os holandeses e os huguenotes franceses (ambos protestantes), foram os portugueses (católicos) que conseguiram “proporcionar o ... gozo pessoal e o da

⁶⁸ Carta de Mário de Andrade a Pio Lourenço Côrrea. São Paulo e São João de 1933. In: *Pio e Mário: diálogo da vida inteira. A correspondência entre o fazendeiro Pio Lourenço Corrêa e Mário de Andrade. 1917-1945*. SP: Edições SESC SP; RJ: Ouro Sobre Azul, 2009. p. 235.

comunidade de que fazemos parte”⁶⁹. Assim, o mérito da colonização não poderia ser retirado dos portugueses católicos; fazê-lo seria cometer uma grave injustiça com Portugal. Para exaltar a ex-metrópole, Pio faz uma digressão sobre as qualidades artísticas e literárias dos portugueses, além, claro, de sua história gloriosa de navegação. Diante desta discussão, Pio encerra carta de junho de 1933 repreendendo Mário: “Não seja injusto, homem!!!”⁷⁰.

Mário responde no mês seguinte dizendo concordar com as opiniões literárias de Pio sobre Portugal, mas reafirma sua oposição a qualquer forma de gratidão ao país. Para ele, se Portugal fez algo pelo Brasil, o fez porque era historicamente necessário e para beneficiar a si próprio. Gratidão ele diz ter naquele contexto da década de 1930 em que, por causa da repressão posterior à Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, muitos paulistas se exilaram em Portugal. Porém, acredita que o Brasil a ele nada devia em termos históricos. O modernismo de Mário incluía uma boa dose de esquecimento em relação aos valores tradicionais portugueses e às relações entre Portugal e Brasil; a não ser, claro, que estas fossem vistas num sentido negativo. Vejamos as próprias palavras de Mário:

Gostei das suas digressões lusitanas e concordo com elas inteiramente. Só recuso a gratidão pelo colonialismo. Me sinto grato agora, pela maneira com que os portugueses trataram os paulistas do exílio, mas pelos Mens de Sá, Cabrais, e mais emboabas, vejo um fenômeno histórico apenas, o apreço pelo seu lado econômico, não me interessa de maneira nenhuma saber se foi melhor colonização portuguesa do que holandesa ou inglesa [divagações completamente inúteis, diante duma realidade que já passou] e vou pra diante. Gratidão, ternura, nenhuma. Mas tenho outras gratidões e ternuras, como já lhe confessei...⁷¹

Vemos ainda que para Mário a “realidade que já passou” não deveria mover os debates a ele contemporâneos sobre a construção de uma identidade brasileira, sobretudo porque esta identidade não poderia corresponder ao passado colonial. Aqui era preciso olhar para o futuro a fim de construir o “verdadeiro” brasileiro com características próprias distantes da relação colonizador/colonizado que marca a história do país. Assim, a relação entre tempo histórico e modernidade se transforma, já que, mesmo que presente, passado e futuro se encontrem, era preciso “esquecer” o passado para construir o futuro. Afinal, os debates sobre o passado colonial seriam “divagações completamente inúteis”. Para ele, ser moderno era não aprender com o

⁶⁹ Carta de Pio Lourenço Corrêa a Mário de Andrade. Araraquara, 26/30 de abril de 1933. Ibidem, p. 237.

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ Carta de Mário de Andrade a Pio Lourenço Côrrea. São Paulo, 19 de julho de 1933. Ibidem, p. 239.

passado. Visão de modernidade oposta à modernidade conservadora a qual analisamos neste trabalho.

Na Argentina, várias ideias de modernidade também se apresentaram. Na esfera literária, o modernismo; nas práticas historiográficas, a Nova Escola Histórica, o revisionismo histórico, a perspectiva ultraconservadora dos nacionalistas católicos, a historiografia de esquerda... Enfim, diferentes perspectivas que esboçam os conflitos de uma sociedade em busca de identidade, especialmente após as levas imigratórias da segunda metade do século XIX. Mais adiante na tese apresentaremos melhor esta tensão, mas destacamos desde agora que no país a reaproximação com as ex-metrópoles se deu em muitas destas vertentes e representou a ruptura com rivalidades que vinham desde o início do século XIX. Evidentemente, as leituras sobre as ex-metrópoles serão diversificadas, ganhando aspectos ora mais liberais ora mais conservadores. Cabe ressaltar aqui as particularidades de uma sociedade que ao receber um grande número de imigrantes acaba representando a própria modernidade. Jorge Luís Borges, antiperonista e conservador em diferentes pontos, defendia a ideia de que os hispano-americanos são europeus desterrados e, por isto, herdeiros de não apenas uma, mas muitas tradições. No caso argentino, sua singularidade estaria no fato de que seus habitantes escolheram ser argentinos ao se estabelecerem no país. Além disto, segundo ele, se fala um idioma europeu, se lê livros europeus e se pensa o tempo todo na Europa, o que muitas vezes tornaria os argentinos mais próximos dos europeus do que dos demais hispano-americanos.

Em entrevista fornecida ao jornalista Osvaldo Ferrari nos anos 1980, Borges afirma se sentir “um europeu no desterro”⁷², mas este desterro seria positivo para a formação de sua identidade, porque na América se poderia sentir as diferentes culturas que formam a sociedade europeia mais do que na própria Europa. Assim, não apenas o colonialismo mais a própria imigração teriam trazido fatores positivos para as sociedades ibero-americanas através da mescla cultural e linguística deles oriunda. Borges ainda inverte o sentido da modernidade ibero-americana como inspirada na Europa ao defender que o modernismo “surge, isto é muito significativo, deste lado do Atlântico, não do outro”⁷³. Afinal, Ruben Darío, Jaimes Freyre e Leopoldo Lugones antecederam e inspiraram os poetas modernistas espanhóis. Segundo ele, até mesmo a poesia francesa teria sido revelada aos espanhóis pelos argentinos, especialmente por

⁷² BORGES/FERRARI, Osvaldo. *Sobre os sonhos e outros diálogos*. SP: Hedra, 2009. p. 30.

⁷³ *Ibidem*, p. 31.

Darío, sem o qual o modernismo europeu não teria existido. Borges aproveita ainda para destacar o cosmopolitismo que caracterizou a modernidade argentina. Através deste exercício de reflexão, Borges acaba por subverter a própria ideia de desqualificação que analisamos nesta tese, a partir do momento em que confere a precedência do modernismo aos argentinos e não aos europeus. A modernidade estaria, na verdade, na América Ibérica. Por mais que este exercício também represente a busca de reconhecimento e legitimidade por Borges para sociedades de passado colonial, esta busca se dá em outro sentido a partir do qual os ibero-americanos são vistos como pioneiros e não como reprodutores da cultura europeia.

Em meio às inúmeras possibilidades de se pensar a história e sua relação com a modernidade no início do século XX, surgem tensões que contrapõem as transformações políticas e sociais de países em vias de secularização a valores tradicionais oriundos da formação ibérica católica. Muitos caminhos são apontados tanto no Brasil quanto na Argentina. Para alguns seria preciso pensar no futuro, projetá-lo de forma a construir identidades nacionais ainda frágeis e confusas. Para outros, a história exerceria papel central neste processo. Daí a necessidade de se investir em seu estudo reunindo no tempo presente, a leitura do passado, as demandas da atualidade e os projetos para o futuro. Estes são os historiadores com os quais trabalhamos. Não tratamos dos modernistas ou da subversão da desqualificação inspirada por Borges. Pensamos sim historiadores ligados às ideias liberais, mas que não puderam se afastar por completo do peso da tradição ibérica que marcou suas formações. Com isto, construíram uma modernidade que, ao mesclar o passado a objetivos futuros e valores tradicionais a outros modernos, se constituía, na verdade, em uma modernidade conservadora. Acreditamos que estes historiadores se encontrem em meio a um processo que gera conflitos e tensões e embaralha ideias, crenças e valores. São autores para os quais o passado colonial e a metrópole não podem ser esquecidos como forma de “garantir que as coisas não saiam dos eixos” diante da modernização e das rupturas ocorridas nas primeiras décadas do século XX tanto no Brasil quanto na Argentina. Vemos então como, para eles, mesmo com as transformações da escrita da história após a Revolução Francesa, ela segue sendo a mestra da vida, não num sentido de repetição dos exemplos, mas em três sentidos distintos: auxiliando a perceber e a evitar os erros do passado no presente; contribuindo para a coesão social, para a unidade em sociedades heterogêneas; e auxiliando nos projetos de integração ibero-americana e entre antigas colônias e metrópoles. Daí a ênfase no estudo da história no período. Uma história tensa e conflituada que é, ao mesmo tempo, progresso e mestra da vida.

A JUNTA DE HISTORIA Y NUMISMÁTICA AMERICANA E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO: DIÁLOGOS INTELECTUAIS E CONSTRUÇÃO DO IBERO-AMERICANISMO

A mi entender, no podemos definir el nacionalismo con el criterio de los pueblos antiguos que solo veían en los vecinos enemigos naturales a quienes se debía odiar y temer ante el peligro de la proximidad.

Así como un hombre no puede cultivar su espíritu en el aislamiento, sino que tiene que ponerse en contacto con sus semejantes, ya sean superiores o inferiores; con los primeros para aprender y mejorar y con los segundos para ejercitar su comprensión y tolerancia, así también una nación moderna está obligada a estrechar lazos con las demás naciones asimilando todo lo bueno que de ellas pueda obtener y retribuyéndoles con otros beneficios.⁷⁴

O trecho que aqui reproduzimos é parte de uma conferência preparada por Ricardo Levene para evento (do qual não temos notícia) ocorrido no Colégio Nacional de Buenos Aires – instituição de origem jesuítica, existente desde o século XVII e assim nomeada por Bartolomé Mitre em 1863, cuja administração fora designada à Universidade de Buenos Aires a partir de 1911. Para sua realização, Levene diz ter retomado alguns autores como Alberdi, Joaquín González e o próprio Mitre. Com isto, exalta os valores liberais e democráticos da Argentina, bem como seu cosmopolitismo que a permitiria absorver valores de diferentes culturas que contribuíssem em sua formação. O texto não apresenta data exata. Calculamos que tenha sido escrito entre as décadas de 1940 e 1950, já que nele o autor diz serem poucas as oportunidades para refletir sobre a questão da nacionalidade “*en nuestra edad*”⁷⁵. As dificuldades de Levene em falar a respeito da nacionalidade neste período provavelmente surgem de um contexto posterior à Segunda Guerra no qual os nacionalismos eram condenados internacionalmente. Trata-se também de um contexto interno marcado pelo primeiro governo de Juan Domingo Perón (1946-1955), no qual as relações entre ele e os intelectuais que estudavam a história do país eram pouco cordiais. Levene, conhecido por sua neutralidade política⁷⁶ e ex-professor de Perón na Escola Militar de Buenos Aires, gozava de certa autonomia diante do governo, mas isto não era o mais comum. De

⁷⁴ LEVENE, Ricardo. El sentimiento nacional argentino. Texto manuscrito, com cópia datilografada, depositado na Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires, s/d.

⁷⁵ Ibidem. A palavra *edad* aqui usada por Levene referia-se não à idade de uma pessoa, mas sim a uma era, uma época, um período. De acordo com o dicionário da *Real Academia Española*, *edad* possui diferentes significados. Um deles é: “Espacio de años que han corrido de un tiempo a otro. En la edad de nuestro abuelos, de nuestros mayores. En nuestra edad”. RAE (www.rae.es).

⁷⁶ Cf. DEVOTO, Fernando e PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2009. p. 190.

todo modo, seu texto, bastante simples e sem grandes pretensões reflexivas, traz uma síntese de pontos que foram centrais em seu pensamento e em suas atividades como historiador da Nova Escola Histórica e presidente da *Junta de Historia y Numismática Americana*, diretamente ligado aos interesses do Estado quanto à elaboração de uma história nacional.

Com cautela, diante de um contexto internacional conflituado, Levene fala em um nacionalismo que não veja vizinhos como inimigos e não fomenta o ódio entre os países. A valorização da nação não deveria representar a desqualificação e o afastamento em relação às outras. Tanto um homem quanto um país não poderiam existir isoladamente. Parecendo crer na superioridade de uns sobre os outros, Levene alerta para a necessidade de dialogar para aprender e melhorar com os mais fortes e exercitar a tolerância com os mais fracos. Era preciso “estretar laços” para receber o que puder e retribuir como puder. Estes foram alguns dos principais fundamentos presentes em sua atividade intelectual: a dedicação ao estudo da história nacional em conjunto com a história da América e o desenvolvimento de empreendimentos de intercâmbio cultural com diferentes países, dentre eles o Brasil (e podemos dizer que isto tenha se dado, *sobretudo*, com o Brasil).

Levene defende esta pauta integracionista também no que tange ao ensino da história. Na década de 1930, como vimos, iniciou a revisão dos textos de ensino. Antes disto, publicou livros de história para crianças⁷⁷ e desenvolveu o uso de documentos históricos em sala de aula. Em meio a estes e outros empreendimentos, propunha o estudo da história argentina como forma de construir a consciência nacional, mas também buscava o conhecimento dos países vizinhos a fim de pacificar as relações continentais no presente e no futuro. Já com uma longa trajetória de trabalho neste campo, na década de 1940 Levene dizia que o conhecimento da história seria a melhor orientação para os países americanos. Neste período, o jornal *La Crítica* o entrevistou sobre a importância da história para a formação do “espírito americano”. Em sua fala, ele enfatiza

⁷⁷ Cf. LEVENE, Ricardo Levene e IMHOFF, Carlos. *La Historia Argentina en cuadros para los niños*. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia Editores, 1912. O livro, publicado por um Levene ainda muito jovem, trata-se de um manual didático para o ensino da história argentina baseado em imagens e desenhos. Na folha de rosto o incentivo ao estudo da história nacional já é evidenciado pelo desenho de dois meninos lendo um livro de história argentina. Abaixo deles está a frase: “*Conocer bien la patria es amarla*”. O prefaciador do livro é o importante historiador e político argentino Joaquín V. González. Em seu texto, ele vincula o trabalho ao contexto das comemorações do centenário e o elogia por abandonar a narração e aderir às ilustrações e imagens em geral para melhor imprimir os conteúdos nos alunos. Em suas palavras, o uso de imagens serviria “*para procurar el mejor resultado por la impresión más viva y duradera en el alma del escolar*”. No Brasil, na mesma década de 1910, Fleiuss também se utilizou de imagens para o preparo de materiais didáticos para crianças. Um exemplo disto é o livro organizado por ele e Basílio de Magalhães em 1918: FLEIUSS, Max e MAGALHÃES, Basílio de. *Quadros de historia pátria: para uso das escolas*. RJ: A. J. Castilho, 1918.

a necessidade de relações solidárias entre os Estados da América e o valor da história na “*formación espiritual de la juventud*”⁷⁸. Afinal, segundo ele, a história “*forma la conciencia americana e inculca en las jóvenes mentalidades de los diversos países del nuevo continente, vínculos de solidaridad hacia los cuales debemos tender en forma irrecusable*”⁷⁹. No contexto da Segunda Guerra e do combate ao nazi-fascismo (a entrevista data de 1943), defende que juntos os países americanos deveriam se manter vigilantes pela democracia e pela paz. Estes países seriam ainda capazes de mostrar o caminho rumo à “felicidade humana”. Encerra, então, a entrevista dizendo:

El espíritu americano está fundado en su unidad histórica. Y todos y cada uno de los modestos obreros de la fraternidad americana trabajamos para ello, para que en un día no lejano la palabra América no sólo sea sinónimo de justicia y de bien, sino que dé normas al mundo en punto a la felicidad humana.⁸⁰

No mesmo ano, o jornal *La Nación* já havia publicado artigo no qual exaltava os vínculos intelectuais acentuados entre a Argentina e o Brasil. Mais ainda, nele apontava a integração de Ricardo Levene com o Itamaraty no desenvolvimento de diferentes projetos de cunho integracionista. Referindo-se mais especificamente à *Biblioteca de Autores Brasileiros traducidos ao Castelhana*, o *La Nación* apontava o empreendimento como “*natural consecuencia de la solidaridad afectuosa que existe entre ambos pueblos y el deseo de intensificarla cada vez más*”⁸¹. Ainda de acordo com o jornal, poucas coisas poderiam contribuir com maior eficácia ao “*conocimiento mutuo de las ideas y sentimientos que caracterizan respectivamente y que tienen en el libro su más concreta y elocuente expresión*”⁸². Levene, sob os auspícios governamentais, fora o principal incentivador deste projeto.

As preocupações de Levene eram inspiradas em grande parte no pensamento e na atuação política de Bartolomé Mitre no contexto da segunda metade do século XIX. Mitre⁸³ publicou em

⁷⁸ El espíritu americano está fundado en la unidad histórica, dice el Dr. R. Levene. Entrevista con Ricardo Levene. *La Crítica*, 16 de setembro de 1943. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Vinculación intelectual con el Brasil. *La Nación*, 06 de maio de 1943. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

⁸² Ibidem.

⁸³ Cabe lembrar que Bartolomé Mitre, que aparecerá em outros momentos na tese, defendia a reaproximação entre os países ibero-americanos, em especial, entre Brasil e Argentina, mas não compartilhava da posição favorável ou simpática ao colonialismo que aparecerá décadas depois em Ricardo Levene, historiador que irá promover a releitura do seu pensamento na Argentina na década de 1930. Mitre, assim como Domingo Faustino Sarmiento e Francisco Bilbao, dentre outros, questionava a chamada herança espanhola. Francisco Muñoz del Monte, Paul Groussac e

4 de novembro de 1880 no jornal *La Nación*, de sua propriedade, artigo acerca da necessidade de reaproximação entre a Argentina e o Brasil, pois a relação entre os dois países havia enfraquecido após a Guerra do Paraguai. O recorte de jornal é anexado ao ofício enviado em 6 de novembro de 1880 pelo Barão de Araújo Gondin ao Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Brasil. No ofício, Gondin diz que Mitre reconheceu os graves erros cometidos pela imprensa e pelos governantes argentinos após a guerra ao afastarem o país do Brasil. O autor do ofício propõe ainda, em 1880, que fossem empreendidos esforços conjuntos entre o Itamaraty e seus representantes na Argentina para “restabelecer a paz entre os belligerantes do Pacífico”⁸⁴. No artigo anexo a este ofício, Mitre remonta ao período das expansões marítimas portuguesa e espanhola e afirma que o Brasil e a Argentina teriam herdado as rivalidades existentes entre Portugal e Espanha. No entanto, para ele, os dois países seriam apenas artificialmente antagônicos. Afinal, mesmo tomando rumos distintos em suas formas de governo, teriam muito em comum, cultural e historicamente, e deveriam assumir para si a responsabilidade de construir um quadro de paz e proximidade em meio a possíveis conflitos na Ibero-América. Nas palavras de Mitre:

El antagonismo político no existe entre ambas naciones, por más que sus formas externas les presten distintas fisionomías. En ambos países prevalece de hecho e de derecho el principio democrático y el régimen representativo. Ni nosotros pretendemos hacer propaganda de proselitismo en el vecino imperio, ni el Brasil puede mirar en su contacto con la forma republicana una amenaza á su cohesion nacional y á su orden político.

[...]

Con el tiempo, el Brasil será república, como lo es hoy la Francia, como lo serán todas las naciones obedeciendo á la lógica humana, y sus hombres de Estado, desde el Emperador abajo comprenden y lo preven; pero, mientras tanto, el equilibrio de estas dos grandes masas no tiene por qué alterarse, y ambas reposan naturalmente sobre su centro de gravedad, que es la voluntad de los gobernados.

Por lo que a nosotros nos respecta, la razon primordial que nos aconsejaba cultivar y mantener esa alianza natural, que obedecía á una ley de atracción, era que el Brasil es la nacion que en el mundo puede hacernos mas bien y mas mal.

Esta sola consideración bastaría para determinar una política internacional de carácter eterno, en cuanto pueden tenerlo las cosas humanas.⁸⁵

Rubén Darío são exemplos da corrente oposta que a considerava positiva. Portanto, as referências frequentes que fazemos a Mitre situam-se nas propostas de integração ibero-americana. Seu pensamento parece ter sofrido uma releitura ou adaptação por Levene e outros intelectuais da *Junta de Historia y Numismática Americana/Academia Nacional de la Historia* nas primeiras décadas do século XX.

⁸⁴ Ofício enviado pelo Barão de Araújo Gondin ao Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza. Buenos Aires, 6 de novembro de 1880. Material das Missões Diplomáticas do Brasil na Argentina. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁸⁵ MITRE, Bartolomé. Política exterior: Retrospecto de actualidad y perspectivas. *La Nación*, 4 de novembro de 1880. Anexo ao ofício citado na nota anterior. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

Aqui, como no restante do artigo, Mitre sugere que as relações entre Brasil e Argentina foram muito criticadas e combatidas pelos demais países ibero-americanos em razão do Brasil ser ainda uma Monarquia. Para defender estas relações, Mitre apresenta a futura República brasileira como algo que “naturalmente” ocorreria, pois esta forma de governo seria inerente aos seres humanos (quando ocorre, a República brasileira é muito aplaudida pela Argentina). Como um grande país vizinho, com forma de governo diferente da sua, o Brasil seria, assim, aquele que mais lhe poderia fazer bem e mal. Seria preciso, portanto, aproximar-se dele; manter boas relações; dialogar e não combater. Mitre parece demonstrar um temor de seu país, e quiçá dos demais países ibero-americanos, em relação a uma possível interferência política do país monárquico territorialmente enorme que lhe avizinha. Demonstra que no período em que escreve, no entanto, o Brasil já teria se demonstrado pacífico. Afirma ainda que sem seu auxílio seria impossível fortalecer o papel da política externa argentina na região. Assim, segundo ele,

Ya hoy se conviene por todos, en que el Brasil es un país pacífico, destinado á vivir en paz con nosotros.
[...]
El tiempo enseña á los pueblos, y en estas lecciones retrospectivas y ante estas perspectivas hoy iluminadas por la razon pública, todos aprenden, unos en cabeza propia y otros á costa ajena.⁸⁶

Para Mitre, o tempo ensina. Em seu transcorrer seria possível encontrar lições retrospectivas de um passado histórico que auxiliaria na construção do futuro; um futuro de paz nas relações entre a Argentina republicana e o Brasil ainda monárquico. Relação esta, segundo ele, bastante favorável ao crescimento e à consolidação do seu país na América. Aqui política e história se relacionam mutuamente. A figura de Mitre foi retomada em diferentes situações pelos historiadores que trabalhamos. Em uma delas, no Congresso de História da América de 1937⁸⁷, Fleiuss apontou em Mitre papel fundamental na aproximação entre os países da Ibero-América, pois ele teria atuado no desenvolvimento de uma união com consequências projetadas para o futuro; uma união que “*se consolide en el presente y se prolongue en el futuro*”⁸⁸. Serão estas relações já defendidas por Mitre, sobretudo entre Brasil e Argentina, com resultados para o presente e o futuro, que Levene buscará pôr em prática décadas depois.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ Lembramos que neste período a aproximação fora viabilizada pelo contexto internacional a ela favorável, tendo em vista a guerra imperialista apresentar uma brecha para os países ibero-americanos.

⁸⁸ Discurso del Delegado del Brasil, invitado de honor, Dr. Max Fleiuss. Atas do Congresso Internacional de História da América (1937). Tomo I. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1938. p. 157. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

Foi como membro da *Junta de Historia y Numismática Americana* desde 1915 (até sua morte em 1959) e seu presidente entre 1927 e 1931 e 1934 e 1938 que Levene pôs em evidência estes projetos integracionistas. A Junta, criada por Mitre em 1893 como um grupo de estudiosos que se reuniam para discussões informais, somente começou a ser institucionalizada em 1901 com a fixação de membros, a publicação de textos e a realização de atividades regulares. Por ocasião das comemorações do centenário da Revolução de Mayo em 1910, a instituição passa a ter suas atividades exteriorizadas e diretamente vinculadas ao poder público, processo que será incrementado posteriormente na década de 1930 sob a liderança de Levene. Aos poucos a Junta assumiu papel de assessoramento de organismos oficiais de maneira que alguns de seus informes serviram de apoio a decisões do Poder Executivo. Desde o início, a Junta apresentou estreitas relações também com instituições internacionais, recebendo a visita de inúmeros intelectuais estrangeiros. Dentre eles, esteve o historiador do direito espanhol Rafael Altamira que foi designado membro correspondente da instituição e “*cuyas influencias historiográficas resultan innegables*”⁸⁹. Altamira teria desenvolvido um profícuo intercâmbio com a Junta seguido de outros intelectuais espanhóis seus contemporâneos. Contudo, é a partir da primeira presidência de Levene, entre 1927 e 1931, que a Junta ganha novo impulso e focaliza nestes intercâmbios institucionais, na relação com o poder público e no estreitamento dos vínculos com a Espanha. Dentre suas principais medidas, Levene intensifica os estudos de história nacional e americana, através da reforma do plano de estudos históricos no país, investe na criação de arquivos (como o Arquivo Histórico da Província de Buenos Aires) e, o que mais nos interessa, multiplica as ligações acadêmicas no âmbito ibero-americano. É no bojo destas preocupações que se situam sua participação como delegado da Junta no Primeiro Congresso de História da América no Rio de Janeiro e sua incorporação como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1922.

É importante situar o processo de renovação experimentado pelo campo historiográfico argentino neste período. A partir da década de 1920 desenvolveu-se no país a Nova Escola Histórica, promovida pela geração de intelectuais nascidos entre 1875 e 1890 e condizente com a necessidade de escrita de uma inexistente história nacional. Segundo Fernando Devoto, seus princípios baseavam-se no “*renacimiento de los estudios históricos a partir de las reglas de la*

⁸⁹ PAGANO, Nora e GALANTE, Miguel Alberto. La Nueva Escuela Histórica. Una aproximación institucional del centenario a la década del 40. In: DEVOTO, Fernando (org.). *La historiografía argentina en el siglo XX*. Buenos Aires: Editores de América Latina, 2006. p. 72.

*crítica histórica y de las disciplinas auxiliares, en las que Mitre habría sido el precursor*⁹⁰. Partia, ao mesmo tempo, de uma visão nacionalista e americanista de história. Estes vieses de atuação contribuirão amplamente para a formação da geração seguinte de historiadores argentinos, muito mais pautados na visão crítica e no rigor metodológico. Isto porque esta geração criticava uma escrita da história pouco próxima da comprovação empírica e, frequentemente, tendenciosa, tal como a que considerava ser produzida por seus predecessores. Para estes historiadores que buscam a renovação da escrita da história seria preciso submeter à crítica e publicar as fontes existentes sobre a história argentina, pois somente assim seria possível superar as deficiências de uma história pouco preocupada com a verdade. Como resultado do trabalho desta geração, será iniciado no país um processo de sistematização e organização dos arquivos históricos. A preocupação documental atingiu, inclusive, o ensino de modo que os alunos passaram a aprender história a partir do contato com as fontes e diretamente nos arquivos. Em consequência destas transformações, a escrita da história se torna resultado da reflexão e da crítica dos conceitos e da preocupação com a objetividade e com a produção de sínteses históricas. Conforme já dissemos anteriormente, o empirismo e a aproximação da verdade compunham a investigação histórica como meio de lhe conferir caráter científico.

A partir destes critérios os membros da Nova Escola Histórica irão compor os espaços institucionais surgentes e criar a imagem do historiador profissional. Alejandro Eujanian mostra que estes critérios metodológicos da Nova Escola Histórica foram inspirados pela leitura de Langlois e Seignobos e de Rafael Altamira⁹¹. Daí o culto aos documentos e a predominância da crítica interna e externa das fontes no trabalho do historiador. A objetividade viria da análise da documentação, o que leva a um grande número de publicações de séries documentais sobre a historiografia argentina com financiamento do Estado (em seu viés tanto radical quanto conservador). A função destes historiadores profissionais seria formar a consciência nacional tanto através da pesquisa quanto do ensino da história. Função cuja importância relacionava-se à construção de um sentimento de nacionalidade e uniformidade cultural em diferentes setores sociais que teve seu auge no contexto do centenário em 1910. Esta preocupação com o ensino, a pesquisa e a divulgação da história argentina e americana inseria-se num contexto de construção da própria identidade diante do grande fluxo imigratório que atingia o país. Os intelectuais desta

⁹⁰ DEVOTO, Fernando. Introducción. In: *Ibidem*, p. 7.

⁹¹ Cf. EUJANIAN, A. Método, objetividad y estilo..., op. cit, p. 89.

geração testemunharam o aumento da imigração que caracterizou a cidade de Buenos Aires no período, a expansão do anarquismo e do socialismo, o surgimento dos sindicatos operários, dentre outras transformações urbanas. É possível dizer, então, que:

En ese clima socio-cultural y político, no nos puede extrañar que crecieran y tomaran cuerpo, en primer lugar, una consciencia preocupada legítimamente por el destino del país y, luego, unos enfoques diversos – pero serios y profundos – sobre su pasado y, en fin, el estudio de varios aspectos de la vida nacional y las distintas influencias de todo tipo que hacían pesado en la evolución de la Argentina.⁹²

Beatriz Sarlo lembra que neste momento a intensidade da imigração italiana para Buenos Aires criou um “imaginário de perigo que acreditou encontrar salvação na defesa das verdadeiras qualidades que caracterizariam os argentinos”⁹³. Isto afetou a maneira de se pensar o idioma que deveria ser protegido deste perigo e tornou a noção de estrangeiro fundamental como aquele Outro contra quem é preciso defender-se, valorizando a língua e a história nacional. Estas discussões influenciaram a forma como se olhava para o passado. Este se torna fator de legitimidade contra o risco que sofria a cultura ibero-americana diante da imigração.

Lilia Bertoni trabalha as tensões em torno da construção da nacionalidade argentina no final do século XIX. Para a autora, esta questão é acirrada neste período pela intensa onda imigratória e pelo início de uma nova etapa de construção das nacionalidades na Europa marcada pelo imperialismo. Deste modo, os imigrantes que vieram para o país experimentaram um duplo processo de construção nacional, já que provinham de países também em formação, principalmente a Itália. Pautados em um novo princípio de nação não ligado diretamente ao Estado, mas à língua, às tradições e aos costumes e por isto capaz de se manter mesmo fora dos limites europeus, estes imigrantes punham em risco a própria formação da Argentina. Os estrangeiros chegados ao país tendiam a não se naturalizarem, o que permitia que seus filhos conservassem as nacionalidades dos pais sendo educados em outros idiomas e identificando-se com nacionalidades europeias. Isto fazia com que a então frágil consciência nacional argentina se diluísse ainda mais, além de gerar o temor de uma possível fragmentação. Diante disto, na década de 1880, intelectuais e políticos passam a buscar a solução para o problema imigrante. O Congresso Nacional, representado por figuras como Estanislao Zeballos, inicia um

⁹² ACEVEDO, Edberto Oscar. Influencias y modelos europeos. In: ANZOÁTEGUI, Victor Tau; URQUIJO, José M. Mariluz e MAEDER, Ernesto J. A. (org.). *La Junta de Historia y Numismática Americana y el movimiento historiográfico en la Argentina (1893-1938)*. Vol. I. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1995. p. 243.

⁹³ SARLO, Beatriz. Conflitos e representações culturais. *Novos Estudos CEBRAP*, 75, julho de 2006. p. 84.

empreendimento de construção da nacionalidade que inclui diferentes medidas como a pressão para a naturalização de estrangeiros e a formação de seus filhos nascidos na Argentina dentro da língua, dos costumes e da história do país. Neste contexto, o ensino da história pátria ganha papel de destaque. Apesar dos diferentes tons conferidos a este debate por correntes ideológicas opostas, afirma Lilia Bertoni que “*en esos años, la enseñanza de la historia patria interesaba en todas partes como un medio para afirmar la conciencia cívica, construir la memoria colectiva o generar la adhesión patriótica y consolidar la nacionalidad*”⁹⁴. Isto porque foi fortalecida a ideia de que o ensino da história seria capaz de preservar os principais traços da nacionalidade. A fim de solucionar a vulnerabilidade da Argentina diante da imigração “*se valorizaron las posibilidades del pasado como aglutinador del presente, para construir, alimentar y conservar la nacionalidad argentina*”⁹⁵.

Dentre os homens que nasceram neste contexto e, portanto, viveram e pensaram estas problemáticas se encontravam Enrique Ruiz Guiñazú, Rómulo Carbia, Emilio Ravignani, Diego Molinari, Luis M. Torres e Ricardo Levene, criadores da Nova Escola Histórica. A imigração teve influência direta sobre eles, pois suas famílias possuíam origem imigrante. Fernando Devoto alerta que seus próprios sobrenomes revelam esta característica que, segundo ele, está na base deste primeiro grupo de historiadores profissionais na Argentina⁹⁶. São eles mesmos exemplos dos filhos de imigrantes alvos das políticas de naturalização apontadas por Lilia Bertoni. Assim, a escrita da história será diretamente influenciada pelos efeitos da imigração na formação da identidade nacional argentina. No caso do grupo da Nova Escola será uma história, evidentemente, capaz de englobar os estrangeiros, criando a todos um passado comum. A própria preocupação com o ensino da história reflete a necessidade de tornar o filho do imigrante um argentino conhecedor do passado, da língua e das tradições. Tradições às quais os filhos de imigrantes que compuseram a Nova Escola também queriam ser integrados. A história, então, era convocada devido ao seu poder de coesão. Daí a necessidade de reescrever a história pátria, partindo-se especialmente do período colonial, anterior à imigração e cerne da formação da nacionalidade. No caso dos anos 1920 e 1930, esta preocupação condizia, ao mesmo tempo, com um contexto entre guerras de crise econômica e de submissão ao capital estrangeiro no país. A

⁹⁴ BERTONI, Lilia Ana. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas. La construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007. p. 119.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 120.

⁹⁶ Cf. DEVOTO, F. *Introducción*, *op. cit.*

história tinha, portanto, a função política de trazer de volta um ideal de tradição nacional e de renovação intelectual. Assim,

[...] *la nueva vida (en este caso, vida política nacional) puede surgir solamente del conocimiento del pasado y este conocimiento, exclusivamente, hace posible la formación de un propósito práctico, o sea, abre camino a la acción* [sem grifo no original].

La crisis de 1930 agravó el sentimiento de inseguridad y angustia en la sociedad argentina. Se produjo, entonces, una reacción espiritual contra el falso progreso. *Se buscará en la tradición nacional la base cultural con que definir la identidad del país* [sem grifo no original].

Y cuando se constata el estatuto semicolonial que tiene postrada a la Argentina, no será difícil volver la vista al pasado, cuyo conocimiento histórico resulta indispensable para afirmar esa identidad amenazada por las consecuencias de la crisis.⁹⁷

Com o golpe militar do General José Uriburu em 1930, a conjuntura política assume aspecto mais conservador, o que, segundo Nora Pagano e Miguel Galante, “*tuvo amplia y variadas implicancias en el campo historiográfico*”⁹⁸. A crise do liberalismo levou ao aprofundamento de reflexões que intelectuais nacionalistas vinham desenvolvendo já há algum tempo. Surgiria daí o revisionismo histórico, movimento de combate à história oficial defendida até então pelo poder público, propondo-se a revelar as verdadeiras causas do atraso argentino. Para Tulio Donghi⁹⁹, o revisionismo, em suas distintas vertentes, utilizava a história como instrumento de crítica à Argentina do presente. Esta corrente foi bastante heterogênea e obteve pouco espaço na esfera acadêmica, sendo sua instituição mais representativa o *Instituto de Investigaciones Históricas Juan Manuel Rosas*. Mesmo com o surgimento deste conjunto de ideias oposicionistas e o combate dos revisionistas a Levene, a versão da história nacional desenvolvida pela Nova Escola Histórica e divulgada pela Junta segue sendo predominante até converter-se em uma história oficial. Sua grande proximidade com o Estado, a presença de altos funcionários oficiais em suas reuniões, o cumprimento de funções diplomáticas por seus membros e o recebimento de verbas estatais garantiram sua força na produção de uma história tida como oficial. Além disto, permitiram que em 1938, por decreto do Poder Executivo, a Junta

⁹⁷ ACEVEDO, E. O. *Influencias...*, op. cit, p. 248.

⁹⁸ PAGANO, N. e GALANTE, M. A. *La Nueva Escuela Histórica*, op. cit, p. 78.

⁹⁹ Cf. DONGHI, Tulio Halperin. *El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2006. Em especial, p. 11-45. O livro já citado organizado por Fernando Devoto e Nora Pagano sobre a historiografia argentina possui um capítulo, de autoria de Devoto, sobre o revisionismo histórico. Cf. DEVOTO, Fernando. *El revisionismo histórico*. In: DEVOTO, F. e PAGANO, N. *Historia de la historiografía argentina*, op. cit, p. 201-285. Outro livro citado com frequência nesta tese também apresenta capítulo sobre o revisionismo. Cf. CATTARUZZA, Alejandro. *El revisionismo: itinerarios de cuatro décadas*. In: CATTARUZZA, A. e EUJANIAN, A. *Políticas de la historia...*, op. cit, p. 143-182.

se tornasse a *Academia Nacional de la Historia Argentina*. O decreto é promulgado pelo General Agustín Justo, presidente entre 1932 e 1938, com quem Levene mantinha intensas e profícuas relações. De acordo com Pagano e Galante, “*bien mirado, este hecho no tiene nada de sorprendente sino que es el corolario apropiado de la conyuntura antes referida: una institución en expansión y un poder político interesado en tal expansión*”¹⁰⁰. Foi com esta força política que a ainda Junta recebeu, em 1937, os representantes de diversos países que participariam do Segundo Congresso de História da América, em continuação ao primeiro realizado no Brasil em 1922. O evento foi considerado acadêmica e institucionalmente muito bem sucedido, pois suas resoluções converteram a Junta em “*un centro historiográfico hegemónico*”¹⁰¹ e lhe deram forte projeção internacional.

Nas palavras do próprio Levene, o Congresso tinha a função de defender e preservar “*el patrimonio moral de sentimientos e ideales solidarios de los pueblos hermanos de América*”¹⁰². Isto através da reunião de estudiosos que não se conheciam, segundo ele, mais por preconceitos do que por razões materiais. Dentre suas principais decisões estava a *Revisão dos Textos de Ensino de Historia e Geografía*, desenvolvida inicialmente entre Brasil e Argentina, a qual aprofundaremos no capítulo III desta tese. Este, assim como outros empreendimentos abordados neste trabalho, se inserem nos interesses americanistas de Levene e da Junta/Academia. Interesses que refletem sua defesa da aproximação com países vizinhos em vista da ruptura com o isolamento, como vimos no trecho da conferência realizada no Colégio Nacional citada anteriormente. Em conjunto com a história argentina, o americanismo foi a temática mais presente nas atividades e publicações da instituição. Pagano e Galante listam os inúmeros empreendimentos de cunho americanista desenvolvidos pela Junta/Academia:

Desde 1929 en que Levene propusiera la publicación de la ‘Biblioteca Histórica Argentina y Americana’, aparecieron 12 volúmenes con la colaboración de otros tantos académicos; otro tanto ocurrió con la ‘Biblioteca de Hombres representativos de la Historia Argentina’. Buena parte de la actividad historiográfica se canalizó por vía de las editoriales; la *Historia de América*, planeada y dirigida por Levene en 14 tomos, fue impresa por Jackson; Espasa Calpe editó la ‘Biblioteca de autores brasileños’ en 10 tomos, con traducción al castellano y la ‘Colección de Hombres Representativos de la Historia Argentina’ en 4 tomos. Tales publicaciones se realizaron en 1940 y 1945. Con

¹⁰⁰ PAGANO, N. e GALANTE, M. A. *La Nueva Escuela Histórica*, op. cit, p. 82.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 83.

¹⁰² Palabras de los miembros de la mesa organizadora del Congreso. Ricardo Levene, presidente del Congreso. *Atas do Congresso Internacional de História da América (1937)*. Tomo I. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1938. p. 13. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

subsídios estatales y con motivo del cincuentenario de la institución, se publican volúmenes bibliográficos sobre B. Mitre y A. Lamas; otros fondos se encauzaron hacia la edición de las 'Actas Capitulares de las Provincias' (por ley del Congreso Nacional), para conmemorar a Rivadavia, el Dean Funes, a Toribio Medina y otras menores.¹⁰³

Além destes empreendimentos editoriais, as relações com instituições estrangeiras e as trocas de publicações eram constantes. Assim, foi estabelecida uma troca sistemática de livros e documentos com universidades, arquivos, bibliotecas e museus, como atestam as próprias correspondências recebidas por Levene. A carta remetida do Museu Paulista em São Paulo por Affonso Taunay em 1930 ilustra esta troca. Nela Taunay agradece a Levene o recebimento do quinto volume da *Historia de la Nación Argentina* e pede que ele lhe envie a coletânea completa para a biblioteca do Museu Paulista. Diz ainda que em troca lhe enviaria dois tomos dos *Anais do Museu Paulista* e outras publicações brasileiras para a biblioteca da Junta¹⁰⁴. Em 1936, o mesmo Taunay volta a agradecer a Levene suas “gentilezas” e os “gestos de generosidade” no envio de materiais ao Museu (não especifica quais) e diz enviar o segundo tomo dos anais da instituição que, embora ele tenha conseguido este volume, já estaria esgotado há alguns anos. Se despede de Levene como seu “grande admirador”¹⁰⁵.

A exposição sobre o livro argentino ocorrida em agosto de 1940 na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro também demonstra este processo de intercâmbio. Em artigo do jornal *A Noite* deste mesmo mês, assinado por Pedro Calmon¹⁰⁶, o autor comenta a importância de exposições como estas para evitar o isolamento intelectual, já que ainda se vivia “no continente a época das fronteiras cerradas, no que se refere ao intercâmbio das literaturas”¹⁰⁷. A razão, segundo Calmon, seria simples: “não tivemos tempo para nos conhecermos devidamente, uns aos outros, porque miravamos todos o horizonte europeu”¹⁰⁸. Tece ainda uma crítica ao fato de poucos autores brasileiros representarem o país no exterior. Somente nomes como os de Ruy Barbosa, José de Alencar, Machado de Assis, Olavo Bilac, Coelho Netto e Euclides da Cunha eram conhecidos, o

¹⁰³ PAGANO, N. e GALANTE, M. A. *La Nueva Escuela Histórica*, op. cit, p. 84-85.

¹⁰⁴ Carta de Affonso de Taunay, pelo Museu Paulista, a Ricardo Levene. São Paulo, 20 de novembro de 1930. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

¹⁰⁵ Carta de Affonso de Taunay, pelo Museu Paulista, a Ricardo Levene. São Paulo, 28 de novembro de 1936. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires, passim.

¹⁰⁶ O artigo foi enviado por Calmon a Levene por correspondência ainda no mês de agosto com a seguinte dedicatória: “Ao mestre Levene! Abraço, Calmon”. Carta de Pedro Calmon a Ricardo Levene. Rio de Janeiro, agosto de 1940. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

¹⁰⁷ CALMON, Pedro. O livro argentino. *A Noite*, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1940. Artigo anexo à correspondência citada na nota anterior.

¹⁰⁸ *Ibidem*.

que deveria ser modificado por atividades que promovessem a troca de publicações. Elogia intelectuais argentinos como o próprio Levene, Octavio Amadeo, Ramón Cárcano e Bartolomé Mitre e finaliza dizendo que a exposição dos livros argentinos é “um conclave, a que comparecem os vultos representativos, os expoentes e os mestres do estilo, da graça e do saber”¹⁰⁹.

A Junta, representada por Ricardo Levene, mantinha ainda um forte ibero-americanismo e uma clara proposta de retomada do contato com a ex-metrópole. Daí a visita de diferentes intelectuais espanhóis, a influência de Rafael Altamira¹¹⁰, por nós já referida, e a ida de alguns de seus membros à Espanha para ditarem cursos ou participarem de eventos. Outra instituição representativa da Nova Escola Histórica na Argentina, o *Instituto de Investigaciones Históricas*, dirigido por Emilio Ravignani, embora simpático ao contato com a Espanha, manteve intercâmbios muito mais intensos com os Estados Unidos, a França, a Alemanha e a Inglaterra. Claro que no caso da Junta/Academia havia também discordâncias internas, já que seus membros possuíam características heterogêneas, mas certamente esta foi uma importante orientação da instituição. Neste sentido, os já bastante citados Nora Pagano e Miguel Galante ressaltam o sistema de reciprocidade e de designação de correspondentes no exterior por ela mantido e seus vínculos com academias, juntas e institutos em diferentes países americanos e europeus. Os autores afirmam ainda que “*su ámbito era principalmente el Iberoamericano*”¹¹¹.

Na verdade, desde o final do século XIX as relações entre a Espanha e os países hispano-americanos vinham sendo repensadas por diferentes correntes político-ideológicas. Para Lilia Bertoni¹¹², houve uma aproximação com a Espanha, em oposição ao imperialismo norte-americano, estimulada a partir de 1892 com as comemorações do quarto-centenário dos descobrimentos. Pretendia-se aqui restaurar a Espanha como a metrópole cultural da América hispânica, o que implicava a subversão da sua imagem como inimiga que fora construída ao longo do século. Alejandro Cattaruzza lembra que, mesmo enfrentando movimentos de oposição, desde este período, se desenhou na Argentina “*la reconsideración favorable de la herencia española que se producía en sectores de la elite y se evidenciaba en las obras producidas por*

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ Informamos que na Biblioteca Pessoal de Ricardo Levene constam 5 obras de Rafael Altamira listadas ao final desta tese. A maioria delas versa sobre a história do direito indiano, tema de Altamira que mais influenciou Levene, conforme apontamos em diferentes momentos do trabalho. Ver anexo 2. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

¹¹¹ PAGANO, N. e GALANTE, M. A. *La Nueva Escuela Histórica*, op. cit, p. 99.

¹¹² BERTONI, L. A. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas...*, op. cit.

varios intelectuales”¹¹³. O mesmo autor chama a atenção para um aspecto que ganhará destaque nesta tese, em especial no capítulo II. De acordo com Cattaruzza, já neste período (final do século XIX e início do XX) a retomada da herança espanhola vinha constantemente relacionada ao reforço da tradição católica ibero-americana. Neste período, mesmo que para alguns isto fosse dispensável, intelectuais como Ruben Darío utilizavam esta tradição como forma de oposição ao imperialismo protestante dos Estados Unidos. Segundo ele, em 1898, Darío a eles se referia como inimigos dos latinos, ressaltando a diferença entre eles e os povos ao sul – católicos, hispânicos e indígenas. Darío ainda teria ressaltado a tradição étnica a ser mantida pelos hispano-americanos, assim como os vínculos que os unem à metrópole europeia. Nos anos 1930, a busca desta herança espanhola acabou se tornando praticamente indissociável da tradição católica. Nas palavras de Cattaruzza, neste período, “*ése fue un elemento de importancia para quienes exaltaron el aporte español a la tradición local*”¹¹⁴.

Após a derrota com a independência cubana em 1898, um movimento regeneracionista também ganhou espaço na Espanha visando à transformação das relações com a América Espanhola (questão que será trabalhada no capítulo de encerramento desta tese). Um dos mais importantes historiadores espanhóis envolvidos neste processo é Rafael Altamira, professor da Universidade de Oviedo, um reduto de intelectuais regeneracionistas. É a universidade que promove a vinda de Altamira à Universidade de La Plata em 1909 a convite de Joaquín González. Visitaram também a Argentina neste período outros intelectuais espanhóis que seguiam a mesma orientação, dentre eles o jurista Adolfo Posada, o político Alejandro Lerroux e o escritor Ortega y Gasset (este convidado pela *Institución Cultural Española*, vinculada à *Asociación Patriótica Española*, criada em Buenos Aires durante a guerra de independência em Cuba). Neste contexto, a decisão do presidente Hipólito Yrigoyen, em 1917, de tornar o dia 12 de outubro Festa Nacional na Argentina, condizia com as expectativas de intelectuais argentinos e espanhóis envolvidos neste processo de reconsideração favorável da colonização espanhola. O decreto de Yrigoyen elevava o descobrimento das Américas a algo transcendental e sem precedentes, apresentava Colombo como um gênio e a Espanha como um país conquistador e portador de fé e sabedoria. Tudo isto teria deixado aos países hispano-americanos uma herança sólida e imortal. Daí a importância de um dia especial de homenagens à antiga metrópole que logo ficou

¹¹³ CATTARUZZA, A. *Los usos del pasado...*, op. cit, p. 68.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 69.

conhecido como *Día de la Raza*. Nomenclatura esta modificada na Espanha quando, a partir da segunda metade da década de 1920, grupos católicos tradicionalistas passaram a criticar o termo *raza* por não expressar a grandiosidade da conquista espanhola. Defendiam que a expressão fosse substituída por *hispanidad* como forma de aludir a todos os povos de cultura e língua hispânica espalhados por vários continentes. Assim, segundo informa Cattaruzza¹¹⁵, durante o regime franquista, já nos anos 1950, o *Día de la Raza* acabou se tornando o *Día de la Hispanidad*. Evidentemente, a expressão e a data comemorativa auxiliavam Francisco Franco na construção da memória grandiosa do país, forjavam a unidade entre os povos de origem hispânica e ainda davam margem ao catolicismo antes apagado no termo evolucionista *raza*.

Ao longo das primeiras décadas do século XX (com acento católico a partir dos anos 1920), além da criação destas datas comemorativas, tanto na Espanha quanto na Argentina, são organizadas atividades de aproximação entre as esferas acadêmicas e a sociedade em geral. Na Espanha, os revisionistas se empenharam em criar grupos de estudo sobre a América Espanhola, enviar, como vimos, intelectuais a estes países e, por outro lado, também receber alguns de seus representantes nos estudos históricos. Foi assim que Levene foi convidado, no início da década de 1930, para ditar curso no Centro de Estudos de História da América criado em 1931 na Universidade de Sevilha. Segundo o jornal *La Nación* (porta voz dos interesses governamentais), o convite refletia a preocupação do Centro em obter a colaboração de “*las personalidades más destacadas de aquellos países en los que se puede sentir un interés más acentuado por el estudio de la historia americana*”¹¹⁶. Nestes termos, o jornal noticia o convite recebido por Levene para ditar curso sobre as instituições jurídicas, sociais e econômicas da América Espanhola no período colonial. Levene teria respondido que se deslocaria a Sevilha sempre que seu trabalho na Universidade de La Plata permitisse. No *El Diario Español* o convite também é noticiado de forma positiva. O jornal comenta a satisfação com o convite em razão do intercâmbio intelectual com a Espanha, principalmente porque há muito tempo a Argentina recebia intelectuais espanhóis e o contrário não ocorria. Segundo a reportagem, estas relações culturais eram incompletas, pois “*no existía una verdadera correspondencia recíproca, ya que eran contadísimos los casos en que un estudioso argentino cruzaba el océano para llevar a España la voz y la ciencia de su país o*

¹¹⁵ Cf. *Ibidem*, p. 84.

¹¹⁶ El estudio de la Historia de América en España. *La Nación*, Buenos Aires, 10 de novembro de 1932. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

*del núcleo de hombres que en él laboran para equiparar su tonalidad a la ciencia universal*¹¹⁷. Procurado pelo jornal para uma entrevista sobre o assunto, Levene confirmou que aceitaria o convite pra lecionar na Espanha, ressaltando sua união com o país e exaltando a Segunda República que havia sido instaurada em 1931. Ao reproduzir sua fala o jornal ainda se refere ao país com uma expressão que Levene ajudará a consagrar na Argentina: a ex-metrópole seria a “*madre pátria*” ligada aos argentinos por laços afetivos e históricos. Assim, nas palavras utilizadas pelo periódico, Levene expressa

[...] los gratos sentimientos que lo unían a España y los españoles significándose fervoroso republicano y haciendo votos por que la nueva forma de gobierno llevase a la madre pátria por los caminos de prosperidad y engrandecimiento a que es acreedora por sus grandes virtudes y por su historia.¹¹⁸

Enquanto o *El Diario Español* confirmou a ida de Levene a Sevilha, outro periódico representativo da cultura e dos interesses espanhóis na Argentina negou tal informação. Provavelmente ele mudou de ideia entre uma publicação e outra. De acordo com a *Revista de la Asociación Patriótica Española*, Levene não poderia aceitar o convite em razão de suas tarefas na Universidade de La Plata. A revista lamenta o fato, pois este tipo de intercâmbio de professores seria crucial para “uma maior aproximação espiritual” e “uma mais completa concordância intelectual” entre os países. Vale à pena reproduzir suas palavras:

Lamentémoslo sinceramente, porque es, precisamente, de este intercambio de profesores de donde más puede esperarse para conseguir una mayor aproximación espiritual y una más completa concordancia intelectual entre nuestra pátria y este hospitalario país que nos ha acogido fraternalmente en su seno.¹¹⁹

Levene seria ainda uma figura de grande importância neste processo de intercâmbio intelectual por ser “*un sincero hispanista, que ha dado largas pruebas de su afecto por España y por los españoles*”¹²⁰. Não sabemos se Levene chegou a ditar o curso em Sevilha, mas acreditamos que não. Não encontramos referências a ele nas fontes ou na bibliografia consultada. Além disto, encontramos carta da Embaixada da Espanha em Buenos Aires enviada a ele já em 1933 com um novo convite para ficar na Espanha, ditando o esperado curso, entre dezembro de

¹¹⁷ El viaje del Dr. Ricardo Levene a España. *El Diario Español*, Buenos Aires, 04 de dezembro de 1932. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Centro de Estudios de Historia de América, en Sevilla: Invitó al Doctor Ricardo Levene a dictar un curso en la universidad. *Revista de la Asociación Patriótica Española*, Buenos Aires, ano V, n. 60, dezembro de 1932. p. 5. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

¹²⁰ Ibidem, p. 7.

1933 e março de 1934 e oferecendo-lhe o honorário de 25.000 pesetas para isto. Mais uma vez, ele é apontado pelos espanhóis, neste caso pelo governo espanhol, como “*uno de los más ilustres argentinos y más sinceros amigos de España*”¹²¹. No entanto, não há sinais claros de que Levene tenha ido. A partir de 1933, ele iniciou o projeto de *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* com o Brasil, o que ocupou boa parte de seus esforços. Entre 1936 e 1939, a Espanha tornou-se palco da guerra civil e, após isto, a Segunda Guerra foi deflagrada. Portanto, tudo indica que a viagem não se concretizou, mas vale aqui apenas um prévio registro das tentativas dos espanhóis em ampliar a aproximação com a ex-colônia como forma de corresponder e favorecer o ibero-americanismo na década de 1930.

Mesmo não tendo viajado a Espanha, Levene não deixou de participar das comemorações do *Día de la Raza* com a realização de um discurso sobre as ações e instituições espanholas na América na *Asociación Patriótica Española*. No discurso, o historiador citou recentes pesquisas que revelavam que a Espanha teria construído uma verdadeira civilização no chamado Novo Mundo. Mais ainda: afirmava que a antiga metrópole teria fundado nas Américas “*sociedades profundamente democráticas*”¹²² que carregavam em si as ideias que acarretariam na futura emancipação política. De forma parcial e subjetiva, atendendo evidentemente aos anseios de um público de espanhóis e hispanistas, Levene chegou a dizer que a “*España ha creado pueblos para la democracia y la libertad*”¹²³. Para ele, a Rainha Isabel teria criado uma legislação que favorecia a igualdade entre índios e espanhóis. Retirava ainda da Revolução Francesa a precedência das ideias que influenciaram a independência em 1810. Estas seriam de origem hispânica e mesmo a leitura de iluministas como Adam Smith e Jean-Jacques Rousseau viriam a partir de traduções espanholas. Encerrando o discurso chegou a dizer que com as festividades do *Día de la Raza* celebrava-se “*la fundación de las democracias de América que es creación de España*”¹²⁴. Por fim, disse assistir “*con júbilo al triunfo de la República Española*”¹²⁵, em apoio declarado à Segunda República Espanhola. Este foi um discurso todo ele bastante útil aos revisionistas espanhóis e aos futuros objetivos de construção da *hispanidad* por Francisco Franco e pelos conservadores católicos (perseguidos pela República que Levene apoiava).

¹²¹ Carta da Embaixada da Espanha em Buenos Aires a Ricardo Levene. Buenos Aires, 23 de outubro de 1933. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

¹²² LEVENE, Ricardo. *España ha fundado en América sociedades nuevas para la democracia y la libertad*. Discurso leído en la *Asociación Patriótica Española*, el 12 de octubre de 1931. Buenos Aires, 1931. p. 4.

¹²³ *Ibidem*.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 12.

¹²⁵ *Ibidem*.

Após alguns anos, em 1942, já no contexto da ditadura franquista e da Segunda Guerra, foi realizado na Argentina o Primeiro Colóquio Intelectual da Instituição Cultural Espanhola em comemoração aos 450 anos da descoberta da América. O evento refletia as pretensões de Franco quanto à demonstração do poderio espanhol manifesto em sua história, da qual os descobrimentos seriam o ponto mais alto. Neles estiveram presentes várias autoridades argentinas e espanholas. Foram realizadas conferências de membros importantes da Nova Escola Histórica e de suas instituições mais representativas, a *Academia Nacional de la Historia* e o *Instituto de Investigaciones Históricas*. Emilio Ravignani teria falado sobre as ideias políticas e as relações entre o poder real e a Igreja; Ricardo Levene tratou da extensão dos descobrimentos pela história e pelo direito, sintetizado no direito indiano¹²⁶. O olhar direcionado a Espanha era excessivamente favorável. Em artigo sobre o colóquio encontrado sem referência no Arquivo Levene, chega-se a apontar uma “*comunicación íntima y viva de los colonizadores con los indígenas*”, já que os primeiros ensinavam castelhano ao mesmo tempo em que aprendiam línguas vernáculas. Fala-se ainda que a Europa trouxe para a América a cultura, a dança e a arte, além daquilo que, segundo o texto, seria o mais importante, a religião. Para complementar, a colonização preservou a justiça, a dignidade pessoal e os princípios jurídicos. Coordenando as vontades do Rei com as de Deus, “*la monarquía española llevó a cabo la empresa de la evangelización de estas tierras, que para eso, antes que para toda otra cosa, ocupó y civilizó*”¹²⁷. Assim, foi capaz de acrescentar novos fiéis ao Papa. Visão que hoje nos parece absurda, e também pareceu a seus opositores naquele momento, mas que galgou a aceitação de uma ampla esfera de historiadores argentinos e espanhóis ao conjugar ibero-americanismo, tradicionalismo e religião. Componentes importantes para a construção da *hispanidad* que vimos defendida por grupos católicos e conveniente à ditadura franquista.

Levene, como vemos, mesmo reconhecido como parte de uma corrente historiográfica liberal, não esteve fora desta reconstrução excessivamente positiva da ex-metrópole no imaginário argentino. Não foi à toa que publicou, em 1947, livro de nome bastante sugestivo: *Las*

¹²⁶ A ideia de um direito indiano existente na América Espanhola foi desenvolvida por Levene em conjunto com Altamira. Levene partia da premissa de que a colônia gozava de ampla autonomia jurídica, tanto que nem mesmo poderia ser considerada colônia. Esta concepção é por ele sistematizada no livro *Las Indias no eran colonias*, conforme vemos nas linhas seguintes.

¹²⁷ El Primer Coloquio Intelectual de la Institución Cultural Española : El descubrimiento de la América y el progreso de la cultura, sem referência, p. 18. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

*Indias no eran colonias*¹²⁸. Nele Levene defende que a América Espanhola nunca havia sido tratada judicialmente como colônia pela metrópole, mas sim tinha o estatuto dos reinos peninsulares espanhóis. Segundo ele, uma série de vantagens jurídicas era permitida aos colonizadores (como o casamento com indígenas). Por isto, o termo “pacificação”, e não “conquista”, seria o mais correto para se referir à atuação dos espanhóis na América. Como um historiador do direito, pautava-se principalmente na legislação aqui aplicada pela metrópole, considerando-a flexível, para dizer que as Índias eram parte do reino espanhol e não colônias. Neste ponto, é importante situar a obra no contexto inicial do governo peronista, no qual o avanço dos nacionalistas levava Levene a reafirmar sua posição historiográfica e seu espaço na *Academia Nacional de la Historia*, como afirma José Luis Bendicho Beired. Para o autor, as posições hispanistas extremadas de Levene foram também uma

[...] estratégia de preservação do seu poder institucional num contexto em que este se encontrava abalado pelo ingresso de novos personagens na disputa por espaços de poder junto ao aparelho de Estado, sobretudo em posições relativas aos campos cultural, educacional e historiográfico.¹²⁹

O mesmo autor lembra o olhar positivo compartilhado entre Levene e Altamira em relação aos reis católicos e sua omissão quase que completa à violência que caracterizou o colonialismo. Com isto, Levene teria conjugado valores liberais a aspectos conservadores em sua leitura do passado colonial. Segundo ele, surgira então “uma visão que ao acentuar aspectos como a eternidade da essência hispânica, a dimensão moral, o catolicismo, evidenciava como Levene articulava sua posição política liberal à adoção de representações de teor conservador”¹³⁰. Isto contribuía para sua suposta neutralidade diante da conflituada conjuntura política argentina entre os anos 1920 e 1940 e, conseqüentemente, para sua relativa estabilidade na esfera institucional. Para Nora Pagano, os governos liberais conservadores neste período demandaram da história e dos historiadores a elaboração de uma determinada leitura do passado nacional, o que não ocorreu a partir de 1946 com o peronismo¹³¹. Assim, historiadores da Nova Escola Histórica que releram o liberalismo de Mitre, como fez Levene, trouxeram também à tona uma leitura da história de corte conservador que valorizava a religião e suavizava ou apagava os

¹²⁸ Cf. LEVENE, Ricardo. *Las Indias no eran colonias*. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1947.

¹²⁹ BEIRED, José Luis Bendicho. O hispano-americanismo historiográfico: Espanha e América na perspectiva de Ricardo Levene e Rafael Altamira. *História Unisinos*, 13 (1); janeiro/abril 2009. p. 52.

¹³⁰ Ibidem, p. 49.

¹³¹ Cf. PAGANO, N. La Nueva Escuela Histórica. In: DEVOTO, F. e PAGANO, N. *Historia de la historiografía argentina*, op. cit, p. 189.

conflitos e a violência do colonizador. Diferentes elementos se encontravam na elaboração da leitura de um passado que teria sido pacífico, católico e não marcado pela condição jurídica de colônia. Elementos interessantes aos governos liberais conservadores e condizentes com as estratégias de reconhecimento e legitimidade do campo historiográfico em vias de profissionalização.

Alguns episódios exemplificam esta tensão experimentada por Levene (e outros intelectuais liberais) em sua geração. Em primeiro lugar, seu empenho em provar, a partir da pesquisa documental, que o responsável pela fundação da Biblioteca Nacional de Buenos Aires foi Mariano Moreno e não um padre, como defendia o nacionalismo católico¹³². Em segundo lugar, citamos a reação católica conservadora à coletânea *Historia de la Nación Argentina*¹³³ organizada por Levene entre as décadas de 1930 e 1950 sob encomenda do governo argentino. Aqui não eram vistos com bons olhos o espaço conferido à maçonaria, a versão das invasões inglesas escrita por um historiador inglês; além das críticas ao seu caráter excessivamente heterogêneo e confuso, segundo informa Nora Pagano¹³⁴. A coletânea também foi alvo de críticas dos revisionistas que a consideravam um ícone da história oficial a qual combatiam. Portanto, a coletânea criada por Levene da qual participaram intelectuais dos mais diversos, dentre eles brasileiros como Pedro Calmon e Max Fleiuss, foi vista como inimiga em comum por diferentes vertentes diante das disputas que caracterizavam o campo historiográfico argentino na década de 1930 – mesmo que tenha sido marcada por características heterogêneas, a ver pelos muitos autores colaboradores, com suas diferentes orientações ideológicas e pelas três décadas nas quais foi publicada. Em 1944, Levene chegou a defendê-la dos críticos. Em um breve prólogo sobre suas ideias diretrizes comentou sua publicação “*en un momento de beligerancia intelectual y de revisión crítica*”¹³⁵, referindo-se certamente aos revisionistas. Neste sentido, defendia que a

¹³² Exemplos de obras de Ricardo Levene sobre Mariano Moreno são: *Iniciación de la vida pública de Mariano Moreno*. Buenos Aires: Coni Hermanos, 1917; *Ensayo histórico sobre la Revolución de Mayo y Mariano Moreno: contribución al estudio de los aspectos político, jurídico y económico de la Revolución de 1810*. Buenos Aires: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, 1920; *Nuevas comprobaciones sobre la apocricidad del plan atribuido a Mariano Moreno*. s/l: López, 1948; *Las ideas políticas y sociales de Mariano Moreno*. Buenos Aires: Emecé, 1948.

¹³³ LEVENE, Ricardo (org.). *Historia de la Nación Argentina: desde los orígenes hasta la organización definitiva en 1862*. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad/Academia Nacional de la Historia, 14 volumes entre 1936 e 1950. A coletânea também foi rapidamente reeditada pela editora *El Ateneo* nas décadas posteriores. Sua versão original contou com a participação de Rafael Altamira e de brasileiros com Pedro Calmon, Max Fleiuss e Afonso Celso.

¹³⁴ PAGANO, N. *La Nueva Escuela Historia*, op. cit, p. 187.

¹³⁵ LEVENE, Ricardo. *Ideas directrices de la 'Historia de la Nación Argentina'*. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1944. p. 8.

história não fosse marcada por perturbações, mas sim pelo equilíbrio que garantiria, segundo ele, a verdade aos estudos históricos. No mesmo prólogo, apontava a posição favorável à colonização espanhola como uma tendência historiográfica no período. Seguindo este caminho, resumiu as principais ideias que orientavam a *Historia de la Nación Argentina*:

Una nueva valorización histórica reconoce el significado de la dominación española, la brevedad de la Conquista, la solidez de la colonización y de la organización social e institucional durante tres siglos.¹³⁶

A coletânea, bem como o empenho de Levene na construção da memória de Mariano Moreno, ilustra as tensões de uma leitura de história em constante disputa e oscilante entre liberalismo e conservadorismo. Uma leitura que, apesar de combater versões interessantes ao catolicismo, valorizava, pragmaticamente ou não, sua herança na colonização espanhola.

As características e tensões até aqui identificadas no campo historiográfico argentino podem também ser percebidas no Brasil nas primeiras décadas do século XX. O contexto de profissionalização do campo, a preocupação com a história nacional e da América, o iberoamericanismo e os entrelaçamentos entre liberalismo e conservadorismo também envolviam as práticas historiográficas no país. Além disto, geravam, o que consideramos de grande relevância, efeitos integracionistas para as relações entre Brasil e Argentina (e destes países com suas ex-metrópoles, conforme vimos apresentando). Com preocupações em comum, os historiadores argentinos encontraram nos brasileiros importantes interlocutores entre as décadas de 1920, especialmente a partir do Primeiro Congresso de História da América (1922), e 1940 (até o final do período Vargas no Brasil e o início do governo Perón na Argentina). Portanto, foi em meio ao contexto histórico e às mudanças historiográficas que vimos até agora no país vizinho que a *Junta de Historia y Numismática Americana/Academia Nacional de la Historia*, dentre outras instituições de ensino e pesquisa argentinas, se aproximou do Brasil, sobretudo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Palácio do Itamaraty. Aqui, historiadores e diplomatas argentinos encontraram a principal parceria para a realização dos dois congressos de história da América (em 1922 e 1937), para a *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia*, para projetos de traduções e trocas de publicações.

Todos os empreendimentos que abordamos nesta tese se inserem neste encontro entre dois países com questões e projetos comuns no início do século XX. Nesta integração política e

¹³⁶ Ibidem, p. 6.

intelectual, pretensões americanistas, iberoamericanismo, catolicismo, liberalismo conservador e busca de reconhecimento e legitimidade funcionam como mecanismos que movem estes indivíduos e instituições rumo ao diálogo e à ruptura com o isolamento e o atraso que caracterizariam países ibero-americanos. Foi neste contexto que muitos membros da Junta/Academia se tornaram sócios correspondentes do IHGB e vice-versa, que brasileiros participaram da *Historia de la Nación Argentina*, que foram promovidas visitas recíprocas entre estas e outras instituições argentinas e brasileiras... Vemos, assim, como a construção de uma identidade nacional, problemática em ambos os países; a busca de unidade e de sentido para o próprio passado; a necessidade de diretrizes e organização para um campo que se profissionalizava; e as ambivalências e tensões oriundas da necessidade de consolidação, mesmo diante da instabilidade política do início do século, criaram condições favoráveis à circulação de ideias, pessoas e livros.

Em 1921, Ricardo Levene já escrevia a Max Fleiuss respondendo carta que este lhe enviou no dia 12 de abril e oferecia informações que lhe pedia sobre a organização das Faculdades de Filosofia e Letras das Universidades de Buenos Aires e La Plata (solicitadas por Alfredo Bernardes da Silva). Fala principalmente do pedido de Fleiuss para que ele participasse ativamente do Congresso de História da América a ser realizado no ano seguinte no IHGB e fosse o representante da comissão organizadora na Argentina. Levene aceita a proposta descrevendo o congresso como “*de gran significación para los pueblos del Nuevo Mundo*”¹³⁷. Pede ainda que Fleiuss comunique a Benjamin Franklin Ramiz Galvão que ele muito se dedicará à tarefa que lhe foi conferida “*promoviendo el concurso de los intelectuales argentinos de real y positivo valor [...]*”¹³⁸. Em 1922, com indicação de Max Fleiuss, Levene é nomeado membro correspondente do IHGB. No início deste mesmo ano, Fleiuss havia sido convidado pelo colega argentino para proferir conferências na Junta e na Universidade de La Plata, mas não pode viajar por problemas de saúde. Sobre estes assuntos, Levene lhe escreve (em carta sem datação exata) lamentando o ocorrido, afirmando que ele era esperado com grande interesse nestas instituições e pedindo-lhe que realizasse logo a viagem adiada. Agradece ainda a indicação para membro do Instituto recordando que nele havia passado bons momentos – referia-se a uma visita anterior da qual não temos maiores informações:

¹³⁷ Carta de Ricardo Levene a Max Fleiuss. Buenos Aires, 28 de abril de 1921. Arquivo pessoal de Max Fleiuss. Acervo: IHGB.

¹³⁸ Ibidem.

Le agradezco con todo corazón el recuerdo que Ud. me dedica anunciándome mi designación de miembro correspondiente del ilustre Instituto Histórico de Río que no olvido nunca porque en esta casa he pasado momentos gratísimos para mi espíritu.¹³⁹

Retribuindo o gesto de Fleiuss, ainda em 1922 Levene indica ele e outros brasileiros como membros correspondentes da Junta. Para comunicar-lhe a aprovação da proposta pelos demais membros da instituição, Levene lhe escreve carta acompanhada de nota do *La Nación* que descrevia a reunião que nela originou. Nesta carta, além de Fleiuss, também foram aprovadas as indicações de Afonso Celso, Ramiz Galvão, Alfredo Bernardes da Silva e Basilio de Magalhães. Levene aproveita para comunicar que chegaria ao Rio no dia 05 de setembro para o Congresso de História da América no IHGB. Fala ainda da adesão da Junta ao Congresso e deseja sucesso no evento que comemoraria o centenário do “*país hermano*”:

La Junta de Historia y Numismática, en la sesión en que se nombread a los socios correspondientes en Brasil, expresa su más entusiasta adhesión a la obra, fecunda y sólida, del ilustre Instituto Histórico y Geográfico y formula votos por el éxito del gran congreso de Historia Americana que se realizará en motivo del Centenario del país hermano.¹⁴⁰

Levene aproveitou a oportunidade do Congresso no Rio de Janeiro para entregar os diplomas de correspondentes aos historiadores referidos. Segundo ele, a aprovação dos nomes dos membros do IHGB fora decidida por unanimidade pela Junta, sendo “*el justo homenaje que los historiadores argentinos tributan a un núcleo de historiadores brasileños, dedicados a la investigación del pasado histórico del Brasil y de América*”¹⁴¹. Homenageia ainda a instituição brasileira apontando-a como o modelo que inspirou a criação de várias instituições históricas similares nas Américas, inclusive da própria *Junta de Historia y Numismática Americana* por Mitre. No mesmo discurso ainda reforçou a ideia de que as transformações historiográficas na Argentina e no Brasil vinham contribuindo para mudar o olhar sobre o passado colonial e as antigas metrópoles. Referindo-se às inovações da Nova Escola Histórica diz:

¹³⁹ Carta de Ricardo Levene a Max Fleiuss. Buenos Aires, 1922. Arquivo pessoal de Max Fleiuss. Acervo: IHGB.

¹⁴⁰ Carta de Ricardo Levene a Max Fleiuss. Buenos Aires, 21 de agosto de 1922. Arquivo pessoal de Max Fleiuss. Acervo: IHGB.

¹⁴¹ Discurso de Ricardo Levene entregando diplomas de socios correspondientes da *Junta de Historia y Numismática Americana*. Atas do Congresso Internacional de História da América (1922). Revista do IHGB. Tomo especial. V. 1. RJ: Imprensa Nacional, 1925. p. 49. Acervo: IHGB.

Ahora conocemos una metropoli distinta de aquel fantasma, causante de nuestras disgracias y autora de nuestras taras – a quien habia que dar la espalda y mirar de frente a otra parte – que en colores sombríos pintaron los historiadores hispanófbos.¹⁴²

Cabe acrescentar que no retorno do Congresso Levene concedeu entrevista ao jornal *La Razón*, interessado em obter suas impressões sobre a intelectualidade do país vizinho. Na entrevista, ele informa ter estado quase diariamente no IHGB, no Colégio da Ordem dos Advogados e na Academia Brasileira de Letras. Cita muito elogiosamente o trio Ramiz Galvão, Afonso Celso e Max Fleiuss¹⁴³ e diz ser este último um “*historiador y crítico que ha realizado una concienzuda labor y en torno del cual gira el Instituto, su revista y el Congreso de Historia*”¹⁴⁴. Frase que ilustra sua admiração e interesse pelo trabalho do historiador brasileiro. Elogia também os arquivos brasileiros, especialmente a biblioteca do IHGB. Por fim, afirma que sua visita ao Brasil teve como objetivo “*estrechar vínculos intelectuales entre profesores, escritores, historiadores, etc*”¹⁴⁵.

Em 1925, Levene escreve a Fleiuss a fim de agradecer o recebimento do mais recente número da Revista do IHGB e um exemplar de sua *História Administrativa do Brasil*. Na carta, tece grandes elogios a ambas as publicações¹⁴⁶. Dias depois, Fleiuss responde a Levene. A resposta é um rascunho manuscrito feito por Fleiuss e por isto não possui datação. Aqui ele fala da amizade de Levene que muito lhe honraria e que pretendia sempre retribuir. Agradece a “benevolência”¹⁴⁷ do colega argentino com seu livro e diz que sua carta lhe causou muito “prazer”¹⁴⁸. Diz que Levene possui grandes “meritos intellectuaes e affectivos”¹⁴⁹. Pede ainda que ele confirme se Rómulo Carbia – representante do grupo católico e hispanista da Nova Escola Histórica – recebeu o volume do *Diário Oficial* no qual comentava sua *Historia de la Historiografía Argentina*¹⁵⁰. Por fim, promete que enviará todas as novas publicações do IHGB para a biblioteca da Junta.

¹⁴² Ibidem.

¹⁴³ Para fins de complementação, informamos que há uma obra de Afonso Celso e duas de Max Fleiuss na Biblioteca Pessoal de Ricardo Levene. No mesmo acervo, não encontramos obras de Ramiz Galvão. Ver anexo 2 ao final desta tese. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

¹⁴⁴ Impresiones del Brasil intelectual. Entrevista com Ricardo Levene. *La Razón*, 29 de setembro de 1922. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

¹⁴⁵ Ibidem.

¹⁴⁶ Cf. Carta de Ricardo Levene a Max Fleiuss. Buenos Aires, 22 de outubro de 1925. Arquivo pessoal de Max Fleiuss. Acervo: IHGB.

¹⁴⁷ Carta de Max Fleiuss a Ricardo Levene. Rio de Janeiro, 1925. Arquivo pessoal de Max Fleiuss. Acervo: IHGB.

¹⁴⁸ Ibidem.

¹⁴⁹ Ibidem.

¹⁵⁰ CARBIA, Rómulo. *Historia de la historiografía argentina*. La Plata: Biblioteca Humanidades, 1925.

Levene buscou também apoio em Fleiuss e no IHGB para a realização da *Historia de la Nación Argentina*. A partir de 1935 o historiador argentino inicia uma série de correspondências com a instituição brasileira a fim de conjugar esforços em prol da construção daquela que seria a síntese da história do país vizinho. Em janeiro de 1935 Levene, na condição de presidente da Junta, envia ofício ao IHGB com a formalização do convite. Considerando o que seria “*el espíritu de solidaridad*”¹⁵¹ existente entre Brasil e Argentina, Levene solicita especialmente a Fleiuss que ele produza um capítulo de aproximadamente 20 páginas sobre o tema “*El Brasil y su descubrimiento*”. Segundo o próprio Levene, este convite faria parte de um movimento de transformações nas concepções de história por meio da solidariedade entre historiadores argentinos e estrangeiros que há 20 anos se desenvolvia no país. A esta carta Fleiuss responde no dia 19 de fevereiro aceitando o convite e prometendo enviar sua contribuição até o dia 31 de março¹⁵².

A proximidade entre as duas instituições, a Junta e o IHGB, é reafirmada ao longo de toda a década de 1930 por meio de diferentes atividades. O diálogo entre Levene e Afonso Celso em 1937 exemplifica este processo de homenagens e contribuições mútuas. No dia 13 de setembro de 1937, Levene escreve a Afonso Celso comunicando-lhe a sessão especial em homenagem ao Brasil realizada dias antes na Junta em Buenos Aires. Nela pronunciou-se o diplomata brasileiro José de Paula Rodrigues Alves. Em seu próprio discurso, Levene afirma ter sido gratificante destacar “*la significación americana de la amistad del Brasil y Argentina y la unión del Instituto Histórico y Geográfico Brasileño y esta Junta*”¹⁵³. Ao colega argentino, Afonso Celso responde agradecendo a homenagem e a “*constante e honrosa sympathia que consagra ao Brasil*”¹⁵⁴.

Max Fleiuss e Afonso Celso representavam uma instituição com fortes vínculos monárquicos que precisava se reconstruir em um novo contexto republicano. Daí a importância das relações institucionais nacionais e internacionais. Neste sentido, o contato de historiadores argentinos com o Instituto e os objetivos americanistas de Levene encontraram terreno extremamente propício no Brasil. Estes diálogos em torno da escrita da história condiziam com

¹⁵¹ Carta de Ricardo Levene a Max Fleiuss. Buenos Aires, 29 de janeiro de 1935. Arquivo pessoal de Max Fleiuss. Acervo: IHGB.

¹⁵² Cf. Carta de Max Fleiuss a Ricardo Levene. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1935. Arquivo pessoal de Max Fleiuss. Acervo: IHGB.

¹⁵³ Carta de Ricardo Levene a Afonso Celso. Buenos Aires, 13 de setembro de 1937. Arquivo pessoal de Max Fleiuss. Acervo: IHGB.

¹⁵⁴ Carta de Afonso Celso a Ricardo Levene. Rio de Janeiro, setembro de 1937. Arquivo pessoal de Max Fleiuss. Acervo: IHGB.

um momento de tentativa de reestruturação do IHGB e de constituição do próprio campo historiográfico no país, como ocorria na Argentina. Lúcia Guimarães analisa o percurso do IHGB desde o final do Império, e conseqüentemente do apoio que recebia deste, até o período Vargas, quando a instituição contará novamente com a proteção do poder político. Após a proclamação da República, o novo governo não apenas deixou de favorecer suas atividades como buscou também dificultá-las, já que o Instituto era visto como um reduto de monarquistas opositores do atual regime. A autora relata que Joaquim Nabuco em seu discurso de posse no IHGB em 1896 já apontava o esquecimento ao qual o passado monárquico vinha sendo relegado em razão do novo contexto político. Nabuco identificava uma crise a ser superada nos estudos sobre a história pátria. Segundo Lúcia Guimarães, “Nabuco insurgia-se contra a República, que no afã de justificar e legitimar sua existência pretendia passar uma borracha no passado recente do país, o que implicava apagar do panorama histórico a figura central daquele período, o Imperador”¹⁵⁵. Sua autobiografia¹⁵⁶ e a biografia de seu pai Nabuco de Araújo¹⁵⁷ representam tentativas de registrar as trajetórias de importantes políticos atuantes durante o período monárquico no país, recuperando, assim, a própria história do Brasil Império¹⁵⁸.

Nabuco e outros intelectuais monarquistas, como os próprios Max Fleiuss e Afonso Celso que aqui ressaltamos, viam-se em meio aos conflitos e ambivalências gerados pela necessidade de adaptação (uma adaptação muitas vezes forçada) neste novo contexto político. Dentre outros desafios, estes homens públicos buscavam uma maneira de continuarem sendo influentes mesmo na condição de monarquistas inseridos na República. Este conflito, evidentemente, atingia o próprio IHGB, visto com desconfiança pelas autoridades e intelectuais republicanos. Prestes a fechar as portas, a instituição precisou criar estratégias para fugir ao isolamento no qual se encontrava desde 1889. Uma delas foi a colaboração com o Ministério das Relações Exteriores, acompanhada, sobretudo, do convite feito por Fleiuss ao Barão do Rio Branco para que este assumisse o posto de presidente do Instituto. De acordo com Lúcia Guimarães, este

¹⁵⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. RJ: Museu da República, 2007. p. 79.

¹⁵⁶ Cf. NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: UNB, 1963.

¹⁵⁷ Cf. Idem. *Um Estadista do Império*. RJ: Topbooks, 1997.

¹⁵⁸ Para uma discussão metodológica sobre circulação cultural e de ideias a partir da rede de sociabilidade de Joaquim Nabuco e dos historiadores trabalhados nesta tese (Ricardo Levene, Max Fleiuss, Rafael Altamira e Fidelino de Figueiredo), cf. NEDER, Gizlene e BARCELOS, Ana Paula. Intelectuais, circulação de ideias e apropriação cultural. Anotações para uma discussão metodológica. In: *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. V. 1, n. 1, janeiro-julho de 2009. p. 29-54.

acontecimento contribuiu de forma decisiva para que o IHGB começasse a se fortalecer mesmo sem os benefícios recebidos do Imperador por décadas.

Em 1908, o Barão torna-se presidente da instituição – posição que ocuparia até sua morte em 1912. O fez diante da insistência de Fleiuss e da exigência de que fosse informado a respeito da nomeação de quaisquer novos sócios, especialmente estrangeiros. O Barão esforçou-se em minimizar o afastamento do país em relação às repúblicas vizinhas herdado ainda do período monárquico, colocou o Brasil em posição de liderança nos assuntos ibero-americanos e buscou projetá-lo diante da comunidade internacional. Para Lúcia Guimarães, os reflexos da política diplomática do Barão foram sentidos no IHGB “que passou a intensificar o intercâmbio com instituições científicas do Novo Mundo”¹⁵⁹. Com isto, muitos intelectuais e diplomatas ibero-americanos passaram a compor o quadro de sócios do instituto. Orientação que será seguida, após sua morte, por Max Fleiuss, Afonso Celso e Ramiz Galvão. A nomeação de Ricardo Levene como sócio correspondente e representante da comissão organizadora do Congresso de História da América em 1922, descrita acima através das correspondências entre ele, Fleiuss e Afonso Celso, representa o prosseguimento do vínculo entre as atividades do IHGB e o Itamaraty iniciado pelo Barão do Rio Branco. No banquete de encerramento do Congresso, Fleiuss chegou a exaltar não só o Barão, mas também o Visconde do Rio Branco, pela política exterior que teria aproximado o Brasil dos demais países sul-americanos. Segundo ele, todos estes países deviam ao Barão e ao Visconde a suposta cordialidade continental. Nas palavras de Fleiuss:

Não se póde negar que a politica exterior, de moderação e firmeza intelligente dos dous Rio Branco, assegurou por logo a paz entre as nações sul-americanas, a ponto de bem se poder, com verdade, afirmar que menos lhes deve ainda a própria patria que todo o Continente Americano.¹⁶⁰

Assim, como afirma Lúcia Guimarães, o Barão

[...] estabelecera uma via de mão dupla entre a chancelaria e a *corporação* [grifo no original]. De um lado, utilizava-se da pretensa neutralidade das instâncias acadêmicas, para reforçar sua atuação no ministério e emitir pronunciamentos acerca das orientações que imprimia à política externa brasileira. De outro, devido à proximidade com o poder e à popularidade que desfrutava no país, carregava prestígio, público e verbas para o reduto intelectual que dirigia, livrando-o do ostracismo.¹⁶¹

¹⁵⁹ GUIMARÃES, L. *Da Escola Palatina ao Silogeu...*, op. cit, p. 30.

¹⁶⁰ Discurso de Max Fleiuss no banquete de encerramento oferecido aos congressistas no dia 15 de setembro de 1922. Atas do Congresso Internacional de História da América (1922). Revista do IHGB. Tomo especial. V. 1. RJ: Imprensa Nacional, 1925. p. 237-238. Acervo: IHGB.

¹⁶¹ GUIMARÃES, L. *Da Escola Palatina ao Silogeu...*, op. cit, p. 31.

Lembramos também do incentivo do Barão à criação, pelo Itamaraty, da *Revista Americana*, cujo primeiro número foi publicado em 1909. A revista tinha como principal objetivo a cooperação recíproca entre a intelectualidade americana, sendo pioneira na ideia de construção da paz por meio da aproximação intelectual. Durante 10 anos, a publicação exerceu importante papel nas relações diplomáticas pelo campo cultural, contando com o apoio e a participação de intelectuais como Oliveira Lima e Joaquim Nabuco. É, assim, um exemplo da atuação e do estímulo do Barão a empreendimentos que favorecessem o diálogo na região¹⁶². Um dos artigos publicados na *Revista Americana* na década de 1910, pelo intelectual argentino Francisco Félix Bayón, ilustra seus ideais. Nele o autor, que se refere mais especificamente a Hispano-América, fala da necessidade de aproximação entre seus países. Isto viabilizaria o conhecimento entre eles e fortaleceria “*la unidad de la familia americana*”¹⁶³. Somente isto os tornaria capazes de lutar “*contra las prepotencias del coloso europeo*”¹⁶⁴. Vemos aqui o papel da unidade, percebido por muitos intelectuais naquele período, na conquista de alteridade para a região. Rio Branco tentou ainda reaproximar o Brasil da ex-metrópole organizando um congresso internacional de história que integraria especialistas brasileiros e portugueses e contaria com a presença do rei d. Carlos. Seus planos não se concretizaram em razão do assassinato do rei português, mas serviram de estímulo para a realização do futuro congresso de 1922. Portanto, a presença do Barão no Instituto foi nevrálgica para seu restabelecimento em um Estado republicano e deixou marcas que podem ser observadas nas orientações políticas e intelectuais de seus sucessores.

Com o impulso do Barão do Rio Branco, a geração posterior de líderes do IHGB, composta pelo trio já referido Max Fleiuss, Afonso Celso e Ramiz Galvão, irá renovar e fortalecer a instituição entre as décadas de 1910, 1920 e, principalmente, 1930. Nesta última década contará ainda com o forte apoio de Getúlio Vargas que chegou a frequentar reuniões no Instituto. Aqui a reciprocidade das relações também foi notável de modo que o IHGB contribuiu para a construção da consciência nacional no país e para a legitimidade do novo governante ao

¹⁶² Para uma seleção de artigos da *Revista Americana* publicados entre 1909 e 1919 relacionados a questões diplomáticas, cf. *Revista Americana. Uma iniciativa de cooperação intelectual (1909-1919)*. Coleção Brasil 500 anos. Brasília: FUNAG, 2001. Para uma análise da política externa do Barão do Rio Branco, principalmente no que tange à aproximação com os demais países ibero-americanos e sua atuação na construção da ideia de americanidade, cf. SILVA, Daniella Amaral Diniz da. *Alteridade e idéia de nação na passagem à modernidade: o círculo Rio Branco no Brasil – ‘Ubique Patriae Memor’*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

¹⁶³ BAYÓN, Francisco F. Solidariedad espiritual de Hispano-América. In: *Revista Americana...*, op. cit, p. 154.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 160.

mesmo tempo em que usufruía da posição de destaque que este lhe conferia no cenário intelectual brasileiro. Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, Afonso Celso de Assis Figueiredo e Max Fleiuss formaram o que Lúcia Guimarães chama “a trindade do *Silogeu*”¹⁶⁵. Monarquistas e católicos, eles se empenharam em renovar o Instituto sem perder os vínculos com o passado e a tradição. Buscaram modernizá-lo, inserindo-o no novo contexto republicano, sem abandonar os valores monárquicos e uma visão religiosa da história. Educador que apesar de monarquista era bastante reconhecido pelas autoridades republicanas, Ramiz Galvão era parceiro imprescindível de Fleiuss e Afonso Celso; este último era o líder mais destacado da trindade e Fleiuss era o secretário perpétuo dedicado e assíduo que atuava como “uma espécie de ponto de intercessão”¹⁶⁶ entre monarquistas e republicanos, suavizando e equilibrando conflitos internos.

Destacamos aqui, por suas relações com Ricardo Levene, a liderança de Afonso Celso e a atuação de Max Fleiuss. Celso era um católico fervoroso, “portador de uma fé inquebrantável”¹⁶⁷ que acreditava no papel dos desígnios divinos na história. Vinculado ao ultramontanismo¹⁶⁸, em sua visão de história, Celso não buscava ordenar apenas o passado, mas também o futuro. Para ele, bem como para outros historiadores católicos, os acontecimentos não representam apenas uma ordem cronológica, mas o destino traçado pela divina providência. Para Lúcia Guimarães,

Afonso Celso subordinava a razão à crença em Deus, para identificar com maior clareza os traços contínuos da vontade divina. Na sua percepção, a história se desenrola de maneira linear, seguindo uma lei de desenvolvimento geral. Todos os acontecimentos, pessoas e situações tomam lugar em relação a esse fluxo, do qual recebem sua significação definitiva.¹⁶⁹

Assim, seriam buscadas as causas e consequências para todos os acontecimentos de modo que a fé católica se sobrepusesse à ciência e à razão. Para a mesma autora, no posicionamento de Afonso Celso está implícita a ideia de uma história mestra da vida na qual os acontecimentos ocorridos durante o regime monárquico não poderiam ser negligenciados pelas autoridades republicanas. Sendo Celso o líder do movimento de renovação do IHGB entre as décadas de 1910 e 1930, cabe deduzir que a perspectiva de uma história mestra da vida se encontrava presente nos

¹⁶⁵ GUIMARÃES, L. *Da Escola Palatina ao Silogeu...*, op. cit, p. 59.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 49.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 66.

¹⁶⁸ Doutrina da Igreja Católica propagada no Brasil ao longo do Segundo Reinado que objetivava erradicar o regalismo e centralizar a organização da Igreja na figura do Papa de Roma. Visava também moralizar o clero e os fiéis católicos no país. O conflito entre d. Pedro II e bispos ultramontanos na década de 1860 foi um dos principais fatores para a posterior queda do Império.

¹⁶⁹ GUIMARÃES, L. *Da Escola Palatina ao Silogeu...*, op. cit, p. 66.

estudos históricos desenvolvidos no próprio Instituto. A trindade valorizava uma história que ensina e auxilia na construção do presente e do futuro. Daí modernizar a instituição sem apagar as tradições, diretamente vinculadas à monarquia e ao catolicismo. Em fala repleta de metáforas religiosas, Celso inaugura o Congresso de História da América de 1922 chamando a atenção do público para a “missão messiânica da América”: a de evangelizar e distribuir para o restante do mundo valores capazes de “regenerar o gênero humano” através do “exemplo”. A história da América serviria de exemplo para o mundo na construção do futuro. Por isto, ela era a mestra da vida. Em seu discurso diz: “Torne-se o Novo Mundo o renovador do mundo [...]”¹⁷⁰. E complementa: “[...] cabe á América uma missão messianica: a de evangelizar e estabelecer o direito, a justiça, a felicidade possível na terra; a de regenerar, sobretudo pelo exemplo, o genero humano”¹⁷¹.

Fleiuss, jornalista, advogado e professor, possuía fortes relações profissionais e pessoais com Afonso Celso. Durante a gestão de Rio Branco foi seu braço direito. Foi também muito ligado ao Império, sendo filho de Henrique Fleiuss, artista plástico prussiano estabelecido no Rio de Janeiro a partir de meados do século XIX e protegido pelo Imperador d. Pedro II. Apesar disto, empenhado em modernizar o IHGB, se aproximou de importantes autoridades republicanas com o intuito de conseguir apoio financeiro e reduzir o isolamento do órgão que secretariava. Fleiuss não chegou a se ater ao conceito de história, mas oferece pistas em alguns de seus textos. Em *Centenários do Brasil*, inspirado em Hipólito Taine, busca as causas e efeitos na análise dos acontecimentos históricos. Com este intuito, percorre os quatro séculos do descobrimento analisando as contribuições que considerava positivas da colonização portuguesa. Apresenta o papel dos jesuítas na esfera educacional, critica as invasões estrangeiras e elogia as ações metropolitanas ao combatê-las. Exalta, ao mesmo tempo, as figuras de D. João VI, cuja obra representaria “o primeiro capítulo de formação social de nossa pátria”¹⁷², e D. Pedro II, “um anjo tutelar, trazendo a bondade, a coragem e a sabedoria”¹⁷³ nos momentos difíceis. Isto a fim de valorizar o passado monárquico, lembrando seu potencial supostamente positivo às gerações que

¹⁷⁰ Discurso do Conde de Affonso Celso na Sessão Solene de Inauguração do Congresso de História da América de 1922. Atas do Congresso Internacional de História da América (1922). Revista do IHGB. Tomo especial. V. 1. RJ: Imprensa Nacional, 1925. p. 44. Acervo: IHGB.

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² FLEIUSS, Max. Centenários do Brasil. *Revista do IHGB*, T. 64, V. 104, 1901. p. 119.

¹⁷³ Ibidem, p. 124.

agora são formadas sob a égide republicana. Neste sentido, Fleiuss defende uma história de caráter moral, exemplar e neutro que não deveria ser afetada pelos conflitos do presente:

A historia, sendo essencialmente uma grande pagina de moral, não deve ficar prejudicada por espírito de seita ou de partidarismo, infelizmente tão commum nos dias que correm; seu principal objectivo é a analyse serena, imparcial e severa dos homens e das cousas fira embora idéas mais ardentes, contrarie pretensões mais fervorosas.¹⁷⁴

Com isto, se defende da contrariedade que seus estudos sobre a independência, D. Pedro II e outros fatos e figuras monárquicas provavelmente geravam nas autoridades e na intelectualidade republicana na época. Lembrando que o texto foi escrito em 1900 – e publicado em 1901 na *Revista do IHGB* –, ou seja, no período imediatamente posterior à proclamação da República. Para Lúcia Guimarães, preocupado com o rigor científico Fleiuss acabou também se aprofundando em temas quase desconhecidos em sua época e hoje relacionados à história cultural, como o estudo do teatro, da imprensa e da caricatura no Brasil. Segundo a autora, é importante ressaltar a presença da concepção de história mestra da vida no pensamento de Fleiuss; de um estudo da história que teria o caráter pragmático de oferecer lições para o presente e o futuro. Aspecto que fica claro ao convocar o valor moral presente na história. Em *Elementos de Historia Contemporanea*, Fleiuss cita Charles Langlois e Charles Seignobos para defender a ideia de que a história é promotora de cultura, de modo a tornar os homens mais preparados para a atuação na esfera pública. Daí sua importância nas sociedades democráticas. Por isto, insiste no estudo da história contemporânea para que aproxime o passado das experiências mais recentes a fim de “servir á mocidade, fazendo-a conhecedora do valor dos coévos”¹⁷⁵. Aqui a história ensina, serve de exemplo, orienta as novas gerações. Fechando a trindade, cabe destacar que Ramiz Galvão referia-se com frequência a Cícero e a *historia magistra vitae* recentemente trabalhada por Reinhart Koselleck.

Para estes homens, que viviam tempos de intensas mudanças políticas, o passado deveria ser eternizado como forma de ensinar através da experiência. Assim, a modernidade por eles buscada vinha marcada pela tradição monárquica e católica brasileira, capaz de impedir que a euforia republicana apagasse a história até então construída no país – aspecto que veremos no capítulo IV ser chave na atuação de Fidelino de Figueiredo, interlocutor do IHGB, em Portugal após a proclamação da República em 1910. Aqui o passado ensina e equilibra o presente e o

¹⁷⁴ Ibidem, p. 111.

¹⁷⁵ FLEIUSS, Max. *Elementos de Historia Contemporanea (1815-1897)*. RJ: Laemmert & C. Editores, 1900. Sem página.

futuro, conferindo características moderadas e conservadoras à modernização dos estudos e das instituições históricas, como a Junta/Academia na Argentina e o IHGB no Brasil. Assim, a visão de história mestra da vida convive com a modernidade sendo um exemplo claro das próprias ambivalências que marcaram o campo historiográfico na época. A história, ao relacionar modernidade e tradição, refletia estas ambivalências. Inseridas em uma forte relação com o poder político, especialmente na década de 1930, estas instituições funcionaram como legitimadoras de uma consciência nacional em processo de construção elaborando uma história que ensinaria a ser argentino e brasileiro. Daí a necessidade de conhecer o passado, pois dele dependeria o futuro. Portanto, não foi ocasional o fato do diálogo entre Brasil e Argentina ter se tornado tão frutífero nas primeiras décadas do século XX. Foi em meio a esta perspectiva de uma história que ensina e constrói que historiadores argentinos e brasileiros se reuniram em torno da releitura do passado. Como dissemos, a integração entre Brasil e Argentina acabou favorecida em meio a estes interesses e conflitos em comum. Foram estes indivíduos, como a trindade Celso, Fleiuss e Galvão, que Levene encontrou no Brasil. Indivíduos que, mesmo monarquistas (em oposição ao republicanismo de Levene), compartilhavam de seus objetivos americanistas, liberais conservadores e extremamente simpáticos às ex-metrópoles e ao catolicismo. Mais ainda: para monarquistas que precisavam se estabelecer no contexto republicano, parecia bastante apropriada a integração com as repúblicas vizinhas já formadas há cerca de um século.

No Brasil, Levene encontrou também um campo historiográfico ainda em seu início, em fase de profissionalização, contexto muito próximo do vivido por ele e seus pares argentinos envolvidos na Nova Escola Histórica. Angela de Castro Gomes lembra que no começo do século XX os historiadores apenas começavam a contar com alguma produção e com o respaldo do IHGB, que naquele momento se expandia pelo Brasil como forma de organizar um esforço coletivo em vista do estudo da história pátria. As próprias preocupações metodológicas dos historiadores brasileiros condiziam com aquelas que os argentinos buscavam implementar nos estudos históricos no país. De acordo com Angela, ao estudar a política cultural do Estado Novo transmitida a partir do suplemento literário *Autores e livros* do jornal *A Manhã*, o historiador neste período era identificado a partir do “trabalho de pesquisa documental: de busca, classificação, divulgação e ‘aproveitamento’ do documento”¹⁷⁶. Não era preciso necessariamente desenvolver textos originais. Divulgar trabalhos de autores considerados fundamentais e trazer

¹⁷⁶ GOMES, A. C. *História e Historiadores*, op. cit, p. 122.

documentos ao conhecimento público eram sim as tarefas mais importantes a serem desenvolvidas. A documentação serviria como prova que levaria à verdade histórica. Assim, segundo a autora, “a historiografia do Brasil, como toda aquela que se conforma no século XIX europeu sob os auspícios da influência historicista, constrói-se no culto ao documento escrito e no rigor do método crítico que assenta o vínculo entre verdade histórica e prova documental”¹⁷⁷.

Vimos anteriormente como a pesquisa documental foi parte das estratégias dos historiadores argentinos a fim de conferir caráter de cientificidade à história. Estratégia que gerou a organização de arquivos, bibliotecas e publicações cujos objetivos eram preservar, organizar e divulgar a documentação sobre a história argentina. Assim, a ênfase na importância da documentação funcionou também como ponto de ligação entre estes dois campos em fase de construção. A resenha feita por Fleiuss para o livro *Ensayo histórico sobre la Revolución de Mayo y Mariano Moreno* de Levene ilustra a admiração que esta preocupação metodológica gerava no leitor brasileiro. No texto, publicado no jornal *O Paiz* no Rio de Janeiro, Fleiuss elogia a rica documentação utilizada por Levene e sua busca pela suposta verdade sobre o papel de Mariano Moreno na Revolução de Maio. Neste sentido, o elogia também por demonstrar-se preocupado em seguir rigorosamente os preceitos de Hipólito Taine sobre fazer história sempre à luz de documentos. Fleiuss situa o livro de Levene em um contexto historiográfico em transformação na Argentina nos anos 1920, referindo-se às inovações da Nova Escola Histórica. Para ele, o trabalho era um exemplo dos novos critérios para a produção histórica desenvolvidos no país nas universidades, academias e fundações. O livro valorizaria o estudo do passado como constitutivo das nacionalidades, inclusive em seus aspectos psicológicos e morais. Problema que vimos ser comum ao campo historiográfico no Brasil e na Argentina. Fleiuss encerra a resenha exaltando a obra do colega argentino, chegando a compará-lo com Thomas Buckle, historiador inglês que, ao perceber a história como uma ciência exata capaz de alcançar a verdade, condizia com os objetivos dos historiadores brasileiros e argentinos no período. Atenção à diferenciação traçada por Fleiuss entre um simples “estudo de gabinete” e o “trabalho de mestre”, o “quadro completo” delineado por Levene. Concluímos que o livro, em sua opinião, revelaria o trabalho de um historiador profissional, com critério e cientificidade e não apenas uma narrativa de cunho militar e estratégico. Esta é a principal mudança a ser captada na escrita da história no Brasil e na Argentina em especial na década de 1920. Vejamos as palavras de Fleiuss:

¹⁷⁷ Ibidem.

A obra de Levene é um trabalho de mestre, revela pleno conhecimento do critério histórico-philosophico da revolução de maio e do perfil político-moral de seu heroe – Mariano Moreno.

Não é um simples estudo de gabinete, de ordem heróico-militar, mas um quadro completo, principalmente na ordem econômico-política, da vida civil da nação platina em toda a *série histórica* [grifo no original] que delinea habilmente, lembrando o mesmo golpe visual e mão firme com que Buckle traçou a sua monumental *Historia da civilização inglesa*.¹⁷⁸

Cabe aqui retomar o fato de que a relação entre as instituições históricas trabalhadas (Junta/Academia e IHGB) e o poder político acentuou-se ainda mais a partir da década de 1930 com o governo Urriburu na Argentina e o início do período Vargas no Brasil. Escrever a história nacional conferindo-lhe caráter de verdade a partir da pesquisa documental era demanda obrigatória para o estabelecimento e a manutenção do prestígio intelectual destas instituições diante das mudanças políticas. O mecenato de Vargas ao IHGB, já apontado a partir da leitura de Lúcia Guimarães, inscrevia-se na busca pela formação da unidade e da consciência nacional em sociedades marcadas pela imigração e pela multiplicidade étnica; mecenato este também caracterizado pela aliança com a Igreja. Angela de Castro Gomes afirma que após a Revolução de 1930 no Brasil a aproximação entre o Estado e grupos de intelectuais tornou-se necessária ocorrendo de forma recíproca: “o regime reconhecia a liberdade do intelectual, amparava-o política e institucionalmente e solicitava sua cooperação na administração pública e em inúmeros outros empreendimentos”¹⁷⁹. Esta aproximação se deu não apenas com instituições tradicionais como o IHGB e a Academia Brasileira de Letras, mas também com os próprios modernistas que, na verdade, foram pioneiros neste processo desde a década de 1920, ocupando posteriormente diversos postos na política cultural do Estado Novo. Assim:

Estabelecidas as bases do ‘acordo’ entre ordem política e social, e da necessidade de sua articulação com o verdadeiro ‘espírito nacional’, cabia ao intelectual a função social estratégica de ser o ‘intérprete’ da brasilidade, tarefa que, por suas aptidões específicas, só ele poderia realizar.¹⁸⁰

Era possível criar um espírito nacional a partir da religião, da raça, da língua e da memória. Para isto, o historiador era indispensável.

¹⁷⁸ FLEIUSS, Max. Ensayo histórico sobre la Revolución de Mayo y Mariano Moreno, de R. Levene. Resenha. *O Paiz*, 30 de abril de 1922. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

¹⁷⁹ GOMES, A. C. *História e Historiadores*, op. cit, p. 138.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 139-140.

Ainda de acordo com Angela, durante o Estado Novo o passado ganha três sentidos principais. Em primeiro lugar, aparece como uma espécie de fantasma que deve ser enfrentado para não ser mais temido e sim parte constitutiva da consciência nacional. Em segundo lugar, o passado deve servir como fonte de inspiração para o presente. Não haveria bons ou maus governos, mas sim governos apropriados a cada época e cada povo. Numa perspectiva historicista, impunha-se a necessidade do passado para a resposta das exigências de adaptação que se colocavam ao atual governo. Perspectiva que ainda vinha acompanhada de uma valorização positiva do passado. Em terceiro lugar, esta visão do passado não seria unitária. Conviveriam então dois tipos de passado: um ligado à cultura popular e manifesto através de um conjunto de tradições e outro ligado ao tempo linear e cronológico apresentado por meio de fatos e personagens únicos. De todo modo, o presente estaria ancorado na tradição e o passado serviria como fonte de inspiração para o novo. Esta perspectiva baseou os objetivos de recuperação do passado durante o Estado Novo e inspirou a criação de datas comemorativas de centenários, nascimento e morte de personagens e instituições históricas. Inspirou também a própria modernização do IHGB e a sua expansão territorial por diferentes estados do país. Assim, o passado seria valorizado e recuperado em vez de temido. Este “era o fundamento da nacionalidade que o Estado Novo impulsionaria para o futuro”¹⁸¹.

Vários foram os problemas comuns que envolveram a escrita da história no Brasil e na Argentina nas primeiras décadas do século XX. A profissionalização e a institucionalização do campo, a formação da consciência nacional, a pesquisa documental, a organização de arquivos, os estudos de história nacional, as relações com o poder político, o retorno ao passado colonial, a releitura positiva do papel das metrópoles ibéricas, os entrelaçamentos entre liberalismo e conservadorismo, as marcas de uma história ainda mestra da vida... Enfim, uma série de questões que geraram afinidades entre indivíduos e instituições propiciando os diálogos intelectuais em torno do pensamento histórico. Trata-se de um período de mudanças no campo historiográfico e de modernização das instituições históricas. Trata-se, ao mesmo tempo, de um contexto histórico e político conflituado interna e externamente no qual se experimentou a queda das antigas estruturas de poder oligárquicas, o surgimento de governos radicais, a crise do liberalismo e a ascensão das idéias nacionalistas; além da Primeira e da Segunda Guerra, da Guerra Civil Espanhola e dos governos fascistas na Península Ibérica. A hesitação e a necessidade de

¹⁸¹ Ibidem, p. 155.

adaptação foram comuns a muitos destes intelectuais, ora por serem liberais em conjunturas mais conservadoras, ora por serem monarquistas inseridos na República, ora por serem católicos em um período de laicização e radicalização política, etc. Esta busca conjunta por um caminho a seguir diante das transformações da modernidade acabou envolvendo diretamente a própria integração regional entre Brasil e Argentina.

A passagem à modernidade gerou a necessidade de integração, por vezes forçada, entre esferas distintas, mas complementares. Para a construção do americanismo defendido por historiadores da Junta/Academia e do IHGB, a importância destes diálogos intelectuais e culturais era inegável. A escrita da história foi parte direta deste processo. Fazer circular o conhecimento sobre a história, a geografia, a economia e as características naturais do território também era parte desta estratégia integracionista. Portanto, era preciso divulgar o que era produzido no país a fim de construir uma imagem aceita, reconhecida e legitimada internacionalmente, tanto pelos vizinhos quanto por interlocutores europeus. É isto o que veremos no item seguinte a partir da análise das listagens de obras enviadas pelo Itamaraty a instituições estrangeiras. Respeitando a temática trabalhada na tese, nosso recorte inclui apenas instituições argentinas e portuguesas. Estas últimas oferecem ainda a noção do quanto se aproximar da antiga metrópole foi também pauta do Itamaraty, assim como foi o hispanismo para um amplo grupo de intelectuais argentinos, e do quanto este interesse era por ela correspondido. Em razão disto, acabamos deixando o tema para este item seguinte. A Junta/Academia não aparece na listagem. Contudo, com o contexto historiográfico e político argentino já analisado torna-se possível realizar aproximações e ver, num âmbito mais geral, que obras e autores brasileiros os argentinos recebiam. Até porque, focalizamos aqui na imagem que o Itamaraty objetivava construir sobre o Brasil e não necessariamente na recepção que ela terá na Argentina e em Portugal. Embora, acreditemos que, ao menos dentre grupos empenhados em produzir uma história oficial, esta imagem será reconhecida e legitimada. Cabe ainda estarmos atentos às trajetórias, aos vínculos ideológicos e aos temas abordados pelos autores mais frequentes nas listagens analisadas. Enfim, vimos o papel do IHGB na integração entre Brasil e Argentina e na construção do americanismo. Veremos agora o mesmo papel desenhado pelo Itamaraty, envolvido numa relação de reciprocidade com o Instituto, como vimos, desde a presidência do Barão do Rio Branco ainda na década de 1910.

INTERCÂMBIO CULTURAL E COOPERAÇÃO INTELECTUAL: O ITAMARATY, OS LIVROS E AS INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

Ao compulsarmos a documentação diplomática depositada no Arquivo Histórico do Itamaraty, encontramos, em especial entre as décadas de 1930 e 1940, um grande número de maços contendo os acordos e correspondências ativas e passivas relativos à Comissão de Cooperação Intelectual e ao Intercâmbio Cultural nos quais o Brasil se via envolvido. Seleccionamos o material referente ao intercâmbio intelectual entre o Brasil e a Argentina e entre o Brasil e Portugal, trocas que nos interessam nesta pesquisa. A partir dele pudemos perceber na prática a promoção de diálogos intelectuais que rompem com perspectivas de isolamento que possam ser dirigidas a estes países. Ao interpretar esta documentação, encontramos uma imagem de Brasil que era elaborada e divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores através destes diálogos. Isto num contexto de transformações sociais e políticas e de construção e fortalecimento da nacionalidade brasileira no período Vargas. Caminhando neste sentido, trabalharemos aqui os ofícios com listagens anexas contendo as obras sobre o Brasil e/ou de autores brasileiros que eram enviadas para bibliotecas e instituições de pesquisa argentinas e portuguesas.

É mister ressaltar que o interesse em promover o diálogo e o conhecimento do outro país envolveu tanto o Brasil quanto a Argentina e Portugal e deu origem a empreendimentos e à criação de instituições responsáveis por este trabalho. No Brasil destacamos o Instituto Cultural Brasileiro-Argentino, criado em São Paulo sob motivação do embaixador da Argentina no Brasil e membro da *Junta de Historia y Numismática Americana*, Ramón Cárcano, nos anos 1940. Na Argentina destacamos a versão estrangeira deste mesmo instituto de cuja Comissão Executiva Ricardo Levene fazia parte; além da *Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia*, do *Instituto Rivadavia*, das *Bibliotecas das Universidades de Tucumán, La Plata e Buenos Aires*, do *Instituto de Cultura Latinoamericano*, do *Círculo de Estudiantes Secundarios*, do *Círculo Cultural Tolosano*, do *Centro de Confraternidad Americana* e da *Asociación Cultural Femenina Argentino-Brasileña Júlia Lopes de Almeida* (assim nomeada em homenagem à poetisa brasileira). Somamos também a estas instituições a *Sociedad de Historia Argentina* e as bibliotecas municipais de Buenos Aires que se correspondiam com as também bibliotecas municipais do Rio de Janeiro.

Em Portugal, ressaltamos as atividades desenvolvidas pela Sala Brasil, criada pelos estudantes da Universidade de Coimbra, e pelo Grupo de Estudos Brasileiros, vinculado à Universidade do Porto; referimo-nos também ao Instituto Brasileiro de Coimbra e à Sociedade Luso-africana de Lisboa. Pretendemos neste ponto da discussão, conhecer quais autores e obras brasileiros foram inseridos com maior frequência neste movimento de trocas culturais e intelectuais. Autores e obras que serviram de base para a releitura das relações com a ex-metrópole Portugal e para a construção de uma ideia de americanidade que, como vimos, inspirou em muito a atuação de Ricardo Levene e Max Fleiuss. Conferimos destaque aos autores brasileiros cujas obras o Itamaraty enviava com maior frequência ao exterior de modo a construir e divulgar uma imagem apropriada e, acreditamos, deliberadamente projetada de Brasil. Construção da qual as instituições de ensino e pesquisa argentinas e portuguesas acabavam por participar ao solicitar estas obras, numa relação de reciprocidade, por meio de listagens enviadas ao Itamaraty. A partir daí as disponibilizavam aos seus leitores, não apenas relacionados à esfera acadêmica, mas também a um público mais amplo que incluía, dentre outros, jovens estudantes secundários e universitários.

Em entrevista dada pelo embaixador do Brasil na Argentina, José de Paula Rodrigues Alves, ao jornal *Notícias Gráficas* em 1943, ficam claras as intenções do governo brasileiro em aprofundar as relações culturais e educacionais com o país vizinho. Nela, segundo o jornal, Rodrigues Alves teria demonstrado o desejo de que

[...] este año el intercambio de profesores que afronte la cátedra de extensión universitaria en los dos países, se intensifique no solo en la cantidad de docentes, sino en la ampliación de materia y en la diversidad de conferencias especializadas.¹⁸²

Falando num período posterior a empreendimentos promovidos pelas embaixadas de ambos os países em prol da aproximação cultural entre Brasil e Argentina, o embaixador objetivava que estas relações se mantivessem e intensificassem na década de 1940. O desejo de Bartolomé Mitre, manifestado em 1880, havia ganhado inúmeros adeptos ao longo das décadas que o seguiram e foi sendo consolidado em especial a partir da década de 1930. Não nos referimos neste trabalho às possíveis trocas comerciais, econômicas e políticas desenvolvidas entre estes países, mas focalizamos no intercâmbio cultural e intelectual entre eles promovido que

¹⁸² Entrevista com José de Paula Rodrigues Alves: Reciprocidad cultural con Brasil. *Noticias Gráficas*, janeiro de 1943. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

trazia em seu bojo, como já afirmamos, a preocupação de desenvolvimento de uma política externa próxima e solidária.

Tratamos aqui de um movimento de troca de obras e publicações entre estes países que ilustra concretamente o que denominamos, inspirados em Carlo Ginzburg¹⁸³, um processo de circulação cultural e de ideias e de produção dialógica do conhecimento. Assim, os intelectuais do período em que trabalhamos se encontravam amplamente envolvidos nestas trocas dialógicas ao acessarem em seus países os trabalhos mais recentes e/ou conhecidos do outro país. As instituições anteriormente citadas envolviam-se neste movimento de troca ao elaborarem listas de livros que gostariam que fossem enviados aos seus acervos. Em seguida, dirigiam ofícios acompanhados destas listas à embaixada do país do qual proviriam os livros e esta se encarregava de reunir as publicações solicitadas e enviá-las à instituição que as havia pedido. Eram incluídas neste material obras de diplomatas ou autores de alguma forma ligados ao Ministério das Relações Exteriores, como Donatello Grieco, Hildebrando Accioly, Hélio Vianna, Ronald de Carvalho, Afonso Arinos de Mello Franco, Hélio Lobo, José Carlos de Macedo Soares, Joaquim Nabuco, Sérgio Correia da Costa, Euclides da Cunha e Joaquim Caetano da Silva. Além destes nomes, encontramos também os de Clóvis Bevilacqua (que foi consultor jurídico do ministério entre 1906 e 1934¹⁸⁴), o do Barão do Rio Branco, o de Raul de Campos, o de Rui Barbosa e o de Graça Aranha. No total somam-se 16 intelectuais relacionados de alguma maneira à diplomacia e ao Itamaraty. Estas trocas se constituíam em oportunidade para estes intelectuais, atuantes na política externa brasileira, projetarem a si próprios internacionalmente. Encontramos ainda, em sua maioria, textos de historiadores, geógrafos, antropólogos, juristas e intelectuais ligados à Academia Brasileira de Letras e ao IHGB (à época muito vinculado ao Itamaraty). Muitos trabalhos eram relacionados ao estudo do território, a questões militares, à política e à literatura.

¹⁸³ GINZBURG, C. História da Arte..., op. cit. Cf. do mesmo autor: *Nenhuma Ilha é uma Ilha – Quatro visões da literatura inglesa*. SP: Companhia das Letras, 2004.

¹⁸⁴ Cabe aqui uma nota sobre a presença de Clóvis Bevilacqua nas listagens de obras enviadas pelo Itamaraty a instituições internacionais. Encontramos apenas uma única referência ao Código Civil de Clóvis (6 volumes), enviados à Universidade Nacional de Tucumán na Argentina em 1939, quando ele já não atuava mais no ministério. Sua oposição aos rumos da república, especialmente durante o período Vargas, e suas ideias positivistas talvez tenham contribuído para esta pouca presença nas trocas intelectuais, o que pode ter se acentuado a partir do início do ministério de Gustavo Capanema e do pacto entre a Igreja Católica e o governo Vargas em 1934 (exatamente o mesmo ano no qual Clóvis sai do MRE). Acrescentamos alguns comentários mais detalhados sobre Capanema e sua relação com a Igreja e intelectuais católicos na nota 222 desta tese. Sobre Clóvis, seu republicanismo, sua posição acerca da ideia de indivíduo, da condição feminina e do casamento, cf. NEDER, Gizlene. Amélia e Clóvis Bevilacqua: o casamento, o casal e a ideia de indivíduo. In: NEDER, Gizlene e CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Idéias jurídicas, poder e autoridade na família*. RJ: Revan, 2007. p. 153-177.

Destacamos nesta interpretação aqueles que consideramos mais relevantes para a discussão proposta na tese. Porém, em anexo ao trabalho disponibilizamos um quadro detalhado (anexo 1) no qual constam todos os autores e obras envolvidos nestes diálogos intelectuais, bem como as instituições para as quais foram enviados e os anos de envio.

As instituições argentinas atuaram amplamente neste sentido. Com a função de promoção dos diálogos intelectuais no âmbito americano, o *Instituto de Cultura Latinoamericana* pode ser utilizado como pretexto para ilustrarmos inicialmente esta troca de livros e publicações a qual nos referimos. Em 29 de fevereiro de 1940 o secretário geral do Itamaraty enviou à Embaixada do Brasil em Buenos Aires os livros que lhe haviam sido solicitados em ofício datado de 2 de fevereiro do mesmo ano¹⁸⁵. Este envio de publicações brasileiras ao exterior ficava a cargo da Divisão de Cooperação Intelectual, neste período chefiada por José Olintho de Oliveira. Na listagem solicitada constavam 24 livros, incluindo-se textos literários, narrativas, biografias e estudos de história do Brasil. Dentre os principais autores estavam Machado de Assis, Pedro Calmon, Oliveira Vianna e Pandiá Calógeras (ver anexo 1). Antes, em 1939, podemos encontrar a listagem de livros desta vez enviada pelo Itamaraty ao *Centro de Confraternidad Americana*. Em ofício assinado pelo ministro Maurício Nabuco¹⁸⁶, o Itamaraty informou enviar os livros solicitados e uma bandeira do Brasil para que fossem todos depositados na referida instituição localizada no Boulevard Argentino e Rivadavia em Santiago del Estero¹⁸⁷. Neste ano, o chefe da Divisão de Cooperação Intelectual era Caio de Mello Franco. Dentre as obras enviadas estavam

¹⁸⁵ Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Secretário Geral do Itamaraty à Embaixada do Brasil em Buenos Aires. Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1940. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹⁸⁶ Acompanhando a trajetória do pai Joaquim Nabuco, Maurício Nabuco tornou-se diplomata em 1913, seguindo carreira no Itamaraty até a década de 1950 quando foi dispensado durante o governo Vargas. Nasceu em Londres em 1891 e formou-se em Norwick. Modernizou o sistema administrativo do Itamaraty, onde se tornou ministro plenipotenciário de 2ª classe em 1931 e ministro de 1ª classe, ou embaixador, em 1934. Muito influente na instituição foi embaixador em Santiago em 1937, no Vaticano em 1944 e em Washington em 1949. Dentre outras funções, foi oficial de gabinete do ministro das Relações Exteriores Otávio Mangabeira entre 1926 e 1939; ministro de Estado do Exterior em 1940; e participou da Delegação Brasileira do Congresso de Paz em Versalhes em 1918. Recebeu diversas condecorações, dentre as quais a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco. Sua assinatura em diferentes ofícios de trocas de obras entre instituições, demonstra a participação oficial de altos funcionários do Itamaraty nos empreendimentos de intercâmbio cultural e intelectual entre o Brasil e outros países. Cf. LOUSADA, Luiz Cláudio D'Álamo. Embaixador Maurício Nabuco. *Tribuna de Petrópolis*, 09 de setembro de 2001. O próprio Maurício Nabuco registrou suas memórias em livro no qual fala de suas experiências na diplomacia, das condecorações recebidas, das viagens realizadas, dentre outros temas. A referência completa é: NABUCO, Maurício. *Reflexões e Reminiscências*. RJ: FGV, 1982.

¹⁸⁷ Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Secretário Geral do Itamaraty ao Embaixador do Brasil em Buenos Aires, José de Paula Rodrigues Alves. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1939. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

textos de Manuel Bandeira, Alceu Amoroso Lima, e, mais uma vez, Pedro Calmon e Oliveira Vianna (ver anexo 1).

Ainda em 1939, destacamos o envio de publicações para o *Instituto Rivadavia*. Encontramos no material da Divisão de Cooperação Intelectual depositado no Arquivo Histórico do Itamaraty o ofício enviado pela instituição a Paulo Demoro, Cônsul Geral do Brasil em Buenos Aires¹⁸⁸. No mesmo ano, foi o *Círculo de Estudiantes Secundarios de Buenos Aires* que escreveu aos representantes do Itamaraty no país também enviando listagem de livros e revistas que, segundo eles, seriam importantes para aprofundarem seus conhecimentos acerca da história, da geografia e da literatura brasileiras. A resposta, acompanhada da remessa de publicações, foi enviada a José de Paula Rodrigues Alves em 18 de julho de 1939¹⁸⁹. Em ambas as listagens, referentes ao *Instituto Rivadavia* e ao *Círculo de Estudiantes de Buenos Aires*, encontramos, dentre os autores mais solicitados, nomes como os de Pandiá Calógeras e Pedro Calmon, mais uma vez; além de outros como Humberto de Campos, José Maria Bello, Alceu Amoroso Lima e Mello Leitão (ver anexo 1). Em maio do mesmo ano foi o *Círculo Cultural Tolosano*, situado em Tolosa (La Plata, um dos principais centros universitários da Argentina, liderado por Levene e muito influente no movimento da Nova Escola Histórica), que escreveu ao Itamaraty pedindo obras de autores brasileiros ou sobre o Brasil, para que fossem acrescentadas à sua biblioteca¹⁹⁰. A lista incluía um total de 30 obras, muitas das quais já foram citadas anteriormente. Acrescentam-se aqui, dentre outros exemplos, obras de Roberto Simonsen, Hélio Vianna e Heitor Lyra (ver anexo 1). O ensino jurídico também se encontrava incluído nesta troca de publicações. Ainda em 1939 encontramos ofício sobre remessa de obras jurídicas de autores brasileiros para a *Biblioteca de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales* da Universidade Nacional de Tucumán¹⁹¹. A lista é aberta pelo Código Civil de Clóvis Bevilacqua, seguido de Galdino de

¹⁸⁸ Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty ao Cônsul do Brasil em Buenos Aires, Paulo Demoro. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1939. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹⁸⁹ Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty ao Embaixador do Brasil em Buenos Aires, José de Paula Rodrigues Alves. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1939. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹⁹⁰ Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty ao Embaixador do Brasil em Buenos Aires, José de Paula Rodrigues Alves. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1939. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹⁹¹ Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty ao Cônsul Geral do Brasil em Buenos Aires, Paulo Demoro. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1939. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

Siqueira, Pontes de Miranda, Bento de Faria, Temístocles Cavalcanti, Eduardo Espindola, Hildebrando Accioly e Costa e Silva (ver anexo 1).

Anos depois, em 1943, é a *Sociedade de Historia Argentina* que vemos envolvida neste processo de circulação de ideias entre Brasil e Argentina a fim de favorecer o mútuo conhecimento entre os países. A Sociedade, fundada em 1931, surgiu no cerne da Nova Escola Histórica, sendo uma instituição não oficial, mas em estreita relação com o Estado, de modo que nos anos 1930, o presidente Agustín Justo chegou a ser seu membro honorário, assim como outros políticos argentinos. Sobre a instituição, Nora Pagano diz que entre seus objetivos “*se contaba el de promover la circulación del conocimiento histórico y fundar el ‘verdadero nacionalismo’ en el conocimiento del pasado*”¹⁹². Em ofício datado de 28 de abril, a embaixada brasileira em Buenos Aires remete à instituição as obras que haviam sido anteriormente solicitadas¹⁹³. Na lista de interesses da Sociedade acerca das publicações brasileiras constavam 108 obras distribuídas em sete páginas. O material versava sobre diversos âmbitos da cultura, da política e da história brasileiras; além de incluir documentos oficiais, como os relatórios e boletins do Ministério das Relações Exteriores do Brasil entre os anos de 1831 e 1937 e os anais da Biblioteca Nacional (ver anexo 1). Estes pedidos vinculam-se ao grande interesse na organização de arquivos documentais que vimos se fortalecer neste período na Argentina. Empreendimento no qual a *Junta de Historia y Numismática Americana* e Ricardo Levene se viam envolvidos. Muitos destes documentos oficiais tratavam das relações e acordos diplomáticos do Brasil com o país vizinho. Por outro lado, destacamos o interesse da instituição por obras que descrevessem e analisassem a trajetória de importantes personagens da história brasileira, como viscondes e marqueses. Destacamos, ao mesmo tempo, outros textos que se constituíam em relatos de viajantes acerca de suas idas ao sul do Brasil, região próxima da Argentina e que, em razão dos conflitos regionais ao longo do século XIX, parecia interessar-lhe ainda nos anos 1940. Aliás, a presença de estudos sobre conflitos como a Guerra dos Farrapos também chama a atenção. Dentre os autores mais presentes nesta listagem, ressaltamos os nomes de J. C. Abreu, Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre e Euclides da Cunha. Outra presença que deve ser lembrada é a de Manoel Bomfim (ver anexo 1).

¹⁹² PAGANO, Nora. *La Nueva Escuela Histórica*, op. cit, p. 175.

¹⁹³ Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty ao Embaixador do Brasil em Buenos Aires, José de Paula Rodrigues Alves. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1943. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

A *Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia* foi uma das instituições de pesquisa argentinas que mais divulgou os livros brasileiros no país. Para tanto, foi criada em 1934, no bojo da *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* iniciada por Levene, pela Junta e pelo Itamaraty, uma “Seção Brasileira” que se encarregaria de organizar e disponibilizar ao público os livros e publicações brasileiros, incluindo-se os de caráter didático. Era necessário, segundo seus organizadores, levar a um público mais amplo o conhecimento sobre o Brasil, retirando-o de um espaço exclusivo de intelectuais e especialistas no assunto. Em apoio a este empreendimento, o Itamaraty envia em maio deste mesmo ano uma primeira leva de obras que auxiliaram na formação da Seção Brasileira da Biblioteca. Em ofício enviado ao vice-cônsul do Brasil em Bahia Blanca, Ezequiel Ubatuba, é anexada a lista de obras que seguia para a instituição¹⁹⁴. Nela constavam trabalhos do Barão do Rio Branco, de Agripino Grieco, Pandiá Calógeras, José Carlos de Macedo Soares, Mário de Andrade e Rui Barbosa (ver anexo 1). Em 1936, é a *Asociación Cultural Femenina Júlia Lopes de Almeida*, sediada em Buenos Aires, que recebe remessa de livros de autores brasileiros ou sobre o Brasil enviada pelo Itamaraty. Em ofício datado de 15 de março de 1936, assinado por Maurício Nabuco, o Itamaraty informava à instituição sua intenção em desenvolver com ela o mesmo contato realizado já há algum tempo com o *Instituto de Estudios Argentino-Brasileños*¹⁹⁵. Assim, envia para sua biblioteca obras do Barão do Rio Branco, de Ronald de Carvalho, de Manoel Bernardes, de Xavier de Oliveira, de Afrânio Peixoto e de José Carlos de Macedo Soares (ver anexo1).

Podemos ter uma ideia, através deste panorama geral, dos autores mais requisitados pela intelectualidade argentina na tentativa de conhecer a história e a cultura brasileiras. Além disto, vemos aqui exemplificados textos que o Itamaraty considerava fundamentais acerca do conhecimento a ser divulgado sobre o Brasil. Assim, percebemos que, no que tange à esfera intelectual, estes países se encontravam em diálogo por meio de um processo de circulação cultural e de ideias. A relação recíproca de troca de ideias entre argentinos e brasileiros ilustra a afirmação de Carlo Ginzburg de que não se produz conhecimento isoladamente, mas sim baseado em leituras, críticas ou não, da realidade social e de seus pares contemporâneos. Ou seja,

¹⁹⁴ Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty ao Vice-cônsul do Brasil em Bahia Blanca, Ezequiel Ubatuba. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1934. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹⁹⁵ Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty à Associação Cultural Feminina Júlia Lopes de Almeida. Rio de Janeiro, 15 de março de 1936. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

“nenhum homem é uma ilha, nenhuma ilha é uma ilha”¹⁹⁶. Esta expressão por ele utilizada para se referir ao processo de circulação de ideias que envolve a Inglaterra e os países continentais bem exemplifica a posição intelectual do Brasil no período do qual tratamos. Um país com fronteiras enormes que se manteve monárquico até o fim do século XIX, mas cuja história, apesar das diferenças políticas, suscitava grande interesse em seus vizinhos, em especial os argentinos, e que também se interessava em se fazer conhecer por estes países.

No que se refere às trocas intelectuais, é possível dizer que o Brasil e a Argentina relacionaram-se amplamente neste período e juntos se empenharam no trabalho de releitura da história da América e na obtenção de reconhecimento e legitimidade do trabalho intelectual. Ginzburg analisa uma rede de trocas intelectuais e demonstra que Vasco de Quiroga era leitor de Luciano e Thomas More, que Samuel Daniel era leitor de Montaigne e Sterne de Bayle, que More era leitor de Cícero que, por sua vez, lia Platão e que Malinowsky lia Stevenson que era leitor de Balzac. Acreditamos podermos também dizer que Ricardo Levene e sua geração, e também os intelectuais de uma geração anterior (possivelmente desde Bartolomé Mitre), liam Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Humberto de Campos, José Maria Bello, Oliveira Vianna, Pandiá Calógeras, Manoel Bandeira, Pedro Calmon e Amoroso Lima, por exemplo. Nomes repetidos com grande frequência nas listagens acima reproduzidas. Isto tendo como principal objetivo a promoção do conhecimento da história de seus países, mas colocando-os em contato uns com os outros, apontando suas relações históricas a fim de favorecer a construção de um presente e um futuro pacíficos na América Ibérica. O livro exerceria, em nossa opinião, papel central neste processo. Afinal, constrói pontes muitas vezes histórica, política e socialmente inesperadas. Se a história ensina, é preciso olhar para ela em vista de construir o futuro e o livro poderia ser o meio mais eficaz para isto. A troca de livros e publicações pode ser entendida no período que estudamos como parte da tentativa de construção de um projeto de “americanidade” por historiadores como Fleiuss e Levene.

Tomando como base o material da Comissão de Cooperação Intelectual depositado no Arquivo Histórico do Itamaraty, é possível também apontar a existência desta troca de publicações entre o Brasil e Portugal e listar as obras que eram enviadas com maior frequência para os acervos das instituições portuguesas. Podemos perceber o investimento destas instituições

¹⁹⁶ GINZBURG, C. *Nenhuma Ilha é uma Ilha...*, op. cit, p. 113.

e de estudantes portugueses em vista de um maior conhecimento sobre o Brasil no início do século XX, quando as relações entre os dois países já não eram acentuadas. Neste período, uma série de investimentos foram feitos, em ambos os países, na tentativa de reaproximar antigas metrópole e colônia. Era preciso reforçar, ou reconstruir, esta relação a partir de uma tradição comum; de elos a serem fortalecidos por diferentes esferas, inclusive pelo estudo da história. Zília Osório de Castro estuda a criação da revista *Atlantida*, entre 1915 e 1920, por João de Barros, João do Rio e Olavo Bilac, entusiastas da reaproximação luso-brasileira. O projeto envolvia o interesse destes intelectuais no desenvolvimento de um domínio luso-brasileiro no Atlântico Sul. O oceano e a história ligariam estes dois países numa identidade comum que teria se perdido dentre os conflitos do século XIX. Citando João do Rio, a autora diz que os dois povos seriam “ramos de um mesmo tronco”¹⁹⁷ (metáfora que encontraremos em fontes mais adiante referidas), já que o Brasil surgiu de Portugal em seu período áureo. Por isto, tanto a apatia quanto o entusiasmo de um se refletiriam no outro. Segundo a autora, desde 1909, o professor e escritor português Consiglieri Pedroso propôs à Sociedade de Geografia de Lisboa a criação de uma comissão para a promoção das relações entre Brasil e Portugal. Dentre as principais medidas, previam-se a realização de congressos luso-brasileiros, tratados comerciais e ações de aproximação intelectual.

A Primeira Guerra teria contribuído para estes objetivos através da conjugação de interesses entre os dois países em oposição ao germanismo que ameaçava alcançar a Península e a América Ibérica. Com a guerra, Portugal “esqueceu as velhas querelas e nasceu para um novo patriotismo – o patriotismo luso-brasileiro”¹⁹⁸. Este discurso idealista e nacionalista ligava a ex-metrópole à ex-colônia “para além dos laços políticos, efêmeros e transitórios, à perenidade de uma mesma raça, cujas raízes assentavam numa mesma cultura, com valores idênticos que se haviam consolidado ao longo dos séculos”¹⁹⁹. Ainda de acordo com Zília Castro, vê-se aqui um discurso conservador, pautado na simpatia pela tradição e pela ideia de raça, mas que, ao mesmo tempo, não era tradicionalista, pois apegava-se à esperança no futuro das relações entre Portugal e Brasil e repudiava a “exclusividade da tradição”²⁰⁰. Para a autora, pensava-se em, a partir do

¹⁹⁷ Apud RIO, João do. *Sésamo*. RJ: Livraria Francisco Alves, 1917, p. 155. In: CASTRO, Zília Osório de. Do carisma do Atlântico ao sonho da *Atlantida*. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (org.). *Afinidades Atlânticas: Impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. RJ: Quartet, 2009. p. 58.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 71.

¹⁹⁹ *Ibidem*.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 72.

patriotismo luso-brasileiro, criar um bloqueio à expansão do imperialismo germânico em defesa da lusitanidade e da latinidade. Pretendia-se construir, simultaneamente, uma potência europeia e latina. “Daqui que o incentivo para se reafirmarem e reforçarem os laços entre as duas nações fosse ganhando forma e desse origem a uma verdadeira campanha que envolveu não só intelectuais, mas também políticos”²⁰¹. A *Atlantida*, revista de corte luso-brasileiro estudada por Zília Castro, teria sido criada neste contexto ideal de construção de uma potência atlântica internacionalmente respeitada “e que contrapusesse a cultura latinizada ao germanismo nascente e ao saxonismo corrente, sem dúvida”²⁰². Veremos nos quadros apresentados mais adiante como esta perspectiva influi na escolha de obras a serem enviadas ao exterior pelo Itamaraty (não apenas a Portugal, mas também à Argentina), já que os autores mais presentes neste processo de intercâmbio intelectual eram católicos. Isto provavelmente como parte da construção desta latinidade e lusitanidade em oposição ao protestantismo germânico e anglo-saxão, tema que retomaremos ao final da tese.

O papel do livro neste processo de reaproximação pela via intelectual seria notável e percebido pelos próprios atores sociais que viviam este momento. Em 1935, Álvaro Pinto, editor português que vivia e trabalhava no Brasil há 15 anos, mas se encontrava neste período em seu país, concedeu entrevista ao *Diário de Lisboa* na qual discute a questão. Fundador das revistas *Águia* e *Renascença Portuguesa* na década de 1910 em Portugal, Pinto atuou na intensificação das relações luso-brasileiras a partir da criação, no Brasil, do *Anuário do Brasil* e da revista *Terra do Sol*, ambos com a colaboração de Antonio Sergio. Na entrevista fala sobre o Brasil e o que considera como um crescimento em diferentes âmbitos que o país viria alcançando. Segundo ele, o ensino, primário, secundário e superior, teria melhorado notavelmente, ressaltando-se a atuação da recém criada Universidade de São Paulo. A isto se conjugaria o crescimento comercial, industrial, agrícola e populacional. Não obstante, aponta o que seria um grave problema. Fazem-se muitos passeios de Lisboa ao Rio de Janeiro e vice-versa, “mas Portugal continua a desconhecer a mentalidade brasileira e o Brasil continua a desconhecer por sua vez, a mentalidade portuguesa”²⁰³. Álvaro Pinto refere-se aqui à falta de diálogos entre os intelectuais portugueses e brasileiros e ao desconhecimento de ambos os países quanto ao que era produzido

²⁰¹ Ibidem, p. 74.

²⁰² Ibidem, p. 80.

²⁰³ Um depoimento interessante: O estado actual das relações luso-brasileiras na opinião do sr. Álvaro Pinto, que regressou ha pouco do Brasil. *Diário de Lisboa*, 7 de janeiro de 1935. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

pelo outro. A imprensa, com papel importante neste contato, não teria ainda trabalhado na troca de informações realmente relevantes e os autores se limitavam a elogios mútuos. Simultaneamente, os editores demonstrariam grande incapacidade no desenvolvimento deste intercâmbio. Na opinião do entrevistado, os editores portugueses e brasileiros não se interessavam pelo mercado do outro país; apenas a Companhia Editora Nacional estaria dando alguns passos neste sentido. Referindo-se ao Brasil como “nação irmã”²⁰⁴, ele ainda complementa afirmando ser necessário construir uma relação de igualdade e colaboração mútua entre as intelectualidades brasileira e portuguesa e não de superioridade ou predominância de uma sobre a outra. Lendo e escrevendo em língua portuguesa, fator de união entre elas, estas duas esferas precisariam se conhecer muito bem e romper com qualquer espécie de rivalidade. Nas palavras de Álvaro Pinto:

Interessa profundamente ás duas literaturas o mutuo conhecimento e mutuas concessões. Ninguem mais tem a veleidade de querer defender teses de dominio desta ou daquela. São duas literaturas, que crescem, se desenvolvem, se prestigiam por si próprias, sem peias, nem dependencias. O que é fundamental e não deve esquecer-se por um instante é que os dois países somam uma área de 11 milhões de quilômetros quadrados e que uma insignificante densidade de 50 lhes trará, dentro de futuro proximo, uma população de quinhentos e cinqüenta milhões de habitantes, falando, lendo e escrevendo a lingua portuguesa.²⁰⁵

Dias depois, ainda em Lisboa, Álvaro Pinto concede nova entrevista ao mesmo jornal. Nela ressalta um aspecto fundamental para a discussão que propomos: a importância do livro na promoção dos diálogos intelectuais e na interligação entre esferas distantes. O entrevistado defende “ser o livro o principal elemento para um profícuo intercâmbio luso-brasileiro”²⁰⁶. Afinal, não importam as diferenças de prosódia, já que todos falam português e precisam manter constante contato. Sua crítica é dirigida especialmente ao isolamento na esfera editorial. Diante disto, aponta uma sugestão: a criação de duas Câmaras de compensação de livros, uma em Lisboa, outra no Rio de Janeiro. A iniciativa deveria funcionar da seguinte maneira:

Essas Câmaras não seriam, por principio algum, editoras e funcionariam inteiramente á margem dos livreiros, mais ou menos como este plano. Ha uma grande quantidade de livros que se publicam em Portugal e Brasil e que não chegam ao outro país, ou porque os editores não querem mandá-los, ou porque não confiam na venda, ou ainda, por

²⁰⁴ Ibidem.

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ Um depoimento interessante: O papel que o livro pode desempenhar no problema das relações luso-brasileiras. *Diário de Lisboa*, 20 de janeiro de 1935. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

vários outros motivos. Editores e autores teriam apenas que encher uma ficha fornecida pelas duas Câmaras e enviá-la á Câmara do seu país, para que a obra editada fosse transmitida á outra Câmara e comunicada aos livreiro e público do outro país. Qualquer encomenda seria feita depois á Câmara que transmitiu o conteúdo da ficha, em impressos avulsos ou boletins periódicos, e esta a pediria á sua colega para adquirir e expedir. Ninguem voltaria a ter as razões que tem hoje para não adquirir o que deseja.
207

Quatro anos depois, no entanto, seus objetivos não haviam sido concretizados e Álvaro Pinto ainda se empenhava na campanha pela criação das Câmaras de Compensação que viabilizassem o intercâmbio de livros entre Brasil e Portugal. Afinal, segundo ele,

[...] as falhas são as mesmas dum e doutro lado e só organismos oficializados, não editores, poderão estabelecer por meio das Câmaras de Compensação o indispensável serviço de informações, permutas e propaganda dentro do elevado espírito de intercâmbio cultural que, servindo a todos os autores, editores e leitores, nos serve especialmente a este ou aquele.²⁰⁸

A preocupação com a intensificação do intercâmbio luso-brasileiro não se fechava na atuação de atores sociais no âmbito editorial como é o caso de Álvaro Pinto. Atingia, ao mesmo tempo, em especial por volta da década de 1930, a esfera universitária em Portugal. A visita de Pedro Calmon, representando o IHGB, ao Instituto de Antropologia da Universidade do Porto ilustra esta argumentação. Por outro lado, ressaltamos a criação, no mesmo ano da visita de Calmon, do Grupo de Estudos Brasileiros, frequentemente chamado Centro de Estudos Brasileiros, vinculado à Sociedade de Geografia de Lisboa e à Universidade do Porto. Constavam no regulamento do Grupo a busca de ampliação do conhecimento sobre o Brasil em diferentes esferas; a promoção de congressos e eventos; a publicação de boletins periódicos; a organização de visitas de estudo ao Brasil; a reunião de informações que pudessem ser fornecidas às agências de turismo para a organização de excursões; e a reunião de especialistas sobre o assunto. Mais ainda, pretendia-se trabalhar em prol da organização de uma biblioteca de obras brasileiras e sobre o Brasil e de um acervo contendo documentação sobre o país. A este material somente teriam acesso os sócios do Grupo que, para tanto, deveriam antes tornarem-se membros da Sociedade de Geografia de Lisboa. Sua organização seria dividida em sete comissões: estudos culturais brasileiros; intercâmbio intelectual e artístico luso-brasileiro; intercâmbio econômico luso-brasileiro; relações comerciais, marítimas e aéreas, postais e telegráficas; recepção; turismo;

²⁰⁷ Ibidem.

²⁰⁸ Intercâmbio cultural luso-brasileiro: Um interessante artigo do sr. Álvaro Pinto, publicado na Revista Ocidente, sobre o mercado de livros brasileiros em Portugal e a remessa, para o Brasil, de livros portugueses. *Dom Casmurro*, RJ, 10 de junho de 1939. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

e imprensa e propaganda. Como principal objetivo o Grupo de Estudos Brasileiros deveria “ocupar-se de todos os assuntos que possam conduzir a um cada vez maior estreitamento das relações luso-brasileiras”²⁰⁹. Outros objetivos seriam:

- a) Estudar e estar ao corrente da vida filosófica, científica, pedagógica, literária, artística, moral e social do Brasil, isto é, criar e congregar especialistas sobre a vida cultural brasileira;
- b) Informar acerca do estado e progressos de cada ramo científico, pedagógico, literário e artístico da vida brasileira: - bibliografia; focos de criação científica e artística; estabelecimentos de ensino; personalidades marcantes do Brasil na filosofia e na crítica, nas ciências, nas letras, no ensino e nas artes;
- c) Promover conferências, sessões artísticas, exposições acerca do Brasil e congressos luso-brasileiros;
- d) Dar à publicidade estudos acerca do Brasil intelectual e artístico.

Na justificativa para a criação do Grupo se encontra a busca de uma origem comum e fraterna, já que Brasil e Portugal seriam “irmãos, ramos do mesmo tronco, rebentos de uma mesma raiz”²¹⁰.

Ambos os povos têm as mesmas origens étnicas, falam a mesma língua, seguem a mesma religião, e apresentam tão grandes afinidades sentimentais e intelectivas que até ao primeiro quartel do século XIX tiveram uma comum literatura, e, ainda muito pequenas são hoje as variantes do modo de ser espiritual e ético dos dois povos.²¹¹

O texto passa, então, a listar aqueles que seriam os mais importantes nomes da intelectualidade brasileira e ressalta a necessidade de que suas produções sejam conhecidas pela esfera intelectual portuguesa. Seriam eles, além de outros nomes relacionados à música e à pintura:

QUADRO 1:

INTELECTUAIS BRASILEIROS CITADOS NO REGULAMENTO DO CENTRO DE ESTUDOS BRASILEIROS – SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA (1937)

Afonso Arinos de Mello	Afonso Celso	Afonso de Taunay	Afrânio Peixoto	Agripino Grieco	Alberto Rangel	Alberto Torres
------------------------	--------------	------------------	-----------------	-----------------	----------------	----------------

²⁰⁹ Sociedade de Geografia de Lisboa. *Centro de Estudos Brasileiros. A sua organização. O seu funcionamento [Regulamento]*. Lisboa, 1937. p. 3. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

²¹⁰ Ibidem, p. 5.

²¹¹ Ibidem.

Franco						
Alceu Amoroso Lima	Aluízio Azevedo	Araújo Jorge	Augusto Paulino	Baptista Pereira	Basilio de Magalhães	Capistrano de Abreu
Castro Alves	Coelho Neto	Costa e Silva	Dernão de Magalhães	Diogo de Vasconcelos	Eduardo Prado	Eduardo Spínola
Euclides da Cunha	Farias Brito	Fernando de Azevedo	Gilberto Amado	Gilberto Freyre	Graça Aranha	João do Rio
João Ribeiro	Joaquim Nabuco	José de Alencar	José Veríssimo	Leonídio Ribeiro	Licínio Cardoso	Lima Barreto
Machado de Assis	Mário de Andrade	Monteiro Lobato	Nestor Vitor	Olavo Bilac	Oliveira Lima	Pandiá Calógeras
Paulo Barreto	Pedro Calmon	Plínio Salgado	Raimundo Correia	Raul Pompéia	Renato de Almeida	Rocha Pombo
Ronald de Carvalho	Rui Barbosa	Silvio Romero	Teófilo Dias	Tito Lívio de Castro	Tobias Barreto	Viritato Correia

Fonte: Regulamento do Centro de Estudos Brasileiros – Sociedade de Geografia de Lisboa. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

Nas primeiras décadas do século XX os intelectuais portugueses se envolveram num debate acerca da inserção do país na modernidade. Para os grupos e instituições aqui citados, ser moderno, dentre outros aspectos, significava conhecer melhor histórica, cultural e politicamente os países que a ele estiveram ligados enquanto colônias e, ao mesmo tempo, fazer-se conhecer pelos mesmos. Vimos através do texto de Zília Castro os empreendimentos desenvolvidos em Portugal a fim de divulgar o domínio luso-brasileiro no Atlântico, a ver pela revista *Atlantida*. Iniciativa apoiada por intelectuais brasileiros como João do Rio e Olavio Bilac. Evidentemente, havia grupos de intelectuais e políticos opostos a esta visão que repudiavam as propostas de reaproximação entre Brasil e Portugal. Lúcia Guimarães afirma que as opiniões em relação a isto se dividiam e geravam conflitos. A conjuntura da Primeira Guerra teria favorecido o nacionalismo, o que levava uma corrente de intelectuais, que incluía nomes como os de Manoel Bomfim, Jackson de Figueiredo, Antônio Torres, Felix Amélio e Álvaro Bomilcar, a desenvolverem campanhas antilusitanas no país. Intelectuais como eles “costumavam

responsabilizar a colonização lusa pelo atraso cultural, econômico e social do Brasil”²¹². Por outro lado, a mesma guerra, como vimos, levou ao desenvolvimento de um patriotismo luso-brasileiro, o qual possuía muitos seguidores que identificavam de forma positiva as marcas portuguesas presentes na formação social e histórica brasileira. “Eram homens de letras, do porte de Olavo Bilac, de Graça Aranha, de Afrânio Peixoto e de João do Rio”²¹³, todos eles sintomaticamente presentes no quadro de autores acima apresentado. Esta tendência foi fortalecida nas décadas de 1920, 1930 e 1940, contexto no qual situam-se as listagens de obras aqui trabalhadas. O interesse era recíproco, de modo que tanto o Brasil se esforçava em se aproximar da antiga metrópole quanto esta pretendia (re)afirmar seu potencial marítimo, objetivo para o qual a integração com o Brasil se fazia fundamental. Meta que também esteve fortemente presente na relação da Espanha com suas ex-colônias, conforme veremos no último capítulo.

A inauguração do edifício do Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro desde 1887 funciona como exemplo disto e demonstra, de acordo com Tânia Bessone, “a força e interesse despertado pela instituição junto aos seus membros e à sociedade em geral”²¹⁴. Concretiza-se na cidade, a partir do Gabinete (que já existia em instalações bem mais modestas desde 1837), o incentivo aos projetos culturais luso-brasileiros. As entrevistas de Álvaro Pinto parecem condizer com esta perspectiva. Era preciso construir a ideia de um mundo lusófono. Mundo este pautado no conhecimento mútuo e não na dependência e na submissão. Embora as marcas da obediência e da submissão oriundas da formação católica tomista portuguesa estejam ainda hoje presentes na cultura política e jurídica brasileira através de um movimento de rupturas e continuidades, como demonstra Gizlene Neder²¹⁵. Antonio Sérgio, que colaborou com Álvaro Pinto na criação de revistas no Brasil com a função de favorecer as relações luso-brasileiras, aponta a existência de “espectros” do passado que, produzindo efeitos de longa duração, impedem a aplicação de soluções progressistas e modernizadoras para demandas apresentadas por conjunturas históricas diferenciadas. Vivendo as questões que a modernidade lhe impunha, o autor discutiu os problemas de se aplicar ao presente modelos do passado e da absolutização dos

²¹² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Nos subterrâneos das relações luso-brasileiras, dois estudos de caso: O sucesso da (re)inauguração da Sala do Brasil, na Universidade de Coimbra (1937) e o fracasso do Congresso Luso-Brasileiro de História (1940). In: GUIMARÃES, L. (org.). *Afinidades Atlânticas...*, op. cit, p. 134.

²¹³ Ibidem.

²¹⁴ BESSONE, T. *Palácios...*, op. cit, p. 103.

²¹⁵ NEDER, Gizlene. *Iluminismo Jurídico-Penal Luso-Brasileiro: Obediência e Submissão*. RJ: Freitas Bastos Editora/ICC, 2000.

conceitos e ideias de determinados autores. Assim, ele afirma que estes “espectros” se apresentam

[...] no nosso espírito através da história mal compreendida, que nos impõe o apreço absoluto de sentimentos, de factos, de personalidades endeusadas (há que séculos!) por homens cujas idéias e sentimentos se descasam inteiramente das condições da vida de hoje, mas cujos juízos continuamos a aceitar como prestantes para todo o sempre, reportando-lhes valores absolutos para muito além de sua época [...].²¹⁶

Para Antonio Sérgio era preciso, portanto, pensar o século XX por uma via renovadora e mesmo que se apropriando de ideias antigas, saber interpretá-las e criticá-las. Isto porque, segundo ele, ser fiel ao que disseram importantes intelectuais não é reproduzir suas ideias, mas saber dar continuidade à “impulsão criadora, renovadora, transformadora de que saiu a sua obra”²¹⁷. Seu debate se enquadra com as colocações que até este momento apresentamos acerca do tempo histórico e do olhar para a história com inspirações e objetivos situados no presente e no futuro. Em meio a esta perspectiva, Antonio Sérgio defende que olhar para a história não é repeti-la, mas sim libertar-se dos “espectros” do passado e das limitações que ele pode criar. Em sua concepção, é preciso ter largueza de interpretação do mundo. Para modernizar seria necessário não apenas se aproximar do outro fisicamente, mas também pela via das ideias; libertar-se de toda forma de limitações;

[...] e isto sobretudo para um português, filho de um povo cujo papel histórico foi o de ser por essência o navegador, e que, oriundo de uma faina cosmopolita, teve por missão abraçar a terra e pôr-se em contato com todas as raças [...] Fadados à sina de transpor limites, tivemos um carácter universalista pela nossa acção no mundo físico: está na índole da nossa história que o tenhamos também no mundo da moral.²¹⁸

É possível que Álvaro Pinto, contemporâneo e parceiro intelectual de Antonio Sérgio, também estivesse movido por estes princípios em sua visão de modernização: iniciar uma “ação universalista” no “mundo da moral”. Para isto, o conhecimento mútuo entre as partes do mundo lusófono que se queria construir seria fundamental, em especial no que tange a uma ex-colônia portuguesa do tamanho e da importância do Brasil. As ideias exerceriam papel crucial nesta aproximação e o livro aparece aqui como estratégia de promoção de diálogos entre esferas distantes e apresenta papel político fundamental. Neste sentido, é diante da necessidade de conhecer os autores acima citados, e outros mais, que o Grupo de Estudos Brasileiros solicita o

²¹⁶ SÉRGIO, António. *Ensaios*. 2ª ed. Coimbra: Atlântica, 1949. p. 206.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 259-260.

²¹⁸ *Idem*. *Breve interpretação da história de Portugal*. 9ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1979. p. 145-146.

envio de obras sobre o Brasil para a formação da biblioteca prevista em seu regulamento. Envolvido neste empreendimento, em dezembro de 1938 o Itamaraty enviou remessa de obras à Embaixada do Brasil em Lisboa a fim de serem transmitidas ao Grupo, na cidade do Porto e, ao mesmo tempo, à Sala Brasil, empreendimento com objetivos a ele muito próximos. O ofício, assinado por Mauricio Nabuco, seguiu acompanhado de uma listagem contendo 40 obras cujos autores em sua grande maioria, por um lado, constavam também nas remessas de livros enviadas a Buenos Aires ou, por outro, aparecem na sequência de autores brasileiros considerados essenciais no regulamento do Grupo de Estudos Brasileiros²¹⁹. Na remessa de livros enviada constavam obras de Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre, Afonso Arinos de Mello Franco, Pandiá Calógeras, Pedro Calmon, Oliveira Vianna e Manoel Bomfim (ver anexo 1).

A Sala Brasil, em especial, exige maior atenção na análise deste processo de intercâmbio intelectual. Criada em 1925 na Universidade de Coimbra, a Sala Brasil (ou Sala do Brasil) resultou do empenho de estudantes brasileiros em Coimbra e de uma série de esforços situados em um contexto político e diplomático bastante favorável. Encontrando dificuldades financeiras no início da década de 1930, teve suas atividades enfraquecidas, apesar de receber algumas levas de livros do Itamaraty. Foi efetivamente reinaugurada somente em 1937 e quatro anos depois se tornou o Instituto de Estudos Brasileiros. A Sala funcionou como um importante mecanismo da reaproximação entre Brasil e Portugal, principalmente a partir da nomeação de Arthur Guimarães de Araújo Jorge para a chefia da representação diplomática em Portugal. Intercedendo junto ao Itamaraty, Araújo Jorge apontou os problemas da Sala e os meios para solucioná-los. Segundo Lúcia Guimarães, logo o diplomata investiu em seu intercâmbio com instituições brasileiras e forneceu “novas coleções de livros, convertendo uma *fria exposição* de móveis em uma biblioteca rica e proveitosa. Abasteceu-a de periódicos, de folhetos de publicidade e usou sua influência para que o Serviço de Cooperação Intelectual²²⁰ custeasse seus gastos com manutenção. Na reinauguração, entre 6 e 10 de dezembro de 1937, compareceram diversos intelectuais europeus e, dentre os sul-americanos, estavam Pedro Calmon e Afrânio Peixoto.

A reinauguração da Sala durante o governo Vargas possuía significado não apenas literário, mas, sobretudo, simbólico e político. Vargas pretendia romper com o isolamento

²¹⁹ Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty à Embaixada do Brasil em Lisboa para serem remetidos ao Grupo de Estudo Brasileiros e à Sala Brasil. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1938. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

²²⁰ GUIMARÃES, L. M. P. Nos subterrâneos das relações luso-brasileiras..., op. cit, p. 136.

intelectual do Brasil. Ao mesmo tempo, discordava da ideia corrente dentre muitos de que a colonização portuguesa teria favorecido o suposto atraso brasileiro. O caráter nacionalista do seu governo “o levou a se acercar, pouco a pouco, da velha metrópole, no seu entender, o berço das raízes étnicas e culturais da jovem nação americana”²²¹. Para isto, contou com o auxílio dos ministros Osvaldo Aranha e Gustavo Capanema no desenvolvimento de diálogos com a intelectualidade portuguesa. Este último, ainda de acordo com Lúcia Guimarães, chegava a dizer que os brasileiros se orgulhavam de serem portugueses na América²²². Assim, o Serviço de Cooperação Intelectual, que vemos aqui citado, tinha como função “romper o isolamento intelectual do Brasil e alterar sua reputação de país atrasado no contexto internacional”²²³. O Serviço precisava “demonstrar os avanços alcançados por um país jovem e culto”²²⁴. Ainda segundo Lúcia Guimarães, este perfil condizia, inclusive, com as “expectativas do Estado Novo salazarista, cuja capacidade colonizadora vinha sendo contestada por outras potências imperialistas”²²⁵. Conhecer o Brasil significava conhecer os resultados “da competência civilizadora do povo português”²²⁶.

A Sala Brasil já havia recebido, por intermédio da Embaixada do Brasil em Lisboa, obras e documentos históricos sobre o Brasil que pudessem ser incorporados ao seu acervo²²⁷. Isto ocorreu em 1934 quando, conforme vimos, estava enfraquecida e recebia algumas levadas de livros

²²¹ Ibidem, p. 148.

²²² Gustavo Capanema foi nomeado por Getúlio Vargas para o Ministério da Educação e Saúde em 1934, mantendo-se no cargo até o fim do Estado Novo em 1945. Capanema manteve um relacionamento próximo com os intelectuais brasileiros, em especial a partir do auxílio de Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete. Tomou parte ainda no debate entre o ensino laico e universalizante de um lado e, do outro, o ensino livre da interferência do Estado defendido pelos grupos católicos. Acabou conjugando-se com os setores conservadores da Igreja Católica, seguindo e atuando diretamente na reaproximação desta com o Estado que se dava desde 1934, após os conflitos das primeiras décadas republicanas. Neste ano, primeiro do ministério Capanema, firma-se o pacto entre Vargas e a Igreja a partir do qual esta lhe garante apoio político e, em troca, teria suas emendas aprovadas na Constituição de 1934, dentre elas o ensino religioso nas escolas públicas. Capanema aproximava-se intimamente de líderes religiosos como Alceu Amoroso Lima, Padre Leonel Franca e o Cardeal Leme. Cf. SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. RJ/SP: Paz e Terra; USP, 1984.

²²³ GUIMARÃES, L. M. P. Nos subterrâneos das relações luso-brasileiras..., op. cit, p. 137.

²²⁴ Ibidem, p. 150.

²²⁵ Ibidem.

²²⁶ Ibidem.

²²⁷ Ofício com listagem de livros e documentos históricos em anexo enviada pelo Itamaraty ao Arquivo Nacional para que este material fosse organizado e remetido à Sala Brasil em Coimbra. Rio de Janeiro, 23 de junho de 1934. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty. Ressaltamos que Max Fleiuss esteve envolvido nesta troca de livros e publicações com a Sala Brasil a mando de Afonso Celso, presidente do IHGB. Assim, em 1934, envia ofício ao Itamaraty comunicando providenciar material por ela requisitado e pedindo ao Ministério das Relações Exteriores que cuide de sua remessa. Cf. Ofício de Max Fleiuss ao Itamaraty. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1934. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

do Itamaraty. Na listagem constam 35 livros, como alguns de Pandiá Calógeras, Rui Barbosa e Hildebrando Accioly (ver anexo 1). Em 1942, durante o ministério de Gustavo Capanema, a Divisão de Cooperação Intelectual do Itamaraty escreve ao Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (à Sala Brasil que então já tinha outro nome) comunicando da remessa de livros e publicações por intermédio da Embaixada do Brasil em Lisboa²²⁸. Destaque deve ser conferido aos trabalhos dos argentinos Ricardo Levene, Ramón Cárcano e Bartolomé Mitre solicitados pelos intelectuais portugueses. Na extensa lista constam ainda volumes de Afrânio Peixoto, Carolina Nabuco, Joaquim Nabuco, Graciliano Ramos, Alceu Amoroso Lima, Oliveira Vianna, Mário de Andrade, Gilberto Freyre e Euclides da Cunha (ver anexo 1). O envio desta remessa já se deu após a reinauguração da Sala e o fracasso do Congresso Luso-Brasileiro de História em 1940, conforme o apontado por Lúcia Guimarães. Com o objetivo de favorecer a reaproximação entre Brasil e Portugal, o Congresso envolveu instituições como o IHGB, a Academia Brasileira de Letras e a Academia Portuguesa de História. Dentre os brasileiros que participaram de sua organização estavam Pedro Calmon, Max Fleiuss, Afrânio Peixoto e Emilio Sousa Doca. Contudo, diante da constante intervenção de Vargas nas diretrizes do evento e dos conflitos internos entre autoridades portuguesas e brasileiras, o Congresso ocorreu em pequenas proporções e com poucos participantes brasileiros. Vargas preferiu investir na presença do Brasil na Exposição do Mundo Português ocorrida no mesmo ano, já que esta seria a oportunidade de projetar o Brasil na Europa. Assim,

[...] empenhou-se para esboçar uma imagem positiva não apenas de si, mas também da nação que administrava: jovem, moderna e civilizada, com amplos potenciais de riqueza. Este desenho, sem dúvida, correspondia às expectativas de Salazar, uma vez que representava uma espécie de *prova póstuma* [grifo no original] das virtudes colonizadoras de Portugal. No fundo, para os propósitos dos dois governos, a *Exposição* se afigurava bem mais conveniente do que uma reunião de historiadores.²²⁹

Imagem positiva, civilizada e baseada no potencial e nas riquezas brasileiras que veremos se refletir no perfil dos próprios autores e obras enviados pelo Itamaraty às instituições portuguesas (e também argentinas).

A construção de um mundo lusófono implicava, simultaneamente, a elaboração de um diálogo com as colônias ou ex-colônias portuguesas na África e nas Índias. Era necessário

²²⁸ Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty ao Instituto Brasileiro em Coimbra. Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1942. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

²²⁹ GUIMARÃES, L. M. P. Nos subterrâneos das relações luso-brasileiras..., op. cit, p. 166.

formular uma rede de trocas intelectuais entre elas, o Brasil e Portugal. Lembramos que os objetivos de construção de uma potência lusitana no Atlântico Sul, apontados por Zília Castro, incluíam a conjugação das relações luso-brasileiras com Angola²³⁰. A criação da Sociedade Luso-Africana de Lisboa reflete estes interesses. Assim, a Embaixada do Brasil em Lisboa recebeu orientação do Itamaraty, em 1938, para enviar ao seu acervo livros²³¹ de Pedro Calmon, Sergio Buarque de Holanda, Hélio Vianna, Joaquim Nabuco, Pandiá Calógeras, Manoel Bomfim, Humberto de Campos, José Maria Bello, Oliveira Vianna, dentre outros (ver anexo 1). Ademais, é possível encontrar no Arquivo Histórico do Itamaraty listas de livros, curtas, mas bastante significativas, remetidos a estas ex-colônias pelo Ministério das Relações Exteriores. Também em 1938, o Itamaraty envia ofício a Nova Goa, endereçado a Valentim Mendes, comunicando que a remessa de livros que lhe havia enviado extraviou-se, mas que o ministério providenciava uma nova contendo os livros²³² de Wanderley Pinho, Pedro Calmon, Agripino Grieco, José Veríssimo, Alceu Amoroso Lima, Gilberto Freyre e José Maria Bello (ver anexo 1). Outra comprovação desta troca de publicações com as também ex-colônias portuguesas é o ofício enviado ao Itamaraty pelo cônsul do Brasil em Dakar comunicando ter oferecido ao Governador da Guiné Portuguesa, para a Biblioteca de Bissau, 26 volumes de obras de literatura brasileira de autoria dos seguintes escritores: José de Alencar, Manoel de Macedo, Fagundes Varella, Castro Alves, João Ribeiro, Coelho Netto, Basílio de Magalhães, Elysio de Carvalho, Humberto de Campos, Antonio Salles, Franklin Távora, João Alphonsus, Ronald de Carvalho, Gilberto Amado, Amando Fontes, Mario Sette, Marques Rebello, Galeão Coutinho, Guilhermino Cesar, Eloy Pontes, Jorge Amado, Herman Lima, Erico Veríssimo e Benjamin Constatat²³³ (ver anexo 1).

Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho nos mostram que a relação entre Portugal e Brasil no que tange à circulação de livros e ideias fora intensa em fins do século XVIII e ao longo do século XIX. Em sua opinião, é preciso levar em conta o “vasto processo de circulação de idéias que acompanhou a circulação de pessoas, mercadorias etc. não somente no território

²³⁰ Cf. CASTRO, Z. O. Do carisma do Atlântico ao sonho da Atlantida, op. cit, p. 74.

²³¹ Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty à Sociedade Luso-Africana de Lisboa. Rio de Janeiro, 21 de junho de 1938. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

²³² Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty a Valentim Mendes, em Nova Goa. Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1938. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

²³³ Ofício enviado pelo Cônsul do Brasil em Dakar ao Itamaraty. Dakar, 26 de janeiro de 1942. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

européu, mas também em seus prolongamentos ultramarinos”²³⁴. Tratando das rupturas e continuidades entre as formações sociais portuguesa e brasileira no que tange ao controle social, à disciplina e à autoridade na família, os autores demonstram como os diálogos intelectuais por meio da troca de livros e publicações relacionaram os intelectuais portugueses e brasileiros, em especial do campo jurídico. Ademais, sua importância também se encontra nos debates acerca da elaboração dos projetos de Código Civil no Império e na República no Brasil mantendo aspectos tomistas de modernização conservadora. Em outro trabalho, Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira ainda mostram como o debate político e ideológico em torno do direito de família no Brasil “foi acompanhado de um movimento extenso de circulação de idéias iluministas que ‘viajaram’ pelas sociedades européias e atravessaram o Atlântico”²³⁵. A modernidade luso-brasileira, portanto, caracteriza-se pela permanência de aspectos conservadores em razão de um processo de apropriação cultural a partir do qual novos conteúdos são inseridos em formas tradicionais.

As discussões portuguesas sobre modernização (uma modernização conservadora que se dá, boa parte dela, sob governos ditatoriais) são, assim, importantes para o entendimento da passagem à modernidade no Brasil e sua intelectualidade também se encontra inserida neste processo. Quiçá o conservadorismo e o tomismo estejam presentes na visão de construção de americanidade que os intelectuais que estudamos apresentam. Afinal, pensam uma “solidariedade” americana, propõem que seus países se vejam como “irmãos”, mantendo uma relação “fraterna”, dentre outras expressões bastante vinculadas ao catolicismo ibérico. Lembramos, como dissemos já na introdução, que a América católica foi nomeada “latina” pelo campo político conservador maçom e calvinista da Filadélfia em meados do século XIX. Portanto, a própria reflexão em torno da América e sua história é marcada pelos vínculos culturais, políticos e ideológicos com o catolicismo. Daí seus vestígios na própria linguagem utilizada nas trocas e diálogos intelectuais. Ainda segundo Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira, a conjugação entre o absolutismo ilustrado e uma visão de mundo tomista marcaram o final do século XVIII em Portugal, seus debates no campo jurídico e os pensamentos de dois de seus personagens centrais: Pascoal José de Mello Freire e Antonio Ribeiro dos Santos²³⁶. Estas marcas

²³⁴ NEDER, Gizlene e CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Os filhos da lei. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 45, fevereiro de 2001. p. 113.

²³⁵ Idem. O Atlântico como pátria (Livros e idéias entre Portugal e Brasil). *Revista Convergência Lusíada*, 19, número especial, Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 2002.

²³⁶ Cf. Idem. O bibliotecário-mor e o iluminismo jurídico coimbreense. In: NEDER, G. e CERQUEIRA FILHO, G. *Idéias jurídicas, poder...*, op. cit, p. 47-61.

de longa duração se mantiveram no Brasil através de um processo de circulação de ideias e apropriação cultural que interligava estes dois lados do Atlântico. Acreditamos que o intercâmbio cultural e de ideias com Portugal foi retomado no Brasil no início do século XX, justamente no período de discussão acerca da inserção da intelectualidade na modernidade. Longe de terem se apagado, estes diálogos intelectuais entre dois lados do Atlântico faziam parte de um ideal de modernidade conservadora e funcionavam como estratégia de reconhecimento e legitimidade.

Cabe neste ponto uma análise mais detalhada acerca de quais autores mais apareciam nas listagens de obras enviadas pelo Itamaraty às instituições argentinas e portuguesas as quais nos referimos. Já os citamos de forma geral, mas selecionamos aqueles que se repetem com maior frequência em quase todas as listagens e que representam de maneira simbólica a imagem de Brasil que o Itamaraty pretendia construir e que contribui para as relações com a antiga metrópole, Portugal, e a construção da “americanidade” a partir do diálogo com a Argentina. Vejamos o quadro abaixo:

QUADRO 2:

AUTORES COM MAIS DE 10 REFERÊNCIAS NAS LISTAGENS DE OBRAS ENVIADAS PELO ITAMARATY A INSTITUIÇÕES ARGENTINAS E PORTUGUESAS

AUTORES	OBRAS
1º Joaquim Nabuco	16 referências às seguintes obras: “Um estadista do Império” “Minha formação” “Camões e assumptos americanos” “O abolicionismo” “Pages choises” “O direito do Brasil” “Pensamentos soltos” “A intervenção estrangeira durante a Revolta de 1893” “Escritos e discursos literários” “Balmaceda”
1º Pedro Calmon	16 referências às seguintes obras: “História da civilização brasileira” “História social do Brasil” “O rei do Brasil”

	“Pequena historia da civilização brasileira” “Resumo da história da literatura brasileira” “História da casa da torre”
2º Pandiá Calógeras	12 referências às seguintes obras: “Relações exteriores do Brasil” “Estudos históricos” “Marquês de Barbacena” “Problema de governo” “Estudos históricos e políticos” “Formação histórica do Brasil” “As minas do Brasil e sua legislação” “A política exterior do Império”
3º Gilberto Freyre	11 referências às seguintes obras: “Sobrados e Mucambos” “Casa Grande e Senzala” “Nordeste” “Região e tradição” “Um engenheiro francês no Brasil” “O mundo que o português criou” “Nordeste” “Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife”
4º Mello Leitão	10 referências às seguintes obras: “Visitantes do Primeiro Império” “Zoo-geografia do Brasil” “O Brasil visto pelos ingleses” “A biologia do Brasil”

Fonte: Listagens contidas em arquivos do Material das Missões Diplomáticas do Itamaraty – Décadas de 1930 e 1940. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

Nele listamos os autores cujas obras são referidas mais de 10 vezes nas listagens do Itamaraty que aqui analisamos. Listamos também os títulos que eram enviados às instituições internacionais. Somente os cinco autores acima aparecem nesta proporção nas listagens das décadas de 1930 e 1940. Em primeiro lugar estão Joaquim Nabuco e Pedro Calmon; em segundo, João Pandiá Calógeras; em terceiro, Gilberto Freyre; e, por último, Cândido Firmino de Mello Leitão. Dos quatro somente Nabuco já havia morrido há algum tempo, desde 1910, Calógeras morreu no início da década de 1930, em 1934, e Leitão em 1948; os demais, Calmon e Freyre, mantiveram-se em atividade profissional, intelectual e política até a década de 1980, quando morreram, respectivamente, em 1985 e 1987.

Com datas de falecimento muito afastadas, e experiências históricas bastante distintas, Nabuco e Calmon dividem o primeiro lugar com 16 referências nas listagens. Nomes muito importantes nos campos histórico, jurídico e diplomático brasileiros, ambos tiveram suas obras sobre a história do Brasil ou autobiográficas, como no caso de Nabuco, enviadas à Argentina e a Portugal pelo Ministério das Relações Exteriores. Nabuco, já morto, era considerado um dos maiores intelectuais do país e Calmon, ainda jovem, já era, na década de 1930, membro do IHGB, do Museu Histórico Nacional e livre-docente de direito público constitucional da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Monarquista que teve que se adaptar à república, abolicionista, anglófilo e defensor do parlamentarismo e do liberalismo ingleses, Nabuco representa o ideal da classe dominante no Brasil. Defensor de um liberalismo moderado, conservador, mesclado aos privilégios e à ideologia do favor que marcam a sociedade brasileira²³⁷, a projeção de Nabuco para o exterior simboliza o quanto o Brasil, mesmo por tanto tempo monárquico, poderia oferecer em termos intelectuais e históricos aos seus interlocutores (especialmente à Argentina, republicana desde o início do século XIX). Maçom e inicialmente ligado às ideias jansênicas, Nabuco reconverteu-se ao catolicismo romano, provavelmente em 1892, no *Brompton Oratory* em Londres. O fez em meio aos conflitos entre a Igreja e a república positivista no Brasil e num período de tentativa de romanização e moralização do clero por parte da Igreja Católica através da ruptura justamente com a maçonaria e o jansenismo, adotando-se as ideias jesuíticas e tomistas. Calmon, por sua vez, como membro do IHGB e de diferentes instituições históricas internacionais (como a Academia das Ciências de Lisboa e a Real Academia Espanhola), num contexto histórico posterior, posicionou-se contra a repressão aos que participaram da Aliança Nacional Libertadora na década de 1930 e se opôs ao Estado Novo varguista. Foi diretor do Instituto de Estudos Portugueses e do Liceu Literário Português, professor da Universidade do Brasil, do Colégio Pedro II e da Pontifícia Universidade Católica desde 1941.

Pandiá Calógeras foi engenheiro, geólogo e político, Ministro da Agricultura, Comércio e Indústria em 1914 e da Fazenda em 1916. Era civil, mas foi também Ministro da Guerra entre 1919 e 1922. Desenvolveu, como podemos perceber através dos títulos de sua autoria projetados pelo Itamaraty, estudos sobre mineração e geologia, de modo a defender a diferenciação entre os

²³⁷ Sobre o liberalismo conservador de Joaquim Nabuco, cf. NEDER, Gizlene. *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*. RJ: Achiamé, 1979.

conceitos de solo e subsolo, o que dava ao governo o direito de desapropriar o primeiro para explorar o segundo. Calógeras converteu-se ao catolicismo em 1910 (mesmo ano em que participa da IV Conferência Pan-Americana em Buenos Aires), assim como Nabuco no contexto da república positivista, manifestando-se contra o divórcio e a favor de uma representação diplomática permanente junto ao Vaticano. No Ministério da Guerra promoveu ampla reforma no Exército e reprimiu violentamente os movimentos tenentistas no início da década de 1920, principalmente a Revolta do Forte de Copacabana. Seu livro *A política exterior do Império*, escrito entre 1923 e 1929, é considerado seu mais importante trabalho como historiador. Em 1932 foi ainda presidente da Liga Eleitoral Católica (LEC), período em que esta se aproximava das ideias integralistas.

Gilberto Freyre, trabalhado no terceiro capítulo desta tese e por isto não aprofundado aqui, teve seu *Casa Grande & Senzala* traduzido em Buenos Aires em 1942 pela *Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana*, chamando a atenção para a necessidade, não apenas brasileira, mas ibero-americana, de se discutir a questão racial; a questão da miscigenação nevrálgica em suas formações sociais. Antropólogo, anglófilo como Nabuco, favorável ao papel dos colonizadores na formação histórica ibero-americana, Freyre também se converteu ao catolicismo, no seu caso na década de 1920 e, diferentemente de Nabuco, a partir do protestantismo. Como veremos, viajou pelos Estados Unidos e pela Inglaterra e, vendo o Brasil de fora, escreveu uma explicação conciliadora para uma sociedade miscigenada. Visão de Brasil que parece interessante à imagem do país projetada pelo Itamaraty. Mello Leitão, em quarto lugar neste processo de troca de publicações, foi biólogo, professor de zoologia do Museu Nacional a partir de 1931 e presidente da Academia Brasileira de Ciências entre 1943 e 1945. Mais vinculados às ciências naturais, seus estudos provavelmente contribuíram para o maior conhecimento dos aspectos naturais do território, o que também interessava ao Itamaraty como imagem a ser transmitida às instituições estrangeiras.

Ora, mesmo com particularidades, diferenças conjunturais e políticas, vinculações institucionais distintas (apesar da frequente ligação com o IHGB), esses autores seguem um determinado perfil intelectual que parece compor um quadro explicativo idealizado do Brasil. Os textos de Nabuco simbolizariam a monarquia, o liberalismo conservador, o abolicionismo, a tradição intelectual oligárquica; os de Calmon a história oficial, contada pelo IHGB, também de corte monárquico; os de Calógeras a força militar, a geografia do território, o sentido de

construção e progresso a partir da engenharia; os de Freyre, a questão racial, a suposta integração pacífica entre as três raças que compunham a identidade nacional (índios, africanos e portugueses), problema de fundamental importância para os intelectuais daquela geração; os de Mello Leitão, os recursos naturais, a fauna e a flora brasileiras. Os temas das obras mais citadas nestes diálogos intelectuais variam entre a história do Brasil e de alguns de seus importantes personagens, a história do período monárquico, a diplomacia e as relações exteriores (como era esperado), a geografia, o solo e as questões territoriais, as questões étnicas. Assim, é desenhado um país ideal, forte, rico, com tradição, identidade, paz e ordem – imagem condizente com os objetivos de Vargas, conforme já dissemos. Traça-se o perfil de um país que, além de tudo isto, é católico. Mais ainda: é convencido do catolicismo pela conversão; na imagem idealizada, quem não é católico, se converte. Afinal, três destes cinco autores são católicos convertidos, do protestantismo, da maçonaria, de um catolicismo de corte jansenista, mas todos convertidos ao catolicismo romano. Vinculam-se, portanto, a uma tradição religiosa ibérica portuguesa. Calmon não é convertido, mas era católico. Quanto a Mello Leitão, não temos informações a respeito de seus vínculos religiosos. Pode ser que ele fuja a este perfil, mas, de todo modo, vemos um conjunto de autores em sua maioria católicos construindo e projetando uma imagem de Brasil para o exterior bastante útil ao Itamaraty e à política externa brasileira, ao menos em suas relações com Portugal e os demais países ibero-americanos.

O elo a partir do catolicismo condiz com a visão de solidariedade, americanidade e cordialidade que permeia os empreendimentos integracionistas entre Brasil e Argentina, como já vimos neste capítulo e ainda veremos em diferentes momentos deste trabalho. A releitura das relações com o Portugal católico também vem no bojo desta perspectiva. É importante esclarecer que a presença destes intelectuais católicos convertidos nestes diálogos possui ainda um forte sentido conjuntural na década de 1930. Até então, desde a proclamação da República, eles vivenciaram a ruptura entre Igreja e Estado no Brasil, a crescente laicização política e o predomínio do positivismo em diferentes esferas de atuação. Analisaremos estes conflitos com maiores detalhes no capítulo II, mas cabe adiantar que desde a década de 1920 a Igreja tentava retomar seu espaço e poder político a partir de iniciativas nos campos social e educacional e de liberações como Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. A presença dos católicos convertidos Joaquim Nabuco, Pandiá Calógeras e Gilberto Freyre nas listagens de obras do Itamaraty nas décadas de 1930 e 1940 condiz, portanto, com este contexto de revitalização da

Igreja Católica. Por meio das listagens analisadas, percebemos uma espécie de painel das transformações políticas e ideológicas do país neste período. Em linhas muito gerais, é como se o país estivesse mais uma vez se convertendo ao catolicismo; deixando o positivismo, o laicismo e ideias consideradas subversivas, e que irromperam no final do século XIX, como o anarquismo, o socialismo e o comunismo, e retomando o catolicismo. Olhar para as matrizes ibéricas e construir relações de solidariedade com os países vizinhos também de tradição ibérica e católica, eram objetivos que se inseriam neste conjunto de transformações conjunturais. Em especial, diante do imperialismo norte-americano e europeu (alemão), ambos de corte protestante.

Destacamos ainda que, sendo um período conflituado, os anos 1930, tanto no Brasil e na Argentina quanto na Península Ibérica, caracterizam-se pela radicalização política em diferentes direções – de um lado eram apresentadas reivindicações progressistas enquanto de outro surgiam reações conservadoras e reacionárias. Para ilustrar, lembramos que já na década de 1920 no Brasil foi realizada a Semana de Arte Moderna, fundado o Partido Comunista e, ao mesmo tempo, o Centro Dom Vital por Jackson de Figueiredo. Se de um lado valorizava-se a modernidade na política, na arte e na literatura, de outro organizava-se uma forma de reação a ela pautada em valores católicos tradicionais. O ano de 1922, em especial, é marcado por diferentes transformações que influenciam esta década e a seguinte. Antonio Carlos Villaça lembra que o próprio Alceu Amoroso Lima se referia a 1922 como

“[...] o ano da tríplice revolução [...] a política (o Forte de Copacabana), a estética, através da Semana, em São Paulo, e a espiritual, com a fundação do Centro Dom Vital e a publicação de livros como *Pascal e a Inquietação Moderna*, de Jackson, e *A Igreja, a Reforma e a Civilização*, do Padre jesuíta Leonel Franca.”²³⁸

Surgem aqui conflitos e tensões que atingem intelectuais ligados ao pensamento católico. A Igreja que, como dissemos, se encontrava na defensiva desde a proclamação da República (no Brasil em 1889 e em Portugal em 1910), agora se empenha em recuperar a força perdida desde o fim do Império. Assim, em 1934 (ano da morte de Pandiá Calógeras), assina concordata com Getúlio Vargas, por intermédio do ministro Gustavo Capanema, através da qual, dentre outras conquistas, instaura o ensino religioso nas escolas públicas. Estas mudanças incluem transformações na estrutura política e social no Brasil e trazem problemas a serem enfrentados pelos intelectuais desta geração. Lideranças políticas como Getúlio Vargas que surgiam no

²³⁸ VILLAÇA, Antonio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. RJ: Zahar Editores, 1975. p. 103.

cenário nacional radicalizavam na apresentação de novas reivindicações que refletiam os interesses daquela conjuntura.

Neste contexto, a radicalização política se dá em frentes opostas. Analisando a década de 1930, José Nilo Tavares aponta Vargas, Plínio Salgado e Luís Carlos Prestes como principais lideranças políticas do período. Aqui o autor demonstra como democracia e autoritarismo se complementam nas sociedades capitalistas, o que aconteceu com frequência no Brasil. Surgem então movimentos de massa que o autor aponta como os maiores já vistos no país: a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora. Movimentos representativos da polarização que contrapõe valores conservadores e progressistas e, além disto, refletem as ambivalências e tensões daquela sociedade em transformação. Segundo Tavares, o próprio Plínio Salgado, oriundo da geração de modernistas de 1922²³⁹, trazia, no início da década de 1930, “a indecisão e a angústia, que acabaram por gerar um misticismo acentuado”²⁴⁰ que se constituiu em aspecto permanente de sua personalidade. Após viagem pela Europa, em 1930, na qual se encontrou pessoalmente com Mussolini, Plínio diz tomar a decisão de iniciar um movimento próprio, contrário aquele que Vargas lançava no mesmo ano. Irá desenvolvê-lo com o auxílio de Augusto Frederico Schmidt, a adesão de alguns dos mais reconhecidos intelectuais da época, como Santiago Dantas, Hélio Viana, Américo Jacobina Lacombe e a simpatia de líderes católicos como Amoroso Lima. A Liga Eleitoral Católica, da qual Calógeras foi presidente em 1932, apoiou Plínio Salgado, quando no início do movimento integralista havia uma grande concordância entre suas propostas, e convocou os católicos a votarem de acordo com a doutrina da Igreja em defesa de seus interesses em questões como a família e a educação. Alheia a disputas partidárias, a Igreja aderiu, no entanto, ao anticomunismo e ao conservadorismo dos integralistas. Neste sentido, Amoroso Lima, em defesa da LEC e afinado com o integralismo, dizia, em 1936, que estas seriam formas de se romper com o laicismo da República de 1889 e defender valores cristãos que doutrinas como o positivismo, o liberalismo e o socialismo não souberam compreender²⁴¹. Além do corporativismo, o integralismo apresentava propostas muito próximas dos interesses católicos. Defendia a realização,

²³⁹ Em 1936, Plínio assume seu envolvimento com a geração de modernistas que visavam elaborar novos parâmetros para a literatura e as artes no Brasil. Segundo ele, a Semana de Arte Moderna teve o mérito de instigar a rebeldia de jovens contra antigos valores culturais e políticos.

²⁴⁰ TAVARES, José Nilo. *Conciliação e radicalização política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 182.

²⁴¹ Cf. *Ibidem*, p. 197-198.

“[...] na ordem econômica, do regime de domínio do social sobre o individual; na ordem moral, a cooperação espiritual de todas as forças que defendem os ideais de Deus, Pátria e Família; e na ordem intelectual, a participação de todas as forças culturais e artísticas na vida do Estado”.²⁴²

Ainda de acordo com José Nilo Tavares, as adesões ao integralismo de Plínio Salgado ocorriam ao redor de todo o país por meio de relações pessoais, na maioria das vezes, ou de propaganda e conhecimento da ideologia partidária. As adesões se davam em razão do anticomunismo, do nacionalismo e da crescente simpatia pelo fascismo naqueles anos. Outros motivos, segundo o autor de menor importância, seriam a oposição ao sistema político vigente, o antissemitismo e o enaltecimento de valores autoritários e espirituais. Os integralistas conseguiram, inclusive, manter boas relações com o governo nos primeiros anos do período Vargas. Contudo, com o início do Estado Novo em 1937, estas relações foram abaladas pelo fechamento de todos os partidos políticos por Getúlio. Em 3 de novembro deste mesmo ano a Ação Integralista Brasileira é extinta iniciando-se uma perseguição nacional contra seus componentes. Plínio Salgado resiste no Brasil até 1939 quando é pressionado a se exilar. Segue, então, para Portugal onde viveu por cerca de 6 anos fascinado pelo salazarismo e pelo totalitarismo em geral que se espalhava pela Europa. Para ele, a coesão e a unidade destes Estados funcionavam como exemplos de patriotismo e nacionalismo para o Brasil. Durante este período em Portugal ele aprofundava suas ideias autoritárias e planejava seu retorno ao país, enquanto seus seguidores por aqui eram reprimidos e censurados pelo Estado Novo. São feitas algumas tentativas de acordo com Getúlio, mas no final da guerra, com o apoio brasileiro aos aliados contra o nazifascismo, essa possibilidade é rompida. Plínio retorna ao Brasil somente após a Segunda Guerra dando continuidade às ideias integralistas (agora renovadas), mesmo com o fim da Ação Integralista Brasileira.

Ressaltamos mais uma vez que a radicalização política na década de 1930 não se deu apenas em sentido reacionário. Assim como a Igreja Católica e os setores conservadores da sociedade se organizaram em busca da reafirmação do seu poder político, simultaneamente setores das classes médias e do proletariado se reúnem, em especial a partir de 1934, para fazerem frente ao avanço integralista no Brasil. Nesta conjuntura, comunistas, socialistas, anarquistas, liberais democráticos, dentre outros, formam a Aliança Nacional Libertadora com orientação democrática e oposta ao fascismo de Plínio Salgado e ao autoritarismo que se

²⁴² Ibidem, p. 200.

acentuava no governo Vargas. Portanto, a radicalização se dá em dois sentidos neste momento conturbado de transformações políticas e sociais. Para José Nilo Tavares, “a situação política internacional, particularmente a europeia e os antagonismos internos, refletindo interesses contraditórios existentes na sociedade nacional brasileira”²⁴³ foram fatores que fundamentaram a formação da Aliança. Com estas motivações, o líder Luís Carlos Prestes chegava a defender claramente a luta armada que deveria caminhar em conjunto com atividades consideradas legais.

Os intelectuais nos anos 1920 e, sobretudo, 1930 se viram envolvidos de alguma forma nestes conflitos que caracterizavam a sociedade brasileira. Alguns deles posicionaram-se favoráveis ou ao integralismo (caso de Santiago Dantas, por exemplo) ou à Aliança (como aconteceu com Jorge Amado, Graciliano Ramos e Caio Prado Jr). Outros, com posicionamento político mais ambíguo, talvez tenham sido tomados de assombro diante das mudanças e das possibilidades que então se apresentavam. Talvez este tenha sido o caso do brasileiro Max Fleiuss e do português Fidelino de Figueiredo que viveu no Brasil entre 1938 e 1951, experimentando este contexto de radicalização. Por agora, cabe perceber que estes conflitos se refletiram na própria esfera das relações exteriores. Conflitos que envolvem democracia e autoritarismo, liberalismo e conservadorismo, laicismo e catolicismo; além da imagem de Brasil que diplomatas e políticos do governo Vargas objetivavam construir. Daí o perfil de um país rico, tradicional, pacífico e católico traçado através das obras de Nabuco, Calmon, Calógeras, Freyre e Leitão.

Diante da polarização pelo Integralismo e pela Aliança Nacional Libertadora, dos conflitos violentos envolvendo o movimento tenentista, das reivindicações da Semana de Arte Moderna em 1922, etc, era preciso construir esta imagem idealizada de Brasil que o auxiliaria na conquista de reconhecimento internacional. Ademais, se na década de 1930 a Igreja se fortalecia com a reaproximação com o Estado varguista e o pacto de 1934, não nos surpreende a presença de quatro intelectuais reconhecidamente católicos, três deles convertidos, dentre os autores mais citados nas listagens de obras enviadas pelo Itamaraty ao exterior. Interpretamos estes intelectuais convertidos como símbolos da reconversão do país ao catolicismo, após o período de predominância do positivismo e do laicismo. Ao serem muitas destas obras solicitadas por instituições estrangeiras, vemos também a força do catolicismo, em meio a este movimento de reafirmação, nos países que as recebiam. O contexto conflituado, a radicalização política e a reação católica coincidem historicamente no Brasil, na Argentina e na Península Ibérica, o que

²⁴³ Ibidem, p. 160.

nos leva a acreditar que uma forma de hesitação e perplexidade atinja os historiadores trabalhados na tese, relacionados direta ou indiretamente com o pensamento católico. A polarização política, que veremos ser também uma polarização de afetos e sentimentos, acaba por envolver a própria integração regional entre Brasil e Argentina no período em questão e, ampliando o foco de análise, as relações entre antigas metrópoles e colônias de formações históricas e sociais católicas.

Para complementar estes argumentos, vejamos o quadro seguinte:

QUADRO 3:

AUTORES COM 5 A 10 REFERÊNCIAS NAS LISTAGENS DE OBRAS ENVIADAS PELO ITAMARATY A INSTITUIÇÕES ARGENTINAS E PORTUGUESAS

ENTRE 5 E 10 REFERÊNCIAS NAS LISTAGENS	
AUTORES	OBRAS
Oliveira Vianna	8 referências às seguintes obras: “Raça e assimilação” “Evolución del pueblo brasileño” “Populações meridionais do Brasil” “Evolução do povo brasileiro” “Pequenos estudos de psychologia social”
Baptista Pereira	8 referências às seguintes obras: “Civilização contra barbárie” “O Brasil e a raça” “Vultos e episódios do Brasil” “Figuras do Império e outros ensaios”
Agripino Grieco	6 referências às seguintes obras: “Evolução da prosa brasileira” “Gesto novo” “Introdução ao estudo da poesia brasileira” “Introdução ao estudo da prosa brasileira” “Gente nova do Brasil”
José Carlos de Macedo Soares	6 referências às seguintes obras: “A borracha” “O cardinalato” “Fronteira do Brasil no regime colonial”

Roquette Pinto	6 referências às seguintes obras: “Ensaio de antropologia brasileira” “Rondônia”
Humberto de Campos	6 referências às seguintes obras: “O conceito e a imagem na poesia brasileira” “Antologia da Academia Brasileira de Letras” “Memórias”
Euclides da Cunha	6 referências às seguintes obras: “Os sertões” “Canudos” “Peru versus Bolívia”
Alceu Amoroso Lima	6 referências às seguintes obras: “O espírito e o mundo” “No limiar da idade nova” “Poesia brasileira contemporânea” “Meditação sobre o mundo moderno”
José Lins do Rego	6 referências às seguintes obras: “Banguê” “Água Mãe” “Menino de engenho” “Hanguê” “Pureza” “Usina”
Hildebrando Accioly	5 referências às seguintes obras: “O reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América” “Actos internacionaes vigentes no Brasil” “Limites do Brasil”
João Ribeiro	5 referências às seguintes obras: “As nossas fronteiras” “História do Brasil” “Língua nacional”
Afrânio Peixoto	5 referências às seguintes obras: “Minha terra e minha gente” “Humour” “Clima e saúde” “Panorama da literatura brasileira”
Afonso Arinos de Mello Franco	5 referências às seguintes obras: “Conceito e civilização” “Conceito de civilização brasileira”

	“O índio brasileiro e a Revolução Francesa”
Viriato Correia	5 referências às seguintes obras: “Gaveta de sapateiro” “Terra de Santa Cruz” “Brasil de meus avós” “Bahú velho” “Contos do sertão”
José Maria Bello	5 referências às seguintes obras: “Panorama do Brasil” “Inteligência do Brasil”
Gastão Pereira da Silva	5 referências às seguintes obras: “O romance de Oswaldo Cruz” “Rodrigues Alves e sua época” “Prudente de Moraes o pacificador”
Nelson Werneck Sodré	5 referências às seguintes obras: “Orientações do pensamento brasileiro” “História da literatura brasileira” “Oeste”
Octávio Tarquínio de Souza	5 referências às seguintes obras: “Historia de dois golpes de Estado” “Bernardo Pereira de Vasconcellos e seu tempo” “Diogo Antonio Feijó”
J. C. Abreu	5 referências às seguintes obras: “Na-Txa Hu-Ni-Ku-I” “O descobrimento do Brasil” “Caminhos antigos e povoamento do Brasil” “Ensaio e estudos – 1ª, 2ª e 3ª série” “Capítulos de história colonial”

Fonte: Listagens contidas em ofícios do Material das Missões Diplomáticas do Itamaraty – Décadas de 1930 e 1940. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

Através dele podemos ampliar um pouco mais o foco para as obras que acompanham os cinco autores já analisados em termos de quantidade de referências nas listagens do Itamaraty. Nele listamos os autores (e suas obras) que aparecem entre 5 e 10 vezes nas listagens. Aqui estão Oliveira Vianna e Baptista Pereira, com 8 referências; Agripino Grieco, José Carlos de Macedo Soares, Roquette Pinto, Humberto de Campos, Euclides da Cunha, Amoroso Lima e José Lins do Rego, com 6 referências; Hildebrando Accioly, João Ribeiro, Afrânio Peixoto, Afonso Arinos de Mello Franco, Viriato Correia, José Maria Bello, Gastão Pereira da Silva, Nelson Werneck Sodré, Octávio Tarquínio de Souza e J. C. de Abreu, com 5 referências. Dentre os temas das

obras, mais uma vez, encontramos a questão racial, a geografia, a zoologia, a história e a literatura brasileiras. Portanto, temas que se repetem em relação ao primeiro quadro que analisamos e contribuem para a formação de um perfil de Brasil pelo Itamaraty. A semelhança com a interpretação do quadro anterior pode ser levada ainda mais adiante: dentre estes autores, se não a maioria ao menos boa parte deles, é de intelectuais católicos, militantes ou praticantes. O anticomunista Baptista Pereira; o frequentador da Livraria Católica criada por Augusto Frederico Schmidt, Afonso Arinos de Mello Franco; o católico praticante e legionário do Sagrado Coração de Jesus, Oliveira Vianna; o líder católico Amoroso Lima. Enfim, um grupo de intelectuais relacionado entre si e parte de uma rede de sociabilidade católica que se organizava e investia na retomada do poderio da Igreja neste contexto de radicalização e de reaproximação entre Igreja e Estado. Característica ainda percebida em vários dos intelectuais que constam nas listagens em geral, como pode ser observado no quadro completo contendo todas as obras enviadas para instituições argentinas e portuguesas pelo Itamaraty na década de 1930 e 1940 e que se encontra no anexo I desta tese. Novamente, vemos como a própria relação entre Igreja e Estado está presente no campo das relações exteriores. A escrita da história sofre as consequências deste processo, na medida em que auxilia, de forma deliberada, na construção de um projeto de país moderno, mas conservador. Uma modernidade que longe da perspectiva de transformação dos modernistas de 1922 é cortada por aspectos tradicionais e conservadores. Moderno sinônimo não de ruptura, mas de inserção legitimada na modernidade que inclui a retomada de valores tradicionais do passado colonial.

A relação entre modernidade e escrita da história, da forma como propomos pensá-la, não pode ser afastada deste processo de circulação de ideias que confere à produção do conhecimento aspecto múltiplo e dialógico. Construir esta modernidade conservadora se constituía, ao mesmo tempo, num processo de releitura do passado com o olhar voltado para o presente e o futuro, conforme já afirmamos diversas vezes. Daí a presença de aspectos de longa duração, de permanências e continuidades que pesam na maneira como se pensa a história e marcam as relações entre Brasil, Argentina e suas ex-metrópoles. Afinal, para os historiadores que experimentavam as ambivalências das primeiras décadas do século XX, a história ainda tinha muito a ensinar; era ainda a mestra da vida.

CAPÍTULO II

ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE: PRÁTICAS HISTORIOGRÁFICAS, FORMAS TRADICIONAIS E CONTEÚDOS MODERNOS

MODERNIDADE E TRADIÇÃO: LIBERALISMO E CATOLICISMO

La estabilidad de lo histórico no debe confundirse con el conocimiento dogmático, una creencia obligatoria o un acto de fe, y por el contrario, admite la influencia de las divergencias fecundas y de la revisión crítica, con tal que se practiquen estos procedimientos de acuerdo con las normas que ha creado la técnica histórica, una de las cuales consiste, precisamente, en el estudio sereno y exhaustivo de las fuentes.

La transmisión del saber histórico, así elaborado, se erige en tradición y la continuación de las tradiciones progresistas se estructura vertebralmente en el armazón institucional de la sociedad, conforme a las maneras de ser y de pensar, los hábitos colectivos que son el derecho vivo de un pueblo.²⁴⁴

Em discurso da seção inaugural de 1946 da *Academia Nacional de la Historia Argentina*, Ricardo Levene, defendia uma estabilidade para o conhecimento histórico pautada não em dogmatismos ou em atos de fé, mas em “técnicas históricas” baseadas especialmente “no estudo sereno e exaustivo das fontes”. Isto porque a história “se erige em tradição”; auxilia, portanto, na formação das tradições sociais. Porém, estas tradições se estruturam na sociedade e, de acordo com suas transformações, serão também alteradas, de modo a acompanharem os movimentos vivos e coletivos por ela produzidos. Se história e tradição se relacionam diretamente, qual o papel da história em momentos em que as tradições enfrentam questionamentos, subversões e transformações? Qual o papel da história diante de alterações nas estruturas sociais que transformam o olhar sobre o passado? Estas são questões que marcam a construção da modernidade em seus múltiplos sentidos. Surge aqui um conflito entre a tradição que, muitas vezes, representa um passado com o qual se deseja romper e a modernidade de um futuro a ser construído. Tradição que, nas sociedades de formação ibérica focalizadas nesta análise, identificamos como fortemente vinculada ao catolicismo.

Nesta tensão entre valores tradicionais e modernos surge a necessidade de elaboração de respostas aos problemas que os contextos históricos e sociais apresentam. Respostas estas que em

²⁴⁴ Discurso de Ricardo Levene na seção inaugural da *Academia Nacional de la Historia Argentina*. Buenos Aires, 4 de maio de 1946. *Boletín de la Academia Nacional de la Historia Argentina*, V. 20/21, 1947/1948. p. 36-39. Acervo: Biblioteca do Itamaraty.

geral são múltiplas e, não raramente, conflitantes e que produzem grande complexidade na forma de se conjugar o tradicional e o moderno. Estes valores tendem a se encontrar a partir de um processo de rupturas e continuidades que conjuga num mesmo contexto conteúdos modernos e formas tradicionais. Melhor dizendo, aplica a formas tradicionais conteúdos modernos condizentes com os valores sociais então vigentes; outras vezes formas modernas perpetuam conteúdos antigos. Manifesta-se uma tensão dialética entre a modernidade que produz releituras das tradições e a repetição de práticas que deixam vestígios na construção da modernidade. Estas duas esferas, aparentemente opostas, se encontram, portanto, na construção de alternativas para o presente e o futuro. Longe de se isolarem, são somadas, alteradas, relidas e resignificadas conjuntamente em meio a reflexões que almejam o moderno, mas temem o abandono da tradição.

Se, como declarou Ricardo Levene, “a transmissão do conhecimento histórico se erige em tradição”, a história ocupa posição central neste processo e acaba envolta nestes conflitos entre valores tradicionais e modernos. As práticas historiográficas no Brasil e na Argentina refletiram esta tensão. Afinal, ambos se encontravam envolvidos, no período por nós trabalhado, em processos de modernização que incluíam reformas urbanas, transformações políticas e tentativas de releitura do passado colonial e miscigenado. Passado que, em países ibero-americanos, trazia, naquele momento e ainda hoje, marcas de desqualificação que exigem a elaboração de estratégias de superação para a conquista de reconhecimento e legitimidade. Neste contexto, surgem roupagens e conteúdos modernos, mas os valores tradicionais não são esquecidos. Ao contrário, se encontram e se complementam. Acreditamos que haja neste momento a elaboração de um olhar sobre o passado que se insere não apenas em objetivos governamentais e relacionados aos interesses políticos e sociais das classes dominantes. Insere-se, ao mesmo tempo, nos interesses de uma Igreja Católica que tinha que enfrentar o avanço dos processos de secularização, a questão social que se impunha com força, as massas que não podiam mais ser ignoradas e todos os valores considerados modernos aos quais sempre tendeu a resistir. Assim, penetrando em diversas esferas, acreditamos que estes interesses influem na forma como os intelectuais das classes dominantes, nos países em foco, representam o próprio passado.

Carl Schorske, ao pensar a Europa na passagem para o modernismo, apresenta este período como marcado por conflitos e ambiguidades e ainda por permanências que relativizam a ideia de rupturas culturais e históricas radicais. Procura, assim, compreender as influências do passado na configuração do presente e do futuro. Se a modernidade aponta para um olhar sobre o

futuro, não representou, contudo, uma ruptura brusca com o passado. Este é, na verdade, utilizado na orientação dos rumos a serem seguidos no presente e no futuro. Afinal, como vimos em capítulo anterior, para os historiadores com os quais trabalhamos a história permanece, em muitos aspectos, a mestra da vida. Para eles, a modernidade se constrói não a partir do rompimento com o passado, mas da sua releitura e, em alguns momentos, da sua retomada como alternativa aos conflitos do presente. Neste contexto, a história ganhou papel de primazia na explicação da sociedade, o que deu origem a um “historicismo feroz, penetrante”²⁴⁵, como ocorreu na Europa em especial em meados do século XIX. Os intelectuais que viveram este período, segundo o autor, pensavam com a história a fim de “dar forma e sentido à civilização europeia na era do capitalismo industrial e da ascensão da democracia política”²⁴⁶. A modernidade, portanto, se constrói a partir do próprio passado e é nele que busca elementos que conferem sentido à suas transformações. Em ensaio do mesmo livro em que desenvolve estas reflexões, Schorske analisa o pensamento de três intelectuais ingleses que viveram os conflitos da modernidade: o poeta Samuel Taylor Coleridge, o arquiteto Augustus Welby Pugin e o romancista e político Benjamin Disraeli²⁴⁷. O autor os examina em sua busca pelo passado para remediar os problemas da Inglaterra em seu contexto histórico e social. Cada qual com seu ponto de vista particular, eles partilhavam, no entanto, de um conservadorismo que via na exaltação da totalidade cultural e social do passado medieval uma alternativa ao excessivo individualismo moderno. Retomaram elementos medievais sem deixar, evidentemente, de acrescentar-lhes, em sua leitura no presente, novos aspectos que avançam em direção à modernidade. “Eles voltavam atrás para avançar. Cada um deles incorporou em sua exploração do suposto legado medieval um elemento totalmente estranho a esse legado, no qual reconhecemos traços modernos”²⁴⁸. Mais ainda:

Buscaram na Idade Média normas com que criticar um ou outro aspecto de sua própria sociedade e, no extremo, fizeram da civilização medieval uma contracultura a ser postulada contra a modernidade. Embora nenhum de nossos três pensadores-com-a-história tenha produzido um quadro abrangente da Inglaterra medieval, todos a trataram como um paraíso perdido.²⁴⁹

²⁴⁵ SCHORSKE, C. *Pensando com a história...*, op. cit, p. 14.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 15.

²⁴⁷ Cf. SCHORSKE, C. A revivificação medieval e seu conteúdo moderno: Coleridge, Pugin e Disraeli. In: *Pensando com a história...*, op. cit, p. 88-107.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 19.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 88-89.

Neste sentido, estes intelectuais adaptaram formas medievais às condições modernas e aos usos que o contexto demandava. Assim, possuíam objetivos modernos mesmo quando pensavam com a história medieval uma alternativa para os conflitos da modernidade na Inglaterra. Diante destes conflitos são formuladas diferentes respostas relacionadas ao posicionamento político e ideológico que se ocupa no presente. Diante da ascensão das massas, da imposição da questão social cada vez mais presente, do individualismo capitalista e da transformação das relações de trabalho, tornava-se necessário formular soluções que incluíssem estes elementos sem abalar a ordem social. Era necessário, então, inserir-se na perspectiva de modernidade sem apagar a tradição que garantiria o equilíbrio, as hierarquias sociais e a manutenção de antigos valores que preservassem o poder das classes dominantes e das autoridades instituídas diante do risco de subversão social. Diante do liberalismo, quando este atingia valores tradicionais, era preciso descobrir o que fazer em meio às alterações de visão de mundo que o contexto histórico e social apresentava.

No início do século XX, no entanto, o liberalismo já se encontrava em crise e os conflitos na busca de alternativas para o presente e o futuro serão ainda maiores. Não apenas os que se viam relacionados a uma visão de mundo cristã, como os três intelectuais analisados por Schorske, se empenharam em encontrar novos caminhos a seguir, mas também aqueles que acreditaram e investiram no liberalismo se decepcionam diante de sua incapacidade de englobar a complexidade social desenhada durante o século XIX. O próprio Carl Schorske, em outro de seus livros em que discute o contexto de construção da modernidade europeia, demonstra que o liberalismo, na tentativa de levantar as massas contra as classes dirigentes austríacas, acabou atraindo-as contra si mesmo, já que não fora capaz de acolhê-las. Assim, dissolveu a antiga ordem política tradicional, mas não foi capaz de conter as energias liberadas a partir desta dissolução. Para analisar este conflito, o autor utiliza como pretexto a trajetória e a atuação política de três líderes vienenses que romperam com suas origens liberais e organizaram em torno de si grupos que os liberais não conseguiram absorver. Estes líderes propuseram ainda um novo tom para se pensar a política austríaca no final do século XIX. Um tom bem mais estridente, agudo e abrasivo que funcionava como alternativa à razão liberal que não fora capaz de preencher suas necessidades. Eles lideraram movimentos radicais na ruptura com o liberalismo: Georg von Schönerer liderou o pangermanismo; Karl Lueger o socialismo-cristão; e Theodor Herzl o sionismo. Os três iniciaram suas carreiras políticas como liberais, mas viveram a decepção

geracional com a razão no final do século XIX e se afastaram do liberalismo de modo a liderarem as massas por ele rejeitadas. Desenvolveram, de acordo com Schorske, “colagens ideológicas”²⁵⁰ que atendiam às necessidades do presente conflituado que viviam:

[...] colagens compostas por fragmentos de modernidade, relances de futuridade e remanescentes ressuscitados de um passado semi-esquecido. [...] cada um desses artistas políticos – Schönerer, Lueger e Herzl, captou uma realidade sócio-psicológica que o liberal não conseguia enxergar. Cada um expressou na política uma revolta contra a razão e a lei que logo se tornaria generalizada. No feito do seu rompimento com a tradição política liberal e na forma do desafio feito aos seus valores, essa tríade de políticos esboçou um conceito de vida de um modo de ação que, transcendendo o puramente político, fizeram parte da revolução cultural mais ampla que se introduziu no século XX.²⁵¹

Ao desenvolverem estas colagens, estes líderes políticos retomavam valores e personagens antigos, conferindo-lhes significado de acordo com as demandas do presente de passagem à modernidade. Misturam-se formas tradicionais e conteúdos modernos, o que dificulta a diferenciação entre o atrás e o adiante, o passado e o porvir, o antigo e o moderno. Isto ilustra a tensão dialética existente entre tradição e modernidade no início do XX. Aqui estas duas esferas ora se enfrentam, ora se aproximam. Assim, em meio a um contexto de crise e de transformações, não se pode mais se prender às tradições sem a elas somar valores modernos. Ao mesmo tempo, não há como abandoná-las por completo sob o risco de abalar a ordem social. Isto gera uma conjugação de valores que, mesmo direcionados a diferentes caminhos, se encontram e acabam gerando conflitos e apropriações. Daí que sejam identificadas no período de passagem à modernidade mudanças e permanências, rupturas e continuidades. No caso dos três líderes austríacos, Schorske afirma que utilizaram a causa da justiça social na oposição ao liberalismo.

Neste contexto de crise, o catolicismo austríaco também se encontrava enfraquecido pelo liberalismo e foi Karl Lueger, dentre os três líderes trabalhados por Schorske, que serviu como figura capaz de lhe devolver força e carisma. Em 1889, Lueger forma um partido social-cristão que contribui em muito para esta retomada do catolicismo na Áustria. Sem ser um religioso, mas sabendo “como utilizar a nova teoria social católica como catalisador do seu experimento político”²⁵², ele conseguiu reunir os elementos de insatisfação social católica formando uma pauta social-cristã. Este conflito vivido pelo catolicismo nos é de especial relevância neste trabalho. Isto porque tratamos de países com formações ibéricas católicas, profundamente marcados por

²⁵⁰ SCHORSKE, Carl. *Viena fin-de-siècle – Política e Cultura*. SP : Companhia das Letras, 1988. p. 128.

²⁵¹ Ibidem.

²⁵² Ibidem, p. 151-152.

uma tradição cristã que se manifesta nas hierarquias sociais, nas ações e ideias políticas e no olhar direcionado sobre a escrita da história que é, afinal, o principal tema da discussão que propomos. Falamos, evidentemente, de formações sociais e históricas bastante distintas do contexto austríaco, mas que encontram no catolicismo romano um ponto de inflexão para analogias e contrastes. Neste ponto, tomamos as reflexões de Carl Schorske como janela de reflexão para um contexto que leva a um olhar sobre os conflitos oriundos do encontro entre tradição e modernidade no início do século XX diante da crise do liberalismo e do surgimento de novos elementos que geravam o medo e o conflito. Elementos que abalavam a ordem que os liberais se empenharam em fortalecer, mas que se demonstrara incapaz de inseri-los. Assim, somadas às respostas racionalistas, positivistas, cientificistas e evolucionistas, temos a elaboração de respostas cristãs aos conflitos da modernidade que ora se manifestam de forma mais conservadora, ora de forma mais aberta à modernização, como veremos mais adiante. De todo modo, frequentemente os intelectuais são envolvidos por um saudosismo em relação ao passado cristão medieval como forma de oposição ao individualismo e ao racionalismo liberais.

Analisando o mesmo contexto de construção da modernidade apontado por Schorske, Michael Löwy trabalha uma geração de intelectuais judeus na Europa Central que produziram escritos que conjugam o romantismo alemão ao messianismo judaico. Segundo ele, intelectuais como Walter Benjamin, Franz Kafka, György Lukács, Erich Fromm, Gustav Landauer, dentre outros, vivendo a crise das sociedades centroeuropeias, se aproximaram do romantismo anticapitalista (termo utilizado por Lukács) desde o final do século XIX até os anos 1930. A partir dele formula-se a crítica à sociedade industrial, conjugada ao messianismo e às utopias libertárias. Podendo adquirir contornos mais revolucionários, como foi o caso de Gustav Landauer, esta forma de romantismo que busca retomar valores da sociedade pré-capitalista teria encontrado forte recepção entre os intelectuais judeus de cultura alemã. Nas palavras de Löwy, trata-se de uma “corrente de nostalgia das culturas pré-capitalistas e de crítica cultural à sociedade industrial-burguesa, corrente que se manifesta tanto no domínio da arte e da literatura quanto no pensamento econômico, sociológico e político”²⁵³. Não podendo ser confundido com o estilo literário romântico, este romantismo anticapitalista seria “uma *visão de mundo* [grifo no

²⁵³ LÖWY, Michael. *Redenção e Utopia: O judaísmo libertário na Europa Central (Um estudo de afinidade eletiva)*. SP: Companhia das Letras, 1989. p. 26.

original] caracterizada por uma crítica mais ou menos radical da civilização industrial-burguesa em nome de valores sociais, culturais, éticos ou religiosos pré-capitalistas”²⁵⁴.

Neste processo de retomada de valores passados, a religião e a espiritualidade ganham papel de destaque no combate ao presente superficial, padronizado e individualista do capitalismo. Projeta-se sobre o passado e o futuro os desejos e utopias de um presente nos quais os ideais são reprimidos. Veremos ao longo deste capítulo, como esta retomada de valores do passado pré-capitalista, marcada por ideias religiosas, também formou as críticas de intelectuais católicos na Península Ibérica e em suas ex-colônias. A busca de alternativas baseada numa leitura tomista da realidade social e da história esteve presente na forma como intelectuais católicos escreveram em periódicos sobre a história no Brasil e na Argentina. O próprio Löwy oferece uma brecha para esta relação entre o romantismo anticapitalista e o catolicismo ao informar ser “possível também descobrir figuras românticas/revolucionárias e messiânicas no mundo católico (Charles Péguy, por exemplo), independentemente da influência dos intelectuais judeus alemães”²⁵⁵. Ora, Charles Péguy, referido pelo autor como exemplo de intelectual católico romântico, é citado várias vezes na revista neotomista *Sol y Luna* em 1940, ou seja, num contexto de guerra europeia, como possibilidade de esperança para aquela atualidade. Ele traria de volta a tradição e os valores espirituais perdidos diante da modernidade. As sociedades de formação católica procuram se apresentar, então, como soluções pacificadoras diante da guerra. O protestantismo representaria a guerra, enquanto os países católicos trariam a paz²⁵⁶. Assim, é pertinente pensar o romantismo anticapitalista analisado por Löwy e sua inserção também entre intelectuais católicos nos países com os quais trabalhamos.

Em países como Brasil e Argentina, no início do século XX (na verdade, desde o final do XIX), diferentemente do contexto europeu, temos a tentativa de construção e fortalecimento de uma ordem liberal burguesa, mas que já trazia em seu cerne novos elementos geradores de conflitos e questionamentos da ordem religiosa tradicional. Além disto, temos o crescimento da imigração, no caso do Brasil o fim da escravidão, e a introdução de novas relações de trabalho

²⁵⁴ Ibidem, p. 32.

²⁵⁵ Ibidem, p. 151.

²⁵⁶ Cabe aqui uma referência a Richard Morse que, num contexto posterior, defende a ideia de uma alternativa ibérica ao individualismo da sociedade norte-americana. Sua ideia de uma outra modernidade ibérica reflete uma visão que se mostra saturada pelos excessos deste individualismo. Daí a análise simpática ao holismo ibero-americano. Cf. MORSE, R. *O Espelho...*, op. cit.

assalariadas que põem em xeque as antigas formas de submissão e controle social. Juntamente aparecem ideias consideradas subversivas, questionadores da ordem tradicional e da própria ordem liberal burguesa então instaurada, como o socialismo, o anarquismo e, posteriormente, o comunismo, grande inimigo da Igreja e do Estado no Brasil a partir da década de 1930. A estes fatores é agregado o processo de secularização enfrentado pela Igreja que retira do seu âmbito de poder atribuições que passam à alçada do Estado. Diante destas transformações não apenas a história presente vivida por estes países será marcada por conflitos e ambivalências, como o olhar que se direciona sobre ela também será marcadamente alterado. Pensar a história, portanto, se torna parte de um exercício de reflexão do passado a partir das demandas apresentadas pelas experiências presentes e pelo futuro a ser construído. Isto levará a que a escrita da história seja envolvida por características também conflituosas e ambíguas, assim como o contexto em que se desenvolve.

A visão de mundo católica que aqui abordamos entra na discussão não a partir das transformações internas da Igreja ou de seus conflitos com o Estado em meio ao processo de secularização²⁵⁷ que então se acentua. Buscamos analisar a existência de um conflito entre fé e razão que, acreditamos, volta a se manifestar em um período no qual se desenha a crise da razão liberal na Europa. Além disto, o que realmente nos interessa, há a alteração de um olhar empírico, positivista e evolucionista sobre a realidade ibero-americana por outro mais otimista que auxilia na reflexão teórica e na legitimação de uma nação argentina ou brasileira que, de acordo com as teorias positivistas, seriam bárbaras, incivilizadas, atrasadas, incapazes... Falamos, no contexto brasileiro e argentino, da retomada de uma visão de mundo católica, com semelhanças e diferenças do caso austríaco referido por Schorske, baseada em um pensamento neotomista que auxilia os intelectuais brasileiros e argentinos na passagem à modernidade na conjugação entre fé e razão, religião e ciência, tradição e modernidade. Assim, esta seria uma dentre as diferentes respostas desenvolvidas neste contexto de transformações; uma resposta pautada em uma visão de mundo católica, em uma ideia de modernidade que não apague a tradição.

A questão é como ser moderno sem abandonar os valores cristãos católicos acentuadamente presentes nas formações sociais ibero-americanas; como utilizar a razão sem negar a existência de Deus. Conflito este que pautou muitas discussões intelectuais e que trouxe consequências para o campo da escrita da história, como veremos mais detalhadamente no item

²⁵⁷ Cf. BOFF, Clodovis. Cristianismo e Secularização. *Convergência*, XI, n. 114, julho/agosto de 1978. p. 343-358.

seguinte deste capítulo. Retoma-se aqui um passado que não se representa por si mesmo, mas que é relido e resignificado de acordo com as necessidades que a modernidade apresenta. Não se quer voltar ao passado tal como ele era, mas sim lhe acrescentar elementos de modernidade que condigam com as expectativas dos intelectuais que vivem este período. Como Coleridge, Pugin e Disraeli, trabalhados por Schorske, historiadores brasileiros e argentinos, ligados ao pensamento da classe dominante e à busca pela elaboração de uma história oficial condizente com as transformações da época, buscam no passado alguns elementos para criticar a modernidade, mas não se prendem a ele e sim lhe acrescentam novos valores que o modernizam. Daí a tensão dialética que aqui apontamos: a modernidade relê as tradições e estas, em contrapartida, deixam seus vestígios na construção da modernidade. Acrescentam-se, assim, conteúdos modernos a formas tradicionais.

Não focalizaremos necessariamente a história da Igreja, mas algumas considerações a seu respeito são necessárias para que possamos introduzir a instituição no período de tensão que analisamos. Veremos, a partir daí, as respostas que ela apresentou aos problemas e questões que este período de tensão lhe impunha. Não abordaremos aqui todas as possibilidades de respostas católicas aos conflitos da passagem à modernidade, mas sim aquelas que, acreditamos, tiveram consequências no campo da história e ofereceram caminhos possíveis aos historiadores. Os reflexos destes conflitos podem ser percebidos na própria datação das práticas historiográficas no Brasil e na Argentina. Afinal, a leitura do passado desenvolvida nestes países sob inspiração das ideias positivistas e racionalistas não foi capaz de suprir a necessidade de reconhecimento e legitimidade que traziam seus intelectuais. O querer ser moderno envolvia um exercício de autoqualificação e de superação de suas características de desqualificação (bem exemplificadas pelo passado colonial e pela miscigenação). Haveria, neste sentido, uma tensão entre o ser desqualificado e o desejo de se qualificar através de um olhar menos pessimista que aquele que o positivismo lançou sobre si. Para ser moderno era preciso se qualificar. Para se qualificar era preciso ler a história de outra maneira, assim como promover a integração entre os países ibero-americanos, desenvolver empreendimentos sobre a escrita da história, tais como convênios e congressos, e investir nos diálogos intelectuais entre eles. O querer ser moderno envolvia ainda a comprovação de que estes países não eram bárbaros, atrasados e instáveis em razão do colonialismo e da miscigenação, mas sim países com uma produção intelectual bem elaborada e que deveria ser lida e respeitada. Que deveria ser legitimada diante de uma relação de alteridade

que conferia sentido à imagem que construía de si, para si mesmos e para os Outros que os viam como inferiores. Um olhar religioso sobre a história, capaz de conjugar fé e razão, foi bastante útil para os historiadores que viveram este momento de tensão e que não sentiam suas necessidades preenchidas pelas teorias positivistas e cientificistas predominantes durante boa parte do século XIX.

Por ora, visualizaremos os conflitos inerentes à própria Igreja durante este período. Giacomo Martina resume os problemas que a Igreja enfrentou durante o século XIX, com a ascensão de novas ideias, e que lhe exigiram um esforço de adaptação:

À luz das novas descobertas científicas e históricas formulam-se novas hipóteses sobre a origem do universo; a Igreja vê com suspeita as novas correntes da ciência e procura defender-se com ineficazes proibições. A cultura moderna fica impregnada de idealismo e de positivismo, e consoma-se a apostasia da burguesia intelectual, que já se iniciara no século XVIII. A esta se acrescenta agora a do proletariado, a cuja redenção social o socialismo oferece apoio bem mais eficaz que o prometido pelos católicos, muitas vezes capazes apenas de falar de resignação.²⁵⁸

Portanto, se apresentam neste contexto novos problemas que o catolicismo não se demonstrava capaz de solucionar. Melhoras são exigidas aqui na terra, não mais após a morte. Buscam-se transformações da realidade social e a Igreja tenta se resguardar e defender muitas vezes sem sucesso. No que tange às tentativas de adaptação da Igreja ao novo contexto, Martina aponta uma distinção entre o período anterior a 1878, até a morte de Pio IX, e posterior a este mesmo ano. Até 1878 a Igreja teria mantido uma postura de resistência à modernização, enquanto nos anos seguintes busca adaptar-se à nova situação. Nesta tentativa de adaptação, liderada pelo papa Leão XIII, os católicos são retirados da política, mas são, por outro lado, inseridos na esfera de ação social. Para a questão social surgem diferentes respostas: a socialista, a comunista e uma resposta cristã. Como ponto em comum, elas tinham a oposição ao liberalismo e a tentativa de preencher as brechas por ele deixadas em sua relação com as massas. É neste contexto que Leão XIII cria a *Rerum Novarum*, carta encíclica assinada em 15 de maio de 1891 e que tinha como foco a condição dos operários. Foi, segundo informa Francisco J. Silva Gomes, “a primeira intervenção oficial do mais alto magistério da Igreja católica sobre a Questão Social, coroando os esforços teóricos e práticos de muitos católicos, de alguns elementos do clero e de certos

²⁵⁸ MARTINA, Giacomo. *História da Igreja de Lutero a nossos dias. Vol III: A era do liberalismo*. Edições Loyola, 1996. p. 114.

bispos”²⁵⁹. A partir da encíclica, o papa interveio numa esfera que até então era de discussão quase que exclusiva de socialistas, já que a conjuntura histórica e social não permitia mais o distanciamento da Igreja acerca da questão operária. Assim, em oposição à resposta socialista, era preciso desenvolver uma resposta cristã às incoerências e fragilidades do liberalismo. Esta era a doutrina social da Igreja. Na encíclica enfatizava-se a defesa da propriedade privada e uma ética econômica subordinada à fé cristã. Em meio à crise, a Igreja se esforçava, portanto, em conjugar intransigentismo e pragmatismo de modo a se aproximar dos conflitos que a realidade lhe impunha.

Por intransigentismo entende-se a recusa da Igreja em fazer concessões à modernidade. Lembrando-se que esta, na leitura da Igreja Católica, sempre fora vista de forma negativa. Em sua visão, haveria três grandes rupturas que representavam modernidade e, portanto, risco à suas ideias: uma com as reformas protestantes, outra com o iluminismo e outra com os socialismos no século XIX. No caso do liberalismo, nosso foco neste trabalho, o intransigentismo via a reunião de todos os males “contra os quais era necessário travar uma luta intransigente para conservar os fundamentos integrais da fé e da tradição”²⁶⁰. Contra a modernidade seria preciso impor a tradição. Recusando-se ao diálogo, o intransigentismo via na modernidade um excesso de independência em relação a Deus e à tradição. Pretendia, como solução, restaurar a ordem e a autoridade da Igreja; restaurar uma organização social cristã contrária à modernidade. Esta seria, segundo Francisco Gomes, uma retomada da cristandade constantiniana, uma neocristandade que tem como modelo a cristandade medieval, através da “soberania de Deus e do seu Cristo” e da “doutrina do Corpo Místico de Cristo”²⁶¹. Objetivo este que veremos ter se manifestado entre os intelectuais brasileiros e argentinos em especial a partir da década de 1920 e que trouxe consequências para o campo da história.

Assim, vemos que a retomada de um passado medieval cristão não fora almejada apenas por intelectuais e líderes políticos ingleses e austríacos como os selecionados por Carl Schorske. Esteve presente, ao mesmo tempo, em um âmbito mais geral de ação da Igreja diante do risco da modernidade e de intelectuais que representaram seu pensamento nas esferas política e social. A retomada de um passado medieval foi, portanto, uma tendência entre os intelectuais católicos

²⁵⁹ GOMES, Francisco J. Silva. Verbete: Rerum Novarum. In: SILVA, Francisco Carlos T. da.; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; e VIANNA, Alexander Martins. (org.). *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita – Idéias, Instituições e Personagens*. RJ: Tempo, Mauad, Faperj, 2000. p. 395.

²⁶⁰ Idem. Verbete: Intransigentismo. In: *Ibidem*, p. 253.

²⁶¹ *Ibidem*.

insatisfeitos com o que consideravam serem os excessos da modernidade e à procura de uma alternativa ao liberalismo. Esta retomada, bem como suas tensões e adaptações, atingia Igreja, Estado e intelectualidade no início do século XX. No contexto ibero-americano, estes conflitos ganham um sentido ainda mais intenso quando pensamos sua inserção na modernidade, possuindo seus países passado colonial e miscigenado e profundas marcas da tradição católica. Como reler esta tradição conferindo-lhe novo sentido para a modernidade se constitui em problema para os intelectuais, que, evidentemente, elaborarão respostas diferenciadas, ora mais conservadoras, ora mais progressistas. Este é um problema que atingiu a escrita da história e lhe trouxe consequências não apenas teóricas e ideológicas, mas também metodológicas, na medida em que novos elementos foram agregados ao processo de produção do conhecimento histórico na tentativa de lhe conferir reconhecimento e legitimidade.

POSITIVISMO X NEOTOMISMO: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS HISTORIOGRÁFICAS NO BRASIL E NA ARGENTINA

Desde luego, cúpleme repetir una vez más que no pertenezco en manera alguna al número de los bienaventurados que juzgan que el imperio de América va a las mil maravillas.

Mi opinión es diversa: el pobre pueblo brasilero va mal, muy mal, y entre las naciones cristianas solo se encuentra uno semejante en su desgracia: – el desventurado y pequeño Portugal.

Tenemos ya algunos trabajos relativos á nuestra literatura, de éste y de los siglos pasados. Todos [...] pecan por la ausencia de un criterio positivo, la falta de una idea directiva y sistemática.²⁶²

El intercambio de publicistas, profesores y estudiantes; la formación de secciones bibliográficas sobre la producción intelectual de estados de este continente en las bibliotecas públicas y especialmente la revisión de textos de enseñanza de historia y geografía americana, en su mayoría plagados de errores y deformaciones, tal la tarea de esta hora en la que hay que embellecer, para bien de la humanidad, el alma de Ibero-América.

He ahí algunas verdades, muy sencillas y claras verdades, que brillan con luz propia en la nueva historia de América. Con sus inevitables males y errores esta historia es un sector fértil en el que se da generosamente la virtud, la libertad, la justicia, la solidaridad.

Hacemos esta afirmación sin énfasis, convencidos de la necesidad de corregirnos, pero con serena energía contestamos a los frívolos escritores del tipo de Gustavo Le Bon que en sus presuntuosas ‘Leyes psicológicas de la evolución de los pueblos’ decía en 1910,

²⁶² ROMERO, Silvio. Literatura Brasileira – Sus relaciones con el ‘Neo-Realismo’. *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. III, 1881. p. 487. Acervo: IHGB.

con temeridad rayana en la inconsciencia, que nuestra América era un ejemplo de raza sin voluntad ni moral, como expresión de la decadencia de la raza latina.²⁶³

Marcado pela predominância do positivismo na segunda metade do século XIX, o campo intelectual europeu e ibero-americano buscou empírica e racionalmente bases teóricas e metodológicas para a produção do conhecimento histórico. Embora não tenha sido hegemônico, o positivismo exerceu notável papel nas análises sociais e nas práticas historiográficas neste período. Na Argentina e no Brasil esta tendência se confirmou deixando fortes consequências políticas e ideológicas na intelectualidade. Assim, mesmo sofrendo alguns focos de resistência por seu excessivo cientificismo, o racismo e o biologismo positivistas devem ser considerados ao se tratar das práticas historiográficas nestes países entre o final do século XIX e o início do século XX. De acordo com Antonio Paim, através do contato com o pensamento do intelectual francês Augusto Comte impunha-se “a idéia de que a sociedade marchava inelutavelmente para um estágio de plena racionalidade”²⁶⁴. Isto se daria a partir da “simples generalização dos métodos científicos”²⁶⁵. Para os positivistas, a ciência e a razão deveriam garantir o equilíbrio social. Com a consolidação da República brasileira, o positivismo logrará ainda maior ascensão, tornando-se a corrente filosófica dominante no país, o que Paim atribui a um desejo geral de renovação que prevalecia na esfera intelectual e ao que denomina “a ausência de uma tradição filosófica consolidada”²⁶⁶. Assim, o cientificismo de Comte abria espaço para as ciências naturais e a investigação experimental demonstrando o quanto o Brasil ainda precisaria avançar neste sentido. “Ao que se supunha, poderia representar, no Brasil, papel análogo ao do empirismo inglês, na Europa, na formação de condições propícias à consolidação das ciências positivas, obstaculizada pela mentalidade escolástica”²⁶⁷. Não obstante, o problema, ainda segundo Paim, estaria na abdicação completa da religião tradicional que Comte propagava. Não se tratava apenas de agregar este espírito científico à cultura humanista mais geral, mas sim de abandonar a tradição.

Os problemas trazidos pelo positivismo – no Brasil inspirado especialmente em Comte e Herbert Spencer – se tornaram evidentes por volta de 1920 e 1930, mas décadas antes já encontravam quem os apontasse. Falamos em especial da resistência de Tobias Barreto que por

²⁶³ Recepción del Señor Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil, Dr. José Carlos de Macedo Soares – Discurso del Dr. Ricardo Levene. Entrega do diploma de membro correspondente da Junta a José Carlos de Macedo Soares. *Boletín de la Academia Nacional de la Historia Argentina*, v. 9, 1936. p. 196. Acervo: Biblioteca do Itamaraty.

²⁶⁴ PAIM, Antonio. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. 2ª ed. SP: Grijalbo, 1974. p. 79.

²⁶⁵ Ibidem.

²⁶⁶ Ibidem, p. 268.

²⁶⁷ Ibidem.

volta da década de 1870 já apontava as fragilidades e os excessos presentes na doutrina positivista aplicada ao Brasil. Seu historicismo, sob inspiração de Victor Cousin, fora então fundamental na recusa ao positivismo e na aceitação do evolucionismo. Diferentemente de seu seguidor Silvio Romero, Tobias foi enfático na necessidade de não se apagar por completo a metafísica e na rejeição ao materialismo de Vogt, Büchner e Moleschot. Segundo ele, era necessário romper com a universalização das explicações mecanicistas e com o dogmatismo que o cientificismo positivista trazia em si. Deste modo, para Tobias, era preciso combater não apenas o dogmatismo religioso, mas também o excesso de ciência que limita e aprisiona as ações humanas em cálculos racionais previsíveis. Portanto, a partir de 1875, Paim informa que Tobias passa a dedicar-se a fazer oposição à ascensão das ideias de Comte no Brasil. Recusando tanto o espiritualismo como o cientificismo, o intelectual sergipano contribui para a derrota do positivismo como corrente de pensamento ao delimitar a esfera da cultura no pensamento intelectual. Assim, “a originalidade de Tobias Barreto consiste em haver elaborado o argumento filosófico capaz de minar os fundamentos do positivismo”²⁶⁸. Enquanto este buscava naturalizar as ações humanas e a história, Tobias caminhava em sentido oposto ao radicalizar a oposição entre o social e o natural. “E não o faz enveredando pelo irracionalismo ou ressuscitando o espiritualismo, mas valorizando devidamente o papel das conquistas científicas”²⁶⁹. Coube a Tobias Barreto ser capaz de romper com uma visão religiosa sobre o homem, sem, contudo, se deixar levar pelo mecanicismo excessivo. Assim, citando mais uma vez Antonio Paim, lembramos das ambiguidades que envolvem a produção do conhecimento por intelectuais que necessitavam responder às demandas do presente e do futuro, sem abandonar as conquistas do passado. Neste sentido, o autor fala:

A posição do pensador é assaz delicada. De um lado, necessita apoiar-se no evolucionismo para combater as doutrinas ensinadas em seu tempo e que afirmavam a origem divina do homem e do direito. De outro, deve subtrair a realidade humana ao império do mecanicismo, em condições tais que o cientificismo não saia combalido do embate, deixando a porta aberta ao retorno do espiritualismo.²⁷⁰

Mesmo com as críticas de Tobias e de outros focos de resistência, o positivismo no Brasil acaba ganhando forte ascensão política com a República. Na década de 1890 tem início a formação de uma corrente política de inspiração positivista cuja popularidade pode ser atribuída a

²⁶⁸ Ibidem, p. 279.

²⁶⁹ Ibidem, p. 281.

²⁷⁰ Ibidem.

Benjamin Constant. Houve quem defendesse neste período que a modernização do Brasil dependeria da adesão irrestrita ao cientificismo e do abandono completo de ideias teológicas e metafísicas. Seria preciso, para esta geração, compreender o considerado atraso do Brasil a partir de uma diferença de fases históricas, o que deveria ser conseguido através da educação que nos aproximaria da civilização. Forma-se aqui uma linha de pensamento chamada positivismo ilustrado, estudado também por Antonio Paim²⁷¹, que se vinculou diretamente no Brasil ao desenvolvimento do liberalismo político. Sua defesa, portanto, vinha agregada a uma perspectiva liberal de sociedade, assim como a um viés racionalista, empírico, mecanicista e antiteológico. Ideias que encontrariam dificuldades de adaptação em uma sociedade de formação ibérica católica e caracterizada por forte tradicionalismo como a brasileira.

Lembramos que o olhar positivista sobre a história implicava, assim, uma perspectiva mecanicista e teleológica sobre as ações humanas que limitavam as possibilidades de escolhas e a construção de caminhos que rompam com o previamente calculado. Portanto, se seguimos um caminho linear, causal e previsível, a história de colonialismo e miscigenação atrasaria em muito a superação dos obstáculos que se impõem ao alcance da civilização. A formação histórica brasileira seria ainda bárbara e atrasada e muitas etapas deveriam ser cumpridas até que reunisse características suficientes para deixar de sê-lo. A partir daí se impõe uma questão: como abreviar este processo de modo a antecipar a conquista da dita civilização e, conseqüentemente, de superação da desqualificação que a história lhe conferia? Na própria visão de Silvio Romero, com forte orientação positivista, como vimos na citação de artigo que inicia esta parte do capítulo datado de 1881 e publicado na *Nueva Revista de Buenos Aires*, “o pobre povo brasileiro vai mal, muito mal”²⁷². Em sua crítica à visão de mundo religiosa, enfatiza que apenas outro país estaria tão mal quanto o Brasil: Portugal, matriz de nossa tradição cristã. Na crítica sobre a literatura brasileira, ressalta “a ausência de um critério positivo, a falta de uma idéia diretiva e sistemática”²⁷³, ou seja, faltam métodos científicos, positivistas que pudessem validá-la e legitimá-la. Assim, sob o olhar positivista do intelectual estaríamos em atraso e, na década de 1880, ele continuava a acreditar que para se qualificar seria preciso recorrer ao uso da razão.

Flora Sussekind e Roberto Ventura lembram que a partir de 1870, no Brasil, com os paradigmas positivista e evolucionista, as teorias racistas foram adotadas com força e envolviam

²⁷¹ Ibidem, p. 314-325.

²⁷² Cf. nota 262.

²⁷³ Cf. nota 262.

a classe dominante em um dilema: “se as raças negra e índia, além da latina, eram inferiores, estariam a nação e o povo brasileiros irremediavelmente condenados ao atraso?”²⁷⁴ Este impasse exigia como caminhos para o país a aceitação de que não haveria saída ou a formulação de alternativas que ajustassem estas teorias ao contexto brasileiro. O caminho apontado por Silvio Romero fora aceitar a inferioridade e defender a extinção dos negros através da miscigenação. Porém, outros intelectuais buscavam novas saídas para o dilema, como Manoel Bomfim que, alvo das críticas de Romero, interpretava, a partir do conceito de “parasitismo”, a decadência da América Ibérica como consequência da dominação colonial. Bomfim criticou, deste modo, o positivismo e seus efeitos sobre a sociedade brasileira e americana, apontando o caráter ideológico das teorias raciais que serviam para legitimar a exploração. Assim, se índios e africanos eram inferiores, como diziam estas teorias, “quer dizer, incapazes de alcançar o grau de perfeição, próprio à civilização que ora apresentam os vários povos europeus, é lógico que as nacionalidades da América Latina participarão dessa inferioridade”²⁷⁵. Diante da miscigenação, sociólogos voltados para as teorias racistas ainda defendiam “uma inferioridade especial, devida aos cruzamentos em si”²⁷⁶. A América Ibérica, portanto, estaria marcada pela perspectiva de inferioridade que a formação histórica e social lhe conferia e dificilmente conseguiria escapar a esta desqualificação. Para os intelectuais que já no início do século XX viviam este dilema de forma muito acentuada era preciso encontrar um novo caminho interpretativo para a questão. Assim buscaram fazê-lo, ora de forma mais conservadora, ora de forma mais progressista denunciando a ideologia da exploração aqui presente.

É importante destacar que, embora utilizemos a expressão América Ibérica, Manoel Bomfim, ao contrário da maioria dos intelectuais que analisamos e/ou citamos, utilizou diretamente o conceito de América Latina. Publicada pela primeira vez em 1905, sua obra *América Latina – Males de origem* possivelmente trouxe um exemplo prévio e particular de utilização do conceito em oposição ao imperialismo norte-americano e fora da referência à catolicidade e ao atraso oriunda do campo conservador calvinista. Nesta oposição, Bomfim afirma que a interferência dos Estados Unidos prejudicaria a soberania nacional dos países latino-americanos, da mesma forma como teria ocorrido diante do domínio europeu. Defende ainda a

²⁷⁴ SUSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. *História e Dependência – Cultura e Sociedade em Manuel Bomfim*. SP: Editora Moderna, 1984. p. 99.

²⁷⁵ BOMFIM, Manoel. *A América Latina – Males de origem*. 4^a ed. RJ: Topbooks, 1993. p. 248.

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 260.

união entre estes povos de formação histórica e social semelhante em prol da resistência. No livro, Bomfim critica, ao mesmo tempo, o olhar desqualificador da Europa sobre a América Latina. Segundo ele,

“[...] os doutores e publicistas da política mundial se limitam a lavrar sentenças – invariáveis e condenatórias. A ouvi-los não há salvação possível para tais nacionalidades. É esta, uma opinião profundamente, absolutamente arraigada no ânimo dos governos, sociólogos e economistas europeus”.²⁷⁷

Bomfim aponta ainda a ignorância dos sociólogos europeus sobre a América Latina e a condenação que suas teorias geram para as sociedades latino-americanas. Condenação esta que teria duas causas: uma afetiva e interesseira e outra intelectual, ou seja, “a inteira ignorância das nossas condições e da nossa história social e política, no passado e no presente”²⁷⁸. Para ele, o padrão de civilização europeu ameaçava a América Latina. Por isto, aponta o que considerava a “única salvação possível”²⁷⁹: “[...] avançar para o progresso, entrar no movimento, apresentar-se ao mundo, vigorosa, moderna, senhora de si mesma, como quem está resolvida a viver, livre entre os livres”²⁸⁰. Para Bomfim, o dito mundo civilizado condena e despreza os países latino-americanos e a solução para isto na prática seria prioritariamente o investimento na educação popular. Lembramos que suas visões de liberdade, educação e exploração das ex-colônias pelas ex-metrópoles se distanciam em muito daquelas defendidas pelos historiadores com os quais trabalhamos. Podemos dizer que se eles partiam de questões semelhantes (quanto à condenação da Ibero-América ao atraso) as respostas formuladas caminhavam em direções opostas política e ideologicamente. Portanto, tratamos de uma esfera de conflito e disputas na qual identificamos uma tensão entre visões distintas da história e das relações entre antigas metrópoles e colônias. Não aprofundaremos em Manoel Bomfim nesta tese, mas a referência ao seu pensamento faz-se necessária como contraponto à interpretação de história que analisamos e seu olhar conservador sobre o próprio conceito de América Latina.

Na Argentina, o positivismo também encontrou campo aberto entre os intelectuais. Por volta de 1900, ele se juntava a uma ideologia liberal; a “uma composição mental burguesa que, desdenhando em geral valores tradicionais, quer e aspira que na sociedade se cumpram

²⁷⁷ Ibidem, p. 38.

²⁷⁸ Ibidem, p. 40.

²⁷⁹ Ibidem, p. 321.

²⁸⁰ Ibidem.

determinadas normas de convivência implantadas pela democracia individualista”²⁸¹. Cabia bem naquele contexto, portanto, a elaboração de um olhar sobre a realidade pautado na experiência e em fatos comprováveis ou verificáveis. Na Argentina, assim como no Brasil, o positivismo manteve a negação da metafísica, o cientificismo laico, o determinismo e o mecanicismo; além do desprezo pela tradição nacional e o pragmatismo. Aspectos que condiziam com a ideologia liberal vigente que buscava aproximar países americanos dos padrões culturais europeus. Na verdade, desde a segunda metade do século XIX na Argentina se inicia o processo de consolidação do liberalismo que representava “a forma essencial da modernização e do progresso, tal como mostrava o exemplo da Europa e dos Estados Unidos”²⁸². Conforme aponta Enrique Alvarez, o desenvolvimento deste novo contexto político, econômico e cultural representou um conflito interno na Argentina relacionado à própria tensão entre tradição e modernidade. Isto porque enquanto em Buenos Aires fortaleciam-se os novos padrões de vida liberais, nas províncias conservavam-se ainda os valores tradicionais e a herança hispânica:

Participar o adherir al nuevo sistema político significaba aceptar el progreso y la modernización, pero también resolver el dilema que planteaba el reconocimiento y aun la veneración por un pasado histórico, con ideas, hechos y nombres que era imprescindible engarzar con el cambio político. Por ella y a pesar de la aceptación mayoritaria de esta perspectiva, los cambios sociales, culturales y políticos que se produjeron a finales del siglo XIX, exigieron la búsqueda de una conciliación entre el impulso constructivo del futuro y la vigencia de los valores históricos.²⁸³

Portanto, o empirismo, a valorização de uma cultura europeia dita civilizada, a visão de história como progresso e a leitura de fatos históricos através de uma ideia de verdade, neutralidade e por um olhar oficial que valoriza determinados personagens históricos condizia com as condições políticas e sociais que então se desenhavam na Argentina. Era preciso aderir aos valores do progresso e olhar para a história em vista de seu fortalecimento, da busca de elementos que o favoreçam. O positivismo conjugava-se bem a esta perspectiva liberal e pragmática de modernidade.

Segundo Fernando Devoto, havia um clima favorável ao positivismo entre o final do século XIX e o início do século XX na Argentina. O autor combate rótulos que homogeneizam as

²⁸¹ ACEVEDO, Edberto Oscar. Influencias y Modelos Europeos. In: ANZOÁTEGUI, V. T.; URQUIJO, J. M. M. e MAEDER, E. J. A. (org.). *La Junta...*, Vol. I, op. cit, p. 238.

²⁸² ÁLVAREZ, Enrique Zuleta. La Política y los Historiadores. In: ANZOÁTEGUI, V. T.; URQUIJO, José M. M. e MAEDER, E. J. A. (org.). *La Junta...*, Vol. II, op. cit, p. 160.

²⁸³ Ibidem.

tendências positivistas de diferentes historiadores à época, mas o aponta como uma influência que envolveu um grupo de estudiosos que visavam renovar a escrita da história argentina. Dentre eles estariam José Maria Ramos Mejía, Ernesto Quesada e Juan Augustín García. Para Devoto, este período marcadamente positivista da escrita da história no país, em especial entre 1880 e os anos da Primeira Guerra, não pode ser visto de forma unitária e imutável. Porém, algumas características seriam centrais como “*una búsqueda de algún tipo de explicaciones generales, leyes o al menos regularidades que organizan la interpretación del pasado. [...] una actitud científica o científicista ante el conocimiento del mundo y del pasado*”²⁸⁴. Nos primeiros anos do século XX, Devoto afirma ainda que o positivismo continuava a crescer na Argentina, mas passava a enfrentar questionamentos por parte de uma nova geração de intelectuais que punham à prova sua hegemonia. Neste momento, surge a imagem de um positivista que “*desea acelerar el proceso de homogeneidad identitaria*”²⁸⁵, já que é necessário lidar com a questão da imigração e do fortalecimento de uma identidade nacional. Aqui, como vimos, a história adquiria um sentido prático de coesão (manifestado principalmente através do ensino) que o positivismo não assumiu. Ainda de acordo com Devoto²⁸⁶, os historiadores positivistas não produziram materiais escolares e não focalizaram na pedagogia escolar, pois estavam demasiadamente preocupados com a manutenção de sua posição científica. Esta função, importante na construção do sentimento de nacionalidade posteriormente defendido por Ricardo Levene, acabou sendo assumida pela Nova Escola História após a década de 1910.

Para Oscar Terán, entre as décadas de 1890 e 1910, quando o discurso positivista ainda gravitava com força entre os intelectuais argentinos, surgiu o movimento modernista, liderado por Ruben Darío, que renovou as letras hispano-americanas, configurando-se numa reação antipositivista. Neste período, Terán afirma que “*el espacio intelectual está ocupado en términos filosóficos por el positivismo y en términos estético-literarios por el modernismo cultural*”²⁸⁷. Segundo o autor, aqui o excessivo individualismo capitalista, o laicismo e a crença na ciência são questionados por uma geração que perdera laços sociais e identitários, sentimento de grupo e coletividade. Muitos seriam os caminhos de reação a esta perda – o esteticismo e o apelo à

²⁸⁴ DEVOTO, Fernando J. Los historiadores positivistas argentinos: Conjuntos e itinerarios. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudios sobre a escrita da história*. RJ: 7Letras, 2006. p. 44.

²⁸⁵ Ibidem, p. 62.

²⁸⁶ Cf. DEVOTO, Fernando. Los historiadores positivistas. In: DEVOTO, F. e PAGANO, N. *Historia de la historiografía argentina*, op. cit, em especial p. 76.

²⁸⁷ TERÁN, Oscar. *Historia de las ideas en la Argentina. Diez lecciones iniciales, 1810-1980*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009. p. 155.

religiosidade seriam apenas alguns deles. Em especial após a guerra de 1914 muitas dúvidas obscureceram as crenças e valores do período anterior. O episódio teria tornado evidente para muitos contemporâneos o declínio dos valores do século XIX e gerado uma inquietude política que tinha como pano de fundo a crise do liberalismo. Por conseguinte, “*durante la década del 20, la crisis de los valores involucrados en el ideario liberal va a constituir un eje problemático común*”²⁸⁸. O ataque ao positivismo torna-se um marco da cultura do entreguerras, gerando uma nova sensibilidade estética e política que formula a crítica não apenas ao positivismo, mas também ao regime democrático liberal (movimentos como o surrealismo e o dadaísmo, no âmbito estético, e o comunismo e o fascismo, no político, seriam exemplos disto).

Nos anos de 1930 o contexto ideologicamente favorável ao positivismo sofre ainda maiores alterações. Na Argentina vivia-se uma crise que levava a se repensar os rumos históricos do país. Isto gera uma renovação nos estudos históricos que vimos ter envolvido diversos intelectuais e instituições. Renovação esta em grande parte liderada pela *Academia Nacional de la Historia*. Estes valores renovados priorizavam características nacionais em oposição ao que havia sido produzido durante muito tempo por intelectuais europeizados. Houve então o renascimento da consciência nacional que exigia a integração de um grupo nacional maior que incluísse personagens do passado e também os do presente, com características bastante diferenciadas diante da imigração. Já sabemos que neste momento de crise política e econômica, historiadores preocupados com a situação política do país invocaram a renovação do campo e a volta a uma tradição nacional. Edberto Acevedo afirma que:

La crisis de 1930 agravó el sentimiento de inseguridad y angustia en la sociedad argentina. Se produjo, entonces, una reacción espiritual contra el falso progreso. Se buscará en la tradición nacional la base cultural con que definir la identidad del país. Y cuando se constata el estatuto semicolonial que tiene postrada a la Argentina, no será difícil volver la vista al pasado, cuyo conocimiento histórico resulta indispensable para afirmar esa identidad amenazada por las consecuencias de la crisis.²⁸⁹

Assim, diante da crise, propõe-se um retorno ao passado que forneceria elementos para a valorização da tradição e a definição de uma identidade nacional. O progresso e a modernidade teriam fracassado e se demonstrado insuficientes para englobar a realidade de um país de passado colonial, miscigenado e marcado pelo incremento da imigração. Com a crise dos valores da

²⁸⁸ Ibidem, p. 191.

²⁸⁹ ACEVEDO, E. O. *Influencias...*, op. cit, p. 248.

modernidade, são buscadas alternativas na tradição nacional, o que condizia com a conquista de legitimidade destes países enquanto nações com identidade e cultura próprias.

Discutindo as relações de alteridade através dos conceitos de nação e nacionalismo, Tzvetan Todorov²⁹⁰ lembra ser possível conjugar valores universais e nacionais. Afinal, o valor nacional pode coincidir com a pretensão ao universal, na medida em que o nacionalista vê seu país como superior não apenas para si, mas também para os Outros. Nesta conjugação entre o nacional e o universal deve-se lembrar que a conquista de legitimidade parte necessariamente de uma relação com o Outro que nos avalia. Deste modo, para se constituir enquanto nação, é preciso ter consciência do universal; ser parte dele e, por outro lado, se diferenciar dele. Afinal, a nação se define a partir da ênfase em suas diferenças em relação a um todo no qual se insere. Daí o olhar sobre a tradição e os elementos considerados representativos dos valores nacionais num momento de busca de reconhecimento e legitimidade e de superação da crise política e econômica. Não se deve repetir modelos europeus, mas é diante destes mesmos europeus que era preciso se valorizar em vista da superação da desqualificação oriunda do colonialismo e da miscigenação. Era preciso conquistar alteridade, o que ocorreria a partir do sentimento de pertencimento a um grupo. Portanto, não há nação se não há uma relação com o universal e a autoafirmação diante dele. Lembramos ainda que este olhar sobre a tradição inclui uma releitura positiva acerca do colonialismo ibérico. Afinal, ele estaria em “nossa” formação, seria parte de “nossa” tradição e deveria ser ressaltado.

O surgimento de muitos historiadores hispanistas neste período condiz com os novos interesses de validação do nacional vigentes. O papel da Espanha católica estaria na origem da Argentina e voltar a ele funcionaria como uma forma de combater a modernidade pautada em valores protestantes ingleses, franceses e norte-americanos (influência mais recente oriunda do imperialismo) que originaram o atual contexto de crise. No início do século XX, a Espanha e suas ex-colônias voltaram a se olhar mutuamente, como vimos no capítulo I. Ambas o fizeram em busca da retomada ou da conquista de prestígio e poder; da busca de reconhecimento diante do contexto de modernidade, marcado pela ascensão de novas potências no cenário mundial. Segundo Oscar Terán, houve então na Argentina a inversão da hispanofobia (prevalecente no século XIX, após a Revolução de Maio) em hispanismo, incorporado, em geral, a visões mais conservadoras e tradicionalistas. Houve “*un giro hacia una reconciliación con el legado*

²⁹⁰ Cf. TODOROV, Tzvetan. La nation et le nationalisme. In: *Nous et les autres...*, op. cit, p. 199-218.

español”²⁹¹. Para o autor, “*la reconciliación con la aún por consagrarse ‘madre patria’ formaba parte de la política del Estado argentino y de iniciativas de la sociedad civil*”²⁹². O hispanismo junta-se ainda ao latinoamericanismo e ao nacionalismo na crítica ao expansionismo norte-americano, principalmente após a abertura do Canal do Panamá. Este novo olhar sobre a ex-metrópole coincidia com a tentativa da Igreja Católica, iniciada desde os anos 1920, de fortalecer-se, atuando inclusive na esfera cultural com a publicação de periódicos e a realização de eventos e conferências. A criação, em 1922, dos Cursos de Cultura Católica representa este esforço. Para Alejandro Cattaruzza, os grupos conservadores, preocupados com a sociedade de massas e com a ampliação de direitos políticos, acabam se encontrando com um catolicismo de corte social. Além disto, “*la idea de que el catolicismo y la herencia cultural española eran los elementos sobre los que se asentaba lo específicamente nacional fue arraigándose sólidamente en estos grupos*”²⁹³.

Como já sabemos, na década de 1930, esta reaproximação entre a Argentina e a Espanha se intensificou ainda mais entre intelectuais conservadores e liberais, como Ricardo Levene. Estes reconheciam e reafirmavam, pragmaticamente ou não, o papel do catolicismo ibérico nas formações sociais hispanoamericanas. Os estudos hispanistas estavam envoltos por este processo de reafirmação da Igreja e de combate às ideologias que a ela se opunham e à entrada do protestantismo ianque na América Ibérica. Os conflitos políticos e os processos de secularização pelos quais passavam seus países desde o século XIX geravam também um clima favorável às tentativas de reafirmação da herança ibérica católica (tanto na Argentina quanto no Brasil). As ambivalências e preocupações deles oriundas acabaram criando um ponto de intersecção entre tendências opostas política e ideologicamente. Um exemplo disto é o interesse que um artigo de autoria do escritor espanhol Ramiro de Maeztu parece ter gerado em Levene. Encontramos em seu arquivo pessoal o texto assinado por Maeztu, datado de 1935, no qual ele defendia a “*misión de la hispanidad*”²⁹⁴ e o retorno ao passado espanhol nos países hispanoamericanos. Levene sublinhou vários trechos do artigo demonstrando atenção a sua leitura. Dentre outras ideias destacadas, Maeztu defendia que todos os povos hispânicos deveriam entender o Estado como

²⁹¹ TERÁN, Oscar. *Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910). Derivas de la ‘cultura científica’*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008. p. 227.

²⁹² *Ibidem*, p. 254.

²⁹³ CATTARUZZA, Alejandro. *Historia de la Argentina, 1916-1955*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009. p. 149.

²⁹⁴ MAEZTU, Ramiro de. La misión de la hispanidad y la vuelta al pasado. *La Prensa*, 18 de janeiro de 1935. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

missão “*que es como lo entendía la monarquía católica española*”²⁹⁵ e criticava as mudanças do Estado em meio aos processos de secularização. Levene também sublinhou trechos em que o autor dizia que a Espanha errou ao imitar os países estrangeiros nesta secularização e se pergunta, num combate direto ao protestantismo, se a França, a Inglaterra e os Estados Unidos estariam satisfeitos com os Estados que construíram. Para ele, a crise econômica da década de 1930 seria consequência destas opções secularizadas. Levene destacou ainda o trecho em que o autor fala da necessidade de recuperação do espírito missionário do Estado, tendo-se que catequizar e evangelizar as massas populares como foi feito com os índios no século XVI. Maeztu opunha-se à democracia liberal e era diretamente vinculado ao tradicionalismo católico. Foi embaixador da ditadura de Primo de Rivera na Argentina e introdutor da ideia de *hispanidad*, em substituição ao termo *raza*, que posteriormente servirá aos interesses da ditadura franquista, processo já analisado anteriormente. Era ainda defensor dos valores católicos e das tradições hispânicas. Portanto, diferenciava-se ideologicamente de Levene. Mas, ao que parece ambos apresentavam interesses em comum situados nas transformações do início do século XX. Evidentemente não podemos afirmar que Levene concordasse com todas as proposições do autor espanhol, mas estas se aproximavam de sua perspectiva sobre o papel da Espanha na América. Talvez não concordasse com a visão de um Estado missionário, mas a própria necessidade de evangelização e catequese eram, de certa forma, por ele implementadas através do ensino da história e do retorno ao passado colonial, hispânico e católico.

A decepção com os padrões liberais diante da crise econômica não foi, evidentemente, exclusiva dos argentinos. No Brasil também se vivia, na década de 1930, esta dúvida quanto aos rumos que se deveria tomar em meio ao desgaste dos valores liberais. Não esqueçamos que esta era uma tendência internacional, já que a crise econômica de 1929 e a Primeira Guerra haviam mostrado para aquela geração sua fragilidade e incapacidade de resolver os conflitos que o atual contexto histórico impunha. Assim, no Brasil caía a predominância econômica do café; discutia-se a questão operária que não poderia mais ser negligenciada; desenvolviam-se debates acerca dos valores nacionais que se manifestavam desde a década de 1920 com a geração modernista e a Semana de Arte Moderna de 1922, através da recusa às tendências artísticas europeias e a busca de novas formas de expressão que melhor representassem os problemas contemporâneos²⁹⁶. A

²⁹⁵ Ibidem.

²⁹⁶ Cf. IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil – Capítulos de historiografia brasileira*. RJ: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.

crise, assim como na Argentina, também era econômica e política e trazia consequências importantes para a esfera cultural e, conseqüentemente, histórica. É neste contexto da década de 1930, por exemplo, que Gilberto Freyre publica *Casa Grande & Senzala*²⁹⁷ e Sérgio Buarque de Holanda o seu *Raízes do Brasil*²⁹⁸. Compreender a formação da sociedade brasileira, suas características particulares, o que as une e as diferencia é uma preocupação histórica desta geração.

Neste momento de transformações por volta das décadas de 1920 e 1930, quando os interesses dos historiadores também se modificavam, o positivismo acabou representando um problema. Afinal, o evolucionismo que vinha a ele atrelado punha países de passado colonial e miscigenado numa posição de inferioridade que lhes caracterizava como bárbaros, incivilizados e, conseqüentemente, incapazes. A ênfase no progresso linear como explicativo dos acontecimentos históricos os aprisionava em uma ideia de atraso que limitava seu acesso ao reconhecimento na esfera intelectual europeia. Lembremos que se queria construir um pensamento próprio, autônomo. Porém, para ser validado, este conhecimento precisaria ser pelo Outro avaliado e reconhecido. De acordo com as ideias positivistas, o Brasil e a Argentina estariam em profundo atraso em relação aos países europeus e suas características de desqualificação demorariam muito a serem superadas. Com características tão diferentes das europeias ao serem encaixados em modelos explicativos com base nesta realidade os resultados seriam ao mais pessimistas possíveis para os países da Ibero-América. Portanto, a partir do período em questão, o positivismo se tornou um obstáculo para a legitimação de uma identidade nacional. Na década de 1930 no Brasil parte-se para o paradigma culturalista, como fizeram Freyre e Sérgio Buarque; na Argentina opta-se pelo desenvolvimento de uma história nacional (não fugindo a uma relação com o universal, conforme discutiremos mais adiante) que relê aspectos metodológicos do positivismo, mas lhe dirige uma crítica política e ideológica.

Aqui retomamos, propositalmente após muitos parágrafos, o segundo trecho que utilizamos para iniciar esta parte do capítulo. O trecho refere-se a um discurso pronunciado por Ricardo Levene, então presidente da *Junta de Historia y Numismática Americana*, em 1936, ao receber o embaixador brasileiro José Carlos de Macedo Soares em cerimônia na qual este se tornaria membro correspondente da instituição argentina. No discurso, Levene defende o

²⁹⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 32ª ed. RJ: Record, 1997.

²⁹⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. SP: Companhia das Letras, 2004.

intercâmbio de publicações entre Brasil e Argentina e a *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* de modo a desenvolver uma leitura de história que favoreça a boa relação entre eles. Esta seria uma tarefa da sua geração para benefício da “*alma de Ibero-América*”²⁹⁹. Para isto, seria preciso reler a história da América como forma de responder a autores como Gustave Le Bon que afirmava, em 1910, ser a América “*un ejemplo de raza sin voluntad ni moral, como expresión de la decadencia de la raza latina*”³⁰⁰. Ou seja, torna-se necessário, no contexto em que vivia, elaborar uma leitura de história da América que combatesse esta ideia de inferioridade que cientificistas, positivistas e evolucionistas como Le Bon identificavam na Ibero-América. A visão de superioridade racial de Le Bon, portanto, era, na década de 1930, um grave problema, ao contrário do que pensavam muitos intelectuais no contexto da segunda metade do século XIX. O positivismo que fora solicitado no Brasil por Silvio Romero em 1881, em 1936, na visão de Ricardo Levene, deveria ser combatido. Em 1937, por ocasião do Congresso de História da América em Buenos Aires, Levene reafirmou a crítica a Le Bon, somando a ela a oposição a Oswald Spengler. Em sua opinião, era preciso romper com estas visões decadentistas acerca dos ibero-americanos. Le Bon, segundo Levene, afirmara que os latinos estavam em crise, abandonados diante da superioridade anglo-saxã. Spengler nos teria negado personalidade e nos limitado em uma suposta decadência. Estas imagens construídas em torno da Ibero-América seriam responsáveis pelo isolamento e asfixiamento da região. Eventos como o Congresso de 1937 seriam oportunidades para os Estados ibero-americanos romperem com esta visão em busca da “*plena realización de su soberanía económica y espiritual [...]*”³⁰¹.

Na *Revista de las Españas*, publicada em Madrid entre os anos de 1926 e 1936, ano do início da Guerra Civil Espanhola, encontramos artigo que bem demonstra este combate à predominância do positivismo em muitos países ibero-americanos. O autor Salomón Carrillo Ramírez desenvolve, em 1935, uma espécie de panorama da filosofia na América Espanhola, realizando algumas comparações com o caso brasileiro. Neste sentido, chega a fazer a crítica ao Brasil afirmando que aqui “falta na confusão criada pelas imitações também incoerentes a

²⁹⁹ Cf. nota 263.

³⁰⁰ Cf. nota 263. A expressão “raça latina” atribuída a Le Bon por Levene merece destaque. Afinal, “latino” é um termo referido a uma língua, o latim, e não a uma raça. Latim utilizado, por exemplo, na realização de missas e cerimônias religiosas católicas. Aqui, portanto, está sugerida a crítica de Le Bon ao próprio catolicismo ibero-americano. Crítica esta a qual Levene procura responder qualificando a América católica.

³⁰¹ Discurso del Presidente del Congreso y de la Junta de Historia y Numismática Americana, Dr. Ricardo Levene. Sesión Inaugural (03 de julho de 1937). Atas do Congresso Internacional de História da América (1937). Tomo I. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1938. p. 35. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

unidade de uma direção nacional”³⁰². Não obstante, o mais interessante para nós é a oposição ao positivismo sob a acusação de “racionalismo limitado e vulgar”, de busca de uma “verdade absoluta” que gera o “egoísmo” e limita os esforços que deveriam ser desempenhados na “conquista do útil”. O positivismo seria tirânico e limitaria as esperanças da América Ibérica. Vejamos a fala do autor:

El positivismo implanta [...] un racionalismo limitado y vulgar, una nueva metafísica que acuerda en fórmulas de la ciencia una verdad absoluta; exalta en la vida el egoísmo, los intereses prácticos, la persecución encarnizada de la riqueza. Para los espíritus simplificadores de América, esta filosofía no es una disciplina del conocimiento y de la acción, ella limita el esfuerzo a la conquista de lo útil.³⁰³

Cabe ressaltar que a *Revista de las Españas* parecia se encaixar bem nos objetivos dos historiadores com os interesses aos quais nos referimos. Foi nela que Emilio Ravignani, como vimos um dos mais importantes membros da Nova Escola Histórica, publicara artigo em 1929 defendendo a valorização do papel da Espanha na formação política e cultural da América Espanhola, em ruptura com a perspectiva de exploração. No artigo, o historiador argentino ressalta a força e a eficácia do colonialismo espanhol sobre os demais países europeus, além de apontá-la como produtora de exemplos aos demais povos e introdutora dos valores do progresso. Diz, assim, que a Espanha iniciou “*en el mundo moderno una experiencia de expansión civilizadora, que servirá de enseñanza a los demás pueblos [...]*”³⁰⁴. Na revista também publicaram intelectuais empenhados na retomada das relações culturais e intelectuais entre ex-metrópole e ex-colônias como o próprio Rafael Altamira. É importante acrescentar que o hispano-americanismo era defendido na Espanha tanto por correntes liberais quanto conservadoras. Altamira (e a *Revista de las Españas*) representa uma via considerada mais liberal, em oposição ao conservadorismo católico de Marcelino Menéndez y Pelayo. Segundo José Luis Beired, Pelayo construiu uma concepção católica do passado espanhol que “se tornou uma matriz da historiografia conservadora”³⁰⁵. Altamira, por outro lado, seria responsável por um “regeneracionismo liberal”³⁰⁶ no qual defendia a reforma do ensino e a reaproximação com a América nos âmbitos cultural, científico e diplomático e, posteriormente, econômico – questão

³⁰² RAMÍREZ, Salomón Carrillo. La evolución filosófica en la América Hispana. *Revista de las Españas*, Ano X, número 89-90, janeiro-março de 1935. p. 58. Acervo: IHGB

³⁰³ Ibidem, p. 59.

³⁰⁴ RAVIGNANI, Emilio. Definición histórica del Ibero-Americanismo. *Revista de las Españas*, Ano IV, números 39-40, novembro-dezembro de 1929. p. 405. Acervo: IHGB.

³⁰⁵ BEIRED, J. L. B. O hispano-americanismo historiográfico..., op. cit, p. 44.

³⁰⁶ Ibidem, p. 45.

que apresentaremos com maiores detalhes no último capítulo deste trabalho. Outro aspecto a ser apontado é o positivismo presente nas obras históricas de Altamira, em especial em *La enseñanza de la historia*³⁰⁷, cuja primeira edição espanhola data de 1891, tendo sido reeditada recentemente em 1997.

Embora Altamira se opusesse ao conservadorismo católico de Pelayo, consideramos que parte do seu pensamento, bem como o de seu principal interlocutor na Argentina, Ricardo Levene, dialoga em muitos momentos com ideias conservadoras vinculadas ao campo católico. Seu positivismo não o impediu, como informa o próprio José Luis Beired, de construir uma visão muito positiva “do papel dos reis católicos na consolidação da unidade ibérica, e da conquista e colonização da América, a crença nas qualidades superiores da civilização espanhola, a centralidade desempenhada pelo catolicismo, o elogio à rainha Isabel [...]”³⁰⁸; além de minimizar a violência do colonialismo ibérico. Já vimos que o próprio Levene defendia os valores da civilização cristã aqui implantada. Assim, tanto ele quanto Altamira, mesmo liberais e/ou positivistas, mantinham uma proximidade notável com a ideia de uma essência presente na civilização espanhola e apontavam para sua moralidade e catolicismo. Ou seja, o liberalismo aqui é conjugado a aspectos claramente conservadores e católicos. Neste sentido, identificamos em Altamira e Levene a tensão presente na construção do conhecimento histórico por historiadores que experimentavam as transformações da passagem à modernidade; uma modernidade que já afirmamos ser conservadora em muitos aspectos. Mais ainda, identificamos a tensão entre positivismo e neotomismo nas décadas iniciais do século XX. O próprio Altamira exemplifica como uma visão de mundo católica, marcante na formação histórica e social ibérica, se fez presente em seu olhar sobre o passado. Sua visão de história laica e como progresso, oriunda do positivismo, fora acrescida de um olhar bastante simpático ao catolicismo. Cabe ressaltar ainda que a *Revista de las Españas* aqui trabalhada e na qual ele publicou defendia declaradamente o tomismo como possibilidade interpretativa para a modernidade. Além disto, Altamira manteve diálogos com intelectuais ligados a uma rede de sociabilidade direta ou indiretamente católica e tomista, como os próprios Fidelino de Figueiredo e Max Fleiuss. Portanto, Altamira não era tomista, mas certamente não deixou de construir diálogos com esta esfera na produção do conhecimento histórico.

³⁰⁷ Cf. ALTAMIRA, Rafael. *La enseñanza de la historia*. 2ª ed. Madrid: Ediciones Akal, 1997.

³⁰⁸ BEIRED, J. L. O hispano-americanismo historiográfico..., op. cit, p. 49.

Retornemos à *Revista de las Españas* tendo em mãos estas informações sobre seus vínculos com os intelectuais que trabalhamos. Seu período de existência, como dissemos, situa-se entre os anos de 1926 e 1936 funcionando como continuação da *União Ibero-Americana* que era publicada desde 1884. Possuía ainda o interesse geral de informar sobre a vida cultural tanto da Espanha quanto das ex-colônias hispano-americanas. A revista fazia a crítica ao positivismo (o que atingia Altamira) e referia-se com grande simpatia a uma doutrina a qual identificava como “compreensiva e realista”: o tomismo. Voltada para a promoção intensa da integração entre a Espanha e suas ex-colônias, a *Revista de las Españas*, ao que nos parece, trazia direta ou indiretamente a inspiração em São Tomás de Aquino (já no movimento do terceiro escolasticismo). Acreditamos que este tenha fornecido a chave para muitos intelectuais brasileiros e argentinos a partir da década de 1920 encontrarem as respostas que procuravam para a crise do liberalismo e os conflitos da modernidade. Em artigo publicado na revista em 1929, o Padre Venâncio Carro declara sua aversão ao materialismo e ao positivismo e complementa:

Siento aversión, repugnancia por esos sistemas que no saben estudiar al hombre sin negarle, sin arrebatarle lo que tiene de más noble y elevado. Con todo, guiado por la misma filosofía tomista, tan comprensiva y realista, no podemos negar las repercusiones de la materia en el espíritu. Cuando Santo Tomás defendió con denuedo, en el siglo XIII, contra la filosofía de entonces, que el alma es *forma* del cuerpo, nos dio la clave para explicar muchos fenómenos psicológicos y sociales.³⁰⁹

O autor ainda exalta o pontificado de Leão XIII como responsável pela restauração filosófica do tomismo e fala da Espanha como campo extremamente propício no qual, a partir deste período, a filosofia de São Tomás voltou a florescer.

Portanto, acreditamos que a partir da década de 1920 o tomismo encontrou forte entrada no Brasil e na Argentina, em parte através do contato com suas ex-metrópoles, como resposta aos conflitos entre tradição e modernidade que os intelectuais então viviam. Neste sentido, defendemos a hipótese de que as práticas historiográficas nestes países podem ser mapeadas através da predominância do positivismo entre as décadas de 1870 e 1910, mesmo diante de alguns focos de resistência; enquanto que aproximadamente entre as décadas de 1920 e 1940 percebemos a força do tomismo, ou melhor, do neotomismo, amplamente condizente com o contexto histórico, político e social que então se desenhava. Era preciso buscar outra explicação para que não se pudesse continuar menor ou inferior. Uma alternativa que fosse capaz de

³⁰⁹ CARRO, P. Venâncio D. Filosofía y los filósofos españoles (1900-1928). *Revista de las Españas*, 2ª época, número 31-32, março-abril de 1929. p. 95. Acervo: IHGB

preencher as lacunas que a ordem liberal burguesa havia deixado, evitasse os excessos que levaram ao fascismo e ao nazismo, por exemplo, e respondesse às dúvidas e incertezas que a primazia da razão não soube esclarecer. Alternativa esta que, evidentemente, satisfizesse os anseios e interesses de uma classe dominante cristã temerosa quanto à manutenção do seu poder diante da crise. Assim, busca-se uma via que não seja subversiva, como o socialismo e o comunismo, e nem estritamente racional ou apenas religiosa. Romper com a razão liberal não poderia, já transcorridas duas décadas do século XX, significar o abandono por completo das contribuições da ciência e da razão. Seria preciso encontrar uma alternativa capaz de conjugar a fé que se temia ter perdido e o que de positivo teria sido trazido pela razão. Conjugar estas duas esferas, a fé e a razão, era tarefa para muitos intelectuais naquele momento. Será esta a função do neotomismo a partir da década de 1920 no Brasil e na Argentina, alcançando uma ampla esfera de intelectuais, católicos ou não. Afinal, nos países de formação histórica e social ibérica, mesmo com a modernidade, a religião nunca perdeu seu papel de centralidade, o que deixa margem para sua ascensão. A própria decepção com a Primeira Guerra vem em conjunto com a decadência do mundo liberal e gera a busca de alternativas, já que a razão havia perdido sua primazia. Neste sentido, Cruz Costa³¹⁰ lembra que às vésperas da guerra o neotomismo já apontava no Brasil como forma de oposição ao positivismo.

Antes de alcançar este ponto central para a reflexão que propomos, é fundamental apontar para a reconciliação entre Igreja e Estado tanto no Brasil quanto na Argentina, em especial a partir da década de 1910. Neste período, a Igreja, que tinha perdido muito do seu poder com o governo republicano e a ascensão das ideias positivistas, buscava retomar seu espaço diante do contexto de crise. Voltamos ao que fala Carl Schorske quanto à retomada de valores cristãos como alternativa aos intelectuais em meio à crise do liberalismo. Parece que nos países que estudamos isto se dá intensamente a partir da década de 1920 e, em especial, nas duas décadas posteriores. A Igreja então se empenhava em se reforçar, mesmo que algumas concessões fossem necessárias diante da realidade. Francisco José Gomes afirma que, “uma reaproximação da Igreja, muito embora sem questionar o regime de separação, foi sendo realizada por etapas entre 1910 e 1934”³¹¹. Essa reaproximação trazia um paradoxo: para a Igreja o Estado republicano era

³¹⁰ Cf. COSTA, Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. 2ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 1967.

³¹¹ GOMES, Francisco José Silva. De súdito a cidadão: os católicos no Império e na República. In: *História e Cidadania. XIX Simpósio Nacional da Anpuh. Belo Horizonte, 1997*. Vol. II. SP: Anpuh, Humanitas, USP, 1998. p. 321.

ilegítimo, mas, diante dele, ela acabava funcionando como mantenedora da ordem social. Assim, a Igreja impediria a ascensão de ideias subversivas que lhe representavam maiores riscos do que a República em si.

Segundo Boris Fausto e Fernando Devoto³¹², uma das áreas que mais apresentam semelhanças entre Brasil e Argentina é a Igreja, sobretudo no final do século XIX e início do XX. Isto em razão, dentre outros fatores, do regime liberal vigente em ambos os países e de uma organização eclesiástica que seguia um mesmo poder, o Vaticano. Portanto, no contexto argentino, o Estado, em especial no início do século XX com a ascensão de novas ideias, também não ignorava a importância da Igreja na manutenção da ordem social. Ambos tinham, inclusive, no socialismo e no anarquismo inimigos em comum a serem combatidos. Mesmo com as tensões que permearam esta relação ao longo de todo o século XIX, a classe dominante argentina reconhecia que a Igreja, ao lado do Exército, deveria auxiliar o Estado na formação de cidadãos patriotas. Cabe ressaltar, ao mesmo tempo, que em ambos os países na segunda metade do século XIX houve um crescimento rápido do anticlericalismo. Processo propiciado pela expansão do liberalismo, do positivismo, do darwinismo e do cientificismo que representavam a modernidade que se queria construir; além da imigração protestante que trazia novos cultos e desafios para a manutenção do poder da Igreja Católica. Na década de 1870 na Argentina, no entanto, as manifestações anticlericais eram bem mais intensas que no Brasil. Afinal, as conjunturas muitas vezes se diferenciam, embora a forte tendência à secularização seja a mesma. Isto gerou a tensão constante entre uma Igreja que lutava para não perder seu poder e as tendências modernizadoras que queriam inserir o Estado e a política em padrões cada vez mais liberais. A ideia de uma modernidade laica representava, portanto, um risco à Igreja tanto no Brasil quanto na Argentina. O que lhe exigiu a elaboração de estratégias de recuperação e fortalecimento do seu papel na sociedade.

Esta tentativa de fortalecimento da Igreja se dava não apenas nas esferas brasileira e argentina, mas também em âmbito internacional. Procurava-se implementar um projeto de neocristandade que permitiria que a Igreja alcançasse novamente um papel mais amplo na esfera pública, não diretamente através da política, mas sim da esfera social, como definiu o Papa Leão XIII na encíclica *Rerum Novarum*. A neocristandade tentaria superar a situação histórica

³¹² FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. SP: Editora 34, 2004.

“constantiniana”. Neste contexto, o conflito entre tradição e modernidade era intenso. O constantinianismo representava a tradição; a modernidade significava a elaboração de uma alternativa a ele sem que a Igreja perdesse seu papel de manutenção da ordem social. Em oposição a esta perspectiva estava o integrismo que pretendia manter a tradição e fechar a Igreja às influências da modernidade. A neocristandade parece ter tido forte ressonância entre a intelectualidade preocupada em reunir fé e razão em suas análises sociais e históricas. Não se falava mais neste período em um discurso totalmente antiliberal, mas acredita-se que o modelo liberal deveria ser inspirado pelos católicos. A religião católica não era mais oficial, mas deveria estar presente na vida pública e privada. Aceitava-se a autonomia do Estado desde que a maioria fosse católica, já que nos momentos decisivos a maioria teria mais força e venceria na esfera pública. A Igreja, portanto, se esforçava em usar a democracia a seu favor, criando novos mecanismos de inserção do catolicismo na sociedade.

A grande questão que se colocava era como realizar a neocristandade. Questão a qual a Igreja procurou responder por meio da elaboração de estratégias de convite dos católicos à práxis e de mobilização dos leigos. Afinal, a situação destes para a Igreja era preocupante em razão do excesso de privatismo da prática religiosa e da falta de liderança católica em meios em geral agnósticos, cientificistas ou positivistas³¹³. Para introduzir os leigos nas estratégias de fortalecimento da Igreja dever-se-ia criar instituições católicas confessionais na sociedade civil. Assim, se o Estado não era mais confessional, as instituições o seriam. Percebia-se, ao mesmo tempo, a necessidade de mobilização das massas católicas que seriam movimentos de opinião e pressão. Estes movimentos surgiram nos anos de 1920 e cresceram muito a partir de 1930. Os católicos leigos, já que esta atitude era desaconselhável para o clero, não deveriam se envolver diretamente na ação política, mas sim estarem atentos às oportunidades de obterem vantagens políticas através de sua influência entre as massas. Com este objetivo, surgiu a Ação Católica em torno da década de 1920, tendo como função a formação do laicado para a militância católica. O importante seria que a Igreja pudesse se inserir em diferentes esferas da sociedade de modo a recuperar sua força e limitar entre elas o crescimento de uma visão de mundo laica. Preocupava-se ainda com a entrada em grupos e associações, o que se relacionava à volta de uma visão organicista medieval de sociedade que trazia em seu cerne uma ideia de corporativismo e associacionismo. A releitura do organicismo medieval incluiu uma inovação: a promoção dos

³¹³ Cf. LUSTOSA, Frei Oscar de Figueiredo. *A presença da Igreja no Brasil*. SP: Editora Giro Ltda, 1977.

leigos dentro da Igreja. O católico deveria se engajar em seu meio e criar instituições confessionalmente católicas, como jornais, escolas, sindicatos e, em certos países, partidos. Este foi um momento de certa abertura diante do conflito com a modernidade que era muito mal vista em razão do positivismo, do evolucionismo e do progresso.

O próprio Levene, mesmo não pertencendo ao grupo dos nacionalistas católicos, participou, em 1942, da inauguração de uma escola católica em Buenos Aires chamada *Escuelita de Cristo Matilde Molina de Rothe*. No evento, que também contava com a presença do ministro da Justiça e Instrução Pública, Levene discursou em favor da educação “*en las reglas morales cristianas*”³¹⁴ nas escolas modernas. Entrevistado sobre o evento, ele ressaltou ainda a importância do ensino, em especial do ensino do passado, através de arquivos, bibliografias e monumentos, “*según los cánones [sem grifo no original] más autorizados de la historiografía actual*”³¹⁵. Metodologia que deveria ser aplicada “*inspirándose en el principio superior de la unidad de la Patria, de la Nación y de las provincias [...]*”³¹⁶. Assim, a moral cristã deveria ser transmitida às crianças da mesma forma que o amor ao país, pois seriam valores constitutivos de sua identidade e que propiciariam a unidade nacional. Mais adiante, o jornal destaca a fala de Levene quanto à escola despertar “*nobles sentimientos*”³¹⁷, pois nela “*se forma a los niños en el amor a Dios y a la Patria*”³¹⁸. A reportagem ilustra a forma como Levene, mesmo não sendo parte dos grupos católicos conservadores, esteve presente neste movimento de aproximação entre católicos leigos, Igreja e Estado. Mostra ainda que ele valorizou a educação cristã católica como parte da formação de crianças e jovens, e os principais entre a identidade argentina que se constituía no presente e sua continuidade no futuro.

A própria defesa de um discurso nacionalista por parte da Igreja no contexto pós-Primeira Guerra auxiliou na construção desta ponte de diálogo com o Estado. Discurso este muito apreciado pelos políticos e pela classe dominante, já que em muito condizia com a discussão sobre nação que se queria desenvolver. Além disto, o discurso nacionalista da Igreja no período trazia em seu cerne a oposição às tendências ideológicas do mundo moderno que eram um risco não apenas à Igreja, mas também à ordem liberal burguesa que via suas certezas e crença na

³¹⁴ De archivos y monumentos históricos nos habla el doctor Ricardo Levene. 09 de noviembre de 1942. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

³¹⁵ Ibidem.

³¹⁶ Ibidem.

³¹⁷ Ibidem.

³¹⁸ Ibidem.

razão em crise após acontecimentos como a Primeira Guerra, a Revolução Russa e a crise de 1929. A criação da Ação Católica, em 1931 na Argentina e em 1935 no Brasil, vinha de acordo com esta busca por preencher as lacunas que a crise do liberalismo havia deixado. Neste contexto surgem intelectuais católicos nacionalistas que buscam garantir a ordem social através do fortalecimento do catolicismo e da própria Igreja enquanto instituição. Na Argentina são publicadas revistas e periódicos especializados na difusão do pensamento católico adaptado às exigências dessa nova realidade. No Brasil, os maiores representantes deste movimento foram Jackson de Figueiredo, nacionalista e autoritário, e seu sucessor na direção do Centro Dom Vital, Alceu Amoroso Lima, com ideias mais universalistas, ênfase na liberdade e maior espaço à modernidade e ao diálogo. Este último, nas décadas de 1930 e 1940, teve entrada na Argentina a partir de editoras católicas e com o objetivo de formação do laicado. A ver por seu *O Problema da Burguesia*³¹⁹ publicado na Argentina em 1939 pelos Cursos de Cultura Católica – iniciados, como vimos, em 1922, os cursos eram realizados por escritores empenhados na formação de jovens que atuariam em prol do nacionalismo católico.

Era preciso, no contexto das décadas de 1920 e 1930, derrubar as barreiras que separavam intelectuais e Igreja, religião e ciência, fé e razão³²⁰. Daí a formação de uma linha de pensamento mais aberta à pluralidade que, não obstante, provocou reações contrárias dos setores mais conservadores da Igreja. Daí a preparação do laicado para a formação de uma neocristandade, na qual seria promovida uma releitura, adaptada aos valores da modernidade, dos valores cristãos e do organicismo medieval. Foi neste ponto que o neotomismo entrou com força no Brasil e na Argentina e auxiliou os intelectuais a conjugarem fé e razão. Acreditamos que isto se deu também no campo da história, na medida em que se desejou elaborar uma interpretação histórica da realidade ibero-americana que valorizasse os aspectos nacionais sem apagar a esfera universal, portanto católica, na qual estavam inseridos. Isto num momento no qual era preciso romper com a predominância do positivismo no campo intelectual brasileiro e argentino. Se o positivismo acabava por ratificar suas características de desqualificação, o neotomismo ofereceria aos intelectuais a possibilidade de falar sobre sua própria história de forma mais otimista, sem apagar a presença de Deus e, simultaneamente, sendo capazes de comprovar suas hipóteses através da

³¹⁹ LIMA, Alceu Amoroso. *El Problema de la Burguesía*. Buenos Aires: Cursos de Cultura Católica, 1939. Fonte: *Boletín Internacional de Bibliografía Argentina*. Acervo: Biblioteca do Itamaraty.

³²⁰ Sobre a atuação do grupo de intelectuais que divulga o neotomismo no Brasil neste período, cf. CAMPOS, Fernando Arruda. *Tomismo e neotomismo no Brasil*. SP: Grijalbo, 1968.

razão. Assim, tradição e modernidade poderiam ser conjugadas na releitura da história, sem se deixar levar pelo conflito, pelo ateísmo ou pela laicização. Esta seria uma maneira de construir uma alternativa ora a uma visão de mundo excessivamente teológica, ora a outra liberal e já em crise, ora a outras que pudessem levar à subversão.

Foi, neste contexto e com estes objetivos, que o neotomismo entrou no Brasil e na Argentina através da leitura, principalmente, de Jacques Maritain. O intelectual francês católico foi responsável por fornecer o programa da neocristandade através do seu livro *Humanismo Integral: Uma visão nova da ordem cristã*³²¹, onde demonstra a possibilidade de construção da cristandade numa situação histórica de Estado laico. Livro publicado no Brasil em 1941 e reeditado em 1945 pela Companhia Editora Nacional, como consta no *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional*. Para Oscar Terán³²², Maritain ofereceu uma das principais vias aos intelectuais católicos democráticos na Argentina a partir da década de 1930. Na década de 1940 o autor teve, no total, 8 de seus livros introduzidos nas leituras dos intelectuais brasileiros e argentinos, contando com traduções para o português ou o espanhol e edições introduzidas em idioma original. No quadro abaixo observa-se quais obras de Maritain foram introduzidas neste período em ambos os países:

QUADRO 4:

OBRAS DE JACQUES MARITAIN INTRODUZIDAS NO BRASIL E NA ARGENTINA (DÉCADA DE 1940)

BRASIL		
<i>Título</i>	<i>Editora</i>	<i>Ano de entrada ou publicação</i>
De la philosophie chrétienne	Atlântica (Revista dos Tribunais Ltda)	1945
Religion et culture	Atlântica	1945
Humanismo integral, uma visão nova da	Companhia Editora Nacional	1945

³²¹ MARITAIN, Jacques. *Humanismo Integral: Uma visão nova da ordem cristã*. SP: Companhia Editora Nacional, 1945. Fonte: Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Acervo: Biblioteca Nacional.

³²² TERÁN, O. *Historia de las ideas en la Argentina*, op. cit.

ordem cristã		
Le docteur angélique	Atlântica	1945
Os direitos do homem e da lei natural	José Olympio (Tradução por Afranio Coutinho)	1947
Rumos da educação	Agir (Tradução por Inês Fortes de Oliveira)	1947
ARGENTINA		
<i>Título</i>	<i>Editoras e tradutores</i>	<i>Ano de entrada ou publicação</i>
Religión y cultura	Editorial Santa Catalina (Tradução por Giselda Zani)	1940
El doctor Angélico	Ediciones Desclée y de Brouwer	1942
Introducción a la filosofía	Club de Lectores (Tradução por F. Leandro de Sesma)	1943
Los derechos del hombre y la ley natural	Biblioteca Nueva	1943
Ciencia y sabiduría	Ediciones Desclée de Brouwer (Tradução por Octavio Nicolás Derisi)	1944

Fontes: Boletín Internacional de Bibliografía Argentina e Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Acervos: Real Gabinete Português de Leitura, Biblioteca do Itamaraty e Biblioteca Nacional do RJ.

Na esfera intelectual ibero-americana, a influência de Maritain se tornou cada vez mais profunda, oferecendo uma nova perspectiva filosófica à classe dominante e uma renovação espiritual condizente com o momento de crise dos valores da modernidade. Maritain propõe um novo estilo de santidade, traz novas perspectivas para concepções tradicionais já decadentes e desencadeia mudanças nas concepções católicas mais conservadoras³²³. Influência que percorre as décadas de 1930 e 1940, avança em parte da década de 1950 e decai, enquanto projeto intelectual declarado, na década de 1960. Nas palavras de Alceu Amoroso Lima citadas por Antonio Paim, Maritain fora “o mestre que nossas gerações receberam como um libertador da consciência religiosa, como um professor de disciplina intelectual, como um renovador da Igreja

³²³ Para um exemplo da influência do pensamento de Maritain nesta releitura das ideias católicas, cf. PILETTI, Nelson e PRAXEDES, Walter. *Dom Helder Camara: O profeta da paz*. 2ª ed. SP: Contexto, 2008. Aqui os autores partem do caso específico de Dom Helder Camara e sua rede de sociabilidade.

Católica e como um profeta dos tempos modernos”³²⁴. Ainda segundo Paim, Maritain conseguiu impedir o que parecia ser o fracasso do catolicismo diante da ascensão da ciência. Neste sentido, a releitura de São Tomás cabia muito bem ao objetivo de relacionar a fé e a razão, o nacional e o universal, a unidade e a pluralidade. Pauta que, como veremos com maiores detalhes no item seguinte deste capítulo, parecia condizer com as expectativas dos historiadores de alguma forma relacionados ao pensamento católico. Assim:

O mérito maior da obra de São Tomás, do ponto-de-vista da história da filosofia, há de ter consistido na plena elucidação das relações entre razão e fé, o que deve ter contribuído sobremaneira para que haja sido escolhida como ponto de partida da renovação escolástica.³²⁵

Esta releitura de São Tomás se dará não apenas no Brasil, mas também na Argentina. No país vizinho, encontramos apenas no ano de 1940, por exemplo, três referências ao seu texto *Ente e essência* com traduções para o espanhol preparadas por editoras diferentes. Uma delas publicada pela Editorial Losada, outra pela editora do Instituto de Filosofia da Faculdade de Filosofia de Buenos Aires e outra pela Editorial Tor, o que sugere o interesse que seus textos geravam à época³²⁶. Dentre os periódicos publicados na Argentina neste contexto pautados nas ideias de São Tomás de Aquino e em sua releitura promovida por Maritain, selecionamos um de título bastante sugestivo: *Sol y Luna*. Declaradamente tomista, a revista apresenta referências ao tomismo e a São Tomás em quase todos os artigos direta ou indiretamente. Ligado ao nacionalismo católico, contava com a colaboração principal de padres e membros do clero argentino em geral, como o presbítero e arcebispo neotomista Octavio Nicolas Derisi Lomanto, nascido em 1907, um dos tradutores de Maritain no país, e fundador da Sociedade Tomista Argentina em 1948 e da Universidade Católica Argentina em 1958. A revista também teve como colaboradores alguns dos maiores nacionalistas da época como Marcelo Sánchez Sorondo, Ignacio Anzoátegui (ultracatólico e apologista de Hitler) e Nimio de Anquín. Mais ainda, era promotora de uma ideologia de direita nacionalista e profundamente antisemita e anticomunista; além de oposta à maçonaria. Política e ideologicamente diferenciava-se das propostas liberais que orientaram alguns dos principais membros da Nova Escola Histórica (apesar da sua

³²⁴ Apud LIMA, Alceu Amoroso. A influência de Maritain na América Latina. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1972. In: PAIM, A. *História das Idéias Filosóficas...*, op. cit, p. 391.

³²⁵ Ibidem, p. 393.

³²⁶ As referências completas destas edições de São Tomás publicadas em Buenos Aires em 1940 são: *Del ente y de la esencia*. Editorial Losada, 1940; *El ente y la esencia*. Editorial Instituto de Filosofía de la Facultad de Filosofía y Letras de Buenos Aires, 1940; e *Ente y esencia*. Editorial Tor, 1940.

heterogeneidade), como Ricardo Levene e Emilio Ravignani. Mas, demonstra a forte relação entre as ideias nacionalistas de direita e os estudos históricos na Argentina. Relação a qual Levene poderia não aderir, mas com a qual dialogava ao recuperar o passado colonial católico argentino, galgando para si certas estabilidade e neutralidade no cenário político conflituado no período.

Sol y Luna possuía uma impressão refinada dedicada à crítica literária e a ensaios sobre a suposta grandiosidade espanhola. Continha, inclusive, artigos do hispanista católico Rómulo Carbia, membro da *Academia Americana de Historia* e, como vimos, da própria Nova Escola Histórica, sobre o quanto as façanhas dos espanhóis teriam sido deturpadas por judeus, protestantes, comunistas, liberais e maçons. A revista pregava ainda a importância dos católicos colaborarem com o fascismo como forma de contenção dos avanços revolucionários. Seu objetivo era também mostrar o porquê da Argentina, apesar de seus progressos econômicos, necessitar urgentemente de uma vida espiritual mais ardorosa. Afinal, o país somente teria contado com uma vida espiritual quando fazia parte da Espanha e seria preciso retomar os valores deste período; retomar os laços com a antiga metrópole. A revista, neste sentido, se colocou a favor do General Franco diante da Guerra Civil Espanhola, considerando o conflito como uma cruzada contra o “mal”, personificado no judaísmo e no comunismo. Quanto aos seus diretores, cabe situá-los ideologicamente num pensamento de direita conservador. Dentre eles estavam Mario Amadeo, fascista que em 1955 foi ministro das Relações Exteriores e Culto do governo do general Eduardo Lonardi, acompanhou Perón ao exílio e, em 1960, como delegado do governo Frondizi nas Nações Unidas, protestou contra o sequestro de Eichmann no subúrbio de Buenos Aires; Juan Carlos Goyeneche, antisemita que chegou a visitar na Alemanha as autoridades nazistas; e José Maria Estrada, representante direto dos interesses da Igreja no país. A revista foi publicada entre novembro de 1938 e maio de 1943 (praticamente durante o período da Segunda Guerra), somando um total de 10 volumes. De corte bastante conservador, a publicação apresentava-se intolerante a quaisquer movimentos de oposição à ideologia católica, bem como às diferenças étnicas e religiosas.

O próprio título da revista é simbólico quanto ao seu objetivo diante daquela realidade considerada desordenada pela Igreja. Através da publicação pretende-se “*contribuir a dar testimonio de la luz y afirmar los principios substanciales del orden verdadero*”. Quer-se alcançar a ordem e a harmonia produzidas pelo momento em que “*el Sol y la Luna se miran*

frente a frente". A revista pretende, portanto, contribuir para "iluminar" os homens no caminho da ordem, tanto durante o dia quanto à noite, tanto no claro quanto no escuro. Os homens precisariam ser orientados por uma luz e a publicação se propunha a exercer tal função naquele momento de tensões e conflitos internacionais:

En los días que corren y en los cuales un obscurecimiento semejante a la noche gravita sobre los principios eternos, hurta su verdadera significación a los hechos y hasta olvida el antiguo y exacto valor de las palabras, 'SOL Y LUNA', con el doble simbolismo del Sol, que es la luz directa, y de la Luna, que es la luz reflejada, *quiere contribuir a dar testimonio de la luz y afirmar los principios substanciales del orden verdadero* [sem grifo no original], los cuales tienen su fanal en la Causa Primera y su reflejo en todo lo creado, así como la luz brota del Sol y se refleja en el espejo exacto de la Luna. Cuando el Sol y la Luna se miran frente a frente, se produce el claro prodigio de la armonía, y el orden humano, como reflejo del querer divino, tiene la dichosa facilidad de una mirada. *Nuestra revista, con el simbolismo de su título quiere significar una ferviente aspiración a tal orden y a tal armonía por el amor del sol y la fidelidad de la luna* [sem grifo no original].³²⁷

O artigo inicial do primeiro volume da revista é exemplar nesta preocupação de aplicação do tomismo ao conhecimento produzido no país. Nele o padre Garrigou Lagrange convoca a filosofia tomista como forma de impedir os avanços da filosofia contemporânea. Nesta última estariam incluídas as ideias positivistas de Comte, o que o autor chama de neopositivismo de Carnap, Wittgenstein e Rougier, fenomenológicas de Husserl e evolucionistas de Gentile e Brunschwig. Segundo ele, estas seriam ideias atrasadas que não veem com profundidade a figura humana e sua relação com Deus. Para superar estas tendências, sugere atenção especial à releitura de Aristóteles promovida por São Tomás, já que ele seria o que há de melhor no pensamento do filósofo grego e de todos os seus comentadores posteriores, no que tange ao homem e ao mundo, e o melhor do pensamento de Platão e Santo Agostinho no que tange a Deus. A filosofia de São Tomás seria um caminho possível naquele momento, porque não apagaria o que foi ensinado pela ciência. Afinal, a tradição não seria algo retrógrado, como o autor considera ter sido pensado por Hegel, mas sim que é constantemente atualizada pelo exame dos fatos. O autor afirma:

[...] esta filosofía se abre al mismo tiempo a todo lo que nos enseña el progreso de las ciencias. Esto se debe a que la filosofía tradicional no es una mera y prematura construcción *a priori* fabricada por una inteligencia genial y prestigiosa, como ocurre con el hegelianismo, sino a que ella posee una *amplia base inductiva* [grifo no original] que se renueva constantemente por el examen cada vez más atento de los hechos. Esto

³²⁷ Abertura da revista *Sol y Luna*, Vol. 1, 1938. p. 8. Acervo: Biblioteca do Itamaraty.

se advierte particularmente en la obra de San Alberto Magno, el maestro de Santo Tomás.³²⁸

Mais ainda, a filosofia tomista teria a capacidade de absorver o que haveria de positivo nas concepções a ela opostas. Possuiria “*una gran capacidad de absorción y de asimilación*”:

[...] porque la filosofía aristotélico-tomista tiene una amplia base inductiva que le permite permanecer en contacto con los hechos, y porque es al mismo tiempo una filosofía del ser, del devenir, y de sus causas, *esta filosofía acepta todo lo que hay de verdaderamente positivo en las otras concepciones opuestas entre sí* [grifo no original]: posee una gran capacidad de absorción y de asimilación, lo que le permite juzgar de su valor, no sólo abstracto, sino vital.³²⁹

O autor ainda enfatiza a força de absorção, assimilação e síntese do tomismo algumas páginas depois:

A la luz de estos principios, con la intención siempre fijada en todos los hechos de experiencia, el tomismo puede aceptar todo lo que hay de verdaderamente positivo en los otros sistemas; hay aquí una fuerza de absorción, de asimilación y de síntesis que corresponde a la amplitud y a la sinceridad del análisis.³³⁰

Garrigou Lagrange insiste que o tomismo teria uma ampla capacidade de compreensão da realidade, sem limitá-la ou negá-la. Perceberia ainda que a realidade vai muito além do que a razão poderia calcular e do que todas as concepções filosóficas ligadas à modernidade seriam capazes de sistematizar. A razão não corresponderia à realidade e não seria capaz de atender aos anseios humanos:

El tomismo acepta, pues, en las diferentes corrientes de ideas de la filosofía contemporánea todo lo que estas tendencias afirman y rechaza solamente lo que ellas niegan sin fundamento. Reconoce que la realidad es incomparablemente más rica que nuestras concepciones filosóficas. Por eso conserva el *sentido del misterio* [grifo no original], desconocido por la razón cartesiana.³³¹

Assim, a filosofia tomista apropriada para a realidade inicial do século XX negava a primazia da razão e da ciência, mas seria capaz de absorver aquilo que ela teria trazido de contribuição positiva, diante de um olhar religioso evidentemente. Conseguiria conjugar o progresso e a razão com uma perspectiva teológica; não apagaria a fé nem a razão; conjugaria fé e razão, religião e ciência, algo muito apropriado aos interesses dominantes em sociedades de

³²⁸ LAGRANGE, Reginaldo Garrigou. El tomismo y la filosofía contemporánea. *Sol y Luna*, Vol. 1, 1938. p. 11. Acervo: Biblioteca do Itamaraty.

³²⁹ Ibidem, p. 12.

³³⁰ Ibidem, p. 16.

³³¹ Ibidem, p. 27.

formação ibérica. A necessidade de proteger a fé diante dos valores da modernidade se manifesta na abertura do volume 2 da revista datado de 1939. No ano inicial da Segunda Guerra seus diretores escrevem um parágrafo profundamente católico e conservador defendendo a imobilidade de Deus e da fé em meio a um contexto estremecido em que tudo se modifica rapidamente. Aproveitam ainda para elogiar o Papa Pio XI, criador da Ação Católica:

Porque la fe no trepida, sino que se mantiene firme delante de todo aquello que parece temblor; porque la fe no se mueve, sino que se conserva inmóvil en el centro de las cosas movibles; porque los días actuales - en que todo tiembla y se mueve al capricho de numerosos vientos - necesitaban un testimonio vivo de la inmovilidad, que es atributo de Dios y de los principios eternos; por todo eso Pío XI realizó en sí la firmeza y el heroísmo de la Fe, y mereció el alto nombre que le asignaba la profecía, y se llamó '*Fides intrepida*'.³³²

A ideia de que a partir de São Tomás seria possível aderir à razão sem abandonar a fé e a religião parece ter tido forte ressonância entre os intelectuais que escreveram para a *Sol y Luna*. De tal modo que este era tema recorrente em seus artigos: a capacidade de São Tomás de fortalecer a fé e a tradição ao mesmo tempo em que absorve da razão e da ciência algumas de suas contribuições. Lembrando que se este era um momento no qual a Igreja buscava se fortalecer diante da modernidade, a retomada de valores cristãos, tradicionais e conservadores não pode, no entanto, ser feita em completa negação de tudo o que a ciência já havia até então construído. Afinal, a Igreja precisava legitimar seu discurso e sabia que não seria mais convincente falar apenas em Deus, no âmbito abstrato e metafísico. Seria preciso falar da realidade, das experiências humanas, das provas, de aspectos objetivos, do exame dos fatos. Em artigo no qual faz a crítica à análise do conceito de cultura produzida pela filosofia moderna, Octavio Nicolas Derisi, como vimos fundador da Sociedade Tomista e da Universidade Católica Argentina, procura retomar o valor da ética que teria sido apagado pela modernidade. Sua crítica tem como alvos principais as influências de Dilthey e Max Scheler que confeririam à cultura fatores explicativos relacionados apenas ao homem e ao momento de sua realização, enquanto deveria se estender a fatores externos e à ação de Deus³³³.

A capacidade de absorção e assimilação do tomismo é apontada por Richard Morse quando, ao estabelecer um contraste entre as sociedades anglo e ibero-americanas, pensa as opções ideológicas dos países ibéricos a partir da Idade Média. Para Morse, a Espanha, por

³³² Abertura da revista *Sol y Luna*, Vol. 2, 1939. p. 7. Acervo: Biblioteca do Itamaraty

³³³ Cf. DERISI, Octavio Nicolas. La noción de la cultura en la filosofía contemporánea y en la filosofía tomista. *Sol y Luna*, V. 4, 1940. p. 98-118. Acervo: Biblioteca do Itamaraty.

exemplo, teria optado pelo tomismo desde o século XVI em razão da necessidade de incorporação de povos não cristãos à Europa. Neste período, a Espanha, com um Estado moderno formado, possuía instituições religiosas e políticas legitimadas que condiziam com a visão de mundo tomista; uma visão hierárquica e organizada do universo. O tomismo casava ainda teologia e filosofia, razão e fé, natureza e graça. Assim, contribuía para a conjugação entre Igreja e Estado, sendo muito apropriado para a Espanha no século XVI. Caminhos que, segundo Morse, teriam sido bem próximos aos seguidos por Portugal na mesma época. Esta premissa política e ideológica teria acompanhado o pensamento político das sociedades ibéricas até o século XX. Em contraposição à ideia de que a Ibero-América seria obsoleta, Morse argumenta que os países ibéricos desde o século XVI tomaram rumos diferentes do restante da Europa; rumos que não indicam atraso, mas uma opção ideológica acordante com suas condições políticas e sociais na época. A opção pelo tomismo condizia, na verdade, com a “*modernidade* [grifo no original] da situação histórica da Espanha”³³⁴ e não com um suposto atraso. Portanto, sua releitura no período de passagem à modernidade na Ibero-América que aqui trabalhamos parece formar parte de uma escolha política e ideológica que acompanha os países de formação ibérica desde o século XVI. Mais uma vez, podemos dizer que em momentos de tensão entre o tradicional e o moderno e a razão e a fé, o tomismo funciona como opção que equilibra e concilia, que absorve e assimila, mantendo a hierarquia e a ordem social.

Mais interessante ainda nesta tentativa de conjugação entre fé e razão nas interpretações formuladas sobre as sociedades ibero-americanas, parece ser a retomada, em conjunto com a filosofia tomista, de leituras iluministas. Oferecemos como dados para ilustrar nosso argumento a seleção das principais traduções de autores iluministas publicadas no Brasil e na Argentina ao longo das décadas de 1930 e 1940. Seleção esta feita prioritariamente a partir de dois conjuntos de fontes caros à tese: o *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* e o *Boletín Internacional de Bibliografía Argentina* (encontrados na Biblioteca Nacional, no Real Gabinete Português de Leitura e na Biblioteca do Itamaraty). Observemos os quadros:

QUADRO 5:

³³⁴ MORSE, R. *O Espelho...*, op. cit, p. 42.

**TRADUÇÕES DAS OBRAS DE VOLTAIRE NO BRASIL E NA ARGENTINA
(DÉCADAS DE 1930 E 1940)**

ARGENTINA		
<i>Título</i>	<i>Editoras e tradutores</i>	<i>Ano de entrada ou publicação</i>
Cândido o el optimismo	Editor Julio Porter	1939
Cândido y micromegas	Editor Tor (Tradução de José Francisco Luján)	1939
Cândido o el optimismo	Editorial Sopena Argentina (Tradução de Anaya Dorado)	1940
El ingenuo	Editorial Sopena Argentina (Tradução por Ricardo Anaya Dorado)	1941
Novelas	Argonauta (Tradução por José Marchena)	1944
BRASIL		
<i>Título</i>	<i>Editoras e tradutores</i>	<i>Ano de entrada ou publicação</i>
Deus e os Homens	Cultura Moderna (Tradução por R. Coutinho)	-
A Princesa da Babilônia	Livraria Martins (Tradução por Miroel Silveira)	1945
O touro branco e os amores do rei Nabucodonosor	Edições do Povo (Tradução por A. Bezerra de Menezes Neto)	1946
Dicionario filosófico	Atena Editora (Tradução por Libero Rangel de Tarso)	1947

QUADRO 6:

**TRADUÇÕES DAS OBRAS DE ROUSSEAU NA ARGENTINA (DÉCADAS DE
1930 E 1940)**

ARGENTINA		
<i>Título</i>	<i>Editoras e tradutores</i>	<i>Ano de entrada ou publicação</i>

El contrato social	Editor Tor	1939
El paseante solitario	Editor Tor	1940
La desigualdad entre los hombres	Editor Tor (Tradução por J. C. Posada)	1941
El contrato social	Editor Tor	1942
Emilio	Editorial Campana (Tradução por D. J. M.)	1944
Emilio o la educación	Editorial Albatros (Tradução por José Marchena)	1944
El contrato social	Editor Tor	1945

QUADRO 7:

TRADUÇÕES DAS OBRAS DE DESCARTES NA ARGENTINA (DÉCADAS DE 1930 E 1940)

ARGENTINA		
<i>Título</i>	<i>Editoras e tradutores</i>	<i>Ano de entrada ou publicação</i>
Discurso del método y meditaciones metafísicas	Espasa-Calpe (Tradução por Manuel G. Morente)	1937
Guía del espíritu	Editor Tor	1940
Las pasiones	Editor Tor	1940
Discurso del método	Editorial Sopena Argentina	1942
Cartas sobre la moral	Editorial Yerba Buena (Tradução por Elizabeth Goguel)	1945
Discurso del método	Editorial Tor	1945
Obras completas	El Ateneo (Tradução por Manuel de la Revilla)	1945

QUADRO 8:

TRADUÇÕES DAS OBRAS DE KANT NA ARGENTINA (DÉCADAS DE 1930 E 1940)

ARGENTINA		
<i>Título</i>	<i>Editoras e tradutores</i>	<i>Ano de entrada ou publicação</i>
Crítica de la razón práctica	Librería Perlado	1939
Metafísica futura	Editor Tor	1939
Crítica de la razón pura	Editorial Sopena Argentina (Tradução por José del Perojo)	1940
La paz perpetua	Editor Tor	1940
Lógica	- (Tradução por Alejo García Moreno y Juan Ruvira)	1941
Selección de textos	Editorial Sudamericana (Tradução por León Dujov)	1941
Crítica de la razón pura	Editorial Sopena Argentina	1943
Lo bello y lo sublime	Ediciones La Barca	1943
Principios metafísicos del derecho	Americalee	1943
Lo bello y lo sublime	Espasa Calpe Argentina	1946

QUADRO 9:

TRADUÇÕES DAS OBRAS DE MONTESQUIEU NA ARGENTINA (DÉCADAS DE 1930 E 1940)

ARGENTINA		
<i>Título</i>	<i>Editoras e tradutores</i>	<i>Ano de entrada ou publicação</i>
Del espíritu de las leyes	Editorial Albatros	1942
Cartas persas	Ediciones Siglo Veinte (Tradução por J. Marchena)	1944

QUADRO 10:**TRADUÇÕES DAS OBRAS DE HUME NA ARGENTINA (DÉCADAS DE 1930 E 1940)**

ARGENTINA		
<i>Título</i>	<i>Editoras e tradutores</i>	<i>Ano de entrada ou publicação</i>
Investigaciones sobre el entendimiento humano	Editorial Losada	1939

QUADRO 11:**TRADUÇÕES DAS OBRAS DE SPINOZA NA ARGENTINA (DÉCADAS DE 1930 E 1940)**

ARGENTINA		
<i>Título</i>	<i>Editoras e tradutores</i>	<i>Ano de entrada ou publicação</i>
Ética	Editor Calixto Perlado	1940
Servidumbre y libertad	Editor Tor	1940

Fontes dos quadros 5 a 11: Boletín Internacional de Bibliografía Argentina e Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Acervos: Real Gabinete Português de Leitura, Biblioteca do Itamaraty e Biblioteca Nacional do RJ.

Alguns aspectos devem ser ressaltados quanto a estas traduções. Um deles é que no *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* apenas encontramos obras de Voltaire traduzidas para o português e nenhuma delas se referia ao *Cândido* muito presente na Argentina. Os demais autores iluministas listados não foram encontrados em traduções em português nestas duas décadas, o que nos leva a supor que na Argentina sua entrada tenha sido maior. Embora, evidentemente, isto não signifique que os autores citados não fossem lidos no original. Assim, se no Brasil temos 4 traduções de Voltaire na década de 1940, na Argentina entre 1939 e 1944 temos 5 traduções do mesmo autor; além de 6 traduções de Rousseau, 7 de Descartes, 10 de Kant, 2 de Montesquieu, 1 de Hume e 2 de Spinoza aproximadamente entre os

anos de 1937 e 1947. Interessante é que o tomismo que lá sofreu uma adaptação bastante autoritária e conservadora por parte de alguns intelectuais, parece ter sido, ao mesmo tempo, mais conjugado aos iluministas do que no Brasil. Contudo, acreditamos que, ora com maior ora com menor intensidade, esta conjugação se fazia muito útil aos objetivos de autoqualificação que os intelectuais que trabalhavam a história oficial de seus países apresentavam neste período. Já vimos que o positivismo representava problemas neste sentido em razão de suas teorias que fortaleciam suas características de miscigenação e que o tomismo possibilitava, em países de tradição católica, reler o passado de forma mais otimista sem apagar a fé e a religião. Porém, é preciso também legitimar esta nova interpretação então formulada para a história do Brasil, da Argentina e da América. Cabia muito bem a este objetivo de legitimação do conhecimento produzido a releitura, adaptada, reinterpretada e, de certo modo, suavizada, do racionalismo iluminista. Afinal, buscar na ilustração uma matriz para a modernidade na Ibero-América servia como explicação para que não se pudesse continuar sendo desqualificado. Sugerimos que os intelectuais tomistas que exaltavam a capacidade de assimilação e absorção da filosofia de São Tomás, conforme vimos nos artigos da *Sol y Luna*, procuraram pô-la em prática em um exercício de apropriação de leituras iluministas. Seria preciso abrir-se ao diálogo sem perder os valores tradicionais e, impondo, muitas vezes, valores bastante conservadores diante da modernidade.

Esta conjugação entre valores religiosos tomistas e a razão iluminista não deve causar estranhamento, pois Karl Löwith nos informa que o próprio Voltaire começou a escrever seu *Ensaio sobre os costumes e o espírito das nações* com o caso da China que havia surgido recentemente para o Ocidente cristão através das descrições de missionários franceses. Löwith acrescenta que muitos deles, jesuítas que haviam estado na China, eram a favor de Voltaire. Este, por sua vez, acabou defendendo as posições dos jesuítas contra a Igreja que a ele também se opunha. Assim, Voltaire inverteu, através da influência das ideias tomistas, o olhar sobre a Europa, demonstrando a ela “as conquistas de uma civilização não-cristã”³³⁵. A visão de história da Europa cristã como história do mundo, condicionada pela providência divina, era posta à prova diante das experiências dos jesuítas no Oriente. Assim, ele se empenhou em destruir a interpretação cristã da história e refutou a obra de Bossuet (*Discurso sobre a história universal*) de modo a substituir a providência cristã pelo progresso histórico iluminista, inventando, inclusive, o próprio termo “filosofia da história”. No ensaio em que refuta Bossuet, Voltaire retira

³³⁵ LÖWITH, K. *O sentido...*, op. cit., p. 108. Atenção especial a todo o capítulo V intitulado “Voltaire” (p. 107-117).

de Deus o domínio sobre a história, pois ele não mais interfere diretamente em seus rumos. Para ele, “o objetivo e o sentido da história são melhorar, através da nossa própria razão, a condição do homem, torná-lo menos ignorante [...]”³³⁶. Deste modo, a “criação”, o mundo, a história deveriam beneficiar o homem e auxiliá-lo na elaboração de um mundo melhor e mais feliz. Numa perspectiva secular, portanto, ele se aproxima das concepções filosóficas dos jesuítas. Um dos personagens de seu *Le Micromégas* era um tomista que afirmava que a criação teria como objetivo o benefício humano, o que leva ao riso um viajante celeste com quem dialoga. Portanto, embora, evidentemente, as rupturas tenham sido muitas, Voltaire não esteve alheio às influências de uma visão de mundo mais otimista desenvolvida pelos jesuítas que tanto incomodaram o clero e o Estado nos séculos XVII e XVIII. Olhar sobre a história que pode ter seduzido historiadores que buscavam uma interpretação mais otimista para a América Ibérica entre o final do século XIX e o início do século XX. Interpretação que conjugue tomismo e iluminismo, fé e razão, tradição e modernidade. Por fim, cabe lembrar que Richard Morse afirma que o neotomismo espanhol do século XVI, por nós apontado algumas páginas antes, influenciou universidades europeias marcadas pelo pensamento protestante e, além disto, filósofos como Descartes, Spinoza, Locke, Gassendi e Leibniz. Em suas palavras:

Tanto ao norte quanto ao sul dos Pínieus os tempos exigiam a absorção filosófica de grandes campos de novos conhecimentos, da mesma forma que haviam exigido de Tomás de Aquino a assimilação dos ensinamentos de Aristóteles e dos árabes.³³⁷

Portanto, reforçamos nosso argumento de que os filósofos iluministas não estiveram alheios aos princípios tomistas, de modo que a conjugação destas duas esferas no início do século XX no Brasil e na Argentina, com suas matrizes ibéricas, parece bastante relevante e coerente para aqueles que pretendiam pôr em diálogo a fé e a razão.

Num sentido de ruptura com a desqualificação que o positivismo conferia aos países ibero-americanos, acreditamos que muitos historiadores acabaram vendo no tomismo aspectos interessantes que os auxiliaram a reler o passado de acordo com os objetivos presentes e em vista da construção do futuro. Podemos, inclusive, supor que o neotomismo tenha estado presente na *Junta de Historia y Numismática Americana/Academia Nacional de la Historia* e no próprio IHGB no Brasil, considerando-se que fora uma tendência para muitos intelectuais que pensavam a escrita da história nas décadas de 1930 e 1940. Ademais, sabemos que muitos dos historiadores

³³⁶ Ibidem, p. 110.

³³⁷ MORSE, R. *O Espelho...*, op. cit, p. 45.

que compunham estas instituições possuíam vínculos declaradamente católicos, sobretudo no IHGB, a ver pelo trio Afonso Celso, Ramiz Galvão e Max Fleiuss referido no capítulo anterior. Alguns de forma mais explícita, outros de modo mais conservador e autoritário e outros de forma mais aberta, em geral, para boa parte deles, o neotomismo auxiliava na construção de uma perspectiva hierarquizante sobre a história. Veremos no próximo item deste capítulo ao menos um aspecto em que acreditamos que a visão de mundo tomista influenciou no campo da história e na legitimação do próprio campo da história da América. Por ora, ainda no que tange à busca de legitimidade para a história produzida na América Ibérica, cabe ressaltar que a conjugação entre fé e razão exigia a comprovação daquilo que se argumentava. Era preciso ter provas empíricas para a interpretação que se elaborava acerca do passado. Assim, ao mesmo tempo em que o tomismo trazia o suporte da fé unida à razão e que o iluminismo contribuía com uma matriz para a ruptura com a desqualificação, o uso de fontes documentais e a pesquisa em arquivos conferiam legitimidade a esta interpretação histórica e auxiliavam nas estratégias de profissionalização do campo.

Em termos de método a pesquisa documental comprovaria a releitura da história da América. Não é por acaso que, conforme vimos no capítulo I, a organização de arquivos, a pesquisa documental, o incentivo ao uso de fontes históricas fossem temas presentes na pauta de boa parte dos historiadores e de instituições históricas. Fontes que são prioritariamente oficiais, com documentos ligados às ações governamentais e aos personagens notáveis da história. Embora Lucien Febvre tenha visitado Buenos Aires na década de 1930³³⁸ e, de acordo com Francisco Iglésias³³⁹, o Brasil, com forte vínculo com a cultura francesa, tenha captado as ideias dos *Annales* desde 1929, a perspectiva de uma história oficial ainda se fazia muito presente. Assim, com influências historicistas e ainda positivistas, os arquivos e academias criaram revistas para descreverem e mapearem seus acervos e muitos professores passaram a usar fontes históricas em sala de aula como parte do ensino da história para crianças e jovens. Em 1933, Ricardo Levene falava, inclusive, do professor pesquisador, já que o professor não deveria ser apenas aquele que ensina sobre a história, mas sim aquele que a produz diretamente na medida

³³⁸ Para este dado, cf. BLACHA, Noemí Girbal de. La aproximación al cambio, el dinamismo interno y la transición hacia la apertura intelectual. In: ANZOÁTEGUI, V. T.; URQUIJO, J. M. M. e MAEDER, E. J. A. (org.). *La Junta...*, Vol. I, op. cit, p. 118.

³³⁹ IGLÉSIAS, F. *Historiadores do Brasil...*, op. cit.

em que pesquisa e conhece bem arquivos³⁴⁰. No *Boletín de la Junta de Historia y Numismática Americana* de 1925, ao tratar da Revolução de Maio em 1810 (seu principal tema de pesquisa), o mesmo Levene falava da importância das fontes ao fornecer “*el espíritu de aquella hora*” na qual aparecem as primeiras tendências emancipadoras. Através dos processos com os quais ele trabalhou seria possível não julgar como fariam os juízes, mas penetrar em tudo o que circundava aqueles personagens, em “*todos los datos reveladores de la vibrante conmoción de ánimo que precedió a la crisis de 1810*”. Em suas próprias palavras:

El grande interés que trasciende de estos documentos no deriva de los reos sindicados en ellos, con todo de tratarse de personas de significación. Por encima de estos nombres, al margen de los trámites judiciales, de las confesiones de supuestos autores, de los testigos de gran prestigio y de las denuncias anónimas, flota el espíritu de aquella hora, aparecen y se ocultan las primeras tendencias emancipadoras. De las 2.000 hojas que suman estos juicios no saldrá probada en consecuencia ni la inocencia ni la culpabilidad de reos y cómplices: no se probará nada judicialmente, porque tal era el interés de las autoridades, deseosas de otorgar el perdón o el olvido, como prenda de sumisión. Pero el historiador, sin las trabas legales que aprisionan al juez, penetrará en todo lo que se consigna en ellos: lo que intentó hacerse en el sentido de la emancipación, lo que se dijo en público con palabras sugerentes, lo que se confió a un intermedio imprudente, lo que pensó y deseó en privado; en fin, todos los datos reveladores de la vibrante conmoción de ánimo que precedió a la crisis de 1810.³⁴¹

Para complementar, apontamos que no início deste mesmo artigo Levene afirmara ser fundamental ao historiador trabalhar com a tradição, pois “*el historiador que utiliza la tradición como fuente de su estudio [...] da una estructura vertebral a su labor, calificándola de modo inconfundible*”³⁴². Assim, a tradição possuía um papel fundamental na história; não deveria ser apagada. O que estes historiadores faziam, portanto, era reinterpretá-la de acordo com as necessidades do presente. Para que este uso da tradição não ficasse vago e abstrato, caberia o uso das fontes documentais. Conjugam-se tradição e modernidade, fé e razão, conteúdos modernos e formas tradicionais. Ainda num contexto próximo, em 1929, Nicanor Sarmiento, segundo presidente da *Academia Americana de Historia*, fundada em 1919, falava, no Terceiro Congresso de História Nacional realizado em Corrientes, da importância de se estudar história a partir da pesquisa em arquivos e da busca pela verdade. Afinal, seria nesta verdade, guardada em arquivos,

³⁴⁰ Cf. LEVENE, Ricardo. *Investigación, enseñanza universitaria y cultura general*. La Plata: Extensión Universitaria (Conferencias), Imprensa H. E. Benevides, n. 13, abril de 1933.

³⁴¹ LEVENE, Ricardo. El momento histórico de la revolución de 1810 y la doctrina política de Mariano Moreno. *Boletín de la Junta de Historia y Numismática Americana*, Vol. 2, 1925. p. 28. Acervo: Biblioteca do Itamaraty.

³⁴² *Ibidem*, p. 8.

que se localizaria “*la gloria de nuestro pasado*”, assim como o “*cimiento del futuro desarrollo de nuestra grandeza*”. Vejamos um breve trecho da fala de Sarmiento:

La Academia Americana de la Historia ha logrado por mi intermedio y con los auspicios del gobierno nacional y el de la provincia de Corrientes, para quienes traigo mi público agradecimiento, organizar este certamen para tratar de propulsar e investigar mejor nuestra propia historia.

De esta manera, la Academia cumple con sus fines primordiales; el mejor conocimiento de la historia basado en la compulsión de los archivos y la verdad de los documentos, buscando en la verdad la gloria de nuestro pasado, cimiento del futuro desarrollo de nuestra grandeza.³⁴³

Pesquisar em arquivos ganhava neste período significado para além do método histórico. Sua importância estava em validar a tradição nacional diante dos valores da modernidade, mas sem esquecer que estes valores também eram importantes para a produção do conhecimento histórico. Com isto, os historiadores conferiam caráter de verdade ao que era apresentado pela tradição. Mais ainda: este exercício de reflexão, desenvolvido também pela Junta/Academia e pelo IHGB, contribuía para legitimar a história nacional e/ou da América aqui produzida, conferindo-lhe caráter de cientificidade e racionalismo. A pesquisa em arquivos atuava como possibilidade de se comprovar as novas possibilidades otimistas para a Ibero-América e a perspectiva de integração entre seus países. Assim, este investimento não seria fruto apenas do desejo dos historiadores contemporâneos, mas sim parte da história e comprovado empírica e racionalmente. Buscava-se uma forma de não continuarmos sendo desqualificados. A fé otimista do neotomismo, a razão iluminista e a pesquisa documental parecem servir muito bem a este interesse em torno das décadas de 1920 e, em especial, 1930 e 1940 no Brasil e na Argentina.

UNIDADE NA MULTIPLICIDADE: HISTÓRIA NACIONAL, HISTÓRIA DA AMÉRICA E HISTÓRIA UNIVERSAL

No projeto de neocristandade desenvolvido pela Igreja a partir da década de 1920, a idéia de uma unidade que englobasse a diversidade ganhou força. Uma estratégia fundamental seria a admissão das diferenças desde que submetidas a uma construção cristã da realidade, a uma visão de mundo corporativa e hierarquizada em que a Igreja Católica manteria sua primazia e seu papel de mantenedora da ordem social. Neste ponto, Jacques Maritain serviu mais uma vez como

³⁴³ Discurso de Nicanor Sarmiento na abertura do 3º Congresso de Historia Nacional. Corrientes, julho de 1929. *Revista de la Academia Americana de la Historia*, outubro de 1929. p. 32. Acervo: IHGB.

inspiração na medida em que apresentou, neste contexto de conflito entre tradição e modernidade, a noção de pluralidade na unidade ou, de acordo com o título de seu principal livro, de “distinguir para unir”. Neste sentido, as diferenças seriam admitidas desde que inseridas em uma unidade católica, ligada hierárquica e corporativamente na doutrina do “Corpo Místico de Cristo”. Preocupado com a relação entre ciência e fé, Maritain escreveu *Distinguir para Unir* como forma de mostrar a possibilidade de, através desta ideia, conjugá-las diante da pluralidade oriunda da modernidade e, evidentemente, sem apagar a Deus e a seu papel na construção da realidade humana. A ciência seria incapaz de responder às questões relacionadas ao “espírito”, pois nela tudo estaria vinculado à razão e a cálculos exatos. Para ele, a ciência “não pode saciar a sede do espírito”, já que não nos “dá o íntimo das coisas”, prendendo-se a explicações formais e matemáticas. Em suas palavras:

Lo cierto es que las explicaciones de la ciencia, al no darnos el ser íntimo de las cosas, y al no ser explicativas más que por las causas próximas o simplemente por cierta especie de causa formal que es la legalidad matemática de los fenómenos (y por entidades más o menos arbitrariamente constituídas como soporte de esta legalidad), no pueden saciar la sed del espíritu, al que inquietarán necesariamente cuestiones de un orden más elevado, pues siempre querrá penetrar en el misterio de lo inteligible.³⁴⁴

Portanto, refletindo sobre o embate entre tradição e modernidade, ciência e religião, Maritain pretendeu desenvolver uma filosofia que satisfizesse os espíritos e, mais ainda, que servisse bem àquela realidade de conflito entre estes valores distintos que ele então vivia. No embate contra a primazia da razão ele possuiu forte entrada no Brasil e na Argentina ao inserir valores tradicionais na modernidade; ao agregar conteúdos modernos a formas tradicionais; ao oferecer aos intelectuais que viviam os conflitos que vimos tratando desde o início deste capítulo respostas que satisfizessem suas exigências explicativas e racionais, mas também suas necessidades cristãs, espirituais e religiosas. Seu pensamento forneceu ainda elementos no embate contra o positivismo. Assim, várias de suas obras entraram nestes países entre as décadas de 1930 e 1940, conforme já sabemos, e embora não a tenhamos encontrado nos catálogos que consultamos, a edição de *Distinguir para Unir* que aqui utilizamos foi publicada na Argentina em 1947 em tradução para o castelhano (lembrando que o livro fora publicado pela primeira vez na França em 1932). Portanto, sua relevância num momento de revisão das práticas historiográficas nestes países parece ter sido grande, em especial por opor uma visão de mundo neotomista àquela

³⁴⁴ MARITAIN, Jacques. *Distinguir para Unir o Los Grados del Saber*. Tomo I. Buenos Aires: Ediciones Desclée de Brouwer, 1947. p. 89.

positivista que trazia problemas de reconhecimento e legitimidade à Ibero-América. Sua crítica ao positivismo se faz de forma direta em *Distinguir para Unir* ao acusá-lo de somente admitir como legítimo o conhecimento empírico:

Hemos advertido como los antiguos, aunque conocieron claramente, em ciertos dominios privilegiados, el método de las *scientiae mediae*, han tendido sin embargo, de hecho, a someter todo el conocimiento de la naturaleza a la ley del saber ontológico o filosófico. Un defecto inverso y simétrico – y más grave porque no dimana solamente de una falta de hecho, sino de un error de derecho –, consiste en no admitir como saber legítimo, al menos en el dominio del conocimiento de la naturaleza, sino el saber empiriológico decorado con cualquier otro nombre. Este ha sido el defecto de los positivistas, que le han dado, si así puede decirse, las dimensiones del mundo del pensamiento.³⁴⁵

No livro, Maritain ainda defende, sob inspiração de São Tomás de Aquino, a ideia de uma experiência mística que seria o “conhecimento experimental das profundidades de Deus”³⁴⁶. Assim, não se apaga a experiência, mas ela seria utilizada como comprovação da existência de Deus e de suas ações sobre os homens. Quanto aos graus do saber, subtítulo do livro, o autor os divide em sabedoria infusa, teologia e sabedoria metafísica. Essa última levaria “ao reconhecimento racional da existência de Deus, causa primeira e autor da natureza”³⁴⁷. No caso da teologia, surge sua importante observação sobre a filosofia de São Tomás: ela funcionaria como forma de trabalhar a teologia como ciência, tendo extraído de Santo Agostinho a teologia e a filosofia cristã como ciências.

Sólo Santo Tomás llegó a formar verdaderamente la *sadiduría* teológica en su orden propio y específico, a formar la teología como ciencia definiendo al mismo tiempo el dominio propio de la filosofía. Sólo él pudo extraer de Agustín, pero con las armas de Aristóteles, no con las de Agustín, la teología como ciencia y la filosofía cristiana como ciencia – pues la teología ¿no se elabora acaso como ciencia, con las armas de la filosofía?³⁴⁸

Maritain deixa ainda mais clara sua escolha pela filosofia de São Tomás ao compará-la a de Santo Agostinho de modo a demonstrar o otimismo da primeira em oposição ao pessimismo da segunda. Na opinião do autor, o homem de ciência que fosse colocado frente a estas duas posições teria problemas com a filosofia agostiniana, já que esta não abriria espaço para a articulação entre a sabedoria religiosa e o universo que a cerca. O pensamento deste homem de

³⁴⁵ Ibidem, p. 316.

³⁴⁶ Ibidem, Tomo II, p. 11.

³⁴⁷ Ibidem, p. 12.

³⁴⁸ Ibidem, p. 94.

ciência ficaria ainda dividido entre a crença e a doutrina e as experiências objetivas. O tomismo, ao contrário, lhe parecia capaz de resolver estas contradições unindo esferas distintas como fé e razão com o objetivo de gerar coerência, estabilidade e solidariedade entre as questões do céu e da terra. As palavras de Maritain para explicar a opção pela filosofia tomista como a mais coerente para o homem de ciência devem ser destacadas:

La maravilla de la sabiduría tomista, de la metafísica del ser y de las causas, de la teología como ciencia, es que un saber de esa índole, situado en la cúspide de la humana razón, y que se sabe inferior al saber de sabiduría infusa y superior a cualquier otro, y que no distingue sino para unir, crea en el alma humana, sin disminuir ni alterar nada y con un rigor objetivo universal, una coherencia estable y una solidaridad vital entre las actividades espirituales que tocan el cielo y las que tocan la tierra.³⁴⁹

Possibilitando um novo olhar sobre a tradição em relação à modernidade, a releitura de São Tomás por Jacques Maritain parecia se encaixar nas expectativas de intelectuais brasileiros e argentinos. Não é à toa que, como vimos, muitas foram suas traduções para o português e o castelhano no período que aqui analisamos. Lembramos que as traduções de São Tomás neste mesmo contexto também foram significativas.

Retomamos neste ponto a ideia central de Maritain apropriada da filosofia de São Tomás: a unidade diante da multiplicidade. A ideia de um “Corpo Místico de Cristo” no qual tudo e todos se encontram e se organizam hierarquicamente ocupou espaço importante no projeto de neocristandade formulado pelo intelectual francês. Parece, com isto, ter apresentado seus reflexos não apenas nas sociedades argentina e brasileira em geral, mas no próprio campo da escrita da história, considerando-se os vínculos católicos de muitos dos historiadores ligados a Academia/Junta na Argentina e ao IHGB no Brasil. Analisando nosso quadro de fontes sobre este tema encontramos com frequência referências a um debate que nos parece caminhar de acordo com a preocupação de unir a diversidade, de modo que a pluralidade fosse englobada na unidade. Neste material percebemos a presença de uma discussão sobre qual área da história deveria ser mais desenvolvida naquele período: a história nacional, a história da América ou a história universal. Para muitos, a própria história nacional somente poderia ser pensada se inserida numa perspectiva universalizante que a tornaria parte de um todo bem maior e mais unido, apesar de plural. A partir daí nos questionamos se este debate não seria oriundo de uma relação direta ou indireta com a ideia de unidade na diversidade maritainiana e tomista. Assim, o nacional estaria

³⁴⁹ Ibidem, p. 95.

contido no americano e no universal, sendo parte da multiplicidade, da diversidade que conjugada formaria uma unidade perfeita, assim como o “Corpo Místico de Cristo”. Neste ponto, identificamos um conflito entre a produção de uma história nacional que condizia com a necessidade de se elaborar um projeto de nação para estes países ibero-americanos, problema então recorrente no Brasil e na Argentina, e um olhar universalizante sobre a história que nos sugere uma aproximação com o contexto de retomada das relações entre Igreja e Estado. Olhar este que acreditamos ter envolvido não apenas intelectuais ligados à militância católica, mas sim outros que, mesmo não diretamente vinculados à Igreja, acabavam se apropriando pragmaticamente de um debate que parecia moderno, mas trazia um forte cunho tradicional e conservador relido pela filosofia neotomista de Maritain.

O próprio desenvolvimento da história da América tão em pauta nas décadas de 1930 e 1940 pode se encontrar relacionado a esta ideia ao sugerir a produção de uma história da totalidade da vida americana. Felipe Barreda Laos reivindicava em 1937 uma maior dedicação à história da América, porque os historiadores vinham se preocupando muito com a história das nações, esquecendo de demonstrar uma união entre os países americanos. O fazia na Revista *Nosotros* criada e dirigida durante todo seu período de existência (entre 1907 e 1934 e 1936 e 1942) por Alfredo Bianchi e Roberto Giusti e caracterizada, segundo Oscar Terán³⁵⁰, pelo encontro entre escritores com diferentes posições políticas e ideológicas. Argentinos filhos de imigrantes italianos, Bianchi e Giusti frequentaram a universidade, algo que poucos com a mesma origem conseguiam naquele tempo. Na publicação buscavam conciliar valores tradicionais da classe dominante aos emergentes das classes médias de Buenos Aires. *Nosotros* representou o pensamento de uma nova geração que vivia então profundas mudanças políticas, econômicas e sociais e a busca da unidade nacional diante da imigração. Este era o contexto em que as classes médias queriam ascender politicamente e lograr cargos públicos no país. Nele surgiam também novos públicos leitores em razão da maior alfabetização da população e de inovações técnicas que prolongavam sua expectativa de vida.

A revista deu continuidade às publicações criadas pela geração modernista até o fim do século XIX. Dela participaram intelectuais como Angel Estrada, Roberto Payró e José Ingenieros. Desde o início, era definida por seus criadores como uma publicação que valorizava o respeito e a tolerância e objetivava democratizar a cultura argentina, de modo a sair dos círculos herméticos

³⁵⁰ TERÁN, O. *Historia de las ideas en la Argentina*, op. cit.

das classes dominantes. Apresentava um espírito americano com fortes traços nacionalistas. A partir de 1936, depois de uma pausa na publicação, *Nosotros* voltou com ênfase ainda maior não apenas no pensamento argentino, mas também no hispano-americano. A revista enfrentou dificuldades financeiras nas décadas de 1930 e 1940, o que pode ser percebido quando no ano de 1940 um grupo de intelectuais “seus amigos” escreveu a Ricardo Levene, por considerá-lo também amigo da revista, pedindo-lhe auxílio financeiro para a publicação (como fizeram com outros nomes ligados a importantes instituições argentinas), já que Bianchi e Giusti estariam prestes a fechá-la, o que realmente aconteceu menos de dois anos depois³⁵¹. Mesmo assim, envolveu-se nos principais acontecimentos nacionais e internacionais de sua conjuntura, manifestando-se contra as duas grandes guerras e declarando-se anti-imperialista e defensora dos interesses ibero-americanos.

Em seu artigo de 1937, Felipe Laos fez a defesa dos textos sobre história da América em detrimento dos muitos que existiam sobre a história dos países americanos. A ausência de uma consciência americana teria levado a uma não preocupação com o desenvolvimento do campo. Para romper com esta ausência, o autor defende que a história dos países americanos não poderia ser vista individualmente, mas sim num sentido de totalidade, “*como entidad cultural orgánica que evoluciona sobre la extensión continental*”. Em suas palavras:

La Historia de América no es la historia en serie de los distintos países americanos desarrollando su individualidad sobre la extensión de su territorio y la dimensión del tiempo; sino la expresión, en el tiempo, de la totalidad de la vida americana, como entidad cultural orgánica que evoluciona sobre la extensión continental.³⁵²

Laos sugere um plano de ensino da história da América que ele acreditava dever ser explicada a partir de uma totalidade dividida em grandes ciclos e que olhasse o passado tendo em vista o presente e o futuro. Para ele, era preciso a partir da história construir uma América unida, “*marchando segura sobre las rutas de la Civilización*”. A perspectiva de unidade e totalidade diante da pluralidade da América deveria funcionar como caminho rumo à conquista dos padrões de civilização que ainda não havíamos alcançado:

³⁵¹ Cf. Carta dos amigos da Revista *Nosotros* – Joaquín Rubiaries, Juan Carlos Delheye, Arturo Frondizi e Salvador Becció. Buenos Aires, dezembro de 1940. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

³⁵² LAOS, Felipe Barreda. Enseñanza de la Historia de América. *Nosotros*, Vol. 2, 1937. p. 91. Acervo: Biblioteca do Itamaraty.

Tal es a grandes rasgos el método de exposición que en mi concepto sería recomendable para la enseñanza de Historia de América; con la visión puesta en su pasado, en su presente y en su futuro. Pensando en el feliz destino que le espera; América unida; señora de la abundancia; América fuerte y confiada; marchando segura sobre las rutas de la Civilización, y aclamada por muchedumbres felices y holgadas, viviendo en unión, paz y trabajo.³⁵³

Presenciamos aqui uma visão de totalidade que atingia diretamente o olhar direcionado sobre a história. Considerando-se o ano da fala de Felipe Laos e a presença significativa da leitura de Maritain na Argentina, quiçá possamos dizer que esta totalidade reflete ideias neotomistas em circulação no período. Esta leitura de totalidade tomista auxiliaria os intelectuais ibero-americanos a pensarem uma possibilidade de ruptura com a desqualificação que o positivismo lhes dirigia. Portanto, direta ou indiretamente, conscientemente ou não, parece que o tom do debate tomista em torno de um olhar corporativo sobre a sociedade e a ideia de unidade na pluralidade ressoou na escrita da história da América então desenvolvida.

No mesmo ano, no Segundo Congresso de História da América realizado em Buenos Aires, Ricardo Levene defendeu o estudo da história pátria, mas de modo que ela promovesse a unidade entre os países americanos. Referia-se ao *Convênio de Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* assinado em 1933 entre Brasil e Argentina. Em seu discurso, publicado na *Nosotros*, exaltava, ao mesmo tempo, o investimento de ambos os países na unidade para se discutir a escrita da história. Afinal, segundo ele, um grande problema para os intelectuais americanos sempre fora o isolamento, a falta de intercâmbio de pensamento e a ligação direta entre a produção do conhecimento histórico e aqueles que se envolviam em disputas e polêmicas com os demais países continentais.

El aislamiento intelectual fué un grave error de América. Sus hombres de estudio se asfixiaban por falta de intercambio en la vida del pensamiento. Los grandes hechos como los grandes hombres tienen que ser valorados con pruebas que proceden de diversas fuentes, proyectándoles luz desde distintos planos. Se levanta una muralla invisible de prejuicios que amenazaban separarnos, como barreras aduaneras o fronteras naturales. Los textos dedicados a la enseñanza de la historia americana, plagados de errores o con injustas omisiones eran escritos por modestos maestros que seguían de cerca a inflamados sectarios o polemistas.³⁵⁴

Assim, acreditamos que a própria ideia de promoção do pacifismo e da harmonia entre os países americanos, além de, evidentemente, possuir uma relação direta com objetivos políticos de

³⁵³ Ibidem, p. 106.

³⁵⁴ Discurso de Ricardo Levene na abertura do 2º Congresso Internacional de História da América. Buenos Aires, 1937. *Nosotros*, Vol. 2, 1937. p. 8-9. Acervo: Biblioteca do Itamaraty.

integração americana, apresentava aspectos apropriados de uma visão de mundo tomista e marítima de unidade na pluralidade. A história nacional era importante, mas deveria vincular-se diretamente a uma perspectiva mais ampla que englobasse a pluralidade da história da América. Aqui presenciamos rupturas e continuidades que vêm em conjunto com o conflito entre tradição e modernidade que atingia o Brasil e a Argentina nas primeiras décadas do século XX. A própria aproximação entre os países ibero-americanos trazia esta influência refletida na busca de “solidariedade” entre eles, na retomada dos diálogos intelectuais com as antigas metrópoles ibéricas católicas e na própria presença de autores católicos, muitos deles convertidos ao catolicismo, nas trocas de publicações e projetos de intercâmbio intelectual, conforme apresentamos no capítulo I. Relembramos os vínculos dos historiadores do IHGB com o catolicismo, inclusive de Max Fleiuss, Pedro Calmon e Afonso Celso, muito presentes nestes projetos, e o contexto posterior ao pacto entre Getúlio Vargas e a Igreja Católica no Brasil que gerava consequências para a própria diplomacia do Itamaraty (instituição que, já sabemos, liderava estes projetos no Brasil em conjunto com o IHGB). No discurso de 1937, Levene ainda apresenta uma linguagem religiosa caracterizada por expressões como “*fuego sagrado*” e “*fuerza de cohesión social interna y de solidaridad humana*” para se referir ao papel da história no momento de revisão que eles protagonizavam:

El fuego sagrado de la historia ahora conmueve al pueblo. Es que la historia está hecha por él y para él, identificado con sus hombres dirigentes. Por eso es escuela de formación del ciudadano y fuerza de cohesión social interna y de solidaridad humana. La cultura histórica es parte vital de la cultura pública. Hay que difundir el conocimiento de la historia patria arraigando el sentido de continuidad con el pasado y el concepto de sucesión gradual de las generaciones. Son conclusiones que se levantan inmovibles contra las influencias, absurdas cuando preconizan el reinado de la utopía, que es salto en el vacío, o bárbaras cuando ensayan el salto atrás.³⁵⁵

Em rascunho de discurso sem data ou identificação encontrado nas anotações de Levene, ele avalia os estudos históricos na Argentina. Fala da *Academia Nacional de la Historia* e do *Instituto de Investigaciones Históricas* como locais onde prevaleciam a pesquisa original e a valorização da cultura histórica. Fala também da coletânea *Historia de la Nación Argentina* – daí concluímos que o discurso data do final da década de 1930 e início da década de 1940 – que traria uma visão moderna dos estudos históricos, com a intensificação da pesquisa em arquivos e a adaptação à história da América de conceitos e ideias fundamentais para a história argentina.

³⁵⁵ Ibidem, p. 11.

Assim, os estudos históricos estariam de acordo com a perspectiva de unidade e solidariedade continental tão em voga na época. A história argentina deveria ser pensada em conjunto com a história da América, valorizando-se o papel do colonialismo espanhol. A coletânea, segundo ele, seria parte da construção da harmonia e da solidariedade continental. Em suas palavras, ela

[...] ha adaptado algunos conceptos fundamentales e ideas directrices, como la visión de la historia argentina com personalidad propia, pero en el sistema de la historia de América, es decir, la verdad histórica en armonía con la solidariedad continental, la nueva valorización de la dominación española, brevedad de la conquista y extensión y solidez de la colonización económica y la organización jurídica e institucional.³⁵⁶

Se em Laos e Levene podemos observar um acento tomista neste discurso de unidade na diversidade, consciente ou inconsciente, através de resquícios e indícios, em outros ele era bem mais claro. Neste ponto precisamos voltar mais uma vez a artigos da revista *Sol y Luna* para vermos como uma publicação assumidamente tomista pensava a problemática da escrita da história. Em 1938, apenas um ano após as falas de Levene e Laos, Santiago Estrada, conservador e tomista assumido, publicou na revista artigo intitulado *Sobre Historia*. Nele o autor fala da necessidade de unidade na história e apresenta uma visão bastante religiosa da mesma: a história teria começado no Gênesis e sido dividida em dois atos pela crucificação de Cristo. Em razão desta exigência por unidade não se poderia falar em história da Argentina, da França, da Espanha, etc, mas sim da participação destes países na história. Por isto, segundo o autor, a história argentina deveria ser estudada inserida na história universal e como parte da história hispânica. Perspectiva que de certo modo também estava em Levene, apesar de sua maior reivindicação em favor da autonomia jurídica e administrativa das colônias espanholas. Esta era uma justificativa usada por Estrada para que não se esquecesse o papel da Espanha na formação das ex-colônias. O mesmo diz ainda que o homem contemporâneo vivia muito perto da selvageria e que somente Deus sabia as consequências de se pensar uma história da América sem a Espanha.

O artigo de Estrada nos faz questionar se a reaproximação que identificamos desde o final do século XIX entre ex-colônias e ex-metrópoles não viria também relacionada a uma releitura da história influenciada por uma ideia de unidade tomista. Podemos deduzir³⁵⁷, a partir de indícios, que a ideologia tomista tenha atingido a própria organização do estudo da história. Assim, é

³⁵⁶ LEVENE, Ricardo. Discurso Estudios Históricas en Argentina. s/d. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

³⁵⁷ Sobre a utilização do dedutivismo e do método indiciário na produção da análise histórica, cf. GINZBURG, Carlo. Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez. In: *Relações de força...*, op. cit, p. 47-63.

possível que a busca de uma unidade entre as ex-colônias e destas com suas ex-metrópoles fosse parte de um projeto político conservador, interessante aos governos autoritários da época, que trazia marcas ideológicas de inspiração tomista. Objetivos condizentes com a reaproximação entre Igreja e Estado no Brasil e na Argentina. Portanto, deveria haver unidade na multiplicidade que envolvia estes países e a Península Ibérica. A sociedade deveria ser entendida como um conjunto baseado na unidade alcançada por Cristo e pela Igreja. Enquanto não se alcançava esta unidade, o homem lutava para satisfazer sua tendência à unidade. A luta do homem para conquistá-la seria o tema da história:

El conjunto que ha de formar la humanidad es la recomposición de la unidad originaria, lograda en Cristo y su Iglesia, pero que recién se manifestará el día del juicio universal. Mientras tanto el hombre lucha y luchará para realizar órdenes que la preparen o que al menos satisfagan esa tendencia ingénita de su naturaleza. Y éste es el tema de la historia.³⁵⁸

A seguir prossegue explicando o porquê de a história ser sempre universal e da necessidade de união, pois somente povos unidos teriam história e política:

El principio y el fin de la historia son así perfectamente conocidos. Su comienzo no se pierde en 'la noche de los tiempos' ni es necesario interrogar a las capas geológicas para averiguarlo. Su desenlace no está librado a la fantasía ni es preciso hacer mil conjeturas para intuirlo.

Entre uno y otro tiene lugar el tema propio de la historia cuyo motivo central es el más arriba señalado. Por eso la historia es siempre universal y sus grandes figuras son los forjadores de imperios. Por eso sólo tiene historia, como sólo tienen política, los pueblos que sienten ese anhelo de unidad.³⁵⁹

O autor segue criticando os povos que se afastam das tradições, vivendo a margem da vida universal e se prendendo apenas a ideais que satisfazem as necessidades do momento. Estes precisariam de história justamente para encontrar o sentido universal de sua existência. Assim, o sentido da história de cada país se encontra diretamente relacionado ao que representaria sua participação na história universal, a suas contribuições para a construção de um sentido universal para a história:

No puede hablarse entonces de un historia exclusivamente argentina, inglesa o francesa. Cuando se adjudica una nacionalidad a la historia o se circunscribe a un lugar, en realidad se quiere significar otra cosa no ser que se le quite todo el sentido. Historia argentina, francesa, americana o inglesa, quiere decir participación de la Argentina, Francia, América o Inglaterra en la Historia.³⁶⁰

³⁵⁸ ESTRADA, Santiago de. Sobre Historia. *Sol y Luna*, Vol. 1, 1938. p. 125-131. Acervo: Biblioteca do Itamaraty.

³⁵⁹ Ibidem.

³⁶⁰ Ibidem.

Percebendo a história por um prisma europeu, Santiago de Estrada afirma que a história da América não teria se iniciado no período dos descobrimentos, mas sim no “*mundo antiguo*”; “*pertenecemos al tronco de la vieja cultura*”, ou seja, somos, um capítulo, uma parte da história da Europa em razão do colonialismo iniciado entre os séculos XV e XVI:

Pero nuestra historia no empieza con el descubrimiento. Pertenecemos al tronco de la vieja cultura; es secundario el lugar del espacio que la Providencia nos ha asignado. Antes de la migración, o, si se quiere, antes del desbordamiento de esa cultura, su vida se desarrolló exclusivamente en el mundo antiguo. Descubierta el continente americano, con la conquista, se inicia el capítulo ‘americano’ de la historia.³⁶¹

Discurso que mais uma vez insere os países americanos numa perspectiva de unidade e, mais ainda, serve bem aos objetivos de intelectuais que, conforme vimos em diferentes momentos deste trabalho, pretendiam alcançar reconhecimento e legitimidade para o conhecimento produzido deste lado do Atlântico. Voltamos, assim, a deduzir que a ênfase no papel civilizador da Europa na América no início do século XX no campo da história trazia em seu cerne as marcas de um discurso tomista de unidade que muito servia aos historiadores e auxiliava na ruptura com o positivismo que limitava e desqualificava estas formações históricas. O autor critica ainda o abandono do papel da Espanha na construção da história americana desde o período das independências. Os liberais teriam tentado a todo custo renegar a conquista e apresentar a Espanha como uma aberração. Isto, em sua opinião, seria um grave erro, já que ela os uniria à civilização. Abjurar do passado europeu seria cair na selvageria da qual o homem contemporâneo estaria muito próximo. Em um período no qual se vivia as consequências da modernidade haveria ainda um ambiente muito propício para a propagação desta “selvageria”. Deveria-se, portanto, impedir esta “deserção” em relação à matriz europeia e seria preciso ser solidário aquele “*viejo tronco que le dió su ser*”. Frase através da qual o autor demonstra o apoio ao regime franquista vigente neste período na Espanha. Diante de tudo isto ele conclui que a história argentina somente poderia ser estudada como parte da história universal. Vejamos os principais trechos nos quais estas posições conservadoras e religiosas sobre a história se apresentam:

Luego vino el auge del materialismo. La barbarie importada, más productiva que la nativa, hizo que los liberales olvidaran a los indígenas. Pero siguieron renegando de la conquista. El año 1810 fué señalado como punto de arranque de la historia; antes no

³⁶¹ Ibidem.

hubo más que una 'siesta colonial' y algo así como un 'soñar fuerte' debió parecer la guerra contra los ingleses. España, martillo de herejes y eterno escándalo de ponzoñosos, fué presentada como una aberración inaudita.

Lo grave del caso es que si se da a la independencia un alcance mayor que el meramente político que le corresponde, se corre el riesgo de, traz dividir el cuerpo, matar el alma de nuestra cultura. El punto de unión de América con la civilización fue, es y será España; no hay otro punto de contacto posible, a no ser que se quiera empezar de nuevo con otra conquista europea, llevada a sangre y fuego, capaz de destruir el estado actual de cosas.

[...]

Sólo Dios sabe dónde llegaría una América que se empeñara en abjurar de su pasado europeo, pero es evidente que ni los adelantos de la técnica ni las comodidades modernas evitarían su caída en el salvajismo. El hombre contemporáneo vive muy cerca de él.

[...]

Hay más, el salvajismo es contagioso y tentador. Las poblaciones modernas viven en un clima perfectamente adecuado para el contagio. Las ventajas materiales de la civilización lo hacen más posible aún, en cuanto aniquilan todo lo que implica esfuerzo, inclusive la afirmación viril de la cultura.

Ese peligro, no del salto atrás como diría un darwiniano, sino de la deserción, debe ser impedido a todo trance. Los estudios históricos están llamados a desempeñar un papel importantísimo en la solución del problema; de ellos ha de extraerse la savia que da vida y conserva nuestra cultura; ellos mostrarán la necesidad de una afirmación constante de sus valores esenciales, y manifestarán que América tiene que sentirse solidaria del viejo tronco que le dió su ser.

La verdadera historia argentina ha de ser estudiada, pues, en función de la historia universal y como una rama de la historia hispánica. De esta manera podrá encontrarse el sentido de este pueblo, su significación en el mundo y el derrotero para una verdadera política nacional que lo saque del marasmo en que está sumido, marasmo que puede postrarlo y volverlo al salvajismo precolombiano.³⁶²

Ainda na mesma revista já no ano de 1940 encontramos outro artigo no qual a história é pensada por uma via tomista, intitulado *Tres miradas a la Historia*. Nele, o autor Carlos Marfany propõe pensar o acentuado interesse pela história que em sua época podia ser presenciado através da posição de três pensadores católicos: León Bloy, Charles Péguy e Ernest Hello. Marfany aponta o que seria naquele momento uma consciência de se viver historicamente, consciência que nunca teria atingido tanto os homens. Estes viviam, segundo o autor, um contexto dramático em que o conhecimento histórico se fazia extremamente necessário. Demonstra, assim, a preocupação em olhar para a história quando as tradições eram postas em risco num momento de transformações. Promove uma relação entre o estudo do passado e a necessidade de construção do futuro, pois é em função dele que se volta para a história. Daí, diante dos dramas atuais, um forte interesse por ela. Em suas palavras:

Acaso nunca se ha ofrecido tan viva esta conciencia, esta necesidad de indagar el sentido del devenir, como si se quisiera *restituir la memoria del futuro, pues es en*

³⁶² Ibidem.

función del futuro que se rastrean los hechos del pasado [grifo no original]. Esta situación del hombre actual aparece un dramático interés por la Historia, y por los problemas filosóficos que plantea tal disciplina.³⁶³

Marfany diz que Bloy, Péguy e Hello teriam vivido este senso de emergência da história para que a partir daí fosse possível construir uma visão de esperança diante da miséria da atualidade; de um momento em que a ordem social e as tradições haviam sido postas em risco em nome da inserção na modernidade. Assim, olhando para a história a partir de uma perspectiva católica, Bloy “*pensaba extraer de ella una enseñanza de carácter teológico*”³⁶⁴; Hello defendia a história universal e propunha que a história seria responsável pela revelação das mais altas verdades; e Péguy teria apresentado uma alternativa à visão de história que apresentava resultados “*sin alma, sin vida, sin sentido, y con el gregado de que, para llegar a este resultado, tenían que traicionar los fundamentos mismos de su ciencia, la ciencia de ellos*”³⁶⁵. Assim, empreende uma oposição aos métodos cientificistas e racionalistas e traz os reflexos do conflito entre positivismo e neotomismo do qual tratamos. Mais ainda, ao citar o poeta Péguy, como vimos ao analisar texto de Michael Löwy³⁶⁶, Marfany vincula a crítica neotomista à modernidade ao romantismo anticapitalista que envolveu também intelectuais judeus alemães e propôs uma retomada ao passado e a valores religiosos pré-capitalistas.

Na verdade, como vimos, no Brasil e na Argentina acreditamos que a partir da década de 1920, em especial nas décadas de 1930 e 1940, o neotomismo acaba se apresentando como alternativa a uma visão de mundo excessivamente racionalista que vivia sua crise e não apresentava respostas aos que pretendiam se utilizar da razão e da ciência sem apagar a Deus e a religião. Péguy, o historiador apontado por Marfany, criticava a redução de fatos históricos a fichas que não poderiam apreender a essência (termo tomista) da realidade. A verdade histórica seria aquela recriada pela memória. Esta história seria mais encantadora ao unir a “*Providencia divina y lo que produce la libertad humana*”. Marfany termina o artigo se perguntando como são lidos os símbolos, como se recria a memória e, o que mais nos interessa, como se percebe a unidade na multiplicidade. Para ele, os três historiadores apontados ofereceriam respostas possíveis para este dilema que conjuga tradição e modernidade, fé e razão, religião e ciência,

³⁶³ MARFANY, A. Carlos. Tres miradas a la Historia. *Sol y Luna*, Vol. 5, 1940. p. 107. Acervo: Biblioteca do Itamaraty.

³⁶⁴ Ibidem, p. 109.

³⁶⁵ Ibidem, p. 116.

³⁶⁶ LÖWY, M. *Redenção e Utopia...*, op. cit.

neotomismo e positivismo. A história somente poderia ser pensada através da unidade. A multiplicidade deveria ser englobada em um todo que se une e conjuga; deveria ser englobada na história universal. As palavras do autor exemplificam bem estes conflitos:

Para Péguy hay en los hechos históricos algo irreductible, algo que no puede establecerse en una ficha. Esa historia es externa a los hechos, y no puede aprehender la realidad, la esencia del acontecer ni de lo acontecido. Una verdadera historia sería la reestitución de la memoria, potencia tan dañada como la voluntad y el entendimiento. La memoria es para él (según su crítico Rops) lo que permanece en el acontecimiento, lo re-crea, lo reconstruye a través de la visión propia de un hombre. La memoria aprehende lo real, fija las perspectivas y da al que la oye la misma impresión que la vida. La historia permanece fuera del acontecimiento: lo juzga; cierra lo real por medio de fichas, de fechas, con una multitud de precisiones. Pero traiciona a la vida en lo que tiene de más profundamente verdadero.

Qué historia magnífica podría escribirse mirando así la realidad de los hechos. Participaría a la vez del fascinador encanto de los cuentos de hadas, y sería, a la vez, familiar como los simples hechos cotidianos, atando en un haz bien unido la Providencia divina y lo que produce la libertad humana, moviéndose en su seno. Pero, ¿cómo se leen los símbolos; cómo se percibe la unidad en la multiplicidad; cómo se restituye a la salud la dañada memoria? Indudablemente, por los senderos de vida espiritual que recorrieron estos tres pensadores.³⁶⁷

Por último, retornamos à *Revista de las Españas* para mostrar que a preocupação com o desenvolvimento de uma história universal vinculada a uma ideia de unidade também se apresentava desde a década de 1920 no outro lado do Atlântico, na Espanha. A revista de Madrid, simpática ao tomismo e preocupada com a integração entre a Espanha e suas ex-colônias, publicou em 1928 artigo de Gómez de Baquero, membro da *Real Academia de Historia Española*, onde o autor defende o hispano-americanismo e aponta para o seu crescimento naquele momento – tema que estudaremos no capítulo IV. Nele Baquero enfatiza uma ideia de Hispano-América não como a Espanha de um lado e as ex-colônias de outro que deveriam se aproximar, mas sim como um todo universal, onde haveria diferentes povos, mas todos inseridos em um mesmo universo. A Hispano-América seria, segundo o autor, um universal. Por isto, a história da Espanha e das ex-colônias não poderia ser pensada separadamente, já que juntas compõem um mesmo universo, com diferenças, multiplicidades, mas que se complementam em um todo único e universal:

Debemos prevenirnos contra el terror de simplificar las cosas figurándonos el hispano-americanismo como una relación entre dos partes o elementos; de un lado, España; de otro, Hispano-América. No es tan sencillo. De una parte, está España en su cabo de Europa, mirando por una ladera al Mediterráneo, que la habla de su pasado, y por otra, al Atlántico, que le muestra las rutas de su porvenir. Pero Hispano-América es un

³⁶⁷ MARFANY, A. C. Tres miradas..., op. cit, p. 119.

universal. Lo que hay es una serie de pueblos independientes, semejantes pero distintos, muchos de los cuales tienen ya fisionomía propia, y otros, la están formando y llegarán a adquirirla si prolongan su existencia separada.³⁶⁸

Em meio a esta preocupação com a unidade seria a língua espanhola o grande fator de unificação das diferenças, de agregação das diferentes etnias (raças, na linguagem da época), mantendo “*en los pueblos hispano-americanos el sentimiento de universalidad racial, sin perjuicio del carácter nacional de cada uno de sus componentes*”. Argumento que vimos ser recorrente entre os grupos católicos espanhóis na década de 1920 e ter influenciado na defesa do termo *hispanidad* oficialmente estabelecido durante a ditadura franquista. Mais ainda: argumento que veremos ser fundamental na visão hispano-americanista de Rafael Altamira. Assim, o nacional seria pensado como parte de uma visão de mundo universalizante, que não apagaria as diferenças, mas as harmonizaria, conciliaria, unificaria, de forma a apagar as tensões e conflitos:

[...] la diversidad nacional aumenta la complejidad del problema de la cooperación hispano-americana. El gran instrumento de unión es el idioma. Es el gran vínculo del hispanismo. El idioma es nuestro tesoro anfitriónico, la argamasa del edificio hispánico, compuesto de piezas diferentes. El esfuerzo para defenderlo y conservarlo debe ser uno de nuestros principales afanes. El habla española es lo que mantiene en los pueblos hispano-americanos el sentimiento de universalidad racial, sin perjuicio del carácter nacional de cada uno de sus componentes. El valor del idioma no es sólo, y ya con eso sería mucho, el del medio fácil y grato de comunicación para todas las obras del comercio humano. Es también el gran archivo psicológico que conserva los valores comunes del espíritu.³⁶⁹

A ideia de unidade diante da multiplicidade defendida por Jacques Maritain parece, portanto, ter encontrado ambiente favorável na Argentina e em sua ex-metrópole. O sentido de unidade conferido à discussão coube bem aos interesses presentes daqueles historiadores que pensavam a escrita da história e pretendiam a partir daí colaborar para a construção do futuro. Afinal, projetava-se uma cooperação cultural e intelectual que implicava unir-se de forma harmônica mesmo diante das inúmeras diferenças. Uma cooperação que demandava unidade diante da multiplicidade; distinções nacionais unidas em um todo universal, apesar de elitista e excludente. Este debate é, neste sentido, bastante importante para os objetivos do campo intelectual em busca de reconhecimento e legitimidade nas primeiras décadas do século XX. Como o positivismo apresentava problemas para esta expectativa de integração e desqualificava a produção intelectual ibero-americana, foi preciso buscar outra saída que pode ter partido de um

³⁶⁸ BAQUERO, E. Gómez de. Nacionalismo e Hispanismo. *Revista de las Españas*, Ano III, número 19, março de 1928. p. 75. Acervo: IHGB.

³⁶⁹ *Ibidem*, p. 76.

neotomismo que se fortalecia no contexto de tentativa de retomada do poder da Igreja. Acreditamos que a proposta de elaboração de uma história nacional inserida em uma história da América que, por sua vez, deveria fazer parte de uma história universal traz em seu bojo uma, muitas vezes sutil, influência neotomista em boa parte inspirada na leitura de Maritain. Parte-se, assim, de características únicas, nacionais, mas, compõe-se, na verdade, um todo universal. Sendo universal, a Ibero-América deixa de ser incivilizada, pouco inteligente e desequilibrada em razão do colonialismo e da miscigenação. É, ao contrário, parte da história da Europa, compõe um capítulo da trajetória das ex-metrópoles. Em última instância, fantasia-se ser europeu e constrói-se uma outra imagem de si para si mesmo e para os Outros em busca de ser aceito em relações de alteridade que o legitimam. Por outro lado, lembramos que esta unidade vinha repleta de um sentido de hierarquia que impedia a completa ruptura com a desqualificação. Há aqui uma tensão dialética, já que se busca qualificação, mas se cai numa forma de submissão à história e aos valores europeus. Afinal, a “civilização” viria da participação em uma Europa “superior” e idealizada.

Neste sentido, Francisco Iglésias fala da história universal como um estudo do mundo desenvolvido a partir do olhar dominante, da Europa Ocidental. As referências a outros povos servem como forma de legitimar seu papel de colonizadora e civilizadora de regiões longínquas, desconhecidas e exóticas. Segundo o autor, uma história universal deveria ser a continuidade das várias civilizações no tempo, desenvolvendo-se sincronicamente e abertas à comunicação recíproca. “Como a realidade não se apresenta assim, o que se chama história universal é escolha e combinação de elementos feitos de modo arbitrário e com critérios subjetivos”³⁷⁰. Assim, em sentido rigoroso, a história universal não existe, o que há são histórias parciais formadas por diferentes recortes no tempo e no espaço; são histórias particulares que se justapõem. Ressaltamos, assim, o caráter ideologizado desta história universal que, em aparente ambivalência, ao mesmo tempo em que inclui, exclui, que qualifica, desqualifica. Iglésias ainda afirma que a história universal custou a impor-se, de modo que no século XIX o que mais se presenciava era a valorização de histórias nacionais e independentes, permeadas pelo evolucionismo e pela ideologia imperialista. Aponta, ao mesmo tempo, a importância do cristianismo como aquele que enxerta na história a ideia de universalidade, pois nele “a espécie humana é concebida como uma unidade no tempo, que a Providência divina conduz para a sua

³⁷⁰ IGLÉSIAS, Francisco. *História e Ideologia*. SP: Editora Perspectiva, 1971. p. 19.

finalidade”³⁷¹. Com as rupturas com a Igreja medieval, a preocupação com o universal fica abalada. Porém, no século XVIII, com o Iluminismo, esta visão será renovada pela via da racionalidade, com finalidade secular. Para Iglesias, o melhor exemplo disto seria Voltaire. Portanto, parece fazer sentido que a releitura tomista da história no século XX, com uma retomada da ideia de universalidade e de pluralidade na unidade, seja conjugada com as traduções dos iluministas, inclusive de Voltaire, em países ibero-americanos. Retorna-se, assim, a valores tradicionais, medievais, mas com releitura moderna, iluminista. Acrescentam-se conteúdos modernos a formas tradicionais.

Este debate também encontrou seus ecos no Brasil. Vimos a presença das traduções de Maritain no país na década de 1940 e a força que o neotomismo teve para a conjugação entre fé e razão e o combate ao positivismo entre os intelectuais brasileiros. A discussão sobre história universal em detrimento da história nacional também esteve aqui presente e, mais uma vez, apresenta indícios de um acento tomista na forma como era conduzida. Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB, demonstrou em 1937 estar inserido neste debate que envolvia o campo da história. Em artigo depositado em seu arquivo pessoal no próprio IHGB fala da necessidade de desenvolvimento da história da América e de unidade para a promoção deste empreendimento intelectual; além de demonstrar preocupação com a organização de arquivos nacionais e com a difusão da pesquisa no trabalho com a história. No texto, Fleiuss apresenta ainda algo interessante sobre o problema que aqui abordamos: a relação entre história nacional e história universal. Diante da tentativa, em 1932, de se suprimir dos currículos escolares a história do Brasil em vista de substituí-la pela história da civilização, Fleiuss se opõe diretamente à ideia, pois “o conhecimento da Historia e do idioma constituem o cunho da propria nacionalidade”³⁷². Porém, Fleiuss não apaga a importância da história universal e a necessidade de que a própria história do Brasil estivesse presente no ensino da história universal como parte direta de sua composição. Isto porque “a Historia universal é sempre uma realidade, é mesmo a unica das realidades que se completa por si mesma”³⁷³. Sendo ele ainda um dos maiores defensores, juntamente com Ricardo Levene, do estudo da história da América, Fleiuss defende que este campo também deveria ser estudado “como funcção contingente da Historia da Civilização Mundial, e dentro do seu *plano objectivo principal* [grifo no original] que, segundo o professor

³⁷¹ Ibidem, p. 42.

³⁷² FLEIUSS, M. *Conceito e Interpretação...*, op. cit. Cf. nota 22.

³⁷³ Ibidem.

Gooch, é, antes de tudo – *‘formar os cidadãos do mundo’* [grifo no original]”³⁷⁴. Assim, se a história nacional deve ser preservada ela não apaga, no entanto, a importância de que sua interpretação forme parte de um todo mais amplo, universal, parte da “civilização mundial”. Podemos dizer, de certo modo, que o católico deve sobrepor-se ao nacional. Pensar a nação, como lembra Todorov³⁷⁵, é também compreendê-la como parte de um todo que irá avaliá-la e legitimá-la ou não de acordo com as características que apresente; características estas que a incluem como parte de um grupo, mas também a diferenciam e particularizam. Estas particularidades, para esta geração de historiadores, parecem, no entanto, apresentar a necessidade de união que possibilitasse a harmonia diante dos conflitos e facilitasse a busca por reconhecimento e legitimidade.

Em outro artigo de Fleiuss³⁷⁶, também depositado em seu arquivo pessoal no IHGB, o historiador brasileiro prossegue no debate defendendo a permanência da cadeira de história do Brasil, mas sem que através dela fossem propagados sentimentos excessivamente nacionalistas. Neste material sem datação, mas certamente produzido no final da década de 1930, ele se refere, inclusive, a Rafael Altamira como um grande defensor das ideias de universalidade com as quais ele mesmo concorda. Porém, ressalta que este nunca apagou da história universal as histórias nacionais; ocorre que estas devem ser estudadas de modo a favorecerem o pacifismo e a cordialidade e comporem parte de um todo mais geral. Altamira se opunha ao nacionalismo que gera rivalidades entre os países. Segundo Rafael Vergara, estudioso da sua obra, o historiador espanhol defendia a valorização de elementos nacionais, mas *“la peculiaridad de cada pueblo y su signo distintivo no puede servir de constante argumento a um nacionalismo agresivo, porque es parte de la cultura universal [...]”*³⁷⁷. Valorização do universal expressa também na Argentina pelo jornal *La Nación*, como sabemos representante direto dos interesses do Estado. Em artigo sem data exata sobre os manuais de história no país³⁷⁸, o jornal defende o conhecimento entre os povos e a harmonia entre as nações. Formula ainda a crítica ao ensino somente da história nacional, dizendo ser preciso até os 10 anos trabalhar a história da civilização simplificada e, em seguida, a história universal. A história nacional seria parte destes conteúdos, mas não o todo.

³⁷⁴ Ibidem.

³⁷⁵ TODOROV, T. *Nous et les autres...*, op. cit.

³⁷⁶ FLEIUSS, Max. *A Cadeira de História do Brasil*, s/n, s/d. Acervo: IHGB.

³⁷⁷ VERGARA, Rafael Asín. Estudo preliminar. In: ALTAMIRA, Rafael. *La enseñanza de la historia*. Madrid: Ediciones Akal, 1997. p. 62.

³⁷⁸ Los manuales de historia. *La Nación*, s/d. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

Segundo o artigo, era necessário também que a história universal deixasse de focalizar apenas na história europeia, abrindo espaço para livros e temas de outras culturas. Para isto, os pesquisadores ocidentais deveriam estudá-las fornecendo novas fontes para os manuais escolares.

Um dos principais interlocutores estrangeiros de Fleiuss, o historiador e crítico literário português Fidelino de Figueiredo, que lecionou no Brasil entre 1938 e 1951, fora incumbido, entre 1914 e 1915, como ministro da Instrução Pública de Portugal, de elaborar uma proposta de revisão para o ensino da história no país, poucos anos após a proclamação da República portuguesa. Fidelino elabora uma proposta que valoriza a história nacional, seu maior interesse naquele momento, e um ensino por ele denominado “moral” e “patriótico”. Porém, enquanto na 1ª seção (1ª e 3ª classes) o ensino deveria focalizar na história pátria, na 2ª seção deveriam ser transmitidos aspectos da história universal, “parte indispensável numa mediana cultura de espírito”³⁷⁹. Fidelino ainda publicou para a revista *Nosotros* de Buenos Aires suas impressões acerca das viagens que fez pelos Estados Unidos (país que muito admirava). Aqui Fidelino fala da importância das viagens como forma de ampliação do olhar intelectual e retoma os descobrimentos ibéricos para se referir ao sentido universal da existência humana. Visão que marcará sua concepção de história a partir do final da década de 1920. Afinal, “*quien vive siempre en el mismo lugar se apoca; éste parece haber sido el sentimiento dominante que llevó a los pueblos ibéricos a descubrir tierras y a hallar un sentido universal para su existencia*”³⁸⁰. Assim, sem um sentido universal os homens e a história não poderiam encontrar o significado de suas presenças no mundo. Discurso que defende os valores nacionais, mas inseridos em questões universais.

Considerando-se a importância da leitura de Fidelino para Fleiuss e seu contato com o IHGB e o Brasil entre as décadas de 1920, 1930 e 1940, podemos dizer que mais uma vez há um intercâmbio intelectual entre ex-colônia e ex-metrópole que envolve o debate acerca da escrita da história. Neste caso, mais especificamente, acerca da relação da história nacional com a história da América e a história universal. Aqui também há uma influência tomista indireta que envolve a unidade dentro da multiplicidade. Uma visão do Nós como parte dos Outros que favorece a cordialidade e, ao mesmo tempo, a legitimidade para países de passado colonial e miscigenado.

³⁷⁹ FIGUEIREDO, Fidelino de. Programas de Historia no Ensino Secundário. *Revista de História – Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos*. Lisboa, 1915. p. 37. Acervo: Biblioteca do Itamaraty.

³⁸⁰ Idem. *America The Beautiful (Impresiones de 1931)*. *Nosotros*, Ano I, Vol. 2, 1936. p. 147. Acervo: Biblioteca do Itamaraty.

Alguns indícios a respeito da trajetória de Fidelino de Figueiredo ainda nos auxiliam nesta interpretação: sua indicação para a Academia Brasileira de Letras em 1942 por Alceu Amoroso Lima, na época já a maior liderança intelectual católica promovida pelo Cardeal Leme; as muitas correspondências com ele trocadas; sua amizade com Jackson de Figueiredo e com diferentes padres jesuítas. Tão próximo assim desta rede de intelectuais católicos neotomistas, Fidelino trazia marcas da ideologia que em muito seduziu o campo intelectual no período. Portanto, por meio destas relações de sociabilidade podemos interpretar que a influência de Maritain, e seu ideal de unidade na multiplicidade, também atingiu Fidelino e seu olhar sobre a história³⁸¹.

Na correspondência passiva de Fidelino de Figueiredo estas relações tornam-se bem mais claras. Dela destacamos alguns aspectos que relacionam o historiador português a esta rede de sociabilidade católica e tomista que aqui apontamos. Rede que, como dissemos, direta ou indiretamente pode ter contribuído para a concepção de história de Fidelino também voltada para a unidade, para a valorização da tradição e para a retomada das relações com as ex-colônias portuguesas. Ressaltamos que em sua correspondência aparecem remetentes como os padres Leonel Franca, Luís Gonzaga Cabral, Ernesto Ferreira, Serafim Leite, Joaquim da Silva Tavares, dentre outros. Aparecem também os próprios Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. O primeiro teria enviado ao longo de sua curta trajetória intelectual um total de 30 cartas a Fidelino e o segundo lhe enviara 38 cartas (ver anexo 3). Não falamos, portanto, de cartas eventuais ou apenas protocolares, mas de um conjunto de correspondências que trazem debates sobre as conjunturas política e ideológica de Portugal e do Brasil em especial na década de 1920; sobre publicações recentes de suas próprias autorias e sobre a troca de publicações, principalmente das revistas *A Ordem*, editada pelo Centro Dom Vital (criado por Jackson), e da *Revista de História*, criada e organizada por Fidelino em Portugal e da qual Jackson era assinante.

Nas cartas, Jackson se refere a Fidelino com bastante proximidade e simpatia, chegando a apontá-lo como seu “melhor amigo em terras portuguesas”³⁸². Mais ainda: como alguém que, após a morte de Teófilo Braga, positivista e opositor da Igreja, estaria fadado a ser “chefe de um

³⁸¹ A rede de sociabilidade na qual se inseria Fidelino de Figueiredo será novamente abordada no último capítulo. Por isto, neste momento não aprofundamos a discussão sobre sua vinculação ideológica. Desenvolvemos nas linhas seguintes apenas comentários sobre alguns remetentes de sua correspondência passiva e sobre os intelectuais e líderes católicos nela presentes.

³⁸² Carta de Jackson de Figueiredo. Rio de Janeiro, maio de 1925. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

movimento de reinterpretação nacional”³⁸³ em Portugal, “de recatholicização portuguesa”³⁸⁴. Em carta enviada a Solidônio Leite alguns anos antes (com cópia datilografada enviada a Fidelino), Jackson ainda se refere ao intelectual português como “a mais alta personalidade intelectual do Portugal contemporâneo”³⁸⁵. Complementa dizendo: “Possuo todos os livros dele que aqui teem chegado – consulto-o sempre [...]”³⁸⁶. Jackson aproveita para se defender das acusações de antilusitanismo, sem deixar de reafirmar sua posição nacionalista e apontar seus planos de catolicização da sociedade brasileira³⁸⁷. Podemos apontar, portanto, relações intelectuais bastante próximas entre Fidelino e Jackson. Não temos acesso à correspondência ativa de Fidelino que poderia esclarecer melhor acerca do seu olhar sobre Jackson, o que dificulta nossa interpretação. Porém, temos como indício uma carta enviada a Fidelino pelo Centro Dom Vital em 1938 na qual ele é convidado a colaborar para o número da revista *A Ordem* que homenagearia a memória de Jackson, morto em 1928. Segundo a instituição, o pedido lhe era dirigido em razão da relação de amizade que o unia ao homenageado, “assim como a fé comum que todos professamos”³⁸⁸. Acreditamos, portanto, que estes indícios conjugam-se com nosso argumento de que a aproximação entre ex-metrópoles e ex-colônias ibéricas, defendida por intelectuais como Fidelino de Figueiredo, possuía certo acento católico tomista de preocupação com a unidade na diversidade. A rede de sociabilidade na qual Fidelino se inseria era bastante católica, a ver pelos padres já citados que constavam em sua correspondência, pelos próprios Jackson e Alceu, e pelo interesse do Centro Dom Vital em seu artigo para *A Ordem*. Ora, no Centro ele entraria em contato com outros intelectuais católicos e membros do clero como Dom Helder Camara,

³⁸³ Carta de Jackson de Figueiredo. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1924. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

³⁸⁴ Ibidem.

³⁸⁵ Carta de Jackson de Figueiredo a Solidônio Leite. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1920. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

³⁸⁶ Ibidem.

³⁸⁷ Aqui citamos apenas o conjunto de cartas enviado por Jackson a Fidelino de Figueiredo por ser este o objeto de nossa discussão. Porém, para o aprofundamento nas cartas por ele trocadas com outros intelectuais como Afrânio Peixoto, Félix Pacheco e, principalmente, Alceu Amoroso Lima, cabe a consulta à sua correspondência publicada pela Editora Agir, além de um pequeno apanhado publicado pelo Centro Dom Vital. As referências são, respectivamente: FIGUEIREDO, Jackson de. *Correspondência*. 3ª ed. RJ: Agir, 1946; FIGUEIREDO, Jackson de. *Cartas*. Série Jackson de Figueiredo. RJ: Centro Dom Vital, s/d.

³⁸⁸ Carta do Centro Dom Vital. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1938. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

Hamilton Nogueira, Gustavo Corção, Sobral Pinto e Carlos Lacerda. Leitores de Jacques Maritain e inspirados por sua leitura no desenvolvimento da Ação Católica no Brasil³⁸⁹.

Alceu Amoroso Lima, um dos maiores leitores e introdutores de Maritain no Brasil³⁹⁰, trocou também correspondências com Fidelino nas quais demonstra sua influência sobre ele. Em 1922, Alceu lhe agradece o último livro que ele havia lhe enviado, diz que o leu com atenção e tece muitos elogios ao trabalho. Diz ainda que aproveitará as críticas e sugestões de Fidelino para avaliar e melhorar seu próprio desempenho enquanto crítico literário³⁹¹. Em fevereiro de 1923, Alceu agradece convite de Fidelino para escrever um artigo para a *Revista de História*, mas se desculpa por não poder atender o convite, pois “não se encontrava com forças”³⁹² para a tarefa. Em seu lugar, sugere o nome de Alberto Faria. Em outra carta, Alceu volta a falar da troca de livros com Fidelino. Agradece o recebimento de suas últimas obras e diz que em breve também enviará seus trabalhos ao colega português. Alceu demonstra, ao mesmo tempo, satisfação com o convite para atuar na formação de uma biblioteca luso-brasileira em Madrid e diz vir se dedicando à “ação catholica e intellectual”³⁹³ no Brasil e esperar que Fidelino tenha recebido os exemplares da revista *A Ordem* que ele havia lhe enviado. Já na década de 1940, Alceu ainda escreve a Fidelino dizendo que a editora Agir (católica e responsável pela publicação de trabalhos de Alceu e Jackson, além de outros intelectuais católicos) estava interessada em seus textos e iria escrever-lhe a fim de oficializar o convite³⁹⁴. Não temos dados que expliquem a razão, mas não encontramos nenhum texto de Fidelino publicado pela Agir no Brasil, sendo praticamente todos os seus livros de responsabilidade das editoras Melhoramentos, A Noite, Tupi, Antunes e Companhia Editora Nacional. De todo modo, a relação de Fidelino com um influente círculo de intelectuais brasileiros católicos fica evidente; além, é claro, daqueles ligados mais diretamente ao estudo da história. Talvez isto exemplifique ou esclareça o sentido de universalidade por ele

³⁸⁹ Uma biografia esclarecedora para a compreensão desta rede de sociabilidade e poder que envolvia os intelectuais católicos e sua atuação diante da crise da Igreja Católica nas décadas de 1930 e 1940 é PILETTI, N. e PRAXEDES, W. *Dom Helder Camara...*, op. cit.

³⁹⁰ Para o papel da leitura de Jacques Maritain e Gilbert Chesterton na formação do pensamento de Amoroso Lima, cf. CARPEAUX, Otto Maria. *Alceu Amoroso Lima por Otto Maria Carpeaux*. RJ: Graal, 1978.

³⁹¹ Carta de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1922. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

³⁹² Carta de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1923. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

³⁹³ Carta de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, 05 de agosto (sem ano). Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

³⁹⁴ Carta de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1936. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

conferido à história em sua segunda fase como historiador. Veremos sua concepção de história em detalhes no capítulo IV, mas gostaríamos de apontar neste momento sua relação com católicos que estão pensando questões parecidas e sendo seduzidos por uma visão tomista do catolicismo. Ele não cita Maritain declaradamente e se mantém fiel a uma concepção de mundo liberal, mas sua decepção com os rumos do liberalismo pode ter lhe trazido preocupações muito próximas as destes homens que se viam diante do conflito entre tradição e modernidade.

Para pensar a influência de Jacques Maritain nesta visão de unidade na multiplicidade aplicada à história cabe apontar para o seu *Sobre a Filosofia da História*. No livro, composto por quatro aulas dadas pelo autor na Universidade de Notre Dame em 1955, Maritain formula a crítica às filosofias marxista, hegeliana e positivista da história e propõe uma alternativa tomista que a percebe como caminho que leva até Deus. As filosofias racionalistas são por ele apontadas como dogmáticas, já que “se oferecem à humanidade como mensageiras de alguma revelação messiânica”³⁹⁵ construindo novas religiões ou pregando o ateísmo. Assim, em meio ao combate ao racionalismo positivista, o autor afirma como primeiro princípio para a compreensão da história que “a História não pode ser nem racionalmente *explicada*, nem *reconstruída* segundo leis necessitantes”³⁹⁶. Seguindo nesta crítica, o autor retoma o iluminismo para demonstrar o que considera o engano da sua visão de progresso “retilíneo”. Isto porque, em sua opinião, na história vivemos momentos de progresso e degradação, ambos existindo ao mesmo tempo. Assim, a noção do progresso tomista diferencia-se por completo do progresso “necessário e retilíneo” e, principalmente, da negação da atuação divina sobre os homens. Ele identifica, portanto, uma lei de “duplo movimento – à qual se pode chamar, no caso, lei de degradação e de revitalização simultâneas da energia da História ou da massa de atividade humana da qual a evolução da História depende”³⁹⁷.

O iluminismo, que, como vimos, fez parte das leituras dos intelectuais no período, tinha, segundo Maritain, seus prós e contras para a história. Algumas de suas características significariam um progresso ascendente como a consciência dos direitos humanos, a aspiração à liberdade, a luta pelas liberdades civis e pela justiça social e a afirmação do poder do homem sobre a natureza. Porém, de outro lado, prevaleceram o materialismo e as paixões nacionalistas, como o comunismo, o fascismo e o racismo; além das novas formas de submissão do

³⁹⁵ MARITAIN, Jacques. *Sobre a Filosofia da História*. SP: Editora Herder, 1962. p. 42.

³⁹⁶ Ibidem, p. 44.

³⁹⁷ Ibidem, p. 58.

proletariado. Neste sentido, o iluminismo seria um exemplo de como a história poderia, simultaneamente, viver momentos de ascensão e descenso. O que não significa que se deveria apagar suas contribuições positivas, de modo que elas sejam relidas sob um olhar tomista. Este olhar que flexibiliza o uso da razão para os intelectuais católicos também se apresenta na leitura de Maritain para a modernidade. Isto porque ele condena os cristãos que veem o mundo moderno como aberração e o rechaçam por completo, já que “período algum da história humana pode ser absolutamente condenado ou absolutamente aprovado”³⁹⁸. Assim, haveria, em sua opinião, muitos erros na modernidade, mas também grandes descobertas “no tocante à ordem da natureza e à razão natural, todas elas de suma importância para o espírito”³⁹⁹.

A deixa oferecida por Maritain quanto aos supostos aspectos positivos do iluminismo diante de um olhar neotomista ilustra o quanto a conjugação entre neotomismo e iluminismo é relevante para se pensar os conflitos entre tradição e modernidade no início do XX. No que tange à escrita da história, podemos dizer que a própria preocupação de inserção da história nacional na história universal que aqui apontamos como ecos da ideia de unidade na diversidade neotomista, também apresenta traços do universalismo iluminista. Manoel Salgado demonstra que no jornal *O Patriota* (1813-1814) e na *Revista do IHGB* (fundada em 1839) as marcas iluministas se faziam presentes num contexto pós-independência no Brasil. Segundo ele, nas páginas de *O Patriota* a história ganhava um sentido universalista de modo que temas diversos compunham as partes de uma história universal, ou história da civilização. Haveria neste momento um conflito entre escrever uma história universal, herdeira do iluminismo, ou atender às demandas de um projeto romântico e historicista. Dilema que atingiu o próprio IHGB ao longo do século XIX e que, citando o autor, “mesmo não formalizado como problema, atravessou e configurou as primeiras escritas sobre o passado nacional: ser brasileiro sem deixar de ser filho da civilização”⁴⁰⁰. Dilema que, acreditamos, atingiu ainda alguns historiadores nas primeiras décadas do século XX e que fora acentuado pelo contato com as ideias neotomistas entre as décadas de 1920 e 1940. Era preciso ser brasileiro e argentino, sem deixar de ser parte de uma esfera universal mais ampla.

³⁹⁸ Ibidem, p. 63.

³⁹⁹ Ibidem.

⁴⁰⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as Luzes e o Romantismo: As tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. RJ: 7Letras, 2006. p. 84. Ainda para uma análise do papel do IHGB na construção de uma história nacional e de uma ideia de nação no Brasil no século XIX, cf: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, RJ, v. 1, n. 1, 1988. p. 5-27.

Assim, era preciso escrever a história nacional, mas também a história da América e a história universal; todas elas relacionadas entre si. Neste sentido, a própria revalorização do colonialismo e seus supostos aspectos positivos inseria os países ibero-americanos numa matriz europeia que fortalecia a ideia de pertencimento à “civilização”. A própria legitimação da identidade nacional envolvia este exercício de conjugação entre o nacional e o universal, já que o pertencimento a um todo mais amplo ressalta e valoriza as particularidades do nacional. Assim, as ideias de universalidade iluminista e católica diferenciam-se, mas não são de todo incompatíveis no pensamento de intelectuais que desejam conjugar tradição e modernidade.

Quanto à participação cristã na história, Maritain defende que não se deve objetivar um mundo sem o mal e a injustiça, mas sim penetrar nas diferentes esferas sociais de modo a levar até elas os valores da verdade, da justiça e do amor, atuando “na massa que lhes oferece resistência”. Ideia de atuação sobre a história diretamente vinculada à participação do laicado na formação da neocristandade que vimos ter tido Maritain como grande inspirador. Isto ajuda a esclarecer o que vimos argumentando: que a escrita da história entre as décadas de 1920 e 1940 trouxe fortes marcas desta discussão em torno da neocristandade desenvolvida no Brasil, na Argentina e numa esfera mais geral. Aqui a Igreja busca retomar seu poder, mas não pode apagar por completo as contribuições da razão que já haviam conquistado a esfera intelectual. Então, é preciso conjugar seus interesses a uma releitura da própria razão em si e a história sofrerá as consequências deste processo. Lembrando que esta ação humana sobre a história é condicionada por uma relação entre o livre-arbítrio e a atuação divina sobre os homens, entre a liberdade criada pelo homem e a concedida por Deus. Assim, a partir de um olhar tomista “a História é feita, sobretudo, do entrecruzar e do entremesclar da busca e do conflito da liberdade incriada e da liberdade criada”⁴⁰¹. É como se ela fosse reinventada a cada instante de acordo com estas duas forças, uma no tempo e outra fora dele.

Nesta perspectiva de história o mundo caminha em direção ao reino de Deus e enquanto dure a história o caminhar será ininterrupto, pois “o Reino de Deus, em sua completa perfeição só virá *depois* de finda a História”⁴⁰². Se este reino nunca será alcançado na terra em sua perfeição, o cristão não pode, no entanto, descansar de aproximá-lo cada vez mais da realidade. Afinal, mesmo que o reino de Deus não possa ser instaurado no tempo histórico seria preciso lutar pela

⁴⁰¹ MARITAIN, J. *Sobre a Filosofia...*, op. cit, p. 124.

⁴⁰² *Ibidem*, p. 158

construção de uma cristandade na qual ele seja ao menos a maioria. “Não pode haver repouso para o cristão, enquanto a justiça e o amor não reinarem sobre a vida dos homens”⁴⁰³. Assim, o olhar sobre a história funciona como uma interpretação das ações humanas, conjugadas à vontade de Deus, a caminho da construção do reino de Deus e seria para isto que juntos deveriam trabalhar os católicos, mesmo diante das diferenças. Mais ainda: a história deve, de acordo com Maritain, “ligar o singular ao singular; seu *objeto*, como tal, é o individual ou o singular”⁴⁰⁴. Deve distinguir para unir, unir os homens como um todo integrado, como parte do “Corpo Místico de Cristo”; deve alcançar unidade diante da multiplicidade. Embora Maritain não trate do embate entre história nacional e universal, acreditamos que aqui ele sugere a necessidade de se pensar as histórias nacionais, as particularidades e singularidades, mas compreendendo-se que todos fazem parte de um mesmo conjunto, um uno, que caminha, através da história, rumo ao reino de Deus, muito mais unido, universal. Acreditamos que este aspecto caracterize mais uma influência da leitura de Maritain sobre a história para seus leitores no Brasil e na Argentina.

Não podemos terminar esta tentativa de interpretação da influência tomista sobre a escrita da história, a partir da relação entre unidade e multiplicidade, sem uma referência, mesmo que breve, a outro intelectual, neste caso inglês, que contribuiu para a formação do campo intelectual no Brasil e na Argentina praticamente no mesmo período que Maritain. Trata-se de Gilbert Chesterton, seguidor de São Tomás e defensor da “variedade na unidade”. O intelectual convertido ao catolicismo já adulto pelo convencimento intelectual da existência de Deus (a chamada conversão tomasina), em seu livro *Orthodoxy*⁴⁰⁵, procura flexibilizar questões como a gula, o sexo, o prazer e a modernidade para os católicos. Diante do combate da Igreja à modernidade, Chesterton apresenta a estes católicos uma maneira mais otimista de ver o mundo moderno, até porque sabia que se a Igreja não se modernizasse perderia espaço. Seria possível, portanto, se adaptar desde que não abrisse mão de um ponto: foi Deus quem criou o homem e o criou dotado de livre-arbítrio para escolher entre o bem e o mal. Assim, quase tudo seria possível desde que não se perdesse a essência da fé. Com uma leitura bastante otimista para o homem católico que vivia o dilema da modernidade, Chesterton defendia a ideia de felicidade sem apagar

⁴⁰³ Ibidem, p. 153.

⁴⁰⁴ Ibidem, p. 19.

⁴⁰⁵ CHESTERTON, Gilbert K. *Orthodoxy. The Classic Account of a Remarkable Christian Experience*. EUA: Shaw Books, 2004. De Chesterton veja também a biografia de São Tomás de Aquino na qual demonstra sua veneração pelo biografado: CHESTERTON, Gilbert. *São Tomás de Aquino: as complexidades da razão*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

a fé. Conjugava em sua visão de mundo dois elementos que até aqui vimos abordando: a fé e a razão. Ambos estariam diretamente relacionados, de tal forma que o materialista seria louco, já que quem não tem fé perde a razão. Na verdade, segundo ele, não apenas as doutrinas espirituais, mas também as excessivamente materialistas limitam a mente, pois ao invés de avançarem na liberdade acabam destruindo os desejos humanos. Seguindo por este caminho, Chesterton ainda faz a crítica ao evolucionismo como doutrina que desconstrói tudo e limita a inteligência do ser humano. Datada de 1908 a primeira edição de *Orthodoxy* pode ter tido considerável influência sobre uma geração de intelectuais anglófilos no Brasil, dentre eles Gilberto Freyre, aspecto ao qual retornaremos no capítulo III desta tese. Mesmo intelectuais não católicos, como Jorge Luis Borges na Argentina, viram em Chesterton uma alternativa flexível no início do século. Para Borges, um de seus maiores e mais importantes admiradores, “a mente de Chesterton era uma mente muito generosa”⁴⁰⁶, tanto que ele não poderia ser reduzido a um católico; seria mais do que isto englobando e inspirando ideias e posições diversas.

Não obstante, algo que aqui nos interessa é a preocupação de Gilbert Chesterton com a unidade. Segundo Gustavo Corção, o autor buscou esta unidade até mesmo na forma como organizou sua obra. Chesterton produziu romances, contos, hagiografias, ensaios e poemas, mas o teria feito num sentido de formar um bloco, “porque justamente o que ele sempre procurou foi a unidade”⁴⁰⁷. Assim, de acordo com Corção, escreveu sobre santos e literatos, como São Tomás de Aquino e Charles Dickens, não porque fosse inquieto e não se detivesse a nada, mas “porque descobria sempre a mesma inesgotável coisa, a mesma unidade dentro da diversidade, a mesma humanidade comum do poeta excepcional e no Doutor Comum”⁴⁰⁸. Para Corção, Chesterton era capaz de descobrir a variedade na unidade, ou melhor, de unir a pluralidade, de descobrir elos em comum diante da variedade. Visão de unidade que se encontra relacionada à própria imagem da Santíssima Trindade. O três seria a imagem da perfeição e exerceria forte atração sobre Chesterton, “porque esse número contém ao mesmo tempo diversidade e unidade”⁴⁰⁹. O triângulo na geometria, por exemplo, seria uma forma de perfeição; perfeição percebida em um terreno bem demarcado: “três alqueires e uma vaca” (expressão que intitula o livro de Gustavo Corção). Perfeição que une, harmoniza e concilia. Quanto à história, Chesterton defendia sua possibilidade

⁴⁰⁶ BORGES/FERRARI, Osvaldo. *Sobre a amizade e outros diálogos*. SP: Hedra, 2009. p. 137.

⁴⁰⁷ CORÇÃO, Gustavo. *Três Alqueires e uma Vaca*. 5ª ed. RJ: Agir, 1958. p. 41.

⁴⁰⁸ Ibidem.

⁴⁰⁹ Ibidem, p. 89.

de retorno, pois o que o homem fez pode tornar a fazer. Concepção negada pelo evolucionismo e pela ideia de progresso positivista. Combatendo estas visões racionalistas, afirma que a história seria irreversível por não se poder negar que o que aconteceu realmente aconteceu, mas seria preciso valorizar o passado, sem perder o que já fora conquistado. Nem todos os retornos seriam positivos, assim como também não o seriam todos os avanços. “Não se trata de voltar às anquinhas e ao lampião de querosene, mas, de não perder os séculos como se não tivessem passado, e sobretudo o de não perder o que já se tinha conquistado”⁴¹⁰.

Preocupado em unir uma realidade que a modernidade teria afastado e individualizado, Chesterton propõe uma forma de pensar o homem e a história que rompa com o excessivo racionalismo do cientificismo, do positivismo e do evolucionismo. Seria preciso ver o mundo de forma mais otimista e a possibilidade do homem, por meio do livre-arbítrio, seguir numa direção que não seja necessariamente um progresso retilíneo e previamente calculado. Visão muito próxima de Jacques Maritain, como destaca o próprio Gustavo Corção⁴¹¹. Portanto, tanto Maritain como Chesterton ofereceram aos intelectuais do início do século XX alternativas para a modernidade e para a crise da visão de mundo liberal. Suas ideias refletem a tensão entre tradição e modernidade, fé e razão, religião e ciência que vimos enfatizando ao longo de todo o trabalho. Suas defesas em torno da unidade e da multiplicidade podem ainda ter marcado ideológica e metodologicamente uma forma de se pensar a história que se encontrava em debate entre as décadas de 1920 e 1940 no Brasil e na Argentina. Como sabemos, as histórias nacionais são cruciais por construírem a consciência nacional e formar o cidadão. Todavia, a consciência deste nacional como parte de um todo universal, unificado, parte de um mesmo processo histórico, também era necessária para que se pudesse garantir a unidade diante da diversidade, a variedade na unidade. Argumentos que, como vimos, se faziam apropriados para intelectuais que se propõem a pensar uma história que “salvasse” países de passado colonial e miscigenado, tornando-as parte de um capítulo da história europeia. Perspectiva de unidade, portanto, de cunho fortemente elitista e excludente, mas que contribuía para o alcance de reconhecimento e legitimidade, mesmo que, por outro lado, fortalecesse suas dependências.

⁴¹⁰ Ibidem, p. 290.

⁴¹¹ Corção chega a indicar a leitura de Maritain para se conhecer melhor a doutrina de Chesterton: “[...] se o leitor quiser conhecer mais exatamente a doutrina de Chesterton, depois ou antes de conhecer suas idéias, posso adiantar-lhes um bom alvitre: leia Jacques Maritain, o filósofo”. Ibidem, p. 88.

Assim como Maritain fora traduzido nas décadas de 1930 e 1940 para o português e o castelhano, Chesterton encontrou grande aceitação entre a intelectualidade argentina e brasileira. Na verdade, o número de referências a Chesterton encontradas nas fontes com as quais trabalhamos é significativamente maior que as de Maritain. Na Argentina encontramos 26 traduções das obras de Chesterton neste período (incluindo-se títulos repetidos com anos de publicação distintos). Chesterton foi traduzido pelas editoras Espasa-Calpe Argentina, Tor, Losada, CEPA, La Espiga de Oro, Arístides Quillet, Excelsa e Nova⁴¹². Dentre elas, a Espasa-Calpe, a Losada e, principalmente, a Tor foram também responsáveis pelas traduções de autores iluministas no país, conforme vimos em páginas anteriores. O que ilustra nossa argumentação de que leituras tomistas e iluministas podem ter sido conjugadas na releitura da história neste período. As traduções de Chesterton foram as seguintes:

QUADRO 12:

TRADUÇÕES DAS OBRAS DE CHESTERTON NA ARGENTINA (DÉCADAS DE 1930 E 1940)

ARGENTINA		
<i>Título</i>	<i>Editoras e tradutores</i>	<i>Ano de entrada ou publicação</i>
El candor del padre Brown	Editorial Losada (Tradução por Alfonso Reyes)	1939
Autobiografía	- (Tradução por Antonio Marichalar)	1939
La esfera y la cruz	Espasa-Calpe	1940
Las paradojas de Mr. Pond	Espasa-Calpe	1941
El Napoleón de Notting Hill	CEPA	1941
Hombrevida	La Espiga de Oro (Tradução por Natalia Montes de Oca)	1942

⁴¹² Nos serviram como fontes para esta informação as edições do *Boletín Internacional de Bibliografía Argentina* depositadas na Biblioteca do Itamaraty. A publicação semestral, por nós já algumas vezes referida, possui caráter oficial, sendo organizada pela *Comisión Nacional de Cooperación Intelectual* durante o governo do General Justo.

El bombero desaparecido	Editor Tor	1943
El delito del cabo Cherwood	Editor Tor	1943
El hombre de Noruega	Editor Tor	1943
El hombre que desapareció	Editor Tor	1943
El misterio de la fábrica de los secretos	Editor Tor	1943
El secreto de la tumba	Editor Tor	1943
San Francisco de Asis	Editorial Arístides Quillet	1943
El hombre que fue jueves	Editorial Losada (Tradução por Alfonso Reyes)	1944
La esfera y la cruz	Espasa-Calpe Argentina	1944
Lo que es	La Espiga de Oro (Tradução por Ernesto Palácio)	1944
Ortodoxia	Editorial Excelsa (Tradução por M. Aberastury)	1944
El hombre que fue jueves	Espasa-Calpe Argentina (Tradução por Alfonso Reyes)	1945
Charlas	Espasa-Calpe Argentina (Tradução por José Luiz de Izquierdo)	1945
El mundo al revés	La Espiga de Oro (Tradução por Mario Amadeo)	1945
El candor del Padre Brown	Espasa-Calpe Argentina	1946
El hombre que sabía demasiado y otros relatos	Editorial Nova (Tradução por Julio Cortazar)	1946
Enormes minucias	Espasa-Calpe Argentina (Tradução por Rafael Calleja)	1946
Alarmas y digresiones	Espasa-Calpe Argentina (Tradução por Teresa Reyles)	1946
Ortodoxia	Espasa-Calpe Argentina (Tradução por Alfonso Reyes)	1946
Pequeña historia de Inglaterra	Espasa-Calpe Argentina (Tradução por Alfonso Reyes)	1946

Fonte: Boletín Internacional de Bibliografía Argentina. Acervo: Biblioteca do Itamaraty.

No Brasil não encontramos as obras de Chesterton registradas no *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional*, mas sim no catálogo antigo da Biblioteca que as traz traduzidas para o português, em idioma original (inglês), em traduções francesas e em castelhano. No total selecionamos 26 obras do autor entre as décadas de 1920 e 1940:

QUADRO 13:

OBRAS DE CHESTERTON NA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO – CATÁLOGO ANTIGO (DÉCADAS DE 1910 A 1940)

BRASIL		
<i>Título</i>	<i>Editores e tradutores</i>	<i>Ano de entrada ou publicação</i>
Supervivant	Desclée de Brouwer (Tradução do inglês por Maurice Rouneau)	1915
La sphère et la croix	G. Crès (Tradução do inglês por Charles Grolleau)	1921
Saint Francois d'Assise	Plon-Nourrit (Tradução do inglês por Isabelle Rivière)	1925
La nouvelle Jérusalem	Perrin (Tradução do inglês por Jeanne Fournier-Pargoire)	1926
L'homme éternel	Plon (Tradução do inglês por Maximilien Vox)	1927
Dickens	Gallimard (Tradução do inglês por Achille Laurant e Martin-Dupont)	1927
Hérétiques	Plon (Tradução do inglês por Jenny S. Bradley)	1930
St. Thomas Aquinas	Sheed & Ward	1933
A volta de D. Quixote	Livraria do Globo (Tradução por Pepita de Leão)	1934
O homem eterno	Livraria do Globo (Tradução por Lourival Cunha)	1934

La sagesse de Père Brown	Gallimard (Tradução do inglês por Yves André)	1936
Chaucer	Gallimard (Tradução do inglês por Rolando Bourdariat)	1937
El poeta y los lunáticos	Difusión (Santiago do Chile/ Versão por Manuel de OXué)	1941
São Francisco de Assis	Vecchi (Tradução por J. Carvalho)	1942
A barbaria de Berlim	Agir (Tradução de Gustavo Corção)	1946
A incredulidade do Padre Brown	Livraria do Globo (Tradução por Ligia Junqueira Smith)	1946
São Francisco de Assis	Vecchi (Tradução por J. Carvalho)	1946
A sabedoria do Padre Brown	Livraria do Globo (Tradução por Ligia J. Smith)	1946
Stories, essays and poems	J. M. Dent & Sons	1948
Orthodoxy	The Bodley head	1949

Fonte: Catálogo antigo na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Diante desta entrada de Chesterton no Brasil e na Argentina acreditamos apontar para sua influência na orientação neotomista que se dava ao pensamento entre as décadas de 1920 e 1940. Sua leitura, em conjunto com a de Maritain, pode ter construído a unidade na diversidade que os intelectuais católicos ilustrados buscavam diante das transformações da modernidade. Suas consequências para a história parecem ter sido muitas, como buscamos analisar. Encerramos esta etapa de nossa reflexão com artigo publicado, mais uma vez, na revista argentina *Sol y Luna* no qual Chesterton é o tema central. Para o autor, a inteligência seria uma virtude dada por Deus a Chesterton que seria, por sua vez, um amigo de Deus; um romancista de um mundo em ruínas que mostra aos homens a possibilidade de ter esperança. Assim, diante do conflito entre tradição e modernidade e da necessidade de ser moderno sem apagar a tradição e de retornar à tradição sem apagar as contribuições da modernidade, Chesterton aparece como aquele que une, harmoniza, diz a verdade aos homens, mas também ri com eles:

Chesterton era un amigo de Dios que le daba muy poco trabajo: una especie de administrador de Dios, encargado de repartir la verdad entre los hombres. Con su alegría de gordo se acerca al hombre y le ofrece la verdad con una palmadita en la espalda o con un papirotazo en la nariz. Y el hombre se ríe con él y el prestidigitador le saluda con su galera de felpa y de su galera vuela la paloma de la Gracia.⁴¹³

Mais ainda:

Chesterton es el novelista de un mundo en ruinas, que comunica el mundo que de las ruinas puede nacer una rosa agradable a Dios. No es el hombre que atruena el espacio con sus amenazas de muerte a cargo de la espada divina, ni es el imbécil que afirma que todo está bien en el mejor de los mundos. Es el hombre honrado que recibe al mundo tal como es y sueña con un mundo tal como debiera ser: el hombre que se burla del mundo para despertarle las ganas de ser el reino de Dios.⁴¹⁴

Vemos, portanto, que Chesterton era visto como alternativa à conflituada modernidade. A história, que lidava diretamente com a tradição e a modernidade, parece ter sofrido as consequências desta tensão dialética que atingia uma geração que precisava explicar aquilo em que a razão não lhe satisfez. Volta-se à tradição diante do conflito, das incertezas e das demandas contextuais da época e as consequências desta visão de mundo cristã, porém renovada, podem ser encontradas teórica e metodologicamente na escrita da história. Numa escrita que deve interpretar uma realidade plural que se quer unida, harmônica e conciliada; que deveria ser, em última instância, a unidade na multiplicidade. Uma história que é nacional, mas também é da América e universal.

⁴¹³ ANZOÁTEGUI, Ignacio. Chesterton novelista. *Sol y Luna*, Vol. 1, 1938. p. 95-102. Acervo: Biblioteca do Itamaraty.

⁴¹⁴ Ibidem.

CAPÍTULO III

TEMPO HISTÓRICO, (DES)QUALIFICAÇÃO E SUBJETIVIDADE: A HISTÓRIA QUE ENSINA E CONSTRÓI

EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Entre os anos de 1933 e 1946, três empreendimentos foram desenvolvidos na tentativa de promover a aproximação intelectual entre Brasil e Argetina: a *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* e as *Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana* e de *Autores Argentinos traduzidos ao Português*. A partir destes investimentos intelectuais, com ecos políticos e econômicos, os dois países sul-americanos, que vinham se esforçando em ampliar suas relações em diferentes âmbitos, puderam conhecer melhor suas histórias e o que era entre eles produzido e publicado. Este trabalho se dava sob os auspícios da *Junta de Historia y Numismática Americana/Academia Nacional de la Historia*, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países. A criação de comissões especiais de cooperação intelectual viabilizou as trocas e discussões em prol de suas organizações.

Iniciada a partir de 1933, a *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* propunha a análise dos livros e textos, didáticos ou não, referentes à história e à geografia brasileiras e argentinas com o objetivo de modificar e/ou apagar conteúdos que pudessem prejudicar a imagem do país vizinho. Assim, todo comentário ou afirmação pejorativa ou negativa dos livros argentinos em relação ao Brasil, e vice-versa, precisavam ser inseridos nesta nova perspectiva. Isto porque, segundo seus organizadores, para criar um contexto pacífico na América Ibérica era preciso apagar as fagulhas de animosidade que pudessem atingir a juventude responsável pelo futuro das relações internacionais entre estes países. Seguindo uma linha de aproximação com o Brasil desenvolvida no final do século XIX por Bartolomé Mitre, os intelectuais argentinos pretendiam retirar das releituras do passado interpretações negativas em relação ao Brasil, especialmente no que tange à Monarquia somente encerrada em 1889. Lembrando-se que tanto o IHGB quanto o Itamaraty, que, conforme dissemos, assumiram a

dianteira destes empreendimentos, continuavam, ainda no início do século XX, marcados por posições nostálgicas e a ela favoráveis⁴¹⁵.

O projeto era inspirado nos planos de revisão do ensino da história que já circulavam na Europa há tempos e tinham sido colocados em pauta durante a Conferência Internacional de Ensino de História em Madrid em 1932. Um dos seus maiores defensores fora o próprio Rafael Altamira que sabemos ser de grande influência na historiografia argentina e, em especial, em Ricardo Levene. Em Madrid, em fevereiro de 1932, Altamira escreveu um texto sobre o assunto somente publicado no *La Nación* de Buenos Aires em maio do mesmo ano. Nele, Altamira diz que o ensino da história tinha, até aquele momento, ficado a cargo de pedagogos e historiadores e também, depois da guerra, de moralistas e pacifistas. No entanto, para alcançar resultados práticos nesta área era preciso, segundo ele, que todos os profissionais fossem postos em contato. Daí que a importância do Congresso de Ensino de História seria conseguir “*un empuje concertado para alcanzar lo más y mejor que sea posible en el empeño noble de reformar la enseñanza de la Historia conforme a las necesidades educativas internacionales modernas*”⁴¹⁶. Altamira fala ainda da necessidade de se estabelecer pontos em comum sobre a área entre os diferentes profissionais nela envolvidos, especialmente no contexto entreguerras quando os preconceitos, erros e incompreensões poderiam colaborar para novos conflitos internacionais. Em suas palavras fazia-se urgente “*rechazar [da história] todo error, toda incompreensión, toda leyenda respecto de la vida y de la obra de los pueblos [...]*”⁴¹⁷. Afirma, ao mesmo tempo, que a colaboração de todos para a revisão dos textos e programas de história é possível e necessária. Por fim, cita Levene e seu papel no desenvolvimento da história da América, abarcando de forma integral e conjunta as histórias dos países hispano-americanos. Anos depois, em 1937, ele retomou o mesmo assunto no Segundo Congresso de História da América em Buenos Aires. Em sua comunicação, disse que a necessidade de revisão dos textos de ensino de história ficou clara após a Primeira Guerra, já que as antigas formas de ensino haviam se demonstrado “*un peligro*

⁴¹⁵ Cf. SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. RJ: Topbooks, 1996.

⁴¹⁶ ALTAMIRA, Rafael. La Primera Conferencia Internacional de Enseñanza de la Historia. *La Nación*, 28 de maio de 1932. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

⁴¹⁷ Ibidem.

*para el porvenir*⁴¹⁸. Altamira também informou que a delegação espanhola da Conferência de 1932 vinha negociando com professores portugueses para chegar a um convênio de revisão dos manuais de história “*en beneficio de la cordialidad y mejor conocimiento mutuo de ambos países*”⁴¹⁹. Sugeriu, assim, um diálogo entre os próprios países ibéricos em torno da escrita da história, conforme veremos melhor no capítulo de encerramento desta tese.

A *Revisão*, iniciada na Argentina um ano depois, seguia este movimento de renovação dos estudos históricos defendida por historiadores europeus no período pós-Primeira Guerra. Levene segue esta influência, herdada, sobretudo, do diálogo com Altamira. Este pareceu satisfazer-se com os rumos que o historiador argentino conferiu a seus planos. Tanto que alguns anos após o início da *Revisão*, Altamira lhe escreveu dizendo que no que tange ao projeto “*son los historiadores americanos los que poseen más autoridad que nadie, porque son quienes más han hecho*”⁴²⁰. Levene, ao analisar o comentário de Altamira, informa que na Europa o empreendimento apenas fora iniciado enquanto na América havia um “*clima moral*”⁴²¹ que permitia que ele fosse levado adiante. Clima estimulado pela solidariedade entre seus países favorecida por investimentos políticos e culturais que pretendiam influenciar no futuro e nas ações governamentais. Assim, na opinião de Levene, convênios como a *Revisão* e as *Bibliotecas* estariam “*destinados a irradiar una influencia fecunda en la educación de las nuevas generaciones y en la formación del criterio de comprensión de los gobernantes y hombres públicos*”⁴²².

Como mostra o próprio nome do *Convênio de Revisão*, o estudo da geografia e a revisão dos textos de ensino na área também eram preocupações dos intelectuais nele envolvidos. Lembramos que os ensinamentos de história e geografia se encontravam à época diretamente relacionados. Por questões estratégicas, a geografia possuía papel central para a formação da identidade brasileira desde o século XIX. A própria criação do Instituto Histórico e *Geográfico*

⁴¹⁸ ALTAMIRA, Rafael. Comunicación relativa a la revisión de textos. Atas do Congresso Internacional de História da América (1937). Tomo V. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1938. p. 395. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

⁴¹⁹ Ibidem, p. 399.

⁴²⁰ A fala de Altamira foi reproduzida por Levene em texto de sua autoria datado de 1944. O texto datilografado foi encontrado em seu arquivo pessoal sem referência de local de publicação. A referência que possuímos é: LEVENE, Ricardo. La iniciativa argentina sobre la revisión de los textos y la enseñanza de la historia nacional y americana. Buenos Aires, 1944. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

⁴²¹ Ibidem.

⁴²² Ibidem.

Brasileiro em 1838 ilustra a importância conferida a estes estudos pelo Império. Francisca de Azevedo e Manoel Salgado analisam o quanto a história e a geografia foram conjugadas na configuração de um Outro de quem era preciso se proteger e diferenciar. Daí a relevância de questões históricas e territoriais para os rumos da política imperial. A disciplinarização destas áreas no século XIX no Brasil foi, segundo os autores, parte de um projeto civilizatório, já que tempo e nação tornam-se fundamentais para a representação da nação. Este processo, inclusive, fez parte de um olhar de desconfiança e medo do Império brasileiro em relação às Repúblicas vizinhas, em especial na região do Rio da Prata. Desconfiança que somente será combatida a partir da atuação de Bartolomé Mitre no final do século e da proclamação da República no Brasil em 1889.

Durante o século XIX o estudo da Corografia (descrição geográfica das regiões) foi fundamental para a definição dos limites nacionais. Assim, nas palavras de Francisca de Azevedo e Manoel Salgado, “ensinar a história pressupunha necessariamente o conhecimento do espaço geográfico”⁴²³. Somente em 1895 a disciplina Corografia e História do Brasil será substituída pelas disciplinas separadas Geografia do Brasil e História do Brasil, seguindo-se a tendência da República de integrar o Brasil na América. Empreendimentos como os que aqui trabalhamos já nas décadas de 1930 se dão num período posterior a este quando a integração americana é uma problemática em debate já há algum tempo e quando as disciplinas de história e geografia já se encontram divididas. No entanto, trazem ainda em conjunto a preocupação com estas duas áreas importantes na delimitação do espaço, na construção de identidades e no desenvolvimento de propostas de integração. Não direcionamos nossa atenção nesta tese ao estudo da geografia, em razão da preocupação com o olhar sobre o passado e a releitura e a escrita da história. Seguiremos por este caminho respeitando um recorte temático, já que a tese ganharia proporções muito amplas. Não obstante, cabe reconhecer a importância do campo da geografia ao longo do século XIX e, até mesmo, nas primeiras décadas do século XX tanto no Brasil quanto na Argentina.

Atendo-nos ao campo da história, a elaboração das *Bibliotecas de Autores*, cujas primeiras traduções datam de 1937 e 1938, davam prosseguimento a estas preocupações de conhecimento da história brasileira pelos argentinos e da história argentina pelos brasileiros e foi responsável pela introdução de trabalhos de diferentes autores em ambos os países. Com destaque,

⁴²³ AZEVEDO, Francisca Nogueira de e GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Imagens em confronto: as representações no Império brasileiro sobre as repúblicas platinas na segunda metade do século XIX. In: Ministério das Relações Exteriores. *A visão do outro: seminário Brasil-Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000. p. 346.

evidentemente, para aqueles que tinham acesso direto aos Ministérios das Relações Exteriores e às instituições históricas referidas. Promotoras do intercâmbio cultural e intelectual, estas instituições se empenhavam em divulgar a leitura de história de seus países que mais condizia com seus interesses. Como veremos, estes tangenciavam questões em torno da superação da desqualificação diante do passado colonial e da miscigenação e da obtenção de reconhecimento e legitimidade em meio a uma esfera internacional excludente. Problemáticas que, como já argumentamos até aqui, envolveram estes indivíduos em seu tempo e que, pensando em aspectos de longa duração, marcam ainda hoje os olhares da América Latina sobre si mesma. Uma América Latina que se representa, frequentemente, através da submissão, da inferioridade, da desqualificação, da imperfeição e da fragilidade e que, por conseguinte, desconhece a si mesma e a seus vizinhos mais próximos. Olha para o Outro, por quem quer ser aceita, e recusa-se a perceber a si mesma, já que diferente, “impura” e “imperfeita”.

Neste momento, portanto, ao longo das décadas de 1930 e 1940, a história da América Ibérica ganha um significado intrinsecamente vinculado às necessidades práticas e conjunturais de promoção da paz entre seus países. Isto através do diálogo intelectual e do conhecimento mútuo de seus passados; diferentes, mas bastante próximos quanto ao colonialismo ibérico. Falamos de um período pós-Primeira Guerra e durante a Segunda Guerra, quando os intelectuais frequentemente se colocam num papel de promotores da paz; uma paz conquistada por meio do conhecimento da história. Esta apagaria as rivalidades e auxiliaria na compreensão das diferenças. Por isto, seria ainda mais necessário olhar para o passado quando o presente se encontra em meio a um conflito marcado pela intolerância e pela violência. Seria preciso refletir sobre a formulação política e ideológica das diferenças, os interesses econômicos e romper com as ideias de superioridade e hegemonia entre os países. No caso da América Ibérica, em especial do Brasil e da Argentina, era preciso mostrar que eram “irmãos” e, deste modo, deveriam viver fraternalmente ligados, numa relação de conhecimento recíproco, trocas e intercâmbios. O estudo e a escrita da história perpassam diretamente estas preocupações. Acreditamos ainda ser preciso perceber os empreendimentos analisados como uma possibilidade desempenhada pelos historiadores do período na tentativa de pôr em prática ideias sobre a cordialidade e a solidariedade ibero-americanas que se desenhavam desde o fim do século XIX. Fatores que harmonizariam as relações entre os países do continente e que foram iniciados em especial pelo Brasil e pela Argentina.

Defendemos que em meio a estes empreendimentos se encontram preocupações latentes com a superação do passado colonial e a construção de vias que possibilitem a conquista futura de reconhecimento e legitimidade diante de uma esfera internacional excludente. A questão para estes intelectuais, que se queriam ouvidos e aceitos, era como conquistar alteridade mesmo com um passado colonial e miscigenado, fatores que os desqualificam. Como serem ouvidos se fogem ao perfil de intelectual perfeito que se pretendia construir. Vimos no capítulo anterior que as ideias tomistas, em oposição ao positivismo, podem ter contribuído para muitos historiadores na construção de vias para a autoqualificação. Veremos agora uma proposta de integração ibero-americana, que também envolve o pensamento católico, como parte destas estratégias em busca do reconhecimento. Para elaborar caminhos alternativos à desqualificação, era preciso na prática se unir e discutir em conjunto o próprio passado e como ele será apresentado aos seus interlocutores europeus. Afinal, lê-los, citá-los, torná-los parte de suas argumentações sobre a própria realidade não basta quando se trata de realidades tão distantes e de indivíduos com características tão afastadas dos franceses, ingleses, alemães, portugueses e espanhóis que lhes serviam de inspiração teórica e metodológica. Os ibero-americanos não são europeus, mas os admiram e querem falar e serem ouvidos por eles. É exigido, portanto, um exercício de superação da desqualificação que implica um olhar voltado para a história. Assim, observamos na prática os efeitos das guerras, da busca de reconhecimento, da necessidade de integração e da fuga à desqualificação para a escrita da história.

DISTÂNCIA E ISOLAMENTO: INTEGRAÇÃO E RELEITURA DA HISTÓRIA

América no existe para América

Creerse un enciclopédico es la primera convicción de todo sudamericano medianamente instruido, desde que llega a los veinte años.

[...]

Europa es nuestro modelo intelectual, y por ello, aferrados a su cultura de exportación vivimos seguros de haber llegado a la comprensión integral de toda su evolución científica y literaria, hasta el punto de sentirnos identificados en ella, y por consiguiente, capacitados para no tomar en consideración el desarrollo político, histórico, científico y literario del continente americano.

Víctimas de esa utopía por la que nos creemos identificados con la cultura europea, sentimos la mayor indiferencia por todo lo que es de América; [...]

De esa indiferencia completa nace la ignorancia lamentable en que vivimos respecto a todos los problemas de índole americana; de ahí que hasta los próceres de la emancipación continental sean casi desconocidos en los pueblos lejanos a aquel o aquellos en que realizaron sus proezas. Tanto se ignora a Bolívar en las repúblicas platenses, como a San Martín en las bolivianas.

[...].⁴²⁴

Próximos e, não raramente, muito distantes do ponto de vista subjetivo, os países latino-americanos enfrentam ainda hoje as dificuldades de olharem para si mesmos, de se conhecerem e, assim, promoverem a ruptura com o isolamento interno que os limita. Marcada pela diversidade sócio-cultural e pelo passado colonial, a América Latina, enfrenta, ainda na atualidade, os desafios de superação da exclusão, da exploração e do desconhecimento do Outro. Diante da globalização e da expansão de padrões culturais norte-americanos propulsores do neoliberalismo, se depara, com frequência, com os olhares voltados para os padrões de consumo oriundos do imperialismo e, assim, reforça, mesmo que inconscientemente, sua posição de colonizada. Problemática que se desenvolve no início do século XX, mas apresenta aspectos de longa duração no início do século XXI. Os países hoje chamados latino-americanos se veem, assim, envolvidos num difícil dilema na atualidade: como constituir sua própria identidade e manter características particulares diante da globalização e da pressão pela homogeneização dos comportamentos e pensamentos? Ora, por mais próximos geográfica e historicamente que sejam, estes países se encontram ainda envolvidos em debates acalorados sobre integração e aproximação em diferentes esferas. A preocupação em olhar para o exterior, seguir os padrões culturais das ex-metrópoles, da França, no século XIX, e dos Estados Unidos, nos séculos XX e XXI, afastou muitas vezes o Brasil de seus vizinhos mais próximos de língua espanhola e o manteve agregado a uma perspectiva de desqualificação em relação à própria cultura e história. Daí teorias que o engessam numa perspectiva de atraso cultural. Em meio a este processo, acaba se tornando indiferente às crueldades, intolerância e miséria que assolam a América Latina.

Carlo Ginzburg acredita que quanto mais distantes espacial e temporalmente, mais indiferentes nos tornamos ao sofrimento e às injustiças. Pensando a problemática da verdade na história, em crítica ao relativismo pós-moderno, o autor aponta a distância como fator essencial ao condicionamento do olhar do historiador sobre a realidade. Neste sentido, Ginzburg mostra que a visão de história para o judaísmo não se fundamentava na distância, mas sim na experiência vivida na qual é necessário imiscuir-se. Esta visão de história não vinculada à obrigatoriedade da verdade estava, também segundo o autor, entre os gregos. No entanto, a origem da ideia relativista de que tudo é verdade, dependendo da distância e da perspectiva de quem olha, estaria

⁴²⁴ América no existe para América. *La Razón*, 20 de janeiro de 1922. Material das Missões Diplomáticas do Brasil na Argentina. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

em Santo Agostinho que, ao ler a Bíblia, acreditava ser preciso adaptar a leitura aos costumes e circunstâncias que cercam o leitor. Assim, Ginzburg sugere que se veja neste debate acerca da verdade e da distância na história “uma projeção secularizada da ambivalência cristã para com os judeus”⁴²⁵. Hegel, séculos depois, leu de maneira secularizada Santo Agostinho e o conjugou à perspectiva conflituosa de Maquiavel. Consequentemente, estas discussões estavam em Marx e tornam o debate em torno da distância e da perspectiva fundamental para o trabalho do historiador. Diante desta análise sagaz, Ginzburg conclui:

O núcleo do paradigma historiográfico corrente é uma versão secularizada do modelo de adaptação, combinado com doses variadas de conflito e multiplicidade. Metáforas como perspectiva, ponto de vista, e assim por diante, exprimem vivamente essa atitude relativa ao passado. Eu também, como se terá notado, não pude deixar de utilizar essas metáforas, prova mínima da sua onipresença do discurso historiográfico atual. No entanto, suas vestes seculares não devem ocultar sua origem, que remete a Agostinho. Nosso modo de conhecer o passado está impregnado da atitude cristã de superioridade em relação aos judeus.⁴²⁶

Em livro mais recente, o autor retoma a questão e afirma:

O que chamamos de distanciamento crítico tem resultados muitas vezes imprevisíveis. Mas em sua raiz encontramos invariavelmente um sentido de superioridade: social, intelectual, religiosa. (O caso mais famoso é o da superioridade sobre o judaísmo proclamada pelo cristianismo, à qual devemos a idéia de perspectiva histórica).⁴²⁷

Segundo Ginzburg, portanto, a forma como se olha para o passado continua baseada em uma visão de superioridade diante do Outro. Em outro ensaio do mesmo livro, o autor acrescenta o que seriam as “implicações morais da distância”⁴²⁸, já que esta influencia a maneira não apenas como pensamos, mas como sentimos a realidade. Assim, a distância no espaço e no tempo nos permite distorcer o passado e a realidade que nos cerca de modo a fecharmos os olhos para as necessidades, preocupações e interesses dos outros. A questão da distância se constitui, deste modo, em aspecto fundamental para a compreensão da sociedade pós-moderna marcada pela tecnologia, pela internet, pelas relações humanas cada vez mais virtuais, superficiais e individualizadas. Por conseguinte, é fundamental também para a compreensão da história e do ofício do historiador. Lembramos que a esta distância no espaço e no tempo, pode ser somada

⁴²⁵ GINZBURG, Carlo. Distância e Perspectiva: Duas metáforas. In: *Olhos de Madeira: Nove reflexões sobre a distância*. SP: Companhia das Letras, 2001. p. 188.

⁴²⁶ Ibidem, p. 196.

⁴²⁷ Idem. Paris, 1647: um diálogo sobre ficção e história. In: *O Fio e os Rastros: Verdadeiro, falso e fictício*. SP: Companhia das Letras, 2007. p. 91.

⁴²⁸ Idem. Matar um mandarim chinês: As implicações morais da distância. In: *Olhos de Madeira...*, op. cit, p. 199.

outra de base ideológica que atinge os países latino-americanos. É como se nos sentíssemos mais próximos do Outro do que de nós mesmos? Isto não ilustraria que a construção de uma identidade latino-americana se encontra em processo dinâmico de construção e envolvida por problemáticas que têm como cerne bases afetivas e ideológicas?

Quase sempre respiramos aliviados por guerras, tragédias e desastres naturais não ocorrerem aqui no Brasil, mas sim lá, bem distante, onde não possam nos atingir, ao menos não diretamente. Acomodamos-nos numa determinada posição e nos distanciamos do mais próximo de nossos vizinhos. Por outro lado, os países latino-americanos se envolvem numa tentativa de autoafirmação no cenário internacional e de conquista de autonomia e legitimidade. Isto gera complexidades e ambiguidades entre uma espécie de constrangimento diante do passado colonial e a necessidade imposta por um novo contexto histórico de qualificação, superação e obtenção de reconhecimento. Cabe ressaltar que distância e reconhecimento se relacionam mutuamente em sociedades que se empenham em delimitar, rotular e excluir de modo a garantir a ordem social e ideológica vigente. Segundo Claudine Haroche⁴²⁹, nas sociedades democráticas os comportamentos são responsáveis por conferir qualidade e valor, distância e distinção a uma minoria. Ao mesmo tempo, determinam as formas de mediação e a proteção do próprio eu contra o Outro. Misturam-se a representação de si e o valor moral que um homem se empenha em demonstrar para si mesmo e para a sociedade na qual se insere.

Haroche, ao pensar os comportamentos e a deferência desde as sociedades de corte até as democráticas, fala das permanências de comportamentos de submissão e humildade na busca pela valorização individual aos olhos de si mesmo e dos outros⁴³⁰. Nas sociedades democráticas este reconhecimento, essencial na construção da igualdade, basear-se-ia, entretanto, numa desigualdade pautada nos méritos, nos talentos, em questões morais e não apenas econômicas. Isto seria o que Haroche chama de “paradoxos da igualdade”⁴³¹, pois esta se apresentaria relacionada a um direito de reconhecimento pautado no mérito adquirido através do nascimento, da capacidade intelectual, dentre outros. Estes méritos seriam válidos apenas quando legitimados pelo Outro, o que fortalece a desigualdade e a busca pelo reconhecimento. Se não se possui estas

⁴²⁹ Cf. HAROCHE, Claudine. Des formes et des manières en démocratie. *Raisons Politiques*, n. 1, février 2001.

⁴³⁰ Cf. Idem. Le comportement de déférence : du courtisan à la personnalité démocratique. In : *La déférence*. Communications – École des Hautes Études en Sciences Sociales – Centre d’Études Transdisciplinaires (Sociologie, Anthropologie, Histoire). Seuil, 2000. p. 5-26.

⁴³¹ Cf. Idem. Les paradoxes de l’égalité : le cas du droit à la reconnaissance. In : KOUBI, G. E GUGLIELMI, G. *Les égalités des chances*. Paris : La Rècouverte, 2000. p. 25-35.

características meritórias, sofre-se de desigualdade moral, ou seja, é desqualificado. Deste modo, não se é reconhecido isoladamente de uma relação com o Outro. Tzvetan Todorov demonstra como se qualificar é enfatizar suas particularidades diante de um todo social, mas sem se isolar. Afinal, para conquistar alteridade é preciso fazer parte de um grupo e ser por ele legitimado. A legitimidade do Nós existe a partir de uma relação com os Outros⁴³². Processo este que identificamos como já sendo desenhado no início do século XX por meio da atuação de intelectuais e instituições que buscam a integração entre os países ibero-americanos. A questão era: como conquistar autonomia sem cair no isolacionismo? Questão ainda altamente relevante para a atualidade. E mais: como se qualificar diante do passado colonial e da miscigenação, parte da formação social ibero-americana? Estes eram conflitos que envolviam os intelectuais que pensavam projetos de Brasil e Ibero-América naquele período e são ainda hoje experimentados por muitos daqueles que se projetam numa esfera internacional.

Consideramos ser nas questões que nos envolvem em nosso presente que encontramos os interesses que nos movem em busca do conhecimento pelo passado. De acordo com Marc Bloch, “conscientemente ou não, é sempre a nossas experiências cotidianas que [...] atribuímos matizes novos [...] que nos servem para reconstituir o passado [...]”.⁴³³ Ainda em suas palavras, ao referir-se ao estudo das instituições feudais desenvolvido por Fustel de Coulanges, “para interpretar os raros documentos que nos permitem penetrar nessa gênese, para formular corretamente os problemas, para até mesmo fazer uma idéia deles, uma primeira condição teve que ser cumprida: observar, analisar a paisagem de hoje”⁴³⁴. Acreditamos ser esta discussão bastante válida por proporcionar uma reflexão relevante para o entendimento de aspectos que compõem a formação social brasileira e que apresentam notáveis consequências práticas e subjetivas para os indivíduos que a compõem. Consequências referidas às hierarquias sociais, aos difíceis processos de ascensão social, marcados por conflitos e sofrimentos, e aos obstáculos que, aqueles que possuem marcas de exclusão, encontram na obtenção de reconhecimento e legitimidade social e intelectual. Gisálio Cerqueira Filho lembra as exigências de “perfeição” iluministas que recaem ainda hoje sobre as lideranças com características cada vez mais variadas ascendentes na América do Sul. Vinculadas ao par amigo/inimigo de Carl Schmitt⁴³⁵, as interpretações acerca destas

⁴³² Cf. TODOROV, T. *Nous et les autres...*, op. cit.

⁴³³ BLOCH, M. *Apologia da História...*, op. cit, p. 66.

⁴³⁴ Ibidem, p. 67.

⁴³⁵ Cf. SCHMITT, Carl. *Teologia Política*. MG: Del Rey, 2006.

lideranças frequentemente as veem como “inimigas”. Inimigos imaginários identificados em indígenas, sindicalistas, afrodescendentes, moradores de favelas, dentre outros. Daí, segundo o autor, que “Evo Morales apareça como ‘cocalero’; Hugo Chavez como ‘velha liderança populista’, Nestor Kirchner, como dirigente do ‘projeto ultrapassado’ do *new deal keneynsiano*; Luiz Inácio Lula da Silva como líder sindicalista ‘despreparado culturalmente’, para dar alguns exemplos”⁴³⁶.

Partimos das questões até aqui pontuadas, que circundam o trabalho intelectual na sociedade pós-moderna e as relações entre os países latino-americanos, a fim de pensar a história como possibilidade e, ao mesmo tempo, vetor de ruptura com a distância e o isolamento. Sabemos que diversas leituras do passado, muitas vezes intolerantes e rígidas, podem ser produzidas a partir da história. Leituras que não raramente se fecham numa ausência de perspectiva e possibilidades, levando à dúvida quanto à existência de outros caminhos. Não obstante, a partir do conhecimento da história se torna possível amenizar as distâncias ideológicas e políticas que nos separam de nossos pares contemporâneos. Pensar o presente e o passado por uma via dialógica parece uma das formas possíveis de se construir uma visão da realidade que não se feche em si mesma; que não se deixe isolar pela distância e, ao mesmo tempo, seja capaz de demonstrar que dialogar com o Outro não necessariamente implica submeter-se a uma realidade imposta. Significa menos ainda valorizar mais ao Outro que a si mesmo e reconhecer nele características as quais se deseja possuir. Ao querer ser como os europeus ou norte-americanos, ao se desqualificar diante deles, ao copiar seus modelos de cidade e comportamento e exigir-se perfeição no uso de seus idiomas, são, em larga medida, estas problemáticas que os intelectuais ibero-americanos se colocam. A busca de reconhecimento e legitimidade circunda este processo, prático e subjetivo, de construção de meios de superação da desqualificação que o passado colonial e miscigenado lhes exige.

O trecho do artigo do jornal *La Razón* de Buenos Aires, de tendência popular e operária, que inicia este texto nos auxilia a deslocar até o passado estas questões que atingem diretamente a América Latina no presente. Nele, o autor (desconhecido, já que o artigo não foi assinado) reclama um maior conhecimento geral da América, pois muito se sabe sobre os europeus, mas quase nada se conhece acerca da história americana. Segue-se a Europa como modelo, utiliza-se

⁴³⁶ CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Habermas com acento tomista e fundamentalista – Direito Patriótico e príncipe (im)perfeito*. Comunicação apresentada no VI Encontro Internacional do Fórum Universitário Mercosul. Aracajú, 12 a 14 de setembro de 2007. p. 7.

de uma cultura de exportação e identifica-se com ela de tal modo que se esquece de conhecer a própria história. É forjada, assim, uma identificação subjetiva e afetiva com aquele que se considera superior, meritório, qualificado; não se quer conhecer a si mesmo mais a fundo, se quer ser o Outro. Assim, “*sentimos la mayor indiferencia por todo lo que es de América*”⁴³⁷. Indiferença que gera questões identitárias complexas que afetam a subjetividade dos indivíduos. Mais ainda: indiferença que aproxima os países americanos dos europeus no âmbito do imaginário e os afasta de si mesmos. A distância é colocada, deste modo, sob outra perspectiva. Falamos de uma distância subjetiva que afasta estes países de suas características sociais e históricas e dificulta a construção da própria identidade. É como se a América não existisse para a própria América, como diz o título do artigo.

É importante apontar que, parte de um jornal operário e popular, o artigo, publicado em 1922 – contexto imediatamente posterior à Revolução Russa que produziu seus ecos na América Ibérica e de predominância de ideias socialistas e anarquistas entre os meios operários – provavelmente formava parte do Material das Missões Diplomáticas do Brasil na Argentina apenas por seu discurso de integração americana. Este condizia com os interesses dos intelectuais das classes dominantes que se voltavam para o estudo da história na mesma época. Preocupação trazida para o campo da escrita da história por Bartolomé Mitre quando, em 1895, fundou a *Junta de Historia y Numismática Americana*. Em 1910, o jornal *La Nación*, vinculado aos interesses dominantes e, portanto, com características opostas ao *La Razón*, já falava na construção de uma confraternidade americana, necessária e possível. Mais especificamente, seriam o Brasil e a Argentina os mediadores, os maiores responsáveis por esta paz e solidariedade que deveriam caracterizar as relações entre os países americanos. Deste modo, nas palavras contidas no artigo, “*la paz y la amistad de la República Argentina y del Brasil comienzan á ser desde hoy un beneficio americano, un interés continental con que deben contar la América y el mundo*”⁴³⁸. Estes objetivos de desenvolvimento dos diálogos intelectuais e trocas culturais entre Brasil e Argentina serão aplicados com intensidade e efetividade sem precedentes nos anos 1930 e 1940, como veremos mais detalhadamente adiante.

A partir destes diálogos é possível perceber uma reflexão acerca dos rumos que a escrita da história da América deveria tomar no início do século XX. Juntos os intelectuais de ambos os

⁴³⁷ Cf. nota 424.

⁴³⁸ Americanismo. *La Nación*, 21 de maio de 1910. Material das Missões Diplomáticas do Brasil na Argentina. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

países se empenharão em analisar os princípios e métodos que norteariam o trabalho do historiador. Como principal base ideológica deveria funcionar o diálogo pacífico, cordial e solidário entre os países ibero-americanos; metodologicamente o uso de fontes documentais que confeririam caráter de verdade ao que seria dito deveria prevalecer. Daí que pensar estes intelectuais a partir de uma concepção de produção dialógica do conhecimento seja importante numa reflexão sobre teoria da história. Não esqueçamos que ao pensar a história da América estes intelectuais exercitavam um triplo movimento de análise do passado, partindo de questões do presente e realizando prognósticos de futuro, como aponta Reinhart Koselleck⁴³⁹. Imiscuem-se aqui diferentes tempos na forma como se lê a história da América no início do século XX no Brasil e na Argentina. Seria necessário, para aqueles intelectuais, olhar para o passado de modo a construir um presente e um futuro de trocas culturais e econômicas entre estes países e o restante da América, um futuro de solidariedade e cordialidade. Este olhar se torna ainda mais complexo quando, seguindo a orientação de Koselleck, o inserimos numa perspectiva mais ampla que envolve uma discussão sobre teoria da história. Para o autor, este debate sobre as estruturas do tempo é fundamental para o domínio da investigação histórica. Isto porque o passado apenas nos é acessível a partir de teorias que objetivam compreendê-lo ou reconstruí-lo. Assim, seria a partir da teoria que a pesquisa histórica se constituiria como tal⁴⁴⁰. Os tempos históricos se encontram no cerne desta discussão. Somente levando-se em consideração as muitas camadas do curso histórico do tempo é que a análise histórica se torna teoricamente possível⁴⁴¹.

Assim, conforme analisamos no capítulo I, os historiadores neste período tratavam, na verdade, de diferentes representações de tempo. Um passado que para eles era passado e para nós também o é, outro que para eles era presente e para nós é passado e outro que para eles era futuro e para nós é presente ou passado. Foi em meio a esta complexidade de tempos históricos que aqueles indivíduos se empenharam em pensar a história: olhar para o passado para pensar a história da América de modo a construir um presente e um futuro de paz e cordialidade. Os historiadores argentinos pertencentes à *Junta de Historia y Numismática Americana/Academia*

⁴³⁹ KOSELLECK, R. *Futuro Passado...*, op. cit.

⁴⁴⁰ Cf. KOSELLECK, Reinhart. On the need for theory in the discipline of history. In: *The Practice of Conceptual History...*, op. cit, p. 1-19.

⁴⁴¹ A respeito do debate sobre os tempos históricos no pensamento de Reinhart Koselleck, cf. ZAMMITO, John. Koselleck's philosophy of historical time(s) and the practice of history. In: *History and Theory*, 43, fevereiro de 2004. p. 124-135.

Nacional de la Historia chegaram a apontar a história como “senhora da vida”⁴⁴², o que demonstra, na América Ibérica, seu papel ainda de mestra da vida, orientadora das ações presentes e futuras, mesmo com a transformações que, segundo Koselleck, marcaram os tempos históricos após o Iluminismo e a Revolução Francesa. Com este princípio em mente se voltarão para a pesquisa em arquivos, o trabalho com fontes documentais e a reedição de trabalhos por eles considerados de alto valor histórico. Preocupar-se-ão, ao mesmo tempo, em conhecer melhor a história e a formação social dos países vizinhos, em especial do Brasil. Foi em meio a esta perspectiva que surgiram a *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* e as *Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana* e de *Autores Argentinos traduzidos ao Português*.

Este olhar sobre a história da América como um todo auxiliaria na ruptura com a distância e o isolamento que atingiam (e ainda atingem) a América Ibérica. Seria um meio de, na prática, romper com a distância, o desconhecimento e a desqualificação que atingem os países ibero-americanos. Em conjunto e relendo a própria história, com o olhar voltado para a construção do futuro, seus historiadores poderiam encontrar caminhos para vencer a desqualificação da origem em países miscigenados e de passado colonial, de modo a se legitimarem em vista de projeção no cenário internacional. Assim, conjugadas, a integração americana e a releitura da história ofereceriam alternativas futuras à distância e ao isolamento. Os empreendimentos aqui analisados concretizariam as perspectivas integracionistas dos historiadores argentinos e brasileiros no início do século XX.

Ressaltamos a ambiguidade presente nesta tentativa de autoqualificação. Isto porque, não se trata necessariamente de se perceber numa posição de igualdade em relação ao Outro (europeu), mesmo que alguns intelectuais esporadicamente toquem neste ponto, mas sim de demonstrar que mesmo sendo “inferiores” podem ser ouvidos, porque são capazes e equilibrados, como veremos melhor adiante. Assim, não são tão “perfeitos” e “puros” quanto eles, mas também produzem reflexões relevantes, são “polidos”, “civilizados” e por mérito devem ser reconhecidos. Os historiadores ibero-americanos se inserem, portanto, na concepção de conquista de reconhecimento por méritos das sociedades democráticas, conforme apontada por Claudine Haroche. Um reconhecimento que aproxima sem diluir as hierarquias, sem apagar as marcas de desqualificação, sem subverter posições e lugares sociais pré-estabelecidos. Ambiguidade

⁴⁴² Cf. ANZOÁTEGUI, V. T.; URQUIJO, J. M. M. e MAEDER, E. J. A. (org.). *La Junta...*, V. I, op. cit, p. 239.

presente no próprio olhar sobre a história, pois caberia apontar e inserir numa perspectiva de modernidade suas formações sociais, o que haveria aqui de mais genuíno, tradicional, dentre outros aspectos, mas justificando-os, apagando os conflitos e enfatizando o que haveria de positivo no colonialismo. Quanto à miscigenação, caberia apagá-la, através de políticas de imigração, ou justificá-la e qualificá-la. Assim, os países ibero-americanos se aproximam entre si, mas, por outro lado, se afastam de suas características mais marcantes. Tentam subverter a desqualificação a partir das próprias características que a compõem. Pensando a história de seus países, os historiadores enfrentam, portanto, problemas subjetivos e afetivos que compõem sua própria formação. Compõem, mais ainda, a problemática de serem ibero-americanos.

Nas décadas de 1930 e 1940, no contexto entreguerras e da Segunda Guerra, diante da experiência do passado e em busca da construção de possibilidades de pacificação do presente e do futuro, esta problemática parece ser acentuada. Entender a própria formação histórica e social se torna parte das exigências de compreensão do presente. Acreditamos na existência de uma relação entre os contextos de guerra e o estudo da história. Algo que nos parece explícito na análise de Lucien Febvre sobre a construção do conceito de Europa. Febvre se propôs a pensar o que é a Europa e seu processo de construção política e ideológica nos escombros da Segunda Guerra. Em curso oferecido em 1943, ele afirma que a Europa foi inventada pela religião e não pelos Estados burgueses. Questiona-se, assim, sobre a gênese da ideia de Europa e pensa o porquê dela se destruir. Olha o passado a fim de explicar a guerra, o presente de destruição que ele mesmo e seus contemporâneos viviam e, sobretudo, apresenta uma interpretação de história como possibilidade e não como inevitabilidade. Em sua opinião, a Europa precisava acima de tudo se unir para responder à problemática do medo e da alteridade que a envolve. Apresenta, deste modo, a história enquanto explicação para o presente e esclarecedora de possibilidades para o futuro. Em suas palavras, esta relação entre o presente e o estudo da história e entre este e a compreensão dos contextos de guerra fica clara:

[...] talvez as poucas aulas que dedicarei a essas questões de gênese iluminem, com uma luz particular, alguns dos acontecimentos que acabamos de viver com maior intensidade, alguns dos acontecimentos que nos deixaram marcas profundas.⁴⁴³

E ainda:

⁴⁴³ FEBVRE, Lucien. *A Europa: gênese de uma civilização*. SP: EDUSC, 2004. p. 41.

Vocês vêem que a história talvez não deixe de ter interesse para quem quer compreender os debates mais trágicos de nosso tempo. O que é verdade dos sentimentos que eu acabo de por em paralelo é verdade dos sentimentos que pudemos opor, através dos tempos, o desejo de uma Europa considerada ora como uma realidade política, ora como uma pátria ou superpátria, ora como uma fuga de preocupações muito opressoras, e o culto de uma pátria nacional contra quem acaba de ser dirigida, insidiosamente, uma espécie de ofensiva violenta da Europa, de uma Europa de guerra, de uma Europa inferno de guerra.⁴⁴⁴

Parece que aqui ocorre um movimento similar no qual os historiadores ibero-americanos pensarão a história envolvidos pelos conflitos violentos do presente. Seria preciso captar e entender o que une os países ibero-americanos para evitar a distância e a intolerância promotoras de antagonismos. Em 1940, Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores do Brasil, visitou a Argentina em retribuição à visita feita pelo ministro argentino ao Brasil no ano anterior. Na ocasião vários eventos oficiais foram realizados. Neles era ressaltada a importância de acordos argentino-brasileiros. Em entrevista ao jornal *La Prensa*, o ministro brasileiro defendeu a criação de uma base sólida de intercâmbio que fosse constantemente estimulada para benefício de ambos os países. Em jantar no Palácio San Martín, o ministro argentino das Relações Exteriores, José María Cantilo, proferiu discurso no qual enfatizava a tradição de cordialidade entre os dois países. Cordialidade que, segundo ele, não surgiria apenas de afinidades históricas, vínculos espirituais e necessidades coincidentes, mas também da noção da consciência de uma “*responsabilidad común*”⁴⁴⁵. Para o ministro, a integração entre Brasil e Argentina seria fundamental

[...] en estos días sombríos de la vida internacional, en que tantos ideales e intereses comunes aparecen amenazados. Es así que la amistad brasileñoargentina cobra hoy, dentro del marco americano, un significado más amplio que nunca como una fuerza más de adelanto material y moral en la comunidad continental que hemos proclamado solemnemente ante el mundo.⁴⁴⁶

Assim, aproximar os dois países seria uma forma de criar alternativas aos conflitos experimentados naquele período marcado pela Segunda Guerra que, na opinião do ministro, trazia problemas muito graves aos países ibero-americanos. Estes, complementa ele, não deveriam se manter isolados, mas sim à margem da guerra europeia. Para ele, seria preciso que as autoridades estivessem atentas às possibilidades de construção de um futuro harmônico e de colaboração mútua entre Brasil e Argentina. Defende ainda que a neutralidade destes países

⁴⁴⁴ Ibidem, p. 45.

⁴⁴⁵ Significativos agasajos recibe el ministro de Relaciones Exteriores del Brasil. *La Prensa*, 31 de janeiro de 1940. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

⁴⁴⁶ Ibidem.

diante da guerra seria a melhor forma de preservá-los no presente e no futuro. A união entre eles teria, por fim, a função de afastar da América a possibilidade de uma guerra como a que então ocorria do outro lado do Atlântico.

A esta construção de alternativas em meio à guerra Afonso Arinos de Mello Franco chamou “dever dos intelectuais”⁴⁴⁷ em conferência proferida no Plaza Hotel de Buenos Aires para intelectuais argentinos, chilenos, uruguaios e peruanos, representativos do discurso dominante, em 1944, já ao final da Segunda Guerra. Na fala de Afonso Arinos, reproduzida pelo jornal *La Razón*, “*solo la inteligencia democrática podrá construir una paz que evite otras guerras*”⁴⁴⁸. Se opondo ao nazismo e ao fascismo europeus e assumindo, evidentemente, uma posição favorável aos Aliados, ele celebra a já garantida vitória de seus exércitos e ressalta a “missão”⁴⁴⁹ da intelectualidade ibero-americana na construção da paz e da solidariedade. “Missão” que também incluiria a função de chamar a atenção dos governos contra os diversos autoritarismos. Em suas palavras:

[...] en América, debemos nosotros luchar por el retorno de la libertad de la inteligencia. América no estará en condiciones de cumplir su misión en la paz, sino en cuanto tenga conciencia de si misma, de su solidaridad cultural, de sus designios políticos. No podemos tardar en permitir que esta recuperación de América por su propio pensamiento libre se inicie. Esto no va dirigido contra nadie, sino a favor de todos.⁴⁵⁰

Esta integração pelo alto, pautada nos interesses das classes dominantes e na busca por reconhecimento e legitimidade é que, a partir de 1933, 11 anos antes, havia estimulado a reflexão sobre a história e a construção de um pensamento próprio. Neste momento, estes ideais encontram estímulos e organização efetivos. Movidos pelas problemáticas resultantes de serem ibero-americanos, da distância e do isolamento e pela desqualificação oriunda do colonialismo e da miscigenação, estes intelectuais se empenham em projetos concretos em torno da escrita da história. É nisto que iremos nos ater a partir de agora.

A HISTÓRIA QUE ENSINA E CONSTRÓI: ENTRE REVISÕES E TRADUÇÕES

⁴⁴⁷ Al deber de los intelectuales se refirió el escritor Mello Franco. *La Razón*, 05 de novembro de 1944. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴⁴⁸ Ibidem.

⁴⁴⁹ Ibidem.

⁴⁵⁰ Ibidem.

No dia 11 de outubro de 1933, o jornal *A Nação* do Rio de Janeiro, publicava artigo sobre o *Convênio de Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* assinado entre o Brasil e a Argentina no dia anterior. Intitulado com a frase de José da Luz Caballero, “*Callen personas cuando hablen pueblos*”, o artigo, sem autor declarado, defende a importância do convênio para a educação da juventude destes países que deveria ser formada num sentido de pacificação com todos os vizinhos sul-americanos. Era preciso que as falas individuais, em geral intolerantes, fossem abafadas pelas dos povos em coletividade. O texto acusa os patriotismos da América do Sul de incitarem choques e conflitos entre estes povos, de modo que a glória de um país acaba se encontrando na destruição e na desqualificação dos Outros. O patriotismo teria promovido o distanciamento, o isolamento e a inimizade entre os países sul-americanos e isto, no período posterior à Primeira Guerra, deveria ser combatido. Os livros e as escolas acabariam, deste modo, incitando a hostilidade e o afastamento:

A dolorosa verdade é que em todas as escolas de toda a América do Sul não se ensina a amar e sim a odiar. Duas gerações se formaram nesse ambiente de hostilidades e de recalques, ainda mais incentivado pelos livros que não orientavam os povos no caminho nobre da fraternidade continental, mas os excitavam permanentemente, mantendo dormitantes, apenas as disputas que outrora nos separaram.⁴⁵¹

Segundo o artigo do *A Nação*, seria esta a razão pela qual “não nos conhecemos”⁴⁵². Conhecer-se e, a partir daí, desenvolver um espírito fraternal entre os países ibero-americanos seria, portanto, o mais importante objetivo do convênio:

[...] queremos que se formem gerações com mentalidade nova, com espírito fraternal, não só no Brasil como em todos os países da América.⁴⁵³

Mais ainda, já aparece neste artigo, no contexto imediato de assinatura do convênio, a preocupação com a construção de diálogos intelectuais que favorecessem o conhecimento mútuo da história e evitassem a guerra, como já demonstramos defender Afonso Arinos de Mello Franco em 1944. Isto nos leva a ressaltar, mais uma vez, a relação que parece haver entre guerras, talvez mais especificamente aquelas de 1914 a 1918 e 1939 a 1945, e releitura da história como forma de compreensão do que levou os países ao conflito e do que fazer para que o mesmo não se repita

⁴⁵¹ *Callen personas cuando hablen pueblos*. *A Nação*, 11 de outubro de 1933. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴⁵² *Ibidem*.

⁴⁵³ *Ibidem*.

no futuro. Não esqueçamos que, como apontam Boris Fausto e Fernando Devoto⁴⁵⁴, as relações internacionais entre Brasil e Argentina sofreram dois abalos importantes na primeira década do século XX. Em 1905, a representação do Brasil nos Estados Unidos foi elevada à categoria de Embaixada, o que incomodou a Argentina, já que ambos os países sul-americanos disputavam espaço ao lado dos Estados Unidos no período de funcionamento do corolário Roosevelt. Ademais, em 1908, os países se estranharam por conta da redução da preeminência da esquadra naval brasileira que gerou o interesse do ministro das Relações Exteriores da Argentina, Estanislao Zeballos, em defender a realização de ataques ao Brasil; conflito que também envolveu o Chile. Ambos os ocorridos geraram intrigas diplomáticas que incluíram o próprio Barão do Rio Branco.

Na esfera intelectual, a preocupação era mostrar que a história aponta os erros cometidos, restava agora reconhecê-los e traçar os caminhos possíveis para a construção de um contexto de paz diante destas guerras e conflitos diplomáticos. Parece que os diálogos intelectuais empreendidos entre o Brasil e a Argentina na década de 1930 e 1940 possuíam exatamente este sentido. Não é gratuito que encontremos no mesmo artigo este argumento como justificativa para a assinatura do convênio:

A revisão dos textos de ensino de historia e geographia é indispensável. Sem esse tratado o pacto anti-bellico permaneceria letra morta. A paz não se impõe. Sendo a suprema aspiração de todos os espíritos bem formados, só pode ser conquistada pela crystallização de mentalidades. Uma paz imposta pelas circunstancias, uma paz diplomatica, não representa solução definitiva para a tranquillidade dos povos. A paz deve existir na consciencia de todos os cidadãos fronteiriços. *E esse espirito só pode ser formado pela educação* [sem grifo no original].

Ensinando a nossos filhos [sem grifo no original] que o limite das nossas fronteiras não está dentro do territorio alheio, não fomentaremos o irredentismo que perturbou e perturbará a vida da Europa. *Ensinando a nossos filhos* [sem grifo no original] os verdadeiros pontos terminaes, do solo da Patria nem por isso enfraqueceremos nelles o espirito nacional. Apenas formaremos nelles a mentalidade de que se é indispensável defender a Patria e a sua integridade territorial tambem é necessario respeitar as fronteiras alheias.

Ensinando a nossos filhos a verdadeira historia da America do Sul [sem grifo no original], que em poucos annos formou Nações de povos livres, deveremos visar principalmente *a obra de construcção de nossos homens e não as de demolição* [sem grifo no original].

[...]

Nossos filhos [sem grifo no original], na América, devem aprender a se estimarem e não se desprezarem mutuamente. A historia dos povos não deve ser feita pelo homem, mas pelos proprios povos.

[...]

Os povos da America desejam paz.

⁴⁵⁴ FAUSTO, B. e DEVOTO, F. J. *Brasil e Argentina...*, op. cit.

Que essas palavras sejam ouvidas em todo o Continente. E que a paz se torne duradoura, firmada na educação das *futuras gerações* [sem grifo no original].⁴⁵⁵

Aqui a história é apresentada como aquela que ensina e constrói, responsável pela formação das novas gerações e por nelas desenvolver o respeito pelo território alheio. O patriotismo, deste modo, não poderia interferir na maneira como se percebe os demais países ao redor. Isto não deveria apenas estar presente em acordos diplomáticos, mas, fundamentalmente, na história que é ensinada e, assim, participa da formação dos “nossos filhos”. Cabe ressaltar que a utilização recorrente desta expressão ao longo do artigo indica uma preocupação notável com o futuro, com aquilo que a história é capaz de construir para as futuras gerações, com as possibilidades de futuro ensinadas pela história. Esta ganha, deste modo, uma importante função prática para além do simples aprendizado. Ganha caráter de utilidade para a ação sobre o presente e o futuro. Ensinar e aprender história se tornam exercícios de reflexão sobre o presente com o olhar voltado diretamente para o futuro. Claramente, a expressão “nossos filhos”, assim como outras por nós assinaladas acerca da educação e da construção dos homens e das futuras gerações, relaciona passado, presente e prognósticos de futuro. Projeta os objetivos do estudo da história diretamente sobre algo que deve ser conquistado para as próximas gerações. Afinal, ela seria a mestra da vida. Aqui concepções de história e perspectivas de futuro se encontram de forma bastante ilustrativa.

Ricardo Levene, em entrevista sobre a *Revisão* datada de dezembro de 1933, critica o desconhecimento recíproco entre os países americanos. O projeto, segundo ele, teria como função retirar do ensino da história ideais que prejudicassem a construção de uma consciência americanista. Para ele, era necessário “*educar a las jóvenes generaciones en el culto de la propia patria y en el sentimiento de amor y armonía de los pueblos de América entre sí*”⁴⁵⁶. Enfatiza ainda a importância de não condenar o que veio antes, mas sim perceber o rico conteúdo da história americana, com sua cultura, raça e língua, de modo a “destacar *el valor transcendental del sentimiento iberoamericano*”⁴⁵⁷. Neste sentido, a ampliação dos vínculos com a Espanha contribuiria para a valorização do passado. Vínculos necessários também “*para una futura política de comprensión recíproca y de paz duradera*”⁴⁵⁸. Em outra reportagem do mesmo

⁴⁵⁵ Callen personas cuando hablen pueblos, op. cit.

⁴⁵⁶ Inicia América una política espiritual eficaz y necesaria. s/n, 06 de dezembro de 1933. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

⁴⁵⁷ Ibidem.

⁴⁵⁸ Ibidem.

período, publicada no *La Nación*, representativo da visão governamental sobre o empreendimento, a *Revisão* é apresentada como semelhante a que Altamira tentava desempenhar na Europa em busca da verdade histórica e da solidariedade entre os povos. No jornal, a *Revisão* também aparece como um meio de alcançar o conhecimento dos aspectos nacionais e de suas relações com outros países com história e origens comuns. Isto seria fundamental para construir a futura “*armonía espiritual del continente*”⁴⁵⁹.

Lembremos das diferentes e, não raramente, conflitantes perspectivas de futuro existentes num mesmo período, conforme aponta Koselleck. Afinal, cada grupo produz uma determinada expectativa de futuro de acordo com o lugar social que ocupa e os interesses presentes que o envolvem. Ao mesmo tempo, o autor demonstra que ao falarmos de futuro tratamos de ações políticas sobre o presente e o futuro, pois algumas das expectativas construídas podem acabar ocorrendo, já que a ação política foi direcionada neste sentido. Os usos da história, portanto, se imiscuem e envolvem distintas dimensões temporais que conjugam o olhar sobre o passado, a reflexão sobre o presente e a projeção do futuro. A história é aquela que ensina e forma os filhos, as futuras gerações, que constrói os homens. A *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* é parte de um projeto que reunia intelectuais e políticos das classes dominantes, ligados à diplomacia, e seus projetos de futuro. Diante disto, a exploração do colonialismo, os conflitos, a brutalidade da escravidão tendiam a ser apagados, como veremos adiante. De todo modo, seria um futuro conciliado e pacífico que deveria vir à tona. O major Agrícola Bethlem, à época do convênio superintendente do ensino secundário, o aponta como singular nas relações entre Brasil e Argentina e ressalta a sua importância na construção do futuro de “*todos os povos deste continente*”. O acordo de releitura da história e da geografia seria benéfico ainda para todas as classes sociais, visão generalizante que apaga os conflitos entre as diferentes possibilidades de leitura da história. Lembremos que para Giacomino Marramao⁴⁶⁰, o futuro é resultado de projeções, com profundas implicações e interesses políticos, desenvolvidas no presente. Segundo ele, estes interesses são apresentados como o único caminho possível na construção política e ideológica do futuro. Constroem-se, deste modo, reflexões sobre a realidade que excluem a diacronia e as ambivalências. Vejamos o que Bethlem diz:

⁴⁵⁹ La enseñanza de la historia. *La Nación*, 08 de dezembro de 1933. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

⁴⁶⁰ MARRAMAIO, G. *Poder e Secularização...*, op. cit.

Poucas vezes um feito diplomático atinge á alma de um povo como o que se refere aos livros de geographia e historia da America, há pouco assignado no Rio de Janeiro pelos presidentes Justo e Getulio. Eu, que vivi sempre em prol da sciencia e do ensino, tive satisfação infinita, ao ver que esse gesto acertado não vae interessar apenas a uma classe social, porém, ao futuro de todos os povos deste continente.⁴⁶¹

A assinatura do convênio foi precedida por intensos trabalhos de preparação que tiveram como principal organizador Ramón Cárcano, embaixador da Argentina no Brasil entre 1934 e 1937⁴⁶². Cárcano, além de ter orientado as negociações para a assinatura do convênio, dedicou-se aos preparos para a chegada de uma comitiva argentina ao Brasil que contaria com a presença de Agustín Justo. Presidente que governou a Argentina entre 1932 e 1938 e foi muito ligado à *Junta de Historia y Numismática Americana/Academia Nacional de la Historia*. Segundo informa Luis Alberto Romero⁴⁶³, era conservador, anticomunista e acusado de fraudulento, corrupto e alheio aos interesses nacionais. Com a comitiva viriam também obras, artigos e colecionadores de arte e músicos que por ocasião da assinatura realizariam aqui uma grande exposição cultural argentina. O embaixador contava ainda com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa que auxiliou na organização do evento. O jornal *O Globo* de 30 de setembro de 1933 apontava Cárcano como “um dos maiores e mesmo dos mais brilhantes historiadores sul-americanos”⁴⁶⁴ e um dedicado empreendedor na aproximação de seu país com o Brasil, na “política de aproximação dos dous grandes povos”⁴⁶⁵. A manifestação artística organizada por ele seria ainda inaugurada por Vargas e Justo e se constituiria no primeiro grande evento resultante da assinatura do convênio no próximo dia 10 de outubro.

Neste ponto, é necessário um parêntese sobre as relações entre Vargas e Justo na década de 1930, especialmente entre 1933 e 1935 quando Vargas visita a Argentina e Justo o Brasil, a fim de acentuarem as relações entre os países e assinarem acordos econômicos, políticos, culturais e educacionais. Assim, juntos estes presidentes darão grande impulso na década de 1930 às relações entre Brasil e Argentina. Cabe lembrar que Justo era um admirador de Bartolomé Mitre e considerava uma boa relação com o Brasil fundamental em sua política internacional.

⁴⁶¹ Pela união e cordialidade continentaes. *A Hora*, 21 de outubro de 1933. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴⁶² Como forma de demonstração do clima propício às relações entre Brasil e Argentina durante o período de atuação de Ramón Cárcano no Brasil e suas impressões sobre alguns políticos e intelectuais brasileiros, cf. MORENO, Isidoro J. Ruiz. *Semblanzas de brasileños por el embajador Cárcano (1934-1937)*. In: Ministério das Relações Exteriores. *A visão do outro...*, op. cit, p. 423-437.

⁴⁶³ ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2006.

⁴⁶⁴ O convenio cultural entre a Argentina e o Brasil. *O Globo*, 30 de setembro de 1933. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴⁶⁵ *Ibidem*.

Quando visita o Brasil em 1933, Justo o faz aceitando um convite de Vargas. Nesta ocasião, além do *Convênio de Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia*, serão assinados outros sobre comércio e navegação, turismo, intercâmbio artístico e troca de publicações. Na esfera cultural e educacional, estes acordos se dão de forma mais ampla e mostram objetivos situados além daqueles estritamente políticos e econômicos. Dentre os acordos assinados neste âmbito estão o *Convênio de Intercâmbio Intelectual* que visava fomentar as trocas entre especialistas, professores e alunos brasileiros e argentinos, determinando, inclusive, visitas de grupos especializados em determinadas áreas ao país vizinho; o *Acordo sobre Troca de Publicações* determinando que na Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores da Argentina e na Biblioteca Nacional de Buenos Aires haveria uma seção dedicada a autores brasileiros, bem como na Biblioteca do Itamaraty e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro ocorreria o mesmo quanto aos autores argentinos; o *Convênio de Intercâmbio Artístico* que estabelecia que anualmente Brasil e Argentina realizariam exposições artísticas no país vizinho a fim de apresentarem suas produções artísticas; e, finalmente, o *Convênio de Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* que aqui abordamos com maiores detalhes. Ramón Cárcano, como membro da *Academia Nacional de la Historia*, membro correspondente do IHGB e presidente do Conselho Nacional de Educação na Argentina assumia papel central nestes acordos.

O posterior incentivo de Justo ao Congresso de História da América de 1937 se inseria também nesta política de aproximação em diferentes âmbitos com o Brasil. O interesse do presidente pelos estudos históricos era grande, de modo que, como sabemos, foi membro honorário da *Sociedade de Historia Argentina* e elevou a Junta à categoria de *Academia Nacional de la Historia* em 1938. Como político, ele via a história como útil para a formação do patriotismo e da identidade nacional e para a construção da solidariedade entre os países sul-americanos. Solidariedade que seria aprofundada na medida em que fosse desbravado um passado em comum. Segundo ele, para países jovens como Brasil e Argentina a história possuiria grande importância e finalidade. Em discurso proferido durante o Congresso em 1937, o presidente chegou a afirmar que a história “*debe enseñar a mirar hacia el porvenir sin abominar del pasado que lo preparó*”⁴⁶⁶. A história, em sua visão e na dos muitos historiadores ao seu

⁴⁶⁶ Discurso del Excmo. Señor Presidente de la Nación. General de División Agustín Justo, en el almuerzo ofrecido a los delegados el día 06 de agosto. Atas do Congresso Internacional de História da América (1937). Tomo I. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1938. p. 364. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

redor, ensina, oferece exemplos e elementos para a construção do futuro. Na ocasião, Justo ainda expressou um desejo que reflete esta visão prevalecente da história como mestra da vida, portadora de ensinamentos para o porvir. Deseja que “*las investigaciones de nuestro común pasado fortalezcan los lazos que nos ligan en el presente y nos unirán aún más estrechamente en el porvenir*”⁴⁶⁷. Daí o incentivo aos muitos projetos de aproximação entre Brasil e Argentina na década de 1930 pela via do conhecimento histórico. O passado comum traria raízes comuns que uniriam, pacificariam e fortaleceriam estas relações necessárias para a integração sul-americana.

Em 1935 foi Vargas quem viajou até a Argentina a fim de retribuir a visita de Justo em 1933. O presidente brasileiro inaugurou com Justo a Conferência Comercial Panamericana e acertou, mais uma vez, diferentes acordos econômicos, políticos, culturais e educacionais. Dentre eles estiveram o *Tratado de Comércio e Navegação*, o *Convênio sobre Lutas Civis* e o *Fomento de Intercâmbio de Professores e Estudantes*. Deste modo, deram continuidade a um projeto de integração e intercâmbio em esferas distintas que vinha se desenvolvendo deste 1933. Foram muitos os convênios e acordos assinados entre os dois presidentes. Porém, cabe destacar que aqueles situados na esfera educacional e cultural ganharam projeção e sentido amplos naquele período. Isto porque não apenas eram necessários projetos de integração para o presente, mas precisava-se, ao mesmo tempo, formar as futuras gerações neste caminho integracionista. Daí educar, instruir e formar para uma relação pacífica com o país vizinho. A integração, portanto, é concebida como algo que extrapola os âmbitos comercial e econômico. Mesmo perdendo força nos anos posteriores a Vargas e Justo, principalmente durante a ocorrência da Segunda Guerra, estes projetos deixaram marcas na política internacional de ambos os países e influenciaram a formação daquela geração de intelectuais das décadas de 1930 e 1940. Como trabalhamos com a escrita da história e diálogos intelectuais focalizamos, evidentemente, no projeto mais marcante neste sentido: a *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia*. Porém, é preciso perceber sua inserção num clima propício para a realização de diferentes acordos com um mesmo objetivo de acentuação das relações entre Brasil e Argentina. A *Revisão* inseria-se num quadro muito mais amplo que envolveu os interesses políticos e econômicos dos presidentes Getúlio Vargas e Agustín Justo⁴⁶⁸.

⁴⁶⁷ Ibidem.

⁴⁶⁸ Cf. FRAGA, Rosendo. Los acuerdos Vargas-Justo; 1933-1935. In: Ministério das Relações Exteriores. *A visão do outro...*, op. cit, p. 401-421.

O texto oficial do *Convênio de Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia*, publicado em 1936 pela Imprensa Nacional, fala da necessidade de se desenvolver o pleno conhecimento do país vizinho para que as futuras gerações possam construir relações de amizade e trocas culturais. Era preciso, deste modo, apagar dos textos de ensino todos os tópicos que pudessem estimular os conflitos entre os países americanos. Aqui, mais uma vez, olhar para o passado e escrever a história passam diretamente pela construção do futuro. Assim, lê-se:

A República dos Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, animadas do desejo de ainda mais estreitar as relações de amizade que as unem, convencidas de que essa amizade mais se consolidará pelo perfeito conhecimento que tenham as novas gerações, tanto da geografia como da história de suas respectivas pátrias, expurgados os textos de ensino daqueles tópicos que recordem paixões de épocas pretéritas, quando ainda não se haviam perfeitamente consolidado os alicerces de suas nacionalidades [...].⁴⁶⁹

Todos os demais países americanos poderiam pleitear participação no empreendimento de *Revisão*, desde que as comissões brasileira e argentina estivessem de acordo com os novos membros. Ainda na década de 1930 se discutirá a adesão da Bolívia, do Chile, do Peru e da Colômbia. Em 1945 a *Revisão* já incluía intercâmbios culturais e intelectuais com a Bolívia, o Chile, o Peru, a Colômbia, o Paraguai, o Uruguai e a República Dominicana. O texto do convênio termina assinado por Afrânio de Mello Franco e Carlos Saavedra Lamas. Para a revisão dos textos de ensino de história foram aprovadas algumas normas centrais que deveriam constar nos textos já reescritos. Eram elas: generalidade, ao voltar-se para todos os aspectos do passado nacional; cordialidade, com a retirada de qualquer comentário que degradasse a imagem de povos estrangeiros; solidariedade, conferindo sentido histórico à solidariedade entre os povos; idealismo, ao salientar o desinteresse e a cordialidade da política exterior; americanidade, com iniciativas que formem a consciência americanista; e veracidade, através de sínteses históricas que deveriam se limitar apenas aos fatos, excluindo-se comentários e divagações. Todos estes princípios de algum modo se conjugam com uma perspectiva de futuro que se pretendia construir nas trocas culturais e intelectuais entre Brasil e Argentina. Procura-se ensinar uma história baseada em critérios que trariam importantes consequências para as gerações futuras.

Somente no mesmo período de publicação deste texto pela Imprensa Nacional, em 1936, será formada a Comissão Revisora brasileira responsável pelos trabalhos de revisão dos textos. Em reuniões realizadas em maio deste ano serão decididos os membros participantes do

⁴⁶⁹ *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geographia*, op. cit. Cf. nota 41.

empreendimento, as bases e princípios que deveriam norteá-lo e as formas de divulgação destas determinações aos professores de história brasileiros. As decisões seriam, ao mesmo tempo, comunicadas aos responsáveis pelo empreendimento na Argentina, tendo como seu principal representante Ricardo Levene. Os membros da Comissão Brasileira reunidos em maio de 1936 eram Affonso Taunay, Sousa Docca, Raja Gabaglia, Jonathas Serrano, Othelo Rosa, Pedro Calmon, Fonseca Hermes, Renato de Mendonça e José Carlos de Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores e presidente de honra da comissão. Destacamos a presença de Jonathas Serrano, um dos mais importantes líderes católicos do campo educacional na época. Na sessão inaugural, Pedro Calmon pede a palavra para tratar da necessidade de expandir estes princípios aos demais estados brasileiros. Sua proposta será posta em prática ainda neste ano quando a Comissão Revisora envia correspondências com as normas da *Revisão* para o prefeito do Distrito Federal e os governadores do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Pará, Amazonas, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Goiás, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe, Ceará, Espírito Santo, Piauí e Acre. Foram também enviados mil exemplares das mesmas normas a Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública, ligado aos grupos católicos neotomistas⁴⁷⁰, a fim de serem distribuídos entre os estabelecimentos de ensino do país. Ainda na sessão inaugural da comissão, Calmon lembra a importância de se definir com precisão suas bases de trabalho como havia sido feito na Argentina com o mesmo objetivo. Calmon, apesar de ser militar e ter ingressado no IHGB com um tema sobre História Militar no Brasil, também ressalta que se deveria evitar a ênfase na história militar e ater-se mais demoradamente na história econômica que explicaria o desenvolvimento dos países. Na ata da sessão consta:

Refere-se [Pedro Calmon] [...] a que se devem traçar linhas geraes de pacifismo, de modo aos compêndios não se aterem apenas a factos de guerras e feitos militares, dando extensão maior a historia economica e ao desenvolvimento da riqueza das nações. E a propósito da historia do Brasil, fala na historia do café que até hoje constitue um capitulo inedito, com que se está occupando o Doutor Taunay.⁴⁷¹

Além destes aspectos, outro bastante abordado na reunião é a necessidade de ao valorizar a história do país vizinho não se permitir que o nacionalismo e o patriotismo sejam apagados. Lembremos que tratamos do contexto dos governos Vargas e Justo em que esta era uma das

⁴⁷⁰ Cf. nota 222.

⁴⁷¹ Ata da sessão inaugural da Comissão Brasileira de Historia e Geographia, criada de accordo com o convenio firmado entre o Brasil e a Argentina para revisão dos textos de ensino. 14 de maio de 1936. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

principais orientações ideológicas de suas políticas. A sessão seguinte foi realizada a 16 de maio de 1936. Para ela, foram especialmente convidados como colaboradores Rodolfo Garcia, Bernardino de Souza, Delgado de Carvalho, Max Fleiuss e Lourenço Filho. Na ata, a comissão se demonstra preocupada que suas decisões cheguem até os professores de ensino primário e secundário e, ao mesmo tempo, sejam incluídas no Plano Nacional de Educação:

O appello deve estender-se aos professores para que pugnem nas suas lecções pelo desenvolvimento dos sentimentos de cordialidade americana evitando allusões hostis aos povos americanos.⁴⁷²

E ainda:

Por proposta do Senhor Taunay, apresenta o Senhor Lourenço Filho a seguinte moção, que é aprovada:
 ‘Proponho que o Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores entre em entendimento com o Exmo. Sr. Ministro da Educação no sentido de que as normas fixadas pela Comissão sejam incluídas no Plano Nacional de Educação, que está sendo elaborado.’⁴⁷³

Em ata da segunda sessão⁴⁷⁴ consta o envio de telegrama a Ricardo Levene comunicando-lhe do início das atividades da Comissão Revisora no Brasil. Na mesma, destaca-se ainda a proposta de inclusão do termo “pan-americano” onde se lê “sul-americano”, influência das tentativas dos Estados Unidos de se imporem sobre a América Ibérica na década de 1930. Indício ainda das disputas que envolviam os próprios conceitos de América do Sul, Ibérica, Latina, Pan-América... Segue-se debatendo acerca da linguagem em que devem ser apresentados os textos e da necessidade, antes já proposta por Calmon, de focar na história econômica e no desenvolvimento dos países americanos. A sessão seguinte fica marcada para o dia 19 de maio onde é debatido o neologismo “americanidade” criado para o texto dos princípios da revisão. Segundo Pedro Calmon, o correto seria falar de “americanismo”, sendo que sua proposta não é aceita. A ata⁴⁷⁵ não aprofunda a discussão e logo é marcada a próxima, e última, sessão que

⁴⁷² Ata da primeira sessão ordinária da Comissão Brasileira de Historia e Geographia, criada de accordo com o convenio firmado entre o Brasil e a Argentina para revisão dos textos de ensino. 16 de maio de 1936. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴⁷³ Ibidem.

⁴⁷⁴ Ata da segunda sessão ordinária da Comissão Brasileira de Historia e Geographia, criada de accordo com o convenio firmado entre o Brasil e a Argentina para revisão dos textos de ensino. 18 de maio de 1936. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴⁷⁵ Ata da terceira sessão ordinária da Comissão Brasileira de Historia e Geographia, criada de accordo com o convenio firmado entre o Brasil e a Argentina para revisão dos textos de ensino. 19 de maio de 1936. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

ocorreria no dia 22 de maio. A partir dela é redigida a ata final das reuniões da Comissão Revisora no ano de 1936 quando seus trabalhos pela *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia da América* foram iniciados efetivamente. Aqui são oficialmente registrados os já referidos princípios básicos de generalidade, cordialidade, solidariedade, idealismo, americanidade e veracidade. Foi determinado, ao mesmo tempo, que as decisões da revisão deveriam ser comunicadas ao ministro da Educação e Saúde Pública para que fossem acrescentadas ao Plano Nacional de Educação. O apelo aos professores já discutido nas primeiras sessões também foi registrado na ata final, determinando ser necessário

Notificar, por intermédio do Ministro da Educação e Saude Publica, a todos os directores de estabelecimento de ensino do paiz a premente conveniencia e a necessidade de serem os compendios de historia nacional expungidos de quaesquer expressões que, offensivas aos povos americanos, possam estimular sentimentos e animar prevenções, que contrariem os ideais do pan-americanismo.⁴⁷⁶

Estas normas foram adotadas oficialmente e, num sentido autoritário, foi criada uma comissão censora que garantisse sua aplicação nas escolas primárias e secundárias do país. O texto do convênio contendo-as deveria ser enviado ainda, como vimos, aos governadores e secretários de educação dos Estados, assim como aos inspetores de ensino, à Liga das Nações, aos demais governos americanos e à Comissão Revisora Argentina. Para finalizar, é proposto que o governo brasileiro providencie a tradução para o português de algum compêndio didático de história argentina nos termos do convênio assinado em 1933. No material referente aos Acordos Internacionais depositado no Arquivo Histórico do Itamaraty ainda é possível encontrar a cópia das bases apresentadas por Pedro Calmon para a *Revisão*. Aqui, além dos princípios por nós já descritos, Calmon apresenta comentários interessantes acerca de como deveria se dar o ensino da história no Brasil. Uma história que deveria ser narrativa e objetiva, verídica e imparcial. Para ele, é preciso manter

[...] as proporções convenientes entre a história politica, a economica, a espiritual, afim de que a visão parcial dos factos não prejudique a noção global de meio physico, povo, evolução e unidade do Brasil.⁴⁷⁷

Ao mesmo tempo,

⁴⁷⁶ Ata final dos trabalhos da Comissão de História e Geographia, criada de accordo com o convenio firmado entre o Brasil e a Argentina para revisão dos textos de ensino. 22 de maio de 1936. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴⁷⁷ Bases apresentadas pelo Dr. Pedro Calmon para a Revisão dos Textos de Historia. Cópia. 17 de junho de 1936. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

Os compêndios de historia, adoptando um rigoroso critério de veracidade, que em nenhuma hypothese póde ser sacrificado, a propósito dos episódios militares terão o cuidado de excluir quaesquer commentarios offensivos em relação aos póvos sul-americanos, nossos vizinhos. A narração do acontecido não deve motivar uma exaltação aggressiva. Não se destinam a alimentar prevenções internacionaes, porém a descrever os factos ocorridos. Advertirão ao estudante, igualmente, acerca das tradições pacifistas e desinteressadas da nossa política exterior, e da coherencia observada a esse propósito, pela renuncia do Brasil a guerras de conquista, e sentido conciliador e continental de sua acção diplomática.

[...]

Toda historia tendenciosa é detestável e ephemera. Por isso a veracidade deve ser o critério universal da elaboração histórica. [...] deve prevalecer a exclusão systematica dos temas cuja discussão persiste, tornando polemicas e irreconciliaveis as conclusões. Historia é narração. Esta é eminentemente objectiva. Os textos escolares devem ater-se a essa objectividade, no que concerne às relações com os póvos americanos, para que elles manifestem a mesma justiça quanto ao Brasil em todas as suas épocas.⁴⁷⁸

A criação da Comissão Revisora e o desenvolvimento dos seus trabalhos foram comunicados a Ricardo Levene. Este escreve à Comissão Brasileira ainda em maio de 1936, ao final de suas primeiras reuniões, a fim de agradecer que lhe tenha sido comunicado o início das atividades. Em curto telegrama, Levene exalta o trabalho realizado em solidariedade com homens de estudo e professores brasileiros⁴⁷⁹. Em outra correspondência do mesmo ano, endereçada diretamente a Pedro Calmon e por este reportada ao ministro Fonseca Hermes, Levene exalta os princípios adotados pela comissão no Brasil e diz serem os mesmos pelos quais optou a comissão argentina. No telegrama diz serem notáveis “*las proposiciones aprochadas que coinciden en su espiritu y fines con las adoptadas por la comisión de Buenos Aires*”⁴⁸⁰. O historiador argentino era presidente da *Comisión Argentina de Revisión de los Textos de Historia y Geografía*, criada em julho de 1935, a qual também pertenciam Federico A. Daus, Carlos Correa Luna, Emilio Ravignani e Felix J. Outes⁴⁸¹.

É mister apresentar as transformações pelas quais passavam o ensino da história nos níveis primário e secundário na Argentina durante as décadas de 1920 e 1930. De acordo com

⁴⁷⁸ Ibidem.

⁴⁷⁹ Telegrama enviado por Ricardo Levene à Comissão Revisora de Textos de História e Geografia. Buenos Aires, 27/28 de maio de 1936. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴⁸⁰ Telegrama enviado por Pedro Calmon ao Ministro Fonseca Hermes relatando correspondência recebida de Ricardo Levene. Rio de Janeiro, 3 de junho de 1936. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴⁸¹ Cf. Telegrama enviado por Ramón Cárcano ao ministro Moniz de Aragão. Buenos Aires, 27/28 de março de 1935. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

Emiliano Endrek⁴⁸², é possível distinguir três etapas do ensino de história no país: do início do século XX – em especial a partir das comemorações do Centenário da Independência – até depois da Primeira Guerra, onde se objetiva o desenvolvimento do nacionalismo, tendo como principal representante Ricardo Rojas⁴⁸³; da década de 1920 até a década de 1930, nas quais se desenvolve uma visão pacifista sobre a história depois da guerra e se procura desenvolver a revisão dos textos de ensino; e um período a partir da década de 1940 onde, mais uma vez, acentua-se o nacionalismo de acordo com as tendências internacionais. Endrek demonstra que após a Primeira Guerra surge na América Ibérica um sentimento americanista que foi incorporado aos objetivos principais no ensino da história. Alguns eventos refletiram estes novos interesses, como a celebração, a partir de 1917, do *Día de la Raza* e a criação da *Semana de América*, inspirados na V Conferência Pan-americana reunida no Chile em 1923 e no Primeiro Congresso Americano do Rio de Janeiro em 1922. Neles opta-se por criar cátedras destinadas ao ensino da confraternidade americana a fim de transmitir aos estudantes sentimentos de solidariedade e pacifismo. Esta orientação sobre o ensino da história seguia, segundo o mesmo autor, as mudanças nas orientações filosóficas que sustentavam o pensamento dos intelectuais do período: aquelas do positivismo ao espiritualismo. Ambas, no entanto, pretendiam converter o ensino da história em ensino da história da civilização, pois, assim, se poderia pensar o desenvolvimento coletivo da humanidade e a partir daí se teria em mãos conclusões aplicáveis à própria conduta individual e/ou coletiva no presente. Novamente a história é vista como aquela que ensina e constrói, que educa para o presente, e cuja complexa temporalidade a relaciona ao estudo do passado a partir da reflexão do presente e da projeção do futuro. A história, a partir de investimentos de revisões e traduções, teria uma função prática diante das problemáticas do presente.

Endrek afirma, simultaneamente, que a revisão dos textos de ensino de história se constituía numa tendência mundial após a Primeira Guerra, sobretudo na década de 1930, com o objetivo de evitar as rivalidades entre as nações. Segundo o autor, em 1919, “*el gobierno republicano de Austria había decidido que en los manuales escolares se reemplazara la historia de los estados y las familias reinantes y sus guerras por la historia de los pueblos, su vida, sin*

⁴⁸² ENDREK, Emiliano. La enseñanza de la historia argentina y americana: Nivel primario. In: ANZOÁTEGUI, V. T.; URQUIJO, J. M. M. e MAEDER, E. J. A. (org.). *La Junta...*, Vol. II, op. cit, p. 354-370.

⁴⁸³ Cf. ROJAS, Ricardo. *La restauración nacionalista. Crítica de la educación argentina y bases para una reforma en el estudio de las humanidades modernas*. Obras completas. T. IV. 2ª ed. Buenos Aires: La Facultad, 1922.

*disminuir la importancia de grandes reyes y hombres ilustres*⁴⁸⁴. Para Victor Tau Anzoátegui⁴⁸⁵, Levene, que desde jovem se interessava pela redação de textos de ensino de história, tomou conhecimento nos anos de 1920 de suas revisões que então se desenvolviam na Europa a fim de evitar incitações de violência que teriam contribuído para a Primeira Guerra. Em meio a esta tendência, portanto, é que, em 1933, o acordo entre Brasil e Argentina foi assinado e, em 1935 e 1936, as comissões revisoras foram criadas. Num período próximo, no Segundo Congresso de História da América, realizado em Buenos Aires em 1937, o historiador espanhol Rafael Altamira falava das pautas que deveriam, àquela época, orientar o ensino da história: compromisso com a verdade e a imparcialidade; relação entre o político-militar e a história da civilização; visão de cada país e sua população como parte de uma história mundial, ou seja, visão da história como unidade; posicionamento no passado a fim de compreendê-lo; incorporação de fatores econômicos aos argumentos explicativos, dentre outras.

Max Fleiuss, colaborador da Comissão Revisora Brasileira, se corresponderá com Altamira já em 1940 em vista de enviar-lhe artigo no qual relata e analisa o funcionamento e as modificações sofridas pelo ensino secundário de história da civilização no Brasil. No artigo, Fleiuss fala da modernização sofrida por esta área no país, em 1931, através das reformas do ministro Francisco Campos. Aponta, ao mesmo tempo, como aspectos críticos o que antes aqui existia. O interessante é que seus critérios de avaliação se aproximam amplamente das pautas defendidas por Altamira em 1937. Segundo Fleiuss, até 1931 no Brasil prevaleciam o estudo de episódios políticos, diplomáticos e militares e a memorização de datas, deixando-se de lado questões econômicas de grande relevância. O problema da reforma, descrito ainda por Fleiuss a Altamira, seria a supressão da cadeira de história do Brasil, tornando-a mero apêndice da história da civilização. Resultado do furor pela generalidade no ensino da história que, como vimos, vinha atingindo a revisão dos textos de história. No entanto, o IHGB se pronunciou contrário à mudança e obteve sucesso, de modo que a história do Brasil voltou a ser ensinada separadamente apenas para as quartas e quintas séries do ensino secundário. Além disto, Fleiuss se refere ao convênio com a Argentina para a retirada de aspectos que pudessem ferir as boas relações entre os países como algo extremamente positivo para a visão que vinha se desenvolvendo em torno da

⁴⁸⁴ ENDREK, E. La enseñanza..., op. cit, p. 364.

⁴⁸⁵ ANZOÁTEGUI, Victor Tau. Ricardo Levene y la Biblioteca de Autores Brasileños traducidos al Castellano. *Academia Portuguesa de História*. IV Congresso das Academias de História Íbero-Americana. V. II. Lisboa, 6 a 13 de novembro de 1994. p. 705-719.

escrita e do ensino da história no período⁴⁸⁶. Ressaltamos que a superação de uma história meramente política, diplomática e militar também se constituiu em importante orientação para Levene que defendia a busca da verdade, a relação da pesquisa histórica com o ensino e um caráter integral do conhecimento histórico que abarcaria aspectos jurídicos, econômicos, culturais e religiosos.

É preciso ainda lembrar que, como vimos no capítulo I, para a Argentina nas primeiras décadas do século XX, após a elevada onda imigratória que marcou o país na segunda metade do século XIX, o controle sobre o que era ensinado nas escolas ganhava ainda maior relevância. Frequentadas por imigrantes italianos, em especial, estas tinham a função de educá-los para uma relação identitária com a Argentina. Emiliano Endrek fala que neste período muitos imigrantes impediam que seus filhos falassem espanhol nas escolas e eram utilizados livros e símbolos referidos à cultura italiana. Trazer estes imigrantes para uma identificação com a América Ibérica, principalmente, é claro, com a Argentina, era uma das funções que o ensino da história então adquiria. Como veremos mais adiante, a história terá, ao mesmo tempo, importante papel na superação de obstáculos práticos e subjetivos para o alcance de reconhecimento e legitimidade. O passado colonial, a miscigenação e a imigração como possibilidade de exclusão de suas marcas também formam parte desta discussão.

É diante de uma visão de história a partir da qual se aprende a agir no presente que a Comissão Revisora argentina se reúne em 1935. No país, foi apenas a partir da segunda metade de século XIX que o ensino e o estudo da história ganharam papel de aprendizado com as experiências e formação para a vida. É esta versão, solidificada ao longo das décadas seguintes, que influenciará os trabalhos de Levene, Outes, Daos, Correa Luna e Ravignani. Diante disto, e num tom praticamente reproduzido pelos historiadores brasileiros um ano depois, foram formuladas as proposições do empreendimento de *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* na Argentina. No total foram determinados três critérios: o da necessidade de convivência internacional americana; o de comparação, abarcando as relações com diferentes países, evitando a autovalorização parcial e tendenciosa e destacando a ação das nações descobridoras; e o de veracidade, com a busca de uma suposta autoridade científica para a história. Não podemos, por fim, esquecer que o desenvolvimento da Nova Escola Histórica, da

⁴⁸⁶ Artigo (minuta) de Max Fleiuss enviado ao Prof. Rafael Altamira, em Bayone, sobre o ensino da História da Civilização no Brasil. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1940. Arquivo pessoal de Max Fleiuss. Acervo: IHGB.

qual já tratamos anteriormente, atingiu amplamente não apenas a pesquisa histórica, mas também o ensino da história, refletindo-se na *Revisão*. Deste modo, o próprio uso de fontes documentais se tornou importante na elaboração de livros didáticos. Jorge María Ramallo⁴⁸⁷ informa que, em 1913, Levene publicou, para o ensino secundário, o trabalho *Lecturas históricas argentinas*, baseado fundamentalmente em documentações históricas sobre o período colonial, a Revolução de Maio e a organização constitucional do país.

Foi com este olhar sobre a história, e envolvido por sua múltipla temporalidade, que Levene liderou os principais empreendimentos de trocas culturais e intelectuais com o Brasil, em prol dos quais visitou o país no mesmo ano de 1936. Em julho deste ano, o embaixador Ramón Cárcano escreve ao Itamaraty com o objetivo de comunicar a chegada de Ricardo Levene no dia 25 deste mesmo mês. Aqui ele é apresentado como “*entusiasta amigo del Brasil y sócio correspondiente del Instituto Histórico*”⁴⁸⁸. Levene vem ao Brasil acompanhar os trabalhos de *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia*, mas, simultaneamente, se empenha em negociar outro empreendimento de grande importância para os diálogos intelectuais entre Brasil e Argentina e que também é tema deste trabalho: a *Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana*. Iniciada em 1937, suas bases, no entanto, foram definidas a partir da estadia de Levene no Brasil entre os meses de julho e agosto de 1936. Os intelectuais membros da Comissão Revisora irão se reunir com Levene a fim de discutir os rumos dos trabalhos de revisão e trocar experiências sobre o mesmo empreendimento em seus respectivos países. Para além disto, traçarão juntos os primeiros passos da formação das *Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana* e da de *Autores Argentinos traduzidos ao Português*. Nas presenças de Affonso Taunay, Jonathas Serrano, Emilio Souza Docca, do ministro Fonseca Hermes e do cônsul Renato de Mendonça, Ricardo Levene informou a respeito da

[...] assignatura pelo Presidente Justo de um decreto abrindo credito para a traducção hespanhola e impressão, ainda este anno, de duas ou três obras mestras da literatura brasileira, iniciando uma serie que com o tempo tenderia a tornar-se avolumada.⁴⁸⁹

⁴⁸⁷ RAMALLO, Jorge María. *La enseñanza de la historia argentina y americana: Nivel secundario*. In: ANZOÁTEGUI, V. T.; URQUIJO, J. M. M. e MAEDER, E. J. A. (org.). *La Junta...*, Vol. II, op. cit, p. 372-386.

⁴⁸⁸ Telegrama de Ramón Cárcano ao Itamaraty comunicando da chegada de Ricardo Levene. Rio de Janeiro, 13/15 de julho de 1936. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴⁸⁹ Comissão Brasileira dos Textos Didacticos de Historia e Geographia. *Jornal do Commercio*, 02 de agosto de 1936. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty. Cf. também ata da reunião da Comissão Brasileira Revisora dos Textos Didacticos de Historia e Geographia, quando da visita de Ricardo Levene, depositada no mesmo arquivo.

Affonso Taunay, seguindo na mesma direção, diz que o Ministério das Relações Exteriores no Brasil estaria disposto a financiar a tradução de duas obras argentinas para o português. Os intelectuais reunidos se dedicam, assim, a escolher quais obras dariam início ao empreendimento. Não coincidentemente, são escolhidas a *Historia de la Civilización Argentina*⁴⁹⁰ de autoria do próprio Levene e a *História da Civilização Brasileira*⁴⁹¹ de Pedro Calmon, que não participava da reunião por estar ausente do Rio de Janeiro. Levene e Calmon possuíam posições de liderança não apenas nos empreendimentos de aproximação entre o Brasil e a Argentina, como em instituições históricas altamente renomadas em seus países. Levene era presidente da então *Junta de Historia y Numismática Americana* e Calmon do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Além disto, suas obras traduzidas se caracterizavam pela preocupação em construir uma síntese da história de seus países. Algo que era pauta para os historiadores do período e que facilitaria o princípio da generalidade presente, como vimos, nas bases da *Revisão* que exigiam um conhecimento geral do passado nacional. Foi decidido ainda que dariam imediato prosseguimento às coletâneas as seguintes obras de caráter sociológico, histórico e literário:

QUADRO 14:

OBRAS A SEREM TRADUZIDAS PELAS BIBLIOTECAS DE AUTORES BRASILEIROS TRADUZIDOS AO CASTELHANO E DE AUTORES ARGENTINOS TRADUZIDOS AO PORTUGUÊS (1936)

TÍTULO	AUTOR	PAÍS DE ORIGEM
Arengas	Bartolomé Mitre	Argentina
Discursos e Conferencias	Ruy Barbosa	Brasil
Bases y puntos de partida	Alberdi	Argentina
Capitulos de Historia Colonial	Capistrano de Abreu	Brasil

⁴⁹⁰ LEVENE, Ricardo. *Síntese da História da Civilização Argentina*. RJ: Of. Graf. de A Noite, 1938. A tradução resultante deste empreendimento, que se encontra depositada na Biblioteca do Itamaraty, foi prefaciada por Calmon. Segundo *O Jornal*, do Rio de Janeiro, ela teria “o sentido e a significação americana na obra de aproximação intelectual entre os dois povos tradicionalmente amigos e irmãos”. Bibliotheca Brasileira de Autores Argentinos. *O Jornal*, s/d. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

⁴⁹¹ CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. RJ: Editora Nacional, 1937.

Recuerdos de Provincia	Sarmiento	Argentina
Evolução do Povo Brasileiro	Oliveira Vianna	Brasil
Juan Facundo Quiroga	Ramón Cárcano	Argentina
Os Sertões	Euclides da Cunha	Brasil

Fonte: Ata da reunião da Comissão Brasileira Revisora dos Textos Didacticos de Historia e Geographia. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

Definida esta listagem de obras a serem traduzidas, Levene e Taunay encerraram a reunião enfatizando a cordialidade, a paz e a amizade americanas:

Em seguida tomou o Dr. Ricardo Levene a palavra para em eloqüentes e elogiosos conceitos exprimir quanto, a seu ver, a obra que se ia encetar poderia tornar-se um elo forte da cordialidade e da paz americana.

O Dr. Taunay, encerrando a sessão, agradece a presença de seus colegas e accentua compartilhar sinceramente dos sentimentos e da opinião expressada pelo Dr. Levene, de assentar por meio da cultura e do pensamento a amizade entre as duas grandes republicas americanas.⁴⁹²

Em outubro do mesmo ano, Ramón Cárcano escreve ao embaixador do Brasil em Buenos Aires, José Carlos de Macedo Soares, comunicando-lhe ter o governo argentino destinado uma soma de oito mil pesos ao início das traduções da *Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana*⁴⁹³. Em anexo segue outro ofício enviado ao Itamaraty pelo Ministério da Justiça e Educação Pública da Argentina comunicando-lhe a respeito do apoio do governo argentino à formação da biblioteca. Nele defende-se:

Que para lograr la depuración de errores y prejuicios y salvar omisiones de los textos de enseñanza, que es labor de la Comisión Revisora, esta ha enunciado en sus proposiciones citadas, la necesidad de preparar dichos textos sobre la base de las investigaciones y conclusiones científicas de historiadores y geógrafos y hombres de estudio;

Y teniendo en cuenta el fin de difundir el conocimiento de obras sintéticas para estrechar las relaciones amistosas intelectuales entre escritores y profesores de Brasil y Argentina,

EL PRESIDENTE DE LA NACIÓN ARGENTINA EN ACUERDO DE MINISTROS
DECRETA

Art. 1º - Autorízase al Ministerio de Justicia e Instrucción Pública a invertir – con cargo de oportuno reintegro con el crédito de solicitar del H. Congreso de la Nación – hasta la suma total de OCHO MIL PESOS MONEDA ARGENTINA DE CURSO LEGAL (\$8.000.00 m/n) encomendando a la Comisión Revisora de Textos de Historia y Geografía, dependiente del Departamento de Justicia e Instrucción Pública, la edición de una biblioteca selecta de carácter sintético, de autores Brasileños traducidos al castellano, que versará sobre la Historia, Geografía, Ciencias y Letras del Brasil. –

⁴⁹² Comissão Brasileira dos Textos Didacticos de Historia e Geographia, op. cit.

⁴⁹³ Ofício enviado por Ramón Cárcano a José Carlos de Macedo Soares. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1936. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

Estas obras se distribuirán a las Bibliotecas Públicas y entre maestros y profesores de primera y segunda enseñanza y universitarios.
(...)⁴⁹⁴

Objetiva-se traduzir obras de síntese com finalidade especificamente pacifista que englobariam as áreas de História, Geografia, Ciências e Letras e seriam distribuídas entre bibliotecas públicas e professores argentinos de ensino primário, secundário e universitário. Portanto, a partir de uma produção dialógica do conhecimento, estes intelectuais, envolvidos em importantes instituições históricas e na diplomacia, investem num maior conhecimento da história do país vizinho. Afinal, lembrando o que diz Carlo Ginzburg⁴⁹⁵, ninguém pensa sozinho, mas sim inserido num processo de circulação cultural e de ideias e a partir do diálogo intelectual com seus pares nacionais e/ou estrangeiros. Percebe-se na prática uma tentativa de ruptura com a distância e o isolamento interno da América Ibérica. Uma tentativa que envolve, primordialmente, um olhar sobre o passado e a história marcado pelas ideias de pacifismo e cordialidade; marcada, em última instância, pela integração ibero-americana. Uma história marcada pelo presente, ou melhor, pela multitemporalidade oriunda da mistura entre o estudo do passado, as demandas do presente – pós-Primeira Guerra – e os projetos de um futuro a ser construído. A *Revisão* e as *Bibliotecas* ilustram, acreditamos, a efetivação destas ideias, seja ela bem sucedida ou não. Num contexto de guerra seria preciso se fortalecer, criar formas de defesa contra os conflitos e a violência, contra a distância e o isolamento. O olhar sobre a história poderia ser uma via possível para o alcance deste objetivo.

Cabe lembrar que a tradução de uma obra brasileira para o castelhano significaria sua projeção por toda a América Ibérica. Mais ainda: ao serem adotadas por professores primários, secundários e universitários, fariam parte de várias etapas da formação das novas gerações, como era desde o início objetivo dos defensores e organizadores da *Revisão*. A formação das *Bibliotecas*, que surge a partir das discussões das Comissões Revisoras em 1935 e 1936, coube muito bem a este objetivo. Afinal, divulgaria o que vinha sendo produzido de “mais importante” pela intelectualidade do país vizinho. A escolha do que era mais importante, evidentemente, era feita de acordo com a imagem que cada país pretendia construir de si e com os interesses, em geral diplomáticos, que envolviam os organizadores do acordo. Eram preferidas obras que abordassem a formação social brasileira e argentina e aquelas de caráter literário que fugissem a

⁴⁹⁴ Ofício enviado ao Itamaraty pelo Ministério da Justiça e Educação Pública. Buenos Aires, 19 de outubro de 1936. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴⁹⁵ GINZBURG, C. *Nenhuma Ilha é uma Ilha...*, op. cit.

posições políticas e conflituosas. A presença de *Os Sertões* de Euclides da Cunha⁴⁹⁶, com sua demonstração das diferenças, da violência e do conflito no Brasil, vinha, provavelmente, do caráter amplamente literário da obra e do seu relacionamento com o Itamaraty, mesmo que nunca tenha alcançado seu almejado posto na diplomacia.

Em *memorandum*⁴⁹⁷ enviado ao Itamaraty pela Embaixada do Brasil em Buenos Aires em 1940, com o objetivo de informar sobre as relações culturais entre o Brasil e a Argentina, temos notícias de como vinha se desenvolvendo o processo de tradução de obras entre estes países. Nem todos aqueles livros inicialmente previstos haviam já sido traduzidos quatro anos depois. Não podemos precisar porque razão, mas algumas possibilidades seriam o alto custo financeiro e os entraves burocráticos, fatores que também podem estar relacionados ao início da Segunda Guerra em 1939. Assim, apenas quatro livros brasileiros haviam sido traduzidos ao castelhano. O número de livros argentinos traduzidos ao português era de apenas três. Parece que o financiamento das *Bibliotecas* fora um problema que se colocava com frequência. Para a tradução e publicação da própria *Síntese da História da Civilização Argentina* de Levene foi necessário que a Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual solicitasse à Secretaria de Estado das Relações Exteriores auxílio financeiro, pois a obra ainda não havia saído do prelo por falta de verbas⁴⁹⁸. Dois anos depois, Graça Aranha, chefe da Comissão de Cooperação Intelectual, escrevia à editora Briguiet & Cia, a pedido de Ricardo Levene, a fim de solicitar os direitos autorais da obra *Pequena História da Literatura Brasileira* de Ronald de Carvalho para que fosse traduzida e distribuída gratuitamente entre as bibliotecas públicas argentinas. Graça Aranha argumenta que este trabalho de tradução seria de grande interesse para as editoras por favorecer a divulgação de livros brasileiros em países de língua espanhola. Algumas editoras já teriam, inclusive, cedido os direitos autorais das obras por elas publicadas em prol do empreendimento. Dentre elas estariam a Companhia Editora Nacional, a Livraria Francisco Alves e a Livraria José Olympio⁴⁹⁹. Esta solicitação, datada de 1941, relacionava-se à tentativa de ampliar o número de

⁴⁹⁶ CUNHA, Euclides. *Os Sertões – Campanha de Canudos*. 34ª ed. RJ: Francisco Alves, 1989.

⁴⁹⁷ *Memorandum* enviado ao Itamaraty pela Embaixada do Brasil em Buenos Aires com avaliação das relações culturais entre Brasil e Argentina. 15 de janeiro de 1940. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴⁹⁸ Ofício da Comissão de Cooperação Intelectual à Secretaria de Estado das Relações Exteriores com solicitação de verbas para a tradução de obras. Rio de Janeiro, 10 de maio de 1938. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴⁹⁹ Correspondência enviada por Graça Aranha à Editora Briguiet & Cia solicitando cessão de direitos autorais. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1941. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

obras que já haviam sido traduzidas até 1940. Vejamos nos quadros a seguir as traduções até esta data:

QUADRO 15:

**OBRAS TRADUZIDAS PELAS BIBLIOTECAS DE AUTORES BRASILEIROS
TRADUZIDOS AO CASTELHANO E DE AUTORES ARGENTINOS TRADUZIDOS AO
PORTUGUÊS ATÉ 1940**

<i>Pela Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana:</i>	
TÍTULOS	AUTORES
História da Civilização Brasileira	Pedro Calmon
Evolução do Povo Brasileiro	Oliveira Vianna
Os Sertões	Euclides da Cunha
O Imperador e o Instituto Histórico	Afonso Celso
<i>Pela Biblioteca de Autores Argentinos traduzidos ao Português:</i>	
TÍTULOS	AUTORES
Síntese da História da Civilização Argentina	Ricardo Levene
De Caseros ao XI de Setembro	Ramón Cárcano
Orações Seletas	Bartolomé Mitre

Fonte: *Memorandum* do Itamaraty à Embaixada do Brasil em Buenos Aires. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

Até 1949, no entanto, dez obras brasileiras puderam ser traduzidas ao castelhano em meio a um projeto que as divulgaria por toda a América Ibérica conferindo-lhes a abrangência e o significado de serem algumas das mais representativas da intelectualidade brasileira. Superando-se alguns problemas de financiamento, Victor Anzoátegui informa que entre 1937 e 1949 o ritmo de publicação foi intenso:

[...] dos volúmenes em 1937, três em 1938, uno en el 39 y otro en el 40. Después de una pausa en el 41, aparecieron dos en 1942 y uno en el año siguiente. Los últimos, más espaciados, salieron a luz en 1947 y 1949. El formato era pequeño y se prepararon ejemplares en rústica y encuadernados en tela.⁵⁰⁰

⁵⁰⁰ ANZOÁTEGUI, V. T. Ricardo Levene y la Biblioteca..., op. cit, p. 715.

As obras traduzidas até 1949 foram, segundo dados fornecidos pelo mesmo autor, as seguintes:

QUADRO 16:

**OBRAS TRADUZIDAS PELA BIBLIOTECA DE AUTORES BRASILEIROS
TRADUZIDOS AO CASTELHANO ENTRE 1937 E 1949**

TÍTULOS	AUTORES	ANO DE PUBLICAÇÃO
História da Civilização Brasileira	Pedro Calmon	1937
Evolução do Povo Brasileiro	Oliveira Vianna	1937
Os Sertões	Euclides da Cunha	1942
O Imperador Dom Pedro II e o Instituto Histórico	Afonso Celso	(ano não identificado)
Discursos e Conferências	Ruy Barbosa	1940
Minhas Memórias dos Outros	Rodrigo Octávio	1940
Casa-Grande & Senzala	Gilberto Freyre	1942
Pequena História da Literatura Brasileira	Ronald de Carvalho	(ano não identificado)
São Paulo no século XVI. História da Vila de Piratininga	Affonso Taunay	(ano não identificado)
A Vida na Selva	Candido de Mello Leitão	1944

Fonte: ANZOÁTEGUI, Victor Tau. Ricardo Levene y la Biblioteca de Autores Brasileños traducidos al Castellano. *Academia Portuguesa de História*. IV Congresso das Academias de História Íbero-Americana. V. II. Lisboa, 6 a 13 de novembro de 1994. p. 705-719.

Dentre os autores traduzidos, cinco também constavam nas listagens de livros brasileiros mais enviados pelo Itamaraty a instituições estrangeiras as quais analisamos no capítulo I. São eles: Pedro Calmon, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Mello Leitão e Euclides da Cunha. A maioria, como já sabemos, diretamente ligada ao pensamento católico no Brasil. Fator que, mais uma vez, acreditamos colaborar para a construção da imagem de um país católico, harmônico e naturalmente rico. Imagem fortalecida pela *Revisão* e pelas *Bibliotecas*. Os livros receberam prólogos de Ricardo Levene, Federico Daus, Emilio Ravignani, Max Fleiuss, Ricardo Sáenz Hayes e Rómulo Zabala. As traduções ficaram a cargo de Julio E. Payro, Benjamin Garay e

María Victoria C. Lisanda. A interrupção da *Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana* viria com a ascensão de Juan Domingo Perón ao poder em 1946, quando as atividades intelectuais na Argentina foram bastante limitadas pelo novo governo, em especial no que tange ao desenvolvimento de diálogos com os demais países ibero-americanos. Dois volumes ainda foram publicados em 1947 e 1949. Porém, de forma precária e possivelmente em razão da certa mobilidade que Levene possuía diante de Perón, já que se manteve politicamente neutro no período e havia sido seu professor na Escola Militar de Buenos Aires.

A *Biblioteca de Autores Argentinos traduzidos ao Português* alcançou em números a mesma proporção que a produzida pelos intelectuais argentinos. Formou, assim, um total de dez traduções publicadas entre 1938 e 1952. A seguir as obras argentinas traduzidas pela iniciativa brasileira:

QUADRO 17:

OBRAS TRADUZIDAS PELA BIBLIOTECA DE AUTORES ARGENTINOS TRADUZIDOS AO PORTUGUÊS ENTRE 1938 E 1952

TÍTULOS	AUTORES
Síntese da História da Civilização Argentina	Ricardo Levene
De Caseros ao XI de Setembro	Ramón Cárcano
Orações Seletas	Bartolomé Mitre
Bases e Pontos de Partida para a Organização Política da República Argentina	Juan B. Alberdi
Vidas Argentinas	Octavio Amadeo
Seis Figuras do Prata	Juan Pablo Echagüe
O Santo da Espada	Ricardo Rojas
Mitre. Uma Década de sua Vida Política (1852-1862)	Rodolfo Rivarola
Recordações da Província	Domingo F. Sarmiento
Dom Segundo Sombra	Ricardo Güiraldes

Fonte: ANZOÁTEGUI, Victor Tau. Ricardo Levene y la Biblioteca de Autores Brasileños traducidos al Castellano. *Academia Portuguesa de História*. IV Congresso das Academias de História Íbero-Americana. V. II. Lisboa, 6 a 13 de novembro de 1994. p. 705-719.

A ênfase fora dada às obras de caráter histórico e literário, além de trabalhos considerados “clássicos” do século XIX, algo que diferenciava a coleção brasileira da sua versão argentina. Estas traduções foram feitas por Paulo de Medeyros, Lauro Escorel e Augusto Meyer e ganharam prefácios de Pedro Calmon, João Neves Mello Franco, Osvaldo Aranha, Octavio Tarquino de Souza, Eduardo Tourinho, Augusto Frederico Schmidt, Álvaro Lins e Acácio Franca. Autores cujos vínculos com o catolicismo novamente merecem destaque. A importância das *Bibliotecas*, em suas versões brasileira ou argentina, situa-se, sobretudo, na difusão do estudo da história para os ditos leitores comuns; em tornar acessível para um grupo bem mais amplo que o de especialistas, intelectuais e pesquisadores alguns selecionados conhecimentos históricos sobre o país vizinho. No caso das obras brasileiras traduzidas ao castelhano, é preciso destacar que elas acabaram por alcançar projeção não apenas na Argentina, mas nos demais países ibero-americanos. São introduzidas em suas bibliotecas e utilizadas por professores de ensino primário, secundário e universitário. Assim, mais do que um projeto brasileiro e argentino é um amplo empreendimento de caráter americano. Neste sentido, cabe reproduzir as palavras de Victor Anzoátegui:

[...] estamos en presencia de una empresa de dilatado horizonte, que unía a dos lenguas, que hermanaba tradiciones culturales afines. Si bien aparecía concretada en la relación argentino-brasileña tenía alcances iberoamericanos. Abarcaba los campos de Historia, Letras, Sociología, Ciencias, Geografía y buscaba transmitir estos saberes de modo sintético, con el propósito de atraer al lector común. Se trataba, sin duda, de un proyecto que tendía a vigorizar la enseñanza y la difusión popular de la cultura. De modo particular, estaba empeñado en expandir una noción ‘integral’ de la Historia, que comprendiese todas las expresiones de la vida social de los pueblos. Los libros que encabezaban cada colección, obra de reconocidos historiadores de ambos países, Pedro Calmón y Ricardo Levene, bajo el título común de ‘Historia de la Civilización’ responden sin duda a esa idea.⁵⁰¹

As obras traduzidas tratam de temas relacionados a várias esferas da vida social, de modo a tornar a história muito mais próxima e acessível ao grande público do que a descrição de eventos políticos e militares. Trata-se agora de aspectos da formação da sociedade que fazem parte do cotidiano dos indivíduos. É possível, assim, ver nas páginas dos livros e buscar uma identificação com o que é lido. Busca-se construir uma relação entre o livro de história e as experiências do presente. Acreditamos ainda que estes empreendimentos ilustram uma atuação conjunta dos intelectuais no início do século XX no Brasil e na Argentina em torno da escrita e

⁵⁰¹ Ibidem, p. 719.

do ensino da história, o que se relaciona à busca de reconhecimento e legitimidade numa esfera internacional excludente. Como intelectuais como estes brasileiros e argentinos poderiam nela se inserir? Não esqueçamos que eram oriundos de países de passado colonial e marcados pela miscigenação. Questão que ainda hoje não se apresenta resolvida, menos ainda esteve no início do século XX. Para chegar a esta esfera, era preciso antes responder às problemáticas que o passado e o presente lhes impunham. Era preciso qualificar-se, a si mesmo e a sua própria história, maquiando os conflitos e as rivalidades e valorizando o que aqui haveria de supostamente bom. O papel dos países colonizadores, inclusive, ganha uma releitura histórica de valorização, conforme buscamos apresentar ao longo da tese. A cultura e a formação social ganham destaque. As fontes documentais que confeririam caráter de veracidade à história se tornam essenciais no trabalho do historiador.

Era preciso construir uma leitura apropriada de país e legitimá-la por meio de fontes documentais, do trabalho de pesquisa, da revisão dos textos de ensino e do intercâmbio de traduções que garantiria interlocutores ao que é produzido. Era preciso, ao mesmo tempo, romper com o isolamento interno que, como já discutimos, afetava a América Ibérica que na tentativa de se aproximar dos europeus, ou de ser como eles, esquecia de si mesma. Era preciso vencer o embaraço e a desqualificação de ser brasileiro, argentino, chileno, peruano, uruguaio, boliviano, etc. Era preciso, por fim, vencer os próprios obstáculos subjetivos para a formação de uma identidade ibero-americana. Lembremos do que afirma Robert Darnton⁵⁰² acerca das relações entre os textos lidos e a compreensão das experiências vividas de acordo com determinados contextos históricos e sociais. As traduções e revisões que aqui apontamos podem ser assim compreendidas, na medida em que as percebemos como parte de um projeto de construção da “americanidade”, da cordialidade, do pacifismo e de autoqualificação através da história. Cordialidade e pacifismo que sugerem um tom católico neotomista de unidade na diversidade, conforme trabalhamos no capítulo II. Estas traduções passam a formar parte da educação dos jovens, conseqüentemente, da formação das futuras gerações. Lembramos que alcançar o futuro a partir de uma ação no presente era objetivo principal da *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia*, de onde surgiu a ideia das *Bibliotecas*. Juntos, estes intelectuais pensam em alternativas para os conflitos e rivalidades entre países e buscam construir um futuro de paz em

⁵⁰² DARNTON, Robert. A leitura rousseauista e um leitor ‘comum’ no século XVIII. In: CHARTIER, Roger. (org). *Práticas de Leitura*. SP: Estação Liberdade, 1996. p. 143-175.

oposição à Primeira Guerra que não se queria ver repetida. Se a história ensina e constrói é preciso olhar em direção a ela para evitar um porvir violento e intolerante. Prognóstico de futuro que, como sabemos, não se confirmou.

O objetivo de criar na América alternativas aos conflitos europeus já estava presente no Primeiro Congresso de História da América de 1922. Max Fleiuss, ao receber os participantes do congresso comemorativo do centenário da independência brasileira, dizia que os estudos históricos naquele período adquiriam “especial feição”⁵⁰³. Segundo ele, com base em autores como Sainte-Beuve, Littré, Renan e Buckle muitos historiadores americanos, dos quais um dos principais seria Ricardo Levene, estariam conferindo à história aqui trabalhada caráter de cientificidade. O desenvolvimento dos estudos históricos e da intelectualidade do próprio continente vinham, defende Fleiuss, surpreendendo a Europa. Assim, aos poucos a região tornava-se lugar privilegiado no qual “a grande obra de resurreição dos factos históricos assume proporções grandiosas”⁵⁰⁴. Isto porque, em sua opinião, pacífica e distante das divergências políticas europeias a América permitiria a reunião de historiadores de diferentes países, como era o caso do congresso que se iniciava. Com a crise do Velho Mundo, o Novo Mundo era chamado a participar cada vez mais da interpretação do passado e da pacificação do presente através da cordialidade e do intercâmbio cultural e intelectual. Alguns trechos da fala de Fleiuss publicada na coletânea *Páginas de Historia* bem ilustram o olhar daqueles historiadores sobre o papel da escrita da história no presente do entre-guerras:

E' principalmente na terra livre da América, não trabalhada nem dividida ainda por ódios políticos, que as embaixadas da paz e da sciencia, os grandes congressos internacionaes, como o que Historia da America, que se acaba de reunir em nossa patria, como significativa consagração do seu primeiro seculo de emancipação politica, traduzem o mais seguro elemento de êxito para a solidariedade intercontinental, de maior efficacia que a de quaesquer outros serviços de aproximação diplomatica. Não ha, pois, vocabulos de louvor com que exaltar a importancia e a significação do Congresso Internacional de Historia da America, sob o ponto de vista do intercambio intellectual e da amizade recíproca entre as nações co-irmãs do Novo Mundo; vale por um tratado de commercio de idéas e cordialidade fraternal.⁵⁰⁵

E complementa:

A America, desde a solução do ultimo conflicto mundial, começa a ser chamada ao desempenho do seu magno papel de centro de attracção de todas as forças vivas da humanidade, sacudida pela immensa crise que atravessa o Velho Mundo. Sobre Ella

⁵⁰³ FLEIUSS, Max. *Páginas de Historia*. RJ: Imprensa Nacional, 1928. p. 347.

⁵⁰⁴ *Ibidem*, p. 347-348.

⁵⁰⁵ *Ibidem*, p. 348.

voltam-se todas as vistas no momento actual, como a chave única do indecifrável problema do equilibrio economico-financeiro que preocupa a Europa.⁵⁰⁶

Posteriormente, no contexto da Segunda Guerra, serão aprofundadas, mesmo com o crescimento de visões nacionalistas, as preocupações com a unidade entre os países americanos. Conforme defendemos, a relação entre as guerras de 1914 a 1918 e 1939 a 1945 e o olhar sobre a escrita e o estudo da história se faz notar, mais uma vez, de forma intensa. Cabe retornar à já referida visita de Afonso Arinos de Mello Franco a Argentina em 1944 a fim de vermos os argumentos por ele utilizados na defesa da intensificação dos intercâmbios culturais e intelectuais entre Brasil e Argentina. Convidado pela Comissão Nacional de Cooperação Intelectual do país vizinho, Afonso Arinos realizou conferências em Buenos Aires e em La Plata e defendeu a aproximação cada vez maior entre os dois países, pois haveria entre eles uma inquebrantável tradição democrática e uma união em diversas esferas. Fala, inclusive, contra aqueles que apontam antagonismos nesta relação:

Es falso lo que se diga sobre antagonismos entre los dos países. Podrá haber en uno y otro lado núcleos insignificantes de tontos, o interesados en esgrimir el fantasma de absurdas desinteligencias y de falsos preconceptos, pero lo real es que, como ya lo dijo un gran argentino, ‘todo nos une y nada nos separa’.⁵⁰⁷

Afonso Arinos presta ainda tributo a França, destruída já no final da guerra, e diz que com sua reconstrução ela tornará a ser a grande referência intelectual para os países ibero-americanos. Defende, assim, a “unidade espiritual”⁵⁰⁸ entre os países de língua latina e se opõe à hegemonia norte-americana. Só através desta espécie de “espírito de união e confraternidade” é que os intercâmbios intelectuais se tornariam efetivamente viáveis e concretos.

Destaquemos, no entanto, o ano de 1942. Nele parece terem se desenvolvido novas e importantes discussões acerca das traduções e revisões dos textos de história entre Brasil e Argentina. Uma delas se refere às tentativas dos historiadores argentinos de interferirem na revisão dos textos didáticos de ensino de história brasileiros. Propunham modificações no livro *História do Brasil* de João Ribeiro, no que tange especialmente ao conflito do Prata. Esta interferência provocou reações de Pedro Calmon que relembra que no convênio assinado em

⁵⁰⁶ Ibidem, p. 349.

⁵⁰⁷ Mello Franco destaca la amistad argentino-brasileña. Dice también que América debe elaborar su unidad espiritual. *Crítica*, 04 de novembro de 1944. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁵⁰⁸ Ibidem.

1933 ficou acertado que cada país providenciaria a revisão de seus próprios livros. Sendo este princípio alterado, o membro do IHGB defende o direito de fazer o mesmo. Enfim, conflitos e discordâncias internas, evidentemente, também marcaram as relações entre historiadores. Não esqueçamos que neste período as tendências nacionalistas já se misturavam às perspectivas de “americanidade” e cordialidade pelas quais eles até então se debateram⁵⁰⁹. Isto não impedirá, por outro lado, o desenvolvimento dos empreendimentos em discussão, já que eles se prolongarão ainda por anos (quatro na Argentina e dez no Brasil). Lembramos que neste ano o Ministério das Relações Exteriores da Argentina enviou ofício ao Itamaraty com sugestões de colaboração para o fortalecimento da solidariedade americana. O plano de coordenação fala na publicação conjunta de uma revista destinada à juventude americana e de uma obra intitulada *Hombres y obras americanas*. Destacam-se os objetivos da revista para a juventude:

- a) desenvolver la gran patria americana, por encima de los partidos políticos y fórmulas doctrinarias racionalistas y materialistas de Europa.
- b) orientar la cooperación americana, hacia el campo económico, financiero, intelectual, artístico, etc.
- [...]
- e) trabajar por la obra de la paz entre los países americanos y proponer acciones intelectuales, artísticas y económicos entre los mismos fortificando por estos medios, las ideas y los vínculos de amistad, así como la confianza recíproca.⁵¹⁰

Objetivava-se produzir um conhecimento autônomo diante dos padrões europeus, mas, ao mesmo tempo, legitimado e capaz de colaborar para a construção da paz, que, neste ano, já se encontrava novamente abalada no contexto europeu. A referência crítica direta às doutrinas racionalistas e materialistas europeias provavelmente se relaciona ao conflito vigente desde 1939. Mais uma vez, clama-se pela necessidade de em conjunto se olhar para a história através de ações intelectuais que fortaleçam laços de confiança e amizade recíprocas. Um resumo dos objetivos do plano contido no mesmo ofício se torna ainda mais exemplar neste sentido ao remeter-se ao desenvolvimento da consciência americana e da liberdade e, principalmente, à figura de José San Martín:

⁵⁰⁹ Cf. *Memorandum* enviado à Divisão de Cooperação Intelectual. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1942. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁵¹⁰ Ofício enviado pelo Ministério das Relações Exteriores da Argentina ao Itamaraty. *Colaboración a la solidaridad del continente americano. Plan de coordinación*. 30 de julho de 1942. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

Objeto de estas publicaciones: Contribuir a la americanización del espíritu, desarrollar la conciencia americana y propender a los ideales que con respeto a la libertad americana, poseyó el General San Martín.⁵¹¹

Em 1943, o *La Nación* publica reportagem na qual estes objetivos são reafirmados. Nela é noticiado o envio de carta a Ricardo Levene por José de Paula Rodrigues Alves por ocasião da tradução do livro de Ronald de Carvalho para a *Biblioteca de Autores*. Na carta, o embaixador brasileiro agradece a divulgação que o empreendimento iniciado por Levene confere aos autores brasileiros em toda a América de língua espanhola. Aproveita para defender a importância do conhecimento mútuo e da solidariedade entre Brasil e Argentina. Em suas palavras, as *Bibliotecas* servem “para unirnos cada vez más, para que nos conozcamos mejor, para que el espíritu argentino se haga sentir en el Brasil, como el espíritu brasileño en la Argentina [...]”⁵¹². Rodrigues Alves aproveita para agradecer a dedicação de Levene dizendo que “a través de los libros estamos consolidando una secular amistad entre argentinos y brasileños dentro de una América sólidamente unida y fraterna”⁵¹³. Ainda segundo o jornal, em resposta Levene teria elogiado o esforço de Rodrigues Alves na aproximação entre seus países e declarado sua simpatía pelo país que seria historicamente amigo da Argentina, desde a independência – fala de Levene que oculta os muitos conflitos ocorridos entre Brasil e Argentina pós-independência. Levene diz então:

La labor que tengo oportunidad de desarrollar se inspira sinceramente en la simpatía hacia la hermosa patria del Brasil y sus hombres representativos, en el pasado y en el presente. Esta simpatía es de todos los argentinos, consecuencia de una amistad que ha nacido en los orígenes de la emancipación de estos pueblos hermanos llamados a la independencia y a la libertad.⁵¹⁴

Dito isto, é em outro fator que gostaríamos de nos fixar a partir de agora: a tradução pela *Biblioteca de Autores Brasileiros traducidos ao Castelhana* da obra *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre. Pretendemos nos ater a ela pelo seu caráter de ruptura e por seu autor, mesmo em meio ao conservadorismo católico, ser capaz de trazer à tona uma questão nevrálgica para as sociedades ibero-americanas: a miscigenação. Veremos como, mesmo tratando especificamente da formação da sociedade brasileira, o trabalho de Freyre pode ser projetado para a Ibero-

⁵¹¹ Ibidem.

⁵¹² La obra de acercamiento intelectual con Brasil. *La Nación*, 03 de maio de 1943. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

⁵¹³ Ibidem.

⁵¹⁴ Ibidem.

América e, em razão disto, foi escolhido para tradução e publicação em castelhano em 1942. Acreditamos que suas discussões perpassam as problemáticas em torno da subjetividade, da desqualificação e da busca de reconhecimento e legitimidade que vimos abordando até agora. Ademais, sua tradução é parte dos empreendimentos os quais nos empenhamos em descrever e analisar. É importante ressaltar que, de acordo com Victor Anzoátegui⁵¹⁵, Emilio Ravignani, um dos membros da Nova Escola Histórica e da Comissão Revisora Argentina, defendeu, em 1939, a ideia de que a *Biblioteca de Autores*, que nasceu aberta a variadas áreas de conhecimento, se relacionasse mais com a história, a geografia e a sociologia e menos com a pedagogia e a literatura. Ravignani desenvolveu esta defesa diante da proposta de se traduzir para breve duas obras brasileiras: uma educativa, a *Introdução à administração escolar* de Carneiro Leão, e outra tida como de caráter literário, a *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre. Mesmo diante de seu argumento, optou-se pela publicação, mas apenas da obra de Freyre. Acreditamos, entretanto, que mais do que uma disputa entre áreas de conhecimento motivou a opção pela tradução de *Casa-Grande & Senzala* em 1939 e sua concretização em 1942. Trata-se sim de uma escolha instigada pelas características metodológicas e ideológicas do trabalho de Gilberto Freyre e, sobretudo, pela problemática que ele trazia à tona: a miscigenação. Se a história ensina e constrói para as futuras gerações, seria preciso aprender a lidar com algo que se encontra no nervo da sociedade, mexe com a subjetividade e desqualifica diante dos olhos do Outro. Enfatizamos na múltipla temporalidade que contorna o debate sobre miscigenação desenvolvido por Freyre. Isto porque ao trazê-la para discussão o autor parte do seu presente, no qual a problemática é latente e ainda não havia encontrado quem a enfrentasse; volta-se para o passado em busca do conhecimento da formação social brasileira responsável pela miscigenação, e projeta um futuro conciliado e equilibrado para o país. Conjugação entre passado, presente e futuro, que gera efeitos ideológicos e políticos vivenciados até hoje, no Brasil e, quiçá, na América Latina.

PASSADO COLONIAL E MISCIGENAÇÃO: GILBERTO FREYRE E A *BIBLIOTECA DE AUTORES BRASILEIROS TRADUZIDOS AO CASTELHANO*

[...] reivindica-se para os povos americanos uma política de grande concordia de modo a que *seja a juventude educada dentro de um ambiente pacífico, onde os fatos da*

⁵¹⁵ ANZOÁTEGUI, V. T. Ricardo Levene y la Biblioteca..., op. cit.

historia nacional sejam olhados de forma a não produzir rancores e animadversão, capazes de prejudicar, no futuro, a paz continental [sem grifo no original].

A geografia será ministrada em novos moldes, com cunho real, esplanando as riquezas do sólo, o valor das industrias, a importancia dos rebanhos e a integridade do povo americano.

E' de esperar que, depois disto, não mais se leia nos compendios de geografia, que o Brasil é um país de mestiços e negros, com grande população de selvicolas relegada ao abandono, representando os brancos uma minoria que, de preferencia, habita as cidades do litoral [sem grifo no original].

[...]

Quanto à revisão dos textos de história pátria, ela se impunha, [...], pela necessidade de lhes dar uma feição mais consentanea com o espirito do povo brasileiro.

Não se pode negar a influencia dos autores portugueses na apreciação dos nossos eventos, muitas vezes em detrimento dos nossos valores.

[...]

A influencia das tres raças na formação do tipo nacional, sem os atritos observados em outros povos americanos, merece destaque [sem grifo no original].

Dar uma feição atrativa e, sobretudo, moderna ao estudo da historia nacional.

Se tal acontecer, terá a mocidade do Brasil de acrescentar mais esta benemerencia ás demais consubstanciadas nos convenios dos dous países. Etulain Autran.⁵¹⁶

Em 1933 era publicada a primeira edição de *Casa-Grande & Senzala* no Brasil. Mesmo ano em que, como se sabe, foi assinado o convênio entre Brasil e Argentina para a *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia*. Aparentemente, estes dois eventos em nada se relacionam, o que, de certo modo, é verdade. Porém, por meio do trecho acima reproduzido de um artigo do *Jornal do Brasil* do mesmo ano a respeito da *Revisão*, talvez seja possível realizar um exercício de reflexão que comprove a existência de um elo não apenas cronológico, mas temático, ideológico e metodológico entre eles. O artigo fala em educar a juventude num espírito pacífico, fala na construção de um futuro de paz para o continente americano, visão pacificadora da realidade que esteve demasiadamente presente na obra de Freyre, como veremos adiante. Contudo, fala de algo fundamental neste ponto da reflexão que propomos: a mudança da visão do Brasil como um “país de mestiços e negros”, além de índios e de uma minoria da população branca. Segundo seu autor, mereceria destaque ainda nos textos de história e geografia revistos “a influencia das tres raças na formação do tipo nacional, sem os atritos observados em outros povos americanos”. Brancos, afrodescendentes e índios deveriam, portanto, ser apresentados às futuras gerações como pacificamente conjugados na formação da sociedade brasileira, sem atritos ou conflitos. Ora, o artigo do jornal se constitui muito mais numa opinião do que numa orientação acerca da *Revisão*. Contudo, escrito no mesmo ano de publicação de *Casa-Grande & Senzala* é

⁵¹⁶ Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia. *Jornal do Brasil*, 25 de outubro de 1933. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

bastante provável que seu autor estivesse dialogando com as ideias nele presentes, tendo-o lido ou não.

O mesmo artigo ainda ilustra o quanto a problemática da miscigenação na formação social brasileira se impunha aos intelectuais que se propunham a pensar a história na década de 1930. Era necessário responder aqueles que desqualificavam o país através de sua constituição étnica, que o viam como país de mestiços e, por conseguinte, inferior e atrasado. Era preciso mostrar, através dos textos de ensino de história, o quanto, apesar da miscigenação, o Brasil era pacífico, sem atritos e equilibrado. Em meio à religiosidade, às comidas da casa grande, à cultura africana, ao sadismo dos senhores com os escravos e às brincadeiras de crianças é justamente isto que Freyre irá desenvolver como base de sua síntese sobre a formação social brasileira: a interpretação de um Brasil que, mesmo diante da miscigenação, das diferenças e dos antagonismos, é misturado de forma equilibrada, cordial e pacífica. Visão de cordialidade que, como vimos longamente, vinha sendo desenvolvida na América Ibérica. Cordialidade que, em 1936, Sérgio Buarque de Holanda identificará no brasileiro e o denominará “homem cordial”, sendo esta a contribuição do Brasil para a formação da civilização. Ele diz:

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal.⁵¹⁷

Assim, tanto a temática abordada por Freyre quanto sua perspectiva conciliadora se encontravam em diálogo com o que era pensado no Brasil e em outros países ibero-americanos acerca da escrita de suas histórias. O próprio Freyre parecia saber da atualidade e da relevância de sua proposta. Sabia que ao falar da miscigenação tocava em um tema difícil e latente; um tema que se ainda hoje provoca sofrimentos e intolerância, mais ainda o fez em sua época. Neste sentido, disse no prefácio à edição de 1933 de *Casa-Grande & Senzala*:

Estudando a vida doméstica dos antepassados sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o ‘tempo perdido’. Outro meio de nos sentirmos nos outros – nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. É um passado que se

⁵¹⁷ HOLANDA, S. B. *Raízes...*, op. cit, p. 146-147.

estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos.⁵¹⁸

O que Freyre se propõe a estudar é algo tão presente que o levará a ser traduzido nove anos depois para a *Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana*. Tempo relativamente longo que talvez se deva ao próprio tema de Freyre e à sua oposição ao governo Vargas que chega a levá-lo a se autoexilar em Portugal na mesma década de 1930. Não esqueçamos que a *Revisão* e as *Bibliotecas* são empreendimentos oficiais desenvolvidos por instituições históricas em conjunto com o Itamaraty e que o próprio convênio de 1933 foi assinado por Vargas e Agustín Justo. Isto possivelmente dificultou a tradução mais imediata de Freyre. De todo modo, será por meio deste empreendimento, que tem origem nas reuniões da Comissão Revisora dos textos de ensino, que Freyre terá sua obra projetada pela Ibero-América. A partir de um empreendimento com objetivos amplos que englobam o pacifismo e a cordialidade americanos, a formação da juventude e a intensificação das relações entre Brasil e Argentina.

Para além deste eixo temático que representava um problema a ser resolvido e explicado pela intelectualidade do período, acreditamos que a relação da publicação da primeira edição de *Casa-Grande & Senzala* com o convênio assinado em 1933 está nas próprias características metodológicas da obra de Freyre. Isto porque, embora ele diga que seu trabalho atinge as sensibilidades, não sendo apenas um esforço de pesquisa em arquivos, ele apresenta grandes marcas deste esforço. Deste modo, a obra é uma síntese da história do Brasil baseada na intensa pesquisa documental em acervos do país e do exterior. Ademais, Gilberto Freyre foge ao estudo da história política, diplomática e militar para apresentar temas do cotidiano e o estudo da cultura no Brasil, já que, em suas palavras, “dentro dessa rotina é que melhor se sente o caráter de um povo”⁵¹⁹. Sabemos que estas eram preocupações centrais para os intelectuais envolvidos nos empreendimentos de *Revisão*. Assim, possuindo estas características e descrevendo a sociedade miscigenada brasileira como pacífica, cordial, harmônica e sem conflitos, além de valorizar o papel dos países colonizadores e ver o que foi trazido de bom e construtivo para as colônias, Freyre constrói a imagem de um país que, apesar de suas marcas de desqualificação, seria

⁵¹⁸ FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala...*, op. cit, p. LXV. A referência da primeira edição de *Casa-Grande & Senzala* é: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. RJ: Ed. Maia & Schmidt, 1933.

⁵¹⁹ *Ibidem*.

equilibrado e, portanto, deveria ser ouvido, reconhecido e legitimado. Argumentos que serviam bem aos demais países ibero-americanos nas primeiras décadas do século XX.

Mais uma vez conjugando o olhar sobre o passado e as problemáticas do presente, esta concepção parece servir mais ainda à Argentina, onde será traduzida a obra de Freyre. Isto porque, desde o final do século XIX, o país se empenhava em apagar as marcas da miscigenação e construir a imagem de uma população branca, que, na América Ibérica, mais se aproximaria da “pureza” da cor e da etnia. Branqueamento que será desenvolvido a partir de políticas de imigração. Boris Fausto e Fernando Devoto⁵²⁰ apontam o maior crescimento proporcional da população argentina neste período em comparação com o Brasil. Enquanto aqui entre os anos de 1890 e 1940 a população cresceu de 14,3 milhões de habitantes para 41,2 milhões, na Argentina a expansão foi de 4,6 milhões em 1900 para 14,1 milhões em 1940. Depois dos Estados Unidos, a Argentina foi o país que mais atraiu imigrantes para as Américas entre 1870 e 1930. Fausto e Devoto destacam que isto se deve à propaganda favorável ao país divulgada nos países europeus de emigração, onde as melhores condições salariais e oportunidades de trabalho eram ressaltadas. O clima, o medo de doenças contagiosas e a presença dos afrodescendentes tornavam o Brasil uma opção menos atrativa para estes imigrantes. Assim, visando branquear sua população, a Argentina construiu uma imagem em torno de si mesma como um país sem as marcas da escravidão e da presença africana. Construiu uma imagem branca para poder branqueá-la ainda mais. Esta preocupação também esteve presente no Brasil, a ver por teorias como as de Oliveira Vianna em sua obra *Raça e Assimilação*⁵²¹ de 1932. Autor que também foi traduzido ao castelhano pela *Biblioteca* em 1937, bem antes da tradução de Freyre, o que provavelmente se deve à sua posição no Itamaraty e à sua visão bem menos tolerante quanto à questão étnica.

O país vizinho, de todo modo, foi mais bem sucedido ao pôr em prática estas teorias de branqueamento populacional. Luis Alberto Romero mostra que o país havia vivido décadas de crescimento espetacular e multiplicação de riquezas. Política e economicamente foram criadas condições para que estes imigrantes fossem integrados à sociedade. Romero afirma:

Os imigrantes, atraídos para essa transformação, foram integrados com sucesso a uma sociedade aberta, que ofereceu oportunidades abundantes para todos, e apesar de não faltarem tensões e embates, estes acabaram sendo assimilados, e predominou o consenso sobre a contestação.⁵²²

⁵²⁰ FAUSTO, B. e DEVOTO, F. *Brasil e Argentina...*, op. cit.

⁵²¹ VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. 4ª ed. RJ: José Olympio, 1959.

⁵²² ROMERO, L. A. *História contemporânea da Argentina...*, op. cit, p. 13.

Os imigrantes, além de servirem de mão-de-obra para o desenvolvimento industrial crescente, seriam vetor de uma espécie de exercício de “melhoramento da raça”. Afinal, era preciso apagar de vez as marcas indígenas e africanas na imagem da população. Cabe lembrar que as tensões sociais oriundas da Primeira Guerra geraram, posteriormente, conflitos, xenofobia e intolerância no país, após cerca de quatro décadas de investimento nas políticas de imigração. Esta fantasia de pureza que marcou as políticas públicas argentinas entre o final do século XIX e início do século XX demonstra o quanto a discussão de Freyre era atual e relevante para os intelectuais, políticos e classe dominante em sua época, tanto no Brasil quanto na Argentina. Uma importante questão era como se inserir na modernidade diante de um passado colonial e escravista; como ser aceito pelo Outro mesmo sendo visto com olhares de desqualificação por não se encaixar em padrões de pureza e perfeição; como construir uma imagem aparentemente aceitável aos olhos do Outro. Questões que já trabalhamos através do embate entre positivismo e neotomismo no capítulo anterior. A miscigenação era, portanto, fator de desqualificação e obstáculo a ser superado na conquista de legitimidade. Fantasia-se ser o que não se é, ter o que é impossível de se conseguir até mesmo pelos países europeus, como hoje já o sabemos. Distantes e isolados de nós mesmos, desejamos nos aproximar de padrões inalcançáveis e ilusórios. Afinal, puro e perfeito ninguém é. Gilberto Freyre rompe com isto ao mostrar que, na verdade, somos miscigenados. Porém, por outro lado, cai numa perspectiva de pureza da fé, católica, e de uma ideia de mistura na qual se apagam as diferenças e forma-se uma espécie de novo sujeito, diferente, miscigenado, mas, mesmo assim, “puro”; uma espécie de resultado “puro” da miscigenação.

O fato é que, desde sua tradução para o castelhano em 1942, *Casa-Grande & Senzala* e o pensamento de Gilberto Freyre encontrarão forte repercussão na Argentina. Quanto a este aspecto, Blas Matamoro informa:

A historiografia argentina era, então [na década de 1940], submetida a um duro revisionismo, que se prolonga até hoje, diversificando suas tendências e incorporando elementos do materialismo histórico, a sociologia de campo e a psicanálise da cultura. E a revisão nos impunha olhar, continuamente, para o país tropical. A tal ponto que, em Buenos Aires, editou-se uma completa Biblioteca de Autores Brasileiros, que abarcava

gêneros diversos, embora centrados na história, pois a dirigiam uns historiadores. Ali, conhecemos a primeira edição argentina de Casa Grande & Senzala.⁵²³

E complementa mais adiante:

[...] se me é permitido o anacronismo, todos esses clássicos argentinos [referência a trabalhos como os de Juan Augustín García e Juan Alvarez] são claramente 'freyreanos'. Muitos deles registraram em suas páginas as tradições orais recolhidas na rua ou no salão, quando não diretamente presenciadas ou copiadas de correspondência familiar. Era a história argentina redigida com liberdade literária que se permite o rapsodo épico e vista pela classe dominante de um país em formação.⁵²⁴

Dentre todas as obras de Freyre, portanto, é justamente a que discute a questão da miscigenação que recebe tradução especial para o castelhano em meio a um empreendimento amplo e de caráter bastante particular e integracionista. É este o volume escolhido para uma biblioteca que reúne, na visão dos intelectuais argentinos, os autores brasileiros mais emblemáticos e suas obras mais significativas. Acreditamos que a simbologia deste aspecto deve ser ressaltada. Cabe enfatizar que nas listagens de obras trocadas entre instituições brasileiras e argentinas constavam diversos dos volumes de Freyre. Em 1943, conforme já relatado no capítulo I, a *Sociedade de Historia Argentina* recebe da Embaixada Brasileira em Buenos Aires um total de 108 obras de autores brasileiros e/ou sobre história do Brasil⁵²⁵. De Gilberto Freyre constam *Nordeste, O mundo que o português criou, Um engenheiro francês no Brasil, Região e tradição e Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. Conforme apontamos, *Casa-Grande & Senzala* condizia largamente com as exigências metodológicas das Comissões Revisoras dos Textos de Ensino de História e Geografia do Brasil e da Argentina. Mais ainda, punha em discussão uma problemática central para ambos os países no período. Sem contar com a visibilidade que o trabalho de Freyre já havia ganhado entre as décadas de 1930 e 1940. Estes fatores em conjunto garantiram a projeção da obra de Freyre pela América Ibérica. Desta forma, ela se tornou parte da educação dos jovens e da formação das futuras gerações, como defendiam os organizadores da *Revisão* e das *Bibliotecas*.

Enquanto os demais trabalhos de Freyre foram lidos naquele contexto pelos argentinos em português (evidentemente, foram realizadas inúmeras traduções para o espanhol em períodos

⁵²³ MATAMORO, Blas. Gilberto Freyre: Um discurso do método. In: FONSECA, Edson Nery da. (org.). *Americanidade e Latinidade na América Latina e outros textos afins*. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003. p. 168.

⁵²⁴ Ibidem, p. 183.

⁵²⁵ Cf. nota 193.

posteriores), a tradução de *Casa Grande & Senzala* é parte de um esforço maior em conhecer o Brasil e estudar a formação desta sociedade que, mesmo falando outra língua e colonizada por outro país, apresenta fatores de proximidade com o restante da Ibero-América. Traduzi-la significava tornar sua leitura acessível a um público mais amplo do que aquele especializado que conhece obras estrangeiras e lê em outros idiomas. Era torná-la parte da educação dos jovens e de uma parcela bem maior da população. Voltamos a lembrar que o objetivo de historiadores do período era difundir o estudo da história, tornando-o parte de iniciativas que formem e fortaleçam um sentimento de pertencimento à América Ibérica e o pacifismo entre seus países. Pretendia-se desenvolver o gosto e o interesse pela história da América e, em consequência, os sentimentos de americanidade e latinidade. A revisão da história no Brasil e na Argentina na primeira metade do século XX, e possivelmente em outros países ibero-americanos, a ver pela expansão da *Revisão*, se insere nestes objetivos concretos acerca do estudo da história. Era preciso revê-la para torná-la parte da ação cotidiana, conferindo-lhe significado para o presente. Significado este que se relacionava a uma busca de reconhecimento e legitimidade para a Ibero-América, processo no qual a história exerce papel central. Isto envolve logicamente a ação e a imagem do próprio intelectual diante de seus pares estrangeiros. Não obstante, este processo exigia que se colocasse em pauta uma problemática que atingia e atinge o nervo da sociedade e dos indivíduos: a miscigenação. Daí que *Casa-Grande & Senzala* ganhe projeção no cenário intelectual e educacional ibero-americano.

Ricardo Levene⁵²⁶ chegou a registrar suas opiniões sobre o livro de Freyre por ocasião da sua edição na Argentina. Em texto datilografado, sem local de publicação, ele apresenta considerações muito positivas de intelectuais estrangeiros, como Percy Alvim Martin da Universidade de Stanford, sobre *Casa-Grande e Senzala*. Segundo Levene, Freyre teria se apropriado do *La Cité Antique* de Fustel de Coulanges e, com isto, encontrado vários porquês para as características sociológicas do Brasil. Quanto ao problema da miscigenação, Freyre teria concluído que “*el alma brasileña es un alma luso-americana profundamente africanizada, y las*

⁵²⁶ Levene possuía em sua Biblioteca Pessoal o primeiro e o segundo volumes da edição de *Casa Grande & Senzala* publicada pela *Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana*. Além destes, possuía também outros trabalhos de Freyre ou com prólogo preparado por ele. Ver anexo 2. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

fallas que esa africanización ofrece a los ojos de la ética europea”⁵²⁷ não eram inerentes a ela, mas impostas pela escravidão; corresponderiam “*a las fallas que en el caracter de esa raza y de sus amos impusieron el régimen de la esclavitud y el sistema económico de la monocultura*”⁵²⁸. A degradação, as falhas da “raça” aos olhos dos europeus, seria, portanto, resultado do sistema econômico e não parte constitutiva dos africanos e seus descendentes. Visão que ameniza o peso da desqualificação nas gerações posteriores, marcadas pelas heranças da miscigenação.

Esta miscigenação que atingia diretamente os intelectuais ibero-americanos se tornava questão a ser debatida num momento em que se quer fazer ouvir e notar numa esfera intelectual estrangeira moderna. Se inserir na modernidade, era, em grande parte, responder às demandas sociais e culturais que a tradição e o passado colonial impunham a estes indivíduos. O próprio Gilberto Freyre vivenciou esta problemática. Maria Lúcia Pallares-Burke, traçando o percurso intelectual do autor até a elaboração de *Casa-Grande & Senzala*, mostra como, na segunda metade da década de 1920, Freyre entra em contato com Franz Boas na Universidade de Columbia em Nova York. Acontecimento que teria contribuído em parte para que ele percebesse os fatores de exclusão, condenados por teorias racistas e violentas, que ele mesmo portava. Isto após ter se apoiado nas teorias eugênicas de Madison Grant e Stoddard em meio a um contexto violento de combate à imigração e à miscigenação nos Estados Unidos e de atuação do *Ku Klux Klan*. Segundo a autora:

[...] é lícito supor que, arrefecido o deslumbramento pelo que lia e observava, Freyre tenha caído em si e percebido que, de acordo, com o paradigma que a princípio aceitara, nem seu país, nem ele próprio, pessoalmente, tinham qualquer possibilidade de progredir. Fruto da mistura de holandeses e espanhóis, ou seja, de duas raças brancas distintas e desiguais, a nórdica e a mediterrânea, segundo o racismo, Freyre também se encaixava na categoria de ‘infeliz mestiço condenado a ter um ‘intelecto intermitentemente aguilhoado por explosões espasmódicas de energia’, como argumentava Madison Grant. O sentimento antiestrangeiro de que fora alvo nos Estados Unidos, e ao qual fez vagas alusões, [...], completava esse quadro nada animador.⁵²⁹

Se deparar com a própria condição de miscigenado e com as implicações que isto trazia para a intelectualidade ibero-americana fará parte, deste modo, de um processo pelo qual Freyre passará a ver a mistura como um aspecto positivo e produtor de importantes efeitos sociais. Segundo Maria Lúcia, no início da década de 1920, Freyre chegou mesmo a se entusiasmar com

⁵²⁷ LEVENE, Ricardo. Algunas opiniones sobre *Casa-Grande y Senzala*. s/d. Texto datilografado sem local de publicação. Acervo: Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

⁵²⁸ Ibidem.

⁵²⁹ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: Um vitoriano dos trópicos*. SP: Unesp, 2005. p. 322.

a forma como os Estados Unidos lidavam com a questão racial (ou étnica, em termos atuais). Neste momento, para Freyre, enquanto o Brasil parecia fechar os olhos para a questão da mestiçagem, os Estados Unidos a discutiam e procuravam possíveis soluções para aquilo que seriam os problemas dela resultantes. Assim, foi leitor e admirador de Grant e Stoddard, além de ter aprovado as políticas racistas com fundamentos científicos implementadas pela, a seu tempo, progressista, Margaret Sanger. Perceber esta vinculação de Freyre com teorias racistas da década de 1920 é, de acordo com Maria Lúcia Burke, fundamental para a compreensão dos rumos inteiramente opostos que ele irá conferir anos depois à discussão no caso brasileiro a partir de *Casa Grande & Senzala*. “É como se o jovem Freyre tivesse de conhecer e admirar o racismo numa de suas formas mais extremadas para que, finalmente, pudesse se livrar dele”⁵³⁰.

Em 1922, Freyre já era aluno de Boas na Columbia, mas sua influência ainda não se fazia sentir, já que praticamente desconhecia suas ideias. Aqui ele estará muito mais próximo do professor William Shepherd, interessado em promover a aproximação entre alunos e professores norte-americanos e ibero-americanos. Pioneiro em cursos sobre história e política ibero-americana, Shepherd foi de tanta importância para Freyre que este chegou a Columbia decidido a fazer sua tese sobre história da América do Sul sob sua orientação. Será somente na mesma época em que se percebe como parte da exclusão a que são expostos os indivíduos miscigenados que ele se aprofundará nas ideias de Boas acerca do quão importante seriam as uniões entre diferentes etnias. O período nos Estados Unidos foi, portanto, de grande influência para os rumos que suas análises da sociedade brasileira iriam tomar. Mais ainda: foi a partir do contato com os extremismos e fundamentalismos de uma sociedade profundamente intolerante com os afrodescendentes que Freyre percebeu sua posição mais amena e arejada quanto à miscigenação. A experiência de contato com o extremo será fundamental para fazê-lo olhar para a questão e trazê-la para o Brasil. Além disto, é muito esclarecedora da abordagem construída em *Casa-Grande & Senzala*. Neste sentido, a importância de Gilberto Freyre para a Ibero-América se torna evidente, por discutir um tema que nos atinge diretamente. Seu pensamento se encaixa muito oportunamente na visão de história da América que no mesmo período se pretendia construir na Ibero-América.

Era preciso explicar, conforme já dissemos, o passado colonial e se qualificar diante dos olhos da intelectualidade estrangeira. Mostrar os fatores positivos e construtivos da miscigenação.

⁵³⁰ Ibidem, p. 279.

A harmonia e a paz dela oriundas seriam um importante exercício de reflexão para a construção da “latinoamericanidade” e um degrau a mais na dura escala de ascensão e reconhecimento. Seria uma forma de utilizar o estudo e o ensino da história como forma de educar pacificamente as gerações futuras. Uma forma de partir das exigências do presente, olhar para o passado e projetar o futuro. Ressalta-se aqui a tensão dialética entre tentar se qualificar e ser desqualificado. Como a miscigenação é algo que envolve a Ibero-América como um todo, a temática de Gilberto Freyre pode ser pensada num sentido mais abrangente do que a sociedade açucareira no Nordeste brasileiro. Ela traz um problema, concreto e subjetivo, que envolve um conjunto bem mais amplo de indivíduos. A questão da cor e da mistura se fez e se faz muito presente para os ibero-americanos. Afinal, fogem todos de uma concepção engessada de pureza, não são nem pretos, nem brancos, nem índios, mas uma mistura complexa, difícil de ser explicada por lógicas racionais e binárias e marcada pelos conflitos de classes, etnias e ideias. Embora, este conflito Freyre procure apagar, ou melhor, conciliar. Interesse que talvez tenha sido de muitos historiadores no início do século XX, mas que parece ter produzido maiores efeitos no Brasil. Daí que a história que atualmente estudamos sejam não raramente pautada na ideologização da conciliação, herdada da imagem construída por Gilberto Freyre em torno de uma sociedade pacífica, conciliada e equilibrada.

Um dado importante na relação entre a obra de Freyre e sua tradução pela *Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana* é sua admiração pelas políticas de branqueamento populacional argentinas. Isto porque, assim como no caso norte-americano, fascinava-se em saber que no país vizinho havia uma preocupação em torno da questão étnica, aspecto para o qual no Brasil poucos voltavam suas atenções. Assim, segundo ele mesmo, muito teríamos a aprender com os argentinos que vinham logrando sucesso em suas tentativas de embranquecer a população de modo que em breve fosse completamente branca. O próprio Freyre afirma, em 1922, em resenha ao livro de Oliveira Lima, *Na Argentina*⁵³¹, sua visão extremamente positiva às medidas aplicadas pelo país vizinho:

Parece que neste ponto a República do Prata leva decidida vantagem sobre os demais países americanos. Em futuro não remoto sua população será praticamente branca. Tão inferiores em número à caudalosa maré caucasiana são os elementos de cor que o processo de clarificação da raça argentina será relativamente breve, fácil e suave.⁵³²

⁵³¹ LIMA, M. O. *Na Argentina: impressões 1918-19*. RJ: Weiszflog, 1920.

⁵³² Apud Resenha de Gilberto Freyre ao livro *Na Argentina* de Oliveira Lima. *Diário de Pernambuco*, 31 de outubro de 1920. In: BURKE, M. L. *Gilberto Freyre: Um vitoriano...*, op. cit, p. 266.

O branqueamento da população seria um meio viável na solução do problema das raças através da produção de indivíduos mais fortes e belos. O imigrante traria os ensinamentos da “civilização” e seu estabelecimento nas cidades ibero-americanas enfraqueceria a mestiçagem. Stoddard, um dos intelectuais eugênicos que Freyre admirava no início de sua estada nos Estados Unidos, exemplificava a América Ibérica como local de decadência racial, já que marcada em sua formação social por africanos e indígenas. Somente a Argentina, o Uruguai e o Sul do Brasil teriam escapado desta deterioração. Esta problemática era, portanto, ibero-americana e exigia reflexões e respostas por parte de todos os seus países. A construção da própria “latinoamericanidade” dependia deste exercício de reflexão da realidade diante das demandas apresentadas pelo contexto histórico e social. Dependia de uma releitura do passado que atendessem a estas demandas contextuais. O Gilberto Freyre que escreveu *Casa-Grande & Senzala* na década de 1930 já era, no entanto, um indivíduo marcado, como dissemos, pela experiência nos Estados Unidos, pelo contato com Boas e bem mais tolerante quanto à miscigenação. Esta e o conceito de hibridismo cultural se tornam as bases de sua análise da realidade social brasileira e, acreditamos, é o que nos leva a projetá-lo para o contexto ibero-americano. Quando viaja pela Ibero-América em 1942⁵³³ é este Freyre mais preocupado com a heterogeneidade do que com a homogeneização que discute aspectos fundamentais para a legitimidade da própria noção de “América Latina”, procurando as diferenças existentes em seu cerne, mas, ao mesmo tempo, o elo que os relaciona, assemelha e põe em diálogo. O fator de coesão, entretanto, na concepção de Freyre, será o catolicismo. A solidariedade que teria se desenvolvido em Portugal, junto com o catolicismo, teria sido mantida na colônia garantindo a unidade nacional:

Essa solidariedade manteve-se em nós esplendidamente através de toda a nossa formação colonial, reunindo-nos contra os calvinistas franceses, contra os reformadores holandeses, contra os protestantes ingleses. Daí ser tão difícil, na verdade, separar o brasileiro do Católico: o Catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade.⁵³⁴

⁵³³ Freyre embarcou em dezembro de 1941 em viagem de lua-de-mel e de estudos ao Rio da Prata. A visita foi comunicada a Levene com certa insistência. No dia 18 de dezembro ele mesmo escreveu ao historiador argentino informando que ainda naquele dia seguiria com sua esposa para Montevidéu e de lá visitaria a Argentina, onde se hospedaria na embaixada brasileira. Diz que, assim, “teria a oportunidade de satisfazer [meu] melhor desejo de conhecer [seu] país, cujas organizações de cultura e intelectuais e escritores já admiro de longe”. Dias depois, em 26 de dezembro, o escritor pernambucano Antônio Carneiro Leão também escreveu a Levene comunicando a chegada de Freyre a Buenos Aires entre os dias 29 e 30 seguintes. Cf. Carta de Gilberto Freyre a Ricardo Levene. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1941 e Carta de Antônio Carneiro Leão a Ricardo Levene. Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1941. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

⁵³⁴ FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala...*, op. cit, p. 29-30.

Nos anos 1940, em meio ao seu contato mais apurado com os demais países ibero-americanos, considera ser o cristianismo (enquanto para o Brasil Freyre fala em catolicismo, para o restante da Ibero-América fala em cristianismo em razão das mesclas e adaptações que a religião católica sofreu em diferentes países) o fator de coesão entre as diferenças. Seria preciso considerar, de acordo com Freyre, as interpenetrações entre esferas distintas que somente foram viabilizadas por um cristianismo que seria, ele mesmo, resultado da mescla entre culturas. Neste sentido, Freyre diz:

[...] não são para ser desprezados exemplos de simbioses – ou de interpenetrações – noutras esferas, várias das quais foram interpenetrações tornadas possíveis por um cristianismo que, em vez de ter se fechado sempre, e de todo, a valores não-europeus, abriu-se em não poucos casos a esses valores. [...]
Devido, até certo ponto, a essas interpenetrações é que o conjunto latino-americano de populações e de culturas, marcado por uma unidade, nem sempre ostensiva, que coexiste com uma variedade quase sempre mais notável que essa unidade, por ser mais pitoresca do que ela, apresenta-se tão diferente daqueles outros conjuntos de populações e de culturas afins, do Oriente e da África, onde a presença imperial européia de modo algum conseguiu dotar suas populações e culturas de um mínimo igualmente dinâmico de valores sociologicamente cristãos [...].⁵³⁵

Para Gilberto Freyre, portanto, o que se pode considerar como América Latina é um conjunto heterogêneo relacionado por um elo fundamental: o cristianismo. Em *Casa-Grande & Senzala* este elo estaria mais diretamente referido ao catolicismo. A América Latina seria formada por um conjunto de “ilhas sociológicas” que se interpenetram; há um conjunto continental formado por ilhas que (europeias, indígenas e negras) se relacionam, se misturam; tornam-se híbridas e miscigenadas. Algo que Freyre esclarece em viagem pelos países ibero-americanos:

[...] para nenhum de nós a chave de interpretação do ethos e da cultura latino-americana está num latinismo (europeu) rigidamente puro ou num indigenismo (americano) igualmente puro. Nenhum dos dois, em termos assim absolutos, definiria jamais o passado, o desenvolvimento ou o ideal latino-americano. Para serem compreendidos em seus significados mais característicos, esse passado, esse desenvolvimento e esse ideal precisam de ser considerados – repita-se – nos conjuntos de suas interpenetrações, embora devam ser admitidas ilhas sociológicas de exceção: umas européias, outras indígenas e até negras. Ilhas sociológicas em relação com o conjunto continental que deva ser caracterizado como latino-americano.⁵³⁶

⁵³⁵ FREYRE, Gilberto. Americanidade e Latinidade na América Latina: crescente interpenetração e decrescente segregação. In: FONSECA, E. N. (org.). *Americanidade e Latinidade...*, op. cit, p. 32-33.

⁵³⁶ *Ibidem*, p. 34.

É necessário destacar que, na visão de Brasil e América Latina elaborada por Freyre nas décadas de 1930 e 1940, estas diferenças são fundamentais para o desenvolvimento das sociedades de passado colonial e se equilibram, dando origem a uma sociedade complexa e antagônica, mas conciliada. Assim, mesmo diante das diferenças e da miscigenação teria sido possível construir uma sociedade equilibrada.

Cabe destaque ainda ao uso do conceito de América Latina por Freyre, o que nos fez manter a expressão ao nos referirmos ao seu pensamento. Católico de formação protestante que viveu nos Estados Unidos, Freyre provavelmente referia-se à América católica identificada pelo campo calvinista norte-americano. Afinal, conforme vimos na introdução desta tese o conceito surge entre os calvinistas, numa articulação com a maçonaria, na Filadélfia ainda no século XIX. A fim de evidenciar a oposição com a América protestante surgiu a expressão América Latina como referência à América católica. Antes do deslizamento semântico sofrido pelo conceito após a Segunda Guerra, ao falar de América Latina e latino-americanidade, Freyre referia-se à América católica; múltipla, mas capaz de se unir em razão de um aspecto comum: a formação social ibérica e católica. Não esqueçamos ainda que Freyre escreveu sua tese nos anos 1920 nos Estados Unidos, enquanto era aluno da Universidade de Columbia. Até então ele utilizava a referência geográfica corrente no século XIX de modo que dizia ter chegado à Columbia interessado em estudar a América do Sul sob orientação do professor William Sheperd. Nos anos 1940, no entanto, ele já falava em América Latina. Ora, mais uma vez podemos dizer que a experiência de Freyre nos Estados Unidos contribuiu para transformar seu olhar sobre a realidade brasileira e ibero-americana. A inserção de Freyre nos círculos intelectuais católicos e sua conversão ao catolicismo a partir da década de 1920 também oferecem indícios do significado católico da América Latina para ele. Embora, deva-se perceber, evidentemente, a inversão de significado do conceito para Freyre. Se a América Latina era a América católica, ele buscava, por outro lado, romper com a ideia de atraso e inferioridade que nela era identificada pelo uso do conceito nos Estados Unidos, como aponta João Feres Jr⁵³⁷. Acreditamos ser justamente contra esta ideia de que não haveria solução para a América Latina, diante da miscigenação, que Freyre escreve na década de 1930. Assim, ele usa a expressão referida ao catolicismo, mas ressignifica a desqualificação nela presente quanto às supostas características negativas da América católica.

⁵³⁷ FERES JR., *A história do conceito...*, op. cit.

Freyre, agora católico, considerava o catolicismo latino-americano fator positivo de coesão e não negativo como estava imiscuído no uso do conceito de América Latina pelos norte-americanos.

Antes de pensarmos os efeitos ideológicos da visão de sociedade equilibrada para a história, é preciso nos atermos a um outro aspecto importante da trajetória e do pensamento de Gilberto Freyre que, acreditamos, pode contribuir para a compreensão de sua tradução pela *Biblioteca*. Freyre se envaidecia de, em 1921, ter assistido à conferência pública de Gilbert Chesterton em Nova York, autor a quem muito admirava. Segundo Maria Lúcia Burke, Freyre tirou dos ensaios *Orthodoxy*⁵³⁸ de Chesterton, e de outras de suas obras, sugestões e inspirações para pensar a questão da mestiçagem. Conforme já vimos no capítulo II, Chesterton interpretou para os católicos os desafios da passagem à modernidade de forma flexível, até porque sabia que se a Igreja não se flexibilizasse acabaria perdendo espaço. Isto por uma via tomista e sem abrir mão de um ponto em especial: Deus criou o homem dotado de livre-arbítrio para escolher entre o bem e o mal. Este encontro com o neotomismo de Chesterton será fundamental para a aproximação de Freyre com o catolicismo ilustrado. Lembrando-se que Chesterton formou toda uma geração de católicos ilustrados no Brasil desde o final do século XIX⁵³⁹. De acordo com Maria Lúcia, na biblioteca de Freyre constavam, além de uma biografia escrita em 1922, sete livros de Chesterton, cujo pensamento também deu origem a muitas referências em artigos de jornais.

Livros como *Eugenics and other Evils*⁵⁴⁰ foram emblemáticos para a reflexão de Freyre sobre o Brasil. Nele e em outros, como *A short history of England*⁵⁴¹, Chesterton opõe-se declaradamente às interpretações eugênicas e racistas de sociedade tão em voga na época. Opõe-se, em especial, à ideia de pureza racial dos ingleses, demonstrando serem eles compostos por uma mistura de celtas, anglo-saxões, normandos, dentre outros. Conjugado às influências de Alfred Zimmern, Herbert Spencer, Franklin Giddings e Lafcadio Hearn, Chesterton exerceu

⁵³⁸ CHESTERTON, G. K. *Orthodoxy...*, op. cit.

⁵³⁹ Neste ponto sugerimos ao leitor uma breve retomada ao capítulo II quando tratamos da influência do pensamento de Gilbert Chesterton, e outros autores neotomistas, no Brasil e na Argentina. Naquele momento trabalhamos uma questão que se encaixa muito apropriadamente na leitura que aqui apresentamos de Freyre: a de um intelectual católico pensando, a partir de teorias neotomistas, a questão da miscigenação que desqualificava o Brasil. Freyre nos auxilia, portanto, a ratificar nossa hipótese de que estas teorias funcionaram como alternativa ao positivismo a partir da década de 1920, suavizando e reinterpretando o passado colonial e miscigenado. O próprio Freyre teria sido um dos intelectuais a trabalhar nesta perspectiva. Para uma listagem das obras de Chesterton com entrada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro naquele período, cf. o quadro 13 nas páginas 192, 193 e 194 desta tese.

⁵⁴⁰ CHESTERTON, Gilbert. *Eugenics and other Evils*. Bruxelles: Collins, 1922.

⁵⁴¹ Idem. *A short history of England*. Sevenoaks: Fisher Press, 1997.

importante papel na orientação da temática desenvolvida por Gilberto Freyre. Estas influências adquiridas especialmente ao longo da década de 1920 formarão parte da composição do pensamento de Freyre e se apresentarão em *Casa-Grande & Senzala* em 1933. Podem ser percebidas, inclusive, quando, para Freyre, a sociedade brasileira é completamente misturada, complexa e antagônica, mas conciliada por um fator mais forte que funciona como elo e meio de pacificação: a fé católica. Isto nos unificaria e contribuiria para que fôssemos equilibrados e “puros”, mesmo diante das “impurezas” e “imperfeições”⁵⁴². Apresentando uma visão católica de sociedade misturada, Chesterton parecia servir muito bem não apenas à visão de sociedade do católico de formação protestante Gilberto Freyre como dos intelectuais conservadores e da classe dominante que lideravam os empreendimentos da *Revisão* e das *Bibliotecas*. Um dado empírico que nos permite esta interpretação é o significativo número de obras de Gilbert Chesterton publicadas na Argentina entre as décadas de 1930 e 1940. Como vimos no capítulo II, contando com edições repetidas, encontramos registrados no *Boletín Internacional de Bibliografía Argentina* um total de 26 obras de Chesterton, especialmente entre os anos de 1939 e 1946. Publicações que possuíam editoras e tradutores variados, com destaque para Alfonso Reyes e para as editoras Tor e Espasa-Calpe, responsáveis pelo maior número de traduções⁵⁴³.

No mesmo período em que Gilberto Freyre fora traduzido pelos argentinos, Chesterton aparecia em diferentes edições. Parece-nos ainda que a visão de história inspirada por Chesterton fora, ao mesmo tempo, conjugada com uma releitura dos intelectuais iluministas. Afinal, como já sabemos, o número de suas obras reeditadas no mesmo período entre as décadas de 1930 e 1940 na Argentina foi igualmente intenso. Busca-se interpretar a história por meio da razão, sem, no entanto, apagar a Deus. Podemos supor que a conversão tomista de Chesterton, pelo convencimento intelectual, e a razão iluminista estiveram, dentre outras influências, por trás da releitura da história da América que os intelectuais que se empenharam na *Revisão* e nas *Bibliotecas* procuraram desenvolver. Constrói-se, assim, uma visão pacífica e cordial de sociedade comprovada empiricamente por meio de fontes documentais e da pesquisa em arquivos. Isto, evidentemente, através de uma releitura situada no início do século XX que conjuga, e enfatizamos mais uma vez, as demandas do presente, o olhar sobre o passado e as

⁵⁴² Aqui também cabe uma retomada à discussão desenvolvida no capítulo II acerca da proposição neotomista de unidade na diversidade. Assim, mesmo diferentes histórica e socialmente os países ibero-americanos deveriam ser unificados e pacificados a fim de alcançar equilíbrio e harmonia.

⁵⁴³ Cf. quadro 12 com as obras de Chesterton registradas no boletim argentino nas páginas 191 e 192 desta tese.

perspectivas de futuro. Uma releitura condizente com a autoimagem que se pretendia construir no Brasil e na Argentina. Cabe lembrar que autores como Montesquieu, Voltaire e Rousseau são citados por Freyre em *Casa-Grande & Senzala*. Parece, deste modo, que sua bibliografia, além de sua temática e de sua orientação metodológica, também cabia bem ao que era lido na Argentina no mesmo período. Todos estes aspectos reunidos tornam a interpretação de Freyre para a miscigenação extremamente atraente aos olhos de uma sociedade que se empenhava em construir um autorretrato ibero-americano, mas “puro” e, por isto, opaco e idealizado. Afinal, tenta-se branquear a população no presente, mas é preciso de alguma forma explicar o passado de miscigenação; passado este que desqualifica e gera implicações concretas e subjetivas. Não é por acaso que Blas Matamoro afirmou ter sido “freyreana”⁵⁴⁴ a década de 1940 na Argentina.

Acreditamos ainda que os efeitos ideológicos da visão conciliadora de sociedade de Gilberto Freyre se originam fundamentalmente a partir da aplicação de um conceito central em *Casa-Grande & Senzala* que também cabia à imagem de América Ibérica que se pretendia construir, o de “equilíbrio de antagonismos”. Segundo Maria Lúcia Burke, foi lendo Zimmern, Spencer e Giddings que Freyre concluiu pela importância dos antagonismos no desenvolvimento das sociedades. Para Spencer, outro autor muito traduzido para os leitores argentinos nas décadas de 1930 e 1940, o equilíbrio entre estes antagonismos seria responsável pela sobrevivência e adaptação das espécies no processo evolutivo. Retirando este aparato biológico do conceito de “equilíbrio de antagonismos” e conjugando com o estudo da cultura, Freyre o tornará essencial em suas análises. Por meio deste exercício interpretativo, aquilo que antes, sob influência de teóricos racistas norte-americanos, via como aspecto extremamente negativo e à espera de solução, agora se torna o fator principal de equilíbrio da sociedade brasileira. É a partir daí que ele desenvolve a ideia da miscigenação cultural e racial como fatores de equilíbrio do Brasil. Deste modo, idealiza a sociedade brasileira. Afinal, mostra as diferenças, as contradições e os antagonismos, mas conclui pela conciliação e o equilíbrio, pela harmonia e pela pacificação entre as partes, pois estariam unidas por uma cultura em comum misturada, miscigenada e híbrida, mas que envolve a todos. No fim, é como se todos se entendessem e tudo acabasse sempre bem. Se no processo de análise de Freyre o conflito é bastante desenhado, em suas conclusões ele é enfraquecido e apagado. Em suas palavras:

⁵⁴⁴ Cf. notas 523 e 524.

Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, [...] um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura européia e a indígena. A européia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o paria. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo.

É verdade que agindo sempre, entre tantos antagonismos contundentes, amortecendo-lhes o choque ou harmonizando-os, condições de confraternização e de mobilidade social peculiares ao Brasil [...].⁵⁴⁵

Estes antagonismos em conjunto seriam, portanto, harmonizados por características particulares da sociedade brasileira e a miscigenação e a religião seriam dois destes fatores. Dentre as diferenças há, então, uma grande mistura de raças, religiosidades e culturas e daí surge o equilíbrio social.

Problema e solução que poderiam ser projetados para a América Ibérica. Afinal, a questão da miscigenação afeta este conjunto heterogêneo como um todo e, assim, exige respostas e explicações. Intelectuais ibero-americanos, assim como Freyre, se viam envolvidos na busca de uma forma de superar a desqualificação que a origem num país marcado pela miscigenação gerava no cenário internacional. Fazer esta discussão era fundamental na elaboração de estratégias para a obtenção de reconhecimento e legitimidade. O próprio Gilberto Freyre, como vimos, se deu conta após uma longa trajetória nos Estados Unidos que, de acordo com a visão de muitos teóricos da época, ele mesmo estaria sujeito a variações de pensamento e a desequilíbrios psicológicos e intelectuais constantes por sua origem em um país miscigenado. Era preciso mostrar como esta miscigenação não gerava conflitos ou desequilíbrios, mas sim, ao contrário, equilibrava-se de tal forma que apresentava características particulares e essenciais para o desenvolvimento das sociedades ibero-americanas. Em última instância, procura-se uma forma de dizer que o pensamento e as ideias aqui produzidas são válidos e devem ser ouvidos e respeitados. Acreditamos, assim, que estas preocupações se refletem na releitura da história da América que então se desenvolvia e foi um dos principais fatores que levaram Gilberto Freyre a ser lido na América Ibérica e traduzido com tamanho destaque para a *Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana*.

Não esqueçamos que a legitimidade de nossas ações e pensamento se encontra diretamente relacionada ao contexto histórico, social e ideológico no qual nos inserimos e à

⁵⁴⁵ FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala...*, op. cit, p. 53-54.

maneira como somos vistos por nossos pares. Esta preocupação em ser aceito e respeitado pelo Outro faz parte da construção da identidade, pois é de acordo com a imagem que o Outro tem de nós que construímos nossa própria imagem. Constitui-se aqui uma relação dialética entre a maneira como atuamos e deliberamos acerca da construção da nossa imagem para nós mesmos e para os Outros e a influência que este Outro tem sobre a forma como nos imaginamos e sentimos. Assim, a indiferença ou a desqualificação na maneira como se é visto pelo Outro gera sofrimento e dificuldades na superação de obstáculos para a construção de identidade e autonomia. Por outro lado, desafia a ponto de gerar um exercício de reflexão em torno de si mesmo e de suas representações na sociedade. Neste sentido, identificamos a discussão levantada por Freyre como central nas análises que os intelectuais ibero-americanos faziam da história, das sociedades americanas e de suas próprias representações diante de um cenário internacional muitas vezes excludente, biologista e racista. A questão era: como sendo “impuros” poderiam se inserir numa esfera intelectual que se pretende “pura”? E ainda: como mostrar ao Outro e a si mesmo, o que é mais interessante, que esta “impureza” não desqualifica e ainda acrescenta às sociedades ibero-americanas características próprias e positivas? Este não é um movimento simples hoje, menos ainda o foi no início do século XX. Para esta discussão lembramos do que afirma Gisálio Cerqueira Filho ao utilizar as ideias de Jacques Lacan para suas análises sobre o autoritarismo, a exclusão e o excesso presentes na lei e na política na sociedade pós-moderna:

Nós só podemos nos ver a nós mesmos porque o Outro nos vê e nos fala de nós. É por identificação com a imagem do Outro sobre nós que podemos ter uma imagem de nós mesmos. Daí que a procura da identidade se encontre necessariamente no reconhecimento do Outro.⁵⁴⁶

Esta questão identitária nos atinge ainda hoje na agora denominada América Latina e se reflete num frequente sentimento de inferioridade diante dos europeus e norte-americanos. Esta ideologia ainda bastante colonizada e dependente produz efeitos em âmbito social, político e econômico. Não raramente, nas entrelinhas e nas brechas às vezes claras, mas às vezes quase imperceptíveis, nos vemos presos às ideias de que o país deles é mais bonito, sua política é mais ética, seus intelectuais são geniais, suas cidades são padrões de civilização, sua língua soa melhor que a nossa, seus produtos são de melhor qualidade... Nós estaríamos, assim, longe de alcançá-los, de nos aproximarmos de sua “perfeição”. Afinal, seríamos marcados por “imperfeições”

⁵⁴⁶ CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Édipo e Excesso: Reflexões sobre Lei e Política*. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 2002. p. 109.

históricas e sociais que impedem nossa superioridade e, conseqüentemente, nossa aceitação e reconhecimento. Dentre os intelectuais e políticos, acabamos construindo padrões de perfeição que devem ser alcançados para que possamos ser representados e reconhecidos na esfera internacional. Apenas indivíduos com impecável formação intelectual, sobrenome importante, brancos, com perfeito domínio de idiomas estrangeiros, dentre outros fatores de aperfeiçoamento, poderiam exercer esta função. Assim, uma minoria é representada enquanto o restante da sociedade deixa de ser incluído e precisa percorrer um caminho bem mais longo na busca de reconhecimento.

Manoel Tosta Berlinck, Caterina Koltai e Ana Irene Canongia relatam o procedimento psicoterapêutico adotado em um jovem vendedor da cidade de São Paulo que, nas horas vagas, era professor de idiomas. Pedro, o vendedor, orgulhava-se de falar inúmeros idiomas, processo que se deu com tamanha intensidade que acabou por desenvolver uma língua própria que era, na verdade, o resultado da conjugação de palavras de línguas distintas numa mesma frase. Estas palavras eram coletadas por ele em sua movimentação pela cidade. Conversando e circulando entre pessoas de diferentes origens, Pedro foi recolhendo elementos que o permitissem se comunicar especificamente com estes grupos. Porém, não tinha domínio de um destes idiomas para se comunicar apenas através dele e não se utilizava do idioma que os ligava e tornava as relações sociais e humanas possíveis. Aos poucos, Pedro deixou de ser compreendido e mesmo os familiares e amigos foram se afastando. Entretanto, não reconhecia sua solidão. Considerava-se atraente, já que o exotismo de sua fala atraía a atenção de muitos. No decorrer do procedimento, o psicoterapeuta percebe o comportamento esquizofrênico de Pedro como um sintoma, “testemunho de sua história, de sua ascendência e da inserção num mundo metropolitano globalizado”⁵⁴⁷. Afinal, Pedro descendia de culturas europeias e do Oriente Médio. Assim, o psicoterapeuta é remetido à problemática da miscigenação. Segundo os autores:

Assim como a língua de Pedro era miscigenada, ele próprio também descendia de cruzamentos interétnicos, de uma mestiçagem, justaposição de etnias, não sendo, diga-se de passagem, do que de mais se orgulhava.

Além disso, Pedro era brasileiro, um representante dessa cultura miscigenada e exótica, iniciada antes mesmo da própria descoberta do país, no imaginário europeu. Fui, então,

⁵⁴⁷ BERLINCK, Manoel Tosta; KOLTAI, Caterina; CANONGIA, Ana Irene. *Esquizofrenia e miscigenação*. Trabalho realizado no âmbito do Laboratório de Psicopatologia Fundamental do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. p. 4. Publicado originalmente na *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. IV, n. 4, dezembro de 2001. p. 11-29.

levado a pensar o significado das palavras ‘miscigenação’ e ‘pureza’ na cultura brasileira.⁵⁴⁸

Assim, a partir de um caso clínico, se torna possível pensar uma questão que atinge a sociedade brasileira com, não raras, consequências psíquicas e patológicas. A miscigenação que envergonha e constrange também produz efeitos individuais e coletivos de afastamento e isolamento, como ocorreu com Pedro. Os autores analisam ainda a própria miscigenação que forma a Península Ibérica e seus esforços para, mesmo diante do contato com outros povos, manter sua suposta “pureza” étnica e sua diferenciação identitária diante do outro que representava o perigo, o inimigo. A expulsão dos mouros, a criação de uma língua padrão, o envio de cristãos-novos, prostitutas e criminosos para as colônias americanas... Ações resultantes desta busca pela “purificação” e pela singularidade. Ao mesmo tempo, a Europa se apresenta como a civilização a fim de se opor ao Outro, bárbaro e exótico. Assim, somos formados com uma “singularidade psíquica, como negativo do projeto de ‘pureza’ e de ‘civilização’ exatamente para assegurar o sonho europeu de ‘pureza’ e de ‘civilização’ que desemboca, afinal, no nazismo e na Segunda Guerra Mundial [...]”⁵⁴⁹. Somos, portanto, a negação do que seria o europeu ‘puro’ e ‘perfeito’. Somos o feio, o excluído, o pouco inteligente, porque somos a mistura de muitas características culturais e étnicas, tantas que se torna difícil definir quais. Esta incógnita, este desconhecido gera o medo e a desqualificação, o que afeta a construção psíquica individual e coletiva e gera sofrimento e dificuldade de construção da autonomia e da subjetividade. Deste modo,

[...] como a invenção do Brasil se faz como negativo do ingente esforço europeu para encontrar a pureza, só resta a miscigenação, a impureza e o exotismo, vale dizer, um corpo fraturado/combinado e uma língua igualmente fraturada/combinada por partes juntadas e conservando suas marcas de origem. O mulato, um dos símbolos do Brasil, não é nem branco nem negro. Mas conserva tanto em seu psiquismo como em seu corpo as marcas dessas origens reunindo-se numa nova unidade justaposta sem, necessariamente, integrar-se nela. Dizer que o mulato é uma mistura de branco com negro é ignorar a impossibilidade dessa mistura. O mulato é, também, branco e negro e só na cor da pele apresenta uma integração. Em outras palavras, o mulato é herdeiro de dois mundos bastante distintos. Filho, neto ou bisneto de escravo é, também, filho, neto e bisneto de senhor branco. Como reunir, num único corpo, num único psiquismo, essas duas tradições contraditórias e antagônicas?⁵⁵⁰

⁵⁴⁸ Ibidem, p. 5.

⁵⁴⁹ Ibidem, p. 7-8.

⁵⁵⁰ Ibidem, p. 9.

Os autores identificam no termo miscigenação dois sentidos: miscigenação por mistura e miscigenação por justaposição. A que Gilberto Freyre trabalharia, por mistura, daria origem a um novo indivíduo onde as diferentes partes e características se integram por completo. A por justaposição, seria, segundo os autores, muito mais cabível à sociedade brasileira, porque as posições divergentes não se misturam e/ou se apagam, apenas se justapõem. A primeira harmoniza e apaga os conflitos, a segunda os ressalta e abre espaço para a compreensão da formação desta sociedade miscigenada. Somos fragmentados e justapostos, somos muitos num só e, conseqüentemente, não temos como eliminar um Outro. Não temos solução, nunca seremos “puros” ou “perfeitos”. Como Pedro, estamos em busca da união de fragmentos, mas como somos muitos e muito divergentes nos tornamos ininteligíveis aos padrões europeus. Seremos sempre uma justaposição de muitas partes, exóticas, bárbaras, inimigas. Acabamos nos percebendo como inferiores, atrasados, “impuros” e “imperfeitos”. Reproduzimos, mais uma vez, as palavras de Berlinck, Koltai e Canongia:

Aquilo que na Europa é certeza, a pureza nacional, no Brasil se faz suspeita pela presença da diversidade e da miscigenação. Estamos constantemente diante de nossa própria fragmentação: somos brancos e somos negros e somos índios e somos cristãos-novos e somos católicos etc., e não temos como ‘exportar’ ou, até mesmo, projetar no outro os aspectos indesejados de nosso caráter. Não temos, também, como eliminar o outro. Somos um fim-de-linha, somos as fabulosas Índias tão almejadas pelos europeus. Somos todos, afinal, heróis sem nenhum caráter. Estamos, assim como Pedro, sempre empenhados em encontrar uma língua que reúna os fragmentos estrangeiros entre si de nossa totalidade produzindo uma pureza própria da cultura européia já que, como Pedro, descendemos de europeus, somos europeus. Mas somos europeus justapostos com o indígena e o negro e o asiático e o mouro. Somos europeus miscigenados e exóticos. Somos, enfim, impossibilitados de pureza e condenados a uma interminável composição com o outro como parte.⁵⁵¹

Cabe lembrar que ao se colocar numa posição de ‘impuro’ frente a um Outro ‘puro’ reafirma-se uma posição de colonizado e explorado e, mais ainda, perde-se autonomia. Isto porque ao ver no Outro alguém superior se enfraquece a si mesmo e à sua capacidade de resistência. Torna-se insuficiente imunológica e psiquicamente, conforme demonstra o próprio Manuel Berlinck em outro de seus artigos⁵⁵². Na busca por reconhecimento e legitimidade acaba-se por se submeter aos padrões alheios e/ou apagar marcas de exclusão e características conflitantes. Como os intelectuais envolvidos nos empreendimentos de *Revisão dos Textos* e na

⁵⁵¹ Ibidem, p. 10.

⁵⁵² BERLINCK, Manoel Tosta. La insuficiencia inmunológica psíquica. *Boletín de Novedades de la Librería Pulsional*, SP, n. 10, v. 103, 1997. p. 5-14.

organização das *Bibliotecas de Autores Brasileiros e Argentinos* não apontavam para uma resistência aos padrões, mas sim para uma tentativa de se encaixar neles, irão investir na elaboração de uma autoimagem que aproveite as características miscigenadas da formação social ibero-americana, mesmo que de modo idealizado. Assim, de certa forma, as populações ibero-americanas tornam-se miscigenadas, mas novas, importantes, qualificadas e, acima de tudo, pacíficas e equilibradas. Diante da impossibilidade de construir aos olhos do Outro a imagem de uma Ibero-América pura, mesmo diante das políticas imigratórias argentinas, cabe explicar como convivem tantas diferenças numa mesma sociedade; como esta miscigenação de europeus, africanos, indígenas, asiáticos e mouros consegue se constituir enquanto sociedade; como, mesmo diante de tantas diferenças, obtém-se equilíbrio e estabilidade. Faz-se necessário, assim, ressaltar a conciliação, a harmonia e a cordialidade deste todo miscigenado. Evidentemente, o sentido da miscigenação que suaviza ou apaga os conflitos caberá muito bem à imagem de sociedade ibero-americana que estes intelectuais objetivavam construir e legitimar. Daí, e reafirmamos, a escolha pela tradução de *Casa-Grande & Senzala* em 1942.

Parece que Freyre precisou tomar contato com o exterior para sentir na pele a desqualificação vivida pelas sociedades ibero-americanas. Afinal, já dissemos mais de uma vez que foi depois de bastante tempo nos Estados Unidos e de chegar a ver com admiração as ideias racistas que lá conheciam seu auge que ele se percebeu também como alvo destes ataques e passou a refletir sob outras bases teóricas, como Boas, Zimmern, Spencer e Giddings, a miscigenação. Viajar, portanto, parece ter adquirido importância central no desenvolvimento dos aspectos mais inovadores do pensamento de Gilberto Freyre. Novamente retornamos a Maria Lúcia Pallares-Burke que desenha de forma muito esclarecedora a conjugação de leituras e viagens na trajetória intelectual de Freyre. Buscando no que lia não apenas orientação intelectual, mas também maneiras de compreender a própria vida. Vendo, além disto, as cidades como representações materiais do conhecimento, como textos a serem lidos e compreendidos, Freyre irá prestar particular atenção ao que via e sentia em suas viagens. Assim, o Freyre que esteve nos Estados Unidos, que se autoexilou em Portugal após 1930 e que viajou pela América Ibérica era um indivíduo atento ao que encontrava como forma de tornar sua experiência parte de seu aprendizado intelectual e para a vida. É este olhar que confere a boa parte de seus artigos reunidos em coletânea já citada⁵⁵³, um caráter de preocupação com as cidades e com o que via de

⁵⁵³ Cf. nota 523, dentre outras.

material e que indica os traços culturais da sociedade. Interesses que não deixam, evidentemente, de estarem vinculados ao fato da viagem de Freyre ter sido em parte financiada pelo governo federal. Assim, conjugam-se interesses políticos e históricos e o olhar pessoal e individual de quem viaja em lua-de-mel.

Ricardo Sáenz Hayes, referindo-se mais especificamente à relação Brasil e Argentina, defende a intensificação do diálogo entre os países. Em sua opinião, a difusão da literatura, das artes e das ciências seria uma maneira de ultrapassar as barreiras entre eles⁵⁵⁴. Daí a importância de empreendimentos como as *Bibliotecas de Autores* – lembrando que ele foi o prefaciador da edição argentina de *Casa-Grande & Senzala*⁵⁵⁵. Para Hayes, as guerras seriam menos frequentes se as culturas soubessem se aproximar por meio das viagens e da diplomacia. Inspirado em Montaigne diz: “As viagens colaboram com a tarefa de melhorar o conhecimento dos vizinhos. [...] Viajar é educar-se, polir-se, aperfeiçoar-se”⁵⁵⁶. Esta movimentação favoreceria a tolerância através do melhor conhecimento do Outro; no caso de Freyre da cultura do Outro. Acreditamos que a movimentação, em oposição à rigidez e ao isolamento, cria condições propícias para a liberdade, a tolerância e o diálogo, não com viés autoritário, mas num sentido de aprendizado. Produz, assim, efeitos sociais, políticos e ideológicos de grande importância para a América Ibérica. Viajar condiz com esta perspectiva e parece ter sido de grande proveito para Freyre. Conhecer a América Ibérica o ajudou a pensá-la e escrever sobre ela. Parece ainda que muitas vezes a experiência de viver situações de exílio e afastamento colabora para as inovações que podem surgir a partir do pensamento intelectual. Exilado é como se o indivíduo estivesse e, ao mesmo tempo, não estivesse vivendo determinada conjuntura social, política e ideológica. Surge uma tensão entre pertencer e não pertencer, estar e não estar posicionado, ser ou não ser incluído. Distante de um papel pré-determinado, ele pode se distanciar, ver de longe, a partir de um ponto de vista mais próximo do Outro, mas sem nunca ser este Outro, porque ele não deixa de levar consigo as características e sentimentos relacionados à sua nacionalidade, etnia, religião ou formação educacional. Todas estas experiências acabam sendo conjugadas e o pensamento

⁵⁵⁴ Cf. HAYES, Ricardo Sáenz. Valores intelectuales argentino-brasileños. *La Prensa*, 25 de abril de 1942. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

⁵⁵⁵ Freyre chegou a escrever a Levene em 1942 agradecendo o prefácio feito por Ricardo Sáenz Hayes para *Casa-Grande & Senzala*. Sobre ele, Freyre diz: “Gostei do tom do prefacio: fóra da monotonia de elogios, tantas vezes insinceros, dos prefacios convencionais. É dessa sinceridade que precisamos nas relações intelectuais entre os povos da America”. Carta de Gilberto Freyre a Ricardo Levene. Recife, 31 de agosto de 1942. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

⁵⁵⁶ HAYES, Ricardo Sáenz. Gilberto Freyre e a formação social brasileira. In: FONSECA, E. N. (org.). *Americanidade e Latinidade...*, op. cit, p. 142.

intelectual ganha ares inovadores e de tolerância e liberdade. Evidentemente, este exílio não precisa ser fisicamente experimentado, mas pode ser apenas sentido dentro de seu próprio país, cidade e família, quando se sente que não se encaixa num determinado padrão, quando se é excluído, quando se opta pelo afastamento, etc.

Para os intelectuais da geração de Gilberto Freyre parece que o exílio era bem mais do que apenas um afastamento físico, mas ganhava significado de abstração e conotação de experiência necessária ao intelectual. Como se para se sentir como tal fosse preciso experimentar a sensação de exilar-se. Deliberado ou não, vivido ou sentido, o exílio acaba exercendo importante papel na produção intelectual da época e podemos ainda hoje considerá-lo como fator de enriquecimento do pensamento intelectual. Edward Said, que nos servirá de base no próximo capítulo para o aprofundamento da questão do exílio a partir das experiências de Fidelino de Figueiredo⁵⁵⁷ e Rafael Altamira, mostra como o exílio pode também funcionar como metáfora para aquele que é discordante e inconformado em sua própria pátria. Apesar das tensões e conflitos, pode, mais ainda, ser vivido de forma prazerosa e trazer sagacidade intelectual e felicidade mesmo diante da infelicidade. Assim, o exílio para o intelectual pode se tornar “não só um estilo de pensamento como também uma nova morada, ainda que temporária”⁵⁵⁸. Ainda de acordo com o autor, o exílio pode trazer recompensas e privilégios como o “prazer de ser surpreendido”⁵⁵⁹, de experimentar a instabilidade e a falta de garantias que propicia a criatividade e a imaginação dos indivíduos. Afinal, “uma vida intelectual é fundamentalmente conhecimento e liberdade”⁵⁶⁰.

Contribuindo com uma perspectiva de movimentação para pensar o posicionamento intelectual, Said analisa como o exílio, mais do que um deslocamento, pode ser também um

⁵⁵⁷ Cabe aqui uma referência mais detalhada a Fidelino de Figueiredo. Isto porque no conjunto da sua correspondência passiva depositada na FFLCH/USP, destaque do próximo capítulo, encontramos 18 cartas a ele enviadas por Gilberto Freyre. Escritas na década de 1920, elas versam, sem grande profundidade, sobre assuntos literários, profissionais, políticos e pessoais e são, muitas vezes, permeadas por um tom informal. Freyre chega a comentar o calor do Recife e a vontade que sente de chupar caju ou cana quando está fora do Brasil. Freyre também envia artigos seus e publicações em geral para Fidelino e combina a publicação de um artigo do historiador português no *Diário de Pernambuco* quando da comemoração do seu centenário em 1924. Nas décadas de 1930 e 1940, quando Freyre está discutindo a questão da miscigenação, não temos notícias de correspondências entre ambos. Optamos pela não utilização das cartas neste capítulo em razão do não aprofundamento de Freyre em questões que aqui nos são centrais para a discussão acerca da miscigenação como vetor de desqualificação das sociedades ibero-americanas. De todo modo, não poderíamos deixar de comunicar ao leitor sua existência.

⁵⁵⁸ SAID, Edward. *Representações do intelectual. As conferências Reith de 1993*. SP: Companhia das Letras, 2005. p. 61.

⁵⁵⁹ *Ibidem*, p. 66.

⁵⁶⁰ *Ibidem*.

sentimento de estar fora mesmo quando se está dentro e de não fazer parte daquilo que se vive diariamente. Porém, pode ser mais ainda uma experiência produtiva, capaz de complexificar o pensamento intelectual. Isto porque torna as coisas mais complicadas, misturadas, mutáveis e instáveis, ou seja, coloca o pensamento em movimento. Movimento este que produz, mas também faz sofrer. O mesmo Said em sua autobiografia, cujo nome já é emblemático a esta discussão – *Fora do Lugar* –, relata o quanto sua circulação entre a cultura árabe e a ocidental desde a época da escola, além de contribuir para sua formação, gerou problemas identitários e constrangimentos. Seu próprio nome, que refletia esta mistura, ou circulação, se tornava um problema com o qual deveria lidar de acordo com as circunstâncias. Numa escola inglesa enfatizava no Edward, enquanto para um interlocutor árabe a ênfase era conferida ao Said. Além disto, era um árabe protestante, cidadão norte-americano... Enfim, muitas identidades que geram mobilidade e flexibilidade, mas também conflito e sofrimento. Em suas palavras:

Mantive por toda a vida essa vaga sensação de muitas identidades – em geral em conflito umas com as outras –, junto com uma aguda lembrança do sentimento de desespero com que eu desejava que fôssemos completamente árabes, ou completamente europeus e americanos, ou completamente cristãos ortodoxos, ou completamente muçulmanos, ou completamente egípcios, e assim por diante.⁵⁶¹

Assim, pela via do próprio testemunho do intelectual Edward Said, vemos o quanto ser muitas coisas pode causar dificuldades de aceitação, de adaptação e, até mesmo, de compreensão, como vimos através do caso de Pedro. Usando fragmentos de numerosos idiomas para formar suas frases ele acabou incompreendido, sozinho e isolado. Pode causar, deste modo, sofrimentos e questões identitárias. Tantos que em alguns momentos desejamos ser uma coisa só; desejamos ser “puros”, como quis Said quando jovem. No Brasil, isto gera frustrações. Afinal, como vimos, isto é impossível, já que aqui há uma justaposição complexa de muitas identidades étnicas e culturais. A formação social brasileira está marcada por uma constante “impureza”. Se quando jovem Said sofreu as incertezas e conflitos desta “impureza” e da circulação, décadas depois, nos últimos anos de sua vida, ele já havia descoberto o quanto isto contribuiu para o seu pensamento e o tornou um indivíduo mais livre e flexível. No último parágrafo de sua autobiografia diz, num tom de sofrimento (favorecido pelo câncer e seus difíceis tratamentos), que preferiu estar fora de lugar e viver entre incertezas do que posições rígidas e estáticas:

⁵⁶¹ SAID, Edward. *Fora do Lugar: Memórias*. SP: Companhia das Letras, 2004. p. 22.

Às vezes me sinto como um feixe de correntes que fluem. Prefiro isso à idéia de um eu sólido, à identidade a que tanta gente dá tanta importância. Essas correntes, como os temas da vida de uma pessoa, fluem ao longo das horas de vigília e, em seu melhor estado, não requerem nenhuma reconciliação, nenhuma harmonização. Elas escapam e podem estar fora do lugar, mas pelo menos estão sempre em movimento, no tempo, no espaço, em toda espécie de estranhas combinações que se movem, não necessariamente para a frente, às vezes umas em choque com as outras, fazendo contrapontos, ainda que sem um tema central. Uma forma de liberdade, eu gostaria de acreditar, embora esteja longe de ter certeza disso. Esse ceticismo também é um dos temas aos quais particularmente gostaria de me agarrar. Com tantas dissonâncias em minha vida, de fato aprendi a preferir estar fora do lugar e não absolutamente certo.⁵⁶²

Para a Ibero-América, esta perspectiva de movimentação, as viagens e o exílio, pode exercer importante papel na construção de identidades e na ruptura com autoritarismos, perfeições, idealizações, complexos de inferioridade e autodesqualificação. O sentimento de exílio de Freyre nos Estados Unidos parece ter contribuído para isto, pois numa posição intermediária ele assistiu ao extremo da intolerância e do racismo, chegando a vê-lo com bons olhos, mas teve a oportunidade de perceber que era um daqueles que eram desqualificados e perseguidos. A partir daí, elaborou *Casa-Grande & Senzala*, conservadora em muitos aspectos, mas inovadora em outros fundamentais. Viajando pela Ibero-América, Freyre escreveu sobre a latinidade e a americanidade como possibilidade de integração entre seus países. Bem sucedida ou não esta tentativa de promoção da integração e do diálogo que foi de muitos outros intelectuais da mesma época, como vimos, nos faz refletir o quanto esta promoção dialógica do conhecimento pode funcionar como forma dos países em questão melhor se conhecerem e se qualificarem. Os empreendimentos de *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* e das *Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana* e de *Autores Argentinos traduzidos ao Português* também ilustram este diálogo. Um diálogo sobre a história, mas que inclui os historiadores e os problemas que os envolvem e fazem sofrer no presente.

É fundamental ressaltar que a análise de Gilberto Freyre sobre o Brasil em *Casa-Grande & Senzala* reflete um dentre os muitos projetos de nação possíveis e conflitantes numa determinada época. A partir de sua condição de classe, de sua formação intelectual, de sua origem no Nordeste brasileiro, das leituras que fez e dos interesses que manteve é que Freyre pensou um Brasil não necessariamente como ele era, mas como gostaria que ele fosse. Assim como fizeram muitos historiadores que pensaram o Brasil na mesma época, que queriam construir uma nação e um ideal de povo, questões em pauta e ainda longe de serem definidas. No

⁵⁶² Ibidem, p. 429.

início do século XX, se está discutindo os rumos do Brasil republicano e sua inserção na modernidade. Conforme vimos em diferentes momentos da tese, se inserir na modernidade é, dentre outras exigências, responder às demandas que a tradição e o passado colonial impunham. Porém, como fazê-lo sendo “impuros” e “imperfeitos”? Como, se somos oriundos de uma sociedade colonizada, complexa, formada tanto por brancos, quanto por índios, quanto por africanos...? É preciso, então, responder a estas questões que o presente impunha. Olhar para o passado, partindo das exigências do presente e projetando o futuro. É preciso se qualificar para escapar à desqualificação oriunda de um passado colonial e escravista.

Acreditamos que é isto que Freyre, assim como outros intelectuais de sua época, faz. Seu processo de produção de conhecimento nos suscita uma interessante reflexão sobre a constante tensão dialética entre qualificação e desqualificação na sociedade brasileira (e que pode ser estendida para a América Ibérica). Isto porque ele identifica o problema, o obstáculo a ser superado, o vetor de desqualificação (a miscigenação) e aplica a possível solução interpretativa, que nos qualificaria, auxiliaria na construção de superação (o equilíbrio de antagonismos). Assim, retira os aparatos biológicos de Spencer, Zimmern e Giddings e deles se apropria na tentativa de demonstrar que os brasileiros são sim miscigenados, “impuros” e “imperfeitos”, mas são equilibrados, suas diferenças se misturam, se complementam, se enriquecem. Aponta, deste modo, os antagonismos como necessários e parte das particularidades positivas da sociedade brasileira. Neste sentido, seu processo de produção do conhecimento não apaga os conflitos, mas em suas conclusões eles são dissolvidos em meio à imagem de um país unido, harmônico, pacífico e cordial. Os brasileiros são equilibrados, não têm surtos nem paixões. Então, seus argumentos devem ser ouvidos. A visão pacífica, conciliadora e harmonizada de Freyre era, portanto, uma possibilidade em meio a muitas outras. Não deve ser considerada correta nem incorreta, mas sim idealizada. Daí a necessidade de situá-la historicamente. Se ela acabou exercendo efeitos de ideologização para a história do Brasil é porque em torno dela foi feita uma escolha. Uma escolha por apagar os conflitos que se apresentam diariamente diante de nossos olhos, mas que frequentemente se tenta enfraquecer. Quando o conflito, entretanto, se torna gritante a responsabilidade é apresentada como de uma minoria, uma parte que “contamina” as demais. Então, se opta pela repressão e pela exclusão e, mais uma vez, se apaga o conflito, de modo a reafirmar para as classes dominantes a ilusão da harmonia e da conciliação.

Uma escolha que ainda se mantém no próprio ensino de história, tão discutido pelos historiadores nas décadas de 1930 e 1940. Realizamos revisões, mas a perspectiva pacífica de Freyre ainda pode ser encontrada com assustadora frequência, adotada e ensinada. Podemos ver aqui as permanências de longa duração de uma visão de história elaborada neste período e na qual Freyre possui importante participação. Crítica desenvolvida por Darcy Ribeiro⁵⁶³ que, lendo Freyre, apontou justamente o seu oposto, o medo em relação aos afrodescendentes, os antagonismos que explodem com violência e a repressão da classe dominante em vista da manutenção da ordem social vigente. Para ele, a opressão, o preconceito e a discriminação apagam qualquer configuração de democracia racial como quis Freyre. Darcy Ribeiro⁵⁶⁴ aponta ainda, não apenas no Brasil, mas na América Latina (aqui já trabalhamos com um contexto recente quando Darcy utiliza o referencial da militância de esquerda ao se referir à América Latina), uma espécie de visão de ideal em torno do mestiço, pois ele estaria em vias de se branquear. O negro e os indígenas deveriam, nesta perspectiva, diluir suas características com as brancas, construindo-se uma fusão nas relações étnicas. Este “mestiço”, é claro, não seria rechaçado, mas também não seria completamente aceito.

Os historiadores envolvidos nos empreendimentos que estudamos não queriam justamente que os conflitos, os antagonismos, os preconceitos e a opressão aparecessem na autoimagem construída da Ibero-América. Era preciso fazer uma escolha pacificadora que iria nortear os trabalhos da *Revisão* e das *Bibliotecas*. No caso da Argentina, Luis Alberto Romero⁵⁶⁵ afirma que a preocupação de pensar a imagem do argentino foi de muitos historiadores com diferentes orientações ideológicas na década de 1930, envolvidos por uma forte tendência nacionalista que os opunha ao pan-americanismo que Roosevelt tentava impor. São discutidas as tradições, as características de um país em imigração, a miscigenação... Afinal, para eles, a história ainda funcionava como mestra da vida; ela ensina e constrói; traz à tona o passado para auxiliar o presente na construção do futuro.

⁵⁶³ RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro...*, op. cit.

⁵⁶⁴ Idem. A América Latina existe? In: *América Latina Nação*. Coletânea de textos. Organização de José Domingos de Brito. SP: Parlamento Latinoamericano, 1998. p. 32-42.

⁵⁶⁵ ROMERO, L. A. *História contemporânea da Argentina...*, op. cit.

CAPÍTULO IV

DA IBERO-AMÉRICA PARA A PENÍNSULA IBÉRICA: GUERRAS, RADICALIZAÇÃO, RESENTIMENTO E ANGÚSTIA

RAFAEL ALTAMIRA E FIDELINO DE FIGUEIREDO: AFINIDADES INTELECTUAIS E APROXIMAÇÃO COM A IBERO-AMÉRICA

Vimos especialmente no capítulo I que os interesses e investimentos na reaproximação entre antigas colônias e metrópoles eram recíprocos. Por mais que nesta tese Portugal e Espanha apareçam na maior parte do tempo como interlocutores de uma preocupação ibero-americana, já sabemos que também na Península Ibérica um novo olhar vinha sendo construído sobre as colônias americanas. Desde a passagem do século XIX para o XX, a revalorização do passado como impérios ultramarinos tornou-se questão central nos discursos de muitos políticos e intelectuais portugueses e espanhóis. Questão que ganhou ainda maior atenção a partir da Primeira Guerra e durante as ditaduras de Francisco Franco e Antonio Salazar. Assim, os projetos e debates que até agora vimos se desenvolverem entre Brasil e Argentina eram correspondidos pelas ex-metrópoles que precisavam se fortalecer diante do avanço dos Estados Unidos e do protestantismo nas Américas. Com o foco voltado para os projetos de integração ibero-americana, não nos detivemos nas ex-metrópoles, embora elas tenham aparecido de forma introdutória no início desta tese. Porém, cabe agora, para encerrá-la, partir para a Península Ibérica no contexto da primeira metade do século XX a fim de compreender o quanto as guerras e os processos de radicalização política auxiliaram na elaboração de um novo olhar sobre as ex-colônias; um olhar compatível com os empreendimentos de revisão do passado que eram então desenvolvidos coletivamente por historiadores ibero-americanos. Para isto, selecionamos duas figuras que consideramos centrais neste processo, historiadores que já surgiram em diferentes momentos do trabalho como interlocutores constantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, representado por Max Fleiuss, e da *Junta de Historia y Numismática Americana/Academia Nacional de la Historia*, personificada em Ricardo Levene.

Rafael Altamira, na Espanha, e Fidelino de Figueiredo, em Portugal, nos parecem muito apropriados para este debate diante do seu contato intenso e constante com as ex-colônias durante as primeiras décadas do século XX. Por meio ora de diálogos e intercâmbios intelectuais, ora de viagens de cunho profissional, ora do exílio, ambos acabaram atuando como elos de ligação entre dois lados do Atlântico e incentivadores de uma revisão do olhar negativo direcionado pelas ex-metrópoles às ex-colônias. Evidentemente, não foram os únicos. Mas, se pensamos na relação com as instituições históricas e os historiadores brasileiros e argentinos os quais analisamos, certamente foram os mais influentes. Vimos anteriormente o quanto foram tomados como referência por Levene e Fleiuss na reelaboração de uma escrita da história favorável ao passado colonial e às metrópoles ibéricas e o quanto estiveram próximos destes historiadores e das instituições que representavam. Por isto, partiremos de suas trajetórias intelectuais, atuação e pensamento para refletir acerca do olhar direcionado por portugueses e espanhóis aos ibero-americanos, com ênfase nos brasileiros e argentinos, no período conturbado do início do século XX. Neste capítulo, saímos da Ibero-América para a Península Ibérica em busca de indivíduos que, diante das angústias que viviam, viram no chamado Novo Mundo uma alternativa; diante dos conflitos do presente, voltaram-se ao passado à procura de possibilidades que transformassem o presente e o futuro a ser construído.

Distintos ideologicamente, Altamira e Fidelino se aproximaram em termos de perfil intelectual. Altamira nasceu em 1866 e morreu em 1951 no México, exilado da ditadura franquista. Foi jurista, historiador do direito, professor e crítico literário. Logo nos primeiros anos do século XX intensificou o contato com intelectuais estrangeiros e começou a investir no intercâmbio com a Hispano-América baseado na defesa de uma história e uma língua comuns. Entre 1909 e 1910 viajou pelo continente americano, representando a Universidade de Oviedo, “*con el objetivo de renovar los casi inexistente lazos de España con sus antiguas colonias y extender un intercambio docente entre su propia Universidad y las hispanoamericanas*”⁵⁶⁶. Para isto, esteve na Argentina, no Uruguai, no Chile, no Peru, no México, em Cuba e nos Estados Unidos ditando cursos em diferentes universidades e realizando projetos e convênios de aproximação intelectual. Muito envolvido em ações pedagógicas, sobretudo no que tange ao ensino da história, entre 1911 e 1913 assumiu a *Dirección General de Primera Enseñanza* criada

⁵⁶⁶ AYALA, María de los Ángeles. *Cartas inéditas de Rafael Altamira a Domingo Amunátegui Solar*. Cuadernos de América sin Nombre, n. 14. Alicante, s/d. p. 25.

pelo Ministério da Instrução Pública na Espanha, cargo a partir do qual tentou pôr em prática seus objetivos de transformação social por meio da educação. Nele tomou medidas relacionadas à melhoria dos salários, da formação dos professores e das condições materiais das escolas. Renunciou ao cargo em 1913 devido à hostilidade dos setores conservadores católicos, insatisfeitos com suas medidas liberais e ideias positivistas. Durante a Primeira Guerra, apoiou os Aliados, seguindo a tendência de muitos intelectuais espanhóis considerados progressistas, mesmo diante da neutralidade da Espanha no conflito. Para ele, os Aliados seriam “*representantes del espíritu democrático liberal*”⁵⁶⁷. No mesmo período, tornou-se senador vinculado ao partido liberal de Romanones, atuando basicamente no assessoramento de questões educativas.

Em 1931, com o advento da Segunda República, de acordo com María de los Ángeles Ayala, ao mesmo tempo em que Altamira acreditou na possibilidade de desenvolvimento de um regime democrático na Espanha, se manteve preocupado com o fortalecimento do fascismo na Europa. Por isto, se empenhou em difundir ideais pacifistas como meio de evitar os conflitos bélicos. Assim, foi indicado pela primeira vez ao Prêmio Nobel da Paz em 1933. Com a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) saiu da Espanha e instalou-se em Haia, em cuja corte atuava como juiz internacional. Lá permaneceu até 1940 quando a Holanda foi ocupada já durante a Segunda Guerra. A partir de então se estabeleceu na França. Neste contexto conflituado, preocupou-se em não expressar posições extremadas, mas demonstrou-se aflito com os rumos da República e o enfraquecimento da democracia no caso de uma vitória do General Francisco Franco. Ainda segundo Ayala, Altamira criticou “*la violencia de un lado como del outro, los procedimientos dictatoriales de los mandos franquistas y la desorganización reinante en la zona republicana*”⁵⁶⁸. Simultaneamente, repreendeu os países democráticos que não teriam apoiado a República espanhola, permitindo a ascensão fascista. O início da Segunda Guerra gerou ainda maior preocupação, já que seus ideais de justiça, liberdade e convivência pacífica entre homens e nações se diluíam no contexto presente. Após a vitória de Franco e a implantação do regime ditatorial na Espanha, decidiu que não regressaria ao país até que este terminasse. Com dificuldades financeiras, saiu da França e com o auxílio de colegas mexicanos e a proteção diplomática da Argentina, partiu para Lisboa e depois para Nova York até que, em novembro de

⁵⁶⁷ Ibidem, p. 28.

⁵⁶⁸ Ibidem, p. 32.

1944, trasladou-se para o México onde permaneceu até a morte sem ver o fim do regime franquista, o que só ocorreria muito depois já na década de 1970. Em homenagem a sua atuação pacifista foi ainda mais uma vez indicado ao Prêmio Nobel da Paz neste mesmo ano. Sua candidatura contou com cerca de 400 adesões, dentre instituições e intelectuais bastante reconhecidos internacionalmente. Em janeiro de 1951, ele mesmo escreveu a Ricardo Levene enviando em anexo a proposta do seu nome para o prêmio e pedindo-lhe que o remetesse a alguns de seus “*buenos amigos*”⁵⁶⁹ de Buenos Aires. O documento, escrito pelo também juiz de Haia, Isidro Fabela, apresenta a bibliografia assinada por Altamira e sua atuação em comitês jurídicos de instituições e sociedades internacionais com finalidade pacifista. Diz que em todas as suas obras “*domina el ideal humano de la Paz y la concordia entre todos los pueblos de la Tierra, sin distinción de clase, de raza, ni de religión*”⁵⁷⁰. Enfatiza também em suas ações de combate ao analfabetismo e em seu prestígio no mundo hispânico.

Fidelino, que viveu entre 1889 e 1967, foi professor, historiador e crítico literário, como Altamira. Foi também Ministro da Instrução Pública em Portugal, cargo que exerceu entre 1914 e 1915, anos iniciais da República portuguesa, e diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa por duas vezes, entre 1918 e 1919 e em 1927. Após a instauração do Estado Novo em Portugal em 1926, exilou-se na Espanha, entre 1927 e 1929, por ter participado ativamente de um movimento de oposição ao regime. Lá foi influenciado por forte hispanismo, sendo este período considerado de grande importância em seu desenvolvimento intelectual. Segundo Ricardo Rodríguez⁵⁷¹, esta tendência já era marcante em seu pensamento desde 1913 quando foi estudar em Madrid e tomou contato com as renovações iniciadas por Marcelino Menéndez y Pelayo. Por ocasião desta viagem, o autor ainda aponta o contato de Fidelino com outras importantes figuras das inovações intelectuais e historiográficas espanholas, dentre eles Rafael Altamira. Sua aproximação com a Espanha de Altamira foi intensa ao longo de toda sua trajetória intelectual. Fidelino foi considerado, inclusive, o mais importante representante português da geração de 1898 em Portugal, influenciado principalmente por Miguel de Unamuno, cuja obra conheceu mais a fundo

⁵⁶⁹ Carta de Rafael Altamira a Ricardo Levene. México, 19 de janeiro de 1951. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

⁵⁷⁰ Ibidem. Documento anexo intitulado “Propuesta para el Premio Nobel de la Paz a favor del historiador Don Rafael Altamira y Crevea, presentada por el Lic. Isidro Fabela, Juez de la Corte Internacional de Justicia de La Haya”.

⁵⁷¹ RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Traços intelectuais de Fidelino de Figueiredo. In: *Carta Mensal*, Confederação Nacional do Comércio, RJ, v. 45, n. 539, fevereiro de 2000. p. 36-63.

através do exílio em Madrid e da correspondência com o escritor espanhol. Sobre a Espanha chegou a escrever duas obras: *As duas Espanhas* (1932)⁵⁷² e *Pyrenne* (1935)⁵⁷³.

No Brasil esteve duas vezes: a primeira em uma curta viagem de trabalho em 1920, a segunda por um período bem mais prolongado de 13 anos durante seu segundo exílio já no governo de Salazar, entre 1938 e 1951. Aqui dirigiu a cadeira de Literatura Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e deixou discípulos e influências intelectuais. Seus vínculos com o Brasil, contudo, remontam a 1913 quando ingressou no IHGB sob a indicação de Viveiros de Castro. Todo seu processo de associação ao Instituto é acertado por intermédio do seu Secretário Perpétuo, Max Fleiuss. Ingressou também na Academia Brasileira de Letras em 1942 com candidatura proposta por Alceu Amoroso Lima. Além destes, dentre os intelectuais brasileiros com os quais Fidelino se correspondeu entre as décadas de 1910 e 1960, estiveram Manuel Bandeira, Luís da Câmara Cascudo, Jackson de Figueiredo, o Padre Leonel Franca, Gilberto Freyre, Oliveira Lima, Afrânio Peixoto e Jonathas Serrano⁵⁷⁴ (ver anexo 3). A maioria, como vemos, marcada por vínculos diretos ou indiretos com o pensamento católico. Sobre sua relação com as ideias católicas, Ricardo Rodríguez informa que Fidelino aprendeu o formalismo religioso com o pai, mas foi sua mãe quem lhe ensinou o catecismo tridentino e o compromisso com os fundamentos católicos. Apesar de sua orientação monarquista, antipositivista, liberal conservadora e católica, possui uma obra considerada apartidária. Defendeu que os intelectuais se afastassem dos limites partidários, crítica que dirigiu diretamente a Teófilo Braga, positivista e presidente do governo provisório português entre 1910 e 1911.

Vemos, portanto, haver alguns interessantes pontos de afinidade entre ambos. Afinidades que os aproximam quanto à defesa da reaproximação de seus países com suas antigas colônias em busca de raízes e tradições comuns e da retomada de um contato interrompido com os processos de independência no início do século XIX. Altamira se empenhou em colocar estas ideias em prática bem mais que Fidelino, de modo a criar todo um programa de desenvolvimento das

⁵⁷² FIGUEIREDO, Fidelino de. *As duas Espanhas*. Lisboa: Europa, 1932.

⁵⁷³ Idem. *Pyrenne: ponto de vista para uma introdução à história comparada das literaturas portuguesas e espanholas*. Lisboa: Emp. Nac. de Publicidade, 1935.

⁵⁷⁴ As cartas trocadas entre Jonathas Serrano e Fidelino de Figueiredo foram por mim analisadas em artigo no qual trato dos conflitos que caracterizaram o contexto de radicalização política no Brasil na década de 1930 e seus reflexos subjetivos nos intelectuais ligados ao pensamento católico. Cf. BARCELOS, Ana Paula. Fidelino de Figueiredo e Jonathas Serrano. Pensamento católico e radicalização política na década de 1930. Algumas reflexões. In: *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. V. 2, n. 4, maio-agosto de 2010.

relações entre a Espanha e os países hispano-americanos. Altamira foi também liberal e positivista – com fortes influências do positivismo francês. Buscava através do método a objetividade na história e queria romper com o pessimismo espanhol característico da geração de 1898. Regeneracionista, acreditava na possibilidade do renascimento espanhol por meio do americanismo. As antigas colônias americanas seriam, em sua opinião, o maior exemplo do poder civilizador e a maior contribuição da Espanha para a história. Fidelino, com uma visão muito próxima sobre o Brasil, era, no entanto, um ácido combatente do positivismo personificado, no Portugal da sua geração, por Teófilo Braga. No lugar da objetividade e da cientificidade defendidas por Altamira, buscava a construção da identidade portuguesa por meio de aspectos mais emocionais e espirituais e menos racionalistas. Opostos, porém semelhantes, o fato é que Altamira e Fidelino viveram as mesmas questões geracionais numa Península Ibérica em constante conflito durante a primeira metade do século XX, se opuseram aos rumos autoritários da República e aos governos ditatoriais em seus países e acabaram percebendo nas antigas colônias uma possibilidade pacífica, um refúgio diante da rejeição que sofreram. Não foi por acaso que Fidelino viveu 13 anos no Brasil e Altamira 7 anos no México. Coincidentemente, em 1951, enquanto Altamira morria exilado, Fidelino retornava a Portugal. Assim, por meio do diálogo com pares intelectuais ibero-americanos contribuíram ainda para a aproximação entre as duas margens do Atlântico historicamente interligadas.

O paralelo que aqui construímos entre Altamira e Fidelino não se dá apenas pela proximidade contextual e pelos interesses em comum. Eles se conheceram e dialogaram entre si. Da mesma forma que foram interlocutores diretos de Levene e Fleiuss e que estes foram extremamente próximos nos projetos de integração entre Brasil e Argentina, sabemos que Altamira e Fidelino mantiveram contato e trocaram correspondências. Não tivemos acesso à correspondência de Altamira que nos permitiria aprofundar este diálogo, mas encontramos algumas cartas suas a Fidelino na correspondência passiva deste último. No acervo, com cerca de 11.000 cartas, constam poucas enviadas pelo espanhol, apenas 5 no total (ver anexo 3), datadas das décadas de 1930 e 1940, algumas enviadas da Espanha, outras do México já durante o exílio. Contudo, apesar de poucas, estas cartas comprovam nossa interpretação acerca das afinidades intelectuais entre eles, mesmo diante de suas diferenças teóricas e ideológicas. Vejamos cronologicamente o conteúdo destas cartas. A primeira delas data do dia 10 de outubro de

1934⁵⁷⁵. Nela Altamira lamenta não ter encontrado Fidelino em congresso recentemente ocorrido em Santiago de Compostela que teria sido muito interessante principalmente nas seções de História e Filologia. Diz escrever para informar que estava preparando o número 4 da Revista *Las Ciencias* e pedia a Fidelino que escrevesse alguns parágrafos sobre Portugal para acrescentar a ele. Ao que parece, pela segunda carta de Altamira datada do dia 18 do mesmo mês, Fidelino enviou prontamente os escritos solicitados pelo historiador espanhol, já que este diz tê-los recebido e afirma que seriam publicados no próximo número de *Las Ciencias*. Agradece o envio e se dirige a Fidelino como sendo seu “*muy devoto amigo*”⁵⁷⁶.

Dois anos depois, em 1936, por ocasião da aposentadoria de Altamira, este escreve a Fidelino agradecendo-lhe a adesão às homenagens que seus discípulos e amigos lhe fizeram para celebrar a data. Refere-se a Fidelino como um “querido colega e amigo” e ressalta o que seria seu duplo mérito: o pessoal e o de pertencer a Portugal, país que sempre teria amado. Diz ainda esperar que o fato de estar aposentado não o afaste da atividade intelectual em meio a qual pretendia encontrar ainda muitas vezes seu interlocutor. Destacamos alguns trechos mais significativos da correspondência:

Mi querido colega y amigo: Expreso a V. mi reconocimiento muy sincero por la carta con que se adhiere al homenaje que los compañeros y discípulos míos me han dedicado con motivo de mi jubilación.
El venir de V., que tiene para mí la doble estimación de su mérito personal y de su nación portuguesa, que siempre he amado, aumenta el valor de esas manifestaciones.
Espero que durante algún tiempo, al menos, mi condición de jubilado oficial no amenguará mi actividad científica, y en ella espero encontrar a V. a menudo con la satisfacción que siempre me ha producido.⁵⁷⁷

Através da carta percebemos claramente uma relação bastante próxima e afetuosa entre Altamira e Fidelino. A homenagem deste último se estende não apenas ao “amigo”, mas também à “nação portuguesa”.

Em 1939, encontramos o registro de outra carta trocada entre eles. Altamira escreve de Paris a Fidelino, que a esta altura já se encontrava exilado no Brasil, a fim de comunicar a criação

⁵⁷⁵ Carta de Rafael Altamira a Fidelino de Figueiredo. 10 de outubro de 1934. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

⁵⁷⁶ Carta de Rafael Altamira a Fidelino de Figueiredo. 18 de outubro de 1934. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

⁵⁷⁷ Carta de Rafael Altamira a Fidelino de Figueiredo. Madrid, 19 de fevereiro de 1936. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

de um Instituto Internacional de Estudos Ibero-Americanos⁵⁷⁸ com o objetivo de “intensificar as investigações científicas e as publicações Ibero-Americanas”⁵⁷⁹. Dele fariam parte historiadores, juristas, filólogos, sociólogos, especialistas em literatura comparada, dentre outros profissionais ligados aos estudos ibero-americanos. Em português, Altamira convida Fidelino a compor o Instituto juntamente com este grupo de intelectuais e pede que envie em breve sua adesão por escrito. Anexo à carta segue um texto datilografado explicitando mais detalhadamente os objetivos da instituição e listando seus membros. Presidido pelo próprio Rafael Altamira, o Instituto Internacional de Estudos Ibero-Americanos seria um centro de pesquisa e documentação sobre o tema, porque, segundo o texto, muito ainda precisava ser feito quanto aos estudos sobre a América Latina (termo usado no próprio texto). Sua sede seria em Paris, o que daria uma ideia da importância que desempenhava nas relações internacionais. No texto, defende-se também o contato pessoal entre os especialistas do tema que seria melhor possibilitado com a criação desta academia internacional e laboratório de pesquisa. Vejamos as próprias palavras, em português, do anexo enviado a Fidelino por Altamira:

Esta criação responde a uma necessidade real e vem no momento propicio; aqueles que se entregavam até hoje a estudos desta esfera, tanto científicos como praticos, deparavam com dificuldades devidas à falta de um centro de investigações e de documentação sobre Espanha, Portugal e America hispano-portuguesa, no que se refere a ciencias sociaes, politicas, economicas, jurídicas, e à Historia. E' certo que varias Universidades Europeas podiam algumas vezes fornecer elementos preciosos sobre a Espanha e Portugal, mas *no que diz respeito à America Latina, tudo ou quasi tudo está por fazer* [sem grifo no original]. O Instituto Internacional que acaba de constituir-se é destinado a preencher esta lacuna. [...]
[...] Pensamos, com efeito, que [...] o contacto pessoal de todos os especialistas é não somente indispensavel, como tambem a organização entre eles de uma colaboração continua e bem regulada, se se quer chegar a juntar e ter à disposição de todos, as fontes que se encontram dispersas nos arquivos e bibliotecas de diversas nações.⁵⁸⁰

Fala ainda dos investimentos em pesquisa e da publicação de seus resultados em boletins e enciclopédias tendo como finalidade o desenvolvimento de estudos críticos e autênticos e a “formação da juventude americana e europeia”:

⁵⁷⁸ A título de complementação informamos que o nome do Instituto ainda era complementado pelo seguinte subtítulo: “Espanha, Portugal e países americanos de línguas espanhola e portuguesa”.

⁵⁷⁹ Carta de Rafael Altamira a Fidelino de Figueiredo. Paris, 14 de junho de 1939. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

⁵⁸⁰ Ibidem, texto anexo intitulado “Instituto Internacional de Estudos Ibero-Americanos”.

Estas investigações, destinadas a rectificar tudo o que ha de provisório, de impreciso ou de errôneo nos nossos actuaes conhecimentos e também a crear a nova sciencia sob a dupla base do espirito crítico e da autenticidade das fontes de informação, vão constituir o esforço mais intenso dos que o nosso Instituto se propoe realizar. Com igual finalidade *se ocupará o Instituto da formação da juventude americana e europeia* [sem grifo no original] que deseje confiar-se a ele, sob a direcção e assistencia pedagogica de mestres eminentes.⁵⁸¹

Ainda segundo o mesmo texto, dentre os intelectuais estrangeiros que até aquele momento já haviam aderido ao Instituto estava o historiador argentino Ricardo Levene. Além de uma instituição de grande amplitude para os estudos ibero-americanos em diferentes âmbitos, o Instituto representava um ponto de encontro profissional e de contato pessoal entre os estudiosos do assunto. Dentre eles, estavam os personagens centrais desta tese, Ricardo Levene, Rafael Altamira e Fidelino de Figueiredo. Não temos notícias do acesso de Max Fleiuss ou de outros membros do IHGB à instituição, mas é possível que isto tenha ocorrido.

Na última carta de Altamira registrada na correspondência passiva de Fidelino, o remetente a ele se refere como “*inseparable amigo*”⁵⁸² e conta sobre sua recente viagem aos Estados Unidos. Enviada do México, onde já estava exilado, a carta traz, ao mesmo tempo, o relato de Altamira sobre seus problemas de saúde. Nela ainda pergunta a Fidelino sobre sua família e seus últimos trabalhos. Pede que não deixe de enviá-los, demonstrando-se sempre interessado nos escritos do colega português. Despede-se de forma bastante pessoal: “*Con el afecto y la gratitud que le debo, le envio um abraço apretado*”⁵⁸³.

As cartas de Altamira a Fidelino foram escritas e enviadas entre os anos de 1934 e 1944 em um contexto histórico, político e pessoal bastante relevante para a compreensão dos dilemas por eles experimentados. Neste período, como vimos através de suas trajetórias, ocorreram a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra na Europa. Este foi também o contexto do avanço nazifascista e do fortalecimento dos Estados Unidos nas Américas que amplia sua política imperialista para o continente, oferecendo risco às heranças da cultura ibérica na região. Em Portugal e na Espanha, a partir respectivamente de 1932 e 1939, Salazar e Franco ascenderam ao poder, dando início a políticas autoritárias que incluem censura e perseguição a intelectuais e políticos de oposição. Tanto Fidelino quanto Altamira haviam assumido cargos públicos importantes nos governos anteriores, Fidelino já durante a República, nos anos 1920, e Altamira

⁵⁸¹ Ibidem.

⁵⁸² Carta de Rafael Altamira a Fidelino de Figueiredo. México, 30 de novembro de 1944. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

⁵⁸³ Ibidem.

ainda durante a monarquia espanhola. Ambos ficaram vulneráveis às mudanças políticas da década de 1930. Ambos buscaram, então, o exílio. Fidelino chegou ao Brasil em 1938, aos 49 anos e Altamira se encontrou com suas filhas já exiladas no México em 1944, aos 78 anos. Embora estes acontecimentos não apareçam nas cartas, é preciso ver que serviram como pano de fundo para as escolhas pessoais e os projetos profissionais destes indivíduos de gerações diferentes, mas com diálogos e afinidades intelectuais. O interesse pelos países ibero-americanos que já vinha desde o final do século XIX, no caso de Altamira, e da década de 1920, no caso de Fidelino, é ainda mais ampliado, talvez pelo estímulo destes mesmos países que vimos estarem neste período se organizando em projetos que, dentre outros aspectos, revalorizavam o colonialismo e as heranças ibéricas. Parecem ter confluído interesses ibéricos e ibero-americanos e fatores contextuais que favoreceram esta reaproximação.

Olhar para a Ibero-América acabou se tornando, a nosso ver, uma alternativa e uma estratégia intelectual e política diante do contexto conflituado. A própria criação do Instituto Internacional de Estudos Ibero-Americanos em 1939, ano inicial da Segunda Guerra, exemplifica nosso argumento. Sendo em Paris, ganharia projeção não apenas ibérica, mas europeia e atuaria nas relações internacionais, como objetivava Altamira. Os novos olhares sobre a América são motivados por questões contextuais e políticas que demandam, dentre outros aspectos, a releitura da história que nos é tema central nesta tese. Foram estes homens, frutos deste contexto, que serviram de influência e interlocução para historiadores como Max Fleiuss e Ricardo Levene e inseriram-se em instituições por eles representadas, o IHGB no Brasil e a Junta/Academia na Argentina. Veremos ainda neste capítulo, mais detalhadamente, suas vinculações teóricas e seus posicionamentos políticos e ideológicos em meio ao contexto destas cartas e anterior a elas. Veremos, sobretudo, suas ideias americanistas, a de certa forma produtiva experiência do exílio e suas concepções de história, marcadas por estes fatores e acolhidas pelos historiadores e projetos brasileiros e argentinos vistos até aqui.

REPENSANDO A HISTÓRIA: NOVOS OLHARES SOBRE ANTIGAS COLÔNIAS

A independência de Cuba, Porto Rico e Filipinas, em 1898, é o marco a partir do qual são construídos na Espanha e, acreditamos, também em Portugal, novos olhares sobre as antigas colônias americanas. Este processo é gestado ao longo das últimas décadas do século XIX, mas o

fim definitivo do mundo colonial ibérico e o avanço norte-americano na região levaram a um conjunto de reflexões e ações práticas que tinham como objetivo a reaproximação entre ex-metrópoles e ex-colônias. A derrota espanhola para os Estados Unidos gerou a nostalgia em relação ao passado conquistador do país e a percepção de que algo deveria ser feito a fim de inseri-lo em uma modernidade a qual não fora capaz de acompanhar. Portanto, a perda de suas últimas colônias conduziu a Espanha a um movimento de reformas políticas, econômicas e culturais que transformou suas relações com os países hispano-americanos, precárias desde as independências no início do século XIX. O americanismo surgiu como interesse de diferentes intelectuais e encontrou em Rafael Altamira seu principal sistematizador e estimulador com medidas práticas organizadas que puseram em contato estas esferas até então em conflito. Acreditamos que as questões geradas pela independência cubana alcançaram não apenas sua metrópole, mas a Península Ibérica como um todo, envolvida pelo saudosismo em relação a um passado descobridor esquecido diante da ascensão de novas potências. Este é o contexto formador do pensamento de Altamira, que em 1898 tinha já 32 anos, e seus ecos influenciariam Fidelino em Portugal através do contato com este sentimento de perda ibérico e dos posteriores diálogos com intelectuais espanhóis – lembramos que no episódio da independência ele contava apenas 9 anos de idade. Vimos em outras oportunidades neste trabalho que até as ditaduras de Franco e Salazar o ideal de um Império ibérico prevaleceria no imaginário de reconstrução do poderio da Espanha e de Portugal no cenário internacional. Porém, desde o final do século XIX já se havia percebido a impossibilidade de conquista deste fim sem a parceria com as antigas colônias americanas.

O hispanismo surgiu neste período como forma de construção de uma identidade comum à Espanha e suas antigas colônias com traços diferenciados em especial do mundo protestante anglo-saxão. Estes povos seriam unidos pela história, tradições, língua e religião (católica) comuns e por isto formariam uma grande comunidade internacional. Segundo José Luis Beired, o pano de fundo desta ideia era “responder à decadência da Espanha em relação aos demais países europeus. Tratava-se de encontrar a chave para a modernização da Espanha nas suas várias dimensões – política, econômica, social e cultural”⁵⁸⁴. Beired observa que, ao longo dos anos 1910, “as ações dos intelectuais foram crescentemente instrumentalizadas e articuladas às

⁵⁸⁴ BEIRED, José Luis Bendicho. Hispanismo: um ideário em circulação entre a Península Ibérica e as Américas. *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*, Campinas, 2006. p. 2.

políticas de Estado”⁵⁸⁵ como forma de construir uma nova imagem da Espanha na América, favorecendo sua influência. Isto seria uma prévia dos usos que a partir de 1930 o hispanismo encontrou na ditadura franquista. Esta, portanto, se serviu de ideias que já vinham sendo desenvolvidas desde o século XIX e haviam sido organizadas por Primo de Rivera nos anos 1920. Para o autor, após a década de 1930, o hispanismo, que encontrou leituras ideológicas das mais distintas, também se tornou instrumento da extrema-direita. O intelectual mais ativo neste processo foi Ramiro de Maeztu, conforme vimos lido com atenção por Levene neste período⁵⁸⁶, sendo responsável pelo desenvolvimento do conceito de *hispanidad* – defendido pelo tradicionalismo católico.

Também na América sabemos que o hispanismo recebeu diferentes conotações, sendo muito bem recebido tanto pela historiografia liberal quanto pela conservadora. Afinal, como afirma Eva Maria Valero Juan⁵⁸⁷, se para as antigas nações europeias a aproximação com as jovens repúblicas americanas significava regeneração, para elas este processo estava na base da busca por identidade. No caso da Argentina, que nos interessa em particular, teve grande impacto sobre o revisionismo histórico, mas foi muito apropriado pela historiografia liberal representada principalmente por Levene. Na América, esta perspectiva teria encontrado grandes contradições, pois, vinculada a uma tradição iluminista e à busca da modernidade, tinha, no entanto, que responder às demandas de uma sociedade colonial repleta de contradições e enfrentar as tensões de uma reaproximação com a ex-metrópole sem perda de autonomia, tão propagada por esta vertente desde o século XIX. Para Beired, isto levou ao fortalecimento da vertente autoritária e conservadora na Argentina, o que, acreditamos, esteve bem refletido na aproximação de Levene com as instituições espanholas durante o franquismo. Até mesmo os liberais, muitas vezes por pragmatismo, acabaram cedendo às relações com governos e ideias mais autoritários. Lembramos da grande capacidade de inserção institucional de Levene em diferentes esferas, o que lhe garantia certa neutralidade e estabilidade diante das mudanças políticas.

Focalizando no contexto espanhol, o hispanismo, ou hispano-americanismo⁵⁸⁸, ganhou impulso após 1898 por meio da atuação de intelectuais regeneracionistas, de um lado, e da

⁵⁸⁵ Ibidem, p. 5.

⁵⁸⁶ Cf. notas 294 e 295.

⁵⁸⁷ Cf. JUAN, Eva Maria Valero. Rafael Altamira y la ‘patria intelectual’ hispano-americana. *América sin nombre*, n. 3, Alicante, junho de 2002. p. 94-102.

⁵⁸⁸ No pensamento de Rafael Altamira hispanismo e americanismo eram termos complementares, se relacionavam mutuamente. Assim, ele utilizava ambos os termos, pois a análise de um conduziria a do outro. Unindo os dois, a

geração de 1898, de outro. Esta última, representada por Unamuno, Azorin, Valle Inclán e Angel Ganivet, partia de referenciais estéticos, filosóficos e literários na tentativa de superar a crise moral, política e social espanhola oriunda da derrota para os Estados Unidos. Apontavam a existência de uma Espanha real, fracassada, bastante distinta daquela oficial, falsa e aparente. São marcados pela frustração e pelo pessimismo em relação aos rumos do país na virada do século. Ideologicamente semelhante, o regeneracionismo, de Rafael Altamira, Joaquin Costa, Ramiro de Maeztu e Lucas Mallada, se utilizava de uma linguagem pragmática e científica para refletir objetivamente sobre as possibilidades de reconstrução da nação. Da mesma forma que os seguidores da geração de 1898, apontavam a decadência do país, mas o faziam de forma documentada e preocupada com sua reconstrução. As principais causas desta decadência, segundo os regeneracionistas, seriam a ausência de patriotismo e o menosprezo pelo passado e pela tradição. Daí a importância que, veremos, ocupa a história no pensamento de seus autores. Justamente por isto foram os principais incentivadores do hispano-americanismo, já que as colônias americanas seriam o símbolo do poder civilizador espanhol, parte da história da Espanha. Era necessário, então, recuperar o contato com elas em diferentes âmbitos. Este seria o principal caminho na “regeneração” da consciência nacional, de um “espírito” que reuniria a diversidade cultural das jovens repúblicas à ex-metrópole decadente. Segundo Eva Valero Juan, ao estudar o papel de Rafael Altamira na reaproximação com a América, se tratava

[...] de una reconquista del prestigio de España en América que debía repercutir de manera recíproca en el rejuvenecimiento y modernización nacional de España, para lo cual era necesario desplegar um ‘americanismo práctico’ regeneracionista.⁵⁸⁹

Deste movimento, portanto, partiram os mais representativos intelectuais hispanistas: Marcelino Menéndez y Pelayo, de viés católico-conservador, e Rafael Altamira, de perfil liberal. Distintos ideologicamente, mas frequentemente apontados como amigos e colegas de trabalho. Para Hebe Carmem Pelosi⁵⁹⁰, Pelayo foi uma das mais importantes influências historiográficas para Altamira, de modo que, além de manterem uma relação de amizade, trocavam livros e publicavam juntos em revistas por eles mesmos organizadas. Encontros que vimos nesta tese

expressão hispano-americanismo conferia igual importância a estes movimentos. Por estas razões, utilizamos nesta tese as três expressões, hispanismo, americanismo e hispano-americanismo. Chamamos a atenção do leitor apenas para o fato, que ressaltamos neste texto, de que durante o franquismo a expressão hispanismo, vista no capítulo I como *hispanidad*, ganhou conotações autoritárias, servindo à perspectiva americanista do conservadorismo católico.

⁵⁸⁹ JUAN, Eva Maria Valero. *Rafael Altamira y la ‘reconquista espiritual’ de América*. Murcia: Universidad de Alicante, 2003. p. 67.

⁵⁹⁰ PELOSI, Hebe Carmen. *Rafael Altamira y la Argentina*. Cuadernos de América sin nombre, n. 11, Alicante, s/d.

serem comuns entre liberalismo e conservadorismo em sociedades de formação ibérica. Contudo, seguindo nosso recorte temático focalizaremos no último deles. Altamira, que desde 1892 no IV Centenário do Descobrimento da América já tinha se iniciado nesta perspectiva através do contato com intelectuais americanistas, se empenhou nos primeiros anos do século XX em pôr em prática seus objetivos. Foi motivado pelo temor geracional de que o avanço dos Estados Unidos ocupasse o espaço perdido pela Espanha nas ex-colônias. Sem adotar uma posição xenófoba em relação aos norte-americanos, Altamira afirmava que eles não poderiam retirar da Espanha um papel civilizador que era historicamente seu. O historiador, já em 1900, via na expansão norte-americana “*un obstáculo temible para la solidaridad que pretendemos establecer*”⁵⁹¹. Por isto, deixou claro, décadas depois, em discurso datado de 1927 no *American-Club* de Madrid, que os espanhóis não precisavam da colaboração norte-americana nas relações com as ex-colônias. De forma dura e direta, define sua posição:

[...] he reivindicado para España, en América, un campo especial y exclusivo, que es el que tenemos en común con los pueblos de nuestra civilización y nuestro idioma, con referencia a los intereses especiales de ese idioma y esa civilización. En ese campo no queremos ingerencias ni colaboraciones, que seguramente nos perturbarían. Es ese para los americanistas españoles un dogma tan intangible como el de la absoluta independencia, interior e internacional, de todas las Repúblicas americanas.⁵⁹²

Para impedir que as novas influências norte-americanas superassem as ibéricas, Altamira defendia o papel do idioma, da história em comum, dos diálogos intelectuais e dos imigrantes espanhóis na construção de pontes entre ex-colônias e ex-metrópoles. O desenvolvimento do espírito nacional, fundamental neste combate às ideias anglo-saxãs na Espanha e fora dela, contava ainda com a ênfase na educação como transformadora social, seguindo fortes influências institucionistas⁵⁹³ e krausistas⁵⁹⁴. Este ideal foi direcionador do pensamento e da ação política de

⁵⁹¹ ALTAMIRA, Rafael. *Cuestiones hispano-americanas*. Madrid: E. Rodríguez Serra, 1900.

⁵⁹² Idem. España, los Estados Unidos y América. *Revista de las Españas*, n. 7-8, março-abril de 1927. p. 177.

⁵⁹³ As ideias institucionistas foram desenvolvidas na Espanha por um grupo de intelectuais que criaram, em 1876, a *Institución Libre de Enseñanza* inspirada no filósofo alemão Karl Friedrich Krause – seguidor de Kant e oposto ao que considerava as falsas interpretações de Schelling, Fichte e Hegel. Dentre seus fundadores estava Francisco Giner de los Ríos, uma das principais influências intelectuais de Altamira. Sua criação foi motivada pela ruptura de catedráticos progressistas com a Universidade de Madrid por defenderem a liberdade de cátedra e a autonomia moral, política e religiosa no ensino universitário. Nas décadas seguintes, muitos intelectuais como Unamuno e Altamira colaboraram com a instituição. Até a guerra civil, a ILE representou o principal centro espanhol de estudos pedagógicos. A partir daí foi considerada antinacional, seus membros tiveram bens confiscados, foram exilados ou, os que permaneceram na Espanha, foram submetidos à censura.

⁵⁹⁴ O krausismo foi uma doutrina pedagógica marcada pelas ideias do filósofo Friedrich Krause, citado na nota anterior, com grande influência na Espanha no início do século XX. Foi divulgado principalmente pela *Institución de Libre Enseñanza*, embora já encontrasse entrada no país desde a primeira metade do século XX. Opunha-se ao

Altamira que elaborou um “*proyecto pedagógico basado en una educación igualitaria y accesible para toda la masa del país como único vehículo para la creación de una sociedad culta y libre*”⁵⁹⁵. História e educação se encontravam na redefinição da identidade nacional a partir dos traços positivos do colonialismo espanhol. Este objetivo esteve presente nas duas margens do Atlântico, como vimos ao longo desta tese, e norteou os diálogos de Altamira (e outros intelectuais regeneracionistas) com os países hispano-americanos.

Foi a partir de 1909 que Altamira assumiu definitivamente o papel de principal divulgador e organizador do hispano-americanismo. Neste ano, foi enviado à América pela Universidade de Oviedo, na qual lecionava, com o objetivo de reconstruir os laços quase inexistentes da Espanha com suas ex-colônias com base no intercâmbio entre universidades e intelectuais. Em cerca de 10 meses pronunciou conferências e ditou cursos na Argentina, Chile, Peru, Uruguai, México, Cuba e Estados Unidos. Esta viagem é considerada o grande impulso para as iniciativas de intercâmbio desenvolvidas na Espanha e, como vimos, correspondidas pelas antigas colônias ao longo das décadas posteriores. Isto em meio a um movimento que envolve modernização e conquista de reconhecimento e legitimidade, tanto para a ex-metrópole quanto para as ex-colônias, no cenário internacional nas primeiras décadas do século XX. A partir daqui o americanismo se tornou o principal campo de atividade de Altamira de modo a ser construído um laço que marcará seus últimos anos de vida exilado no México após a Segunda Guerra e a Guerra Civil Espanhola. Nos países hispano-americanos (e, na verdade, também no Brasil) suas ideias obtiveram grande aceitação. Embora, evidentemente, tenha se deparado com algumas posições antagônicas defensoras de uma América livre de todo imperialismo, tanto norte-americano quanto espanhol⁵⁹⁶. Posições estas variáveis de acordo com os diferentes processos históricos de independência e ruptura com a Espanha durante o século XIX.

O discurso regeneracionista presente no pensamento de Altamira baseava-se na necessidade de regeneração pela reivindicação da influência espanhola nas repúblicas americanas. Neste sentido, boa parte do seu trabalho historiográfico foi dedicado à ação da

hegelianismo e ao dogmatismo no ensino. Segundo o krausismo, a educação, inclusive para as classes populares, seria uma maneira de transformar o futuro das sociedades e deveria ser um veículo na ruptura com a intolerância religiosa e ideológica. Lembramos que krausismo e institucionismo não são sinônimos. O institucionismo da ILE apenas foi fortemente inspirado e estruturado nas ideias de Krause. A atuação de Altamira no campo da pedagogia, sua preocupação com o ensino da história e a ênfase na educação popular vêm, sobretudo, desta influência teórica e ideológica.

⁵⁹⁵ JUAN, E. M. V. *Rafael Altamira...*, op. cit, p. 21.

⁵⁹⁶ Dentre os que se opuseram a Altamira estava Fernando Ortiz. O antropólogo, sociólogo e jurista cubano via na sua viagem pela América um novo imperialismo espanhol encoberto pela aparente amizade cultural.

Espanha na América com ênfase nos aspectos positivos e o obscurecimento ou subestimação da violência do colonialismo, vista apenas como fruto da cobiça e má administração de alguns colonos. Visão, como já sabemos, reproduzida por Ricardo Levene, e por muitos outros historiadores da Nova Escola Histórica, na Argentina. Até mesmo a independência das colônias americanas é vista por Altamira como resultado dos ideais de liberdade e soberania divulgados pelos descendentes de espanhóis e não oriundos da influência francesa. Além disto, foram estes próprios descendentes que protagonizaram a independência, o que seria, em sua opinião, a prova definitiva da atuação positiva da Espanha. Vimos ainda no primeiro capítulo deste trabalho ser exatamente este o discurso de Levene quando se apresentou a um público de hispanistas e imigrantes espanhóis na *Asociación Patriótica Española* de Buenos Aires em 1931⁵⁹⁷. A Espanha teria sido responsável pela criação de sociedades democráticas e livres nas Américas. A independência seria, segundo o discípulo argentino de Altamira, uma consequência desta formação histórica.

Ainda segundo Altamira, os aspectos negativos do colonialismo espanhol teriam sido alimentados pela propaganda da Inglaterra e dos Estados Unidos na disputa pelo controle da região. Seu discurso, portanto, celebrava o papel da Espanha na América como forma de “*atenuar la animadversión de los hispanoamericanos hacia los españoles infundiendo confianza en una nueva España joven y ávida de reformas*”⁵⁹⁸. Por outro lado, servia como reaproximação dos espanhóis com seu “*glorioso pasado civilizador para, a través de la recuperación de la historia, redefinir y consolidar la identidad nacional*”⁵⁹⁹. O orgulho do passado seria fundamental no combate ao pessimismo espanhol característico da geração de 1898. O pessimismo que paralisa precisava ser substituído pelo otimismo que gera movimento e modernização. O par otimismo e pessimismo é título de um de seus capítulos no livro *España y el programa americanista*, publicado em 1917. Aqui ele produz uma ácida crítica aos pessimistas espanhóis que acreditavam que o país em nada evoluiu. Com isto, a Espanha nunca poderia se inserir na modernidade. Estes pessimistas, muito vinculados à geração de 1898 estariam ressoando um discurso antigo e atrasado. Critica ainda o pessimismo que “*en lo que se refiere a las cuestiones hispano-americanas, consiste en afirmar rotundamente que hasta aquí todo ha*

⁵⁹⁷ Cf. notas 122 a 125.

⁵⁹⁸ JUAN, E. M. V. *Rafael Altamira...*, op. cit, p. 53.

⁵⁹⁹ *Ibidem*.

*sido – y aún sigue siendo, con excepción del que afirma – puro lirismo y trompa romántica*⁶⁰⁰. A isto seria preciso opor um movimento hispano-americano a ser transmitido “*á través de generaciones*”⁶⁰¹. Defende, assim, um patriotismo mais otimista ao qual se vinculava e que, segundo ele, vinha crescendo no país.

No mesmo livro, Altamira ainda critica a oposição entre uma Espanha nova e outra velha, negativa e antiquada. Para ele, esta visão, equivocada e carregada de preconceitos, era pautada numa visão de modernidade que rejeita e condena o passado, tomando-o como vergonhoso e inútil. Com esta visão seria impossível para a Espanha construir a identidade nacional almejada pelos regeneracionistas. Em suas palavras, seria uma injustiça

[...] la distinción que se quiere hacer entre la España vieja y la España nueva, suponiendo que en aquélla todo es odioso o inútil, sencillamente porque sólo se ve una parte de ello, la que nuestro moderno sentir rechaza y los pueblos todos desearían borrar de su historia.⁶⁰²

Segundo ele, o grande erro que sustenta esta visão está no sentido da palavra “velho”. Afinal, o antigo não necessariamente é velho e naquilo que é considerado moderno pode haver muitas características antigas, vinculadas à tradição, e que em muito contribuem para a construção do presente. Os erros do passado não devem ser reproduzidos, mas auxiliam no aprendizado para o presente. Daí a importância das tradições e da história para a inserção da Espanha na modernidade; uma modernidade dialogicamente relacionada ao antigo, ao “velho”. A Espanha velha seria aquela defendida pelos que quiseram reproduzir o século XVI no início do século XX. A nova, ao contrário, teria consciência da importância do passado, mas com o objetivo de construir uma realidade presente distinta, atualizada, acordante com as necessidades do seu tempo, sem romper com a tradição “que torna um povo estável e com personalidade definida”. Ser moderno não é se envergonhar do passado. Ao mesmo tempo, conhecer e se orgulhar deste passado não é ser velho. Reproduzimos o trecho do livro de Altamira em que ele esclarece esta diferenciação entre o antigo e o velho:

No todo lo antiguo es *viejo*, y hay mucho *viejo* en lo *moderno*. Lo insensato es empeñarse en que siga viviendo lo *viejo*, en perpetuar errores que ya son vistos como tales por los hombres de hoy, en mantener formas viciosas o deficientes del vivir. Pero tan insensato como eso es rechazar todo lo pasado, confundiendo especies y creyendo que nada hay de útil en lo que una nación hizo antes de ahora. La España *vieja* no es la

⁶⁰⁰ ALTAMIRA, Rafael. *España y el programa americanista*. Madrid: Editorial-América, 1917. p. 179.

⁶⁰¹ Ibidem, p. 187.

⁶⁰² Ibidem, p. 139.

del siglo XVI, verbigracia, sino la que quisieran algunos españoles que hoy fuese, *en todo*, como en el siglo XVI. La España *nueva* es la que queriendo, cada día más, vivir las formas nuevas y el espíritu moderno, sabe que puede utilizar con provecho muchas de las creaciones de su actividad colectiva en tiempos pasados, y que *en eso*, la mayor fuerza consiste en no romper la tradición, que hace de un pueblo algo estable y con personalidad definida.⁶⁰³

Evidentemente, neste processo de releitura do passado, a história da Espanha e de suas relações com as antigas colônias passa por adaptações que, como vimos, incluem obscurecimentos, ênfases e reinterpretações. Assim, apesar de buscar um viés analítico pragmático, objetivo e científico para o tema, a leitura histórica de Altamira carregava toda a subjetividade que envolvia a ele e aos demais regeneracionistas em sua geração. Na visão de Eva Valero Juan, o historiador espanhol realizou todo um trabalho metodológico de pesquisa documental no Arquivo das Índias, mas “*la necesidad en rectificar los puntos negativos evidencia una subjetivación evidente de la historia*”⁶⁰⁴. Segundo a autora, esta será a base de sua atuação histórica na criação de instituições, no intercâmbio entre historiadores e universidades e nos cursos ditados nas Universidades de Oviedo e de Madrid desde a década de 1890 até o exílio na Holanda em 1936. Assim, procurava desenvolver uma pauta patriótica “*a través de la historia para la regeneración del espíritu nacional*”⁶⁰⁵. A retificação que Altamira pretendia construir da imagem da Espanha era baseada em alguns pontos centrais como a acusação de que a Península Ibérica em nada havia contribuído para a civilização, o crédito que muitos espanhóis davam a esta versão e a saída do país e o afastamento em relação à própria cultura quando em contato com outra. Daí a releitura positiva do passado e sua relação com as necessidades presentes. Deste modo, a retomada do passado foi direcionada pela recuperação dos valores hispânicos.

O papel exercido pela história neste processo foi decisivo. O conhecimento da história seria um meio de ação sobre o presente na medida em que propiciaria a consciência de uma origem comum e a conseqüente união entre países de origem hispânica. Conhecer melhor a própria história seria parte de uma estratégia de modernização, já que, segundo o próprio Rafael Altamira, “*con la España inculta, estancada en su progreso y reaccionaria en su política*”⁶⁰⁶ as ex-colônias não se identificariam. Modernização que envolve passado, presente e futuro numa relação intrínseca e dialógica. A história pátria deveria também ser conhecida em todos os

⁶⁰³ Ibidem, p. 140.

⁶⁰⁴ JUAN, E. M. V. *Rafael Altamira...*, op. cit, p. 63.

⁶⁰⁵ Ibidem, p. 64.

⁶⁰⁶ ALTAMIRA, R. *Cuestiones...*, op. cit.

campos para que fosse possível construir uma visão mais completa das diferentes formações sociais. O conhecimento histórico compreenderia a ciência, a arte, a filosofia, a religião... Todos os aspectos da realidade humana que supostamente levariam à verdade histórica. Segundo Hebe Carmem Pelosi este interesse vinculava-se a uma concepção regeneracionista de “*historia social total*”⁶⁰⁷. No livro *La enseñanza de la historia*, cuja primeira edição (incompleta) data de 1891, Altamira defendia que a verdade histórica somente poderia ser alcançada considerando-se todos estes aspectos em conjunto. A história teria a função de oferecer “*la impresión clara de la unidad de la vida social*”⁶⁰⁸. O mais importante no ensino da história seria, segundo ele, avivar nos estudantes “*el sentido histórico*”⁶⁰⁹ que educa para o patriotismo e forma a identidade nacional.

A história e o idioma seriam os elos de ligação que uniriam o chamado “tronco hispânico”. A história teria a função de favorecer o patriotismo, devolver aos espanhóis a crença em suas qualidades e solidificar a paz. Estes objetivos somente seriam alcançados com a dissolução, na Espanha e nas Américas, da visão negativa do colonialismo espanhol. Hebe Carmen Pelosi afirma que o patriotismo de Altamira pautava-se na necessidade de recuperar o otimismo espanhol e de cultivar relações políticas, econômicas e culturais “*con los pueblos que recibieron la cultura española, hablaban su mismo idioma y pertenecían al mismo tronco hispano*”⁶¹⁰. Segundo a autora, Altamira acreditava que o porvir da Espanha estava nas antigas colônias, mas não seria um porvir imperialista e sim baseado na “cordialidade” e na “solidariedade”, termos frequentemente utilizados pelo próprio historiador espanhol. Para isto, preocupava-se que a atuação da Espanha na América fosse estudada, compreendida e divulgada. Afinal, segundo ele, “*reconocer que no todos los colonizadores fueron crueles, ni que la crueldad fue privativa de ellos, no era legitimarla sino ubicar el tema en sus justos términos*”⁶¹¹. A construção e legitimação desta relação a partir da história exigia metodologia própria baseada na pesquisa em arquivos, bibliotecas e coleções públicas e privadas. O trabalho com fontes, que vimos ser divulgado pelos historiadores brasileiros e argentinos, ganhava também no pensamento de Altamira papel fundamental na legitimação de sua versão acerca do colonialismo.

Esta preocupação manifestou-se, inclusive, nos cursos que ditou na Argentina em 1909 nas Universidades de La Plata e Buenos Aires, quando Levene, ainda jovem, foi um de seus

⁶⁰⁷ PELOSI, H. C. *Rafael Altamira y la Argentina*, op. cit, p. 73.

⁶⁰⁸ ALTAMIRA, Rafael. *La enseñanza de la historia*. 2ª ed. Madrid: Ediciones Akal, 1997. p. 169.

⁶⁰⁹ Ibidem.

⁶¹⁰ PELOSI, H. C. *Rafael Altamira y la Argentina*, op. cit, p. 18.

⁶¹¹ Ibidem, p. 95.

alunos. Especialmente em La Plata o interesse em constituir a história como ciência autônoma gerava um clima muito favorável às ideias de Altamira. Sua teoria, inspirada na historiografia alemã, insistia na utilização e crítica de fontes diversas. Influenciado por Ernst Bernheim e Charles Seignobos dedicou-se à constatação e comprovação dos fatos através da investigação histórica. Para Hebe Pelosi, antes mesmo de Lucien Febvre, Altamira já defendia que não apenas o escrito deveria ser utilizado como fonte, mas todo um conjunto de materiais que testemunham o que ele mesmo chamava “história da civilização”. De acordo com a autora, ele insistiu “*en el análisis de las fuentes para el conocimiento verdadero y preciso de la presencia de España en América*”.⁶¹² Estas e outras orientações o historiador espanhol ofereceu aos argentinos em 1909. Defendeu ainda que eles precisavam estudar mais a própria história que a de outros povos e, mais ainda, estudar sua história em relação com aqueles que a influenciaram diretamente – claro que se referia à história da Espanha, mais exatamente à história do colonialismo espanhol. Não é por acaso que os principais investimentos da Nova Escola Histórica se deram nos estudos de história nacional com ênfase do período colonial. Vemos aqui como os cursos de Altamira marcaram uma geração de historiadores argentinos nas primeiras décadas do século XX.

Ainda em seus cursos nas universidades argentinas, Altamira assinalou os passos a serem seguidos pelos historiadores no desenvolvimento da história enquanto ciência: a bibliografia, a classificação de arquivos, a criação de Juntas de história provinciais e de museus. Esforço necessário na escrita e no ensino da história nacional. A integração com o campo historiográfico argentino foi imediata de modo que no mesmo ano de 1909 Altamira foi incorporado, por unanimidade, como sócio correspondente da então *Junta de Historia y Numismática Americana*. Como informa Víctor Anzoátegui⁶¹³, aqui iniciou-se a amizade com Levene que gerou frutos ao longo das três décadas seguintes, como a própria organização da coletânea *Historia de la Nación Argentina*. A partir daí trocaram correspondências até a morte de Altamira em 1951 e Levene, além de divulgar o pensamento do historiador espanhol na Argentina, tornou-se uma espécie de seu representante no país sendo responsável pelas publicações de seus livros e artigos em periódicos como o *La Nación* e o *La Prensa*.

A correspondência recebida por Levene comprova este intercâmbio, além do afeto e das afinidades intelectuais entre ambos. Na *Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene*, situada

⁶¹² Ibidem, p. 93.

⁶¹³ Cf. ANZOÁTEGUI, Víctor Tau. Altamira y Levene: una amistad y un paralelismo intelectual. México: *Separata de Cuadernos del Instituto de Investigaciones Jurídicas*, ano V, n. 15, 1990. p. 474-492.

em Buenos Aires, encontramos em especial as cartas enviadas por Altamira a Levene durante o exílio no México. Algumas delas são bastante burocráticas. Outras, porém, ilustram o afeto entre remetente e destinatário. Em 1945, Altamira parece responder a um convite de Levene para passar um tempo em Buenos Aires, a trabalho e a passeio. A previsão da viagem era para setembro e Altamira diz lhe agradecer muito a idéia, mas não saber se poderia realmente viajar em razão de sua saúde já muito debilitada. No entanto, expressa seu afeto pelo destinatário e seu desejo de um dia retornar à Argentina:

No encuentro palabras para transmitirle a V. mi reconocimiento y emoción. Hace tiempo que le dije a V. (y luego lo he repetido a otros argentinos) que uno de mis más fervorosos deseos es volver a Buenos Aires antes que mi edad me prive de viajar. El ofrecimiento de V. me proporciona la ocasión de cumplir ese deseo, con la añadidura amistosísima de ser huésped de V.⁶¹⁴

Em 1946, Altamira diz a Levene que uma carta anterior que ele lhe teria enviado seria “*testimonio de la inagotable amistad*”⁶¹⁵ do historiador argentino. A viagem a Buenos Aires no ano anterior não havia se realizado de modo que volta a ser tema da correspondência. Mais uma vez, Altamira declara seu desejo de tornar a ver um dia “*la tierra y los hombres de la Argentina*”⁶¹⁶ – desejo este que não se concretizou, já que desde a viagem pelas Américas em 1909 Altamira nunca mais retornou ao país. Também no exílio, em 1949, Altamira agradece a “*afectiva amistad que parece aumentar cada año!*”. E complementa com o depoimento das angústias de um indivíduo diante da idade avançada:

¿Qué cosa mejor [a amizade de Levene] puede desear, a la edad a que he llegado, un hombre cuyas dos ambiciones han sido buscar la verdad de la Historia y ganar el afecto de los que también han consagrado sus fuerzas intelectuales en ese orden de la cultura?⁶¹⁷

O trabalho historiográfico foi o principal eixo de atuação de Altamira, a partir do qual a história se tornou instrumento de construção do patriotismo, da identidade nacional espanhola e do próprio hispano-americanismo. Afinal, um dos maiores dramas dos espanhóis em sua opinião era, como esclarece Hebe Pelosi, “*el escaso valor que se asignaba a la historia en relación con el*

⁶¹⁴ Carta de Rafael Altamira a Ricardo Levene. México, 16 de julho de 1945. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

⁶¹⁵ Carta de Rafael Altamira a Ricardo Levene. México, 05 de junho de 1946. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

⁶¹⁶ Ibidem.

⁶¹⁷ Carta de Rafael Altamira a Ricardo Levene. México, 07 de janeiro 1949. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

presente y el porvenir”⁶¹⁸. A revalorização da história foi o principal ponto em comum entre Rafael Altamira e Ricardo Levene, tendo este último organizado todo um movimento neste sentido na Argentina e nos demais países ibero-americanos com os quais dialogava, conforme analisamos ao longo dos três capítulos anteriores. Daí que neste processo se encontrem não apenas a Espanha e as ex-colônias hispano-americanas, aqui representada pela Argentina, mas também Portugal e a ex-colônia Brasil. Múltiplas relações, recíprocas e constantes, põem em contato estes quatro países nas primeiras décadas do século XX, reconstruindo elos históricos e culturais quase esquecidos após as independências.

Estas relações fortalecidas pela história contribuiriam ainda para os objetivos pacifistas de Altamira. A experiência da Primeira Guerra, em especial, teria servido como momento central de elaboração de ideias que o influenciaram nas décadas posteriores. A história teria um valor social para além do simples conhecimento do passado. Os estudos históricos poderiam contribuir para pacificar os conflitos internacionais, ampliando o conhecimento mútuo e diluindo a animosidade entre os países. Para Hebe Pelosi, “*la experiencia de la guerra fue [...] una toma de actitud vital que inspiró muchas de las iniciativas y actitudes posteriores*”⁶¹⁹. A análise de materiais escolares com a função de evitar conflitos, pauta que preocupou Levene e os demais historiadores envolvidos na revisão de textos de ensino analisada no capítulo anterior, era, em sua opinião, uma das mais importantes maneiras de colaborar para a relação pacífica entre os povos. Tanto que sabemos que antes dos historiadores brasileiros e argentinos, Altamira tentou sem êxito empreender este mesmo projeto na Europa. Para ele, era necessário harmonizar pontos de vista distintos (de pedagogos, historiadores e pacifistas) a fim de ensinar uma história baseada na verdade e livre de incompreensões e preconceitos contra a história de países estrangeiros – discurso que apareceu em diferentes momentos nas falas de historiadores ibero-americanos.

Posteriormente, a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra, que o levaram a se exilar primeiro na Holanda e na França e depois no México, geraram em Altamira reflexões sobre o individualismo, as coletividades e seu papel na história. Mais uma vez pensar a história ganhou relevância como forma de compreensão e pacificação da realidade presente. Nas anotações de aula de Ricardo Levene, encontramos algumas ideias do historiador argentino sobre a liberdade

⁶¹⁸ PELOSI, H. C. *Rafael Altamira y la Argentina*, op. cit, p. 71.

⁶¹⁹ *Ibidem*, p. 173.

constantemente ameaçada no contexto dos anos 1940. Em uma destas anotações⁶²⁰, no ano de 1945, ele defende o valor da liberdade, apontando-a como base das relações entre indivíduos e nações. Sobre o tema, Levene anexa às suas anotações um artigo de autoria de Rafael Altamira no qual este analisa a atual experiência da guerra e o par individualidade e coletividade. O artigo, publicado no jornal *La Nación*, é escrito por Altamira durante o exílio no México. Nele o historiador critica o individualismo do século XIX a partir do qual fora construída a visão do homem genial, superior e capaz de façanhas heroicas, como o representado por Emerson e Carlyle. Apresentando suas reflexões como fruto do período de guerra que vivia, retoma algumas conclusões as quais chegou na década de 1920 e procura demonstrar como elas seriam relevantes nesta conjuntura. Estas conclusões giravam em torno da retificação do individualismo que via a história da humanidade como resultado da ação dos chefes de Estado; da manutenção das ideias de herói e gênio; e da relação entre gênio e massa que teria levado a se ver o gênio como formado pelo meio social, agindo sobre a coletividade e necessário para produzir a ação.

Em trechos do artigo sublinhados pelo leitor Ricardo Levene, Altamira diz que a guerra mostrou a modificação no papel das massas, sua participação nos acontecimentos históricos e o enfraquecimento do papel do herói. A Segunda Guerra teria, segundo ele, posto à prova valores individualistas característicos do século XIX. Teria também comprovado algo que o próprio Altamira defendia desde a década de 1890 no livro *La enseñanza de la historia*. Aqui o historiador espanhol critica uma leitura de história baseada em acontecimentos políticos e militares e a ênfase apenas nas ações de reis, príncipes e papas, ou seja, de “*un sujeto individual, en vez del sujeto social: la nación, el pueblo* [todos os grifos no original]”⁶²¹. Visão que seria um grande equívoco se aplicada na passagem do século XIX para o XX, já que neste momento o importante seria pensar a nação, a coletividade, as ações conjuntas das diferentes sociedades. O que Altamira chama de tendência historiográfica moderna considerava a “*obra histórica como un trabajo colectivo, social*”⁶²². Concepção fundamental em um momento de releitura do passado espanhol e de sua utilização como forma de construção da identidade nacional, do patriotismo e do próprio hispano-americanismo que representava em si mesmo a “união” pacífica da coletividade – neste caso composta pelos diferentes países de formação hispânica.

⁶²⁰ Apuntes y material de cátedra de Ricardo Levene, 1945. Em anexo, artigo: ALTAMIRA, Rafael. Experiencias de la guerra – individuo y colectividad. *La Nación*, 23 de junho de 1945. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

⁶²¹ ALTAMIRA, R. *La enseñanza de la historia*, op. cit, p. 192.

⁶²² *Ibidem*, p. 198.

Conforme apontamos, não apenas a história, mas o idioma adquiria importância capital para Altamira, já que era também um elo de ligação entre a Espanha e os países hispano-americanos. Defender o idioma se constituía em ação necessária diante da expansão do ensino do inglês causada pela crescente influência norte-americana, que se confirmou após a Segunda Guerra. Todas as iniciativas que contribuíssem para conservar a língua entre os americanos e os imigrantes espanhóis eram bem recebidas e incentivadas por Altamira. Algumas delas ocorreram na própria Argentina, onde o jornal *La Prensa* instituiu duas cátedras de espanhol, uma de gramática e outra de literatura espanhola que teriam a função de diluir a desconfiança e o desprezo dos argentinos pela cultura e pela língua da antiga metrópole. A língua era, além da história, o que gerava identidade afetiva e intelectual entre as duas margens do Atlântico. “*Ambos aspectos, la lengua y la historia, revelaban el tronco común, al que Altamira aludía al referirse a España como ‘pueblo troncal’ en una perspectiva americanista, madre de pueblos [...]*”⁶²³. Na obra *España en América*⁶²⁴ publicada em 1908, os imigrantes espanhóis e suas organizações, a expansão literária e a influência intelectual são acompanhadas da incontestável força do idioma comum nos projetos de ação elaborados por Altamira para a Hispano-América.

O chamado “programa americanista”, sistematizado por Altamira pela primeira vez já em 1900 através do livro *Cuestiones hispano-americanas*, tinha como um de seus principais fundamentos o idioma em comum. Isidro Muñoz⁶²⁵ considera que sua posição se enquadra em um movimento que, nos primeiros anos do século XX, via no castelhano uma das bases capazes de sustentar a aproximação entre a Espanha e a América. O autor analisa em detalhes o programa elaborado por Altamira. Segundo ele, o seu principal mérito foi a capacidade de conjugar teoria e prática no desenvolvimento do hispano-americanismo. Após a viagem pelas Américas entre 1909 e 1910, Altamira apresenta o “programa americanista” ao rei Alfonso XIII, de quem, mesmo sendo republicano, era bastante próximo. Segundo Gustavo Prado, o rei via Altamira como “*uno de sus republicanos favoritos*”⁶²⁶. Mais moderado do que o pensado em 1900, esta versão trazia, contudo, um detalhado plano de ação sobre a América através de meios pedagógicos e

⁶²³ PELOSI, H. C. *Rafael Altamira y la Argentina*, op. cit, p. 90.

⁶²⁴ Cf. ALTAMIRA, Rafael. *España en América*. Valencia: Sempere y Compañía, 1908.

⁶²⁵ MUÑOZ, Isidro Sepúlveda. Rafael Altamira. Programa americanista español. In: *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie V, t. 3, 1990. p. 123-142.

⁶²⁶ PRADO, Gustavo Hernán. La estrategia americanista de Rafael Altamira tras la derrota del proyecto ovetense (1910-1936). Entre el lobby parlamentario y el refugio académico. In: VIDAL-FOLCH, Ariadna; CORTE, Gabriela Dalla; CAMPS, Ferrán (Ed.). *De las Independencias al Bicentenario. Trabajos presentados al Segundo Congreso Internacional de Instituciones Americanistas, dedicado a los fondos documentales desde las Independencias al Bicentenario*. Barcelona, 20 de octubre de 2005. p. 79.

universitários. Seus principais pontos seriam o intercâmbio de professores entre universidades; a concessão de bolsas de estudo na América; a criação de escolas para imigrantes espanhóis e seus filhos na América; melhores condições alfandegárias para o envio de livros; intercâmbio de material de ensino; assistência de delegados espanhóis a congressos americanos; a reorganização do Arquivo das Índias; e a criação de um centro oficial de relações hispano-americanas e de uma Seção Americanista na Universidade de Oviedo.

Em 1916, com a entrada de Altamira na política ao lado dos liberais dirigidos pelo Conde de Romanones⁶²⁷, seu programa é ainda mais alterado. Ele se tornou senador neste ano e foi reeleito em 1919 e 1923. Este envolvimento político direto influenciou na publicação de *España y el programa americanista* em 1917, livro que, de acordo com Isidro Muñoz, reflete o desejo de ter sua plataforma americanista aceita pelo Partido Liberal, o que lhe conferiria maior viabilidade e aplicabilidade. Lembramos que o contexto da Primeira Guerra tornou o empreendimento ainda mais relevante como busca de uma alternativa para a Espanha e seus intelectuais diante do acirramento dos conflitos europeus. A procura de unidade e identidade, não apenas espanhola, mas hispano-americana, auxiliaria na construção de uma alternativa pacífica no período. A Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra demonstraram posteriormente como esta necessidade era urgente para os que viveram estas experiências. No livro, seu programa americanista já se encontra sistematizado em apenas 5 pontos bastante ambiciosos: quanto à organização central sugeria o restabelecimento no Ministério de Estado da antiga seção de América, a maior atenção aos consulados (premiando países com maior acolhida aos imigrantes e mais prósperas relações comerciais), um corpo diplomático mais bem preparado e a reforma do Instituto Diplomático e Consular; quanto à emigração espanhola, sugeria a reforma do Conselho Superior de Imigração, a criação de escolas preparatórias para imigrantes, o estabelecimento de uma rede educativa na América paralela a da Espanha e a resolução da condição política do imigrante; quanto às questões econômicas sugeria a realização de convênios comerciais e o envio de representantes de comércio ao mercado americano; defendia o idioma e o intercâmbio intelectual; e quanto às facilidades de comunicação sugeria a otimização dos serviços postais, o impulso das linhas de

⁶²⁷ Rafael Altamira identificava-se com o Conde de Romanones quanto aos ideais americanistas. Para Romanones a classe política precisava fazer uma autocrítica sobre o assunto, pois até a década de 1910 o que se via era muito mais retórica do que investimentos práticos no americanismo. Vislumbrando a possibilidade de alcançar apoio político para seus projetos é que Altamira aderiu ao Partido Liberal liderado pelo conde. Neste período, ele já havia se convencido da impossibilidade de desenvolvimento do americanismo à margem do poder e buscou apoio de políticos e governantes para concretizá-lo.

vapor e o envio de livros espanhóis para a América. Em relação a este programa Isidro Muñoz o aponta como a grande originalidade de Altamira, já que a reaproximação entre a Espanha e a Hispano-América era pensada naquele contexto por vários outros intelectuais regeneracionistas e da geração de 1898. Ao contrário dos outros, porém, ele conseguiu reunir um conjunto de propostas viáveis, com aplicabilidade política e diplomática:

[...] la principal originalidad de Altamira fue la presentación de un cuerpo conjuntado de medidas; la aportación de un programa compacto y posible – gacetable* –, fruto de extensa reflexión y profundo análisis de las carencias de la acción exterior oficial y privada española hacia América.⁶²⁸

O caráter de aplicabilidade do programa americanista de Rafael Altamira está relacionado, ainda segundo o mesmo autor, a sua posição como historiador que olhava para o passado não como forma de explicar o presente, mas sim de transformá-lo; de criar condições que permitam esta transformação. Para isto, era preciso não censurar o passado, ter orgulho dele e reconhecer sua utilidade diante das demandas do mundo atual. Altamira “*miraba hacia atrás, no para comprender y explicar el presente, sino para transformarlo*”⁶²⁹; “*estudió el pasado para analizar su propio tiempo*”⁶³⁰. Seu caráter prático conferiu ao americanismo uma visibilidade nunca vista antes na Espanha. Para Gustavo Prado⁶³¹, mesmo que Altamira não tenha conseguido concretizar vários de seus objetivos, a importância institucional e política do tema aumentou notavelmente entre as décadas de 1890 e 1930. Esta mudança de *status* do americanismo deve-se à influência de Altamira no movimento. Lembrando, mais uma vez, que os componentes básicos deste programa e de todo o processo de reaproximação entre ex-colônias e ex-metrópoles são a história e o idioma comum. O idioma, que os aproxima cultural e afetivamente, e a história, que constrói uma identidade comum, seriam as pontes entre estas duas esferas. Através delas seria possível romper com a aversão à Espanha nas Américas e com os preconceitos da ex-metrópole em relação às ex-colônias e ao próprio passado. O trabalho de investigação histórica conferiria fundamentação a este processo de releitura do passado.

* Segundo o dicionário da *Real Academia Española*, a expressão *gacetable* se referia, naquela época, a um projeto apto para se tornar oficial e ser publicado em órgãos como o que no Brasil denominamos *Diário Oficial*. O significado presente na publicação é: “Se decía del proyecto apto para convertirse en disposición gubernativa y publicarse como tal en la gaceta oficial”. Portanto, ela carrega em si mesma a real dimensão do projeto de Altamira para a América: uma plataforma que deveria se tornar oficial, ganhar peso de lei e, da forma como ele o imaginou, o programa americanista possuía condições práticas para isto. RAE (www.rae.es).

⁶²⁸ MUÑOZ, I. S. Rafael Altamira..., op. cit, p. 133.

⁶²⁹ Ibidem, p. 134.

⁶³⁰ Ibidem, p. 135.

⁶³¹ PRADO, G. H. La estrategia americanista de Rafael Altamira, op. cit.

Isidro Muñoz ressalta, por fim, que Altamira não prestou especial atenção a conceitos como raça ou federação, nem mesmo refletiu sobre o papel da religião na formação desta identidade hispano-americana. Para Muñoz, é esperado que a religião não lhe tenha sido um tema relevante em razão de sua filiação positivista. Contudo, é surpreendente que não tenha dedicado sequer uma breve análise ao catolicismo comum às antigas metrópoles e colônias (no passado e no presente), como fizeram muitos dos que pensaram o americanismo, dentre eles o católico-conservador Marcelino Menéndez y Pelayo e mesmo alguns intelectuais contrários a esta influência. Estamos de acordo com o autor quanto ao afastamento de Altamira em relação a uma reflexão mais profunda acerca do catolicismo hispano/ibero-americano, mas acrescentamos que sua visão de história era extremamente favorável aos reis católicos e à rainha Isabel, como vimos no capítulo II ao analisarmos os vínculos religiosos da visão de história então construída por historiadores como Fidelino, Fleiuss, Altamira e Levene. O positivismo de Altamira o colocava numa posição ambivalente diante destas questões, considerando-se suas pretensões quanto à oficialidade e a aplicabilidade do projeto americanista. Como falar a Alfonso XIII de um projeto americanista que criticasse o peso da presença católica na história da Espanha? Pragmaticamente era preciso ser moderado neste quesito, o que lhe garantiria também aceitação e neutralidade no contexto de radicalização política das décadas de 1920 e 1930 na Península Ibérica. Além disto, se orgulhar do passado, como ele defendia, incluía, num país como a Espanha, se orgulhar também do seu catolicismo – central na ação dos reis e no próprio colonialismo. Esta questão aparecia com matizes muito próximos em Altamira e em Levene, como procuramos argumentar no referido capítulo II.

A revisão histórica que lança novos olhares sobre as antigas colônias e os conflitos oriundos do contexto conturbado de passagem à modernidade na Península Ibérica evidentemente atingiram também as relações dos intelectuais e políticos portugueses com o Brasil. Vimos esta reaproximação e seus usos, especialmente nas décadas de 1930 e 1940 pela ditadura salazarista, desde o capítulo I. Como ocorreu na Espanha, no país vizinho este debate foi apropriado por diferentes correntes político-ideológicas e inspirou ações práticas que visavam conferir viabilidade a estas ideias. Fidelino de Figueiredo é parte deste processo e, como defendemos em nossa interpretação, sofreu forte influência de Rafael Altamira, apesar de suas diferenças já apresentadas no início deste capítulo. Como dissemos, distintos, mas próximos em termos de perfil intelectual e em diálogo pessoal ou por correspondência, Fidelino e Altamira formam um

interessante par intelectual para se pensar a releitura da história na Península Ibérica no início do século XX. As reflexões de Fidelino sobre o conhecimento histórico também envolviam as relações entre antigas metrópoles e colônias. O historiador português buscou reaproximar Brasil e Portugal ao combater a lusofobia que em diferentes momentos se manifestou após a independência brasileira em 1822 e, ao mesmo tempo, a exaltação exacerbada das ações portuguesas e a desqualificação da imagem do Brasil pós-independência. Com estas críticas em mente, publicou em 1925 um artigo na *Revista de História*⁶³² no qual produziu uma análise política, econômica e intelectual das relações luso-brasileiras entre 1822 e 1922 a fim de aproximar os dois países e diluir os aspectos conflituosos entre eles. A América, tanto os Estados Unidos quanto a Ibero-América, era por ele vista como um lugar de paz e esperança diante das crises e conflitos europeus. Por isto, seus historiadores deveriam se empenhar no desenvolvimento de uma “alma americana” que favorecesse o orgulho e o sentimento de unidade americanos. Os ibero-americanos eram diversos, mas deveriam permanecer unidos. Perspectiva que sabemos acordar com os interesses de Altamira e ser muito bem acolhida por brasileiros como Max Fleiuss e argentinos como Ricardo Levene. Lembramos ainda que a visão de história de Fidelino, bem como a de Altamira, envolvia toda uma concepção de mundo pacificado e de esperança no futuro diante do contexto da crise econômica e das guerras europeias.

Em nossa interpretação o debate regeneracionista e da geração de 1898 da Espanha influenciaram Fidelino por três vias distintas. Primeiramente pela ida a Madrid em 1913 para estudar e pesquisar em instituições espanholas; em segundo lugar pelo exílio em Madrid entre 1927 e 1929, momento no qual o programa americanista de Altamira ganhava ainda maior impulso e era instrumentalizado pelo governo de Primo de Rivera; e finalmente, pelo diálogo com Miguel de Unamuno, um dos mais importantes escritores da geração de 1898 em cujo pensamento se aprofundou justamente nesta época. Foi Unamuno quem muito o influenciou nos temas da angústia e da morte presentes em seu trabalho. Foi a partir destas experiências que Fidelino tomou contato com os sentimentos de crise, frustração e atraso que envolviam os espanhóis após a perda de suas últimas colônias e suas tentativas de modernização a partir de projetos econômicos, culturais e intelectuais. Altamira, como vimos, era personagem central neste processo. Aqui Fidelino o conheceu e ambos se aproximaram e dialogaram pelas décadas

⁶³² Cf. FIGUEIREDO, Fidelino de. Um século de relações luso-brasileiras. *Revista de História*, Lisboa, Fluminense, v. 14, 1925. Acervo: Biblioteca do Itamaraty.

posteriores como comprovam as cartas analisadas anteriormente neste capítulo. Foi assim que eles se encontraram e, apesar das diferenças ideológicas referidas especialmente ao catolicismo de Fidelino e ao positivismo de Altamira (positivismo que curiosamente Fidelino combatia), surgiram afinidades intelectuais e conjunturais, teóricas e metodológicas que os puseram em diálogo. Um diálogo ibérico que envolvia as colônias ibero-americanas. Veremos agora como Fidelino trabalhou questões como a relação com as antigas colônias, o suposto atraso português, as guerras e conflitos do início do século e, evidentemente, a escrita da história. Questões centrais em seu pensamento, bem como foram para Altamira. Veremos encontros e desencontros destes indivíduos que pensaram os rumos da escrita da história diante das demandas conjunturais que se colocavam para as ex-metrópoles.

Fidelino desenvolveu íntima relação com o Brasil durante décadas – tanto que em 1938 escolheu o país para se exilar e nele permaneceu por 13 anos. Desde 1920, quando aqui esteve a trabalho pela primeira vez, manteve ainda correspondência com importantes intelectuais brasileiros como Max Fleiuss, Pedro Calmon, Capistrano de Abreu, Ronald de Carvalho, Manuel Bandeira, Câmara Cascudo, Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, Padre Leonel Franca, Gilberto Freyre, Oliveira Lima, Afrânio Peixoto, Affonso de Taunay, dentre outros. Sua correspondência passiva, por nós já citada, sugere laços afetivos e profissionais construídos com intelectuais de diferentes áreas e nacionalidades por “um português de espírito universal”⁶³³, tal como o define Julio García Morejón. Um homem “com palpitante interesse cosmopolita, mas sem perder sua autenticidade portuguesa”⁶³⁴. Ainda de acordo com o autor, Gilberto Freyre, que estudamos no capítulo III, teria ressaltado a capacidade de Fidelino em conciliar “o nativismo e o universalismo, o casticismo e o internacionalismo, a lusitanidade e a universalidade”⁶³⁵. Em contato com este grupo de intelectuais, representativo de uma geração que se questiona sobre o futuro diante dos conflitos da passagem à modernidade, Fidelino contribuiu para a renovação no campo da história e da crítica literária e conferiu sentido prático à perspectiva de circulação cultural e de ideias cara a esta tese.

Assim como fez Altamira, buscando dar margem a seu suposto espírito universalista e cosmopolita, viajou e se correspondeu constantemente com intelectuais de diferentes vertentes

⁶³³ MOREJÓN, J. García. *Dos coleccionadores de angústias: Unamuno y Fidelino de Figueiredo*. SP: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1967. p. 69.

⁶³⁴ *Ibidem*.

⁶³⁵ Apud FREYRE, Gilberto. Lusitanidade e Universalidade de Eça de Queirós. In: *Livro do Centenário de Eça de Queirós*. Lisboa: Ed. Dois Mundos, 1945. In: MOREJÓN, J. G. *Dos coleccionadores...*, op. cit, p. 27.

político-ideológicas demonstrando na prática um movimento de troca de ideias que contribui amplamente para a produção do conhecimento. Acreditamos que as relações de Altamira e Fidelino com as antigas colônias espanhola e portuguesa chamam a atenção para aquilo que Carlo Ginzburg identifica como instabilidade nas relações entre centro e periferia. Isto porque o território antes visto como a representação do atraso agora se tornou local de diálogo intelectual e acolhimento diante dos conflitos políticos da Europa na primeira metade do século XX. A própria posição das ex-colônias nas relações com Portugal e Espanha, portanto, é transformada, ganhando novo *status*. Não queremos dizer que neste momento se tenha rompido completamente com a perspectiva de desqualificação que as envolve, até porque ainda hoje se combate este olhar dos Outros e de si sobre si mesmo. Mas, ocorre aqui uma relativização dos papéis historicamente direcionados a Brasil e Argentina, de um lado, e a Portugal e Espanha, de outro. Cabe destacar as palavras de Ginzburg quanto à percepção de que

[...] o nexu centro/periferia não pode ser visto como uma relação invariável entre inovação e atraso. Trata-se, pelo contrário, de uma relação móvel, sujeita a acelerações e tensões bruscas, ligada a modificações políticas e sociais [...].⁶³⁶

Se as relações de dominação e a desqualificação inseridas no diálogo entre ex-colônias e ex-metrópoles não se dissolvem, as transformações históricas e sociais movimentam posições e alteram papéis, conferindo novos significados às relações sociais e humanas. Se brasileiros e argentinos, em busca de legitimidade, retomaram o contato com as antigas metrópoles, estas também olharam para o chamado Novo Mundo à procura de alternativas pacíficas para os conflitos políticos e sociais europeus após a crise da razão e do liberalismo econômico entre o final do século XIX e o início do século XX. O mundo em transformação gerava consequências políticas, profissionais e subjetivas para os intelectuais em geral. Eles experimentam medos e conflitos; incertezas quanto ao futuro; preocupação quanto aos rumos profissionais; saudades de seus países; tristeza por perdas pessoais; angústia diante das guerras europeias; decepção com os caminhos seguidos pela República em Portugal e na Espanha; a preocupação com a história e a crítica literária... Enfim, temas que se apresentaram na correspondência passiva de Fidelino, nas cartas trocadas entre ele e Altamira e nas obras de ambos, todas contribuindo de alguma forma na adaptação da escrita e do ensino da história à realidade presente. Podemos dizer, assim, que a

⁶³⁶ GINZBURG, C. História da Arte..., op. cit, p. 37.

frustração e a decepção muitas vezes atravessam os diálogos entre intelectuais – neste caso historiadores – distintos, mas com instigantes pontos de afinidade.

Neste sentido, acreditamos que, diante da radicalização política, alguns intelectuais, sobretudo aqueles ligados ao pensamento católico, como Fidelino de Figueiredo, experimentaram angústias refletidas no pensamento e nas práticas políticas. Surgem aqui diferentes sentimentos que correspondem à forma como estes intelectuais foram, conscientemente ou não, afetados pelos acontecimentos que movimentaram sua geração. Talvez intelectuais como Altamira e Fidelino, cultores do passado e da tradição, tenham ficado desorientados, perturbados, transtornados, abalados, desnorteados, indecisos, vacilantes, hesitantes, angustiados, aflitos, agoniados, atormentados, espantados, perplexos, admirados e atônitos com as possibilidades de transformação política e social desenhadas em especial entre as décadas de 1920 e 1930. A princípio negativos, estes sentimentos podem ter produzido efeitos integracionistas, contribuindo para a aproximação entre intelectuais distintos, porém semelhantes, como Altamira e Fidelino. Interesses em comum e pontos de afinidade conjugam-se a formas não apenas de pensar, mas de sentir a conjuntura histórica e social em que viviam. Desorientados e angustiados eles se corresponderam, assim como fizeram com outros pares intelectuais, de modo a repartirem suas angústias, dúvidas e reclamações e pensarem em que caminho seguir. Aquilo que pode ser previamente visto como prejudicial, gera, ao contrário, reflexão, conhecimento e integração. Neste caso, a integração entre dois indivíduos ilustra ainda a relação entre Espanha e Portugal – e destes países com suas antigas colônias – no início do século XX. Falamos, então, de integração micro e macropolítica, de elos de ligação históricos e culturais que são retomados por estes historiadores num momento em que o autoritarismo e os governos ditatoriais se estabeleciam em ambos os países. O negativo, o prejudicial, o problemático, o incerto, o duvidoso, acabam gerando efeitos dialógicos e integracionistas. Em meio à necessidade de adaptação, estes indivíduos conjugavam o moderno e o tradicional, como vimos no capítulo II, e criavam condições e alternativas para que pudessem se estabelecer no contexto conflituado que viviam.

No caso de Fidelino podemos dizer que o medo do presente e a saudade do passado e das tradições contribuíram para a formulação de sua concepção de história. O homem da primeira metade do século XX era atormentado pelas angústias, conflitos e ambivalências do seu tempo. Historiadores como ele e Altamira acabaram, de certo modo, por refletir estas questões ao se posicionarem perante o presente, olharem para o passado e criarem expectativas de futuro. O

tédio, a angústia e o medo pareceram compor a visão de Fidelino sobre a história e a forma como promoveu uma revisão historiográfica em Portugal a partir de 1910. Segundo Antonio Soares Amora⁶³⁷, foi a partir deste ano que Fidelino iniciou no país uma reforma da crítica, da historiografia e da teoria literária. Não por acaso sua iniciativa se deu a partir da proclamação da República portuguesa. O mesmo Soares Amora fala das transformações políticas que Portugal vivia desde a década de 1890. Nela desenvolveu-se a consciência de que o país estava em crise política e moral e, portanto, eram necessárias mudanças que somente seriam alcançadas a partir da implantação da República. Ideias que ganharam contornos cada vez mais radicais, provocando desconfiança naqueles que seguiam tendências políticas mais moderadas. Fidelino de Figueiredo foi um dos que manteve esta posição cautelosa no período imediatamente posterior aos eventos de 1910. Educado como monarquista pelo pai militar, ele se opôs à neofilia republicana temendo que ela pudesse pôr em risco a identidade histórica do país. Afinal, na ânsia de construção do novo, o passado tendia a ser apagado ou modificado. Para construir a República houve, naquele momento, uma tendência a se ofuscar o passado monarquista português, assim como vimos ter ocorrido a partir de 1889 no Brasil. Diante disto, Fidelino optou por uma revisão historiográfica que recuperasse elementos importantes do passado e funcionasse como alternativa ao positivismo e às posições radicais de Teófilo Braga.

Maria José Wehling divide a produção de Fidelino em duas etapas: uma primeira mais política e nacionalista, até 1927, e outra apolítica e cosmopolita a partir do 28 de maio de 1926. Na primeira etapa ele teria sido contagiado pelo clima de 1910 e acabou definindo-se pela democracia como a melhor forma de governo, independentemente de sua organização monárquica ou republicana. Ideologicamente defendeu então o nacionalismo como fruto daquilo que, como veremos, denomina um “autêntico espírito histórico”. Espírito que preservaria os valores nacionais e impediria que a neofilia republicana apagasse o passado português. Ao apoiar a ditadura militar nos moldes do sidonismo (mesmo sendo considerado um democrata) a viu como “recurso provisório, que visaria à instauração da ordem e de um regime modernizador”⁶³⁸. Para ele, fazia-se urgente a modernização do país. Preocupação não apenas portuguesa, mas também ibérica, já que os espanhóis neste mesmo contexto pensavam a necessidade de inserção

⁶³⁷ AMORA, Antonio Soares. *O essencial sobre Fidelino de Figueiredo*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s/d.

⁶³⁸ WEHLING, Maria José M. Cavalleiro de Macedo. *A idéia de história em Fidelino de Figueiredo*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1983. p. 20.

na modernidade. Não foi por acaso que Fidelino tanto se identificou com o pensamento espanhol a partir de sua ida a Madrid em 1913.

Para o monarquista Fidelino, a República não era urgente, mas sim a entrada de Portugal numa perspectiva renovada da política e das instituições, sem que a história e as tradições nacionais perdessem seu valor. A prisão e o exílio, ainda de acordo com Wehling, contribuíram para que Fidelino reduzisse sua participação política mais intensa nos rumos do país e entrasse numa segunda fase mais apolítica. Em lugar de um debate político, desenvolveu, em especial na década de 1950, uma discussão ideológica mais próxima da defesa do liberalismo em oposição ao socialismo e ao fanatismo religioso (não à religião), porque ao se crerem absolutas estas vertentes negam a legitimidade das demais correntes políticas e ideológicas. Maria José Wehling ainda diz acreditar que a interpretação ideológica de Fidelino mais próxima da realidade, apesar de suas características ambíguas, é a de um democrata e monarquista com variações acordantes com as circunstâncias históricas. Nas décadas de 1930, 1940 e 1950, acabou definindo-se como liberal espiritual e defendeu a posição de uma elite intelectualizada capaz de dirigir os processos históricos. Visão próxima a de Altamira que, conforme afirma Rafael Asín Vergara, reconhecia a existência de uma elite capaz de educar através da história, defendendo “*la superación de los problemas por medio de una educación dirigida por una elite consciente y con fuerte sentido moral* [grifo no original]”⁶³⁹.

Foi exatamente no contexto de busca de equilíbrio perante as transformações trazidas pela República e da busca de manutenção das tradições portuguesas que Fidelino, entre 1910 e 1928, dirigiu a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, a *Revista de História* e publicou seu trabalho *O Espírito histórico*. Nele Fidelino explicita sua linha de ação na tentativa de preservar a história e as tradições nacionais para a construção da identidade portuguesa. No livro, publicado pela primeira vez em outubro de 1910, ele se opõe à neofilia progressista dos republicanos, defende o gosto pelo passado, a aplicação dos problemas sociais no seu contexto temporal e a serenidade perante as transformações sociais. Afinal, somente a partir daí seria possível equilibrar a neofilia e a valorização do passado, ou seja, o novo e o antigo, o presente e o passado. Já na apresentação do livro, o autor destaca sua elaboração no calor da hora e seu medo de que a neofilia oriunda das transformações políticas pusesse em risco o valor dos estudos históricos no país. Redigido de forma apressada, o livro seria um registro da inovação historiográfica e da

⁶³⁹ VERGARA, Rafael Asín. Estudio preliminar. In: ALTAMIRA, R. *La enseñanza de la historia*, op. cit, p. 14.

ruptura com o positivismo e o racionalismo que passaria a desenvolver a partir de então. O medo diante do futuro obscuro o fez se preocupar em escrever, em produzir algo que contribuísse com as reflexões históricas num momento de presente conturbado e porvir incerto. Suas palavras esclarecem melhor do que nossos argumentos sua própria visão posterior da reação que teve naquele momento de proclamação da República portuguesa:

Publicada a primeira vez, em outubro de 1910, breves dias após a revolução, esta brochura, início duma collecção de estudos de historia politica e litteraria, ressentia-se do desassossego ansioso do momento. Dois sentimentos principaes presidiram á sua redacção um pouco apressada: a impulsiva neophilia, que sempre caracteriza os movimentos revolucionários progressivos, e o inquieto receio de que essa neophilia, exaggerando-se e erigindo-se em systema moral e político, justificando-se de racionalismo, viésse a dar numa crise demolidora. O receio era bem fundado.⁶⁴⁰

Em *O Espírito histórico* Fidelino esclarece suas intenções ao estimular os estudos nacionais no país e organizar uma sociedade histórica. Segundo ele, a República teria sido “anti-histórica”⁶⁴¹ e logo sua geração passou a reexaminar seus intuitos de “moralidade administrativa e progresso das liberdades publicas, fossem suppridos por simples reformas externas, de liturgia social, que uma crise racionalista tornasse jacobina uma revolução essencialmente economica”⁶⁴². Ele diz ainda acreditar que seus medos se concretizaram e ser necessário impedir que o racionalismo político se solidifique a ponto de gerar intolerância, perseguição religiosa, corrupção e demagogia. No livro, define a história como a reconstituição de fatos singulares da sociedade humana ocorridos no passar do tempo. A história não seria uma ciência, como as ciências da natureza, mas apenas um conhecimento organizado que usa a imaginação e o juízo de valor. Mais especificamente, a define, citando Michelet, como “a ressurreição integral da vida passada”⁶⁴³. Ideia de ressurreição posteriormente referida por Fleiuss em artigo de 1937 citado ainda nas primeiras páginas desta tese⁶⁴⁴. Adiante complementa: “A historia, como sciencia social, é a restituição do passado, mas do passado da sociedade humana”⁶⁴⁵. Fidelino defende, ao mesmo tempo, a história como possuidora de um papel social de aperfeiçoamento da existência humana. Ela não deveria ser política, partidária ou representar interesses ideológicos, mas sim ser

⁶⁴⁰ FIGUEIREDO, Fidelino de. *O Espírito histórico*. Lisboa: Livraria Clássica editora de A. M. Teixeira, 1920. p. V.

⁶⁴¹ Ibidem, p. 24.

⁶⁴² Ibidem.

⁶⁴³ Ibidem, p. 33.

⁶⁴⁴ Cf. nota 22.

⁶⁴⁵ FIGUEIREDO, F. *O Espírito...*, op. cit, p. 34.

útil para a forma como o homem organiza sua própria sociedade. Objetiva e imparcial, mas com um ideal social. Citando Croce, Fidelino afirma:

[...] essas convicções pessoais, ideal social, systema moral, afirma muito categoricamente o sr. B. Croce, são necessárias, essa attitude subjectiva é útil; sim, o historiador deve ser imparcial, nem arbitrario, nem apaixonado, – nisso se cifra a sua objectividade – mas deve ter a norteá-lo um ideal social, uma philosophia, para que não faça somente mutiladas analyses sem vida, sem intenção, sem algumas conclusões.⁶⁴⁶

Neste sentido, Fidelino também clamava pelo “espírito filosófico” da história que impediria análises excessivamente factuais e cronológicas como vinham elaborando alguns historiadores positivistas:

A erudição e a crescente especialização, preconizando com todo o entono a absoluta objectividade na construção historica, chegaram a estabelecer a seguinte noção: a historia tem por fim criticar o texto e apurar o facto. Daqui resultava que fazer boa historia era severamente criticar os documentos – o que é exacto – e apurar a maior quantidade possível de factos, grupá-los chronologicamente em series de ephemerides, quando formassem successão completa, e nada mais; e isto é que não é sufficiente. O espirito philosophico desapareceu da historia, desacreditado pela metaphysica teleológica, em que se embrenharam os generalizadores da primeira metade do seculo XIX.⁶⁴⁷

Vê ainda na história um conhecimento relacional e, numa visão bastante espiritual, diz que somente conhecemos o mundo exterior a partir do momento que o possuímos pelo espírito. Portanto, a razão por si mesma seria incapaz de responder às inquietações humanas e a nossa ânsia por conhecimento. Seria preciso buscar coerência através deste conhecimento relacional e desenvolver, assim, uma interpretação dos fatos, pois o espírito não poderia reter fatos soltos e isolados. Condensar, sintetizar e simplificar o conhecimento seriam exercícios fundamentais para que ele se tornasse parte do espírito, sem cair no esquecimento. Concepção de história compatível com seu ideal nacionalista na década de 1910. Se a República poderia acabar apagando o passado, se Teófilo, um de seus mais importantes representantes, era um dos maiores nomes do positivismo no país, se ele defendia uma história factual e racionalista, então era preciso desenvolver algo que fosse o oposto disto. Daí defender a análise histórica e a interpretação sintética dos fatos. Daí defender também um espírito histórico e não apenas o conhecimento histórico. Este espírito formaria os portugueses, seria algo tão entranhado em sua formação que não seria nunca esquecido. Acrescentamos que a expressão “espírito histórico” carrega em si

⁶⁴⁶ Ibidem, p. 59-60.

⁶⁴⁷ Ibidem, p. 64.

muito do abstrato, transcendente e divino que compõem o pensamento de Fidelino. “Espírito” está referido a algo interior que se sente, não se explica pela razão. É, por isto, um reflexo de sua oposição ao cientificismo positivista presente em Teófilo. É interessante observar que Altamira falava em um “sentido histórico” relacionado justamente aos seus vínculos positivistas, racionalistas e à preocupação em legitimar a história enquanto ciência. O “sentido” de Altamira está marcado pela ideia de que a história possui senso, lógica, razão, função, explicação, bem ao contrário da visão espiritualista de Fidelino.

Sabemos que o termo “espírito” também foi utilizado por Hegel⁶⁴⁸ na definição do conceito de história. Cabe dizer que não encontramos referências claras nos textos de Fidelino da relação de sua concepção de espírito histórico com a visão de Hegel da história como o desenrolar do espírito no tempo. Podemos informar, no entanto, que ele cita o filósofo alemão de maneira superficial na página 47 de *O Espírito histórico*, escrito em sua fase mais agnóstica, referindo-se a ele e a Schelling como aqueles que “põem pela primeira vez em relevo o papel das leis do desenvolvimento”⁶⁴⁹. A inspiração em Hegel não é clara, mas algumas das preocupações de Fidelino apresentam ecos de suas ideias quanto à conjugação entre o universal e o particular (que em Fidelino acreditamos apresentar um acento mais tomista), ao espírito nacional como a definição da vida e do ambiente cultural de um povo e à própria relação entre espírito e história. Mesmo a noção de Fidelino que aqui buscamos expressar de um espírito que não seria esquecido lembra a concepção de Hegel da continuidade da história através do espírito, já que este permanece enquanto a vida e os homens desaparecem.

Sua ideia de história na década de 1910 condizia, portanto, com seu posicionamento ideológico e seus objetivos políticos diante das dúvidas e angústias do presente. Podemos dizer que o conhecimento histórico defendido por Fidelino, dentro de seus objetivos de valorização do passado como forma de solidificação das tradições e da identidade portuguesa, trazia muito de um sentimento de nostalgia em relação ao passado português como potência comercial e marítima. Alguns trechos de *O Espírito histórico* devem ainda ser citados para esclarecer nossa interpretação:

O trabalho do historiador tem de se adaptar às condições normais do espírito humano, à natureza do próprio conhecimento. Conhecer é possuir pelo espírito o mundo exterior e

⁶⁴⁸ Cf. HEGEL, G. W. Friedrich. *A razão na história: Uma introdução geral à filosofia da história*. SP: Editora Moraes, 1990.

⁶⁴⁹ FIGUEIREDO, F. *O Espírito...*, op. cit, p. 47.

essa posse nada mais é que um accôrdo entre a nossa intelligencia e o mundo externo, ante nós representado por percepções coherentes e relacionadas. Sendo o nosso conhecimento essencialmente relacional, só poderemos conhecer o que em alguma relação exista.

[...]

Não há historia, sem interpretação que organize os factos, condensando-os e simplificando-os, quaesquer que sejam os fundamentos dessa organização interpretadora.

[...]

Depois o espirito póde reter algumas leis, algumas relações, alguns conspectos geraes, póde encorporá-los numa concepção systematica do mundo e da vida, póde desta extrahir conclusões de alcance pratico, mas não póde reter factos soltos, nem delles extrahe conclusão nenhuma.⁶⁵⁰

Ainda de acordo com o debate acerca da conjugação entre pesquisa documental e interpretação relacional da história, Soares Amora informa que Fidelino definia dois níveis do conhecimento histórico: o conhecimento de uma série ou inventário ou o conhecimento mais elaborado que seria a síntese interpretativa deste inventário. O faz sob inspiração das inovações historiográficas já desenvolvidas na França com o grupo da *Revue de Synthèse Historique* e na Itália com Benedetto Croce (um dos remetentes de sua correspondência passiva) e os colaboradores de sua revista *La Critica*. Seguindo estas influências, defendia a necessidade de uma história analítica e baseada no trabalho com a documentação (através de sua pesquisa, análise e divulgação), e de uma história que fosse a síntese analítica dos fatos. Isto porque só assim ela poderia contribuir para a formação de uma consciência nacional portuguesa. Para pôr estas ideias em prática Fidelino, ainda em 1910, iniciou a coleção da Biblioteca de Estudos Históricos Nacionais e, em 1911, já divulgava o programa da Sociedade de Estudos Históricos.

Nestes dois empreendimentos Fidelino apresentava marcas de um historicismo que serviria de contraponto ao positivismo e ao racionalismo em voga. O próprio programa da Sociedade já apontava para estes aspectos, apresentando como finalidade da instituição o incentivo aos estudos históricos nacionais; a contribuição para a melhora do ensino de história; a discussão das questões modernas das ciências históricas; e a aproximação da intelectualidade portuguesa com as sociedades, academias e intelectuais estrangeiros. Dentre outros foram sócios da instituição António Sérgio, Fortunato de Almeida e Braacamp Freire. A Sociedade funcionou até 1928, tendo suas atividades interrompidas pelo exílio de Fidelino. Fortunato de Almeida, demonstra seu apoio a Fidelino em carta a ele enviada ainda em 1910. Por meio dela informa haver acabado de realizar a leitura de *O Espírito histórico* e o felicita por sua “elevação e

⁶⁵⁰ Ibidem, p. 66-68.

brilho”⁶⁵¹. Ao mesmo tempo, deseja que Fidelino consiga “á força de talento e de propaganda, contribuir para a renovação dos estudos históricos”⁶⁵² num país que não os valoriza. O remetente também reclama que boa parte da história nacional ainda se encontrava por fazer e no país faltaria estímulo para tal. Fidelino, através de empreendimentos como o próprio livro recentemente publicado, a Sociedade de Estudos Históricos e a Biblioteca de Estudos Históricos Nacionais, estaria contribuindo amplamente para a transformação deste quadro. Assim, Fortunato escreve:

Que longuíssimo campo V. Ex^a. tem aberto ao seu lúcido espírito! Grande parte da história nacional está por fazer. É certo que faltam estímulos por completo; mas quando a boa vontade e a paixão do trabalho puderem supri-los, a matéria-prima não falta e é cheia de interesse. Por mim, na minha obscuridade e longe dos principaes archivos, todos os dias encontro idéias e factos a rectificar nos aspectos que lhes deram *a priori*, e por vezes no seu aspecto essencial.⁶⁵³

Todo este investimento seria necessário para romper com a perspectiva histórica de Teófilo Braga. Retornando ao que diz Soares Amora, Fidelino considerava que Teófilo em muito contribuiu para sua geração a partir do momento que estimulou a pesquisa de uma série de fatos antes desconhecidos da história e da literatura portuguesas e propôs grandes monografias para a interpretação histórica. Contudo, seus erros teriam sido o desvio da crítica literária para fatos políticos e sociais; a produção de obras com muitas referências biográficas e bibliográficas e poucas apreciações críticas; a produção de uma história portuguesa demasiadamente esquemática; a não avaliação de critérios estéticos das obras; e a valorização apenas da literatura de cunho popular por ter sido republicano e democrata. Em ruptura política e intelectual com Teófilo era preciso, portanto, desenvolver o “espírito histórico” de modo a lançar um olhar mais emocional sobre o passado que auxilia na solidificação de uma identidade portuguesa que, naquele período de mudanças políticas, poderia acabar abalada.

Destacamos que esta crítica a Teófilo foi desenvolvida por Fidelino em conjunto com uma série de intelectuais, principalmente católicos, que viviam as mesmas experiências que ele. Isto nos permite encontrar cartas em sua correspondência passiva que refletem a indisposição teórica, ideológica e política com o presidente do Governo Provisório. Para alguns de seus remetentes, as ideias de Fidelino apareciam como uma alternativa aos que não aceitavam os excessos do

⁶⁵¹ Carta de Fortunato de Almeida a Fidelino de Figueiredo. Coimbra, 07 de novembro de 1910. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

⁶⁵² Ibidem.

⁶⁵³ Ibidem.

pensamento racionalista e positivista. Aprovando seu empenho na promoção de uma ruptura historiográfica, escreveram a ele declarando sua oposição a Teófilo. Logo em 1911, o próprio Fortunato de Almeida escreve a Fidelino a fim de agradecer-lhe o livro que ele lhe tinha enviado sobre a crítica literária em Portugal (sem especificar o título exato) e diz que nele Fidelino é benevolente demais com Teófilo, sugerindo que suas críticas foram demasiado suaves. Em sua opinião, Teófilo seria, na verdade, “o mais insigne trapalhão de que as letras portuguesas legitimamente se orgulham”⁶⁵⁴. António Sérgio, que também compunha a Sociedade de Estudos Históricos, se referia a Teófilo como um “charlatão”⁶⁵⁵ dos estudos históricos e literários portugueses. Dois padres também manifestaram a Fidelino sua contrariedade em relação a Teófilo, não necessariamente por razões teóricas ou metodológicas, mas principalmente por razões políticas e ideológicas, já que, com seu positivismo anticlerical, expulsou do país inúmeros padres e a própria Companhia de Jesus. Luís Gonzaga Cabral, padre jesuíta português, diz a Fidelino, em 1916, que desde que se tornou responsável pela educação literária de jovens exilados se interessou muito por seus trabalhos mesmo divergindo deles em alguns princípios religiosos e filosóficos. Afirma ainda que utilizava seus textos com a finalidade de confrontar o jacobinismo que marcava os estudos nacionais. Para ele, a literatura portuguesa merecia alguém que rompesse com Teófilo Braga. Aproveita ainda para ressaltar a importância da divergência de opiniões entre os homens e produzir uma crítica à intolerância. Por fim, considera o olhar de Fidelino como mais sã e diz estar feliz com isto por ser, assim como ele, um amante de Portugal. Isto chama a atenção para a proximidade entre Fidelino e padres e intelectuais neotomistas portugueses, brasileiros, argentinos e espanhóis. Suas palavras são bastante interessantes:

Apesar da divergencia de principios, em questões basilares religioso-philosophicas, as páginas dos seus livros traziam-me ao espírito um refrigério, ao confrontar a ausencia de sectarismo de V. Ex^a com o jacobinismo estreito e intolerante que até aqui campeava inintelligentemente neste ramo de estudos nacionaes. A litteratura portugûesa merecia que a tratassem por methodos e processos menos anti-scientificos do que esses que iam passando em julgado entre as gerações atrophiadas pelo *magister dixit* de Theophilo Braga. A divergencia de opiniões entre homens que busquem sinceramente a verdade é um bem, porque dessa discussão serena nasce a luz; e o triumpho de uma causa pela razão é glorioso não menos para o vencido que para o vencedor. Mas a intolerancia facciosa é uma inferioridade mental em quem a tem, e um pernicioso desorientador de que serão victimas os que se deixarem subjugar. Porque estas ideias as vi confirmadas com a longa experiência dos estudos e do mister pedagógico, por isso, o reconhecer em

⁶⁵⁴ Carta de Fortunato de Almeida a Fidelino de Figueiredo. Matosinhos, 13 de novembro de 1911. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

⁶⁵⁵ Carta de António Sérgio a Fidelino de Figueiredo. Lisboa, s/d. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

V. Ex^a um homem de estudo, investigador da verdade, sem jacobinismos mesquinhos, foi para mim, que amo cada vez mais o meu Portugal, e que me applico cada vez com mais accentuada predilecção aos estudos de Litteratura Pátria, uma profunda satisfação e uma esperança de ver entrar este ramo de conhecimentos numa orientação mais sã do que lhe deram geralmente os nossos críticos.⁶⁵⁶

Longe do seu país, no exílio (neste ano na Espanha, mas intercalado com o Brasil), o padre demonstra, de um lado, seu ressentimento com o governo republicano radical que o expulsou do país; de outro, sua tristeza pelo afastamento de sua pátria; e, por último, a opinião semelhante a de Fidelino quanto a necessidade de desenvolvimento dos estudos históricos nacionais em Portugal. Com estes objetivos, Fidelino lhe auxiliava indiretamente na educação de jovens exilados, o que sugere que sua preocupação com o desenvolvimento de uma história nacional nas décadas de 1910 e 1920 não pode ser afastada das experiências políticas de afastamento que ele e sua geração então viviam. Pensar a nação, conforme defendia Fidelino, representaria diante destas experiências um elo com a pátria de origem, um “laço espiritual” – perspectiva condizente com seu objetivo de formação de um “espírito histórico”. Afinal, eles espirituais não seriam esquecidos, nem explicáveis apenas pela razão, mas sim pela emoção presente num sentimento que liga diretamente o exilado e seu país de origem. Esta identificação era necessária para que Portugal não fosse esquecido ou odiado pelos portugueses num contexto de instabilidade política, intolerância e incerteza quanto ao futuro. Por isto, relacionamos a decepção e a angústia presentes na obra e na correspondência passiva de Fidelino com sua concepção de história.

Lembramos que o fato de criticar o positivismo e o excesso de racionalismo de Teófilo Braga não significa que Fidelino tenha rompido totalmente com o determinismo que compôs sua formação. Segundo Maria José Wehling, Fidelino viveu uma tensão entre a crença determinista e a ânsia de valores universais, em especial em sua segunda fase a partir da década de 1930. Assim, experimentando as tensões teóricas de seu tempo, a autora diz que ele acabou pautando sua vida intelectual entre o espírito histórico, o pragmatismo, o culturalismo, o determinismo e os valores universais. Na década de 1930, na busca por valores universais e de uma postura intelectual apolítica, ele defende o papel do intelectual como aquele que deve “transcender os acontecimentos e perceber o curso da história”⁶⁵⁷. Afinal, ele repelia tanto o engajamento

⁶⁵⁶ Carta do Pe. Luís Gonzaga Cabral a Fidelino de Figueiredo. Espanha, 08 de dezembro de 1916. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

⁶⁵⁷ WEHLING, M. J. *A idéia de história...*, op. cit., p. 32-33.

intelectual como seu isolamento. Seria preciso entender e compreender para servir à humanidade. Os intelectuais deveriam contribuir para a construção de um novo homem – aspecto que esteve presente tanto em sua fase nacionalista quanto universalista. Enquanto na primeira seu principal objetivo era auxiliar na reconstrução nacional, na segunda, influenciado pelas guerras, preocupou-se principalmente com a construção da paz e o cosmopolitismo. Com uma visão muito próxima a de Rafael Altamira, Fidelino acreditava que o historiador neste momento deveria contribuir para o fortalecimento da paz universal que impedisse a violência, a intolerância e o genocídio. Não deveria ser um homem político, mas sim um homem de pensamento, pois ao refletir a sociedade contribuiria para que a humanidade encontrasse um novo caminho. Ao comparar estes diferentes tipos de homens ele diz:

O homem político serve os ventos da oportunidade, aproveita-os, contrariando os mais frouxos e utilizando sempre os mais fortes e mais duradouros – porque o seu escopo é a realização e o triunfo na forma concreta de conquista e exercício do poder.

[...]

O homem de pensamento emancipa as coisas e os actos do dinamismo e do relativismo dos ventos, da falsa valorização da oportunidade, como o observador liberta os objectos reflectidos na água, das deformações da superfície intranquilha – porque o seu escopo é a verdade.⁶⁵⁸

Portanto, o conhecimento histórico, desenvolvido por homens de pensamento e não por homens políticos, deveria basear-se na objetividade conquistada através da erudição e da organização e sistematização dos fatos com imparcialidade. Era preciso buscar uma verdade universal que preservasse a paz e protegesse a humanidade de episódios como os que ocorriam no século XX. Diante deste objetivo, ganha força no pensamento histórico de Fidelino de Figueiredo a noção de “infra-história”. Esta representaria o desenvolvimento da arte, da técnica, da ciência e suas aplicações e possuiria grande responsabilidade na direção do processo histórico. A “infra-história”, ou seja, a realização na esfera do saber, permitiria a produção de uma herança cultural que auxiliaria no aperfeiçoamento humano. Assim, o homem poderia, através do saber, melhorar seu futuro e o das próximas gerações. Daí a necessidade de elaboração de um conhecimento pacífico e conciliado da história. Afinal, seu objetivo principal seria a conquista da paz. Como afirma Maria José Wehling, para Fidelino, “ao historiador caberia recuperar e difundir o espírito

⁶⁵⁸ FIGUEIREDO, Fidelino de. A paz pela inteligência. In: MELO, Romeu de. (org.) *Os intelectuais e a política*. Lisboa: Editorial Presença, 1964. p. 43.

histórico, base da reforma social, sem que, no entanto, isso correspondesse a uma distorção ideológica do passado”⁶⁵⁹.

Em termos de metodologia da história, Fidelino defendeu a conjugação entre teoria e documentação. Em sua opinião, seria necessário ir aos documentos e aos fatos, mas mantendo sempre o interesse por sua interpretação, organização e sistematização. Metodologia inspirada praticamente nas mesmas referências que Altamira: Henri Berr, Langlois e Seignobos, na França, e Bernheim e Fruter, na Alemanha. Assim, era preciso investigar os fatos, criticar os documentos e elaborar uma síntese histórica. A produção desta síntese possuiria uma função social importante na Península Ibérica: a de recuperação, portuguesa e depois espanhola. Pauta que, sabemos, foi também dos regeneracionistas espanhóis. Segundo Fidelino, seria interessante, inclusive, o estreitamento dos laços entre Portugal e Espanha. O espírito histórico português precisava ser fortalecido através da atuação direta nas instituições eruditas e na educação popular (a começar pela reformulação dos programas de ensino de história) dirigida por uma suposta “elite consciente” – preocupação prioritária também no pensamento de Altamira. A função social da história, contudo, sofre um grande alargamento no pensamento de Fidelino entre sua primeira (de produção de *O Espírito histórico*) e sua segunda fase. Ainda de acordo com Maria José Wehling, neste período ele percorre o trajeto do nacionalismo ao internacionalismo e ao cosmopolitismo. Assim, enquanto na primeira etapa pretende recuperar o *ethos* português e modernizar o país, na segunda defende o desenvolvimento de um governo mundial e o aperfeiçoamento do homem pela sedimentação da “infra-história”. Na primeira, a história deveria unir as forças sociais distintas na nação a fim de pô-la de acordo com o contexto internacional, na segunda deveria utilizar o passado como forma de pacificar e solucionar as crises do presente. Aqui “ao conhecimento histórico caberia elucidar questões, superar obstáculos e dirimir dúvidas que comprometessem esta possibilidade de aperfeiçoamento da humanidade”⁶⁶⁰.

Lembramos que, para Fidelino, diante deste contexto havia uma tendência à acentuação de um medo da história que precisaria ser superado. Isto porque somente a leitura e o aprendizado da história poderiam auxiliar no aperfeiçoamento humano como ele mesmo projetava. Medo que Fidelino trabalhou em um de seus livros publicado na década de 1950, já em sua fase cosmopolita e universalista. Em *O medo da história*, o autor produz uma espécie de diagnóstico do tempo

⁶⁵⁹ WEHLING, M. J. *A idéia de história...*, op. cit., p. 58.

⁶⁶⁰ *Ibidem*, p. 127.

presente e defende sua visão universalista do homem como caminho para a paz mundial. Lembremos, mais uma vez, que tratamos de um período posterior à Segunda Guerra e de Guerra Fria em que as fronteiras entre a paz e a guerra, a vida e a morte eram bastante tênues. Para ele, os perigos do mundo contemporâneo atingiam à humanidade como um todo. Mesmo que atingissem com mais intensidade a grupos determinados, suas consequências atingiam a todos os homens ao gerarem morte e intolerância. Portanto, a destruição e as mortes provocadas pela guerra não eram um problema apenas europeu ou de alguns países europeus, mas sim um dilema que afetava toda a humanidade. Afinal, eram crimes contra os seres humanos e não contra as nações. Os estudos de história e literatura teriam a função social de aperfeiçoamento desta consciência internacionalista, cosmopolita e universalista. Por isto, segundo ele:

Ensinando literatura numa universidade estrangeira [a USP no Brasil] durante a Grande Guerra de 1939-45, não me foi possível confinar a atenção em distantes e inócuos problemas históricos e ignorar os horrores inomináveis que decorriam no mundo que me rodeava e que é o mundo dos meus filhos, dos meus netos e dos meus amigos.⁶⁶¹

Pensar a história representaria a busca de uma alternativa pacífica naquele contexto. Assim como Altamira, defendia a partir daí uma história que não se resumisse apenas à história europeia, mas contemplasse “panoramicamente a vida social no espaço e no tempo”⁶⁶². Uma história que fosse capaz de romper com o medo e o sentimento de superioridade que prevaleceria ainda naquele período nas relações internacionais. Sentimento que, de acordo com o próprio Fidelino, produz ressentimento, em especial dos países de passado colonial em relação a suas antigas metrópoles. Sobre este ressentimento e o que chama de “hostilidade universal”, Fidelino escreve em um trecho bastante interessante de *O medo da história*:

Essa hostilidade foi logo organizada em força política negativa e estéril, sobre a qual governos e povos assentam o seu comportamento internacional. Há muito de ressentimento despeitoso nessa posição. Os críticos da filosofia contemporânea falam muito do ressentimento, como dominante em certas tendências do pensamento, mas têm-se esquecido de apontar o grande lugar do ressentimento, do despeito e do ciúme nas relações internacionais. *A primeira vez que encontrei esses maus sentimentos foi no fundo íntimo dos juízos correntes entre os povos de origem colonial e as velhas metrópoles* [sem grifo no original].

Esse ressentimento, aliado a um complexo de falsas superioridades, transmitido pela escola e pela literatura produz aquela cegueira fanática que divide os dois hemisférios morais da Terra – hoje bem pequena [sem grifo no original].⁶⁶³

⁶⁶¹ FIGUEIREDO, Fidelino de. *O medo da história*. Lisboa: Guimarães Editores, 1957. Prólogo, sem páginas.

⁶⁶² *Ibidem*, p. 102.

⁶⁶³ *Ibidem*, p. 105.

Fidelino, em nome de uma história universal que auxiliasse, sob a direção das classes dominantes, no aperfeiçoamento humano, defende a ruptura com perspectivas que desqualificam países de passado colonial e, conseqüentemente, geram ressentimento. A história deveria contribuir para a eliminação de supostas superioridades e do medo e do ressentimento dele oriundos. Daí investir em empreendimentos intelectuais conjuntos em torno da história. Investimentos que relativizariam as divisões entre centro e periferia. Olhar sobre a história e as relações entre antigas metrópoles e colônias para o qual provavelmente o exílio contribuiu.

Combater o medo da história incluía também, segundo o próprio Fidelino, o combate ao que chama “melancolia da história”⁶⁶⁴, ou seja, a um sentimento provocado pela percepção de que os sofrimentos humanos são insuficientes para a formação de um “espírito político”⁶⁶⁵. Aqui Fidelino critica a insensibilidade diante da crueldade dos homens contra outros homens na primeira metade do século XX. Os exemplos oferecidos pela história não teriam sido capazes de sensibilizá-los e impedirem acontecimentos como as grandes guerras, a bomba atômica, o holocausto... Os jovens não ouvem os conselhos dos pais e avós e repetem os mesmos erros, o que gera frustração e decepção. Melancolia da história seria ainda a insatisfação de ver a história sendo utilizada a fim de justificar e legitimar interesses de classe, ditaduras e governos demagógicos. A Alemanha, segundo ele, seria o maior exemplo deste uso indevido da história no século XX. Cabe muito bem a reprodução de suas palavras:

‘Melancolia da história’ é o desgosto que nos toma ao verificar a ineficácia da história como elemento de formação do espírito político ou seja o sentimento da inutilidade dos sofrimentos do género humano. Cada geração principia de novo, retoma as suas ilusões e os seus egoísmos, como os indivíduos têm todos a sua juventude entusiasta e confiada sem aproveitar as advertências dos pais e dos avós. ‘Melancolia da história’ é ainda o desgosto de ver todo o grande material de factos incontroversos, laboriosamente apurados pelos historiadores, ser organizado de vez em quando em sofisticadas filosofias da história para justificar interesses de classe ou de casta, para dar falaciosa aparência de legitimidade a regímenes, a ditaduras, demagogias e aproveitadores parasíticos da mediocridade geral. A Alemanha, no último século, deu-nos típicos exemplos desses racionalizadores da descarada cretinização colectiva com argumentos históricos.⁶⁶⁶

Melancolia da história é, deste modo, a decepção, a frustração, a tristeza de ver que a história não foi capaz de aperfeiçoar os homens conforme ele desejava. Exatamente por isto tornava-se cada vez mais urgente o investimento na aproximação da intelectualidade de diferentes países, nas instituições dedicadas ao estudo da história e no ensino da história para

⁶⁶⁴ Ibidem, p. 127.

⁶⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶⁶ Ibidem, p. 127-128.

crianças e adultos. A partir daí talvez fosse possível construir gerações menos insensíveis e, conseqüentemente, menos melancólicas, tristes e decepcionadas do que ele e seus pares geracionais. Daí que a história ensinada nas escolas não pudesse ser “uma história falsificada pelo patriotismo, pelo egoísmo de classe e pela concepção marcial da vida”⁶⁶⁷. Por esta via, acreditamos que a tristeza e a melancolia atingem o olhar de Fidelino de Figueiredo sobre a história. Para não viver esta melancolia seria urgente acabar com o medo da história, ou seja, com a falsificação da verdade, com a omissão das lições que a história transmite. Concepção de medo da história que ele esclarece diferenciando-a do justicialismo histórico de Guglielmo Ferrero. Sua noção de medo da história significa:

[...] medo de ver a verdade, cobardia intelectual, falsificação da lógica crítica da leitura da história. Este medo da história não é um sentimento de massa, é um mau sentimento de escol, dos ergotizantes da história, pseudo-intelectuais políticos e políticos intrusos pela interpretação da história. Designo assim, medo da história, a falta de coragem ou de rectidão intelectual para ver e proclamar o significado e o sentido dos sucessos históricos em toda a sua extensão ou para franquear a inteligência às proporções com que eles se nos apresentam ou ainda e simplesmente para se patentear a uma expectativa leal ante o desenrolar das suas conseqüências.⁶⁶⁸

Para ele, a história nunca se repete, não pode ser ressuscitada, “é um tecido de singularidades, um filme que só corre uma vez”⁶⁶⁹. Portanto, não se pode perdê-la, é preciso observá-la com atenção para não se perder no fio dos acontecimentos, não ter medo e não se decepcionar com o mundo contemporâneo. Isto era o oposto do que vinha ocorrendo, já que o medo da história gerava, em sua época, interpretações equívocas dos acontecimentos e estas, por sua vez, produziam nos mais observadores uma profunda melancolia da história. Ele complementa dizendo que os antigos tinham razão ao considerarem a história a mestra da vida. Porém, para que esta concepção se adaptasse ao mundo contemporâneo era necessário “ler a historiografia de outra maneira”⁶⁷⁰, aproximando-a das tendências e demandas das massas que afloraram no século XX. Massas que possuem papel fundamental na formação da consciência coletiva e no desenrolar do porvir histórico. Por esta razão, o ensino da história seria tão importante; porque transmitiria a estas massas, “aos povos as boas maneiras e poria em horror os

⁶⁶⁷ Ibidem, p. 128.

⁶⁶⁸ Ibidem, p. 129-130.

⁶⁶⁹ Ibidem, p. 131. O uso da palavra “filme” por Fidelino para definir a história merece destaque, pois, a nosso ver, sugere que, mesmo desconfiado em relação à modernidade, o intelectual era, ao mesmo tempo, fascinado e atraído por ela.

⁶⁷⁰ Ibidem, p. 133.

armamentos e a guerra com seus negócios sujos e todos os nacionalismos e imperialismos”⁶⁷¹. Portanto, se a história mestra da vida, como viam os antigos, não cabia na conjuntura social e política contemporânea devido à multiplicidade de olhares sobre a história, era preciso considerar também que através dela se poderia formar novas gerações. Ela funcionaria como elemento chave na elaboração de um elo gerador da consciência coletiva e do sentimento de universalidade entre os homens, segundo o que defendia Fidelino. À história não caberia um papel exemplar de repetição, mas ensinaria a transformar, criaria consciências, fortaleceria elos coletivos e construiria identidades. Como vimos desde o primeiro capítulo deste trabalho, para historiadores como os que aqui estudamos, a história era ainda em grande parte a mestra da vida. Isto inclui os personagens deste capítulo: Rafael Altamira e Fidelino de Figueiredo.

O ensino, a pesquisa e a revisão da história contribuiriam para a construção de um futuro de paz, sem armamentos, guerras e nacionalismos exaltados. Sem mortes em massa, tristeza e melancolia. Parece caber bem a um historiador português e a outro espanhol exilados pensar estas questões. É através das experiências do presente e das expectativas acerca do futuro que as diferentes gerações refletem o passado. A experiência presente das guerras, do genocídio, do holocausto, da Guerra Fria, da crise econômica fez com que os intelectuais olhassem para o passado a fim de projetar um futuro que mais do que nunca se apresentava incerto. Temos, assim, o exemplo de um encontro, com influências recíprocas, entre presente, passado e futuro. De certo modo, a geração de Altamira e Fidelino se viu ressentida. Ressentimento que levou também a busca de alternativas para se pensar o futuro, alternativas que impedissem a repetição de conflitos e mortes no restante do século e nos séculos seguintes. Criaram prognósticos de futuro a partir da decepção e do ressentimento; prognósticos que tinham na história uma possível solução pacificadora. Concretizados ou não, o fato é que estes prognósticos acabaram mobilizando uma geração de historiadores portugueses, espanhóis, brasileiros e argentinos – em se tratando do recorte ibérico e ibero-americano por nós privilegiado – em torno de empreendimentos que tinham como cerne a história. Nesta ambiência surge uma revisão histórica que vincula o nacional ao universal, que reaproxima ex-metrópoles e ex-colônias e que relativiza as relações entre centro e periferia. Os projetos de futuro presentes em seus pensamentos deixaram marcas na forma como se agiu sobre o presente e se pensou o passado, tanto nas antigas metrópoles quanto nas antigas colônias.

⁶⁷¹ Ibidem, p. 173.

Vemos como Altamira e Fidelino se aproximam em diferentes níveis, mesmo sendo o primeiro positivista e o segundo antipositivista: teórica e metodologicamente apresentam propostas bastante semelhantes; viram no ensino da história uma possibilidade pacificadora para o futuro; viveram os mesmos conflitos contextuais do início do século XX, apesar da diferença de cerca de 20 anos entre eles. Além disto, carregavam uma espécie de nostalgia ibérica em relação ao passado conquistador que havia sido obscurecido com as mudanças do século XVIII e a ascensão de novas potências econômicas. Apontavam, assim, o suposto atraso ibérico e a urgência em superá-lo inserindo-se na modernidade do século XX. No bojo desta discussão estava a história e sua revisão para que este passado quase esquecido se tornasse motivo de orgulho para as novas gerações e, assim, contribuísse para o “sentido histórico”, segundo Altamira, ou o “espírito histórico”, nas palavras de Fidelino. Isto favoreceria a unidade e a identidade nacional no presente. A revisão historiográfica proposta pelo primeiro na Espanha a partir de 1898 e pelo segundo em Portugal a partir de 1910, são o reflexo mais notável dos problemas enfrentados por estes historiadores ibéricos na passagem do século XIX para o XX. Problemas que os instigam e aos quais tentam responder por meio do conhecimento histórico, produzido de forma dialógica. Diálogo que se dá entre si e entre eles e seus pares intelectuais ibero-americanos. A Ibero-América mais do que parte fundamental do passado era para eles peça chave na elaboração de projetos de presente e futuro, na pacificação do presente, na conquista de legitimidade e na superação do atraso. Talvez Altamira tenha sido mais otimista que Fidelino. Porém, ambos viram na história uma alternativa aquilo que de negativo o contexto presente oferecia. Mestra da vida ela ainda poderia educar e construir o futuro. Daí conjugar tradição e modernidade e elaborar novos olhares sobre o passado. Daí que repensar a história incluísse novos olhares sobre antigas colônias. Refletiremos agora acerca das experiências do exílio vividas por Altamira e Fidelino e suas consequências para a produção do conhecimento histórico e para a relação com estas antigas colônias.

EXÍLIO E RESSENTIMENTO: NÃO SER E NÃO PERTENCER

[...]

— Para Madrid, para um foco de reacção? – perguntava-lhe o amigo francês – Mas Paris é que é a terra clássica dos exilados políticos.

— Isso é justamente o que não quero ser, um exilado político profissional ou clássico – opôs o amigo recém-chegado, respirando com força e confiança. — Nada há mais envenenado que a mentalidade desse exilado. Nada esquece e nada aprende, como

os velhos Bourbons, só espera a hora de saldar as suas contas com juros acumulados. Eu não tenho contas a cobrar, tenho deveres a cumprir para com a minha terra e para com a vida.

E a angústia política passou-lhe, graças à boa companhia dos seus amigos espanhóis. [...].⁶⁷²

[...] es cuestión de vida o muerte salir de aquí.

[...] que continúe nuestra comunicación; y que usted y los suyos sigan gozando de las más grandes satisfacciones de la vida : tener salud, vivir en la patria entre amigos, y no temerle al día de mañana por ningún concepto.⁶⁷³

Na década de 1950, período em que voltava a Portugal, após 13 anos vivendo no Brasil, Fidelino de Figueiredo publicava *Um coleccionador de angústias*. Retratando a trajetória de um homem e suas angústias desde o nascimento e a formação escolar até a doença e consequente morte, o autor tece, em terceira pessoa, as experiências deste homem que, na verdade, é um retrato de si mesmo. Assim, apresentava suas angústias e a crise contemporânea que atingia a intelectualidade após as transformações e conflitos políticos da primeira metade do século XX. Dentre estas angústias estaria o exílio referido no primeiro trecho acima citado. Exílio (o primeiro deles, entre 1927 e 1929) em Madrid, com os “amigos espanhóis”, não em Paris como o de muitos intelectuais na época. Exilado que deveria aprender, sem se engessar, e manter os compromissos com a terra que o rejeitou. Aprendizado que ele teria recebido, por exemplo, do escritor espanhol Miguel de Unamuno, quem muito o influenciou na temática da angústia focalizada no livro. Aproximando-se do fim de sua trajetória acadêmica e no momento de retorno ao país de origem, algo que ele sempre desejou, Fidelino iniciava a recapitulação de sua própria história. Uma obra literária, escrita em terceira pessoa, que em nenhum momento se apresenta como uma autobiografia, mas através das experiências de um personagem fictício traça os caminhos do próprio autor.

Em carta com ano de envio ilegível, mas provavelmente situada em 1944, o que deduzimos pelo contexto relatado, Rafael Altamira nos oferece também um exemplo das angústias provocadas pelo exílio. Neste período ele já se encontrava na França para onde foi após sua saída da Holanda em 1940. Lembramos que com a guerra civil na Espanha ele, que era juiz

⁶⁷² FIGUEIREDO, Fidelino de. *Um coleccionador de angústias*. Lisboa: Guimarães Editores, 1953. p. 178.

⁶⁷³ Carta de Rafael Altamira a Ricardo Levene. 19 de maio. A carta se encontra rasgada no lugar da data tornando o ano ilegível, mas provavelmente foi enviada da França em maio de 1944, já que nela Altamira fala dos acertos que sua família e amigos vinham fazendo desde março para seu exílio fora da Europa. Em novembro de 1944 ele se exilou no México. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

internacional, foi para Haia e de lá, em 1940, seguiu para a França onde permaneceu até 1944. Neste ano, relatado na carta, como já sabemos, partiu para Lisboa, depois para Nova York e só então se estabeleceu no México até sua morte em 1951. Foram, portanto, sucessivas experiências de deslocamento e afastamento durante um período de aproximadamente 15 anos que reúnem alguns dos mais importantes e difíceis acontecimentos da história da Espanha no século XX. Na carta endereçada a Ricardo Levene, Altamira relata brevemente a situação que vivia, diz que sair do país era “questão de vida ou morte” e pensa os possíveis lugares nos quais poderia se instalar: Portugal ou a América, o que segundo ele lhe parecia pouco provável. Diz a Levene que gostaria de ir para a Argentina para, em suas palavras, “*vivir mis últimos años en ese país y con amigos como V. que hacen amar la vida y la humanidad*”⁶⁷⁴. Enganou-se em seu prognóstico quanto à vinda para a América e acabou encontrando exílio por aqui – não na Argentina, mas sim no México. No trecho que acima destacamos, deseja ao interlocutor argentino aquelas que seriam as maiores satisfações da vida: saúde, não temer o dia de amanhã e “viver na pátria entre amigos”. Satisfação da qual havia sido afastado há quase 10 anos e que não voltaria a experimentar até a morte.

Podemos dizer que a experiência do exílio acompanhou Fidelino e Altamira em boa parte de suas trajetórias, gerando consequências na produção do conhecimento histórico. Por isto, nos interessa e instiga. Exílio vivido por intelectuais que compunham uma geração atordoada pelas guerras europeias, pelas ditaduras e perseguições políticas que caracterizaram seu tempo. Fidelino e Altamira, evidentemente, não foram os únicos a viverem esta experiência, mas parte de um conjunto de expatriados, voluntária ou compulsoriamente, que tiveram que buscar em outros lugares o acolhimento que seus países não lhes ofereceram. Portanto, consideramos o exílio como uma questão geracional que se manifesta através destes dois historiadores ibéricos focalizados neste capítulo. Não temos acesso a um conjunto de fontes semelhante referido a Altamira, mas a própria correspondência passiva de Fidelino nos dá uma medida da importância da temática do exílio para esta geração. Além de Altamira, estas cartas apresentam muitos remetentes exilados, europeus e ibero-americanos. Num breve panorama, podemos listar nomes significativos dentre os que compartilharam este momento com o destinatário:

QUADRO 18:

⁶⁷⁴ Ibidem.

**EXEMPLOS DE REMETENTES EXILADOS PRESENTES NA CORRESPONDÊNCIA
PASSIVA DE FIDELINO DE FIGUEIREDO**

REMETENTE	NASCIMENTO- MORTE	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	EXÍLIO
Jaime Brasil	1896-1966	Escritor, jornalista e crítico literário português.	Preso e exilado por seu republicanismo de tendências libertárias.
Adolfo Casais Monteiro	1908-1972	Escritor e professor português.	Exilado no Brasil em 1954 por razões políticas. Morreu em São Paulo em 1972. Colaborador da revista <i>Seara Nova</i> .
Luís Alberto Sanchez	1900-1994	Escritor, advogado, historiador e político peruano.	Foi preso durante a ditadura militar e esteve exilado por anos no Panamá, na Colômbia e no México.
Francisco Vera	? –1967	Historiador espanhol.	Morre em 1967 exilado na Argentina.
Maria Lamas	1893-1983	Jornalista e escritora portuguesa.	Feminista, opositora do regime de Salazar. Foi presa por defender a libertação de presos políticos. Exilou-se em Paris a partir de 1962.
Alberto Monsaraz	1889-1959	Político e poeta português.	Monarquista, opunha-se ao regime republicano e por isso foi exilado três vezes.
João Sarmiento Pimentel	1888-1987	Escritor português.	Republicano, membro da revista <i>Seara Nova</i> . Em 1927 se exila no Brasil em razão de sua participação no movimento de oposição ao Estado Novo salazarista. Regressa a Portugal apenas em 1974.

Ricardo Severo	1869-1940	Engenheiro e escritor português.	Envolvido no movimento revolucionário de oposição à Monarquia portuguesa teve que se exilar no Brasil.
Joaquim da Silva Tavares	1866-1931	Padre português, membro da Companhia de Jesus.	É obrigado a se exilar a partir da proclamação da República em 1910. Viveu no Brasil até 1928 quando retorna a Portugal.

Fonte: Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes – FFLCH/USP.

Estes são apenas exemplos de pares intelectuais de Fidelino, além do próprio Altamira que aqui analisamos, que partiram de seus países por razões políticas. Cabe destacar que estas razões variavam de acordo com a posição ideológica de cada um e o momento histórico em que se deu o exílio. Muitos monarquistas foram exilados de Portugal e da Espanha a partir de 1910 e 1931, respectivamente, com a proclamação da República. Em Portugal isto se deu em grande parte devido a oposição ao primeiro presidente do Governo Provisório, Teófilo Braga (contra quem sabemos que Fidelino se opôs política e intelectualmente). Oposição muito vinculada ao campo católico e neotomista, conforme vimos no capítulo II, contrário ao positivismo de Teófilo. O mesmo também se deu com republicanos que de primeira hora se satisfizeram com a República e, com seu desenrolar, acabaram retirando seu apoio e participando de movimentos de oposição. No caso português, José Hermano Saraiva⁶⁷⁵ aponta duas tendências distintas que marcaram o início da República. Uma mais radical, apoiada na opinião popular, na busca por soluções rápidas e anticlerical. Outra moderada, almejando a conciliação de interesses e apoiada na alta burguesia republicana. Antonio Soares Amora⁶⁷⁶ diz que os mais radicais eram os chamados democráticos baseados na ideologia dos republicanos positivistas e socialistas da geração de 1870, dentre eles Antero de Quental e Teófilo Braga. Os moderados, por sua vez, queriam a pacificação política, a união dos portugueses e reformas baseadas em instituições tradicionais sem revolução ou radicalismos, sendo liderados por Brito Camacho e António José de Almeida. Adiante buscaremos melhor interpretar a posição de Fidelino diante destas duas vertentes, pois ela em muito se relaciona com sua concepção de história. Cabe, neste momento, apenas destacar que sua opinião não era favorável aos radicais. Fidelino era um opositor intransigente do positivismo e de

⁶⁷⁵ SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1981. p. 350.

⁶⁷⁶ AMORA, Antonio Soares. *O essencial sobre Fidelino de Figueiredo*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s/d.

excessos de radicalismos, mas se posicionou em determinadas circunstâncias ao lado dos republicanos. Não obstante, sua formação e algumas escolhas políticas o levaram a ser classificado como monarquista e democrata.

Fidelino, bem relacionado profissional e politicamente, chegou a ser nomeado diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa por duas vezes, em 1918 e 1927. Foi também ministro do governo Sidónio Pais, de caráter bastante autoritário. Após o assassinato de Pais em 1918, Portugal viveu um período de grande instabilidade política que culminaria em 1926 no golpe de Estado responsável pela implantação do Estado Novo. Liberal que não se opôs diretamente ao conservadorismo de Pais, somente a partir de então Fidelino começou a discordar dos rumos políticos do país. As agitações políticas foram intensas e em 1927 ocorreu a rebelião militar contra o governo republicano ditatorial⁶⁷⁷. Desde 1926 quando havia sido implantada a ditadura pelo golpe de 28 de maio, setores insatisfeitos do próprio Exército mobilizavam-se a fim de retomar o poder do Partido Democrático. Uniram-se a eles operários e outros partidos republicanos que seguiam em atividade apesar da repressão governamental. Ainda em 1926, outro grupo de oposição à ditadura passou a se formar na Biblioteca Nacional de Lisboa contando com a participação de republicanos como Raul Proença e Jaime Cortesão, vinculados à revista *Seara Nova*, que pegaram em armas durante o movimento em fevereiro de 1927. A rebelião é iniciada no Porto e, em seguida, expandida, para as demais cidades e regiões do país. A repressão ao movimento é violenta e dezenas de revoltosos são fuzilados ou presos.

Como consequência, o controle ditatorial sobre as instituições aumenta e funcionários do governo e reitores de universidades envolvidos na rebelião são demitidos; além de vários intelectuais terminarem exilados, como ocorreu com Jaime Cortesão, Antonio Sérgio e o próprio Fidelino de Figueiredo. Como diretor da Biblioteca Nacional, Fidelino participou do movimento ao lado dos intelectuais da *Seara Nova*. Não temos relatos sobre sua ação direta e armada, mas sabemos que ele sofre um atentado (ou simplesmente é ferido em meio às agitações; talvez a expressão “atentado” seja utilizada por seus correspondentes católicos que suavizam a participação de Fidelino em um movimento armado, ao lado de militares, que não contava com a adesão da Igreja Católica), é demitido da Biblioteca Nacional e acaba preso e exilado. A partir daí é deportado para Angola e, logo depois, segue para o destino de sua primeira experiência de exílio: a Espanha. Foi convidado por Cirot – possivelmente o amigo francês a quem se refere em

⁶⁷⁷ Cf. SARAIVA, J. H. *História concisa...*, op. cit.

Um colecionador de angústias – para se instalar em Paris (destino da maioria dos intelectuais exilados da rebelião de 1927). Porém, se recusou e decidiu permanecer em Madrid, de onde, segundo García Morejón, “*le será más fácil sentir el pulso de su Patria, el sonido de la otra campana ibérica*”⁶⁷⁸ (atenção aqui à expressão “*campana ibérica*”, ou seja, “sino ibérico”, que remete ao catolicismo ibérico).

No país vizinho permanece por dois anos, entre 1927 e 1929 (durante a ditadura de Primo de Rivera), ditando cursos na Universidade Complutense de Madrid, aproximando-se de estudos sobre a história e a literatura espanholas e dedicando-se à crítica literária. Aproveitou também para ampliar sua rede de sociabilidade entre os intelectuais espanhóis, dentre eles Ramón Menéndez Pidal, Antonio Ballesteros y Beretta, Miguel de Unamuno e Rafael Altamira. Nesta oportunidade se desenvolveu definitivamente a aproximação pessoal e profissional entre Fidelino e Altamira. Malgrado a posição de exilado, desempenhou no país intensa atividade intelectual; como se lá houvesse encontrado a estabilidade e a inspiração que lhe faltavam em Portugal. Mais do que isto: lá encontrou o acolhimento que lhe faltava em seu país, graças ao intercâmbio de ideias com seus pares espanhóis. Intercâmbio que, acreditamos, o influenciou nas décadas posteriores, sobretudo na busca pela inserção da Península Ibérica na modernidade e nas ideias americanistas de reaproximação com as antigas colônias. A través deste processo dialógico buscou transformar suas angústias em produção intelectual. Seria este um momento de amadurecimento intelectual no qual “*su pensamiento se depura de toda pasión iconoclasta; se sedimentan sus juicios; se aclara su visión universal de la cultura [...]*”⁶⁷⁹.

O ambiente intelectual do país se transforma no início da década de 1930 com a instauração da Segunda República Espanhola gerando conflitos para o exilado Fidelino. Ainda em 1927, porém, a relação de Fidelino com os escritores da chamada geração espanhola de 1927⁶⁸⁰, inclinados aos estudos da cultura portuguesa, se aprofunda ampliando sua aproximação com o país e as influências espanholas em sua obra, principalmente a partir do pensamento de José Ortega y Gasset. Exemplo dessa produtividade intelectual é o conjunto de ensaios intitulado *Critica do exílio* publicados assim que Fidelino retornou a Portugal. Em nota explicativa do volume, o autor esclarece o contexto em que os ensaios foram escritos e destaca a necessidade de

⁶⁷⁸ MOREJÓN, J. G. *Dos coleccionadores...*, op. cit, p. 17.

⁶⁷⁹ Ibidem, p. 19.

⁶⁸⁰ Lembramos que a própria geração de 1927 viveu a experiência do exílio. Com o início da Guerra Civil Espanhola, vários de seus componentes precisaram deixar o país, dentre eles os poetas Pedro Salinas e Rafael Alberti e o crítico literário Guillermo de Torre. Estes dois últimos se exilaram na Argentina durante a ditadura franquista.

durante a experiência que viveu “esquecer muito e aprender alguma coisa”. Define, ao mesmo tempo, o exílio como “um thesouro de recordações” graças aos seus amigos espanhóis:

Reúno neste volume alguns dos ensaios de critica e de historia, que redigi durante o meu exílio em Hespanha nos annos de 1927-1929, praticando um preceito famoso, que é toda a philosophia dessa situação moral, excessivamente lamentada desde Ovídio aos poetas liberaes do romantismo: esquecer muito e aprender alguma coisa.

Ao rever estas paginas, acode-me uma viva e gratissima saudade dos amigos inolvidaveis do jornalismo, das letras, da Universidade e das Academias de Madrid, que com sua offectuosa camaradagem fizeram do meu exílio um thesouro de recordações.

Lisboa, 6 de setembro de 1929.⁶⁸¹

Embora tenha se tornado um período de aprendizado e dedicação profissional, o exílio, evidentemente, não deixou de ser uma experiência geradora de melancolia e frustração. Um momento de afastamento, de ruptura, de medo do presente e do porvir, de perda de posição profissional... Assim, Fidelino testemunhou acerca do lado cruel da expatriação reconhecendo-a como “o maior crime da malevolência política”, pois retira de uma vida seu significado, o sentido que a ambiência política, profissional e, ao mesmo tempo, pessoal e familiar lhe conferem. Retira-lhe a satisfação de “viver na pátria entre amigos”, apontada por Altamira anos depois quando do seu próprio exílio em 1944. Por isto, diz em *Notas para um idearium português*:

[...] roubar a alguém a pátria é talvez o maior crime da malevolência política, porque é desenquadrar uma vida da moldura social que lhe dá significado e finalidade, é demolir toda a architectura duma vida.⁶⁸²

Os episódios de 1927 e o exílio em Madrid ainda provocaram reações de muitos daqueles com quem Fidelino se correspondia. Suas opiniões, sentimentos e reclamações foram expressos com frequência nas cartas recebidas durante os dois anos em que esteve na Espanha. Um dos que mais se demonstrou penalizado com sua situação, embora não aprovasse suas ações, foi o padre português Agostinho Veloso⁶⁸³. Em carta datada de 29 de agosto de 1927, quando se encontra em *Royat-les-Bains* na França, o padre diz a Fidelino ter lido nos jornais franceses a respeito da tentativa revolucionária em Lisboa. Por isto, lhe escrevia, a fim de expressar seus sentimentos por sua prisão. Não aprova suas ações, mas afirma compreender que as tomou em favor da pátria. Aproveita ainda para queixar-se da República portuguesa, em especial no momento da

⁶⁸¹ FIGUEIREDO, Fidelino de. *Critica do exilio*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1930. Nota de abertura.

⁶⁸² Idem. *Notas para um idearium português: política e litteratura*. Lisboa: Sá Costa, 1929. p. 221.

⁶⁸³ Não encontramos referências detalhadas sobre o padre, nem mesmo sobre sua nacionalidade. Supomos aqui que ele seja português, já que escreve em português e sua correspondência é remetida de Lisboa. Apenas a que citamos é enviada da França onde estava de passagem. Podemos supor também que ele seja jesuíta, considerando-se ser esta a tendência dos padres que se correspondiam com Fidelino.

proclamação quando também teria sido preso (por seu vínculo direto com a Igreja e provavelmente por ser monarquista). Diz:

Eu tenho tão elevado conceito dos nobres ideais que animam o meu ilustre amigo, que nem um instante posso admitir que não fosse o puro amor da Pátria que o levam a dar um passo tão arriscado, como deu, e cujo infausto resultado agora está sofrendo.

[...]

Peço insistentemente a Deus que toque os corações dos homens para que lhe façam justiça: na opinião dos portugueses amantes da sua pátria já V. Ex^a foi julgado e absolvido! [...] Deus conceda a V. Ex^a a força da resignação e paciência que eu já felizmente experimentei quando em 1910 estive em ferros [sic] desta república [...].⁶⁸⁴

O também padre Luís Gonzaga Cabral, residente na Espanha, agradece cartas que teria recebido de Fidelino e se coloca a sua disposição para orientá-lo no país. Diz que sua escolha pela Espanha o deixava muito feliz, mas sabia da “saudade” que sentia de Portugal. Destaque é dado à palavra “saudade”, sublinhada e em português, evidentemente, assim como outras frases distribuídas pela carta escrita em espanhol. O padre declara:

Claro, yo sé muy bien que, em medio de todas estas alegrías siempre sentirá la *saudade* [grifo no original] de su Portugal y de su Lisboa, *essas cidades de muitas e desvairadas lentes* [grifo no original; trecho em português], que Ud. conoce tan bien y que ama tanto, como en realidad le merece.

[...]

Por lo demás siento una inmensa alegría que sea precisamente esta tierra de España la que ha escogido Ud. para su residencia en estas circunstancias de su vida [...].

[...] me ofrezco a Ud. para cuanto de mí necesite en esta ciudad y tendría una gran satisfacción en poder servirte en ella de cicerone.⁶⁸⁵

Outro que se manifestou contra a violência sofrida por Fidelino em 1927 foi José de Oliveira Lima. Entre os meses de fevereiro e março, escreve quatro cartas ao colega. Em duas delas a prisão e o atentado a ele ainda não tinham ocorrido e Oliveira Lima se demonstra satisfeito que o golpe de 1926, que ele chama de “revolução”, não tenha atingido famílias conhecidas e pessoas amigas. Diz ainda esperar que as revoluções em Portugal tenham acabado definitivamente, pois “não deve ser preciso uma revolução, a não ser nos espíritos e nas consciências e esta deve estar já operada pela triste realidade dos factos”⁶⁸⁶. Dias depois, em 18

⁶⁸⁴ Carta do Pe. Agostinho Veloso a Fidelino de Figueiredo. Royat-les-Bains, 29 de agosto de 1927. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

⁶⁸⁵ Carta do Pe. Luís Gonzaga Cabral a Fidelino de Figueiredo. Granada, 20 de janeiro de 1928. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

⁶⁸⁶ Carta de José de Oliveira Lima a Fidelino de Figueiredo. Porto, 15 de fevereiro de 1927. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

de fevereiro⁶⁸⁷, ainda escreve a fim de agradecer manifestações de amizade da parte de Fidelino e parabenizá-lo pela nomeação para a Biblioteca Nacional de Lisboa. No dia 05 de março, no entanto, diz que somente no dia anterior havia tomado conhecimento do atentado e se demonstra indignado com o caso. Refere-se a ele como “acontecimento de estúpida agressão”⁶⁸⁸ e diz, numa crítica à República, serem os “restos ainda do que deixou pelas repartições publicas a malandragem que nos tem... desgovernado”. As reticências indicam certa ironia na fala do remetente. Por fim, escreve ainda no dia 23 de março⁶⁸⁹ para manifestar sua preocupação com a falta de informações sobre o colega. Isto porque Fidelino não havia respondido a suas cartas anteriores e, então, ele cobra, inclusive com bastante ansiedade, uma carta ou telegrama com o envio de notícias.

Três renomados intelectuais franceses também se corresponderam com Fidelino a fim de apresentar-lhe sua insatisfação e solidariedade diante do período conturbado que vivia. M. Th. Legrand, em carta de abril de 1928, se diz preocupado com Fidelino desde que soube pelos jornais de sua partida de Lisboa. Demonstra alegria por saber que se encontra em Madrid e por lá continuar a exercer suas atividades como professor de literatura portuguesa. Acrescenta ainda em sua carta comentários profissionais como o interesse de seu editor em Paris, M. Payot, por obras sobre os descobrimentos portugueses nas Índias e nas Américas e lhe informa já ter terminado a tradução para o francês de sua obra *Sob a cinza do tédio*⁶⁹⁰. Suas palavras mais significativas sobre o exílio de Fidelino na Espanha são:

Estou realmente muito feliz de ter recebido notícias suas. Havia sabido, através das narrações mais ou menos detalhadas e exatas, dos jornais que o senhor havia deixado Lisboa e estava um pouco preocupado com sua sorte. Vejo com prazer que o senhor está estabelecido em Madrid e que poderá continuar a exercer seu talento, notavelmente como professor de literatura portuguesa.⁶⁹¹

⁶⁸⁷ Carta de José de Oliveira Lima a Fidelino de Figueiredo. Porto, 18 de fevereiro de 1927. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP

⁶⁸⁸ Carta de José de Oliveira Lima a Fidelino de Figueiredo. Porto, 05 de março de 1927. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

⁶⁸⁹ Carta de José de Oliveira Lima a Fidelino de Figueiredo. Porto, 23 de março de 1927. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

⁶⁹⁰ Cf. FIGUEIREDO, Fidelino de. *Sob a cinza do tédio: Romance de uma consciência*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1925.

⁶⁹¹ Carta de M. Th. Legrand a Fidelino de Figueiredo. Paris, 10 de abril de 1928. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP. No original: “*Je suis vraiment très heureux d’avoir reçu de vous nouvelles. J’avais su, à travers les récits plus ou moins détaillés et exacts, des journaux que vous aviez quitté Lisbonne et j’étais quelque peu inquiet sur votre sort. Je vois avec plaisir que vous êtes établi à Madrid et que vous pourrez continuer à y exercer votre talent, notamment comme professeur de littérature portugaise*”.

Georges Le Gentil, no retorno de uma série de conferências em Portugal, também escreve a Fidelino lamentando os episódios que o retiraram da direção da Biblioteca Nacional e comentando seu exílio na Espanha. Envia a carta por terceiros e alega não ter escrito antes com medo de que sua correspondência fosse interceptada. Diz ainda que ele está muito bem instalado na Espanha e que lá seus trabalhos terão grande sucesso. Complementa afirmando que seu “exílio temporário” seria “adoçado pela simpatia que [você] encontrará na Espanha”⁶⁹². Por fim, o hispanista Robert Ricard, prefaciador da primeira edição portuguesa da já citada *Sob a cinza do tédio*, escreve ainda em 1927 a fim de comentar que soube através de um jornal espanhol do atentado sofrido por Fidelino no qual ele teria ficado bastante ferido. Em seguida, culpa a educação dos jovens por episódios violentos como estes. Refere-se ao atentado como “funesto”, “odioso” e “lamentável”, assim como a necessidade de saída de Fidelino de seu país⁶⁹³.

O político, romancista e historiador brasileiro Afrânio Peixoto também se manifestou diante do exílio de Fidelino. Lembremos que em 1920 ele havia visitado o Brasil, onde esteve especialmente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (quando é empossado como sócio), no Real Gabinete Português de Leitura e na Academia Brasileira de Letras, o que o fez estreitar os laços com a intelectualidade brasileira⁶⁹⁴. Afrânio lhe escreveu no dia 08 de fevereiro de 1928 dizendo ter recebido o número do jornal espanhol *El Debate* no qual foram publicadas notícias suas. Lamenta sua condição de exilado, mas diz que na Espanha ele está melhor do que na África, por onde passou anteriormente. Para ele, claro que estar na Europa seria melhor que na África e isto já contaria como vantagem. Por fim, demonstra frustração com o mundo em que vivia e que levava muitos a deixarem seus países:

⁶⁹² Carta de Georges Le Gentil a Fidelino de Figueiredo. Paris, 11 de março de 1928. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP. No original: “*Votre exil temporaire doit être adoucé par la sympathie que vous recontrez em Espagne*”.

⁶⁹³ Carta de Robert Ricard a Fidelino de Figueiredo. 14 de março de 1927. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

⁶⁹⁴ A repercussão da vinda de Fidelino ao Brasil em 1920 parece ter sido bastante positiva. Ronald de Carvalho diz em janeiro de 1921 que a partir daquele ano seu nome e sua obra passaram a ser constantemente citados por aqui. Ele diz: “Ainda se ouvem [sic] as vozes de simpatia que a sua passagem pelo Brasil logrou despertar. Seu nome e a sua obra são constantemente citados e aplaudidos com entusiasmo e ternura”. Carta de Ronald de Carvalho a Fidelino de Figueiredo. Rio de Janeiro, janeiro de 1921. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

Recebi, meu caro Amigo, o n.º do 'El Debate', pelo qual soube de notícias suas. Em Espanha? Exílio melhor do que em Africa, onde disseram os jornaes você estava. Tristes tempos em que as pátrias não nos chegam.⁶⁹⁵

Outro brasileiro que se manifestou a respeito do exílio de Fidelino foi Alceu Amoroso Lima. Em janeiro de 1928, lhe escreveu dizendo lamentar tudo o que havia passado em Portugal e que o país tenha perdido um intelectual como ele. Refere-se a seu projeto de criação de uma Biblioteca luso-brasileira na Universidade de Madrid e promete, com esta finalidade, enviar-lhe obras brasileiras. Aproveita ainda para reclamar daquele momento posterior ao movimento modernista no Brasil, pois as correntes literárias e ideológicas estariam muito divididas e o ambiente intelectual “apático”. Quanto ao exílio de Fidelino diz:

Lamento profundamente tudo quanto se deu, e lamento-o sobretudo para Portugal, que perde assim um servidor como poucos. O correcto é que, mesmo no exílio o seu esforço será farto a serviço das nossas duas pátrias.⁶⁹⁶

Em março, provavelmente do mesmo ano (a carta aparece sem ano exato do envio), Alceu se coloca à disposição de Fidelino para trabalhar na publicação de seus livros no Brasil – indício de sua entrada no país através dos círculos intelectuais católicos – e deseja que sua temporada em Madrid lhe dê um pouco de descanso “depois de tantos annos atribulados, de agitações mais ou menos políticas”⁶⁹⁷. Pede ainda que o intelectual português lhe envie seus relatos sobre o exílio, pois muito se interessava por eles.

Lembremos que a decepção e o ressentimento não estiveram presentes apenas em exilados, mas em muitos que, como já sugerimos, se decepcionaram com a República tal como se apresentou com o passar dos anos e com as ditaduras franquista e salazarista. O exílio pode, portanto, ser entendido como uma experiência ampla vinculada ao sentimento e ao posicionamento político e ideológico e não apenas ao deslocamento geográfico. Muitos, mesmo não saindo de seus países, se sentiram como tais a partir do momento em que foram presos e censurados pela República que antes defenderam. A decepção republicana marcou a geração de Fidelino e Altamira e atingiu toda a Península Ibérica. Contudo, antes da proclamação da República espanhola em 1931, as medidas autoritárias da ditadura de Primo de Rivera (1923 a

⁶⁹⁵ Cartão Postal de Afrânio Peixoto a Fidelino de Figueiredo. Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 1928. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

⁶⁹⁶ Carta de Alceu Amoroso Lima a Fidelino de Figueiredo. Rio de Janeiro, janeiro de 1928. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

⁶⁹⁷ Carta de Alceu Amoroso Lima a Fidelino de Figueiredo. Rio de Janeiro, 03 de março (sem ano). Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

1930)⁶⁹⁸ não atingiram a produção intelectual de Fidelino no país quando lá esteve entre 1927 e 1929. No início também não atingiram os intelectuais espanhóis. Cabe destacar que aqueles oriundos do regeneracionismo e da geração de 1898 não viram com maus olhos a ascensão de um ditador militar. A instrumentalização de Rivera ao programa americanista de Altamira, que ele tentava implantar desde o governo de Alfonso XIII, pode ser apontada como um dos fatores que o levaram a vê-lo de forma positiva. Somente com o passar do tempo e o fechamento de periódicos e a censura às Universidades de Madrid e Barcelona é que muitos deles, como Miguel de Unamuno, foram duramente perseguidos e tiveram que se exilar. Não foi o caso de Altamira que somente o fez com a guerra civil, mas a partir daí se tornou mais difícil circular suas ideias pelos meios políticos e intelectuais.

A partir da proclamação da Segunda República, no entanto, para os intelectuais ligados ao pensamento católico, os conflitos foram ampliados. A censura aos meios de comunicação e a perseguição anticlerical, com a ordem de dissolução da Companhia de Jesus e o confisco de seus bens, produziram a decepção de Altamira e principalmente do católico Fidelino com o país que o inspirou e recebeu⁶⁹⁹. Até mesmo diante das relações que este mantinha com padres jesuítas espanhóis e portugueses, como Miguel Asín Palácios, Luis Gonzaga Cabral, Ernesto Ferreira, Serafim Leite e Joaquim da Silva Tavares. A instabilidade política aumenta com a guerra civil em 1936 e a partir de 1939 é instalada a ditadura de Francisco Franco que se prolonga até 1975. Contexto político que atinge diretamente a produção intelectual e reflete uma Península Ibérica abalada pela decepção diante das esperanças de futuro trazidas pelos regimes republicanos. De acordo com G. Ribbans⁷⁰⁰, a própria poesia espanhola entre as décadas, principalmente, de 1920 e 1940 apresenta as marcas destas transformações, ao trazer uma preocupação eminentemente

⁶⁹⁸ Primo de Rivera assumiu o poder a partir de setembro de 1923 por meio de um golpe no qual dissolveu a constituição e suspendeu o Parlamento. Prometendo uma recuperação do prestígio espanhol com base em princípios regeneracionistas, Rivera encontrou muito pouca resistência. Foi apoiado sobretudo pelo clero, pelas forças armadas e pelos setores conservadores, mas contou com a conivência ou a neutralidade de diversas correntes ideológicas, como os socialistas e os republicanos. No princípio, Altamira compunha estes grupos que o apoiaram.

⁶⁹⁹ Lembramos que, segundo Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho, a Segunda República, iniciada em 1931, teve a tarefa de conjugar diferentes interesses e ideias (entre elas as de tradição e modernidade) numa conjuntura antagônica e contraditória. Assumindo uma postura anticlerical, acabou por enfrentar a oposição de intelectuais católicos que a identificaram como autoritária, sendo este o caso do próprio Fidelino de Figueiredo aqui analisado. A Segunda República foi também vista com desconfiança por grupos conservadores no Brasil onde a ditadura varguista inibiu manifestações de apoio a ela. Cf. NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Ecos da Segunda República e da Guerra Civil Espanhola no Brasil. In: *Revista Tempo*, Niterói, v. 4, n. 8, dezembro de 1999. p. 89-109.

⁷⁰⁰ Cf. RIBBANS, G. La literatura española después de 1700. In: RUSSELL, P. E. (ed). *Introducción a la cultura hispánica. I- Historia, arte, música*. Barcelona: Editorial Crítica – Grupo Editorial Grijalbo, 1982. p. 238-289.

simbólica, uma perspectiva demasiado erudita sem compromisso social e a dispersão em razão da guerra civil. O próprio Fidelino, declara sua decepção em *Um colecionador de angústias*. Para ele, a propaganda republicana, da qual sempre desconfiou, era utópica e quando chegou ao poder tornou-se demagógica e sangrenta, o que a fez enfrentar a oposição dos intelectuais que perderam sua independência e liberdade política:

A propaganda republicana era tecida de românticas utopias e, quando chegou ao poder, foi demagogia romântica, ainda utópica e algumas vezes sangrenta. E a reacção, que se lhe seguiu, determina protesto ainda maior nos homens de pensamento e nos professores, porque opôs aos abusos da liberdade política e da independência da cátedra, e às impotências governativas o despotismo passadista, a autolatria, o endeusamento épico e uma ortodoxia.⁷⁰¹

Podemos dizer que as experiências políticas que levaram Fidelino e Altamira ao exílio acabaram gerando consequências para a reflexão histórica, de modo que este se tornou um momento de forte produção intelectual. Contudo, se dissemos que eles transformaram o exílio em experiências produtivas, é preciso, por outro lado, enfatizar o quanto de medo, sofrimento e frustração estes anos trouxeram a eles e a seus pares intelectuais que viveram o mesmo conflito. É como se no meio de uma trajetória, de um caminho que se pretende direcionar à obtenção de reconhecimento e legitimidade, fosse colocada uma pedra que serviria como obstáculo e desvirtuaria o percurso previamente traçado. A partir daí seria necessário repensar, reconfigurar, planejar estratégias de superação dos conflitos causados por esta nova experiência. Longe de ser uma posição confortável, o exílio produz questionamentos, de um lado produtivos, mas, de outro, difíceis de serem superados. A incerteza põe em movimento, mas também gera sofrimento. O exílio, portanto, comprova que nada é fixo e plenamente estabelecido em posições determinadas, que nenhuma experiência ou condição pode ser considerada inalterável, o que pode levar ao amadurecimento intelectual. Mas, também faz sofrer, com a dúvida, a saudade do país de origem e o ressentimento. Experiências como esta, a Guerra Civil Espanhola, as ditaduras de Franco e Salazar e a Primeira e a Segunda Guerras ainda os influenciaram na construção de um papel pacifista direcionado à história e nos novos olhares lançados sobre as antigas colônias como alternativas para a modernização ibérica e a superação dos conflitos europeus.

Edward Said utiliza sua trajetória de exilado para refletir sobre esta experiência produtiva, mas dolorosa. O intelectual palestino lembra que o exílio faz pensar sobre ele, mas é

⁷⁰¹ FIGUEIREDO, F. *Um colecionador...*, op. cit, p. 85.

extremamente difícil vivenciá-lo. O define destacando a separação por ele provocada entre o homem e seu lugar de origem, pelas perdas e mutilações que dele surgem. Definição baseada numa imagem parecida com o desenquadrar de uma moldura que, como vimos, fora utilizada por Fidelino. A imagem que inspira Said é a de uma fratura, “uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada”⁷⁰². A tristeza é, deste modo, constitutiva da experiência do exilado, mesmo que dela se possa retirar momentos de felicidade, aprendizado e curiosidade intelectual. Afinal, significa a perda de um lar e de toda a imagem de segurança que ele representa; significa sempre que algo foi deixado para trás. “O *pathos* do exílio está na perda de contato com a solidez e a satisfação da terra: voltar para o lar está fora de questão”⁷⁰³. Para Said, se a literatura foi sempre recheada pelas aventuras de exilados, estas “não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação”⁷⁰⁴. O próprio *Um colecionador de angústias* de Fidelino é um livro que trabalha com as aventuras de um exilado, mas um exilado triste e angustiado. As aventuras de alguém que experimenta a todo o momento a sensação de não ser e não pertencer. Said destaca que em outras épocas os exilados também sofreram frustrações e mantiveram suas atividades enquanto viviam nesta posição. Porém, no século XX, com as guerras, o imperialismo e os governos totalitários, viveu-se “a era do refugiado, da pessoa deslocada, da imigração em massa”⁷⁰⁵. Assim, amplo, trágico e representativo da intolerância política e religiosa o exílio não pode ser visto como produtivo para o humanismo, mesmo que promova reflexões. Nas palavras de Said:

[...] a literatura sobre o exílio objetiva uma angústia e uma condição que a maioria das pessoas raramente experimenta em primeira mão; mas pensar que o exílio é benéfico para essa literatura é banalizar suas mutilações, as perdas que inflige aos que as sofrem, a mudez com que responde a qualquer tentativa de compreendê-lo como ‘bom para nós’.⁷⁰⁶

O exílio não seria, portanto, uma condição privilegiada, mas sim uma alternativa surgida diante da intolerância e da perseguição a massas vítimas de tortura, crueldade e genocídio. “No fim das contas, o exílio não é uma questão de escolha: nascemos nele, ou ele nos acontece. Mas, desde que o exilado se recuse a ficar sentado à margem, afagando uma ferida, há coisas a

⁷⁰² SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. SP: Companhia das Letras, 2003. p. 46.

⁷⁰³ Ibidem, p. 52.

⁷⁰⁴ Ibidem, p. 46.

⁷⁰⁵ Ibidem, p. 47.

⁷⁰⁶ Ibidem.

aprender [...]”⁷⁰⁷. Fazendo parte de uma cultura da qual não é parte e pertencente a uma realidade a qual não pertence, o exilado vive experiências bastante particulares. A partir delas vê o mundo por um duplo ângulo que relaciona o que vive no momento e o que ficou para trás. Em outro de seus textos, Edward Said fala do “estado intermediário” do exilado que o relaciona a dois lugares, culturas, religiões, idiomas... Sendo assim, não está “nem de todo integrado ao novo lugar, nem totalmente liberto do antigo, cercado de envolvimentos e distanciamentos pela metade; por um lado, ele é nostálgico e sentimental, por outro, um imitador competente ou um pária clandestino”⁷⁰⁸.

No caso de Fidelino de Figueiredo, o exílio na Espanha durou apenas dois anos, mas não foi o único. Menos de dez anos depois, no final da década de 1930, Fidelino buscou novamente asilo fora do seu país. Experimentou pela segunda vez a sensação de não ser e não pertencer, mesmo que num país de cuja intelectualidade já havia se aproximado há tempos, com a mesma língua e profundas relações históricas e culturais. Desta vez o destino escolhido foi o Brasil. Afinal, o contexto europeu como um todo não se encontrava propício para receber exilados, mas sim para produzi-los. Em 1932, António de Oliveira Salazar assumiu a presidência do Conselho de Ministros de Portugal da qual se afastou somente em 1968. Católico e nacionalista, exerceu o poder político de forma autoritária, censurando e perseguindo a intelectualidade portuguesa que a ele se opunha. Posicionando-se ao lado destes opositores, Fidelino tornou-se também alvo do autoritarismo salazarista. Veio para o Brasil somente em 1938, mas desde 1935 encontramos indícios de que sabia que uma nova saída de Portugal seria necessária. Com este objetivo, sondava seus colegas estrangeiros sobre oportunidades profissionais em seus países; enviava, inclusive, seu currículo para que fosse apresentado em universidades que pudessem recebê-lo. Ao que parece privilegiou a Ibero-América e acabou optando pelo Brasil, não sabemos se por proximidade cultural e intelectual ou porque aqui as oportunidades apresentadas foram maiores e melhores. Antes chegou a cogitar a possibilidade de se instalar na Argentina. Em novembro de 1935 encontramos carta de Ricardo Levene na qual respondia às suas expectativas de trabalho no país. Nela Levene se diz feliz por receber notícias da visita de Fidelino a Buenos Aires para um congresso. Comenta também muito positivamente a intenção de Fidelino de viajar pela Argentina a fim de conhecer o país e escrever sobre ele. Diz que o indicará ao novo presidente da

⁷⁰⁷ Ibidem, p. 57.

⁷⁰⁸ SAID, Edward. *Representações do intelectual. As conferências Reith de 1993*. SP: Companhia das Letras, 2005. p. 57.

Universidade de La Plata e irá propor seu nome para membro correspondente da *Academia Nacional de la Historia*. Reproduzimos a carta na íntegra a fim de que o leitor tire suas próprias conclusões:

Ilustre colega y amigo: He leído su carta de 6 de noviembre y su curriculum vitae. Es una noticia muy simpática, la de su venida al país para asistir al Congreso Internacional del P.S.W Club [sic].

Yo he terminado mi mandato como Presidente de la Universidad de La Plata, pero el nuevo Presidente, el Señor Julio R. Castineiras, es muy amigo mío y hablaré con él, con mucho gusto, para que se le reitere a Ud. la anterior intención [sic] a dictar alguna conferencia. Es muy acertada su disposición de viajar por el país para conocerlo y acaso escribir sobre él. Cuando Ud. venga, le prepararé la bibliografía [sic] que existe.

Le anticipo que pronto haré la propuesta en la Junta de Historia y Numismática Americana, para que Ud. sea nombrado miembro correspondiente en Portugal. Esta Junta de Historia es en realidad la Academia de la Historia, fundada por el eminente Bartolomé Mitre.

Por separado le envío algunos folletos míos.⁷⁰⁹

A tentativa de Fidelino de encontrar um local que o recebesse profissionalmente e, como consequência, pudesse oferecer-lhe asilo não está clara na carta, mas o contexto já autoritário da Península Ibérica, o envio do seu currículo a Levene e o pedido de indicação a uma universidade são indícios que nos levam a essa dedução. Cabe lembrar que, talvez como alternativa ao contexto europeu e na tentativa de ampliar sua rede de sociabilidade fora de Portugal, Fidelino viaja durante a década de 1930 ditando cursos em universidades como professor convidado. Esteve também nos Estados Unidos, país cuja organização política muito admirava. Viajou até o momento em que sua situação em seu país se tornou mais difícil e ele se retirou de vez de lá. O autoritarismo político e as consequências práticas que trazia para a intelectualidade também aparecem na correspondência passiva. O romancista espanhol José Maria Acosta descreve este contexto em uma de suas cartas a Fidelino. Ainda em 1933, dois anos antes da carta de Levene, Acosta escreve ao colega português agradecendo-lhe sua carta e o envio de notícias que há muito esperava. Diz que não recebeu uma de suas cartas, mas isto, em sua opinião, desde a proclamação

⁷⁰⁹ Carta de Ricardo Levene a Fidelino de Figueiredo. Buenos Aires, 26 de novembro de 1935. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP. Levene escreveu um total de 8 cartas a Fidelino, conforme consta em sua correspondência passiva (ver anexo 3). Em 1940, o interesse de Fidelino pelas instituições históricas na Argentina parecia continuar, já que neste ano é ele quem escreve a Levene apresentando a professora de espanhol e português do *Agnes Scott College* nos Estados Unidos, Melissa Cilley, que iria a Argentina buscar informações sobre a vida literária e o ensino universitário no país. Ele aproveitou para pedir a Levene que o colocasse em contato com Enrique de Gandía, para que este o informasse sobre as atividades da *Academia Nacional de la Historia*, e o introduzisse na Universidade de La Plata. Na carta ele se coloca como “amigo e admirador” do colega argentino. Cf. Carta de Fidelino de Figueiredo a Ricardo Levene. São Paulo, 16 de junho de 1940. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

da República na Espanha, não o surpreendia, diante da instabilidade do país⁷¹⁰. Num tom monarquista, diz que como militar ele estava fora de atividade desde a mudança de regime e como literato também, já que *“la humanidad, a lo menos por estas latitudes, parece ha perdido el gusto por la literatura y se embrutece y se materializa cada día más. Nuestra civilización ha sufrido un alto, cuando no un retroceso”*⁷¹¹. Segundo ele, as vendas dos autores espanhóis diminuiram cerca de 80% e, por isto, se pergunta se ainda valeria a pena escrever. Como profissionalmente as perspectivas dos intelectuais ibéricos já não eram muito boas, talvez fosse aconselhável começar a procurar outro local para residir e trabalhar.

Não temos notícias do processo de mudança de Fidelino para o Brasil até o ano de 1938. As cartas que recebia durante este período, possivelmente em razão da censura, tratavam basicamente da troca de livros e publicações. Na verdade, desde o ano de 1920, Fidelino já demonstrava sua insatisfação com a conjuntura política portuguesa e seu interesse pelo Brasil. Em correspondência com Max Fleiuss, em vista de acertar os detalhes de sua visita já muito próxima ao país, ele deixa claros estes aspectos. Em carta datada de 27 de maio de 1920, Fidelino fala a Fleiuss sobre sua paixão pelo Brasil, seu desejo de conhecê-lo e sua decepção em ser um autor pouco considerado e perseguido em Portugal. Nela o intelectual português descreve a satisfação com que recebeu carta anterior de Fleiuss, se apresenta como um exilado em sua própria pátria e afirma que muito lhe honrará uma ida ao Brasil. Diz que com esta visita realizará o sonho de conhecer o país⁷¹². Em outra carta de 11 de julho do mesmo ano lamenta o isolamento e a perseguição sofridos em Portugal e comemora o fato de possuir colegas na Espanha e no Brasil que lhe prestam solidariedade naquele momento. Em suas palavras: *“Tocam-me profundamente essas manifestações neste momento em que recrudescem as perseguições e malevolencias políticas. Infelizmente é sempre do estrangeiro que vêm as consolações”*⁷¹³. E finaliza:

Por isso amo tão profundamente esses dois países, onde encontro tudo que me falta no Portugal Demagógico: honra, dignidade, fé, trabalho, caracter e generosa ternura. Do

⁷¹⁰ Lembramos do vínculo deste grupo de intelectuais com o catolicismo e da posição anticlerical da Segunda República.

⁷¹¹ Carta de José Maria Acosta a Fidelino de Figueiredo. Madrid, 29 de dezembro de 1933. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

⁷¹² Carta de Fidelino de Figueiredo a Max Fleiuss sobre sua viagem ao Rio de Janeiro. Lisboa, 27 de maio de 1920. Arquivo pessoal de Max Fleiuss. Acervo: IHGB.

⁷¹³ Carta de Fidelino de Figueiredo a Max Fleiuss sobre sua viagem ao Rio de Janeiro. Lisboa, 11 de julho de 1920. Arquivo pessoal de Max Fleiuss. Acervo: IHGB.

coração lhes agradeço e farei quanto a essa que não seja muito grande a decepção que lhes cause.⁷¹⁴

Na carta de 11 de julho, Fidelino ainda esclarece que não viria ao país apenas passear, mas sim pôr a sua “sinceridade intelectual ao serviço do Brasil”⁷¹⁵ e contribuir para o enriquecimento da cultura brasileira. Afinal, seria ele um “obreiro da mentalidade luso-brasileira”⁷¹⁶. Assim, se demonstrava insatisfeito com o não reconhecimento em Portugal desde 1920 e reforçava seu interesse por outros países, em especial Espanha e Brasil. Como vimos, primeiramente ele se exilou na Espanha, mas no final da década de 1930, diante dos prenúncios da Segunda Guerra na Europa, da guerra civil e do autoritarismo na própria Espanha, o Brasil parecia um destino mais apropriado. Neste contexto, a América Ibérica se tornou a melhor alternativa: o Brasil para Fidelino em 1938 e o México para Altamira em 1944.

Foi assim que em 1938 Fidelino chegou com a família ao Brasil e somente retornou a Portugal em 1951. Enquanto esteve aqui dirigiu a cadeira de Literatura Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, participou da fundação da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, formou discípulos como Segismundo Spina, Massaud Moisés e Antonio Soares Amora (que o sucedeu na cadeira de Literatura Portuguesa e se casou com sua filha Helena), tornou-se sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras em 1942 (por intervenção de Alceu Amoroso Lima) e publicou vários de seus mais importantes livros, dentre eles *Aristarchos*⁷¹⁷, *A luta pela expressão*⁷¹⁸, *História da Literatura de Portugal*⁷¹⁹, *Um pobre homem de Póvoa do Varzim*⁷²⁰, *A épica portuguesa no século XVI*⁷²¹ e *Estudos de literatura*⁷²². Enfim, mesmo como exilado, criou uma série de laços com o Brasil e os brasileiros. Aproveitou-se do “estado intermediário” do qual fala Edward Said e percebeu as oportunidades também trazidas pela sobrevivência entre dois países. Isto não quer dizer, não obstante, que a angústia e a saudade de Portugal não o tenham atingido. Sua correspondência, mais uma vez, nos fornece indícios sobre este ponto. O intelectual argentino Roberto Giusti, um dos diretores da Revista *Nosotros* já referida no capítulo II, em carta datada de novembro de 1947, comenta a

⁷¹⁴ Ibidem.

⁷¹⁵ Ibidem.

⁷¹⁶ Ibidem.

⁷¹⁷ FIGUEIREDO, Fidelino de. *Aristarchos*. RJ: Antunes, 1941.

⁷¹⁸ Idem. *A luta pela expressão*. Coimbra: Nobel, 1944.

⁷¹⁹ Idem. *História da literatura de Portugal*. Coimbra: Nobel, 1944.

⁷²⁰ Idem. *Um pobre homem de Póvoa do Varzim*. Lisboa: Portugália, 1945.

⁷²¹ Idem. *A épica portuguesa no século XVI*. SP: Editora da USP, 1950.

⁷²² Idem. *Estudos de literatura*. 5ª série. SP: Faculdade de Filosofia da USP, 1951.

vinda de Fidelino para o Brasil e, principalmente, seu livro que teria acabado de ler intitulado *A luta pela expressão*. Elogia muito Fidelino por seu olhar voltado não apenas à literatura, mas também à filosofia e à ciência. O situa ao lado de filósofos como Sainte-Beuve, Taine e Croce e diz que um grande crítico é mais difícil de formar que um grande poeta. Além disto, refere-se ao livro em questão como revelador de toda a “angústia contemporânea”, experimentada por Fidelino, com destaque para o trecho no qual este comenta seu “leito solitario e melancolico de exilado”. Na carta Giusti diz:

[...] es Ud. un hombre. Vive Ud. la angustia contemporanea y toda su obra la refleja.
[...] Qué triste suerte ese ‘meu leito solitario e melancolico de exilado’, de su segunda carta!⁷²³

O mesmo Roberto Giusti comenta novamente o exílio de Fidelino em carta de 1950, ou seja, um ano antes dele retornar a Portugal e momento no qual este retorno já vinha sendo planejado. Nela o intelectual argentino diz ter recebido duas cartas suas e a partir delas imaginar bem seu drama de exilado que experimenta a alegria de voltar a Portugal e as incertezas quanto à vida política do país. Este é um momento em que a correspondência passiva de Fidelino nos permite ouvir indiretamente sua voz. Afinal, apesar de não termos nenhum trecho da sua fala no diálogo com Giusti, a referência do remetente a suas cartas anteriores esclarece suas preocupações às vésperas de voltar a Portugal. Deste modo, o medo, a angústia e a incerteza de Fidelino nos são sugeridos pelo comentário de Giusti. Este coloca ainda uma questão importante ao colega português: em que lugar do mundo um intelectual poderia, naquele período, se sentir seguro? Cabe aqui o destaque a suas palavras:

Comprendo perfectamente, aunque no habiendo nunca tenido la desdicha de conocer la dura y melancólica suerte del exilado – digo personalmente si bien me la figuro – la inquietud de que debe de estar Ud. poseído en este momento, balanceado entre la alegría de regresar a la patria y el temor de la inadaptación a condiciones de vida política temidas y aborrecidas. Pero ¿quiere Ud. decirme en qué lugar del mundo – salvo rarísimas excepciones, cada vez más inseguras – puede sentirse en su patria ideal el hombre de pensamiento libre?⁷²⁴

Para ilustrar sua questão, cita o próprio exemplo da Argentina onde qualquer opinião, não necessariamente de oposição, poderia ser considerada desacato. Diz que em seu país, sob a

⁷²³ Carta de Roberto Giusti a Fidelino de Figueiredo. Buenos Aires, 19 de novembro de 1947. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

⁷²⁴ Carta de Roberto Giusti a Fidelino de Figueiredo. Buenos Aires, 05 de maio de 1950. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

presidência de Juan Domingo Perón, não havia imprensa onde se pudesse expressar opiniões com liberdade, nem sequer nos jornais *La Prensa* e *La Nación*. Como a liberdade de expressão estaria abalada tanto na Europa quanto nas Américas, Fidelino não deveria temer seu retorno a Portugal.

Outros indícios encontrados em sua correspondência passiva demonstram que o historiador português há muito desejava retornar a seu país de origem. Desde os primeiros anos no Brasil nos parece que Fidelino esperava apenas o momento mais oportuno para sua volta; planos que teriam sido prejudicados pela permanência de Salazar no poder e pela Segunda Guerra. Diante deste contexto, o Brasil e outros países da Ibero-América acabaram prevalecendo como alternativa pacífica para um considerável número de intelectuais europeus exilados. Não obstante, o desejo de reconstruir a vida perdida possivelmente esteve presente e foi compartilhado por Fidelino com alguns de seus pares. Um exemplo nos é dado por S. G. Morley, historiador hispanista norte-americano, que respondia à carta de Fidelino ainda em 1941. Morley sugere que ele havia comentado suas intenções de já retornar a Portugal e o aconselha a desistir da ideia, pois lá ele não seria feliz e teria que enfrentar o contexto de guerra. Portanto, seria melhor que permanecesse no Brasil onde poderia continuar a exercer suas atividades intelectuais e, principalmente, estaria seguro, já que o futuro da Europa era incerto. Na carta Morley tenta convencer Fidelino:

Diga-me, pelo amor de Deus, quais são seus planos para o futuro. Não Portugal, acredito, onde você não poderia ser feliz, e onde a sorte da guerra pode a qualquer momento criar outro deserto, somando-se aos muitos que o implacável conquistador fez. Você não deve retornar.⁷²⁵

Morley ainda escreve sobre o mesmo tema dez anos depois quando Fidelino se prepara para, finalmente, retornar a Portugal. Em 1951, ressalta seu olhar direcionado à pátria no momento em que começa a envelhecer. Como a guerra já havia acabado há seis anos, não o aconselha a ficar no Brasil. Assim, escrevendo em espanhol, diz: “*Ya veo que vuelve los ojos hacia la patria en su vejez*”⁷²⁶.

⁷²⁵ Carta de S. G. Morley a Fidelino de Figueiredo. Califórnia, 25 de fevereiro de 1941. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP. No original: “*Tell me, por el amor de Dios, what are your plans for the future. Not Portugal, I trust, where you could not be happy, and where the fortunes of war may at any moment create another desert, in addition to the many wich the ruthless conqueror has made. You must not return there*”.

⁷²⁶ Carta de S. G. Morley a Fidelino de Figueiredo. Califórnia, 08 de abril de 1951. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

A ida de Rafael Altamira para o exílio em 1936, com o início da Guerra Civil Espanhola, apresentou algumas particularidades em relação a Fidelino e aos demais exilados de sua geração. Como juiz internacional, Altamira prontamente obteve autorização para deixar a área de conflito na Espanha, mas por suas funções na Corte de Haia não pode sair de imediato da Europa. Por isto, durante 4 anos, entre 1936 e 1940, permaneceu na Holanda onde foi preservado da guerra que assolava seu país. Em 1940, no entanto, enquanto muitos intelectuais europeus já se encontravam há tempos exilados na América, Altamira precisou deixar a Holanda em virtude da invasão dos alemães. Seguiu para Bayonne na França onde viveu até 1944 quando, finalmente, com o auxílio do Instituto Carnegie, de alunos, colegas e diplomatas argentinos e mexicanos partiu para Lisboa onde ficou alguns meses aprofundando o contato com intelectuais portugueses. De Lisboa embarcou para Nova York e logo depois para o México onde foi recebido pelo filósofo Samuel Ramos. Assim, Ascensión de León Portilla observa que a ida para o México, que foi um processo curto para muitos espanhóis naquele período, para Altamira se tornou “*una odisea de cinco años, una especie de inter-exilio largo, difícil, duro*”⁷²⁷. O autor complementa dizendo que para um historiador como Altamira, preocupado com a influência da psicologia humana nos acontecimentos históricos, a experiência do exílio mesmo que enriquecedora, “*fue también motivo de amargura y desesperanza*”⁷²⁸. Desesperança pessoal e política. Sentimento que experimentou em três ocasiões principais: em 1898, com a perda das últimas colônias espanholas; na guerra de 1914 a 1918; e agora com a guerra civil em 1936. Para Rafael Asín Vergara, “*en las tres la primera reacción de Altamira es la sorpresa y el disgusto*”⁷²⁹.

Nos anos de exílio, Altamira dedicou-se intensamente ao trabalho intelectual e, em meio a muitas de suas publicações, demonstrou insatisfação e decepção diante das guerras e do afastamento compulsório da Espanha. Alguns de seus trabalhos datados deste período trazem tristeza e pessimismo. Um pessimismo que o atingiu nas décadas de 1930 e 1940, em oposição ao otimismo que manteve na passagem do século e o fez investir no americanismo e na revisão historiográfica na Espanha. Em *Confesión de un vencido*, ele fala da sua perda de confiança em certos valores humanos. Aqui suas palavras transparecem a dor, a frustração e a impotência que sentia diante do contexto conflituado. Define seu exílio como “*el derrumbamiento de toda mi*

⁷²⁷ PORTILLA, Ascensión H. de León. *Los exilios españoles. El exilio de Altamira*. Biblioteca Jurídica Virtual – Universidad Nacional Autónoma de México. Site: www.bibliojuridica.org/libros/4/1765/6.pdf. p. 425.

⁷²⁸ Ibidem.

⁷²⁹ VERGARA, R. A. Estudio preliminar. In: ALTAMIRA, R. *La enseñanza de la historia*, op. cit, p. 61.

*vida espiritual y la anulaci3n de m3s de cincuenta a3os de trabajo entusiasta por mi patria y por la humanidad*⁷³⁰. Complementa fazendo uma dura cr3tica ao mundo contempor3neo: “*El mundo est3 dominado por la violencia, la deslealtad, la ausencia de respeto al d3bil y la c3nica imposici3n de todos los dogmatismos por la fuerza*”⁷³¹. De acordo com Ascensi3n Portilla, no ex3lio mexicano, Altamira se dedicou 3 pesquisa, 3 reda33o de livros e artigos para revistas e peri3dicos e ao contato com mexicanos e exilados como ele, espanh3is e estrangeiros em geral. Como tema, al3m da antiga reivindica33o do papel da Espanha no mundo, enfatizou na busca de caminhos para a paz e no entendimento entre os pa3ses. Durante estes 7 3ltimos anos de vida o trabalho docente tamb3m foi intenso. Contribuiu, inclusive, para a cria33o de importantes institui33es como a *Escuela Libre de Derecho*, o *Ateneo de la Juventud* e o *Ateneo Espa3ol de M3xico* e colaborou para a reda33o dos planos de estudos da *Universidad Nacional Aut3noma de M3xico*, al3m de ter formado gera33es de historiadores e juristas no pa3s. Neste peri3odo, se preocupou com o estudo da hist3ria universal e da compreens3o dos homens e da cultura, tentando recuperar o otimismo perdido durante a Guerra Civil Espanhola para “*de esta forma ayudar a dise3ar un futuro m3s prometedor*”⁷³². Ainda no ex3lio, em 1947, foi homenageado com o primeiro pr3mio de Hist3ria da Am3rica pelo *Instituto Panamericano de Geograf3a e Historia* em raz3o de sua obra americanista.

Quando chegou ao M3xico Altamira tinha j3 78 anos. A idade o fez, al3m de produzir novos textos, dedicar-se tamb3m 3 recapitula33o das principais bases do seu pensamento. Deste modo, investiu boa parte do tempo na organiza33o e edi33o de suas obras completas, algumas j3 publicadas anteriormente, outras in3ditas. Rafael Vergara considera que atrav3s desta atividade o historiador espanhol conseguiu recuperar seu otimismo e o sentido para a pr3pria vida. O grande volume de trabalho e sua idade avan3ada n3o permitiram que conclu3sse a colet3nea, mas deixou o projeto bastante adiantando e chegou a enviar para impress3o v3rios volumes, especialmente acerca do direito indiano. Isto n3o apenas no M3xico, mas tamb3m na Argentina, onde, como vimos, Ricardo Levene serviu como uma esp3cie de mediador entre ele e as editoras. Em 1946, por exemplo, encontramos carta⁷³³ de Altamira a Levene reclamando pelo atraso da editora Espasa-Calpe na impress3o de um de seus livros e pedindo sua opini3o sobre as editoras Losada e

⁷³⁰ ALTAMIRA, Rafael. *Confesi3n de un vencido*. Alicante: Instituto de Estudios Juan Gil Albert, 1987. p. 224.

⁷³¹ Ibidem.

⁷³² PORTILLA, A. H. de L. *Los exilios espa3oles...*, op. cit, p. 427-428.

⁷³³ Carta de Rafael Altamira a Ricardo Levene. M3xico, 28 de agosto de 1946. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

El Ateneo para as quais pretendia mandar também alguns de seus volumes revisados. Chega ainda a perguntar diretamente se Levene aceitaria seus textos inéditos para publicação no *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Embora longo, desde os primeiros anos de exílio, Altamira já apresentava saúde bastante debilitada. Em artigo⁷³⁴ para o jornal *La Nación* em 1939, já se dizia velho e descrevia sua visão precária, o que prejudicava seu hábito de leitura. Segundo ele, a fragilidade oriunda da idade avançada lhe permitia conversar consigo mesmo e cultivar suas memórias – imagem de fragilidade que na verdade contrasta com sua intensa atividade intelectual durante o exílio. Neste período vivendo na Holanda, se dizia solitário, mas com uma solidão povoada, por suas memórias e pela atividade como juiz internacional. Aproveita para se dizer sempre desconfiado de juízos absolutos, de visões extremadas e ideias autoritárias, em uma clara referência aos conflitos europeus e, em especial, à violência da Guerra Civil Espanhola que tanto o atingira.

Acrescentamos que Altamira teve a oportunidade de retornar com segurança à Espanha, mas acabou optando pela permanência no México. Ele queria voltar, assim como Fidelino desejava o retorno a Portugal. Porém, concluiu que não valia a pena viver em um país controlado pela ditadura franquista. Nos últimos anos de vida chegou a se declarar incompatível com um regime totalitário. Por isto, preferia permanecer na América até o fim do governo ditatorial, o que sabemos não ter presenciado em razão do seu falecimento muitos anos antes. Deste modo, optou por investir em sua produção intelectual como exilado mesmo diante dos danos materiais e imateriais que ele próprio alegava ter sofrido com o afastamento da Espanha. Virgilio Zapatero, ao tratar das traumáticas consequências do exílio para os intelectuais, diz que Altamira “*había perdido su casa, su familia, sus amigos, su biblioteca, su trabajo, su optimismo y casi, [Altamira] decía, hasta su confianza en el género humano*”⁷³⁵. Para o autor, o exílio traz dois grandes traumas: o abandono de tudo o que se ama e o esquecimento. Isto porque a repressão e o próprio transcorrer do tempo ameaçam apagar as obras e a memória dos exilados. Segundo ele, a ditadura franquista teria conseguido por muito tempo tornar milhares de espanhóis invisíveis. Possivelmente foi por esta razão que Altamira se dedicou no exílio a reunir e reeditar o principal

⁷³⁴ ALTAMIRA, Rafael. La soledad poblada. *La Nación*, 11 de junho de 1939. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

⁷³⁵ ZAPATERO, Virgilio. El legado constitucional del exilio. In: *Espacios y protagonistas del exilio*. Fundación Pablo Iglesias, 3 a 6 de fevereiro de 2006. Dossier 1/2003. p. 6.

do seu pensamento – como na Europa o contexto político dificultava a concretização deste objetivo, o fez na América, foco de suas atenções durante décadas de trabalho como historiador.

Este processo de esquecimento atingiu a obra de Altamira. Durante a ditadura franquista ele praticamente não foi estudado e suas obras não foram reeditadas na Espanha⁷³⁶. O hispano-americanismo por ele defendido foi neste período apropriado pelo conservadorismo católico e perdeu seu conteúdo pacifista e liberal; acabou servindo aos interesses da ditadura. Sua defesa do olhar sobre o passado e as ex-colônias ganhou sentidos bem mais autoritários. Na América Ibérica a ascensão de governos ditatoriais no pós-guerra e a força do imperialismo norte-americano acabaram também tomando a maior parte do espaço antes ocupado pelas ideias hispano-americanas. Seu pensamento e obra voltaram a ser tema de interesse somente a partir do final do século XX quando, após o fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim, o debate sobre integração obteve maior destaque na Europa e na Ibero-América⁷³⁷. Além disto, após a operação franquista de destruição da história democrática na Espanha, o ensino da história voltou a interessar a historiadores e professores nos anos 1970, em consonância com o enfraquecimento da ditadura. Isto explica em parte a publicação da segunda edição do *La enseñanza de la historia* de Altamira apenas em 1997, mais de 100 anos após sua primeira versão incompleta datada de 1891.

Tudo o que vimos discutindo até agora acerca das experiências de exílio de Fidelino de Figueiredo na Espanha, entre 1927 e 1929, e no Brasil, entre 1938 e 1951, e de Rafael Altamira na Holanda, entre 1936 e 1940, na França entre 1940 e 1944, e no México, entre 1944 e 1951, sugere uma breve reflexão sobre reconhecimento e ressentimento. Isto porque o exílio traz em si a representação de obstáculos e limitações que se impõem sobre a busca de reconhecimento e legitimidade. O exílio em si representa uma forma de rejeição à cultura, à religião, à origem ou às ideias de alguém. Uma forma de rejeição bastante extrema que implica o abandono do trabalho, da casa, dos familiares e amigos... Enfim, da própria terra natal, parte fundamental da identidade do indivíduo. A exclusão, a não aceitação, a rejeição, o não ser e não pertencer presentes no

⁷³⁶ As obras de Altamira impressas a partir da década de 1940 foram todas publicadas em países hispano-americanos, sobretudo México, Argentina e Uruguai.

⁷³⁷ Uma série de encontros realizados em homenagem a Altamira entre setembro e novembro de 2010 no México e na Argentina sugerem a retomada do seu debate sobre o hispano-americanismo nos estudos sobre as relações entre a Espanha e a Hispano-América. Uma das presenças a serem destacadas nestes eventos é a de sua neta, a escritora Pilar Altamira, atualmente bastante envolvida na reconstrução da memória do avô pós-ditadura por meio de publicações, institutos e eventos a ele dedicados. Sobre a organização dos encontros aos quais nos referimos, ver reportagem em jornal on-line de Alicante, cidade natal de Altamira: La obra americanista de Rafael Altamira se recuerda en México y Argentina. *Informacion.es* – El periódico de la Provincia de Alicante. Alicante, 29 de setembro de 2010.

exílio acabam por gerar ressentimento, conceito diretamente relacionado ao de reconhecimento. A partir do momento em que falta satisfação com a própria identidade e aprovação do grupo no qual se insere, a busca de reconhecimento acaba transpassada pelo ressentimento. Assim, a oposição entre reconhecimento e ressentimento é parte da própria condição humana moderna.

Para Claudine Haroche⁷³⁸, a busca por reconhecimento nas sociedades democráticas contemporâneas enfrenta um paradoxo situado numa suposta igualdade de direitos não acompanhada por igualdade social. Os indivíduos acreditam que são iguais, mas lidam constantemente com situações que os diferenciam. A igualdade relaciona-se com um direito de reconhecimento pautado no mérito. Reconhecimento que somente adquire validade quando legitimado pelo Outro, o que fortaleceria, no entanto, a desigualdade e o ressentimento. Afinal, se não se possui as características meritórias exigidas se sofre com a desigualdade moral. Por isto, o indivíduo tem necessidade de olhar o Outro e ser olhado e admirado por ele, pois sua legitimidade, de suas ações e ideias, depende do olhar do sujeito sobre si mesmo e dos Outros sobre ele. Conforme demonstrou Louis Dumont⁷³⁹ a partir da sociedade de castas indiana, enquanto nas sociedades hierárquicas a distância entre os diferentes grupos sociais e seus papéis bem definidos geram uma busca de reconhecimento mais limitada ao grupo e, em geral, já vivenciada, nas sociedades democráticas esta busca se dá numa esfera bem mais ampla marcada por grandes diferenças concretas, mesmo que na teoria haja um discurso de igualdade. O reconhecimento pauta-se, deste modo, numa relação direta com a sociedade a qual pertencemos e nos valores morais, políticos e econômicos que a fundamentam. Por isto, “o direito ao respeito põe em jogo sentimentos significativos em particular a representação de si, a integridade, a dignidade, o valor moral que um homem possui a seus próprios olhos, mais ainda aos olhos da sociedade”⁷⁴⁰.

Claudine Haroche fala ainda, lembrando Freud, do mal-estar das sociedades contemporâneas fruto da incapacidade dos direitos jurídicos, políticos e morais em atenderem a

⁷³⁸ Cf. HAROCHE, C. Les paradoxes de l'égalité..., op. cit.

⁷³⁹ O autor, católico, foi um dos principais colaboradores da revista francesa *L'Esprit*: DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus*. SP: EDUSP, 1992. Para uma continuação do debate, confira do mesmo autor: DUMONT, Louis. *Homo Aequalis*. SP: EDUSC, 2000. Esta forma de interpretação da relação reconhecimento/ressentimento nas sociedades democráticas modernas pode ser encontrada em artigo que a desloca para o caso da sociedade argentina, cf. LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o ressentimento (e os argentinos). *Novos Estudos CEBRAP*, n. 64, novembro de 2002. p. 33-45.

⁷⁴⁰ HAROCHE, C. Des formes et des manières..., op. cit, p. 107. No original: “Le droit au respect met en jeu des sentiments signifiant en particulier la représentation de soi, l'intégrité, la dignité, la valeur morale qu'un homme possède à ses propres yeux, mais encore aux yeux de la société”.

todos igualmente. Isto gera a frustração dos desejos e necessidades que nasceriam, paradoxalmente, da democracia. Segundo Freud⁷⁴¹, os homens buscam a felicidade permanente e constante mantendo uma meta de satisfação que nunca é abandonada, mesmo diante do sofrimento. Buscam, assim, diferentes caminhos para a satisfação e a felicidade, mas não há algum que possa fazê-lo com toda segurança. Com isto, o não atendimento dos desejos e da busca por felicidade produz, por sua vez, a frustração das expectativas individuais e, um conseqüente, ressentimento diante do esperado e não realizado. Portanto, “o ressentimento aparece então como uma resposta inconsciente, efeito longínquo de uma angústia ignorada, recalcada, ligada ao sentimento ameaçador de uma negação da existência”⁷⁴². Isto porque, segundo Tzvetan Todorov, o reconhecimento é responsável pela entrada do indivíduo na existência humana. Quando falta reconhecimento surgem sentimentos de frustração, desgosto, decepção e angústia, porque a própria existência enquanto ser humano foi negada. A perseguição, o afastamento e a exclusão que caracterizam o exílio são formas claras de se negar reconhecimento e, conseqüentemente, a existência a alguém. O mesmo autor aponta duas etapas na busca do reconhecimento: a primeira seria o reconhecimento de nossa própria existência e, a segunda, a confirmação do nosso valor. Esta dissociação seria fundamental por provocar reações específicas: “podemos ser indiferentes à opinião dos outros, mas não conseguimos ficar insensíveis à falta de reconhecimento de nossa própria existência”⁷⁴³; à nossa invisibilidade diante do Outro.

Traçamos, ao longo de nossa trajetória, caminhos específicos para o alcance do reconhecimento e da legitimidade, pois vivemos diante de um todo social ao qual queremos pertencer e do qual desejamos admiração ou respeito. A rejeição deste mesmo grupo, a rejeição da terra natal, do lugar de origem, produz insatisfação e a sensação de não se ter um lugar específico. O não acolhimento gera decepção e ressentimento diante da incompreensão e da intolerância. O próprio Todorov lembra que desde o nascimento o ser humano é inserido numa rede de relações sociais que deve reconhecê-lo. Ao longo da vida, o indivíduo busca, além disto, conferir sentido, significado a esta existência e se utiliza de vários caminhos condizentes com a cultura e o grupo social do qual faz parte. Caso este reconhecimento não seja alcançado, o

⁷⁴¹ Cf. FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Edição Standard Brasileira das obras completas de Freud. V. XXI. RJ: Imago Editora, 1969. p. 81-171.

⁷⁴² HAROCHE, Claudine. Elementos para uma antropologia política do ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.) *Memória e (Res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 340.

⁷⁴³ TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: Ensaio de antropologia geral*. Campinas: Papyrus, 1996. p. 94.

indivíduo apresenta diferentes tipos de reação: a obtenção de aprovação, tentando conquistá-lo novamente e fazer melhor da próxima vez; o reconhecimento de substituição, a partir da transgressão da regra comum que não foi capaz de integrá-lo; e a renúncia, através da recusa do contato com o mundo externo a si mesmo. Embora não estejamos interessados em nenhum tipo de classificação, talvez a reação de Fidelino ao exílio enquanto não reconhecimento tenha sido a tentativa de reconquistá-lo, de tentar de novo a fim de ser aceito, como fez ao voltar para Portugal em 1929, após sua estadia na Espanha, e em 1951, depois de treze anos no Brasil. Altamira, como vimos, também desejou este retorno ao país de origem, mas não no contexto político no qual ele se encontrava. Acabou morrendo antes de concretizar seu desejo de ver a Espanha redemocratizada. De todo modo, ambos buscaram a ruptura com o isolamento através do diálogo com seus pares de diferentes nacionalidades e da produção intelectual e do trabalho docente no exílio. Afinal, se somente consideramos nossa existência subjetiva relacionada ao olhar e ao reconhecimento do Outro sobre nós, inserir-se no intercâmbio cultural e de ideias e rever a própria obra, é reafirmar a existência de si, para si e para os Outros. Recorrendo pela última vez a Todorov, é, neste sentido, muito apropriada a reprodução de suas palavras:

Ora, devemos sempre retornar a isso, não existe o eu previamente constituído, tal como o capital transmitido em herança, que poderia ser dilapidado ao distribuí-lo aos demais ou, então, cuidadosamente trancado no cofre para mais tarde aproveitá-lo à vontade. O eu somente existe nas relações e pelas relações com os outros: intensificar o intercâmbio social significa intensificar o eu.⁷⁴⁴

O desejo de retorno de Fidelino e Altamira à Península Ibérica sugere a busca pela retomada da vida que tinham antes do exílio, de voltar a ser e a pertencer, de retomar uma identidade que lhes conferiria uma, talvez ilusória, sensação de estabilidade. No Brasil e no México, Fidelino e Altamira viviam em países com a mesma língua e relações históricas e culturais muito próximas com seus lugares de origem, mas não se sentiam em casa. Não se sentiam parte do mundo que prioritariamente desejavam que os reconhecesse. É como se intelectuais de diversos países pudessem reconhecê-los, mas, se seus países não fizessem o mesmo, faltava algo. Suas identidades estariam incompletas. Há, de certo modo, uma relação entre o exílio, a perda e a reorientação e autorreflexão acerca da própria trajetória intelectual. Esta perda não pode ser reduzida a ponto de ser vista como positiva, como lembrou Edward Said, pois traz um sem-número de frustrações intelectuais, profissionais, políticas e afetivas. Não podemos,

⁷⁴⁴ Ibidem, p. 159.

contudo, deixar de perceber em Fidelino e Altamira a presença de um ressentimento que produz resultados positivos: os fez produzir conhecimento como forma de suavizar a dor e a frustração do exílio e do não acolhimento. A produção intelectual pode ser uma forma de superação da sensação de não ser e não pertencer provocada pelo exílio. De suavizar e/ou manifestar o ressentimento oriundo do não acolhimento em seus países ou grupo social de origem. A escrita e o diálogo com seus pares intelectuais são parte das alternativas por eles criadas para a superação do ressentimento.

O exílio que afastou Fidelino e Altamira de Portugal e da Espanha, por outro lado também os aproximou das antigas colônias americanas. Isto ocorreu na medida em que o contexto de guerras e radicalização política europeu levou a se pensar a América como uma alternativa pacífica, um refúgio para intelectuais ibéricos insatisfeitos, inadaptados e perseguidos em seus países. Como exilados eles se angustiaram e ressentiram, mas ao mesmo tempo puseram em prática suas ideias americanistas. Daí a relevância do exílio como tema neste último capítulo. Ricardo Levene e Max Fleiuss não viveram estas experiências. Em meio a mudanças de monarquia para a república ou a formas autoritárias de governo foram se adaptando e conquistando novos espaços políticos e institucionais que os mantiveram atuantes diante das transformações políticas em seus países. Além disto, não chegaram a viver as ditaduras militares argentina e brasileira, implantadas a partir das décadas de 1960 e 1970 – Levene morreu em 1959 e Fleiuss em 1943. Fidelino e Altamira, ao contrário, experimentaram os governos autoritários das décadas de 1920 e 1930 na Península Ibérica e a ascensão de Salazar e Franco. Foram perseguidos e exilados. Ambos viveram um total de 15 anos de suas vidas no exílio. Boa parte deles na Ibero-América. Para os dois o exílio teve fim no mesmo ano, 1951 – Fidelino pelo retorno a Portugal e Altamira em razão do seu falecimento aos 85 anos de idade. Coincidências que aproximam suas trajetórias pessoal e profissional. Embora distintos ideologicamente viveram as consequências da radicalização política e da violência que assolaram a Europa no início do século XX. Uma Europa que produziu toda uma geração de intelectuais exilados na América Ibérica, na África e nos Estados Unidos. O exílio coincidiu entre estes indivíduos tornando-se uma experiência fundamental não apenas para Fidelino e Altamira, mas para toda uma geração. O não ser e não pertencer inerentes ao exílio compuseram boa parte do seu pensamento e da sua obra.

Uma suposta função pacifista da história, que havia se fortalecido após a Primeira Guerra, durante as décadas de 1930 e 1940, com a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra, ganhou ainda maior destaque no pensamento destes intelectuais. Tanto Fidelino, com sua visão cosmopolita, quanto Altamira, defendendo uma história geral da civilização que integrasse as diferentes culturas, viram na pesquisa e no ensino da história a possibilidade de evitar animosidades através do conhecimento mútuo e recíproco. Esta pauta que vimos extremamente presente nos discursos de historiadores brasileiros e argentinos também estava em voga na Europa. Era uma ideia que circulava nas duas margens do Atlântico, conferindo ao conhecimento histórico sentido político e caráter de utilidade para o presente. A história no início do século XX ainda era capaz de ensinar, de educar, de contribuir para a formação do presente e do futuro, já que poderia dirimir ódios e inimizades. Acreditamos que a experiência do exílio tenha contribuído para acentuar ainda mais esta percepção da história como necessária para suavizar os conflitos e as angústias do presente, o que nos é sugerido pela própria produção intelectual de Fidelino e Altamira durante e após o exílio. Olhar para as outras culturas, se aproximar delas e compreendê-las foram exercícios favorecidos pela história e, na prática, pelo exílio. Lembramos ainda que o exílio na Ibero-América aproximou ainda mais estes historiadores ibéricos de historiadores brasileiros e argentinos com os quais já dialogavam há décadas. Favoreceu o encontro entre dois lados do Atlântico que desde a década de 1890 tentavam uma reconciliação por diferentes vias.

Neste último capítulo, portanto, propusemos o deslocamento do olhar sobre a Ibero-América, nosso foco na tese, para a Península Ibérica a partir de dois personagens centrais já abordados de forma tangencial nos capítulos anteriores. Vimos que reflexões eram produzidas em Portugal e na Espanha acerca das ex-colônias americanas e o quanto estas também serviam de caminho para a modernização e a conquista de legitimidade destes países. A reconciliação no início do século XX interessava tanto às antigas metrópoles quanto às antigas colônias. Fidelino e Altamira servem como janela de reflexão privilegiada para este interesse ibérico, sobretudo no campo historiográfico. Por isto, traçamos aqui um percurso iniciado com as proximidades intelectuais e o contato pessoal entre eles. Em seguida, pensamos a revisão historiográfica proposta por ambos em seus países e que, dentre outros fatores, tinham como objetivo a elaboração de novos olhares sobre as antigas colônias. Ademais, pudemos acompanhar o contato de Fidelino com a geração de 1898 e os revisionistas espanhóis, dentre os quais estava Altamira,

que acabaram influenciando seu pensamento em diferentes temas como a morte, a escrita da história, a modernização ibérica e as próprias relações com as antigas colônias. Lembrando que Fidelino visitou a Espanha e, posteriormente, lá se exilou no período de ascensão das ideias americanistas. Para finalizar, propusemos o exílio como uma experiência que os une, sendo, ao mesmo tempo, marcante, produtivo e doloroso para eles e sua geração. Exílio que também os colocou na prática diante da realidade ibero-americana. Assim, pudemos acompanhar de forma mais detalhada como se desenhou uma via de mão dupla que reaproximou antigas metrópoles e colônias nas primeiras décadas do século XX e que identificava na história, de um lado, um objeto de reflexão e, de outro, um instrumento privilegiado de ação sobre o presente e o futuro.

Como vimos no decorrer de toda a tese, muitas eram as demandas a serem atendidas e a história era parte importante neste processo. Também não eram poucos os problemas que envolviam esta reaproximação. Um deles era superar a lusofobia e a hispanofobia prevalentes após as independências na Ibero-América e, simultaneamente, combater o olhar desqualificador direcionado por portugueses e espanhóis aos ibero-americanos. Fidelino e Altamira investiram nestas rupturas e, mesmo que não tenham concretizado grande parte de seus objetivos, suas ideias ganharam visibilidade notável na América e na Europa. Para concluir, podemos dizer, então, que a influência norte-americana na Ibero-América, hegemônica a partir da Segunda Guerra, encontrou forte resistência de intelectuais portugueses e espanhóis nas primeiras décadas do século XX. Resistência que foi também de brasileiros e argentinos, membros da classe dominante, que viam na formação católica ibérica traço fundamental na construção de uma identidade nacional e ibero-americana. Para eles, o imperialismo protestante norte-americano não era bem-vindo. Católicos ou não, os historiadores que trabalhamos reconheciam o peso da tradição católica na formação histórica e social de seus países. Permitir a entrada dos Estados Unidos representava também permitir que uma cultura que desqualificava e rejeitava esta tradição ganhasse espaço política, econômica e culturalmente. Significava ainda perder a influência sobre uma região que simbolizava o poder conquistador ibérico. Assim, temerosa e fragilizada, a Península olhou para a América Ibérica em busca de um passado que, no presente, fosse capaz de inseri-la na modernidade. Fidelino e Altamira são partes deste processo e tentaram conjugar tradição e modernidade através da releitura da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“CONHECIMENTO RECÍPROCO BRASILEIRO-ARGENTINO”⁷⁴⁵: PASSADO E PRESENTE NAS RELAÇÕES IBERO-AMERICANAS

As relações culturais no campo internacional objetivam proporcionar maior compreensão e aproximação entre os povos. No campo da diplomacia, a cultura constitui uma maneira de criar um ambiente propício ao entendimento por meio do intercâmbio de ideias, experiências e patrimônios.⁷⁴⁶

A citação acima foi retirada da página eletrônica do Ministério das Relações Exteriores no ano de 2010. Nela as relações internacionais pelas esferas cultural e intelectual são elevadas à categoria de promotoras da aproximação e da compreensão entre os países. O intercâmbio de ideias aparece como uma política diplomática profícua e eficiente. Na mesma página, consta o desejo de divulgar uma imagem do Brasil baseada na diversidade, na tolerância e na renovação constante. Um país único, mas com muitas afinidades com os países vizinhos. Segundo o discurso oficial do Itamaraty, “esse processo de conhecimento mútuo estimula a compreensão da imagem do Brasil no exterior e gera familiaridade com a realidade do país”⁷⁴⁷. Com este objetivo, o Ministério vem consolidando seus investimentos nas áreas cultural e educacional, além, claro, das esferas política e econômica.

Este processo de integração regional foi ampliado, especialmente, a partir da assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, pelos governos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O acordo formalizava a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) expressando a “vontade política de deixar estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita”⁷⁴⁸ entre os povos da hoje chamada América Latina. Situado no âmbito comercial, o Tratado apresentava a integração como condição prioritária para o desenvolvimento econômico dos países nele envolvidos. Num contexto de formação de blocos econômicos internacionais, o Mercosul representaria, de acordo com seu texto oficial, um avanço no processo de desenvolvimento integrado da América Latina. A partir de 1996, contou ainda com a adesão do Chile e da Bolívia

⁷⁴⁵ Conhecimento recíproco brasileiro-argentino. *A Manhã*, 19 de janeiro de 1944. Material da Comissão de Cooperação Intelectual. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁷⁴⁶ Difusão Cultural. Site do Ministério das Relações Exteriores: www.itamaraty.gov.br. Acesso no dia 16 de junho de 2010.

⁷⁴⁷ *Ibidem*.

⁷⁴⁸ Tratado de Assunção. Página Brasileira do Mercosul: www.mercosul.gov.br. Acesso no dia 16 de junho de 2010.

e, recentemente, da Venezuela. Além do Mercosul, a Unasul, constituída por 12 países da América do Sul, contribui para aproximá-los cultural, política e economicamente. Criada desde 2004 com o nome Comunidade Sul-Americana de Nações, a partir de 2007 se tornou União das Nações Sul-Americanas (Unasul) de forma a enfatizar o compromisso entre os países que a compõem. Nela é priorizado o diálogo político, além de medidas educacionais, sociais, estruturais e ambientais. Sabemos, portanto, que estas políticas integracionistas têm adquirido cada vez maior destaque na esfera latino-americana de modo a serem percebidas como um dos principais caminhos para o fortalecimento da região diante do mundo globalizado e da hegemonia política, militar e econômica norte-americana. Nelas, o Brasil possui papel de liderança, acompanhado da Argentina. Parceria considerada necessária para o bom desempenho destes projetos comuns. Juntos estes países seguem apresentando à região, mesmo com mudanças de governo, a possibilidade de construção de autonomia através do diálogo em diferentes âmbitos.

Abordar estas questões, mesmo que brevemente, é importante para atualizar o debate que propusemos nesta tese. Assim, é possível perceber o caráter latino-americano da pesquisa e sua inserção em um contexto de políticas integracionistas cujo discurso oficial em muito lembra aquele que políticos e historiadores utilizavam nos empreendimentos que analisamos. Resguardadas as diferenças contextuais, podemos dizer que projetos como a *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* e as *Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana* e de *Autores Argentinos traduzidos ao Português*, a troca de publicações, a realização de congressos internacionais e as muitas atividades de intercâmbio cultural e intelectual entre Brasil e Argentina representaram o início desta busca por diálogo que se dá ainda hoje na América Latina – na tese tratada como América Ibérica, uma vez que expandimos a discussão acerca da escrita da história ao processo de reaproximação com as ex-metrópoles. Claro que no final do século XX e início do século XXI falar em integração latino-americana nos remete a uma referência ideológica de esquerda, a uma visão integracionista relida ao longo do século passado que hoje representa resistência e vincula-se não apenas a uma perspectiva governamental, mas também a movimentos sociais e a formas de integração das populações que foram atingidas pela desqualificação moral na região. Objetivos diferenciados daqueles ainda embrionários que aqui apresentamos e que, como dissemos várias vezes, vinculavam-se muito mais aos interesses das classes dominantes e a governos autoritários. Contudo, acreditamos que em diversos sentidos os discursos, que se distinguem histórica e ideologicamente, se encontram numa conclusão comum:

a de que o diálogo e a integração são os caminhos mais profícuos para a conquista de autonomia, reconhecimento e legitimidade para a América Ibérica ou Latina.

O artigo do qual retiramos a citação que consta no título destas considerações finais é exemplar nesta discussão. Em *Conhecimento recíproco brasileiro-argentino*, o jornal brasileiro *A Manhã* defendia que o intercâmbio cultural seria um dos principais fatores para a aproximação e a compreensão mútua entre os países do continente. Noticiando a visita de professores brasileiros a Argentina, a reportagem diz que a viagem contribuiu para ampliar o conhecimento entre os dois países e para a promoção de ações coletivas com este mesmo objetivo. De acordo com o jornal, em horas difíceis, como aquela em que o mundo vivia pela segunda vez uma guerra de proporções mundiais, iniciativas deste tipo eram fundamentais para ensinar aos países as possibilidades de construção da paz e o papel dos intelectuais de diferentes áreas neste processo. Nas palavras publicadas no periódico:

Em horas aziagas para a civilização, como são estas da segunda grande guerra do século, essa reciprocidade na ação dos homens de cultura de um e de outro país não só afirma os fins do bem público de ambos os povos, como estimula e ensina a todos os demais da América ao mesmo tempo que mostra como os intelectuais, os pensadores, os mestres da pena e da palavra aceitam e cumprem o dever de difundir as idéias, os tesouros da inteligência, para o melhor conhecimento argentino-brasileiro.⁷⁴⁹

O artigo é complementado com ênfase ainda maior na função de ensinamento dos intelectuais, de “educar em favor do conhecimento recíproco e educar com ideais definidos neste continente”⁷⁵⁰. Esta seria “a obra suprema dos privilegiados pelo espírito”⁷⁵¹. A atuação destes intelectuais seria a antítese do poder dos exércitos, tão em evidência naquele momento.

Vimos que este mesmo discurso encontrou notável aceitação na Argentina entre diferentes intelectuais. Lá a união continental também foi vista como uma alternativa pacífica aos conflitos oriundos das duas grandes guerras. Em conferência proferida em 1942 no *Colegio Libre de Estudios Superiores de Buenos Aires*, o professor Jorge Eduardo Coll⁷⁵², estudioso do Brasil e próximo a figuras como o embaixador Ramón Cárcano e o próprio Ricardo Levene, falava da importante tarefa assumida naquele período pelo país vizinho. Tarefa que teria como principal

⁷⁴⁹ Conhecimento recíproco brasileiro-argentino, op. cit.

⁷⁵⁰ Ibidem.

⁷⁵¹ Ibidem.

⁷⁵² Cf. COLL, Jorge Eduardo. *Brasil en la cultura de América*. (Conferencia realizada en el Colegio Libre de Estudios Superiores). Presentación de Ramón Cárcano y palabras del Exmo. Embajador de los Estados Unidos del Brasil José de Paula Rodrigues Alves. Buenos Aires, 1942. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

consequência a ruptura com um olhar mais voltado para a Europa do que para si mesmo. Este seria, em sua opinião, um grande problema da América Ibérica e os intelectuais teriam o papel de combatê-lo. Exemplos importantes neste combate seriam, segundo Coll, a atuação da diplomacia brasileira, de Ramón Cárcano como embaixador no Brasil e de Ricardo Levene a partir da *Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana*. Com isto, o professor defende que a paz continental seria responsabilidade conjunta do Brasil e da Argentina, o que tornava as relações entre Vargas e Justo fundamentais naquele momento. Fundamentais para acabar com preconceitos e sectarismos, pois a América se encontrava em risco e somente a solidariedade entre seus países seria a solução para seus problemas. Discurso este que não era apenas de Jorge Coll, mas sim inspirado nas questões conjunturais e na visão oficial de defesa das relações argentino-brasileiras.

Observamos, assim, que os argumentos encontrados atualmente nos discursos oficiais sobre a integração latino-americana não estão inteiramente afastados daqueles que permeavam os interesses oficiais nas décadas de 1920, 1930 e 1940. No caso do artigo do jornal *A Manhã*, falamos do contexto nacionalista e autoritário do Estado Novo. Falamos de um país bastante distinto daquele no qual o Tratado de Assunção foi assinado décadas depois. Porém, o tom do discurso se assemelha ao olhar do Itamaraty sobre o papel da cultura e da educação nas relações internacionais ainda hoje. Além disto, se na década de 1990 e atualmente, no início do século XXI, não vivemos grandes guerras europeias, vivemos sim graves conflitos regionais que produzem consequências globais e geram o medo e a necessidade cada vez maior da reunião de países em acordos políticos, culturais e econômicos com fins pacíficos e de fortalecimento. Arriscamos-nos a dizer que após o enfraquecimento das políticas integracionistas, com a ascensão do peronismo na Argentina e o fim do período Vargas no Brasil, as últimas décadas do século XX formam o período de maior destaque na tentativa de promoção destes diálogos. O próprio Mercosul e a Unasul seriam uma retomada, muito mais ampla e atualizada, de uma série de empreendimentos de integração entre Brasil e Argentina que se deram nas décadas analisadas nesta tese. Alguns dos seus pontos mais importantes se assemelham às justificativas construídas em torno da *Biblioteca de Autores* e da *Revisão dos Textos de Ensino de História*. Os temas, por exemplo, recomendados pelo governo brasileiro para trabalho nas escolas de modo a favorecer o desenvolvimento da integração latino-americana lembram os objetivos destes empreendimentos. Segundo as orientações do Ministério das Relações Exteriores:

Os temas centrais da integração educacional são o ensino obrigatório dos idiomas espanhol e português, o reconhecimento dos diplomas universitários, a mobilidade de alunos e professores, o estímulo à pesquisa, o incentivo à leitura, a criação de bibliotecas, o intercâmbio entre cursos de pós-graduação e a capacitação de funcionários públicos para atuação no Mercosul, entre outros.⁷⁵³

Ao mesmo tempo, os jovens continuam sendo o principal público alvo destes investimentos, como demonstra o elevado interesse na área educacional. Isto porque eles, evidentemente, continuam sendo vistos como representantes do futuro a partir dos quais seria possível construir uma identidade comum latino-americana e um porvir democrático e de paz. Educar os jovens nestes princípios integracionistas permanece uma das mais importantes metas destes investimentos, pois, assim, se construiria um presente e um futuro pacíficos, baseado no diálogo e no intercâmbio, o que fortaleceria a região. O Itamaraty chegou a prever a instalação em 2010 de um Parlamento Juvenil que “visa promover o intercâmbio cultural e a formação de uma identidade comum entre os jovens da região, baseada em valores como respeito à democracia, ao meio ambiente e à paz”⁷⁵⁴. Provavelmente, o único tema recente acrescentado a estes argumentos é o meio ambiente, além de uma visão de democracia distinta dos governos autoritários de Vargas e Justo nos anos 1930. O restante apresenta elos notáveis com a perspectiva integracionista presente nos projetos de Levene, Fleiuss e seus pares intelectuais brasileiros e argentinos na primeira metade do século XX. Atualmente este debate é tão relevante que o Parlamento do Mercosul, criado no Uruguai em 2007, “prevê a inclusão obrigatória da disciplina História da Integração da América Latina nos currículos escolares dos Estados Parte”⁷⁵⁵. Isto comprova a atualidade e o impacto da análise sobre os diálogos entre Brasil e Argentina – e destes países com suas antigas metrópoles – acerca da escrita da história na integração latino-americana. A reflexão proposta nos permite compreender o quanto este debate, que nos é tão contemporâneo, produziu frutos já no início do século XX.

Pensar os diálogos sobre a escrita da história entre Brasil e Argentina permitiu a compreensão de ao menos algumas das muitas questões que os envolviam naquela época. Algumas bastante distantes das que hoje preocupam políticos e intelectuais relacionados aos projetos de integração regional. Outras, como a conquista de alteridade e autonomia, mais

⁷⁵³ *Mercosul Social e Participativo. Construindo o Mercosul dos povos com democracia e cidadania*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República; MRE; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. p. 41.

⁷⁵⁴ *Ibidem*, p. 43.

⁷⁵⁵ *Ibidem*, p. 25.

próximas, embora com distintas nuances. Permitiu ainda perceber como ibero-americanismo e catolicismo se complementaram em busca de um caminho (dentre os muitos possíveis) para a superação da desqualificação e a conquista de alteridade na América Ibérica. Este é um problema central que esteve presente ao longo de toda a tese: a força do catolicismo na elaboração destas novas formas de relação entre as ex-colônias e delas com suas ex-metrópoles. Acreditamos, em especial, que a retomada das relações entre Igreja e Estado, a tentativa da Igreja Católica de recuperar o espaço perdido diante da modernidade e a crise do pensamento católico em meio à radicalização política foram fatores que influenciaram diretamente na construção de um pensamento histórico revisado no Brasil e na Argentina. Embora isto tenha ocorrido em meio aos encontros e desencontros entre liberalismo e conservadorismo e que em alguns historiadores tenha ganhado matizes mais suaves.

Ressaltar as matrizes europeias católicas da América Ibérica era uma maneira de reagir ao avanço protestante norte-americano e garantir para o catolicismo o papel de precursor na formação do chamado Novo Mundo e do processo de mundialização. Nem todos apoiaram esta perspectiva, mas vimos que tanto liberais quanto grupos nacionalistas católicos mais radicais perceberam nesta herança ibérica uma forma profícua de conferir supostas coesão e unidade à pluralidade de seus países, cuja população provinha em grande parte da imigração. O ibero-americanismo, a ênfase nas matrizes ibéricas, tem muito a ver com este contexto de redefinição do ser católico. Muito da visão de uma América católica, pacífica, fraterna, unida e filha dos países ibéricos projetada ainda hoje para o exterior vem deste período de revisão histórica no qual o passado colonial deixou de ser percebido pela história oficial como apenas negativo e se tornou elo comum entre países vizinhos envolvendo-os em propostas integracionistas. Afirmção relacionada diretamente a nossa hipótese que acreditamos ter sido comprovada ao longo do trabalho. Daí provém a imagem atual divulgada pelo Itamaraty de um Brasil marcado pela diversidade e pela tolerância, o que deve, segundo sua diplomacia, inspirar as relações internacionais. Parece que aquilo que os historiadores que estudamos pensaram construir em termos de cordialidade, americanidade e solidariedade para o futuro da América Ibérica produziu certos frutos que podem ser percebidos no presente. A história mestra da vida, que ensina e constrói, deixou resquícios para o futuro que hoje podem ser por nós captados nos objetivos integracionistas que envolvem empreendimentos como o Mercosul.

Para a compreensão destas questões e a comprovação da hipótese principal, partimos da ideia de que profundamente vinculada a questões políticas e ideológicas, a história foi também objeto de reinterpretações e revisões nas primeiras décadas do século XX de modo a refletir as transformações sociais vividas em seu entorno. Deste modo, modernizar implicava, dentre outros aspectos, uma nova forma de olhar o passado, sob inspiração de novos objetivos e interesses, ou com velhos objetivos, mas partindo de demandas contemporâneas. Assim, vimos que estudar e escrever a história é um exercício dinâmico de constante atualização diante do presente que impõe inúmeras questões e do futuro que se pretende construir e em cuja elaboração os historiadores possuem importante participação. Estudar e escrever a história exigia um movimento dinâmico de diálogo com o Outro que enriquecia e complexificava o que era produzido. Assim, de um modo geral na tese, seguimos as orientações de Carl Schorske⁷⁵⁶ quanto a pensar com a história e, com isto, não apenas utilizar o passado como objeto de estudo, mas partir do presente, de suas demandas e de seus problemas sociais, políticos e ideológicos para melhor observá-lo. Ao invés de distante, este passado estaria tão presente em nossas trajetórias que ainda o viveríamos mesmo que sob outras formas, muitas vezes mais revistas do que renovadas. Isto nos ajudaria a descortinar o peso que o passado exerce sobre o presente a partir de seus efeitos de permanências e longa duração. Por isto, este trabalho se constituiu também em um esforço de compreensão do presente, para além do simples conhecimento do passado.

Preocupados com o presente, e mais ainda, com a construção do futuro estavam também historiadores como Ricardo Levene e Max Fleiuss. Daí a ênfase na organização de arquivos e no trabalho com fontes e o olhar para a história nacional relacionada à história da América em um período no qual eram buscados o diálogo e a aproximação entre seus diferentes países. Além disto, foram muitos os investimentos no diálogo conjunto entre importantes instituições históricas: no Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; na Argentina, a *Junta de Historia y Numismática Americana/Academia Nacional de la Historia*. Diálogo que envolveu a reaproximação com as antigas metrópoles, ibero-americanismo, catolicismo e uma visão de história que orienta o presente e o futuro. Por isto, ofereceu ampla margem para a comprovação da hipótese principal da tese. As trocas de publicações promovidas pelo Itamaraty permitiram, ao mesmo tempo, um olhar sobre a imagem de Brasil então construída para o exterior: um Brasil naturalmente rico, unido, tolerante e católico. Visão condizente com o contexto varguista, nas

⁷⁵⁶ SCHORSKE, C. *Pensando com a história*, op. cit.

décadas de 1930 e 1940, e que, como dissemos, deixou marcas na política externa do Itamaraty ainda no início do século XXI.

No trabalho, lembramos ainda que ao falar da escrita da história no Brasil e na Argentina em um momento de mudanças e transformações tratamos de uma série de características que desqualificam estes países nas lutas pela presença no cenário internacional. Afinal, a partir de um olhar europeu as sociedades ibero-americanas eram povos incivilizados e inferiores. Eram ex-colônias, marcados pela escravidão, pela presença indígena e pela miscigenação. Porém, objetivava-se historicamente deixar de sê-lo e, para isto, instituições como o IHGB e a Junta/Academia elaboraram estratégias que auxiliaram numa releitura da própria imagem por si mesmas e pelos europeus que lhes conferiam legitimidade. Falar de uma reflexão sobre a história desenvolvida na América Ibérica é, portanto, tratar desta gama de elementos que complexificam a construção de um conhecimento sobre seu próprio passado. Mais do que construir uma memória a partir de tradições, era preciso construir caminhos modernos. Isto porque eram mantidos valores tradicionais, mas a tradição e a história traziam muitas marcas de desqualificação que dificultavam a aceitação diante do Outro. Portanto, a tradição deveria ser também modernizada; relida de acordo com novos valores para que a desqualificação fosse suavizada diante dos padrões modernos de civilização. O problema é que durante boa parte do século XIX o Brasil e a Argentina foram interpretados a partir de teorias positivistas diante das quais eram excluídos, não ocupavam lugar nenhum, porque eram uma mistura de muitas etnias, povos, religiões e culturas. Além disto, este positivismo pregava uma visão de mundo excessivamente racionalista, cientificista, baseada em causas e consequências e numa visão de tempo linear que os aprisionava nos efeitos de suas formações históricas. Seriam ainda bárbaros e teriam que percorrer um caminho longo, calculado e bem definido, que os levaria à civilização. Assim, não teriam saída.

Viviam um dilema: não queriam apagar por completo as tradições que constituem a história ibero-americana, mas era preciso demonstrar que não estavam atrasados em relação à Europa. Procurava-se, portanto, um caminho bem adaptado aos objetivos dominantes. Discutiam a integração ibero-americana e a escrita ou releitura da história ocupava um papel essencial neste exercício de reflexão. Porém, se a imagem de Brasil e Argentina transmitida ao Outro requeria aceitação, seria necessário apagar ou amenizar as marcas de desqualificação, o que levaria à segregação da maioria da população destes países e a fantasias intolerantes de branqueamento populacional. Assim, queriam ser europeus, mas já que isto seria impossível, tentariam investir na

legitimação do ibero-americano, mesmo que, evidentemente, um ibero-americano que atendesse aos interesses das classes dominantes. Interesses excludentes, autoritários e marcados pelo racismo e pela desqualificação daqueles que são vistos como inferiores dentro de seus próprios países. Interesses que são refletidos nas políticas públicas e que exigem das classes populares um esforço histórico e social ainda maior na tentativa de autoqualificação e demarcação do seu espaço na sociedade. Esforço que se manifesta até hoje no contexto latino-americano. Para os historiadores representantes destes interesses das classes dominantes, tornava-se necessário ver com maior otimismo a própria história e, mais ainda, legitimar esta construção otimista, suavizada, pacificada e harmônica da sociedade.

Neste ponto, vimos que o neotomismo serviu como inspiração para a escrita da história entre as décadas de 1920 e 1940 tanto no Brasil quanto na Argentina. Ele teria auxiliado historiadores brasileiros e argentinos, ora mais ora menos conservadores, a conjugarem fé e razão e religião e ciência e, assim, oferecido uma alternativa à visão de tempo linear positivista. Esta construção ajudaria a “salvar” os países ibero-americanos e ainda oferecia uma possibilidade de acelerar o processo de construção de sua autoqualificação. Assim, vivendo um conflito entre tradição e modernidade, historiadores brasileiros e argentinos no início do século XX acabaram acrescentando conteúdos modernos a formas tradicionais de modo a alterar ou reestruturarem as práticas historiográficas em seus países. Deste modo, o próprio campo da história vivia as tensões deste período marcado por rupturas e continuidades, mudanças e permanências. Acreditamos que a própria busca por elementos de unidade diante desta multiplicidade de culturas, idiomas e religiões refletia a procura de uma universalidade que englobaria o todo social numa perspectiva hierarquizada, mas harmônica. A partir desta reflexão pudemos, inclusive, interpretar a retomada dos diálogos entre ex-colônias e ex-metrópoles como parte de um olhar tomista sobre a história preocupado com a universalidade e com a unidade. Nesta perspectiva a história ibero-americana seria um capítulo da história ibérica, o que, de certo modo, qualificava os países ibero-americanos ao ressaltar suas matrizes europeias. Evidentemente, não podemos generalizar ou falar em hegemonia das tendências que aqui apontamos, mas podemos dizer que o positivismo foi abalado em sua predominância a partir da década de 1920 de modo a abrir espaço para a influência de elementos religiosos na intelectualidade e na história no Brasil e na Argentina. Parece que juntos estes países refletiram sobre a modernidade e a história e

procuraram saídas cristãs para a primazia da razão. Saídas ora abertas à modernidade, ora declaradamente conservadoras.

Identificamos ainda um importante elemento dos debates sobre a escrita da história naquele momento. Cabia melhor ao contexto histórico a produção de histórias nacionais, em vista da preocupação com a legitimidade das nações ibero-americanas. Ao mesmo tempo, pensá-las de maneira integrada poderia fortalecê-las mutuamente na busca de reconhecimento e legitimidade. Além disto, era preciso apresentar esta Ibero-América, tão complexa e em construção, não como isolada do mundo, mas parte dele, não como distante da Europa, mas sim parte direta de sua história. Daí a importância da história universal. Ou melhor, das histórias nacionais reunidas na história da América que, por sua vez, era parte da história universal. Assim, não se era brasileiro, argentino ou ibero-americano, mas sim universal. Conceito este que em si mesmo já trazia um cunho cristão católico e que, num curioso paradoxo, acabava fortalecendo mais a dependência do que a autonomia, já que a história universal, como bem ressaltou Francisco Iglésias⁷⁵⁷, é, na verdade, uma história recortada percebida pelo prisma europeu. É a história da Europa e de sua ação civilizadora no mundo que tanto interessava a Rafael Altamira. Mais uma vez, lembramos que a defesa da universalidade da história nem de longe era consenso entre os que pensavam a escrita da história, mas certamente era uma pauta importante para o debate na época e apresentava em si mesma um conflito entre tradição e modernidade. Em sociedades de tradição ibérica e católica como a brasileira e a argentina é difícil pensar as ideias e ações políticas sem as relações desenhadas com a Igreja. Na leitura que se produz da própria história parece que o peso desta tradição, que se manifesta também nos momentos de modernização, se faz presente. O peso ou não da religião, da fé e da ação divina sobre os homens permeou os debates acerca da história e teve suas consequências na constituição do campo.

Na etapa seguinte da tese, focalizamos em empreendimentos desenvolvidos pelo Brasil e pela Argentina ao longo das décadas de 1930 e 1940 que apresentavam como principal objetivo a revisão da história por uma via pacifista e a ampliação do conhecimento sobre o país vizinho e de seus principais autores e publicações. Era preciso projetar neste país e por toda a América a autoimagem, construída e reelaborada, com a qual se pretendia desenvolver eixos de ligação. Isto num momento em que estes países vivenciavam um período de construção de uma modernidade que lhes exigia respostas às questões impostas pelo passado colonial e pela miscigenação.

⁷⁵⁷ IGLÉSIAS, F. *História e Ideologia*, op. cit.

Tentamos, assim, analisar o processo de reflexão pelo qual a história foi utilizada como forma de intervir de maneira concreta nesta realidade presente. O processo pelo qual a história e, conseqüentemente, o passado foram chamados a colaborar na construção do presente e do futuro. *A Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* e as *Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana* e de *Autores Argentinos traduzidos ao Português* são exemplos concretos que ilustram esta orientação de ações de cooperação intelectual para o futuro. Como procuramos demonstrar, a todo o momento eram apresentadas, como justificativas de defesa dos empreendimentos, a preocupação com a formação das futuras gerações; das crianças e jovens que deveriam ser educados num ambiente de paz e cordialidade entre os países ibero-americanos. Os historiadores se inseriam diretamente nestas discussões. Mais do que isto, eram responsáveis por elas e levavam consigo suas características subjetivas e marcas de desqualificação. Afinal, se em seus países pertenciam às classes dominantes e tinham acesso ao poder instituído e a órgãos oficiais, quando se inseriam na esfera internacional, precisavam se revestir de características aceitas pelo Outro que iria lhes conferir reconhecimento e legitimidade. A conquista da alteridade, portanto, perpassava um exercício de elaboração da própria imagem, a partir de uma espécie de obscurecimento das marcas de um passado colonial e de uma formação social miscigenada. O olhar por eles direcionado à história se encontrava envolvido por estas implicações práticas e subjetivas.

Neste sentido, é importante ressaltar que a visão de história, e mais especificamente, de tempo histórico por nós adotada auxilia na complexificação do olhar que direcionamos sobre a história. Afinal, trabalhamos com interpretações de passados e histórias que se encontram em determinadas circunstâncias históricas, políticas, sociais e ideológicas. Havendo diferentes passados e histórias, há também muitas possibilidades de presente e futuro. Por isto, é preciso pensar a história como possibilidades e escolhas. A história é resultado de escolhas que produzem efeitos políticos e ideológicos na construção do presente e do futuro. Longe de serem empreendimentos questionadores da ordem social vigente, pois talvez o objetivo fosse muito mais se adaptar do que criticar, a *Revisão* e as *Bibliotecas* construíram, no entanto, uma maior possibilidade de diálogo intelectual entre países ibero-americanos. Construíram uma alternativa à distância e ao isolamento que caracterizavam as relações entre eles. Pudemos perceber, ao mesmo tempo, a intrínseca relação entre releitura da história e contextos de guerra. Questão que já tangenciamos nestas considerações finais. Afinal, nestes momentos em que as relações humanas

e sociais são abaladas e marcadas pela violência e a destruição assola países que se veem e são vistos como modelos de civilização é que se olha mais ainda para trás em busca de compreender a conjuntura presente e o que fazer para que ela não se repita. Assim, foi olhando para a história que os historiadores daquela geração pensaram o que fazer para que o futuro fosse diferente. A Segunda Guerra, e outras posteriores, demonstraram que estes prognósticos de futuro não se concretizaram, mas sem dúvida são exemplos de como a partir da história são elaboradas possibilidades de futuro.

Encerrando o trabalho, invertemos o olhar antes direcionado para a Ibero-América e focalizamos na Península Ibérica e nos momentos de crise, guerras, ditaduras e radicalização política que fizeram com que intelectuais em geral se voltassem para as ex-colônias em busca de alternativas. O fizemos a partir dos exemplos de Fidelino de Figueiredo e Rafael Altamira que nos deixaram fortes indícios acerca deste momento de conflitos, transformações e incertezas em suas correspondências, artigos e obras. Conflitos que atingiram toda uma geração de intelectuais, direta ou indiretamente ligados ao pensamento católico, que se questionavam sobre os caminhos a seguir diante da tensão entre tradição e modernidade. Fidelino, por exemplo, não foi progressista, nem republicano convicto, nem defensor de causas populares. Ao contrário, defendia a aproximação com as ex-colônias portuguesas e a emoção agregada à interpretação histórica, mas o fazia acreditando numa ideia de elites dirigentes e procurando construir uma história oficial para Portugal. História esta pacificadora e universalista (em sua segunda fase). Uma visão de história compartilhada com pares intelectuais espanhóis, brasileiros, argentinos e estrangeiros em geral através de diálogos desenvolvidos entre dois lados do Atlântico. Sua visão de história, dele e de Altamira, não pode ser isolada de suas experiências no exílio e de seus conflitos internos e externos diante de duas grandes guerras. Perpassada, em última instância, pelo ressentimento de intelectuais ibéricos que, como muitos outros, não foram acolhidos em seus países. Vimos que em períodos conturbados como as décadas entre 1910 e 1940, a história foi solicitada por todos os lados como forma ora de legitimação de ações totalitárias, ora de resistência a elas, ora de busca de um caminho a seguir diante do conflito, da hesitação e das ambiguidades. Terminamos, portanto, olhando para a Península Ibérica a fim de observar como os papéis de certo modo se inverteram e a América se tornou alternativa pacífica nos contextos de guerra, em oposição a uma Europa destruída e decadente. Fidelino e Altamira nos auxiliam a perceber na prática este novo olhar contruído sobre a Ibero-América. O contexto histórico acabou

contribuindo para a aproximação entre dois lados do Atlântico por meio da experiência do exílio marcante naquela geração.

A partir destas questões, pudemos refletir sobre problemas que afetaram a América Ibérica não apenas no início do século XX, mas que também a envolvem ainda hoje trazendo conflitos concretos e subjetivos. Daí muitas vezes o sentimento de inferioridade que portam os latino-americanos em razão do passado colonial e da miscigenação, a distância e o isolamento em relação aos países vizinhos e, por outro lado, a busca de diálogo através de projetos integracionistas, como vimos serem desenvolvidos pelo Itamaraty. Portanto, acreditamos que o passado que estudamos se encontra ainda muito próximo do presente. Um presente no qual uma maioria anônima de mestiços e pobres é excluída em meio à persistente desigualdade social e uma minoria que se diz branca ainda almeja pureza e semelhança com europeus e norte-americanos. Por estas razões, um presente no qual alianças estratégicas são ainda recentes e fundamentais para a autonomia da região e para a legitimidade dos latino-americanos. Por mais que haja diferenças ideológicas e conjunturais, hoje quando o Itamaraty fala em tolerância e unidade como partes constitutivas da imagem de Brasil a ser divulgada no exterior, está buscando num passado não muito distante referências para sua política externa. Seu discurso é em parte fruto do investimento feito nas primeiras décadas do século passado em torno do intercâmbio político, econômico e, principalmente, cultural e intelectual. Como dissemos, parece que a ideia de história mestra da vida, que ensina e constrói, ainda defendida pelos historiadores que analisamos naquele período deixou seus ecos nas atuais políticas integracionistas latino-americanas.

Enfim, o que apresentamos foi apenas um recorte dentre os muitos possíveis acerca das relações entre modernidade, escrita da história e integração na América Ibérica. Uma maneira de perceber como a história assumiu papel de primazia em um momento de transformação e foi parte constitutiva de projetos de presente e futuro nas sociedades ibéricas. Reunindo conservadorismo e tradição à modernidade, estas precisavam de uma leitura de história oficial condizente com seus objetivos de conquista de alteridade. Romper com a desqualificação era também reinterpretar o passado, não apenas nacional, mas da América colonizada pelos países ibéricos como um todo. Foi isto que os historiadores que selecionamos procuraram fazer, bem como o fizeram muitos de seus pares geracionais. Não nos alongaremos mais nestas considerações. Reconhecemos as lacunas do trabalho. Reconhecemos também a longa pesquisa

que o tornou muitas vezes tão amplo que não pudemos acompanhá-lo. Incompleto e imperfeito, acreditamos que, de todo modo, valeu o esforço de reflexão sobre o presente e o passado da América Latina. Melhor dizendo: sobre um passado que é, não raramente, um fantasma para o presente, trazendo-lhe desafios a serem superados. Acreditamos que neste um século que nos separa de Levene, Fleiuss e seus companheiros da Junta/Academia e do IHGB os obstáculos à qualificação latino-americana não se dissolveram. Por isto, nos instigaram na pesquisa. Neste sentido, encerramos com um retorno ao princípio. Um retorno a Gabriel Garcia Márquez que em muitos sentidos nos inspirou este trabalho:

[...] creo que los europeos de espíritu clarificador, los que luchan también aquí por una patria grande más humana y más justa, podrían ayudarnos mejor si revisaran a fondo su manera de vernos.⁷⁵⁸

⁷⁵⁸ MÁRQUEZ, G. G. *La soledad de América Latina*, op. cit.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

FONTES CITADAS:

ACERVO: ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY.

Convênio Brasil – Argentina para a Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia (1933-1937):

Revisão dos Textos de Ensino de História e Geographia. Ministério das Relações Exteriores. RJ: Imprensa Nacional, 1936.

Material das Missões Diplomáticas do Brasil na Argentina:

Ofício enviado pelo Barão de Araújo Gondin ao Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza. Buenos Aires, 6 de novembro de 1880.

MITRE, Bartolomé. Política exterior: Retrospecto de actualidad y perspectivas. *La Nación*, 4 de novembro de 1880. Anexo ao ofício do Barão de Araújo Gondin ao Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza.

América no existe para América. *La Razón*, 20 de janeiro de 1922.

Material das Missões Diplomáticas do Brasil na Espanha:

ALTAMIRA, Rafael. *Cuestiones nacionales – América y España*. *El Liberal*, Madrid, 18 de abril de 1900.

Material da Comissão de Cooperação Intelectual:

Reciprocidad cultural con Brasil. Entrevista com José de Paula Rodrigues Alves. *Noticias Gráficas*, janeiro de 1943.

Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Secretário Geral do Itamaraty à Embaixada do Brasil em Buenos Aires. Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1940.

Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Secretário Geral do Itamaraty ao Embaixador do Brasil em Buenos Aires, José de Paula Rodrigues Alves. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1939.

Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty ao Cônsul do Brasil em Buenos Aires, Pedro Demoro. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1939.

Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty ao Embaixador do Brasil em Buenos Aires, José de Paula Rodrigues Alves. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1939.

Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty ao Embaixador do Brasil em Buenos Aires, José de Paula Rodrigues Alves. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1939.

Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty ao Cônsul Geral do Brasil em Buenos Aires, Paulo Demoro. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1939.

Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty ao Embaixador do Brasil em Buenos Aires, José de Paula Rodrigues Alves. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1943.

Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty ao Vice-cônsul Brasil em Bahia Blanca, Ezequiel Ubatuba. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1934.

Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty à Associação Cultural Feminina Júlia Lopes de Almeida. Rio de Janeiro, 15 de março de 1936.

Um depoimento interessante: O estado actual das relações luso-brasileiras na opinião do sr. Álvaro Pinto, que regressou ha pouco do Brasil. *Diário de Lisboa*, 7 de janeiro de 1935.

Um depoimento interessante: O papel que o livro pode desempenhar no problema das relações luso-brasileiras. *Diário de Lisboa*, 20 de janeiro de 1935.

Intercâmbio cultural luso-brasileiro: Um interessante artigo do sr. Álvaro Pinto, publicado na Revista “Ocidente”, sobre o mercado de livros brasileiros em Portugal e a remessa, para o Brasil, de livros portugueses. *Dom Casmurro*, RJ, 10 de junho de 1939.

Sociedade de Geografia de Lisboa. *Centro de Estudos Brasileiros. A sua organização. O seu funcionamento [Regulamento]*. Lisboa, 1937.

Conhecimento recíproco brasileiro-argentino. *A Manhã*, 19 de janeiro de 1944.

Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty à Embaixada do Brasil em Lisboa para serem remetidos ao Grupo de Estudo Brasileiros e à Sala Brasil. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1938.

Ofício com listagem de livros e documentos históricos em anexo enviada pelo Itamaraty ao Arquivo Nacional para que este material fosse organizado e remetido à Sala Brasil em Coimbra. Rio de Janeiro, 23 de junho de 1934.

Ofício de Max Fleiuss ao Itamaraty. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1934.

Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty ao Instituto Brasileiro em Coimbra. Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1942.

Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty à Sociedade Luso-Africana de Lisboa. Rio de Janeiro, 21 de junho de 1938.

Ofício com listagem de livros em anexo enviada pelo Itamaraty a Valentim Mendes, em Nova Goa. Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1938.

Ofício enviado pelo Cônsul do Brasil em Dakar ao Itamaraty. Dakar, 26 de janeiro de 1942.

Conferências, Congressos e Acordos Internacionais:

Al deber de los intelectuales se refirió el escritor Mello Franco. *La Razón*, 05 de novembro de 1944.

Callen personas cuando hablen pueblos. *A Nação*, 11 de outubro de 1933.

Pela união e cordialidade continentais. *A Hora*, 21 de outubro de 1933.

O convenio cultural entre a Argentina e o Brasil. *O Globo*, 30 de setembro de 1933.

Ata da sessão inaugural da Comissão Brasileira de Historia e Geographia, criada de accordo com o convenio firmado entre o Brasil e a Argentina para revisão dos textos de ensino. 14 de maio de 1936.

Ata da primeira sessão ordinária da Comissão Brasileira de Historia e Geographia, criada de accordo com o convenio firmado entre o Brasil e a Argentina para revisão dos textos de ensino. 16 de maio de 1936.

Ata da segunda sessão ordinária da Comissão Brasileira de Historia e Geographia, criada de accordo com o convenio firmado entre o Brasil e a Argentina para revisão dos textos de ensino. 18 de maio de 1936.

Ata da terceira sessão ordinária da Comissão Brasileira de Historia e Geographia, criada de accordo com o convenio firmado entre o Brasil e a Argentina para revisão dos textos de ensino. 19 de maio de 1936.

Ata final dos trabalhos da Comissão de História e Geographia, criada de acordo com o convenio firmado entre o Brasil e a Argentina para revisão dos textos de ensino. 22 de maio de 1936.

Bases apresentadas pelo Dr. Pedro Calmon para a Revisão dos Textos de Historia. Cópia. 17 de junho de 1936.

Telegrama enviado por Ricardo Levene à Comissão Revisora de Textos de História e Geografia. Buenos Aires, 27/28 de maio de 1936.

Telegrama enviado por Pedro Calmon ao Ministro Fonseca Hermes relatando correspondência recebida de Ricardo Levene. Rio de Janeiro, 3 de junho de 1936.

Telegrama enviado por Ramón Cárcano ao Ministro Moniz de Aragão. Buenos Aires, 27/28 de março de 1935.

Telegrama de Ramón Cárcano ao Itamaraty comunicando da chegada de Ricardo Levene. Rio de Janeiro, 13/15 de julho de 1936.

Comissão Brasileira dos Textos Didacticos de Historia e Geographia. *Jornal do Commercio*, 02 de agosto de 1936.

Ofício enviado por Ramón Cárcano a José Carlos de Macedo Soares. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1936.

Ofício enviado ao Itamaraty pelo Ministério da Justiça e Educação Pública. Buenos Aires, 19 de outubro de 1936.

Memorandum enviado ao Itamaraty pela Embaixada do Brasil em Buenos Aires com avaliação das relações culturais entre Brasil e Argentina. 15 de janeiro de 1940.

Ofício da Comissão de Cooperação Intelectual à Secretaria de Estado das Relações Exteriores com solicitação de verbas para a tradução de obras. Rio de Janeiro, 10 de maio de 1938.

Correspondência enviada por Graça Aranha à Editora Briguiet & Cia solicitando cessão de direitos autorais. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1941.

Mello Franco destaca la amistad argentino-brasileña. Dice también que América debe elaborar su unidad espiritual. *Crítica*, 04 de novembro de 1944.

Memorandum enviado à Divisão de Cooperação Intelectual. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1942.

Ofício enviado pelo Ministério das Relações Exteriores da Argentina ao Itamaraty. *Colaboración a la solidariedad del continente americano. Plan de coordinación*. 30 de julho de 1942.

Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia. *Jornal do Brasil*, 25 de outubro de 1933.

ACERVO: BIBLIOTECA DO ITAMARATY.**Periódico:**

Boletín Internacional de Bibliografía Argentina (1937-1946).

Obra:

LEVENE, Ricardo. *Síntese da História da Civilização Argentina*. RJ: Of. Graf. de A Noite, 1938.

Artigos de periódicos diversos:

Discurso de Ricardo Levene na seção inaugural da *Academia Nacional de la Historia Argentina*. *Boletín de la Academia Nacional de la Historia Argentina*, Buenos Aires, V. 20/21, 4 de maio de 1946,1947/1948.

Recepción del Señor Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil, Dr. José Carlos de Macedo Soares - Discurso del Dr. Ricardo Levene. Entrega do diploma de membro correspondente da Junta a José Carlos de Macedo Saores. *Boletín de la Academia Nacional de la Historia Argentina*, v. 9, 1936.

Abertura da Revista *Sol y Luna*, Vol. 1, 1938.

Abertura da *Revista Sol y Luna*, Vol. 2, 1939.

LAGRANGE, Reginaldo Garrigou. El tomismo y la filosofía contemporánea. *Sol y Luna*, Vol. 1, 1938.

DERISI, Octavio Nicolas. La noción de la cultura en la filosofía contemporánea y en la filosofía tomista. *Sol y Luna*, V. 4, 1940.

LEVENE, Ricardo. El momento histórico de la revolución de 1810 y la doctrina política de Mariano Moreno. *Boletín de la Junta de Historia y Numismática Americana*, Vol. 2, 1925.

LAOS, Felipe Barreda. Enseñanza de la Historia de América. *Nosotros*, Vol. 2, 1937.

Discurso de Ricardo Levene na abertura do 2º Congresso Internacional de História da América. Buenos Aires, 1937. *Nosotros*, Vol. 2, 1937.

ESTRADA, Santiago. Sobre Historia. *Sol y Luna*, Vol. 1, 1938.

ANZOÁTEGUI, Ignacio. Chesterton novelista. *Sol y Luna*, Vol. 1, 1938. p. 95-102.

MARFANY, A. Carlos. Tres miradas a la Historia. *Sol y Luna*, Vol. 5, 1940.

FIGUEIREDO, Fidelino de. Programas de Historia no Ensino Secundário. *Revista de História - Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos*. Lisboa, 1915.

_____. America The Beautiful (Impresiones de 1931). *Nosotros*, Ano I, Vol. 2, 1936.

_____. Um século de relações luso-brasileiras. *Revista de História*, Lisboa, Fluminense, v. 14, 1925.

ACERVO: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.

Arquivo pessoal de Max Fleiuss:

Bases da fundação da Academia Americana de História em Buenos Aires no ano de 1919. Carta de Nicanor Sarmiento a Max Fleiuss. Buenos Aires, 15 de outubro de 1919.

Carta de Fidelino de Figueiredo a Max Fleiuss sobre sua viagem ao Rio de Janeiro. Lisboa, 27 de maio de 1920.

Carta de Fidelino de Figueiredo a Max Fleiuss sobre sua viagem ao Rio de Janeiro. Lisboa, 11 de julho de 1920.

Artigo (minuta) de Max Fleiuss enviado ao Prof. Rafael Altamira, em Bayone, sobre o ensino da História da Civilização no Brasil. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1940.

Carta de Ricardo Levene a Max Fleiuss. Buenos Aires, 28 de abril de 1921.

Carta de Ricardo Levene a Max Fleiuss. Buenos Aires, 1922.

Carta de Ricardo Levene a Max Fleiuss. Buenos Aires, 21 de agosto de 1922.

Carta de Ricardo Levene a Max Fleiuss. Buenos Aires, 22 de outubro de 1925.

Carta de Max Fleiuss a Ricardo Levene. Rio de Janeiro, 1925.

Carta de Ricardo Levene a Max Fleiuss. Buenos Aires, 29 de janeiro de 1935.

Carta de Ricardo Levene a Affonso Celso. Buenos Aires, 13 de setembro de 1937.

Carta de Affonso Celso a Ricardo Levene. Rio de Janeiro, setembro de 1937.

Obras e artigos de Max Fleiuss:

FLEIUSS, Max e MAGALHÃES, Basílio de. *Quadros de historia pátria: para uso das escolas*. RJ: A. J. Castilho, 1918.

FLEIUSS, Max. *Conceito e Interpretação da História da América e Técnica da Bibliografia e dos Arquivos*. s/n, 1937.

_____. *A Cadeira de História do Brasil*, s/n, s/d.

_____. Centenários do Brasil. *Revista do IHGB*, T. 64, V. 104, 1901. p. 91-132.

_____. *Elementos de Historia Contemporanea (1815-1897)*. RJ: Laemmert & C. Editores, 1900.

_____. *Páginas de Historia*. RJ: Imprensa Nacional, 1928.

Artigos de periódicos diversos:

ROMERO, Silvio. Literatura Brasileira – Sus relaciones con el ‘Neo-Realismo’. *Nueva Revista de Buenos Aires*, v. III, 1881.

RAMÍREZ, Salomón Carrillo. La evolución filosófica en la América Hispana. *Revista de las Españas*, Ano X, número 89-90, janeiro-março de 1935.

RAVIGNANI, Emilio. Definición histórica del Ibero-Americanismo. *Revista de las Españas*, Ano IV, números 39-40, novembro-dezembro de 1929.

CARO, P. Venâncio D. Filosofía y los filósofos españoles (1900-1928). *Revista de las Españas*, 2ª época, número 31-32, março-abril de 1929.

Discurso de Nicanor Sarmiento na abertura do 3º Congresso de Historia Nacional. *Corrientes*, julho de 1929. *Revista de la Academia Americana de la Historia*, outubro de 1929.

BAQUERO, E. Gómez de. Nacionalismo e Hispanismo. *Revista de las Españas*, Ano III, número 19, março de 1928.

Atas de Congressos Históricos:

Atas do Congresso Internacional de História da América (1922). *Revista do IHGB*. 9 volumes. RJ: Imprensa Nacional, 1925.

ACERVO: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO.

Obras de Fidelino de Figueiredo:

FIGUEIREDO, Fidelino de. *Um colecionador de angústias*. Lisboa: Guimarães Editores, 1953.

_____. *Crítica do exílio*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1930.

_____. *Notas para um idearium português: política e litteratura*. Lisboa: Sá Costa, 1929.

_____. *Sob a cinza do tédio: Romance de uma consciência*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1925.

- _____. _____. Coimbra: Nobel, 1944.
- _____. *Aristarchos*. RJ: Antunes, 1941.
- _____. *A luta pela expressão*. Coimbra: Nobel, 1944.
- _____. *História da literatura de Portugal*. Coimbra: Nobel, 1944.
- _____. *Um pobre homem de Póvoa do Varzim*. Lisboa: Portugália, 1945.
- _____. *A épica portuguesa no século XVI*. SP: Editora da USP, 1950.
- _____. *Estudos de literatura*. 5ª série. SP: Faculdade de Filosofia da USP, 1951.
- _____. *Diálogo ao espelho*. Lisboa: Guimarães Editores, 1957.
- _____. *O Espírito histórico*. Lisboa: Livraria Clássica editora de A. M. Teixeira, 1920.
- _____. *O medo da história*. Lisboa: Guimarães Editores, 1957.
- _____. *As duas Espanhas*. Lisboa: Europa, 1932.
- _____. *Pyrenne: ponto de vista para uma introdução à história comparada das literaturas portuguesas e espanholas*. Lisboa : Emp. Nac. de Publicidade, 1935.

Periódico:

Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional (1938-1947).

ACERVO: REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA.

Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional (1919-1922).

ACERVO: BIBLIOTECA FLORESTAN FERNANDES (FFLCH/USP).

Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo:

Cartas de Rafael Altamira:

10 de outubro de 1934.

18 de outubro de 1934.

Madrid, 19 de fevereiro de 1936.

Paris, 14 de junho de 1939.

México, 30 de novembro de 1944.

Carta de Fortunato de Almeida:

Coimbra, 07 de novembro de 1910.

Matosinhos, 13 de novembro de 1911.

Carta de António Sérgio:

Lisboa, s/d.

Carta do Padre Luís Gonzaga Cabral:

Espanha, 08 de dezembro de 1916.

Granada, 20 de janeiro de 1928.

Carta do Padre Agostinho Veloso:

Royat-les-Bains, 29 de agosto de 1927.

Cartas de José de Oliveira Lima:

Porto, 15 de fevereiro de 1927.

Porto, 18 de fevereiro de 1927.

Porto, 05 de março de 1927.

Porto, 23 de março de 1927.

Carta de M. Th. Legrand:

Paris, 10 de abril de 1928.

Carta de Georges Le Gentil:

Paris, 11 de março de 1928.

Carta de Robert Ricard:

14 de março de 1927.

Carta de Ronald de Carvalho:

Rio de Janeiro, janeiro de 1921.

Cartão Postal e cartas de Afrânio Peixoto:

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 1928.

Cartas de Alceu Amoroso Lima:

Rio de Janeiro, 03 de março (sem ano).

Rio de Janeiro, janeiro de 1928.

Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1936.

Carta de Ricardo Levene:

Buenos Aires, 26 de novembro de 1935.

Carta de José Maria Acosta:

Madrid, 29 de dezembro de 1933.

Cartas de Roberto Giusti:

Buenos Aires, 19 de novembro de 1947.

Buenos Aires, 05 de maio de 1950.

Cartas de S. G. Morley:

Califórnia, 25 de fevereiro de 1941.

Califórnia, 08 de abril de 1951.

**ACERVO: BIBLIOTECA, MUSEO Y ARCHIVO DR. RICARDO LEVENE
(BIBLIOTECA NACIONAL DE MAESTROS), BUENOS AIRES.**

Obras, artigos e discursos de Ricardo Levene:

LEVENE, Ricardo Levene e IMHOFF, Carlos. *La Historia Argentina en cuadros para los niños*. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia Editores, 1912.

LEVENE, Ricardo (org.). *Historia de la Nación Argentina: desde los orígenes hasta la organización definitiva em 1862*. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad/Academia Nacional de la História, 14 volumes entre 1936 e 1950.

LEVENE, Ricardo. *Iniciación de la vida pública de Mariano Moreno*. Buenos Aires: Coni Hermanos, 1917.

_____. *Ensayo histórico sobre la Revolución de Mayo y Mariano Moreno: contribución al estudio de los aspectos político, jurídico y económico de la Revolución de 1810*. Buenos Aires: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, 1920.

_____. *Nuevas comprobaciones sobre la apocricidad del plan atribuido a Mariano Moreno*. s/l: López, 1948.

_____. *Las ideas políticas y sociales de Mariano Moreno*. Buenos Aires: Emecé, 1948.

_____. El sentimiento nacional argentino. Texto manuscrito, com cópia datilografada.

_____. Discurso Estudios Históricos en Argentina. s/d.

_____. La iniciativa argentina sobre la revisión de los textos y la enseñanza de la historia nacional y americana. Buenos Aires, 1944.

_____. Algunas opiniones sobre *Casa-Grande y Senzala*. s/d.

Correspondências:

Carta de Affonso de Taunay, pelo Museu Paulista, a Ricardo Levene. São Paulo, 20 de novembro de 1930.

Carta de Affonso de Taunay, pelo Museu Paulista, a Ricardo Levene. São Paulo, 28 de novembro de 1936.

Carta de Pedro Calmon a Ricardo Levene. Rio de Janeiro, agosto de 1940.

Carta da Embaixada da Espanha em Buenos Aires a Ricardo Levene. Buenos Aires, 23 de outubro de 1933.

Carta dos amigos da Revista *Nosotros* – Joaquín Rubiares, Juan Carlos Delheye, Arturo Frondizi e Salvador Becció. Buenos Aires, dezembro de 1940.

Carta de Fidelino de Figueiredo a Ricardo Levene. São Paulo, 16 de junho de 1940.

Carta de Gilberto Freyre a Ricardo Levene. Recife, 31 de agosto de 1942.

Carta de Gilberto Freyre a Ricardo Levene. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1941.

Carta de Antônio Carneiro Leão a Ricardo Levene. Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1941.

Carta de Rafael Altamira a Ricardo Levene. México, 19 de janeiro de 1951.

Carta de Rafael Altamira a Ricardo Levene. México, 16 de julho de 1945.

Carta de Rafael Altamira a Ricardo Levene. México, 05 de junho de 1946.

Carta de Rafael Altamira a Ricardo Levene. México, 07 de janeiro 1949.

Carta de Rafael Altamira a Ricardo Levene. 19 de maio (sem ano).

Carta de Rafael Altamira a Ricardo Levene. México, 28 de agosto de 1946.

Artigos de periódicos diversos:

ALTAMIRA, Rafael. La Primera Conferencia Internacional de Enseñanza de la Historia. *La Nación*, 28 de maio de 1932.

_____. España, los Estados Unidos y América. *Revista de las Españas*, n. 7-8, março-abril de 1927.

_____. Experiencias de la guerra – individuo y colectividad. *La Nación*, 23 de junho de 1945.

_____. La soledad poblada. *La Nación*, 11 de junho de 1939.

CALMON, Pedro. O livro argentino. *A Noite*, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1940.

El estudio de la Historia de América en España. *La Nación*, 10 de novembro de 1932.

El viaje del Dr. Ricardo Levene a España. *El Diario Español*, Buenos Aires, 04 de dezembro de 1932.

Centro de Estudios de Historia de América, en Sevilla: Invitó al Doctor Ricardo Levene a dictar un curso en la universidad. *Revista de la Asociación Patriótica Española*, Buenos Aires, ano V, n. 60, dezembro de 1932.

El Primer Coloquio Intelectual de la Institución Cultural Española : El descubrimiento de la América y el progreso de la cultura, sem referência

El espíritu americano está fundado en la unidad histórica, dice el Dr. R. Levene. Entrevista con Ricardo Levene. *La Crítica*, 16 de setembro de 1943.

Vinculación intelectual con el Brasil. *La Nación*, 06 de maio de 1943.

Impresiones del Brasil intelectual. Entrevista con Ricardo Levene. *La Razón*, 29 de setembro de 1922.

FLEIUSS, Max. Ensayo histórico sobre la Revolución de Mayo y Mariano Moreno, de R. Levene. Resenha. *O Paiz*, 30 de abril de 1922.

MAEZTU, Ramiro de. La misión de la hispanidad y la vuelta al pasado. *La Prensa*, 18 de janeiro de 1935.

De archivos y monumentos históricos nos habla el doctor Ricardo Levene. 09 de novembro de 1942.

Los manuales de historia. *La Nación*, s/d.

Significativos agasajos recibe el ministro de Relaciones Exteriores del Brasil. *La Prensa*, 31 de janeiro de 1940.

Inicia América una política espiritual eficaz y necesaria. s/n, 06 de dezembro de 1933.

La enseñanza de la historia. *La Nación*, 08 de dezembro de 1933.

Bibliotheca Brasileira de Autores Argentinos. *O Jornal*, s/d.

La obra de acercamiento intelectual con Brasil. *La Nación*, 03 de maio de 1943.

HAYES, Ricardo Sáenz. Valores intelectuales argentino-brasileños. *La Prensa*, 25 de abril de 1942.

Publicações de autores diversos:

ALTAMIRA, Rafael. *Confesión de un vencido*. Alicante: Instituto de Estudios Juan Gil Albert, 1987.

COLL, Jorge Eduardo. *Brasil en la cultura de América*. (Conferencia realizada en el Colegio Libre de Estudios Superiores). Presentación de Ramón Cárcano y palabras del Exmo. Embajador de los Estados Unidos del Brasil José de Paula Rodrigues Alves. Buenos Aires, 1942.

Atas de Congressos Históricos:

Atas do Congresso Internacional de História da América (1937). 6 tomos. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1938.

ACERVO: BIBLIOTECA NACIONAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA.

CARBIA, Rómulo. *Historia de la historiografía argentina*. La Plata: Biblioteca Humanidades, 1925.

ROJAS, Ricardo. *La restauración nacionalista. Crítica de la educación argentina y bases para una reforma en el estudio de las humanidades modernas. Obras completas*. T. IV. 2ª ed. Buenos Aires: La Facultad, 1922.

ALTAMIRA, Rafael. *La enseñanza de la historia*. 2ª ed. Madrid: Ediciones Akal, 1997.

LEVENE, Ricardo. *Ideas directrices de la 'Historia de la Nación Argentina'*. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1944.

_____. *Cuestiones hispano-americanas*. Madrid: E. Rodríguez Serra, 1900.

_____. *España y el programa americanista*. Madrid: Editorial-América, 1917.

_____. *España ha fundado en América sociedades nuevas para la democracia y la libertad*. Discurso leído en la *Asociación Patriótica Española*, el 12 de octubre de 1931. Buenos Aires, 1931.

_____. *España en América*. Valencia: Sempere y Compañía, 1908.

ACERVO: INSTITUTO DE HISTORIA DEL DERECHO DE BUENOS AIRES.

LEVENE, Ricardo. *Investigación, enseñanza universitaria y cultura general*. La Plata: Extensión Universitaria (Conferencias), Imprensa H. E. Benevides, n. 13, abril de 1933.

_____. *La cultura histórica y el sentimiento de nacionalidad*. Buenos Aires/México: Espasa – Calpe Argentina, 1946.

_____. *Política cultural argentina y americana*. Buenos Aires: M. Gleizer, 1937.

_____. *Ensayo histórico sobre la Revolución de Mayo y Mariano Moreno: contribución al estudio de los aspectos político, jurídico y económico de la Revolución de 1810*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, 1921.

_____. *La révolution de l'Amérique Espagnole em 1810: essai historique sur la Révolution de Mai et Mariano Moreno*. Paris: Revue de l'Amérique Latine, 1924.

_____. (org.). *Historia de la nación argentina [desde los orígenes hasta la organización definitiva en 1862]*. Buenos Aires: El Ateneo, 1961. 10 volumes.

_____. *Las ideas políticas y sociales de Mariano Moreno*. Buenos Aires: Emecé, 1948.

_____. *Investigación, enseñanza universitaria y cultura general*. La Plata: Extensión Universitaria (Conferencias), Imprensa H. E. Benevides, n. 13, abril de 1933.

_____. *Las Indias no eran colonias*. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1947.

FONTES CONSULTADAS:

ACERVO: ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY.

Documentação referente a Acordos de Cooperação Intelectual – Maços:

Cooperação Intelectual – Brasil – Assuntos Gerais (1941-1945).

Intercâmbio Intelectual – Brasil – Argentina (1936-1938)

Intercâmbio Intelectual – Brasil – Argentina (1939-1941).

Conferências culturais organizadas pelo Serviço de Cooperação Intelectual (1937-1939).

Intercâmbio Intelectual (1939-1947).

Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual (1933-1939).

Cooperação Intelectual. Tomo II (1939-1940).

Cooperação Intelectual (1937).

Cooperação Intelectual (1934-1937).

Cooperação Intelectual. Assuntos Gerais (1936-1938).

Cooperação Intelectual (1934-1939).

Cooperação Intelectual. Tomo I (1934-1941).

Serviço de Cooperação Intelectual (1934-1937).

Convites ao Brasil para se fazer representar em Congressos e Conferências Internacionais (1939-1949).

Convênio Brasil – Argentina para a Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia (1933-1937).

Terceiro Congresso de História e Geografia (1940).

Instituto Histórico e Geográfico (1934-1939).

Arquivos Públicos. Assuntos Gerais (1928-1937).

Intercâmbio Intelectual Brasil – Portugal (1937-1942).

Intercâmbio Intelectual Brasil – Portugal. Tomo I (1927-1936).

Intercâmbio Intelectual Brasil – Portugal (1915).

Intercâmbio Intelectual Brasil – Colônias Portuguesas (1938).

Acordo de Cooperação Intelectual entre Brasil e Portugal (1948).

Documentação das Missões Diplomáticas – Maços:

Lisboa:

Ofícios (1889-1930).

Despachos (1976-1930).

Telegramas recebidos (1875-1926).

Telegramas expedidos (1874-1930).

Madrid:

Ofícios (1870-1899).

Ofícios reservados e confidenciais (1900-1930).

Despachos (1891-1930).

Telegramas recebidos e expedidos (1833-1930).

Buenos Aires:

Telegramas recebidos (1900-1930).

Notas expedidas (1890-1907).

Telegramas expedidos (1908-1930).

ACERVO: BIBLIOTECA DO ITAMARATY.**Obra:**

LEVENE, Ricardo. *Síntese da História da Civilização Argentina*. RJ: Of. Graf. de A Noite, 1938.

Periódicos:

Boletín Internacional de Bibliografía Argentina (1937-1946).

Boletín de la Academia Nacional de la Historia Argentina (1924-1950).

Revista Derecho, Historia y Letras (1898-1913).

Cultura Española (1906-1909).

Sol y Luna (1938-1942).

Revista de Historia (1914-1928).

Archivo Historico Portuguez (1903-1916).

Nosotros (1936-1943).

Revista del Instituto de Investigaciones Históricas Juan Manuel de Rosas (1939-1948).

ACERVO: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.**Arquivo Pessoal de Max Fleiuss:**

“Artigo do Dr. Max Fleiuss sobre sua nomeação para o cargo de diretor da Revista do IHGB”. RJ, 31/03/1938.

“Artigo (minuta) de Max Fleiuss enviado ao prof. Rafael Altamira, em Bayone, sobre o ensino da História da Civilização no Brasil”. RJ, 15/05/1940.

“Artigos de M. Fleiuss sobre o arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publicados no Jornal do Comércio”. 07 de julho a 06 de outubro de 1929.

“Artigos publicados pelo Dr. Max Fleiuss no “Imparcial” de 25 de julho a 13 de agosto de 1926 na coluna “Rascunhos””.

“Ato de nomeação do Dr. Max Fleiuss para Secretário da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro”. RJ, 20 de março de 1915.

“O Brasil e seus historiadores”. Artigo. s/d, manuscrito.

“A cadeira de História do Brasil”. Artigo. s/d, impresso.

“Caderno com recortes de jornal trazendo artigos do Dr. Max Fleiuss e sobre o mesmo”. RJ, 1909/1920.

“Caderno com recortes de jornal trazendo artigos do Dr. Max Fleiuss sobre o IHGB e sobre assuntos de História do Brasil”. RJ, 1929.

“Carta ao Dr. Max Fleiuss, enviando cópia de um artigo de Silvio Julio, publicado em “La Unión” de 15 de junho de 1930, contra vários brasileiros, entre eles o Conde de Afonso Celso e o Dr. Max Fleiuss, intitulado “La historia en el Brasil”. s/d.

“Carta (cópia) do Dr. Max Fleiuss ao Prof. Mendes Correa comunicando haver sido convidado pela Junta de Historia y Numismática Americana de Buenos Aires para colaborar na “Historia de la Nación Argentina””. RJ, 20 de junho de 1935.

“Carta de Agrícola Bethlem ao Dr. Max Fleiuss, louvando o memorial apresentado ao governo sobre a importância da Historia do Brasil no curso secundário”. RJ, 09 de outubro de 1934.

“Carta de Albert Depréaux ao Dr. Max Fleiuss acerca da publicação bibliográfica do Comitê Internacional de Ciências Históricas”. Texto em francês. Paris, 29 de junho de 1933.

“Carta de Álvaro Teixeira Soares ao Dr. Max Fleiuss enviando-lhe exemplares da sua conferência na Universidade de Coimbra e tiradas em separata: Fatores históricos da formação da unidade brasileira e colocando-se à disposição do IHGB junto às Academias e Arquivos portugueses”. Lisboa, 04/02/1936.

“Carta de E. S. Martins ao Dr. Max Fleiuss solicitando a sua colaboração e a dos membros do IHGB para o livro “A luta pela liberdade das Américas” a ser editado pela Livraria Martins”. SP, 01 de dezembro de 1941.

“Carta de Fidelino de Figueiredo ao Dr. Max Fleiuss agradecendo a oferta do volume “Apostilas de História do Brasil”. RJ, 03 de abril de 1941.

“Carta de Fritz von Miller ao Dr. Max Fleiuss agradecendo os elogios ao povo alemão e as obras enviadas à Academia Alemã”. Texto em alemão, com tradução. Munique, 09 de janeiro de 1932.

“Carta de José Bonifácio de Andrada e Silva ao Dr. Max Fleiuss agradecendo felicitações enviadas e solicitando remessa de livros para a Biblioteca do Ateneu Ibero-Americano”. Buenos Aires, 02 de outubro de 1937.

“Carta de José León Suarez ao Dr. Max Fleiuss acusando o recebimento dos livros “Páginas Brasileiras” e “Quadros de Historia Pátria” de Basílio de Magalhães e recorte do jornal “La Nación” sobre a venda de terras a estrangeiros”. Buenos Aires, 1920.

“Carta de Ramón Cárcano ao Dr. M. Fleiuss agradecendo exemplar do “Jornal do Comercio””. Em espanhol. Buenos Aires, 14 de março de 1938.

“Carta de Rômulo Carbia ao Dr. Max Fleiuss acerca de sua “Historia de la historiografia argentina”. (Acompanha resposta). Buenos Aires, 27 de dezembro de 1926.

“Carta de Solidonio Leite ao Dr. Max Fleiuss elogiando o tratamento recebido por parte de Fidelino de Figueiredo”. Lisboa, 19 de abril de 1920.

“Carta do Capitão José Aguiar, presidente del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay ao Dr. Max Fleiuss, sobre a nomeação do Dr. J. C. de Macedo Soares como sócio correspondente do referido Instituto. Resposta (cópia) do Dr. Max Fleiuss. RJ, 14 de maio de 1935.

“Carta do sr. César Lopez, oficial da Presidência de República Argentina, ao Dr. Max Fleiuss, comunicando-lhe que o Presidente o recebera em audiência”. Buenos Aires, 19 de julho de 1937.

“Carta do Embaixador J. B. de Andrada e Silva ao Dr. Max Fleiuss apresentando o sr. Amílcar O. Marcon, que deseja visitar os nossos institutos”. 1934.

“Carta do Embaixador J. B. de Andrada e Silva solicitando a Max Fleiuss algumas obras de sua autoria a fim de enriquecer a biblioteca da Embaixada do Brasil em Portugal. Resposta (cópia) de Max Fleiuss dizendo enviar obras suas a volumes da revista do IHGB”. 1931.

“Carta do Dr. Max Fleiuss ao Dr. Cecílio Baez, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai cumprimentando-o pela assinatura do Tratado de Amizade e solicitando informações biográficas do pai do Dr. Francia”. (Rascunho). RJ, 20 de julho de 1938.

“Carta do Secretário-Geral da Academia Chilena de Historia, Juan Luis Lupejo comunicando ao Dr. Max Fleiuss a sua eleição para sócio correspondente daquela instituição.” Santiago, 23 de agosto de 1935.

“Carta e cartão do Dr. Manoel Peregrino da Silva ao Dr. Max Fleiuss sobre as Delegações para o “Congresso de História”, publicação em jornal e trabalhos. Recife, 1914-1919.

“Carta enviada ao Dr. Max Fleiuss pelo Dr. Percy Alvin Martin, da Universidade de Stanford, encaminhando um exemplar do livro “Who’s who in Latin América” de sua autoria, com a biografia do Dr. Max Fleiuss. Com cópia da resposta esclarecendo enganos havidos na biografia”. Com tradução. Califórnia, 15 de novembro de 1940.

“Carta (minuta) do Dr. Max Fleiuss ao presidente da Associação Folclórica Argentina agradecendo sua eleição para a entidade”. RJ, 12 de junho de 1940.

“Carta régia fazendo mercê a Max Fleiuss do grau de cavaleiro da Real Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo”. Lisboa, 10 de abril de 1902.

“Cartas ao Dr. Max Fleiuss de Ricardo Piccirilli e Eduardo Vivot solicitando informações sobre a estada de Bernardino Rivadavia no Brasil. Acompanha resposta. Cartão de Ricardo Levene. RJ, 12 e 14 de setembro de 1936.

“Cartas da Academia Portuguesa de Historia ao Dr. Max Fleiuss comunicando a sua nomeação para membro da referida entidade (com as respostas)”. Lisboa, 1938.

“Carta da Real Academia de Historia de Madrid ao Dr. Max Fleiuss comunicando: sua eleição na classe de membro correspondente e o recebimento de volumes da Revista do IHGB”. Madrid, 1901.

“Cartas de Eliseu Montarroyos ao Dr. Max Fleiuss agradecendo as publicações enviadas e comunicando haver entregue os exemplares a instituições culturais; informando a publicação de notícias sobre o IHGB no revista do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual; pedindo a sua colaboração para aquela revista; assuntos pessoais”. Com cópia das respostas. França, 1929/1939.

“Cartas de Fidelino de Figueiredo a Max Fleiuss sobre sua viagem ao Rio de Janeiro. Apresenta sua proposta de estudos e o curso que realizaria. Lamenta sua situação de isolamento em Portugal. Carta a Azevedo Marques ao IHGB afirmando ser impossível ao governo brasileiro auxiliar na viagem do professor Fidelino de Figueiredo.” 1920.

“Cartas de Nicanor Sarmiento, da Academia Americana de História ao Dr. Max Fleiuss participando-lhe sua eleição para correspondente da entidade. Estatutos da Academia (impressos)”. Buenos Aires, 15 de outubro de 1919.

“Cartas de Rafael Altamira ao Dr. Max Fleiuss agradecendo ofertas de livros”. Madrid, 12 de setembro de 1933 e 13 de outubro de 1934.

“Cartas do Dr. Ricardo Levene o Dr. Max Fleiuss sobre a comissão argentina para o Congresso de História da América e sobre a organização das Faculdades de Buenos Aires y La Plata”. Agradecimentos, saudações e assuntos particulares. Com resposta. Buenos Aires, 1914-1941.

“Cartas ao Sr. Ramón Cárcano, Embaixador da Argentina, ao Dr. Max Fleiuss, com agradecimentos”. Buenos Aires, 1933-38.

“Cartas (manuscritas) enviadas ao Dr. Max Fleiuss por Fidelino de Figueiredo consultando-o sobre a sua inclusão no quadro de sócios da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos e do Instituto de Coimbra; solicitando dados sobre livros e artigos publicados em revistas, atualização de bibliografia sobre crítica histórica”. Lisboa, 05 de junho e 03 de dezembro de 1920.

“Correspondência do Congresso Pan-Americano de Geografia e História (cartas, telegramas, ofícios)”. RJ-Belo Horizonte, s/d, 1932/1934.

“Correspondência entre o Dr. Max Fleiuss, secretário do IHGB, e diversas entidades, sobre a Bibliografia Americana”. 1928.

“Decreto do presidente Getúlio Vargas nomeando o Dr. Max Fleiuss representante do Brasil no II Congresso Internacional de História da América em Buenos Aires”. RJ, 16 de junho de 1937.

“Diploma de sócio correspondente da Junta de História y Numismática Americana conferido ao Dr. Max Fleiuss”. Buenos Aires, 19 de agosto de 1922.

“Documentos referentes ao II Congresso Internacional de História da América (ofícios, boletins, etc.). Discurso do Dr. Max Fleiuss na abertura do Congresso (rascunho)”. Dezembro de 1936 – julho de 1937.

“Página da Revista Brazil (dezembro de 1938) em que foi publicado o artigo do Dr. Max Fleiuss “The brazilian historical and geographical institute”. (Ofício do Prof. Hélio Viana). 1938.

“Páginas de Historia – Historia Administrativa”. “Esboço crítico do Dr. José Maria Pereira Lima sobre as obras do Dr. Max Fleiuss”. 17 páginas manuscritas. Paris, 20 de março de 1925. Acompanha duas cartas tecendo considerações sobre a Historia, os historiadores e a obras do Dr. Fleiuss. Royan, dezembro de 1924.

“Porque visitar a América”. Artigo do Dr. Max Fleiuss. s/d, 4 páginas datilografadas.

“Recortes de jornais focalizando aspectos da vida e obra do Dr. Max Fleiuss”. RJ, 1925-1938.

“Respostas (cópia datilografada) do Dr. Max Fleiuss a diversos quesitos propostos pelo Embaixador Macedo Soares, presidente do IBGE, acerca da História da Geografia”. Rio, 17 de janeiro de 1940.

“Correspondência sobre a vinda ao Brasil do prof. Ricardo Levene, da Universidade Nacional de La Plata”. RJ, La Plata. 1936.

“Ofício de Ricardo Levene, presidente da Junta de Historia y Numismática Americana, ao Conde de Afonso Celso, sobre o projeto de se erigir um monumento do general venezuelano Don Francisco de Miranda”. Acompanha o projeto, impresso. Buenos Aires. 1935.

“Ofício do presidente da Universidad Nacional de La Plata, Dr. Ricardo Levene, ao IHGB, a propósito dos países americanos organizarem uma bibliografia das obras publicadas na América”. 1934.

“Ofício do Dr. Ricardo Levene, presidente da Junta de Historia y Numismática Americana, ao Conde de Afonso Celso, comemorando ter a referida Junta celebrado uma sessão especial em homenagem ao Brasil. Cópia da resposta do Conde de Afonso Celso agradecendo”. Buenos Aires, RJ. 1937.

“Ofício do Dr. Ricardo Levene, presidente da Junta de Historia y Numismática Americana, ao IHGB, solicitando colaboração deste para a Historia de la Nación Argentina, encomendada pelo governo daquele país. Acompanham cópias de ofícios do IHGB.” Buenos Aires, RJ. 1935.

“Saudação do Embaixador do México A. Reys a Ricardo Levene na Junta de Historia y Numismática de Buenos Aires. Conferência do Dr. Ricardo Levene na Biblioteca do Jockey Club, em 1936 (impresso). La vida consagrada de Mariano Moreno”. 1936.

“Carta (cópia) do Dr. Max Fleiuss ao prof. Mendes Correa comunicando haver sido convidado pela Junta de Historia y Numismática Americana de Buenos Aires para colaborar na “Historia de la Nación Argentina””. Rio, 20 de junho de 1935.

“Diploma de sócio correspondente da Junta de Historia y Numismática Americana conferido ao Dr. Max Fleiuss”. Buenos Aires, 19 de agosto de 1922.

“Cartões de Manoel Bomfim a João Martins Ribeiro solicitando o envio de livros”. 1914.

“Conceito e interpretação da História da América e Técnica de Bibliografia e dos Arquivos”. Artigo de Max Fleiuss. 1937.

“Carta de Fidelino de Figueiredo a Max Fleiuss: consultas, solicitações”. 1920.

“Cartas de Ricardo Levene ao Dr. Max Fleiuss sobre a comissão argentina para o Congresso de História da América, etc.”. 1914-1941.

“Carta de Ramón Cárcano ao Dr. Max Fleiuss agradecendo exemplar do Jornal do Comércio”. 1938.

“Correspondência do Congresso Pan-Americano de Geografia e História (cartas, telegramas, ofícios)”. RJ, Belo Horizonte. 1932-1934.

“Carta de Germain Martin ao Dr. Max Fleiuss agradecendo-lhe os volumes referentes à História do Brasil”. RJ. 19 de abril de 1923.

“Carta de H. Delsaux a Max Fleiuss agradecendo-lhe as referências publicadas no ‘Jornal do Commercio’, sobre seu trabalho”. França, 09 de março de 1932.

“Cartas de Oliveira Viana ao Dr. M. Fleiuss acerca de sua eleição para a Societé des Americanistes de Paris e outros assuntos”. RJ. 1925.

“Carta de Rafael Altamira a Max Fleiuss agradecendo ofertas de livros”. 1933-1934.

Obras de Max Fleiuss:

FLEIUSS, Max. *Dom Pedro Segundo*. RJ: Imprensa Nacional, 1940.

_____. *O Instituto Histórico através de sua revista: boletim do Instituto Histórico*. RJ: Imprensa Nacional, 1938.

Artigos da Revista do Instituto:

FLEIUSS, Max. *O Brasil e seu descobrimento*. 1945.

_____. *D. Pedro II e as letras pátrias*. 1925.

_____. *D. Pedro II*. 1925.

_____. *O imperador julgado pelos intelectuais*. 1925.

_____. *Pedro II e o Instituto Histórico*. 1925.

Da conveniência de um acordo luso-brasileiro. s/a. Conferência realizada a 23 de novembro de 1909 na Sociedade de Geographia de Lisboa, 1913.

Anais de Congressos de História:

I Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro. Atas e teses apresentadas. IHGB, v.1, 1914.

II Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro. Atas, teses apresentadas, regulamento, etc. IHGB, v.1, 1931.

III Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro. Histórico. IHGB, v.1, 1938.

IV Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro. Origem e organização do IV Congresso de História Nacional. IHGB, v.1, 1949.

Congresso Internacional de História da América. Rio de Janeiro. Atas, programas, pareceres, etc. v.1, 1922.

Congresso Pan-americano de Geografia e História. Rio de Janeiro. Atas, memórias e indicações. v.1 e volume especial. 1932-1933.

Periódicos:

Revista del Archivo General de Buenos Aires (1869-1870).

Revista de la Academia Americana de la Historia (1928-1931).

Revista de Buenos Aires: periódico mensual de historia americana, literatura y derecho de la República Argentina (1870-1871).

Revista de las Españas (1926-1932).

Nueva Revista de Buenos Aires (1881-1883).

The Hispanic American Historical Review (1920-1949).

ACERVO: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO.**Obras de Fidelino de Figueiredo já listadas nas fontes citadas.****Periódico:**

Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional (1938-1947).

ACERVO: REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA.

Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional (1919-1922).

ACERVO: BIBLIOTECA FLORESTAN FERNANDES (FFLCH/USP).**Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo – Remetentes consultados:**

Capistrano de Abreu (1 carta).

Academia Argentina de Letras (2 cartas).

Academia de Ciências de Lisboa (5 cartas).

José Maria Acosta (26 cartas).

Centro de Estudos Históricos (1 carta).

Fortunato de Almeida (136 cartas).

Rafael Altamira (5 cartas).

Antonio Soares Amora (23 cartas).

Luis Jimenez Asúa (1 carta).
Padre Luís Gonzaga de Azevedo (5 cartas).
Antonio Ballesteros y Beretta (50 cartas).
Manuel Bandeira (31 cartas).
Frei Antônio M. de Barcelona (7 cartas).
Roger Bastide (2 cartas).
Henry Berr (1 carta).
Clóvis Beviláqua (2 cartas).
Antonio Candido (2 cartas).
Pedro Calmon (2 cartas).
Francisco Campos (4 cartas).
Padre Luís Gonzaga Cabral (13 cartas).
Ronald de Carvalho (3 cartas).
Luis da Câmara Cascudo (7 cartas).
Centro Republicano Português (1 carta).
Centro Dom Vital (1 carta).
Real Academia de La Historia, Madrid (1 carta).
Centro de Estudos Históricos, Madrid (1 carta).
Hernani Cidade (49 cartas).
Antonio D. do Prado Coelho (93 cartas).
Jaime Cortesão (24 cartas).
Benedetto Croce (16 cartas).
Júlio Dantas (22 cartas).
Blanche Duhamel (1 carta).
Georges Duhamel (1 carta).
Padre Ernesto Ferreira (15 cartas).
Anthero de Figueiredo (134 cartas).
Jackson de Figueiredo (30 cartas).
Correspondências ativas de Fidelino (3 cartas).
Max Fleiuss (10 cartas).
Padre Leonel Franca (7 cartas).

Gilberto Freyre (18 cartas).
Manuel da Silva Gaio (173 cartas).
Enrique Gandia (3 cartas).
Georges Le Gentil (57 cartas).
Pierre Le Gentil (4 cartas).
Roberto Giusti (34 cartas).
José Ingenieros (1 carta).
M. Th. Legrand (9 cartas).
Pierre Legrand (9 cartas).
Ricardo Levene (8 cartas).
Alceu Amoroso Lima (38 cartas).
José de Oliveira Lima (5 cartas).
Paulo Merea (108 cartas).
S. Griswold Morley (39 cartas).
Afrânio Peixoto (13 cartas).
Ramón Menéndez Pidal (39 cartas).
Edgard Prestage (334 cartas).
Sigfrido Radaeli (1 carta).
José Lins do Rêgo (1 carta).
Julian Ribera (6 cartas).
Robert Ricard (190 cartas).
Padre Francisco Rodrigues (79 cartas).
Ricardo Rojas (2 cartas).
Pedro Sainz e Rodrigues (14 cartas).
Antônio Sérgio (16 cartas).
Jonathas Serrano (5 cartas).
Alberto Gomes da Silva (14 cartas).
José Roberto de Macedo Soares (1 carta).
Affonso de E. Taunay (9 cartas).
Luigi Tornelli (25 cartas).
Miguel de Unamuno (4 cartas).

Padre Agostinho Veloso (9 cartas).

ACERVO: BIBLIOTECA NACIONAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA.

Obras:

ALTAMIRA, Rafael. *Trece años de labos americanista docente*. Madrid: Unión Ibero-Americano, 1930.

_____. *História de España y de la civilización española*. Barcelona: Herederos de Juan Gili, 1913-1914.

_____. *La colonización española en América*. Madrid: Tip. Artística Sáez Hermanos, s/d.

CARBIA, Rómulo. *Historia crítica de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Ed. Coni, 1940.

ROJAS, Ricardo. *La restauración nacionalista. Crítica de la educación argentina y bases para una reforma en el estudio de las humanidades modernas. Obras completas. T. IV. 2ª ed.* Buenos Aires: La Facultad, 1922.

Atas de Congressos de História:

Atas do II Congresso Internacional de História da América. Buenos Aires, 1937.

ACERVO: INSTITUTO DE HISTORIA DEL DERECHO DE BUENOS AIRES.

LEVENE, Ricardo. *Investigación, enseñanza universitaria y cultura general*. La Plata: Extensión Universitaria (Conferencias), Imprensa H. E. Benevides, n. 13, abril de 1933.

_____. *La cultura histórica y el sentimiento de nacionalidad*. Buenos Aires – México: Espasa – Calpe Argentina, 1946.

_____. *Política cultural argentina y americana*. Buenos Aires: M. Gleizer, 1937.

_____. *Ensayo histórico sobre la Revolución de Mayo y Mariano Moreno: contribución al estudio de los aspectos político, jurídico y económico de la Revolución de 1810*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, 1921.

_____. *La révolution de l'Amérique Espagnole en 1810: essai historique sur la Révolution de Mai et Mariano Moreno*. Paris: Revue de l'Amérique Latine, 1924.

_____. (org.). *Historia de la nación argentina [desde los orígenes hasta la organización definitiva en 1862]*. Buenos Aires: EL Ateneo , 1961. 10 volúmenes.

_____. *Las ideas políticas y sociales de Mariano Moreno*. Buenos Aires: Emecé, 1948.

_____. *Investigación, enseñanza universitaria y cultura general*. La Plata: Extensión Universitaria (Conferencias), Imprensa H. E. Benevides, n. 13, abril de 1933.

ACERVO: ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA ARGENTINA.

Documentación manuscrita e impresa organizada por Ricardo Levene:

Nota a los profesores del presidente de la Comisión Revisora Argentina, Ricardo Levene. In: Comisión Argentina Revisora de Textos de Historia y Geografía Americanas. Buenos Aires: El Ministerio, 1936.

Colección de artículos aparecidos en publicaciones periódicas. 6 p, s/d.

Comisión nacional de Museos y de Monumentos y lugares históricos: memoria correspondiente al año 1938. 11 p, Buenos Aires, 1939.

Documentos del Congreso general constituyente de 1824-1827: introducción al v. XIII de "Documentos" publicado por el Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires. 19 p, La Plata, 1949.

Academia Nacional de la Historia – Segundo Congreso Internacional de Historia de América. Buenos Aires, 1938. V. I: Disertaciones, discursos, actas y resoluciones generales del Congreso; V. II: Colaboraciones: sección historia política.

Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Buenos Aires, 1913.

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. SP: Paz e Terra, 2002.

AMORA, Antonio Soares. *O essencial sobre Fidelino de Figueiredo*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s/d.

ANZOÁTEGUI, Victor Tau. Altamira y Levene: una amistad y un paralelismo intelectual. México: *Separata de Cuadernos del Instituto de Investigaciones Jurídicas*, ano V, n. 15, 1990.

_____. Ricardo Levene y la Biblioteca de Autores Brasileños traducidos al Castellano. *Academia Portuguesa de História*. IV Congresso das Academias de História Íbero-Americana. V. II. Lisboa, 6 a 13 de novembro de 1994.

ANZOÁTEGUI, Victor Tau; URQUIJO, José M. Mariluz e MAEDER, Ernesto J. A. (org.). *La Junta de Historia y Numismática Americana y el movimiento historiográfico en la Argentina (1893-1938)*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1995.

AQUINO, S. Tomás. *Del ente y de la esencia*. Editorial Losada, 1940.

_____. *El ente y la esencia*. Editorial Instituto de Filosofía de la Facultad de Filosofía y Letras de Buenos Aires, 1940.

_____. *Ente y esencia*. Editorial Tor, 1940.

AYALA, María de los Ángeles. *Cartas inéditas de Rafael Altamira a Domingo Amunátegui Solar*. Cuadernos de América sin Nombre, n. 14. Alicante, s/d.

BARCELOS, Ana Paula. *Discurso Jurídico e (des)qualificação moral e ideológica das classes subalternas na passagem à modernidade: Evaristo de Moraes (1871-1939)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

_____. Fidelino de Figueiredo e Jonathas Serrano. Pensamento católico e radicalização política na década de 1930. Algumas reflexões. In: *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. V. 2, n. 4, maio-agosto de 2010.

_____. Poder, obediência e submissão em August Strindberg. *Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology*. SP, v. 5, n. 2, novembro de 2008.

BEIRED, José Luis Bendicho. Hispanismo: um ideário em circulação entre a Península Ibérica e as Américas. *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*, Campinas, 2006.

_____. O hispano-americanismo historiográfico: Espanha e América na perspectiva de Ricardo Levene e Rafael Altamira. *História Unisinos*, 13 (1); janeiro/abril 2009.

BERLINCK, Manoel Tosta. La insuficiencia inmunológica psíquica. *Boletín de Novedades de la Librería Pulsional*, SP, n. 10, v. 103, 1997.

- BERLINCK, Manoel Tosta; KOLTAI, Caterina; CANONGIA, Ana Irene. Esquizofrenia e miscigenação. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. IV, n. 4, dezembro de 2001.
- BERTONI, Lilia Ana. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas. La construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- BESSONE, Tânia Maria. *Palácios de destinos cruzados: Bibliotecas, homens e livros (1870-1920)*. RJ: Arquivo Nacional, 1999.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOFF, Clodovis. Cristianismo e Secularização. *Convergência*, XI, n. 114, julho/agosto de 1978.
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina – Males de origem*. 4ª ed. RJ: Topbooks, 1993.
- BORGES/FERRARI, Osvaldo. *Sobre a amizade e outros diálogos*. SP: Hedra, 2009.
- _____. *Sobre os sonhos e outros diálogos*. SP: Hedra, 2009.
- BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia M. (org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. SP: Companhia das Letras, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. SP: Ed. Perspectiva, s/d.
- _____. *Coisas Ditas*. SP: Brasiliense, 1990.
- BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.) *Memória e (Res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas perspectivas*. SP: Unesp, 1992.
- CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. RJ: Editora Nacional, 1937.
- CAMPOS, Fernando Arruda. *Tomismo e neotomismo no Brasil*. SP: Grijalbo, 1968.
- CARPEAUX, Otto Maria. *Alceu Amoroso Lima por Otto Maria Carpeaux*. RJ: Graal, 1978.
- CATTARUZZA, Alejandro e EUJANIAN, Alejandro. *Políticas de la historia. Argentina 1860-1960*. Buenos Aires: Alianza, 2003.
- CATTARUZZA, Alejandro. *Historia de la Argentina, 1916-1955*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.
- _____. *Los usos del pasado. La historia y la política argentinas en discusión, 1910-1945*. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Autoritarismo Afetivo: A Prússia como sentimento*. SP: Escuta, 2005.

- _____. *Édipo e Excesso: Reflexões sobre Lei e Política*. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 2002.
- _____. *Estridente Strindberg*. RJ: NPL, 2008.
- _____. *Habermas com acento tomista e fundamentalista – Direito Patriótico e príncipe (im)perfeito*. Comunicação apresentada no VI Encontro Internacional do Fórum Universitário Mercosul. Aracajú, 12 a 14 de setembro de 2007.
- CHARTIER, Roger. (org). *Práticas de Leitura*. SP: Estação Liberdade, 1996. p. 143-175.
- CHESTERTON, Gilbert K. *A short history of England*. Sevenoaks: Fisher Press, 1997.
- _____. *Eugenics and other Evils*. Bruxelles: Collins, 1922.
- _____. *Orthodoxy. The Classic Account of a Remarkable Christian Experience*. EUA: Shaw Books, 2004.
- _____. *São Tomás de Aquino: as complexidades da razão*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- CORÇÃO, Gustavo. *Três Alqueires e uma Vaca*. 5ª ed. RJ: Agir, 1958.
- COSTA, Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. 2ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 1967.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões – Campanha de Canudos*. 34ª ed. RJ: Francisco Alves, 1989.
- DEVOTO, Fernando (org.). *La historiografía argentina en el siglo XX*. Buenos Aires: Editores de América Latina, 2006.
- DEVOTO, Fernando e PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2009.
- DONGHI, Tulio Halperin. *El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2006.
- DUMONT, Louis. *Homo Aequalis*. SP: EDUSC, 2000.
- _____. *Homo hierarchicus*. SP: EDUSP, 1992.
- FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. SP: Editora 34, 2004.
- FEBVRE, Lucien. *A Europa: gênese de uma civilização*. SP: EDUSC, 2004.
- _____. *Michelet e a Renascença*. SP: Scritta, 1994.
- FERES JR., João. *A história do conceito de 'Latin America' nos Estados Unidos*. Bauru/SP: EDUSC, 2005.

- FERNANDES, Cléa Alves Figueiredo. *Jackson de Figueiredo: Uma trajetória apaixonada*. RJ: Forense Universitária, 1989.
- FIGUEIREDO, Jackson de. *Cartas*. Série Jackson de Figueiredo. RJ: Centro Dom Vital, s/d.
- _____. *Correspondência*. 3ª ed. RJ: Agir, 1946.
- FONSECA, Edson Nery da. (org.). *Americanidade e Latinidade na América Latina e outros textos afins*. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Edição Standard Brasileira das obras completas de Freud. V. XXI. RJ: Imago Editora, 1969.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. RJ: Ed. Maia & Schmidt, 1933.
- _____. _____. 32ª ed. RJ: Record, 1997.
- GAUCHET, Marcel. *La condition historique. Entretiens avec François Azouvi et Sylvain Piron*. Paris: Gallimard, 2008.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais – Morfologia e História*. SP: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Nenhuma Ilha é uma Ilha – Quatro visões da literatura inglesa*. SP: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *O Fio e os Rastros: Verdadeiro, falso e fictício*. SP: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *Olhos de Madeira: Nove reflexões sobre a distância*. SP: Companhia das Letras, 2001.
- GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E. e PONI, C. (org.). *A Micro-história e outros ensaios*. SP: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.
- GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. RJ: FGV, 1996.
- GOMES, Francisco José Silva. De súdito a cidadão: os católicos no Império e na República. In: *História e Cidadania. XIX Simpósio Nacional da Anpuh. Belo Horizonte, 1997*. Vol. II. SP: Anpuh, Humanitas, USP, 1998.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. (org.). *Afinidades Atlânticas: Impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. RJ: Quartet, 2009.
- _____. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. RJ: Museu da República, 2007.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. RJ: 7Letras, 2006.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, RJ, v. 1, n. 1, 1988.

HAROCHE, Claudine. Des formes et des manières en démocratie. *Raisons Politiques*, n. 1, février 2001.

_____. Le comportement de déférence : du courtisan à la personnalité démocratique. In : *La déférence*. Communications – École des Hautes Études en Sciences Sociales – Centre d'Études Transdisciplinaires (Sociologie, Anthropologie, Histoire). Seuil, 2000.

HEGEL, G. W. Friedrich. *A razão na história: Uma introdução geral à filosofia da história*. SP: Editora Moraes, 1990.

_____. *Leçons sur la philosophie de l'histoire*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1967.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26^a ed. SP: Companhia das Letras, 2004.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil – Capítulos de historiografia brasileira*. RJ: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.

_____. *História e Ideologia*. SP: Editora Perspectiva, 1971.

JUAN, Eva Maria Valero. Rafael Altamira y la 'patria intelectual' hispano-americana. *América sin nombre*, n. 3, Alicante, junho de 2002.

_____. *Rafael Altamira y la 'reconquista espiritual' de América*. Murcia: Universidad de Alicante, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. RJ: EDUERJ; Contraponto, 1999.

_____. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

_____. *The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

_____. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992.

KOUBI, G. E GUGLIELMI, G. *Les égalités des chances*. Paris : La Rècouverte, 2000.

LEGENDRE, Pierre. *O amor do censor: ensaio sobre a ordem dogmática*. RJ: Forense Universitária/Colégio Freudiano, 1983.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o ressentimento (e os argentinos). *Novos Estudos CEBRAP*, n. 64, novembro de 2002.

- LIMA, Alceu Amoroso. *El Problema de la Burguesía*. Buenos Aires: Cursos de Cultura Católica, 1939.
- LIMA, M. O. *Na Argentina: impressões 1918-19*. RJ: Weiszflog, 1920.
- LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. RJ: 7Letras, 2006.
- LOUSADA, Luiz Cláudio D'Álamo. Embaixador Maurício Nabuco. *Tribuna de Petrópolis*, 09 de setembro de 2001.
- LÖWITH, Karl. *O sentido da história*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- LÖWY, Michael. *Redenção e Utopia: O judaísmo libertário na Europa Central (Um estudo de afinidade eletiva)*. SP: Companhia das Letras, 1989.
- LUSTOSA, Frei Oscar de Figueiredo. *A presença da Igreja no Brasil*. SP: Editora Giro Ltda, 1977.
- MARITAIN, Jacques. *Distinguir para Unir o Los Grados del Saber*. Tomo I. Buenos Aires: Ediciones Desclée de Brouwer, 1947.
- _____. *Humanismo Integral: Uma visão nova da ordem cristã*. SP: Companhia Editora Nacional, 1945.
- _____. *Sobre a Filosofia da História*. SP: Editora Herder, 1962.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem anos de solidão*. RJ: O Globo; SP: Folha de São Paulo, 2003.
- _____. *La soledad de América Latina*. Discurso de aceitação do Prêmio Nobel de Literatura, 1982.
- MARRAMAIO, Giacomo. *Poder e Secularização: As categorias do tempo*. SP: Unesp, 1995.
- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja de Lutero a nossos dias. Vol III: A era do liberalismo*. Edições Loyola, 1996.
- MELO, Romeu de. (org.) *Os intelectuais e a política*. Lisboa: Editorial Presença, 1964.
- MENDONÇA, Carlos Sussekind. *Silvio Romero de corpo inteiro*. RJ: Ministério da Educação e Cultura, 1963.
- _____. *Silvio Romero: sua formação intelectual: 1851-1880*. SP: Ed. Nacional, 1938.
- MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. SP: Companhia das Letras, 1989. 7 volumes.
- Ministério das Relações Exteriores. *A visão do outro: seminário Brasil-Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000.

- MOREJÓN, J. García. *Dos coleccionadores de angústias: Unamuno y Fidelino de Figueiredo*. SP: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1967.
- MORSE, Richard M. *O Espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. SP: Companhia das Letras, 1988.
- MUÑOZ, Isidro Sepúlveda. Rafael Altamira. Programa americanista español. In: *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie V, t. 3, 1990.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: UNB, 1963.
- _____. *Um Estadista do Império*. RJ: Topbooks, 1997.
- NABUCO, Maurício. *Reflexões e Reminiscências*. RJ: FGV, 1982.
- NEDER, Gizlene. *Iluminismo Jurídico-Penal Luso-Brasileiro: Obediência e Submissão*. RJ: Freitas Bastos Editora/ICC, 2000.
- _____. *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*. RJ: Achiamé, 1979.
- NEDER, Gizlene e BARCELOS, Ana Paula. Intelectuais, circulação de ideias e apropriação cultural. Anotações para uma discussão metodológica. In: *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. V. 1, n. 1, janeiro-julho de 2009.
- NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Ecos da Segunda República e da Guerra Civil Espanhola no Brasil. In: *Revista Tempo*, Niterói, v. 4, n. 8, dezembro de 1999.
- _____. *Idéias jurídicas, poder e autoridade na família*. RJ: Revan, 2007.
- _____. *Jogo de Espelhos e Gramática dos Sentimentos: Teoria crítica na América Latina*. No prelo, 2008.
- _____. O Atlântico como pátria (Livros e idéias entre Portugal e Brasil). *Revista Convergência Lusítada*, 19, número especial, Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 2002.
- _____. Os filhos da lei. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 45, fevereiro de 2001.
- _____. Sobre o conceito de América Latina: Uma proposta para repercutir nos festejos do bicentenário. *Pilquen. Sección Ciencias Sociales, Dossier Bicentenario, Año XII*, n. 12, 2010.
- PAIM, Antonio. *A Filosofia da Escola do Recife*. RJ: Ed. Saga, 1966.
- _____. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. 2ª ed. SP: Grijalbo, 1974.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: Um vitoriano dos trópicos*. SP: Unesp, 2005.
- PELOSI, Hebe Carmen. *Rafael Altamira y la Argentina*. Cuadernos de América sin nombre, n. 11, Alicante, s/d.

PILETTI, Nelson e PRAXEDES, Walter. *Dom Helder Camara: O profeta da paz*. 2ª ed. SP: Contexto, 2008.

Pio e Mário: diálogo da vida inteira. A correspondência entre o fazendeiro Pio Lourenço Corrêa e Mário de Andrade. 1917-1945. SP: Edições SESC SP; RJ: Ouro Sobre Azul, 2009.

PORTILLA, Ascensión H. de León. *Los exilios españoles. El exilio de Altamira*. Biblioteca Jurídica Virtual – Universidad Nacional Autónoma de México. Site: www.bibliojuridica.org/libros/4/1765/6.pdf.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. SP: Oficinas Gráficas Duprat-Mayença, 1928.

REVISTA Americana. Uma iniciativa de cooperação intelectual (1909-1919). Coleção Brasil 500 anos. Brasília: FUNAG, 2001.

RIBEIRO, Darcy. *América Latina Nação*. Coletânea de textos. Organização de José Domingos de Brito. SP: Parlamento Latinoamericano, 1998.

_____. *As Américas e a civilização: Estudos de antropologia da civilização*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. Círculo do Livro, 1995.

RIOS, Kênia Souza e FURTADO FILHO, João Ernani (org.). *Em Tempo: história, memória e educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Traços intelectuais de Fidelino de Figueiredo. In: *Carta Mensal*, Confederação Nacional do Comércio, RJ, v. 45, n. 539, fevereiro de 2000.

ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2006.

ROMERO, Silvio. *Obra filosófica*. Livraria José Olympio Editora e Editora da USP, 1969.

RUSSELL, P. E. (ed). *Introducción a la cultura hispánica. I- Historia, arte, música*. Barcelona: Editorial Crítica – Grupo Editorial Grijalbo, 1982.

SAID, Edward. *Fora do Lugar: Memórias*. SP: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. SP: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Representações do intelectual. As conferências Reith de 1993*. SP: Companhia das Letras, 2005.

SANTIAGO, Silviano. *As raízes e o labirinto da América Latina*. RJ: Rocco, 2006.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil – Ensaio de história e cultura*. RJ: Ed. UFRJ, 2007.

- SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1981.
- SARLO, Beatriz. Conflitos e representações culturais. *Novos Estudos CEBRAP*, 75, julho de 2006.
- SCHMITT, Carl. *Teologia Política*. MG: Del Rey, 2006.
- SCHORSKE, Carl. *Pensando com a história: Indagações na passagem para o modernismo*. SP: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Viena fin-de-siècle – Política e Cultura*. SP : Companhia das Letras, 1988.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. RJ/SP: Paz e Terra; USP, 1984.
- SÉRGIO, António. *Breve interpretação da história de Portugal*. 9ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1979.
- _____. *Ensaio*. 2ª ed. Coimbra: Atlântica, 1949.
- SILVA, Daniella Amaral Diniz da. *Alteridade e idéia de nação na passagem à modernidade: o círculo Rio Branco no Brasil – ‘Ubique Patriae Memor’*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- SILVA, Francisco Carlos T. da.; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; e VIANNA, Alexander Martins. (org.). *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita – Idéias, Instituições e Personagens*. RJ: Tempo, Mauad, Faperj, 2000.
- SUSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. *História e Dependência – Cultura e Sociedade em Manuel Bomfim*. SP: Editora Moderna, 1984.
- TAVARES, José Nilo. *Conciliação e radicalização política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- TERÁN, Oscar. *Historia de las ideas en la Argentina. Diez lecciones iniciales, 1810-1980*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.
- _____. *Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910). Derivas de la ‘cultura científica’*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: Ensaio de antropologia geral*. Campinas: Papyrus, 1996.
- _____. *Nous et les autres. La réflexion française sur la diversité humaine*. Paris : Éditions du Seuil, 1989.
- VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. 4ª ed. RJ: José Olympio, 1959.

VIDAL-FOLCH, Ariadna; CORTE, Gabriela Dalla; CAMPS, Ferrán (Ed.). *De las Independencias al Bicentenario. Trabajos presentados al Segundo Congreso Internacional de Instituciones Americanistas, dedicado a los fondos documentales desde las Independencias al Bicentenario*. Barcelona, 20 de octubre de 2005.

VILLAÇA, Antonio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. RJ: Zahar Editores, 1975.

VITA, Luis Washington. *Antologia do pensamento social e político no Brasil*. SP: Editorial Grijalbo, 1938.

WEHLING, Maria José M. Cavalleiro de Macedo. *A idéia de história em Fidelino de Figueiredo*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1983.

ZAMMITO, John. Koselleck's philosophy of historical time(s) and the practice of history. *History and Theory*, 43, fevereiro de 2004.

ZAPATERO, Virgilio. El legado constitucional del exilio. In: *Espacios y protagonistas del exilio*. Fundación Pablo Iglesias, 3 a 6 de fevereiro de 2006. Dossier 1/2003.

Mercosul Social e Participativo. Construindo o Mercosul dos povos com democracia e cidadania. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República; MRE; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.

ANEXOS

ANEXO 1

**QUADRO DE OBRAS ENVIADAS PELO ITAMARATY A INSTITUIÇÕES
ARGENTINAS E PORTUGUESAS**

Fonte: Listagens contidas em arquivos do Material das Missões Diplomáticas do Itamaraty – Décadas de 1930 e 1940

Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty

AUTOR	OBRA(S)	INSTITUIÇÃO DE DESTINO	ANO DE ENVIO	NÚMERO DE REFERÊNCIAS
Barão do Rio Branco	História do Brasil	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	2
	História do Brasil	Associação Cultural Feminina Júlia Lopes de Almeida (Argentina)	1936	
Hildebrando Accioly	O reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	5
	Actos internacionaes vigentes no Brasil	Sala Brasil (Portugal)	1934	
	O reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	
	Actos internacionaes vigentes no Brasil	Biblioteca da Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade Nacional de Tucumán (Argentina)	1939	
	Limites do Brasil	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)	1940	
Aripino Grieco	Evolução da prosa brasileira	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	6
	Gesto novo			
	Introdução ao estudo	Sociedade Luso-	1938	

	da poesia brasileira	Africana de Lisboa (Portugal)		
	Introdução ao estudo da prosa brasileira			
	Gente nova do Brasil			
	Gente nova do Brasil	Valentim Mendes (Nova Goa)		
Felix Pacheco	A política americana do Brasil	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	1
Raul A. de Campos	Relações diplomáticas do Brasil	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	3
	Relações diplomáticas do Brasil	Sala Brasil (Portugal)		
	Legislação internacional do Brasil	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)		
João Ribeiro	As nossas fronteiras	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	5
	As nossas fronteiras	Sala Brasil (Portugal)		
	As nossas fronteiras	Associação Cultural Feminina Júlia Lopes de Almeida (Argentina)	1936	
	História do Brasil	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)	1938	
	Língua nacional			
José Maria dos Santos	Política geral do Brasil	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	2
	Política geral do Brasil	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)	1938	

Baptista Pereira	Civilização contra barbárie	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	8
	O Brasil e a raça	Sala Brasil (Portugal)		
	Vultos e episódios	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	
	Vultos e episódios do Brasil	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)		
	Vultos e episódios do Brasil	Instituto Rivadavia (Argentina)	1939	
	Vultos e episódios do Brasil	Círculo de Estudantes Secundários de Buenos Aires (Argentina)		
	Vultos e episódios do Brasil	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)		
	Figuras do Império e outros ensaios	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)	1940	
Xavier de Oliveira	Intercambio intelectual americano	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	2
	Intercambio intelectual americano	Associação Cultural Feminina Júlia Lopes de Almeida (Argentina)	1936	
Simões da Silva	Viagens etnográficas sul americanas	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	2
	Viagens			
Pandιά Calógeras	Relações exteriores do Brasil	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	12
	Relações exteriores do Brasil	Sala Brasil (Portugal)		

	Estudos históricos	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	
	Marquês de Barbacena			
	Problema de governo			
	Estudos históricos e políticos	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)		
	Formação histórica do Brasil	Instituto Rivadavia (Argentina)		
	As minas do Brasil e sua legislação	Círculo de Estudantes Secundários de Buenos Aires (Argentina)	1939	
	Formação histórica do Brasil	Círculo Cultural Tolosano		
	Formação histórica do Brasil	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)		
	Marquês de Barbacena	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
	A política exterior do Império			
M. Coelho Rodrigues	Trabalhos jurídicos e impressões	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	2
	Impressões americanas	Associação Cultural Feminina Júlia Lopes de Almeida (Argentina)	1936	
Manoel Bernardes	O gigante deitado	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	2
	O gigante deitado	Associação Cultural Feminina Júlia Lopes de Almeida (Argentina)	1936	
José Carlos de Macedo Soares	A borracha	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	6
	O cardinalato			

	A borracha	Associação Cultural Feminina Júlia Lopes de Almeida (Argentina)	1936	
	O cardinalato			
	Fronteira do Brasil no regime colonial	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	
	Fronteira do Brasil no regime colonial	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Mario de Andrade	A música e a canção popular no Brasil	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	3
	Poesia	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	
	Pequena história da música	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Joaquim Caetano da Silva	L'Oyapoc et l'Amazonie (2 volumes)	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	1
H. P. de Vasconcellos	Primeiros passos do Brasil econômico	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	2
	Primeiros passos do Brasil econômico	Associação Cultural Feminina Júlia Lopes de Almeida (Argentina)	1936	
Rui Barbosa	Actes et discours	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	3
	Actes et discours	Sala Brasil (Portugal)		
	Mocidade e exílio – Cartas	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	

J. Felício dos Santos	Le diamant au Brésil	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	2
	Memória do districto diamantino	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	
Amílcar Savassi	A sericicultura no Brasil	Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia (Argentina)	1934	2
	A sericicultura no Brasil	Associação Cultural Feminina Júlia Lopes de Almeida (Argentina)	1936	
M. Bernardez	El Brasil, 1908	Sala Brasil (Portugal)	1936	1
A. Briggs	Extradicação	Sala Brasil (Portugal)	1936	1
Ronald de Carvalho	Pequena história da literatura brasileira	Associação Cultural Feminina Júlia Lopes de Almeida (Argentina)	1936	4
	Pequena história da literatura brasileira	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)	1938	
	Toda a América	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)	1939	
	Pequena história da literatura portuguesa	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Júlia Lopes de Almeida	Histórias da nossa terra	Associação Cultural Feminina Júlia Lopes de Almeida (Argentina)	1936	1
Waldomiro Potsch	O Brasil e suas riquezas	Associação Cultural Feminina Júlia Lopes de Almeida (Argentina)	1936	1
Afrânio Peixoto	Minha terra e minha gente	Associação Cultural Feminina Júlia Lopes de Almeida	1936	5

		(Argentina)		
	Humour	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	
	Clima e saúde	Instituto Rivadavia	1939	
	Clima e saúde	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)		
	Panorama da literatura brasileira	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	
Joaquim Nabuco	Um estadista do Império	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	
	Minha formação			
	Um estadista do Império	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)		
	Camões e assumptos americanos	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	
	O abolicionismo			
	Minha formação			
	Um estadista do Império			
	Pages choises	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
	Um estadista do Império			
	O direito do Brasil			
	Pensamentos soltos			
	A intervenção estrangeira durante a Revolta de 1893			
	Escritos e discursos literários			
	Camões e assuntos americanos			
	O abolicionismo			
Balmaceda				
Gilberto Freyre	Sobrados e Mucambos	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	11

	Casa grande e senzala	Valentim Mendes (Nova Goa)		
	Nordeste	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	
	Região e tradição			
	Um engenheiro francês no Brasil			
	O mundo que o português criou			
	Nordeste	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
	O mundo que o português criou			
	Um engenheiro francês no Brasil			
	Região e tradição			
	Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife			
Afonso Arinos de Mello Franco	Conceito e civilização	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	5
	Conceito de civilização brasileira	Sociedade Luso- Africana de Lisboa (Portugal)		
	O índio brasileiro e a Revolução Francesa	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	
	Conceito de civilização brasileira	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
	O índio brasileiro e a Revolução Francesa			
Raimundo de Moraes	Na planície amazônica	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	2
	Na planície amazônica	Sociedade Luso- Africana de Lisboa (Portugal)		
Almeida Prado	Primeiros povoadores	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	3
	Primeiros povoadores do Brasil	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)	1940	

	Os primeiros povoadores do Brasil (1500-1530)	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Pedro Calmon	História da civilização brasileira	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	16
	História da civilização brasileira	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)	1938	
	História social do Brasil			
	O rei do Brasil	Valentim Mendes (Nova Goa)		
	História social do Brasil	Centro de Confraternidade Americana (Argentina)		
	Pequena historia da civilização brasileira			
	História social do Brasil	Instituto Rivadavia (Argentina)	1939	
	O rei do Brasil			
	Pequena historia da civilização brasileira	Círculo de Estudantes Secundários de Buenos Aires (Argentina)		
	O rei do Brasil			
	História da civilização brasileira		Círculo Cultural Tolosano (Argentina)	
	História social do Brasil			
	Resumo da história da literatura brasileira			
	História social do Brasil	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)	1940	
História da casa da torre	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942		
História da casa da torre	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943		
A. Costa	Introdução arqueológica brasileira	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	1
A. Saint-Hilaire	Viagem à província de Santa Catharina	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala	1938	3

	Segunda viagem ao interior do Brasil	Brasil (Portugal)		
	Viagem ao Rio Grande do Sul	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Manoel Bomfim	O Brasil	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	3
	O Brasil	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)		
	O Brasil	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Basílio de Magalhães	Expansão geográfica do Brasil colonial	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	3
	Expansão geográfica do Brasil colonial	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)		
	Expansão geográfica do Brasil colonial	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)	1940	
Vicente Licínio Cardoso	À margem da história do Brasil	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	2
	À margem da história do Brasil	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)		
Carolina Nabuco	Vida de Joaquim Nabuco	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	1
Viriato Correia	Gaveta de sapateiro	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	5
	Terra de Santa Cruz			
	Brasil de meus avós			
	Bahú velho			
	Contos do sertão			
Bastos d'Avilla	Questões de antropologia brasileira	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	2

	Questões de antropologia brasileira	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)		
Alcebíades Delamare	Villa Rica	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	2
	Cristóvão Colombo	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Mário Marroquim	Língua do Nordeste	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	2
	Língua do Nordeste	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)		
Alberto Rangel	Rumos e perspectivas	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	4
	Rumos e perspectivas	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)		
	No rolar do tempo	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	
	No rolar do tempo	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Alberto Faria	Mauá	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	1
Mello Leitão	Visitantes do Primeiro Império	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	10
	Zoo-geografia do Brasil	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)		
	O Brasil visto pelos ingleses		1939	
	A biologia do Brasil	Centro de Confraternidade Americana (Argentina)		

	Zoo-geografia do Brasil	Instituto Rivadavia (Argentina)		
	A biologia do Brasil	Círculo de Estudantes Secundários de Buenos Aires (Argentina)		
	Zoo-geografia do Brasil	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)		
	A biologia do Brasil			
	O Brasil visto pelos ingleses	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)	1940	
	A biologia no Brasil			
Azevedo Amaral	Brasil na crise actual	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	3
	A aventura política do Brasil	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)		
	A aventura política do Brasil	Centro de Confraternidade Americana (Argentina)	1939	
Alfredo Ladislau	Terra imatura	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	1
Oliveira Vianna	Raça e assimilação	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	8
	Raça e assimilação	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)		
	Evolución del pueblo brasileño	Centro de Confraternidade Americana (Argentina)	1939	
	Populações meridionais do Brasil	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)		
	Evolução do povo brasileiro	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)	1940	

	Pequenos estudos de psychologia social	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	
	Raça e assimilação	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
	Populações meridionais do Brasil			
Visconde de Taunay	Pedro II	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	2
	Retirada da Laguna	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)		
Urbino Vianna	Bandeiras e sertanistas	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	2
	Bandeiras e sertanistas baianos	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)		
Prado Maia	Através da história naval brasileira	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	4
	Através da história naval brasileira	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)		
	Através da história naval brasileira	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)		
	Através da história naval brasileira	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1942	
Roquette Pinto	Ensaios de antropologia brasileira	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	6
	Ensaios de antropologia brasileira	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)		
	Rondônia			
	Rondônia	Círculo de Estudantes Secundários de Buenos Aires (Argentina)	1939	

	Rondônia	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)		
	Ensaio de antropologia brasileira			
Couto de Magalhães	O selvagem	Grupo de Estudos Brasileiros e Sala Brasil (Portugal)	1938	1
Sérgio Buarque de Holanda	Raízes do Brasil	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)	1938	3
	Raízes do Brasil	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	
	Raízes do Brasil	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Helio Vianna	Formação brasileira	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)	1938	3
	Formação brasileira	Círculo de Estudantes Secundários de Buenos Aires (Argentina)	1939	
	Formação brasileira	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)		
José Maria Bello	Panorama do Brasil	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)	1938	5
	Panorama do Brasil	Valentim Mendes (Nova Goa)		
	Inteligência do Brasil	Instituto Rivadavia (Argentina)	1939	
	Inteligência do Brasil	Círculo de Estudantes Secundários de Buenos Aires (Argentina)		
	Inteligência do Brasil	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)		

Renato Mendonça	Influência africana no português do Brasil	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)	1938	1
Humberto de Campos	O conceito e a imagem na poesia brasileira	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)	1938	6
	O conceito e a imagem na poesia brasileira	Instituto Rivadavia (Argentina)	1939	
	O conceito e a imagem na poesia brasileira	Círculo de Estudantes Secundários de Buenos Aires (Argentina)		
	Antologia da Academia Brasileira de Letras	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)		
	O conceito e a imagem na poesia brasileira			
	Memórias			
Agenor de Miranda	O rio S. Francisco	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)	1938	1
W. Niemeyer	Curso de legislação brasileira do trabalho	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)	1938	1
Euclides da Cunha	Os sertões	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)	1938	6
	Canudos	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra	1942	
	Peru versus Bolívia			
	Canudos	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
	Peru versus Bolívia			
Os sertões				
Orlando Carvalho	O rio da unidade nacional	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)	1938	2
	O rio da unidade nacional, o São Francisco	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)	1940	

Virgínio de Santa Rosa	Paisagens do Brasil	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)	1938	1
João Ribeiro Pinheiro	História da pintura brasileira	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)	1938	1
Gonzaga Duque	História da arte no Brasil	Sociedade Luso-Africana de Lisboa (Portugal)	1938	1
Wanderley Pinho	Cotegipe e seu tempo	Valentim Mendes (Nova Goa)	1938	3
	Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
	Cotegipe e seu tempo			
José Veríssimo	Letras e literatos	Valentim Mendes (Nova Goa)	1938	2
	Letras e literatos	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)	1939	
Amoroso Lima	O espírito e o mundo	Valentim Mendes (Nova Goa)	1938	6
	No limiar da idade nova	Centro de Confraternidade Americana (Argentina)	1939	
	No limiar da idade nova	Instituto Rivadavia (Argentina)		
	No limiar da idade nova	Círculo de Estudantes Secundários de Buenos Aires (Argentina)		
	Poesia brasileira contemporânea	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	
	Meditação sobre o mundo moderno			
Gustavo Barroso	A ronda dos séculos	Centro de Confraternidade Americana (Argentina)	1939	3

	História Militar do Brasil	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)		
	História militar do Brasil	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1942	
Donatello Grieco	Napoleão e o Brasil	Centro de Confraternidade Americana (Argentina)	1939	2
	Napoleão e o Brasil	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)	1940	
Gastão Pereira da Silva	O romance de Oswaldo Cruz	Centro de Confraternidade Americana (Argentina)	1939	5
	Rodrigues Alves e sua época	Instituto Rivadavia (Argentina)		
	Prudente de Moraes o pacificador		1940	
	Rodrigues Alves e sua época	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)		
	Prudente de Moraes o pacificador			
Juan Beltrán	Historia del Brasil	Centro de Confraternidade Americana (Argentina)	1939	4
	Historia del Brasil	Instituto Rivadavia (Argentina)		
	Historia del Brasil	Círculo de Estudantes Secundários de Buenos Aires (Argentina)		
	Historia del Brasil	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)		
Manuel Bandeira	Antologia dos poetas brasileiros da fase romântica	Centro de Confraternidade Americana (Argentina)	1939	3

	Antologia dos poetas brasileiros da fase romântica	Círculo de Estudantes Secundários de Buenos Aires (Argentina)		
	Antologia dos poetas brasileiros da fase romântica	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)		
Ilmar Penna Marinho	Direito comparado, direito internacional privado, direito uniforme	Centro de Confraternidade Americana (Argentina)	1939	1
Adauto Fernandes	Direito industrial brasileiro	Centro de Confraternidade Americana (Argentina)	1939	1
Contreiras Rodrigues	Traços da economia social e Política do Brasil colonial	Centro de Confraternidade Americana (Argentina)	1939	1
Aroldo de Azevedo	Corografia do Brasil	Instituto Rivadavia (Argentina)	1939	3
	Corografia do Brasil	Círculo de Estudantes Secundários de Buenos Aires (Argentina)		
	Corografia do Brasil	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)		
Roberto Simonsen	História econômica do Brasil (1º e 2º volumes)	Instituto Rivadavia (Argentina)	1939	2
	História econômica do Brasil (1º e 2º volumes)	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)		
Fróes de Abreu	A riqueza mineral do Brasil	Instituto Rivadavia (Argentina)	1939	3
	A riqueza mineral do Brasil	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)		
	A riqueza mineral do	Instituto de Cultura Latino-Americana	1940	

	Brasil	(Argentina)		
Aníbal Matos	Pré-história brasileira	Instituto Rivadavia (Argentina)	1939	3
	Pré-história brasileira	Círculo de Estudantes Secundários de Buenos Aires (Argentina)		
	Pré-história brasileira	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)		
Luiz Norton	A corte de Portugal no Brasil	Instituto Rivadavia (Argentina)	1939	1
Contreiras Rodrigues	Traços da economia social e Política do Brasil colonial	Instituto Rivadavia (Argentina)	1939	1
Phocion Serpa	A vida gloriosa de Oswaldo Cruz	Instituto Rivadavia (Argentina)	1939	3
	A vida gloriosa de Oswaldo Cruz	Círculo de Estudantes Secundários de Buenos Aires (Argentina)		
	A vida gloriosa de Oswaldo Cruz	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)	1940	
Jorge Amado	Jubiabá	Círculo de Estudantes Secundários de Buenos Aires (Argentina)	1939	1
Álvaro Moreyra	Tempo Perdido	Círculo de Estudantes Secundários de Buenos Aires (Argentina)	1939	
Eloy Pontes	A vida inquieta de Raul Pompeia	Círculo de Estudantes Secundários de Buenos Aires (Argentina)	1939	3

	A vida contraditória de Machado de Assis	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	
	A vida contraditória de Machado de Assis	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
José Lins do Rego	Bangué	Círculo de Estudantes Secundários de Buenos Aires (Argentina)	1939	6
	Água mãe	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	
	Menino de Engenho			
	Hangué			
	Pureza			
	Usina			
Graciliano Ramos	Angustia	Círculo de Estudantes Secundários de Buenos Aires (Argentina)	1939	2
	Angústia	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	
Flausino Vale	Elementos do folklore musical	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)	1939	1
Heitor Lyra	História de D. Pedro II	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)	1939	4
	História diplomática e política internacional	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	
	História de D. Pedro II	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
	História diplomática e política internacional			
Alfredo Pujol	Machado de Assis	Círculo Cultural Tolosano (Argentina)	1939	1

Clóvis Bevilacqua	Código Civil (6 volumes)	Biblioteca da Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade Nacional de Tucumán (Argentina)	1939	1
Bento de Faria	Código Comercial Brasileiro (2 volumes)	Biblioteca da Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade Nacional de Tucumán (Argentina)	1939	1
Galdino de Siqueira	Direito Penal Brasileiro	Biblioteca da Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade Nacional de Tucumán (Argentina)	1939	1
Pontes de Miranda	Comentários à Constituição Federal de 10/11/1937 (2 volumes)	Biblioteca da Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade Nacional de Tucumán (Argentina)	1939	1
Temístocles Cavalcanti	Instituições de Direito Administrativo Brasileiro (2 volumes)	Biblioteca da Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade Nacional de Tucumán (Argentina)	1939	1
Eduardo Espindola	Sistema do Direito Civil Brasileiro	Biblioteca da Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade Nacional de Tucumán (Argentina)	1939	1
	Direito Internacional Privado			

A. Castagnino	Repositório da Legislação Brasileira (2 volumes)	Biblioteca da Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade Nacional de Tucumán (Argentina)	1939	1
Costa e Silva	Código Penal dos Estados Unidos do Brasil	Biblioteca da Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade Nacional de Tucumán (Argentina)	1939	1
Machado de Assis	Dom Casmurro	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)	1940	4
	Quincas Borba	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	
	Memórias póstumas de Brás Cubas			
	Dom Casmurro			
Luiz Amaral	História geral da agricultura brasileira	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)	1940	
Herman Watjen	O domínio colonial holandês no Brasil	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)	1940	2
	O domínio colonial holandês no Brasil	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Angyone Costa	Introdução à arqueologia brasileira	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)	1940	1
General C. de Magalhães	Viagem ao Araguaya	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)	1940	1
Araújo Lima	Amazônia	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)	1940	1
A. J. Sampaio	Fitogeografia do Brasil	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)	1940	1

Silveira Netto	Do Guaíra aos saltos do Iguassú	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)	1940	2
	Do Guaíra aos saltos do Iguassú	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz	Viagem ao Brasil (1865-1866)	Instituto de Cultura Latino-Americana (Argentina)	1940	1
Lúcia Miguel Pereira	Amanhecer	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	2
	Machado de Assis	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Dinah Silveira de Queirós	Floradas na serra	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	1
Carolina Nabuco	A sucessora	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	1
Wilhelm Schimdt	Ethnologia Sul-Americana	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	2
	Ethnologia Sul-Americana	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Affonso Ruy	A primeira revolução social brasileira	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	1
Graça Aranha	Aranha	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	1
Nelson Werneck Sodré	Orientações do pensamento brasileiro	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	5
	História da literatura brasileira			
	Oeste			
	História da literatura brasileira	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
	Oeste			

Stefan Zweig	Brasil país do futuro	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	1
Mário de Andrade	Música do Brasil	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	1
Mirian Latif	As Minas Geraes	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	1
Capistrano de Abreu	Caminhos antigos e povoamento do Brasil	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	2
	O descobrimento do Brasil			
Djacir Menezes	O outro nordeste	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	2
	O outro nordeste	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Luiz Vianna Filho	A sabinada	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	2
	A sabinada	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Alcântara Machado	Brasilio Machado	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	2
	Brasilio Machado	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Olívio Montenegro	O romance brasileiro	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	1
André Rebouças	Diários e notas autobiográficas	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	2

	Diários e notas autobiográficas	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Lindolfo Collor	Garibaldi e a Guerra dos Farrapos	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	2
	Garibaldi e a Guerra dos Farrapos	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Álvaro Ferraz e Andrade Lima Júnior	A morfologia do homem do nordeste	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	2
	A morfologia do homem do nordeste	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Octavio Tarquínio de Souza	Historia de dois golpes de Estado	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	5
	Bernardo Pereira de Vasconcellos e seu tempo			
	Bernardo Pereira de Vasconcellos e seu tempo	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
	Historia de dois golpes de Estado			
	Diogo Antonio Feijó			
Ignácio José Veríssimo	André Rebouças através de sua autobiografia	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	2
	André Rebouças através de sua autobiografia	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Cassiano Ricardo	Marcha para o Oeste	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	2
	Marcha para o Oeste	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Almir de Andrade	Formação da sociologia brasileira	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	2

	Formação da sociologia brasileira	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Sylvio Rabelo	Farias Brito ou uma aventura do espírito	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	2
	Farias Brito ou uma aventura do espírito	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Embaixador do Rio Branco	Reminiscências do Barão do Rio Branco	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	2
	Reminiscências do Barão do Rio Branco	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Mario Travassos	Introdução à geografia das comunicações brasileira	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	1
Argeu Guimarães	Dicionário Biobibliográfico da diplomacia brasileira	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	3
	Dicionário Biobibliográfico brasileiro	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
	Em torno do casamento de Pedro II			
Renato de Almeida	História da música brasileira	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	2
	História da música brasileira	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Aluizio Napoleão	Santos Dumont e a conquista do ar (1º e 2º volumes)	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	2
	O segundo Rio Branco			
Sergio Correia da Costa	As quatro coroas de D. Pedro I	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	2

	As quatro coroas de D. Pedro I	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	
Octavio de Faria	O lodo das ruas	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	1
Ricardo Levene	Síntese da história da civilização argentina	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	1
Ramón Cárcano	De Caseros ao XI de setembro	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	1
Bartolomé Mitre	Orações seletas	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	1
Juan Aberdi	Sanos	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	1
Eugenio de Castro	Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	1
Jayme de Barros	A política exterior do Brasil	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	1
Eryma Carneiro	As autarquias e as sociedades de economia mista	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	1
Hermes da Fonseca e Murilo de Miranda Bastos	Limites do Brasil	Instituto Brasileiro da Universidade de Coimbra (Portugal)	1942	1
Conde D'Eu	Viagem militar ao Rio Grande do Sul	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
C. Costa	O Visconde de Sinimbu	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
Hélio Lobo	Um verão da República	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
G. S. Souza	Tratado descritivo do Brasil em 1587	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
F. S. Medeiros	A liberdade de	Sociedade de	1943	1

	navegação no Amazonas	História Argentina (Argentina)		
H. A. Magalhães	O Visconde de Abaeté	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
W. Spalding	A Revolução Farroupilha	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
Carlos Seidler	História das guerras e revoluções do Brasil de 1825 a 1835	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
F. Cardim	Tratados da terra e gente do Brasil	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
J. H. Rodrigues	Civilização holandesa no Brasil	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
Serafim Leite	Novas cartas jesuíticas	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	2
	História da Companhia de Jesus no Brasil			
T. Monteiro	História do Império – O 1º Reinado	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	2
	História do Império – A elaboração da independência			
Caio Prado Jr.	Formação do Brasil contemporâneo	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
Visconde de Porto Seguro	História geral do Brasil (5 volumes)	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
E. Lima	Pequena dicionário brasileiro da língua portuguesa	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
J. C. Abreu	Na-Txa Hu-Ni-Ku-I	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	5
	O descobrimento do Brasil			
	Caminhos antigos e povoamento do Brasil			
	Ensaio e estudos –			

	1ª, 2ª e 3ª série			
	Capítulos de história colonial			
J. P. Gay	História da República jesuítica do Paraguai	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
(sem autor)	Boletim do Ministério das Relações Exteriores 1942 (n. 1 a 11 – 11 volumes)	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
(sem autor)	Relatório do Ministério das Relações Exteriores (1831 a 1937)	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
Raul Adalberto de Campos	Relações diplomáticas do Brasil	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	2
	Legislação internacional do Brasil (2 volumes)			
(sem autor)	Anais da Biblioteca Nacional (1930, 1931, 1935 e 1936)	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
(sem autor)	Ministério das Relações Exteriores – Serviço de Publicações (n. 1, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12 a 25, 27 a 31, 34)	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
(sem autor)	Anais do Itamaraty (v. 3, 4, 6 e 7)	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
Souza Docca	Limites entre o Brasil e o Uruguai	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
(sem autor)	Índice analítico e sistemático dos relatórios do Ministério das Relações Exteriores 1831 a 1851 (2 volumes)	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
(sem autor)	Ministério das Relações Exteriores –	Sociedade de História Argentina	1943	1

	Precedentes diplomáticos de 1889 a 1932	(Argentina)		
Cecil Meira	Introdução no estudo da literatura	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
Argeu Guimarães	Em torno do casamento de Pedro II	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
F. Emydio da Silva	Sentir comum: sentido único	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
G. Sánchez Lustrino	Caminhos cristianos de América	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
Pedro Lopez de Souza	Diário de navegação de Pedro Lopez de Souza (1530-1532)	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
Cavalcanti de Carvalho	Evolução do Estado brasileiro	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
João de Barros, J. Osório de Oliveira e Gastão de Bittencourt	Brasil – 1938	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1
(sem autor)	Ministério das Relações Exteriores – Coleção de Atos Internacionais (n. 100 a 188)	Sociedade de História Argentina (Argentina)	1943	1

ANEXO 2

**QUADRO DE AUTORES BRASILEIROS E ESPANHÓIS PRESENTES NA
BIBLIOTECA PESSOAL DE RICARDO LEVENE – PESQUISA BIOGRÁFICA DOS
AUTORES**

Fonte: Catálogo on-line

Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene / Biblioteca Nacional de Maestros (Buenos Aires).

Critério de seleção: Autores que aparecem duas vezes ou mais no catálogo.

AUTOR	OBRA(S)	NACIONALIDADE	TÍTULOS E ATUAÇÃO PROFISSIONAL	NASCIMENTO E MORTE
Rafael Altamira	<i>Análisis de la recopilación de las leyes de Indias de 1680.</i> Buenos Aires : Instituto de Historia del Derecho Argentino, 1941.	Espanha	- Historiador - Jurista	1866-1951
	<i>Ensayo sobre Felipe II hombre de Estado: su psicología general y su individualidad humana.</i> México: Jus, 1950.			
	<i>Estudio sobre las fuentes de conocimiento de Derecho Indiano: análisis de la recopilación de las leyes de Indias de 1680.</i> Buenos Aires: El Instituto, 1941.			
	<i>Manual de Historia de España.</i> Madrid: M. Aguilar, 1934.			

	<p><i>Estudio sobre las fuentes de conocimiento de la Historia del Derecho Indiano: la costumbre jurídica en la colonización española.</i> México: Revista de la Escuela Nacional de Jurisprudencia, 1949.</p>			
Alceu Amoroso Lima*	<p><i>Introdução à economia moderna.</i> Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1933. (Com dedicatória do autor).</p>	Brasil	<p>-Professor. -Crítico Literário. -Escritor.</p>	1893-1983
Mário de Andrade*	<p><i>Padre Jesuíno do Monte Carmelo.</i> Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Saúde, 1945.</p>	Brasil	<p>- Poeta e romancista. - Crítico de Arte. - Musicólogo. - Diretor do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo.</p>	1893-1945
Ruy Barbosa*	<p><i>Conferencias y discursos.</i> Buenos Aires : Mercatali, 1939. (Publicado pela Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana).</p>	Brasil	<p>- Jurista. - Político. - Diplomata. - Escritor. - Jornalista.</p>	1849-1923
Adolfo A. Buylla	<p><i>Manual de estadística.</i> Madrid : La España Moderna, 1898. (Coletânea da qual Buylla participa).</p>	Espanha	<p>- Economista. - Licenciado em direito pela Universidade de Oviedo e doutor em direito, filosofia e letras pela Universidade Central. -Catedrático de Economia Política</p>	1850-1927

			pela Universidade de Vallaloid e pela Universidade de Oviedo. - Professor e presidente do Ateneo de Madrid.	
	<p><i>Principios de política: introducción al estudio de la Ciencia Política Contemporânea.</i> Madrid : Fernando Fe, 1888. (Coletânea da qual Buylla participa).</p>			
Pedro Calmon	<p><i>Estudos e conferencias: Visconde de Taunay, Holandeses no Maranhão, Semana do serviço militar, Os bancos Sob o amparo do governo Getulio Vargas, Medicina militar e medicina civil, O teatro no estado nacional.</i> S.l: DIP, s/d. (Coletânea da qual Calmon participa).</p> <p><i>Historia de la civilización brasileña.</i> Buenos Aires : Mercatali, 1937. (Livro de Calmon com prólogo de Levene, publicado pela Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana).</p>	Brasil	<p>- Sócio do IHGB a partir de 1931, seu orador oficial entre 1938 e 1968 e seu presidente a partir de 1968.</p> <p>- Professor de Direito Constitucional da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.</p> <p>- Professor da PUC/RJ desde sua fundação.</p> <p>- Professor Emérito da UFRJ.</p> <p>- Dentre outras instituições foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia</p>	1902-1985

	<p><i>Historia Social do Brasil. 1. Espírito da Sociedade Colonial.</i> São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1937.</p>		Portuguesa de História; sócio honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Real Academia Espanhola e da Real Academia de História da Espanha.	
	<p><i>Historia Social do Brasil. 2. Espírito da Sociedade Colonial.</i> São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1937.</p>			
	<p><i>O Rei Cavalleiro: a vida de D. Pedro I.</i> São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1933.</p>			
Christovam de Camargo	<p><i>Pedro II e a campanha da maioridade.</i> Rio de Janeiro : Emiel, 1940. (Com dedicatória do autor).</p>	Brasil	-	-
	<p><i>Pregando aos peixes.</i> Rio de Janeiro : Noite, 1937.</p>			
	<p><i>Subconciente, o nosso imenso mundo interior.</i> Rio de Janeiro : Noite, 1936.</p>			

Capistrano de Abreu*	<i>O descobrimento do Brasil. S/l: Sociedade Capistrano de Abreu, 1929.</i>	Brasil	- Historiador. - Dedicou-se ao estudo da história colonial brasileira.	1853-1927
Antonio Carneiro Leão	<i>A educação para o após guerra. Rio de Janeiro : Jornal do Commercio, 1944.</i>	Brasil	- Educador. - Professor. - Escritor, membro da Academia Brasileira de Letras. - Formado, em 1911, pela Faculdade de Direito do Recife, sendo professor universitário da mesma até 1914. - Secretário de Interior, Justiça e Educação no Recife entre 1929 e 1930. - Idealizou e dirigiu o Centro Brasileiro de Pesquisas Pedagógicas, vinculado à Universidade do Brasil. - Professor visitante de instituições nos Estados Unidos, França, Uruguai e Argentina. - Membro do IHGB e da Academia das Ciências de Lisboa.	1887-1966
	<i>A educação para um mundo democrático. Rio de Janeiro : Jornal do Commercio, 1945. (Com dedicatória do autor)</i>			
	<i>A Sociedade Rural: seus problemas e sua educação. Rio de Janeiro : A Noite, 1939. (Com dedicatória do autor).</i>			
	<i>Fundamentos de Sociologia. Rio de Janeiro : Jornal do Commercio, 1940. (Com dedicatória do autor).</i>			
	<i>O Sentido da evolução cultural do Brasil. Rio de Janeiro : Ministério das Relações Exteriores, 1946. (Com dedicatória do autor).</i>			
<i>Palavras de fé. Rio de Janeiro : Livraria Francisco Alves, s/d. (Com dedicatória do autor).</i>				

	<i>Meus heróis: desenhos de Armando Pacheco.</i> Rio de Janeiro : A Noite, s/d. (Com dedicatória do autor).			
Ronald de Carvalho	<i>Pequena história da literatura brasileira.</i> Rio de Janeiro : Briguier, 1937.	Brasil	- Poeta. - Político. - Jornalista. - Diplomata. - Ocupava o cargo de secretário da presidência da república quando morreu.	1893-1935
	<i>Pequeña historia de la literatura brasileña.</i> Buenos Aires : Mercatali, 1943. (Livro traduzido pela Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana).			
Emilio Castelar	<i>Discursos.</i> Madrid: Puerta del Sol, 1929. (2 edições).	Espanha	- Escritor. - Político. - Penúltimo Presidente da República Espanhola.	1832-1899
Affonso Celso*	<i>El emperador D. Pedro II, y el Instituto Histórico.</i> Buenos Aires: Mercatali, 1938. (Livro traduzido pela Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana).	Brasil	- Professor. - Poeta. - Historiador. - Político. - Membro da Academia Brasileira de Letras. - Presidente perpétuo do IHGB desde 1912 até 1938, ano de sua morte.	1860-1938
Miguel de Cervantes	Viaje del Parnaso: texto y anotaciones. 1. Santiago de Chile: Imprenta Universitaria, 1925.	Espanha	- Romancista. - Dramaturgo. - Poeta.	1547-1616
	Viaje del Parnaso: notas biográficas y bibliografía . 2. Santiago de Chile :			

	Cervantes, 1925.			
Angyone Costa	<i>Introdução à arqueologia brasileira: etnografia e história.</i> São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1938. (Biblioteca Pedagógica Brasileira).	Brasil	-	-
	<i>Migrações e cultura indígena: ensaios de arqueologia e etnologia do Brasil.</i> Porto Alegre : Companhia Editora Nacional, 1939. (Biblioteca Pedagógica Brasileira).			
Euclides da Cunha	<i>Los sertones (Os sertões). 1.</i> Buenos Aires : Mercatali, 1938.	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Escritor. - Sociólogo. - Historiador. - Jornalista. - Engenheiro. 	1866-1909
	<i>Los sertones (Os sertões). 2.</i> Buenos Aires : Mercatali, 1938. (Dois volumes publicados pela Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana).			
Max Fleiuss	<i>Apostilas de História do Brasil.</i> Porto Alegre : Do Globo, 1934.	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Jornalista. - Historiador. - Bacharel em direito. - Secretário perpétuo do IHGB. - Doutor <i>honoris causa</i> da Universidade de La Plata. - Membro das 	1868-1943

	<i>Páginas Brasileiras.</i> Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1919.		Academias de História de Portugal, Cuba, Munique, Madrid e Argentina.	
Gilberto Freyre	<i>Casa-Grande y Senzala: formación de la familia brasileña bajo el régimen de economía patriarcal. 1.</i> Buenos Aires : Mercatali, 1942.	Brasil	-Sociólogo. -Antrópologo. -Escritor.	1900-1987
	<i>Casa-Grande y Senzala: formación de la familia brasileña bajo el régimen de economía patriarcal. 2.</i> Buenos Aires : Mercatali, 1942. (Volumen 1 e 2 publicados pela Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana).			
	<i>Diário íntimo do engenheiro Vauthier: 1840-1846.</i> Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Saúde, 1940. (Prólogo de Gilberto Freyre).			
	<i>Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o typo de casa popular mais primitivo do nordeste do Brasil.</i> Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Saúde, s/d.			
Avelino Herrero Mayor	<i>Artesanía y prevaricación del castellano: ensayos filológicos.</i> Buenos Aires : Gleizer, 1931.	Espanha	- Linguista.	-

	<p><i>La vida y la obra de Ricardo Monner Sans 1853-1927: estudios e impresiones.</i> Buenos Aires : Librería de A. García Santos, 1929. (Coletânea da qual Herrero Mayor participa).</p>			
Heitor Lyra	<p><i>História de Dom Pedro II: 1825-1891. 1: Ascensão: 1825-1870.</i> São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1938. (Biblioteca Pedagógica Brasileira).</p> <p><i>História de Dom Pedro II: 1825-1891. 1: Declínio: 1880-1891.</i> São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1938. (Biblioteca Pedagógica Brasileira).</p> <p><i>História de Dom Pedro II: 1825-1891. 2: Fastigio: 1870-1880.</i> São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1938. (Biblioteca Pedagógica Brasileira).</p> <p><i>História diplomática e política internacional: ensaios.</i> Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1941. (Com dedicatória do autor).</p>	Brasil	- Fundador da Associação Brasileira de Educação.	-
Paulo de Medeiros*	<p><i>A Missão do General Mitre no Brasil.</i> Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1941.</p>	Brasil	-	-
Carolina Nabuco*	<p><i>A vida de Joaquim Nabuco.</i> São Paulo: Companhia Editora</p>	Brasil	- Escritora. - Tradutora.	1890-1981

	Nacional, 1929.			
Rodrigo Octavio	<i>El contratador de diamantes: crónica de los tiempos coloniales.</i> Buenos Aires : Tor, s/d. (Prólogo de Rodolfo Rivarola).	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Advogado. - Professor. - Escritor. - Poeta. - Um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. - Membro honorário e vice-presidente do IHGB. 	1866-1944
	<i>Felisberto Caldeira: chronica dos tempos coloniaes.</i> Paris : Livrarias Aillaus e Bertrand, 1921. (Com dedicatória do autor).			
	<i>Les rhapsodies.</i> Rio de janeiro : F. Briguiet, 1938. (Com dedicatória do autor).			
	<i>México e Peru.</i> São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1940. (Com dedicatória do autor).			
	<i>Minhas Memorias dos Outros.</i> Rio de Janeiro : Livraria José Olympio, 1934. (Com dedicatória do autor).			
	<i>Minhas memorias dos outros. 1.</i> Rio de Janeiro : Livraria José Olimpio, 1935. (Com dedicatória do autor).			
	<i>Minhas memorias dos outros. 2.</i> Rio de Janeiro : Livraria José Olympio, 1936. (Com dedicatória do autor).			

Afrânio Peixoto	<i>A Esfinge</i> . Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1923. (Com dedicatória do autor).	Brasil	-Médico. -Historiador. -Político. -Professor. -Crítico Literário. -Romancista. -Membro da Academia Brasileira de Letras e fundador da Academia Brasileira de Filologia. -Diretor do Hospital Nacional de Alienados e Professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina do RJ. -Estudioso da poesia japonesa.	1876-1947
	<i>A Igreja da Nossa Senhora da Glória do Outeiro</i> . Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Saúde, 1943.			
	<i>Dinamene: alma minha gentil: estudo de Afrânio Peixoto seguido de 44 poesias de Luis de Camões</i> . Lisboa : Biblioteca Nacional de Lisboa, 1926. (Com dedicatória do autor).			
	<i>Ensaio Camonianos</i> . Lisboa : Universidade de Lisboa, 1932. (Com dedicatória do autor).			
Estevão Pinto	<i>Os indígenas do nordeste. 1</i> . São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1935.	Brasil	-	-
	<i>Os indígenas do nordeste. 2: organização e estrutura social dos indígenas do nordeste brasileiro</i> . São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1938.			
Joseph Antonio de San Alberto	<i>Carta a los indios infieles chiriguanos</i> . Buenos Aires : Peuser, 1927.	Espanha	- Padre.	1717-1804

	<p><i>Carta que el Ilustrísimo Señor D. Fr. Joseph Antonio de San Alberto, arzobispo de La Plata, escribió á los indios infieles chirihuanos, con motivo de pasar los comisionados de esta Villa de Tarija, á tratar de treguas, ó paces solicitadas por ellos mismos, y obtenida antes la licencia del Excmo. Señor Marqués de Loreto, Virrey de Buenos-Ayres.</i> Buenos Aires : La Facultad; Bibliófilos Argentinos, s/d.</p>			
Jonathas Serrano	<p><i>Farias Brito: o homem e a obra.</i> São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1939. (Biblioteca Pedagógica Brasileira – Com dedicatória do autor).</p> <p><i>Júlio Maria.</i> Rio de Janeiro : Livraria Boa Imprensa, s/d. (Com dedicatória do autor).</p>	Brasil	<p>- Bacharel em direito. - Professor de história do Colégio Pedro II. Membro do IHGB. -Liderança católica na área educacional.</p>	1855-1944
J. da Silva Campos*	<p><i>Fortificações da Baía.</i> Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Saúde, 1940.</p>	Brasil	-	-

Affonso de Taunay	<p><i>Historia Geral das Bandeiras Paulistas: escripta á vista de avultada documentação inedita dos archivos brasileiros, hespanhoes e portuguezas. 7: conquista dos sertões do nordeste pelas bandeiras de São Paulo primordios do episodio de Palmares. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 1936. (Com dedicatória do autor).</i></p>	Brasil	<p>-Professor. -Historiador. -Romancista. -Tradutor. -Lexicógrafo. -Membro da Academia Brasileira de Letras. -Diretor do Museu Paulista e dos Museus do Estado de São Paulo. -Professor da FFLCH / USP. -Membro do IHGB e da Academia Portuguesa de História.</p>	1876-1958
	<p><i>Historia Geral das Bandeiras Paulistas: escripta á vista de avultada documentação inedita dos archivos brasileiros, hespanhoes e portuguezas. 7: conquista dos sertões do nordeste pelas bandeiras de São Paulo primordios do episodio de Palmares. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 1936. (Com dedicatória do autor).</i></p>			
	<p><i>Historia Geral das Bandeiras Paulistas: escripta á vista de avultada documentação inedita dos archivos brasileiros, hespanhoes e portuguezas. 9: inicio do grande ciclo de ouro, os primeiros anos das minas geraes, a guerra dos emboabas. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 1948.</i></p>			

	<i>San Pablo en el Siglo XVI: historia de la villa de Piratininga.</i> Buenos Aires : Mercatali, 1947. (Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana).			
Miguel de Unamuno*	<i>La filosofía del hombre que trabaja y que juega: antología filosófica de Eugenio D'Ors por R. Rucabado y J. Farrán precedida de una introducción por Manuel G. Morente, y seguida de estudios de "X", Diego Ruiz, J. Farrán y Mayoral, R. Rucabado...</i> Barcelona : Antonio López, s/d. Obs: Constan 2 traduções de obras de Spencer feitas por Unamuno. Referências destas obras traduzidas: <i>Exceso de legislación.</i> Madrid: La España Moderna, s/d e <i>El organismo social.</i> Madrid: La España Moderna, 1912).	Espanha	- Escritor. - Filósofo.	1864-1936
Oliveira Viana	<i>Populações meridionais do Brasil: historia, organização, psicologia. I: populações ruraes do centro-sul: paulistas, fluminenses, mineiros.</i> São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1938. (Com dedicatória do autor).	Brasil	- Professor. - Jurista. - Sociólogo. - Historiador. - Membro da Academia Brasileira de Letras. - Membro do IHGB.	1883-1951

	<i>Evolución del pueblo brasileño.</i> Buenos Aires : Mercatali, 1937. (Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana).			
Zoroastro Vianna Passos*	<i>Em torno da história do Sabará.</i> Rio de Janeiro : Ministério do Educação e Saúde, 1940.	Brasil	-	-
Luiz Felipe Vieira Souto	<i>Antonio Carlos Gomes.</i> Rio de Janeiro : Typ. do Jornal do Commercio, 1936.	Brasil	-	-
	<i>Caduceo.</i> Rio de Janeiro : Typ. do Jornal do Commercio, 1936.			
	<i>Cruz e Espada.</i> Rio de Janeiro : Typ. do Jornal do Commercio, 1936.			
Vitor Visconti	<i>A Evolução do Pensamento Dialético.</i> Rio de Janeiro : Pongetti, 1944.	Brasil	- Poeta. - Sociólogo. - Crítico de arte. - Jornalista. - Membro da Academia Brasileira de Letras.	-
	<i>Sinarquia: democracia cooperativista.</i> Rio de Janeiro: Pongetti, s/d. (Com dedicatória do autor).			

* Autores que continham apenas 1 obra no acervo, mas devem ser destacados em razão da sua relevância para o mapeamento da rede de sociabilidade na qual Ricardo Levene se inseria ou para os temas tratados na tese.

ANEXO 3

**QUADRO DE REMETENTES ESPANHÓIS, BRASILEIROS E ARGENTINOS
PRESENTES NA CORRESPONDÊNCIA PASSIVA DE FIDELINO DE FIGUEIREDO
– PESQUISA BIOGRÁFICA DOS AUTORES**

Fonte: Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo.

Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes – FFLCH/USP – Obras Raras e Especiais.

Critério de seleção: Remetentes com cinco referências ou mais registradas no arquivo.

REMETENTE	REGISTROS NO ARQUIVO	NACIONALIDADE	TÍTULOS E ATUAÇÃO PROFISSIONAL	NASCIMENTO E MORTE
(Maria de la Concepción Jesusa Basilisa Espina) Concha Espina	19	Espanha	-Escritora.	1869-1955
A. Gonzalez Palencia	7	Espanha	-Arabista e historiador. -Foi aluno próximo de Miguel Asín Palacios. -Professor de Língua Árabe da Universidade de Madrid. -Membro da <i>Academia de la Historia</i> e da <i>Academia Española</i> .	1889-1949
Adolfo Bonilla y San Martín	22	Espanha	-Escritor. -Catedrático de Filosofia. -Historiador. -Especialista em Direito Mercantil. -Assessor da Bolsa de Madrid.	1875-1926
Adolfo Muñoz Alonso	6	Espanha	-Teólogo. -Filósofo. -Político. -Reitor da Universidade Complutense. -Exerceu diversos cargos públicos na Espanha. -Dentre outros livros publicou <i>Unidad en la</i>	1915-1974

			<i>Universidad.</i>	
Affonso de E. Taunay	9	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> -Professor. -Historiador. -Romancista. -Tradutor. -Lexicógrafo. -Membro da Academia Brasileira de Letras. -Diretor do Museu Paulista e dos Museus do Estado de São Paulo. -Professor da FFLCH / USP. -Membro do IHGB e da Academia Portuguesa de História. 	1876-1958
Afrânio Peixoto	13	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> -Médico. -Historiador. -Político. -Professor. -Crítico Literário. -Romancista. -Membro da Academia Brasileira de Letras e fundador da Academia Brasileira de Filologia. -Diretor do Hospital Nacional de Alienados e Professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina do RJ. -Estudioso da poesia japonesa. 	1876-1947
Alberto (Mariano) de Oliveira	16	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> -Farmacêutico. -Poeta. -Professor. -Membro da Academia das Ciências de Lisboa. -Foi convidado por Machado de Assis a fazer parte da Academia Brasileira de Letras em 1897. 	1857-1937

Alceu Amoroso Lima	38	Brasil	-Professor. -Crítico Literário. -Escritor.	1893-1983
Aloysio de Castro	13	Brasil	-Poeta. -Médico neurologista.	1881-1959
Álvaro Lins	5	Brasil	-Advogado. -Jornalista. -Professor de Geografia e História. -Crítico Literário. -Membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa. -Em 1957, recebeu a Grã-Cruz da Ordem de Cristo, maior condecoração portuguesa. -Embaixador do Brasil em Portugal.	1912-1970
Álvaro Soares Brandão	6	Brasil	-	1891-1963
Andrés Gonzalez Blanco	41	Espanha	-Romancista. -Poeta. -Crítico Literário.	1886-1924
Angel Herrera (Oria)	49	Espanha	-Jornalista. -Bispo e Cardeal (tornou-se padre apenas a partir de 1936).	1886-1968
Antônio Aita	7	Argentina	-	-
Antonio Ballesteros y Beretta	50	Espanha	-Historiador americanista. -Licenciado em Direito. -Catedrático da Universidade de Madrid. -Membro da Real Academia de la Historia. -Estudou com os jesuítas de Chamartín.	1880-1949
Antonio Soares Amora	23	Brasil	-Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo.	-
Antonio Solalinde	10	Espanha	-Escritor. -Professor.	1892-1937

			-Filólogo. -Diretor da <i>Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma</i> . -Foi também professor em diferentes cidades americanas.	
Aquilino Iglesia Alvariño	7	Espanha	-Poeta. -Professor de Latim.	1909-1961
Augusto Meyer	14	Brasil	-Jornalista. -Poeta. -Memorialista. -Folclorista. -Membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Filologia. -Foi para o RJ em 1937, durante o governo Vargas, para organizar o Instituto Nacional do Livro.	1902-1970
Augusto Raul Cortazar	5	Argentina	-Doutor em Filosofia e Letras. -Professor de Letras. -Advogado. -Bibliotecário. -Especialista em Folclore. -Membro da <i>Academia Nacional de la Historia Argentina</i> . -Membro da <i>Real Academia de la Historia de Madrid</i> . -Membro do IHGB.	1910-1974
Cassiano Nunes	8	Brasil	-Poeta. -Escritor. -Crítico Literário. -Lecionou Literatura Brasileira na Universidade de Heidelberg na Alemanha.	1921-2006
Celso Vieira	9	Brasil	-Historiador. -Escritor. -Participou da fundação da	1878-1954

			Academia Pernambucana de Letras em 1901.	
Ciríaco Perez Bustamante	31	Espanha	-Catedrático de História Geral das Universidades de La Laguna, Santiago, Sevilla, Valladolid e Madrid. -Foi reconhecido como americanista pela <i>Real Academia de la Historia</i> , da qual se torna acadêmico numerário em 1960.	1896-1975
Cláudio (Justiniano de) Sousa	11	Brasil	-Médico. -Escritor. -Dramaturgo. -Membro-fundador da Academia Paulista de Letras em 1909.	1876-1954
Clementino Fraga	15	Brasil	-Médico. -Professor Catedrático da Faculdade Nacional de Medicina.	1880-1971
Eloy Bullón (Fernández)	8	Espanha	-Historiador da Filosofia. -Político. -Estudou Teologia no Seminário Conciliar Central de Salamanca. -Acadêmico Correspondente da <i>Real Academia de la Historia</i> .	1879-1957
Elycio Carvalho	6	Brasil	-Crítico Literário. -Professor. -Diretor da Escola de Polícia do Rio de Janeiro.	1880-1925
Erasmus Buceta	26	Espanha	-Membro da <i>Real Academia Española</i> e da <i>Academia de la Historia</i> .	1892-1964
Fernando de Azevedo	25	Brasil	-Professor Emérito de Sociologia e Antropologia da USP. -Crítico. -Ensaísta. -Sociólogo. -Foi membro da Academia	1894-1974

			<p>Brasileira de Letras.</p> <p>-Dirigiu por 15 anos a Companhia Editora Nacional e a Biblioteca Pedagógica Brasileira.</p> <p>-Exerceu diversos cargos públicos durante o Governo Vargas.</p>	
Flora de Oliveira Lima	40	Brasil	-Embaixatriz (esposa de Oliveira Lima)	-
Francisco de Oliveira	8	Brasil	<p>-Sociólogo.</p> <p>-Doutor <i>honoris causa</i> pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.</p> <p>-Professor aposentado do Departamento de Sociologia da FFLCH.</p>	-
Francisco Romero	233	Argentina	<p>-Filósofo.</p> <p>-Crítico e tradutor do alemão.</p>	1891-1962
Francisco Vera (Férrandez de Córdoba)	30	Espanha	-Historiador.	?-1967
Gilberto Freyre	18	Brasil	<p>-Sociólogo.</p> <p>-Antrópologo.</p> <p>-Escritor.</p>	1900-1987
Henriqueta Lisboa	13	Brasil	<p>-Poetisa.</p> <p>-Foi a primeira mulher eleita membro da Academia Mineira de Letras.</p>	1904-1985
Jackson de Figueiredo	30	Brasil	<p>-Advogado.</p> <p>-Professor.</p> <p>-Jornalista.</p> <p>-Crítico e ensaísta.</p> <p>-Filósofo.</p> <p>-Político.</p>	1891-1928
Jonathas Serrano	5	Brasil	<p>- Membro do IHGB.</p> <p>- Professor do Colégio Pedro II.</p> <p>- Liderança católica na área educacional.</p>	1855-1944
José de Oliveira Lima	5	Brasil	- Historiador.	-

José Ferrater Mora	8	Espanha	-Mudou-se para os EUA no final da década de 1940. -Foi Professor de Filosofia da Bryn Mawr College.	1912-1991
José Maria Acosta	26	Espanha	-Romancista.	1875-1921
José Maria Cossio	18	Espanha	-Escritor. -Polígrafo. -Membro da <i>Real Academia Española</i> .	1892-1977
Josué de Castro	7	Brasil	-Médico. -Professor. -Antropólogo. -Geógrafo. -Sociólogo. -Escritor. -Político.	1908-1973
Juan Millé Giménez	52	Espanha	-Escritor. -Professor de Literatura da Universidade de La Plata. -Colaborou para diferentes periódicos espanhóis e argentinos como as revistas <i>Humanidades</i> e <i>Nosotros</i> .	1884-1945
Julian Ribera	6	Espanha	-Filólogo. -Arabista. -Musicólogo.	1858-1934
Laudelino (de Oliveira) Freire	5	Brasil	-Advogado. -Jornalista. -Professor. -Político. -Crítico Literário e de Arte. -Filólogo. -Professor Catedrático do Colégio Militar no Rio de Janeiro.	1873-1937
Levy Fernandes Carneiro	19	Brasil	-Advogado formado pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. -Primeiro Presidente da OAB.	1882-1971

			<p>-Dedicou-se à literatura jurídica.</p> <p>-Foi diretor da <i>Revista Brasileira</i>.</p> <p>-Membro Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.</p> <p>-Membro do IHGB.</p> <p>-Membro da Academia Brasileira de Letras.</p>	
Lucio Gil Fagoaga	19	Espanha	<p>-Formado em Direito e Filosofia e Letras pela Universidade Complutense.</p> <p>-Catedrático de Teoria da literatura e Filosofia da Universidade de Barcelona.</p>	1896-1989
Luís da Câmara Cascudo	7	Brasil	<p>-Historiador.</p> <p>-Folclorista.</p> <p>-Antropólogo.</p> <p>-Advogado.</p> <p>-Jornalista.</p>	1898-1986
Manuel Bandeira	31	Brasil	<p>-Poeta.</p> <p>-Crítico Literário.</p> <p>-Professor de Literatura.</p>	1886-1968
Mário Melo (Mário Carneiro do Rego Mello)	9	Brasil	<p>-Jornalista.</p> <p>-Historiador.</p> <p>-Geógrafo.</p> <p>-Filatelista.</p> <p>-Numismata.</p> <p>-Músico.</p> <p>-Membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano; da Academia Pernambucana de Letras; das Sociedades de Geografia de Washington e de Lisboa; do IHGB; da Comissão Nacional de Folclores, entre outras instituições.</p>	1884-1959

Massaud Moisés	11	Brasil	<p>-Professor Titular da Universidade de São Paulo entre os anos de 1973 e 1995.</p> <p>-Sucedeu Antonio Soares Amora na Cátedra de Literatura Portuguesa da FFLCH e desenvolveu muitos trabalhos nesta áreas a partir da década de 1950.</p> <p>-É coordenador literário da Colóquio/Letras no Brasil.</p>	-
Mercedes Gaibrós Ballesteros	8	Espanha	-Historiadora.	-
Miguel Asín Palacios	8	Espanha	<p>-Padre.</p> <p>-Arabista.</p> <p>-Doutor em Teologia pela Universidade de Zaragoza.</p> <p>-Professor de Língua Árabe da Universidade de Madrid.</p> <p>-Participou da fundação do <i>Centro de Estudios Históricos</i> e foi membro da <i>Real Academia de Historia de Madrid</i>.</p> <p>-Foi vice-presidente do Consejo Superior de Investigaciones Científicas.</p> <p>-Preocupou-se em estudar as relações mútuas entre a filosofia islâmica e a filosofia cristã.</p>	1871-1944
Nestor Victor	5	Brasil	<p>-Poeta.</p> <p>-Ensaísta.</p> <p>-Crítico.</p>	1868-1932
Nicolás Gonzalez Ruiz	6	Espanha	<p>-Escritor.</p> <p>-Crítico Literário.</p> <p>-Jornalista.</p> <p>-Foi Professor de Língua e Literatura Espanhola na</p>	1897-1967

			Universidade de Liverpool.	
Pe. Leonel Franca	7	Brasil	-Padre jesuíta. -Doutorado em Teologia e Filosofia em Roma. -Professor de História da Filosofia, Psicologia Experimental e Química. -Foi um dos fundadores da PUC do RJ e vice-reitor do Colégio Santo Inácio.	1893-1948
Pedro Sainz y Rodrigues	14	Espanha	-Escritor. -Filólogo. -Editor. -Político. -Membro da <i>Real Academia de la Lengua</i> e da <i>Real Academia de la Historia</i> .	1897-1986
Rafael Altamira	5	Espanha	-Historiador. -Pedagogo. -Jurista. -Crítico Literário e Escritor.	1866-1951
Ramón Menéndez Pidal	39	Espanha	-Filólogo. -Historiador. -Folclorista. -Diretor da <i>Real Academia Española</i> .	1869-1968
Ricardo Levene	8	Argentina	-Historiador. -Jurista. -Professor das Universidades de Buenos Aires e La Plata. -Presidente de la Academia Nacional de la Historia. -Membro correspondente da <i>Real Academia de la Historia de Madrid</i> e do IHGB. -Fundou em 1936 o Instituto de História do Direito de Buenos Aires.	1885-1959

Roberto Giusti	34	Argentina	- Historiador.	1887-1978
Rui Ribeiro Couto	6	Brasil	-Jornalista. -Magistrado. -Diplomata. -Poeta. -Contista e romancista. -Membro da Academia Brasileira de Letras.	1898-1963
Victoriano Garcia Marti	20	Espanha	-Literato. -Advogado.	-